

A large fire is burning in a metal container on the left side of the image. Thick black smoke rises from the fire. A group of firefighters in blue uniforms and orange helmets are positioned in the center-right, spraying water from a hose onto the base of the fire. The background shows a clear blue sky and some trees.

**REVISTA
MARÍTIMA
BRASILEIRA**

**HOMENAGEM À
ESCOLA DE CBINC**



SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

**V. 122 nº 10/12
- out./dez. 2002**

RELIQUIAS NAVAIS (Espaço cultural)



OITANTE, PETÍTÉ REAL E RELÓGIO DE SOL UNIVERSAL

O **oitante** pertenceu ao Almirante Frederico Villar. É de fabricação inglesa, em ébano, martim e latão. Precursor do sextante e posterior ao quadrante de Hadley, era usado para medir ângulos entre os astros e o horizonte, a fim de determinar a posição do navio no mar.

O **petíté real** é uma escala dobrável de medidas lineares, em marfim e latão, fabricada na França, no século XVIII.

O **relógio de sol universal**, ou equinocial, foi construído em Londres, para ser usado em qualquer latitude. O arganêu de suspensão era ajustado sobre o ponto da escala equivalente à latitude local, enquanto o cursor da régua central selecionava o mês e o dia da observação.



REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

4 243,2361

271²

FUNDADOR:

Sabino Elói Pessoa

Tenente da Marinha
Conselheiro do Império

Revista Marítima Brasileira / Serviço de Documentação Geral
da Marinha. — v. 1, n. 1, 1851 — Rio de Janeiro:
Ministério da Marinha, 1851 —
v.: il. — Trimestral.

Editada pela Biblioteca da Marinha até 1943.

Irregular: 1851-80.

ISSN 0034-9860.

1. MARINHA — Periódico (Brasil). I. Brasil. Serviço de Documentação
Geral da Marinha.

CDD — 359.00981
359 .005

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

v. 121 n.ºs 10/12
out./dez. 2002

R. Marít. Bras.	Rio de Janeiro	v. 121	n.ºs 10/12	p. 320	out. / dez. 2002
-----------------	----------------	--------	------------	--------	------------------

A REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA é uma publicação oficial do COMANDO DA MARINHA, desde 1851. Entretanto, as opiniões emitidas em artigos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. Não refletem, assim, o pensamento oficial da MARINHA DO BRASIL. É publicada, trimestralmente, pelo SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. As matérias publicadas nesta Revista podem ser reproduzidas, desde que citadas as fontes.

Com a colaboração de seus leitores, a *RMB* será uma plataforma para a discussão de novas idéias para conquistarmos uma Marinha melhor.

Publicidade e Assinatura

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA
REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Divisão de Publicações e Divulgação

Praça Barão de Ladário S/Nº

Ilha das Cobras — Centro

20091-090 — Rio de Janeiro — RJ

☎ (21) 3870-6852

FAX (21) 3870-6716

E-mail: sdm14@sdm.mar.mil.br

Os preços do número avulso e da assinatura são os abaixo, respectivamente:

BRASIL

R\$ 7,00

R\$ 25,00

EXTERIOR

US\$ 9.00

US\$ 36.00

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra *Sérgio Gitirana Florêncio Chagasteles*

SECRETÁRIO-GERAL DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra *Mauro Magalhães de Souza Pinto*

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA MARINHA

Diretor

Contra-Almirante *Max Justo Guedes*

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Diretor

Capitão-de-Mar-e-Guerra *Paulo Roberto Oliveira Mesquita Spränger*

Consultores Especiais da RMB

Vice-Almirante (Ref^o) *Luiz Edmundo Brígido Bittencourt*

Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o) *Milton Sergio Silva Corrêa*

Superintendência de Documentação

Capitão-de-Fragata *Dilton Ribeiro do Couto*

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão-de-Corveta (T) *Edina Laura Nogueira da Gama*

Primeiro-Tenente (T) *Rosa Nair Medeiros Ribeiro*

Primeiro-Tenente (T) *Ana Cristina Requeijo*

Equipe Editorial

Célia Maria Barros Gutierrez

Denise da Silva Coutinho Koracakis

Deolinda Oliveira Monteiro

Edna Costa

Jacir Roberto Guimarães

Luciana Lima Gomes (Estagiária)

Luiz Carlos Miguel

Manuel Carlos Corgo Ferreira

Mauro da Silva

Tatiane de Araújo Santana (Estagiária)

Diagramação

Celso França Antunes

Edilson José Alves

Apoio Administrativo e Expedição

Segundo-Sargento (MT-SN) *João Humberto de Oliveira*

Cabo (TI) *Jerônimo Ronaldo Severino Pereira*

MN-QS *Marcus Vinícius Lemos Cabral*

Ilda Lopes Martins

Renée Pimentel Reis

Impressão

EDIOURO – Gráfica e Editora S/A

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

Assinale qual a forma de pagamento desejada:

- ☐ anexo, comprovante de depósito na conta corrente **170500-8** agência **3602-1**, do Banco do Brasil, em nome do Serviço de Documentação da Marinha, Código Identificador **777100219110400** no valor de R\$ 25,00.
- ☐ anexo, cheque em favor do Serviço de Documentação da Marinha, no valor de US\$ 36 (exterior).
- ☐ para desconto mensal em folha de pagamento, por intermédio de Caixa Consignatária, no valor de 3% de um dia de soldo de segundo-tenente, autorizada a sua atualização.

Copie, preencha e remeta esta página para:

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Divisão de Publicações e Divulgação

Praça Barão de Ladário, S/Nº — Ilha das Cobras — Centro

20.091-000 — Rio de Janeiro — RJ

Tels.: (21) 3870-6852

FAX (21) 3870-6716

E-mail: sdm14@sdm.mar.mil.br

NOME: POSTO:

ENDEREÇO:

CEP CIDADE: ESTADO:

DATA: Nº DE CORPO (MB):

.....
ASSINATURA

FAÇA DE SEU AMIGO MAIS UM ASSINANTE DA RMB

SUMÁRIO

- 9 **NOSSA CAPA:**
PREPARANDO HOMENS E MULHERES PARA ENFRENTAR O FOGO
– *As escolas de Combate a Incêndio da Marinha e o Comandante Borba*
- 25 **AS FORÇAS ARMADAS, A MARINHA E O MINISTÉRIO DA DEFESA**
– **Pensamento e relatos** –
Mauro Cesar Rodrigues Pereira – Almirante-de-Esquadra (RRm) – ex-Ministro da Marinha
- 55 **OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA**
Parte XL
Mário Jorge da Fonseca Hermes – Almirante-de-Esquadra (Ref^b)
- 57 **INEXISTÊNCIA DA "GERÊNCIA DE MATERIAL" NA MARINHA E CONSEQUÊNCIAS PARA A FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO**
Ruy Capetty – Vice-Almirante (RRm)
- 75 **AINDA O ATO TERRORISTA DE 11 DE SETEMBRO**
Fernando Manoel Fontes Diêgues – Vice-Almirante (RRm)
- 85 **O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL**
Roberto Gama e Silva – Contra-Almirante (Ref^b)
- 97 **A INTEGRIDADE DAS FORÇAS ARMADAS**
– **Hierarquia e disciplina e a utilização da via judicial**
Sérgio Feltrin Corrêa – Desembargador do TRF
- 109 **AS GUERRAS DO FUTURO NA NOVA ORDEM MUNDIAL: O NOVO MODELO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS FORÇAS ARMADAS NACIONAIS**
Lydia Magalhães Garner – Doutora em História
- 137 **A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL**
Parte III
Kenneth H. Light – Tradução de: *Eduardo Italo Pesce* – Professor
- 139 **GERENCIAMENTO COSTEIRO EXECUTIVO**
O caso de Angra dos Reis
Sérgio Roberto Pereira Annibal – Professor
Lélio de Souza – Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm)
- 143 **A GUERRA DE INFORMAÇÃO**
José Ricardo Rodrigues Teixeira Alves – Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN)

- 155 **O COLÉGIO NAVAL E ANGRA DOS REIS – UM POUCO DE SUAS HISTÓRIAS**
Guilherme Mattos de Abreu – Capitão-de-Mar-e-Guerra
- 159 **POR QUE OS MARINHEIROS SÃO DIFERENTES**
A. E. James Winnefeld – Marinha dos EUA (Ref^o)
Tradução e Adaptação de: Paulo R. S. Romero – Capitão-de-Fragata
- 163 **PETROBRAS NA GLOBALIZAÇÃO**
Gérson Fleischhauer – Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)
- 167 **O BARÃO DO RIO BRANCO E A POLÍTICA INTERNACIONAL**
Antonio Luiz Porto e Albuquerque – Capitão-de-Fragata (Prof.-RRm) – Doutor em Filosofia, ex-professor da Escola Naval
- 197 **SEÇÃO CAAML**
198 **GUERRA DE MANOBRA**
Cláudio da Costa Lisboa – Capitão-de-Corveta
- 207 **APLICAÇÕES DE DETECTORES INFRAVERMELHOS PARA RASTREAMENTO DE MÍSSEIS**
Valdir de Castro Santos Filho – Capitão-de-Corveta
- 215 **NOSSOS ARTISTAS**
- 223 **CARTA DOS LEITORES**
- 227 **O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL**
- 235 **DOAÇÕES AO SDM**
- 239 **NECROLÓGIO**
- 247 **A MARINHA DE OUTRORA**
- 253 **ACONTECEU HÁ CEM ANOS**
- 261 **REVISTA DE REVISTAS**
- 275 **NOTICIÁRIO MARÍTIMO**

NOSSA CAPA



PREPARANDO HOMENS E MULHERES PARA ENFRENTAR O FOGO As escolas de Combate a Incêndio da Marinha e o Comandante Borba

SUMÁRIO

A notícia

A origem

A escola de controle de avarias

A escola de combate a incêndio

O CAV e CBINC no recebimento dos cruzadores

Modernização do CAAML

A escola de combate a incêndio após o Comandante Borba

Anexo A

Anexo B

Anexo C

A NOTÍCIA

No dia 20 de fevereiro de 2002, foi inaugurado, na Escola de Combate a Incêndio, um novo pátio de exercícios, moderno, dotado de simuladores de incêndio a gás, que muito irá contribuir para o melhor preparo das guarnições dos navios no combate ao fogo a bordo.

Uma placa de bronze em um pedestal rente ao solo perpetua o nome do local: Pátio Comandante Carlos Borba.

Por que esse nome?

A ORIGEM

A idéia da criação de escolas de controle de avarias e combate a incêndio na Mari-

na nasceu em Lake Charles, pequena cidade fluvial de Louisiana na divisa com o Texas, nos Estados Unidos, quando o Tenente Carlos Borba estava embarcado no Rebocador *Triunfo*, recebido, **em 16 de setembro de 1947**, juntamente com o *Tritão* e o *Tridente*.

Durante a ativação e modernização dos navios, vários oficiais, entre eles o Tenente Borba, foram mandados fazer o curso de radar em Nova Iorque, e o de Controle de Avarias (CAV) e de Combate a Incêndio (CBINC), na Filadélfia.

Logo após a chegada do *Triunfo* ao Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1947, o Primeiro-Tenente Borba encaminhou, desassombradamente, ao chefe do Estado-Maior da Armada “uma sugestão” para a criação de um Curso Expedito de Combate de Avarias e Combate a Incêndio. (Veja Anexo A)

Como uma das justificativas, o Tenente Borba transcreveu, em sua sugestão, o seguinte trecho de um relatório da Esquadra americana do Pacífico:

“O treinamento do Controle de Avarias e Combate a Incêndio merece a mesma importância que o dispensado na utilização do poder ofensivo do navio. Compete a todo o pessoal de bordo a manutenção do navio em ação e em condições de manobrar após o combate, não podendo ficar restrita apenas à parte componente do Controle de Avarias. Pessoal sem experiência apresenta-se continuamente a bordo e destrói o grau de treinamento do navio. A solução é “TREINAMENTO”.

O chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Adalberto Lara de Almeida, acolheu a idéia e, no Ofício nº 0378 de 20 de dezembro de 1947 para o Diretor-Geral do



Comandante Borba por ocasião da inauguração do novo pátio

Ensino Naval, declarou “com ele estar de pleno acordo”, fazendo, apenas, algumas alterações, que são as seguintes: aulas apenas de segunda a quinta-feira e à tarde, para deixar o primeiro tempo e a sexta-feira para as obrigações de bordo.

O item 4 deste ofício inicia com uma determinação específica: “A sugestão ora apresentada é de emergência...”.

Para o cumprimento da determinação do CEMA, o agora Capitão-Tenente Borba desembarcou para a Diretoria de Ensino Naval em 6 de agosto de 1948, lá assumindo a 5ª Seção da 1ª Divisão, mas, na realidade, trabalhava exclusivamente na preparação dos cursos por ele sugeridos, recebendo todo o apoio para a edição dos manuais e do material didático.

A Escola de Controle de Avarias

Em junho de 1949 o Capitão-Tenente Borba foi nomeado para as funções de Encarregado da Escola de Controle de Avarias (CAV) e Instrutor do Curso de Oficiais na referida Escola.

Naquela fase preparatória, havia dúvidas sobre o local onde iriam ser conduzidos os cursos e a Diretoria de Ensino, acertadamente, não os considerava como da sua atribuição.

O então comandante do CITAS – Centro de Instrução de Tática Anti-Submarino, Capitão-de-Corveta José de Araújo Goiano, apadrinhou a causa de levá-los para a sua organização, onde já funcionavam cursos de operação de radar e o CIC (Centro de Informações de Combate).

Em 1º de julho de 1949, o Capitão-Tenente Borba foi apresentado ao CITAS, já comandado pelo Capitão-de-Corveta Hélio Leôncio Martins.

Os cursos expeditos de CAV foram iniciados ainda em 1949 e prosseguiram ao longo de 1950. Foi mantida a duração de quatro semanas, média de 15 alunos; os oficiais eram indicados pelos navios da Esquadra, sendo alguns deles capitães-tenentes antigos. A parte prática era feita a bordo de rebocadores e contratorpedeiros das Classes M e A, nos contratorpedeiros de

escolta e em um “Palco de CAV” montado em um pequeno terreno existente em frente à entrada do prédio do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, onde funcionava o CITAS, ao lado de um dos portões de acesso às instalações do Corpo de Fuzileiros Navais e interditado havia vários anos.

Em 5 de maio de 1950, foi adotado oficialmente o Manual de Combate a Incêndio elaborado pelo Capitão-Tenente Carlos Borba e

considerado trabalho útil; o mesmo ocorreu em 1951 com relação ao Manual de Controle de Avarias – 1ª parte: Estabilidade.

A Escola de Combate a Incêndio

Logo após assumir o comando do CITAS,* o Comandante Leôncio passou a procurar, com afinco, um local para instalar a Escola de Combate a Incêndio. De início, na própria Ilha das Cobras, possibilidade logo afastada, pois as

poucas áreas livres eram exíguas. Outra possibilidade, também logo abandonada por razões semelhantes, falta de área plana suficiente, foi a Ilha de Boa Viagem, em Niterói.

Em uma manhã de domingo, o Comandante Leôncio convidou o Tenente Borba para ir, de lancha, reconhecer o local; lá chegando, o comandante pulou na água e, a nado, foi pesquisar uma ilhota rochosa próxima, que não passou no quesito espaço.



O Primeiro-Tenente Borba quando enviou o ofício ao CEMA sugerindo a criação da Escola de CBINC e CAV

* N.R.: O nome do centro mudou para Centro de Adestramento Almirante Marques Leão (CAAML), em 22 de junho de 1951.

Finalmente, graças à argumentação apresentada e ao prestígio do Comandante Leônicio, foi cedida uma área em Parada de Lucas, onde foram construídos os primeiros tanques e o simulador de praça de máquinas. As instalações de apoio, como alojamento, rancho e secretaria, eram muito precárias, mas cumpriam a missão que havia sido atribuída à primeira Escola de Combate a Incêndio da Marinha.

Nela servia um oficial encarregado e os suboficiais e sargentos que haviam cursado em Filadélfia.

Ao longo de mais de 30 anos, foi dada continuidade e aperfeiçoado o projeto inicial.

O CAV e CBINC no recebimento dos cruzadores

O Memorando 0223, de **23 de janeiro de 1951**, do Gabinete do Ministro da Marinha, transcrito na Caderneta do Capitão-Tenente Carlos Borba, tinha o seguinte teor: "Destaca nesta data para a Diretoria do Pessoal, a fim de seguir via aérea para os Estados Unidos da América do Norte, em missão especial (Instrutor de Controle de Avarias das guarnições dos Cruzadores *Almirante Tamandaré* e *Almirante Barroso*). CITAS, Rio de Janeiro, em 5 de março de 1951." Assina, do próprio punho, Hélio Leônicio Martins, Capitão-de-Corveta. (Os navios tiveram seus nomes alterados em data posterior.)

Torna-se muito importante registrar que se deve ao então comandante do CITAS a designação dos encarregados das Escolas de Controle de Avarias e de CIC para, nos Estados Unidos da América, funcionarem como extensão do Centro de Adestramento da Esquadra, que ainda mantinha denominação inadequada. Foi o comandante do CITAS, Capitão-de-Corveta Leônicio Martins, quem, junto às autoridades navais da época, defendeu a conveniência

de oferecer às tripulações dos dois importantes navios que estavam sendo recebidos aulas e publicações em português usando o material já disponível no Brasil e que coincidia com o que era utilizado pela Marinha americana. Dois suboficiais, um sargento e um cabo, oriundos dos rebocadores e que serviam em Parada de Lucas, seguiram para Filadélfia e, prontamente, foram incorporados à equipe de instrutores da *Fire Fighting School* local.

Sob a supervisão dos oficiais daquela escola, passaram, até fevereiro de 1952, a ministrar cursos para os oficiais e praças dos cruzadores – cerca de 60% do pessoal que servia no Departamento de Máquinas dos dois navios passou pelo curso, que também recebeu alunos dos outros departamentos de bordo.

Era voz corrente, entre o pessoal embarcado, o fato de, nos cursos conduzidos no inverno, com neve caindo, o tempo para extinguir o fogo ser superior ao conseguido nas outras estações do ano, pois, uma vez vitoriosos na faina, a temperatura reinante era aterradora!

Cabia ao Capitão-Tenente Borba a coordenação daqueles cursos e estabelecer os contatos com os navios em termos de horário, rancho e transporte de ônibus entre os navios e as escolas. Mas a sua função principal era a condução dos cursos de Controle de Avarias no *Damage Control Training Center* de Filadélfia, ao qual era subordinada a Escola de Combate a Incêndio. Era cumprido rigorosamente o mesmo currículo adotado nos cursos da Marinha americana; nas aulas práticas que exigiam mais de um instrutor, os americanos completavam a equipe. Era assim na parte prática no Simulador de Avarias, com água aberta e alagamento de compartimentos com direito a fundo sonoro, explosões de granadas etc. – era apelidado pelos americanos de *Butter Cup*.



Adestramento de CBINC das guarnições dos Cruzadores *Barroso* e *Tumandaré* em Filadélfia quando de seu recebimento

Naqueles cursos foi matriculada a maioria dos oficiais que serviam na máquina, sendo as turmas completadas pelos oficiais do convés.

Durante a estadia naquele eficiente Centro de Adestramento da Marinha americana e com o apoio do Capitão-de-Corveta Engenheiro Naval Aniceto Cruz Santos, que servia no Arsenal da Marinha de Filadélfia, foi possível enviar para a “matriz” no Rio de Janeiro alguns dos planos dos diversos equipamentos existentes nas duas escolas americanas, inclusive os do *Butter Cup*.

Modernização do CAAML

Em janeiro de 1962, como capitão-de-fragata, Carlos Borba retornou ao seu antigo CITAS, então já Centro de Adestramento Marques Leão (CAAML), conhecido como Camaleão, nomeado para comandar o centro onde, como oficial em início de carreira, havia tido oportunidade de grande realização profissional.

A situação era muito diferente e a prioridade era para o setor de operações navais, pois, em breve, seria recebido um novo simulador de tática, de procedência inglesa. O grande desafio era ultimar os entendimentos com o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro para liberar todo o andar de cima, onde funcionavam oficinas com um setor guarnecido por deficientes visuais que aumentavam a dificuldade para transferi-los de local de trabalho.

A direção do Arsenal relutava em atender a essa pretensão, pensava em somente ceder a área indispensável para instalar o novo equipamento, conservando, porém, os operários cegos da Seção de Marinharia na execução de trabalhos manuais, continuando a produzir barulho incompatível com um estabelecimento de ensino. Felizmente, foi decisivo o argumento apresentado ao diretor do Arsenal, Almirante Sylvio Monteiro Moutinho, o fato de, no assunto em foco, estarem somando esforços as duas organizações que trabalhavam para a

eficiência da nossa Esquadra: o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro mantendo os navios em condições de operar e o CAAML adestrando as suas guarnições.

Outro fato decisivo foi a visita feita pelo Ministro Ângelo Nolasco, que fez questão de verificar, pessoalmente, as dificuldades para a efetivação da grande ampliação do Centro de Adestramento.

Prontamente autorizou a liberação da verba e foi possível executar o projeto que incluiu, inclusive, a praça-d'armas e instalação dos novos equipamentos ingleses.

A ESCOLA DE COMBATE A INCÊNDIO APÓS O COMANDANTE BORBA

Nesses últimos 40 anos muito progresso foi conseguido, tornando-se hoje uma escola padrão para instrução e adestramento ao combate ao incêndio.

No primeiro ano do novo milênio – 2001 – passaram pela escola 884 oficiais e 4.775 praças nos seus cursos* e 560 oficiais e 7.832 praças lá se adestraram em combate a incêndio.

Hoje dispõe de uma área de 11.465 m² e equipamentos modernos e especializados à sua missão, tais como: simulador de avarias estruturais, treinador de CAV para fragata modernizada, labirinto de fumaça e dois pátios de combate a incêndio.

Na cerimônia noticiada no início deste artigo, o homenageado agradeceu ao Capitão-de-Mar-e-Guerra José Geraldo Fernandes Nunes, comandante do CAAML, a iniciativa de ligar o seu nome à Escola de Combate a Incêndio. A seguir, fez uma referência à sucessão de esforços despendidos pela quase totalidade dos que



Os mock ups utilizados:

- o helicóptero;
- a praça de máquinas;
- o avião;

* N.R.: Atualmente são ministrados na Escola de Combate a Incêndio os seguintes cursos: CBINC (Combate a Incêndio) para oficiais e praças; CAV (Controle de Avarias) para oficiais; SOS (Socorro e Salvamento) para oficiais e praças; PRISOC (Primeiros Socorros) para praças; CIA MERCANTE (CBINC avançado para marítimos); CBINCAVAN (CBINC avançado) para praças; FICAV (Fiel de controle de avarias) para praças; e ELCAV (Elementos de controle de avarias) para praças.

tiveram o privilégio de servir naquele seu querido Centro desde as suas origens, durante a Segunda Guerra Mundial: contribuíram eles para construir o alto conceito de que desfruta o CAAML na Marinha.

Para terminar o seu pronunciamento, o Comandante Borba pediu desculpas aos presentes, em especial aos senhores almirantes, pois iria começar tudo novamente. Após alguns instantes de perplexidade, tranquilizou os presentes ao desenvolver o seguinte raciocínio: sugestões são apresentadas no dia-a-dia de qualquer organização, independentemente do seu porte; normalmente, estão distribuídas ao longo da curva de Gauss: nos extremos, poucas consideradas excelentes, outras tanto péssimas; algumas muito boas; outras razoáveis; e a maioria classificadas como aceitáveis.

Entretanto, se as pessoas que detêm o poder decisório não se interessarem em

aproveitá-las, serão irremediavelmente arquivadas ou, no máximo, terão o despacho “aguardar a devida oportunidade”, que, no mais das vezes, representa dormir eternamente no fundo de uma gaveta.

E, no caso em foco, o Almirante Adalberto Lara de Almeida, chefe do Estado-Maior da Armada, interessou-se em conhecer aquela sugestão de um petulante tenente e julgou de magna importância e apressou-se em determinar a sua implementação.

Nessas circunstâncias concluiu o Comandante Carlos Borba:

“Apresento a sugestão para que, junto à placa inaugurada dia 20 de fevereiro de 2002 na Escola de Combate a Incêndio do CAMALEÃO, seja apostada outra transcrevendo as partes mais importantes do seu despacho, pois, graças ao Almirante Lara de Almeida, o sonho do tenente se tornou realidade!”

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<EDUCAÇÃO> / Combate ao incêndio /; Controle de Avarias /; Atividades Marinheiras;

O fogo sagrado é o único
que não apagamos.

Escola de CBINC

MINISTÉRIO DA MARINHA

REBOCADOR TRIUNFO

Do: Primeiro-Tenente Carlos Borba
Ao: Exm^o Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada
Assunto: Uma sugestão.

1. Em cumprimento às ordens verbais recebidas no período de prontificação dos três rebocadores recentemente recebidos nos Estados Unidos, cursei as Escolas de Controle de Avarias e de Combate ao Incêndio da Marinha americana em Filadélfia. Certo de que a matrícula de oficiais e praças em cursos e escolas de treinamento estrangeiras tem por objetivo único a aquisição de novos elementos e informações que, uma vez devidamente julgadas e estudadas, irão contribuir para a atualização do nível técnico da Marinha, cumpro-me apresentar a V. Ex^a um relatório sumário daqueles cursos, bem como uma sugestão.

2. O curso de Controle de Avarias tem a duração de um mês, com cinco dias por semana e no horário de 9 às 16 horas; o de Combate ao Incêndio é de cinco dias, no horário de 8 às 16 horas. Funcionam com o objetivo de permitir, num tempo relativamente curto, o contínuo preparo de oficiais e praças devidamente endoutrinados nos princípios básicos desses ramos essenciais do treinamento do pessoal embarcado.

É mandado matricular nessas escolas o maior número possível de oficiais e praças de cada navio, porquanto, no decorrer da última guerra, a Marinha americana colheu dados e ensinamentos preciosos referentes ao assunto e firmou doutrinas colocando o Controle de Avarias a bordo de seus navios em igualdade com a direção do navio e direção de tiro.

O seguinte trecho de um relatório da Esquadra americana do Pacífico diz: "O treinamento do Controle de Avarias e Combate ao Incêndio merece a mesma importância que o dispensado na utilização do poder ofensivo do navio. Compete a todo o pessoal de bordo a manutenção do navio em ação e em condições de manobrar após o combate, não podendo ficar restrito apenas à parte competente do Controle de Avarias. Pessoal sem experiência se apresenta continuamente a bordo e destrói o grau de treinamento do navio. A solução é "TREINAMENTO", salientando a necessidade imperiosa de uma profunda divulgação desses conhecimentos no meio da Marinha.

Para a execução desse plano geral de ensino objetivo e treinamento à vista do material, as escolas dispõem de completa instalação e auxílios de ensino. Não entrarei em maiores detalhes e descrições desses recursos, que são, sem dúvida, de grande valor para nossos órgãos competentes, porquanto outro oficial que cursou as mesmas escolas encaminhará a esse Estado-Maior um relatório pormenorizado sobre o assunto.

3. Com a incorporação à nossa Marinha da série de navios provenientes da Marinha americana e com grande contato que tiveram as unidades de ambas quando em ação conjunta, parte desses ensinamentos e doutrinas foi introduzida a bordo dos nossos navios. Sente-se, porém, a necessidade de coordenação e divulgação desses princípios, e uma série de fatores dificulta a frequência de maior número de oficiais e praças naquelas escolas.

Os contratorpedeiros classe *Bertloga* e, ultimamente, os rebocadores classe *Tritão* dispõem dos elementos materiais mínimos essenciais para a execução de um plano de treinamento da Esquadra durante o período de estudos e construção de uma instalação definitiva e completa que preencha todos os requisitos para esse treinamento.

4. Qualquer curso, quer de oficiais, quer de praças, que obrigue o desembarque do pessoal acarretará, por certo, num problema de faltas na Esquadra que prejudicará os serviços de bordo.

Atendendo às razões e circunstâncias expostas, passo a apresentar a V. Ex^a uma sugestão em que se procura uma solução temporária e urgente para o problema, com a criação de um Curso Expedito de Controle de Avarias e Combate ao Incêndio.

5. O curso constará de quatro semanas, sendo três de Controle de Avarias, com aulas diárias das 9 às 11:30 horas, e de uma semana dividida em dois períodos: o primeiro de dois dias de aulas sobre Combate ao Incêndio, no mesmo horário, e o outro de três dias a bordo dos navios em movimento, para concretização dos conhecimentos adquiridos e utilização do material.

Aos sábados não haverá aulas, a fim de compensar os prejuízos decorrentes do afastamento dos oficiais de bordo no primeiro tempo dos demais dias da semana.

O programa anexo foi moldado nos das escolas de Filadélfia, com as simplificações e reduções possíveis, atendendo ao maior grau de conhecimento dos nossos oficiais com relação ao mínimo previsto para os alunos daquelas escolas.

Há o prejuízo de toda a parte prática, que requer instalações e recursos de ensino muito maiores. As apostilas obedecerão ao mesmo critério acima e deverão procurar suprir parte da deficiência exposta.

Serão apresentados os filmes de instrução da Marinha americana, bem como quadros, esquemas etc. da relação anexa, que, caso a Diretoria de Ensino não disponha, poderão ser adquiridos nos Estados Unidos.

De posse dos conhecimentos e das fontes de consultas fornecidos durante o curso, os oficiais encarregados do Controle de Avarias dos navios da Esquadra iniciarão a bordo um programa de treinamento de toda a guarnição.

Poderia então ser criado um curso expedito de Controle de Avarias e Combate a Incêndio para praças com duração de uma semana, pois, com recursos pequenos e rápidos, se teriam meios de iniciar essa instrução.

6. Cumpre-me, outrossim, acrescentar que alguns pontos da doutrina apresentados durante o curso entram em choque com a que está oficialmente em vigor em alguns navios da Esquadra. Haveria toda vantagem em se introduzir nas apostilas do curso a doutrina definitiva firmada por esse Estado-Maior, a fim de se evitarem não só novas alterações como também determinar um plano geral aplicável a todos os tipos de navios.

CARLOS BORBA
Primeiro-Tenente

*

* *

CONHEÇA O SEU NAVIO

1ª Semana

1º dia:

09:00 – 09:50 – Fundamentos sobre flutuação e estabilidade transversal.

10:00 – 10:50 – Características de estabilidade.

11:00 – 11:30 – Cinema: Elementos de estabilidade (MN-61-F).

Metacentro 1ª e 2ª parte (MN-61 e MN-61-J).

2º dia:

09:00 – 09:50 – Experiência de inclinação – Deslocamento de pesos e influências na estabilidade transversal.

10:00 – 10:50 – Continuação.

11:00 – 11:30 – Cinemas: – Deslocamento vertical de pesos. Deslocamento horizontal de pesos.

3º dia:

09:00 – 09:50 – Alteração de pesos – influência na estabilidade transversal.

10:00 – 10:50 – Efeito do alagamento parcial.

11:00 – 11:30 – Cinema: – Adição de pesos.

4º dia:

09:00 – 09:50 – Estabilidade longitudinal e calado. Banda.

10:00 – 10:50 – Dados de estabilidade para condições padrão de carga-curva de forma.

11:00 – 11:30 – Continuação.

5º dia:

09:00 – 09:50 – Alteração na estabilidade – cálculos.

10:00 – 10:50 – Continuação. Explosão abaixo da linha-d'água.

11:00 – 11:30 – Resistência do casco.

SALVE O SEU NAVIO**2ª Semana****1º dia:**

09:00 – 09:50 – Objetivos e Organização do Controle de Avarias.
 10:00 – 10:50 – Turma de reparo – treinamento.
 11:00 – 11:30 – Continuação.

2º dia:

09:00 – 09:50 – Competência do oficial encarregado do Controle de Avarias.
 10:00 – 10:50 – Conservação do material.
 11:00 – 11:30 – Continuação.

3º dia:

09:00 – 09:50 – Diagramas e símbolos do Controle de Avarias.
 10:00 – 10:50 – Redes do navio.
 11:00 – 11:30 – Continuação.

4º dia:

09:00 – 09:50 – Circuitos elétricos – cabos de emergência.
 10:00 – 10:50 – Controle de Avarias da Máquina – Avarias de combate na instalação da máquina.
 11:00 – 11:30 – Continuação.

5º dia:

09:00 – 09:50 – Estima da situação do navio após a avaria.
 10:00 – 10:50 – Providências e medidas para recuperação do navio.
 11:00 – 11:30 – Preparo do navio para combate.

TREINE A SUA GUARNIÇÃO**3ª Semana****1º dia:**

09:00 – 09:50 – Escoramento e tamponamento.
 10:00 – 10:50 – Encalhe e desencalhe. Docagem do navio.
 11:00 – 11:30 – Cinema: (Escoramento) – MN-61-aa.

2º dia:

09:00 – 09:50 – Fechamento de compartimentos. Provas de estanqueidade.
 10:00 – 10:50 – Redução da probabilidade de incêndio.
 11:00 – 11:30 – Cinema: Mergulho (MN-105 d).

3º dia:

09:00 – 09:50 – Solda e corte oxiacetileno: “Solda de prata, solda e corte debaixo d’água”.
 10:00 – 10:50 – Telefone de combate. Bolsas e redes de salvamento.
 11:00 – 11:30 – Cinema: “Como nadar em óleo queimando”.

4º dia:

09:00 – 09:50 – Informações durante o combate – Análise de diversos casos.
 10:00 – 10:50 – Continuação.
 11:00 – 11:30 – Cinema: “O Franklin”.

5º dia:

Conclusões: Programas de instalação a bordo.
 Cinema: “Seven Sailors”.

4ª Semana

1º dia:

- 09:00 – 09:50 – Equipamento de incêndio – usos e cuidados.
10:00 – 10:50 – Continuação.
11:00 – 11:30 – Cinema: Química do fogo (MN-61-a).

2º dia:

- 09:00 – 09:50 – Fundamentos do combate ao incêndio.
10:00 – 10:50 – Continuação.
11:00 – 11:30 – Cinema: “Escola de Combate ao Incêndio” (MN-61-b).

3º dia:

A bordo de um rebocador em movimento.

- 1º Tempo: – Utilização do novo material de incêndio pelos próprios alunos.
Mergulho com o aparelho de escafandro para pequena profundidade.
2º Tempo: – Utilização da máscara para incêndio (RBA)
Bomba Handy Billy
Bomba P-500
Ejetores, etc.

4º dia:

A bordo DE em movimento.

- 1º Tempo: – Conhecimento do navio através dos planos e dados de bordo.
Distribuição do pessoal pelas turmas de reparos.
2º Tempo: – Postos de combate com turmas de reparo guarnecidos pelo pessoal do curso. Exercícios de Controle de Avarias; Rede de incêndio, óleo, água, ventilação, esgoto etc.

5º dia:

- 1º Tempo: – Escoramento. Avarias simuladas em circuitos elétricos, rede de incêndio, máquina de leme.
2º Tempo: – Continuação dos exercícios simulados com rodízio entre as turmas de reparos.

MATERIAL DE ENSINO NECESSÁRIO

FILMS:

- MN-61-a – The Chemistry of Fire
MN-61-i – The Metacenter in Stability – Part I
MN-61-j – The Metacenter in Stability – Part II
MN-105-d – Deep Sea Diving and Shallow Water Diving
MC-541-a – The Inside of Arc Welding – Fundamentals
MC-541-b – The Inside of Arc Welding – Nº 2 – Flat position
MC-541-c – The Inside of Arc Welding – Nº 3 – Horizontal Position.

- MN-836-a – Fundamentals of First Aid
MN-836-c – Bomb Blasts and Burns
MA-1929-a – Use of Service Hand Tools
MA-1929-b – Use of Service Hand Tools: Pliers, Screw Drivers
MA-1929-c – Use of Service Hand Tools: Chisels
MA-1929-d – Use of Service Hand Tools: Hammers
MA-1929-e – Use of Service Hand Tools: Punches, Drift, Pins, Bars
MA-1929-f – Use of Service Hand Tools: Hacksaws
MA-2087-b – Portable Electric Drills
MN-2334-b – Nomenclature of Ships. Locations of Decks and Compartments.
MN-3470 – High Impact Shock on Electrical Equipment
MN-3584-a – Navy Gas Mask Drill for Mark III and Mark IV Masks

MN-3711-a - Battle Telephone Talker
 MB-4716 - Ship Safety, A Story of Seven Sailors
 SN-2334-n - Shipbuilding Skills - Nomenclature of Ship.
 Location of Decks and Compartments.
 SN-2667 - The Oxycetylene Torch, Setting up and Lighting
 MN-61-b - School of Firefighter
 MN-61-d - Rescue Breathing Apparatus
 02type-MN-61-e - Rescue Breathing Apparatus
 MN-61-f - Elements of Stability
 MN-61-aa - Principles of Shoring
 MN-61-h - Metacenter in Stability
 MN-3584-b - Care and inspection of Navy Gas Mask, Mk-3-4
 MN-3584-c - Decontamination Procedures Aboard Ship
 MN-324-a - Common Gases
 MN-324-b - Your Gas Mask
 MN-1145 - Abandon Ship

CHARTS

Fire Fighting Equipment, Navy Pers-180.274 séries, 35" x 45"
 Damage Control Valves, Navy Pers-180.275 - séries, 35" x 45"

POSTERS

Operational Seamanship-Watertight Integrity-Navy Pers-170.604 Séries, 35" x 45"
 Gas Mask Drill, Navy Pers-170.093, 35" x 45"
 Defense Against Gas, Navy, Pers-60.003 séries (48 charts) 28" x 44"
 "Don't Be a Souvenir Hunter", Navy Pers 70.419s (19 charts in séries) 22" x 28"

BOOKLETS

Booby Traps
 First Aid for Battle Casualties
 First Aid Treatment for Survivors of Disasters at Sea
 Gas - Know Your Chemical Warfare.

(CONTINUA)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Rio de Janeiro, D.F.,
20 de Dezembro de 1947.

Nº 0378 (EMA)

Do: Chefe do Estado-Maior da Armada
Ao: Exmº Sr. Diretor-Geral do Ensino Naval

Assunto: Curso Expedito de Controle de Avarias – (Criação de um) –

Anexo: Sugestões apresentadas pelo Primeiro-Tenente Carlos Borba

1. O Estado-Maior da Armada apreciou demoradamente a presente sugestão apresentada pelo Primeiro-Tenente Carlos Borba.

2. Encaminho a V. Exa. e declaro com ele estar de pleno acordo, fazendo, apenas, umas alterações, que são as seguintes:

a) as aulas serão dadas de segunda a quinta-feira, ficando as sextas-feiras para os oficiais estarem presentes nos seus navios no decorrer das limpezas e regimen de sexta-feira;

b) as aulas serão dadas nos segundos tempos e não nos primeiros, portanto, de 13 às 15h30, em vez de 9 às 11h30, uma vez que é sempre mais necessária a presença dos oficiais a bordo no primeiro tempo, não só para olharem as suas divisões e participarem dos exercicios detalhados para esse tempo, como também para comparecerem à “parada” e tomarem conhecimento pessoal das ordens que tenham de ser transmitidas pelo comandante ou imediato.

3. Quanto ao que diz o item 6 do officio do Primeiro-Tenente Carlos Borba, deve esse official salientar e indicar os pontos da doutrina apresentados durante o curso efetuado nas Escolas de Filadélfia que entram em choque com o que está oficialmente em vigor em alguns navios da Esquadra.

V. Exa. deverá mandar chamar o official em causa nessa Diretoria e fazê-lo esclarecer esses pontos.

4. A sugestão ora apresentada é de emergência, mas, é claro, tratando-se de assunto de magna importância, naturalmente essa Diretoria encará-lo-á de frente, perante a necessidade da aparelhagem e obtenção do material de ensino necessário, (cuja primeira relação se acha anexa ao presente expediente), a fim de serem amplamente atendidos os futuros cursos normais desse importante serviço.

5. Qualquer providência que não esteja aqui ou não seja possível a essa Diretoria tomar, queira dirigir-se V. Exa. a este Estado-Maior.

ADALBERTO LARA DE ALMEIDA
Vice-Almirante
Chefe do Estado-Maior da Armada

(CONTINUA)

INFORMAÇÃO

Rio de Janeiro, D.F.,

13 de abril de 1949.

Do: Encarregado da 3ª Seção da 1ª Divisão
 Ao: Sr. Chefe da 1ª Divisão (D.Ens.I)

Assunto: Divergências entre as doutrinas e organizações das Marinhas americanas e brasileiras.
 Referência: Of. 0378, de 20-12-947, do EMA ao D.G. do Ensino Naval.

1. Em cumprimento ao item 3 do ofício da referência, cumpre-me salientar o seguinte:

a) Com o decorrer da última guerra, os serviços de Controle de Avarias e medidas para aumentar a capacidade do navio para resistir às avarias em combate se desenvolveram enormemente, passando a ter importância capital a bordo de qualquer tipo de navio de guerra. Pelos dados colhidos pela Marinha americana nesse período, verificou-se que os progressos obtidos foram tão rápidos que navios perdidos no início da campanha seriam salvos se houvessem recebido as mesmas avarias e incêndios algum tempo depois.

Presentemente a organização de Combate da Marinha americana se resume em três divisões principais: Direção de Tiro, Controle do Navio e Controle de Avarias, além de Controle de Vão dos navios-aeródromos.

O Controle de Avarias, muito embora tenha seu aspecto mais definido com o navio na Condição de Postos de Combate, e principalmente após sofrer a primeira avaria, dependerá principalmente das medidas tomadas antes da ação, sendo uma função tanto ofensiva como defensiva; costuma-se afirmar que 90% dos serviços de Controle de Avarias são executados antes do navio entrar em ação. Para que ele tenha sucesso a bordo, torna-se porém imperioso que haja uma doutrina firmada, bem como uma organização criteriosa do pessoal e material, além do treinamento e educação da guarnição.

A princípio, o Controle de Avarias era subordinado do Departamento do Material. Terminada a guerra, a Marinha americana, baseada nos relatórios e observações colhidas durante toda a campanha, adotou a subordinação do Controle de Avarias do Departamento de Máquina, por força das suas próprias atribuições e incumbências, a quem melhor conhece o navio.

b) Com o fim da guerra, as Organizações Administrativas sofreram também outras alterações: os sete Departamentos a saber, Armamento, Máquinas, Material, Navegação, Pessoal, Saúde e Intendência, que, pela antiga Organização, eram subordinados ao imediato, foram reduzidos para apenas cinco: Armamento, Máquinas, Operações, Saúde e Intendência, além do Departamento de Aviação nos navios-aeródromos. Analisaremos, de uma maneira geral, estas alterações:

Os Departamentos do Pessoal e Material foram extintos e houve uma ampliação no de Navegação, que, uma vez tendo sido alterado seu objetivo principal, passou a se denominar Departamento de Operações. As atribuições dos departamentos extintos foram assim distribuídas:

- No Departamento do Pessoal, para a parte de acomodações da guarnições, fichário do pessoal etc.

- Foi criada a função de oficial encarregado do Pessoal, subordinado diretamente ao imediato. Na parte de rancho, o Departamento de Intendência passou a ser também responsável pela sua distribuição e fiscalização.

- No Departamento do Material, as funções de encarregado do Material propriamente dito, ou seja coordenação dos pedidos de material, sobressalentes, limpeza etc, e sua distribuição pelos departamentos ou divisões, passaram a ser exercidas pelo Departamento de Intendência. Convém salientar que este serviço é grandemente simplificado e torna-se mais racional com a adoção da Lista de Equipamento do Material (Allowence List), que determina a quantidade de cada espécie que deverá existir a bordo. A parte de Controle de Avarias, que pertencia a este Departamento, como vimos, passou para o Departamento de Máquinas. A parte de manobra de embarcações, aspecto externo do navio etc. passou para o Departamento do Armamento.

- Finalmente o Departamento de Navegação se transformou no Departamento de Operações, como consequência do desenvolvimento vertiginoso do equipamento de procura pelo radar, plotagens aéreas e de superfície, bem como mobilidade e velocidade das unidades inimigas; o problema da

"avaliação" de elementos e coleta de informações de combate tornou-se imprescindível e o navio cujo comandante e encarregado de artilharia contarem apenas com os dados morosos e insuficientes fornecidos pela procura visual ou telímetros óticos está fadado a ser atingido sem ao menos ir a Postos de Combate. Na campanha do Pacífico, apesar da Marinha japonesa possuir também radar, tivemos vários casos de ataques noturnos de artilharia e torpedos efetuados por navios americanos, em que o inimigo não pressentira a aproximação. Presentemente, um avião a jato, ao atacar uma unidade, não fornece, pelo ruído, nem ao menos uma idéia grosseira da direção da sua aproximação.

O encarregado do Departamento de Operações, tendo seu posto de combate no Centro de Informações de Combate como "Avaliador", coordenara todos os trabalhos desta estação do navio. Antes de constituir uma restrição à autoridade do comandante ou limitação das suas decisões, o CIC constitui o órgão informativo em que ele se apoiará para o bom desempenho das missões a ele confiadas, ao mesmo tempo que resolve os problemas táticos e evolutivos de acordo com as suas ordens.

Subordinado ao Encarregado do Departamento de Operações, além dos encarregados do CIC, Comunicações, Som e outros julgados necessários, está o encarregado de Navegação do navio.

Esta nova Organização que comentamos superficialmente é apresentada na publicação do Navy Department americano *Standard Ship Organization* e entrou em vigor em janeiro de 1948.

e) Um apanhado geral feito nos navios da Marinha brasileira no que diz respeito às suas organizações tanto na parte do pessoal como de material nos mostra o seguinte:

O Encouraçado *Minas Gerais*, que pelo seu tipo permite o funcionamento de uma organização em toda sua plenitude, e constitui o navio para endoutrinamento geral de segundos-tenentes em estágio, tem em vigor a antiga organização de 1924, com pequenas alterações. Na parte do material, conserva a antiga numeração e nomenclatura de compartimentos, redes etc. bem como a classificação de fechamento de portas e escotilhas.

Nos contratorpedeiros classe *M*, a Organização em vigor cogita das funções e atribuições de Controle de Avarias, mas na parte do material não preenche todos os requisitos modernos de construção e seus compartimentos são numerados considerando o navio dividido em quatro seções A, B, C e D, que era a convenção americana de antes da guerra.

Nos contratorpedeiros classe *Be*, foi adotada uma organização moldada na americana que vigorava a bordo na época da transferência dos navios para a Marinha brasileira. Na parte do material, em se tratando de navios de construção americana de 1942, encontram-se a bordo os elementos para aplicação da atual doutrina de Controle de Avarias, CIC, Comunicações etc. Em um comentário feliz do comandante americano de um destes navios, "o DE é uma miniatura de um navio de guerra moderno; nele se encontram os elementos necessários para treinar uma guarnição e capacitá-la para guarnecer um navio do porte até de cruzador, com exceção do sistema de propulsão".

Para os contratorpedeiros classe *A*, está em elaboração uma Organização atualizada, e nos moldes indicados no parágrafo b) do item 1; na parte de Controle de Avarias o material obedece às especificações americanas, coincidindo assim com os da classe *Be*.

Nos caças classe *G*, atendendo ao seu pequeno porte, são obedecidas as especificações americanas com as limitações impostas pelo tipo do navio.

Nos demais navios auxiliares ou de pequeno porte, a não ser os de construção americana, como os rebocadores classe *R* e navios-tanques classe *Rijo*, encontram-se organizações e nomenclaturas baseadas em grau maior ou menor, na doutrina clássica ditada pela Organização dos Encouraçados.

3. As apostilas para o Curso de Controle de Avarias que estão sendo elaboradas nesta Diretoria, pelo próprio objetivo do Curso, têm caráter geral, não considerando nenhum navio em particular. Destina-se porém aos oficiais e praças de toda a Esquadra. Pelo exposto no item anterior, haverá o caso singular de muitos alunos, ao terminarem o curso e regressarem para seus navios, encontrarem, em grau maior ou menor, divergências entre o que foi estudado e o existente a bordo.

Justamente por existir sobre o assunto, em caráter oficial na nossa Marinha, apenas a Organização da 2ª Flotilha, que não está ainda alterada para os novos moldes e parecendo-nos oportuno a adoção da atual Organização americana (o que parece ser pensamento do EMA ao adotá-la na classe *A*), este ponto não foi tratado na apostila.

Da mesma maneira, pelas razões que não permitem se tratar no curso de um tipo particular de navio, nem sempre as apostilas poderão ter o caráter de generalização e detalhes das Instruções e Especificações Técnicas. Publicada, aprovada e colocada em vigor, atualmente só se possui a publicação do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, aprovada pela Diretoria de Engenharia Naval, que regula a nomenclatura de conveses e numeração de compartimentos e chapas indicativas.

Dada essa deficiência de publicações em português sobre o assunto, entre outras dificuldades, surgiu o problema da tradução de um grande número de termos novos para os quais não se possuía a correspondência em português. Foram assim criados termos novos procurando-se, sempre que possível, seguir a nomenclatura já consagrada na nossa Marinha. No fim de cada apostila, há esses termos relacionados, constituindo um glossário, que é uma primeira aproximação e tentativa para uniformização da nossa nomenclatura técnica.

4. Aproximando-se a data do início do Curso e com o objetivo de estabelecer um plano geral que permita solucionar as divergências acima apontadas, passo a apresentar uma sugestão que, no caso de ser aprovada por esta Diretoria, seria encaminhada ao EMA e à Diretoria de Engenharia. Uma vez em vigor em toda a Marinha, todos os navios passariam a executar seu treinamento e atividades normais dentro dos moldes da Marinha americana, com todas as vantagens para futuros recebimentos de navios, exercícios conjuntos etc.

a) EMA:

1 - Publicar e colocar em vigor as "Normas Gerais para Elaboração de Organizações" de acordo com a publicação correspondente da Marinha americana, na qual está sendo baseada a Organização para os contratorpedeiros classe A. Ao que me parece, porém, não é vantajoso presentemente atribuir ao Departamento de Intendência do navio toda a parte do material sobressalente e da limpeza, o que sobrecarregaria muito aquele oficial. Na Marinha americana, isso é possível porquanto, nos grandes navios, o departamento possui pessoal em número suficiente para atender também à parte de pagamento, cadernetas etc. Nos navios pequenos, este serviço é feito pela força, flotilha ou pelas bases, ficando o intendente praticamente com a parte do material e rancho.

Essa publicação substituiria o EMA-32. Nos navios antigos, como o *Minas Gerais*, seriam introduzidas todas as partes aplicáveis com o objetivo único de evitar solução de continuidade entre os navios da Esquadra.

2. Publicar e colocar em vigor as "Instruções para Controle de Avarias" nos moldes do FTP 170-B da Marinha americana. No EMA já existe uma tradução dessa publicação feita pelo Capitão-Tenente Carlos Alberto Carneiro de Mendonça, que, com pequenas alterações, poderá ser adotada.

3. Alterar a Ordenança Geral para o Serviço da Armada de acordo com o parágrafo 1, acima.

b) Diretoria de Engenharia:

1. Elaborar as Listas de Equipamentos para todas as classes de navios nos moldes do *Allowence List* da Marinha americana. Esse trabalho acarretaria fatalmente uma revisão da nomenclatura do Depósito Naval que não corresponde mais às necessidades atuais da Marinha.

CARLOS BORBA

Capitão-Tenente, Encarregado da 3ª Seção

AS FORÇAS ARMADAS, A MARINHA E O MINISTÉRIO DA DEFESA

– Pensamentos e relatos –

MAURO CESAR RODRIGUES PEREIRA
Almirante-de-Esquadra (RRm)
Ex-Ministro da Marinha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A política internacional e a defesa nacional

A Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Política de Defesa Nacional e Política Externa Brasileiras

AS FFAA

Missão constitucional das FFAA

Guarda Nacional

Crise de identidade militar

O conceito de segurança cooperativa e a Política de Defesa argentina

Participação do Brasil em forças de paz

O MINISTÉRIO DA DEFESA

Falta de articulação entre as três FFAA

Aspectos políticos de criação do Ministério da Defesa

Posições da Marinha na criação do Ministério da Defesa

Aspectos conceituais de criação do Ministério da Defesa

Operação do Ministério da Defesa

Subordinação do Poder Militar ao Poder Civil

Serviço militar obrigatório

A MARINHA

A Marinha oceânica

Influência do pensamento de Mahan

Influência das missões e dos acordos

Influência da "doutrina da ESG"

Relacionamento com o Congresso e a Imprensa

A modernização da Marinha

Suas dimensões

A educação nas escolas

Cursos e Plano de Carreira dos Oficiais

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

Não tenho hábito de escrever muito e raramente publico o que escrevo. Entretanto, vivi há pouco tempo o episódio marcante da criação do Ministério da Defesa, precedido da primeira versão escrita de uma Política de Defesa Nacional, formalmente aprovada pelo Presidente da República, enquanto ocupava o cargo de Ministro da Marinha. Já bastariam as experiências deste cargo para suscitar a curiosidade de muitos brasileiros, vários jovens entre eles, que felizmente começam a se preocupar, estudar e comentar sobre os aspectos de defesa, movimento alvissareiro que poderá transformar a perigosa apatia de nossas elites sobre tema de tanta importância.

Em Londres, ainda em 2001, recebi a visita da então mestrandia da Unicamp Adriana Marques, que me apresentou um longo questionamento, inclusive com perguntas de seus colegas A. Fuccille e C. Silveira. Mais tarde, já nos dias correntes, o próprio orientador de Adriana, professor-doutor Eliézer Rizzo de Oliveira, também da Unicamp, pediu-me comentários sobre alguns tópicos de seu interesse no mesmo campo. Finalmente, o diplomata João Paulo Soares Alsina Junior, para instrumentar seus estudos sobre Política de Defesa, enviou-me outro questionário.

Apesar da dificuldade de tempo, motivada por intensa atividade na Representação Permanente do Brasil junto à IMO, não me furtaria a atender tais solicitações, mesmo quando necessário responder por escrito, o que nos exige um pouco mais de cuidados para deixar claras as idéias. Ao verificar, ao término de tudo, que dispunha

de algumas dezenas de páginas com matéria de interesse para um público mais amplo, propus aos entrevistadores que me liberassem os textos para divulgação. A própria Adriana muito me ajudou na tarefa de modificar a apresentação.

Seguem-se, portanto, meditações e depoimentos sobre tópicos diversos, sem uma sequência mais elaborada*, porquanto consequência da curiosidade de quem trazia as indagações.

A POLÍTICA INTERNACIONAL E A DEFESA NACIONAL

Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Acredito haver tido razoável influência na criação da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden). Abordei o assunto e o repeti por vezes seguidas desde minhas primeiras conversas com o Presidente, a quem não conhecia antes do dia 19 de dezembro de 1994, quando me convidou para o cargo de Ministro da Marinha.

Sempre me pareceu que um país com as dimensões e o estágio de desenvolvimento como os do Brasil não poderia abdicar de ter uma presença adequada no cenário internacional e, para tanto, considerar que política internacional e de defesa precisam caminhar indissociavelmente ligadas, como acontece em qualquer lugar mais desenvolvido do mundo. Foge ao meu entendimento qualquer consideração de nos defendermos a não ser de ações vindas de fora, constituindo-se um absurdo pensar-

* N.R.: A sequência dos tópicos foi rearrumada pela RMB.

mos em nos defender dos próprios brasileiros. Como essa concepção precisava ser debatida pelas elites pensantes do País, inclusive dentro do governo, onde faltava diálogo sobre a matéria, e como a maneira de promover os entendimentos internos pela administração que se instalava era o das câmaras setoriais, logo sugeri a criação daquela que veio a ser a Creden.

Idéia semelhante levei ao Congresso. O Senado já havia unificado as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, mas não a Câmara dos Deputados. Lá, além de não haver qualquer entrosamento entre as duas comissões até então existentes, eram elas bastante inexpressivas, não exigindo nem mesmo que seus integrantes as tivessem como participação exclusiva, como acontecia com as Comissões de maior relevo. Debati o tópico com um sem-número de deputados e vários líderes partidários, até que, finalmente, tive a satisfação de ver a Câmara tomar a iniciativa de unir

as Comissões, dando-lhes, inclusive, depois de unificadas, o prestígio de serem presididas pelo recém-substituído presidente da Casa, quando terminou o mandato, o respeitado Deputado Luiz Eduardo Magalhães, já falecido.

Senti, na ocasião, que não havia entusiasmo no Itamaraty e nem nas outras Forças Armadas, tanto com a união das Comissões na Câmara, quanto com a criação

da Creden. Esta, mesmo depois de decidida sua criação, tardou em ter os atos formais emitidos e, depois disso, não encontrava pretexto para se reunir.

Como se vê, não foi a solução do problema da Aviação Naval, com o qual não havia mais celeuma àquele tempo, embora sem um encaminhamento tranquilo, que teria motivado a criação da Creden.

**Política não é enunciar,
minuciosamente, como as
coisas devem ser feitas.
Política tem de ser geral e,
de uma certa maneira,
abstrata, para ser precisa,
ampla e duradoura**

*

**Acredito que a Política
Nacional é boa porque dá,
em linhas gerais, o que se
pretende e em linhas até
um pouco menos gerais o
que não se pretende.
É o suficiente para saber
o que fazer**

Foi este tema, no entanto, que a fez começar a se reunir. Quando encaminhei ao Presidente da República a Exposição de Motivos pedindo autorização para adquirir as aeronaves, o que considerávamos vital para a Marinha e permitido pela legislação derivada da Constituição de 1988, não houve concordância por parte do Ministro da Aeronáutica e muitos acreditavam como possível a repetição dos fatos inexplicáveis de 1965. Naquela Exposição de Motivos, coloquei-me à disposição do Presidente para discutir o assunto em qualquer foro, inclusive a recém-criada Creden, mas

ponderei que a discussão não deveria ser sobre o material necessário à Marinha, porquanto nunca discutimos os materiais necessários ao Exército e à Força Aérea, o que seria impróprio, porém sobre as necessidades estratégicas de defesa do Brasil. Foi proposto, então, porque nada havia até então, elaborar-se o que terminou sendo a Política de Defesa Nacional.

Política de Defesa Nacional e Política Externa brasileira

Questionam-me sobre divergências entre as concepções do Itamaraty e da Marinha sobre a Política de Defesa. Eu diria não ocorrerem propriamente divergências, mas, da mesma forma, não diria haver uma total convergência. Talvez, em minha visão pessoal, o maior distanciamento ocorra por não se fazerem as Políticas Externa e de Defesa como complementares e totalmente interligadas, em termos conceituais e na ação prática.

Como fica patente dos meus comentários, acho que não havia, e temo que ainda não haja, coerência entre as políticas e nem articulação. Vou mais além. Acredito que as elites pensantes brasileiras, quando tornadas em Poder Político, não se dedicam a meditar coletivamente em Política Externa, nem em Política de Defesa e muito menos na interação entre ambas.

Considero ser-nos necessário, no Brasil, progredir muito, ainda, no trato dos assuntos políticos. Não essa política vista nos jornais todos os dias, a política dos partidos, governo de um lado, oposição do outro. Não é disso que estou falando. Falo da grande política.

Qual é o grande pensamento político brasileiro?

Nós não sabemos e, muitas vezes, não nos preocupamos em ter tal pensamento. Não o sabemos formular, a ponto de quando, por razões não exatamente aquelas que conduziram à formulação de uma Política de Defesa, o Presidente decidiu fazê-la escrever e referendou o documento resultante, houve muitas críticas qualificando-a como "nada". No meu entender, aquele documento diz muito, porquanto Política não é enunciar, minuciosamente, como as coisas devem ser feitas.

Para se chegar àquela conclusão, houve muita necessidade de discussão, de

entrosamento, e percebemos, então, não saber conversar frequentemente sobre esses assuntos. Não se verificaram grandes divergências, pois a discussão não era tão profunda; mas se nos habituássemos a discutir o assunto mais amiúde, com maior profundidade, acredito que, em algumas horas, teríamos chegado a divergências expressivas, ou talvez tivéssemos encontrado concordâncias mais firmes. Contudo, não se discute intensivamente sobre esses temas.

Nos trabalhos de elaboração da Política de Defesa Nacional (PDN), notava-se um certo desbalanceamento entre as diversas correntes de opinião. A Marinha, de longa data habituada a elaborar sistematicamente os planos estratégicos de que necessitava, que se consolidavam no Plano Estratégico da Marinha, em vigor, então, há cerca de duas décadas, com revisões periódicas, através de metodologia própria, sentia-se à vontade nas discussões, talvez como não estivessem todos os demais pares. Sabíamos, por exemplo, que Política tem de ser geral e, de uma certa maneira, abstrata, para ser precisa, ampla e duradoura.

Embora frequentemente se diga não caber aos militares estabelecer as Políticas de Defesa, tudo se passa como se todos deixassem a Política Externa aos diplomatas, a de Defesa aos militares, agora com o conforto de não se referir a estes diretamente, mas ao Ministério da Defesa, sob a égide civil. Creio ser erro grave. Ainda que sempre se devam ouvir os diplomatas e os militares na formulação das Políticas pelos representantes do Poder Político, diplomatas e militares não deveriam ser tomados senão como executores daquelas Políticas, nunca como formuladores.

Esse é um defeito de concepção que temos no Brasil e precisamos vencer. Quando houver o sentimento, no momento em que contarmos com uma elite estruturada

refletindo sobre a grande política, teremos uma verdadeira contribuição para esse debate. Por isso, sempre prestigiei muito o trabalho nos Núcleos de Estudos Estratégicos das universidades. Quanto mais gente pensar politicamente sobre os nossos maiores assuntos, mais teremos condições de ver o Brasil saber o que deseja fazer.

Apesar de muitos criticarem a Política de Defesa Nacional, acho-a muito boa, não perfeita, rememorando-se, além do mais, ter sido elaborada pela primeira vez, em curto espaço de tempo, sem ter o antecedente de algo semelhante para o Brasil como um todo, ou para a Política Externa. Poderá ser melhor quando evoluirmos e soubermos pensar em termos políticos. Acredito-a boa porque dá, em linhas gerais, o que se pretende e em linhas até um pouco menos gerais o que não se pretende. É o suficiente para saber o que fazer.

Vale recordar a velha anedota do navio inglês e do norte-americano no Yang-Tsé, quando começou a guerra civil na China. O comandante americano estava acabrunhado, porque não conseguia receber instruções de Washington e o inglês tranqüilo, tomando sol. O americano pergunta ao inglês se já conseguira receber instruções de Londres. Este responde: "Não, não estou esperando instruções, eu as tenho todas." O americano, então, retruca: "Como você tem todas as instruções? Ninguém poderia prever uma situação como essa."

E o inglês contesta tranqüilo: "Tenho aqui minhas instruções permanentes: defender os interesses de Sua Majestade." Política é isso: cultura e uma idéia de aonde se pretende chegar, em termos muito genéricos. Cabe a cada um e em cada situação, depois, ver qual a ação a tomar para o conseguir. Nesses termos, vejo-a correta.

Quem, algum dia, leu a Política de Defesa americana já observou vir em livretos fininhos. Às vezes, a política está toda nas duas primeiras folhas.

O resto é para o texto não ser pequeno demais. Assim acontece, porque o americano aprendeu e hoje sabe afirmar-se. A Política de Defesa norte-americana assenta-se em três itens, apenas: estar preparados para ganhar uma guerra em qualquer lugar, para impedir obstáculos ao seu desenvolvimento econômico e para assegurar a implantação da democracia no mundo.

A nossa Política de Defesa não é tão imperativa. Primeiro, porque não sabendo ser imperativos sobre os nossos interesses, temos

dúvidas. Além do mais, de certa maneira, somos acanhados para o expressar. O Brasil está mais preocupado em afirmar que não pretende molestar ninguém do que em mostrar os seus desejos.

Dizer-se da Política de Defesa Nacional (PDN) ser defensiva para os militares, principalmente com a intenção não revelada de manter a autonomia institucional das Forças, parece-me outra

O Brasil está mais preocupado em afirmar que não pretende molestar ninguém do que em mostrar os seus desejos

*

Deveríamos ser mais agressivos na nossa Política Externa. Mais agressivos não significa agressão a ninguém, mas buscarmos ser mais firmes em todos os organismos internacionais

concepção errônea do que seja uma Política de Defesa. Aliás, o problema das autonomias necessárias às Forças é tema de outra natureza, que deveria ser e foi, abertamente, abordado na constituição do Ministério da Defesa.

Retornando à questão das divergências com relação ao Itamaraty, vejo, para citar uma situação, que deveríamos ser mais agressivos na nossa Política Externa. Mais agressivos não significa agressão a ninguém, mas buscarmos ser mais firmes em todos os organismos internacionais, por exemplo.

Estou vivendo agora uma experiência na Organização Marítima Internacional, onde o Brasil não era nem considerado anteriormente e hoje passou a sê-lo, porque começamos a enfrentar os problemas, a fazer nossa voz ser ouvida. Queremos ter preponderância? Queremos ganhar dos outros? Não. Simplesmente queremos ter a nossa opinião, calcada em estudos sérios, também considerada. Com muito trabalho, vai-se tentando angariar apoio de um grupo de países, essencial para as decisões, mas este esforço não é integrado, nem se integra, em um panorama externo comum do País.

AS FORÇAS ARMADAS

MISSÃO CONSTITUCIONAL DAS FFAA BRASILEIRAS

A missão constitucional das Forças Armadas brasileiras é suficientemente ampla para estar adequada a qualquer realidade. O questionamento tão falado durante os últimos anos, desde a Constituinte de 1988, sobre se as Forças Armadas devem ou não defender a lei e a ordem é inócuo. Recentemente, na Bahia, houve problemas e chamaram as Forças Armadas para garantir a ordem.

Afinal de contas, o que se faria numa situação dessas? Ficar com o problema na mão? Ou resolvê-lo com os meios disponíveis?

A interpretação política distorcida desses termos pode levar ao questionamento. Defender a lei e a ordem não significa tomar os freios nos dentes e dizer: "A lei sou

eu". Além do mais, pode-se colocar o que for na Constituição, pois não impedirá se alguém caminhar para a distorção. Se buscarem minha opinião sobre a mudança do texto constitucional, sinto-a desnecessária, porquanto só iriam mudar as palavras e não o conceito.

As Forças Armadas podem ser usadas em âmbito interno, se não houver outros meios restantes, mas não que elas sejam feitas para isso

O conceito, em si, está certo. A idéia é a seguinte: para que as Forças Armadas? Para defender os interesses do País contra qualquer tipo de dificuldade, quando necessário o uso da força, ou para o emprego político, ou seja, para prevenir, pela

dissuasão, os ataques externos ou internos. O ataque interno não é propriamente o vindo de um inimigo interno, mas de situação interna, que possa derrotar as estruturas brasileiras. Não significa, obviamente, deverem as Forças Armadas defender um interesse político de grupo contra outro.

Retornando à questão da greve da Polícia baiana como exemplo, não sei se a Polícia estaria certa ou errada. Poderia até estar certa, mas o que fazer? Contemplar nas ruas arruaça, depredação, assalto? Não se podem admitir tais fatos, porque acabariam com o Brasil.

Portanto, as Forças Armadas podem ser usadas em âmbito interno, se não houver outros meios restantes, mas não que elas sejam feitas para isso. Se fosse impossível usá-las dessa forma, teríamos de criar uma segunda polícia.

GUARDA NACIONAL

O exemplo de Guarda Nacional norte-americano, para mim, é o mais interessante. É uma reserva das Forças Armadas. Diga-se de passagem, não existe Guarda Nacional da Marinha, pois não funcionaria, apenas do Exército e da Força Aérea. A Guarda Nacional

é treinada para fazer ações militares, mas com capacitação para ações policiais. Na verdade, não uma ação policial qualquer, porque é ação de tropa de choque. Nessa condição, tem unidades passadas à subordinação dos governos estaduais. Enquanto empregada como tropa de defesa territorial, como reforço ou reserva das Forças Armadas, recebe comando federal.

Em minha opinião, caso a Guarda Nacional fosse criada no Brasil, deveria seguir concepção semelhante à norte-americana — se convocada a intervir em situação local, tem de estar sob comando estadual, não pode estar sob comando federal. Se assim não fos-

se, todo nosso princípio federativo, que já é fraco, desapareceria. Ademais, creio ser errado qualquer centralismo exagerado, dele advindo boa parte dos nossos problemas.

Outro ponto a ser considerado dentro de tal idéia seria a posição do Exército. No meu entender, razoável parcela da oficialidade e dos sargentos teria de ser da formação do Exército, mas atuando na Guarda Nacional por um período, competindo a organização, o adestramento e a adminis-

tração igualmente àquela Força. Talvez, então, o Exército não precisasse de tantos recrutas como hoje em dia.

Não há como imaginar que o homem seja perfeito e que não existirão mais atritos, provocações. Quero certas armas ditas estratégicas para usar dentro de uma estratégia defensiva, porém sabendo que posso necessitar empreender operações táticas ofensivas

CRISE DE IDENTIDADE MILITAR

Eu não diria que existe uma ausência de crise, mas também não diria propriamente crise.

Há uma preocupação, porque a campanha contra os militares, disseminada na sociedade, é muito forte, tanto

que gente nem ainda nascida na época do dito "regime militar" classifica-o como desastroso. Houve erros, mas não foi, de nenhuma forma, perto de desastroso. Certas pessoas continuam a atribuir aos militares uma série de atitudes, responsabilidades e pensamentos que não são verdadeiros. Como isso existe no meio social, ou seja, no mesmo meio ao qual pertencemos, traz uma certa mágoa, um ressentimento. Quem ainda não está firme nos seus sentimentos, nas suas convicções, é mais influenciado que os outros.

Na imprensa, muito comumente, o que é feito por militar já começam a suspeitar de

desonesto, de sujo, sem saber a verdade, sem saber como as coisas aconteceram. O brasileiro, para piorar, é muito acostumado com essa história de "ouvi dizer" e sair repetindo as coisas, sem compromisso. Isso incomoda.

Mas quem for examinar a fundo verá que o problema não existe. Em todas as pesquisas feitas sobre as instituições brasileiras, as Forças Armadas estão sempre lá em cima, embora não se possa ficar iludido. A um colega de Ministério, quando mostrava satisfação com os resultados das pesquisas, costumava apontar que, mesmo verdadeiros, não evitariam predominar a posição contrária no dia em que a imprensa dissesse, sem prova alguma, ter algum de nós feito algo de errado.

O CONCEITO DE SEGURANÇA COOPERATIVA E A POLÍTICA DE DEFESA ARGENTINA

A política argentina, na atualidade, tem de ser olhada com uma certa cautela, porque lá, ainda mais do que no Brasil, a reação aos militares é bastante despropositada. Claro que houve erros na Argentina, muito mais lá do que aqui. Mas não se pode condenar um grupo de atuação por algo realizado em outra época por pessoas pertencentes ao grupo.

A reação aos militares na Argentina levou ao comportamento de colocar todos os temas relacionados à Defesa como irrelevantes, ou desnecessários, o que é ruim. Inclusive ruim para nós, porquanto

se porventura tivermos um problema sério em nossa região, sozinhos não o poderemos enfrentar. Precisamos ter aliados, e nossos aliados também necessitam dispor de poder. Se lhes acabam com o poder, estão nos prejudicando igualmente.

Não pretendo advogar devermos almejar uma Política de Defesa agressiva, mas política realista, no sentido de se estar preparado para emergências, sem exageros, com os meios de que o País possa dispor no momento. É imperativo considerar que, em ocasião de necessidade, não adianta, por ser inútil, começar tudo de novo, co-

meçar do zero, criar conhecimentos, idéias, concepções.

A concepção de defesa baseada em declarações de boas intenções, na abstenção de posse de submarinos, aviões de ataque e armas classificadas por teóricos como estratégicas é fora da realidade. Não há como imaginar que o homem seja perfeito e que não existam mais atritos, provocações. Se o admitirmos, então poderemos argumentar – para que

**Não podemos continuar
com essas idéias antigas de
mobilização, achando
possível, na hora da
emergência, encontrar a
fábrica de guarda-chuvas
que pode fabricar fuzis.
Isso é balela, não existe
mais – ou existe uma
estrutura montada na paz,
ou não existirá na guerra**

vou gastar dinheiro com Defesa? Mas seria um tanto ou quanto utópico e temos obrigação de ser realistas. Não quero uma arma estratégica porque tenho uma postura estratégica ofensiva. Quero certas armas ditas estratégicas para usar dentro de uma estratégia defensiva, porém sabendo que posso necessitar empreender operações táticas ofensivas. Não vou deixar acontecer o problema para depois resolver.

Recordemos a questão da Segunda Guerra Mundial, quando a ameaça veio às

nossas costas e descobrimos não termos os meios próprios para enfrentá-la. Ai começamos a improvisar, porém improvisar não pode mais acontecer, pois não haverá tempo. Não podemos continuar com essas idéias antigas de mobilização, achando possível, na hora da emergência, encontrar a fábrica de guarda-chuvas que pode fabricar fuzis. Isso é balela, não existe mais – ou existe uma estrutura montada na paz, ou não existirá na guerra.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM FORÇAS DE PAZ

Penso não devermos ter, constitucionalmente, certas imposições decorrentes de visões, às vezes, um pouco teóricas. Se che-

garmos à conclusão de que, na prática, o nosso interesse só pode ser defendido tomando uma ação incisiva, vamos discutir se aquilo é defesa da paz ou não? Haverá, é óbvio, e só será verdade se for um sentimento do povo brasileiro, como acredito seja, a limitação imposta por nossa intenção de sempre sermos pacíficos, fazer como Rio Branco: tentar negociar as nossas desavenças.

Rio Branco resolveu os nossos problemas de fronteiras através de negociações diplomáticas, mas sempre desejou ter na sua retaguarda para apoiá-lo uma Marinha expressiva. Mas, no passado, quando precisamos ser mais “quentes”, soubemos sê-lo, soubemos lutar em defesa de nossos interesses. Entretanto, quando não estivemos preparados, foi dramático para nós.

MINISTÉRIO DA DEFESA

FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS TRÊS FORÇAS ARMADAS

Positivamente, antes da Política de Defesa Nacional (PDN), não havia uma Política de Defesa. A Marinha já dispunha de documentos formais sobre o assunto, mas o que seria de âmbito nacional era inferido da leitura de diversas fontes, obviamente com a interpretação unilateral inevitável.

Não sei exatamente o que tinham o Exército e a Aeronáutica. A julgar, entretanto, por sensíveis divergências nas concepções sobre defesa, que não acredito já terem sido completamente eliminadas, o mais próximo seria reconhecer haver três interpretações políticas não necessariamente convergentes.

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), embora concebido como o local de

harmonização das políticas e do planejamento de defesa em alto nível, nunca chegou a cumprir plenamente seu propósito e os motivos são diversos, merecendo de futuros pesquisadores uma análise desapassionada. Seja pela predominância de uma das Forças, no início do estabelecimento de sua estrutura, efeito minorado, mas nunca corrigido, quando se firmou o rodízio na chefia, ou pela falta de uma orientação superior de natureza política e por muitas outras razões, não se observaram grandes progressos ao longo de sua existência. Enquanto era apenas um estado-maior, mesmo quando se deu ao chefe o *status* de ministro, desenvolveu trabalhos em ritmos mais lentos do que o desejável, normalmente em assuntos administrativos ou de doutrina operacional, colocando-se ao nível dos estados-maiores das forças.

A meu ver, entretanto, como expressei ao Presidente ao final do primeiro mandato, foi um erro transformá-lo em ministério pleno, como feito ao começo do governo, pois se estabeleceu uma equivalência direta com os ministérios singulares, desbalanceada nas estruturas e propósitos, e isso prejudicou, ainda mais, o já precário desenvolvimento dos trabalhos.

A falta de articulação entre as três Forças seria, a meu ver, o principal argumento para a criação do Ministério da Defesa. Se o Ministério da Defesa vier a atuar nesse campo, porque até agora ainda não o pôde alcançar fortemente, haverá um avanço indubitável.

A articulação não se normalizará somente como decorrência natural da criação do Ministério da Defesa. Existirá no momento em que houver uma concepção política de Defesa correta, quando todos entenderem o nosso problema de Defesa como sendo o mesmo, com atuações distintas de cada uma das três Forças, as quais, em alguns momentos, precisarão atuar em conjunto. O propósito deve ser sempre conjunto, mas a atuação raramente o será.

ASPECTOS POLÍTICOS NA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Sobre a decisão presidencial com relação à criação do Ministério da Defesa, o que posso relatar como certo foram as palavras do ainda Presidente eleito, a 19 de dezembro de 1994, quando o encontrei pela primeira vez, à noite, em Brasília, e recebi o

convite para ser o Ministro da Marinha. Disse-me não haver sido, antes, a favor do Ministério da Defesa, tanto que votara contra sua criação durante a Constituinte, mas que fora convencido de suas vantagens e decidira caminhar naquela direção, com calma e ajuda de estudos a serem apresentados pelos próprios militares.

O que se pretendia com tal mudança é difícil de saber em detalhes. Questionado diretamente por ocasião da abertura oficial dos trabalhos do Grupo Interministerial incumbido de concluir os estudos para a criação do

novo Ministério, o Presidente se limitou a apresentar a razão da busca da eficiência, uma explicação óbvia, que não revelava as verdadeiras motivações.

De minha parte, ainda que conjecturasse e perscrutasse muito sobre as razões verdadeiras, as quais me parecem ter sido várias e condizentes com as visões dos diversos grupos que constituíam o sustentáculo não oficial do poder, isso passaria a secundário perante uma decisão po-

lítica válida, cujo cumprimento caberia levar à frente com o sentido de maximizar todas as vantagens identificáveis, evitando os inconvenientes naturais.

Sentiu-se, de fato, haver pressão internacional para que o Ministério da Defesa fosse criado, mas não exclusivamente americana. A pressão veio de vários lugares e se refletiu dentro do próprio País. Certos grupos de pensamento achavam que tínhamos de ter Ministério da Defesa porque o mundo inteiro o tinha. No meu entender, isso

O propósito da Defesa deve ser sempre conjunto, mas a atuação raramente o será.

*

O que precisa existir, mas não é de agora, é a combinação das diversas operações individuais e sua coordenação como componentes de um mesmo esforço estratégico

é um erro primário, porque mesmo se o mundo todo tivesse Ministério da Defesa, mas nós, por uma análise tranqüila, profunda da nossa situação, chegássemos à conclusão de que aqui esse modelo não funcionaria, não deveríamos ouvir o mundo, nem com todo o mundo pressionando. Lembre-se que o primeiro Ministério criado no Brasil independente, depois do Ministério da Justiça, foi o da Marinha, por uma visão estratégica naquela época. Depois foi criado o Ministério do Exército. O fato de termos três Ministérios Militares, por si só, não poderia ser considerado errado.

O processo de criação, como o entendido, não seria propriamente de "construção da autoridade", embora possa contribuir para que assim seja em futuro. A falta de definição clara e precisa das intenções subjacentes levaria mais a um processo de "imposição de autoridade", sem sombra de dúvida válida, mesmo porque faltamos, aos brasileiros em geral, uma consciência efetiva sobre Defesa Nacional.

Seguindo à risca a determinação transmitida pelo Presidente, a Marinha, desde o início do governo, realizou trabalhos concretos, enfeixando o conhecimento e estudos acumulados ao longo dos anos no Estado-Maior da Armada. Em consequência, tendo como premissa a necessidade de contar, o mais breve possível, com uma estrutura sem vícios anteriores, que permitisse praticar e ganhar experiências sobre a condução do que era mais essencial introduzir nas tarefas do Ministério da Defesa, a Marinha entregou aos demais ministros militares, em **princípios de 1995**, uma proposta concreta de solução preliminar.

Pautando-se na evidente inviabilidade de tramitar, a curto prazo, naquele momento, projeto de Lei Complementar, imprescindível para substituir os três ministérios tradicionais e, talvez também de reforma constitucional, tal proposta consistia na criação do Ministério da Defesa, extinção do EMFA, manutenção dos três ministérios das Forças e definição precisa das responsabilidades de cada um dos quatro ministérios. Isto se daria por Lei Ordinária, ou até Medida Provisória, a perdurar enquanto se estudasse melhor o problema e houvesse condições para a introdução de legislação mais discutida.

A Marinha entregou aos demais ministros militares, em princípios de 1995, uma proposta concreta de solução preliminar para as tarefas do Ministério da Defesa

A intenção foi de manter tal proposta apenas no âmbito militar, enquanto não fosse debatida. Entretanto, como o tempo passasse e não houvesse manifestação de interesse em sua discussão, nem outra proposta fosse apresentada, daí conhecimento da mesma ao Presidente

da República, quando campanha na imprensa, evidentemente dirigida, tentava fazer crer que a Marinha se opunha à criação do Ministério da Defesa.

Essa proposta, em nenhum momento, foi examinada, continuando a Marinha a se preparar com novos estudos. É possível que o EMFA tenha recebido delegação independente para realizar estudos preliminares, no entanto isso nunca foi participado às Forças Armadas, pelo menos não à Marinha. Tempos depois, participou-se de trabalho coordenado pelo EMFA e conduzido pelos vice-chefes de Estado-Maior, mas seu relatório final nunca foi trazido à aprovação ministerial. Ao contrário, posteriormente, circulou-se como tal relatório

um texto alterado pela assessoria do Chefe do EMFA, diferente do que havia sido acordado pelos vice-chefes.

Chegou-se, em **setembro de 1997**, à decisão presidencial de estabelecer o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o propósito, como se sabe, de elaborar a solução final. Logo ao início dos trabalhos do GTI, a Marinha propôs que não fossem examinadas soluções empíricas, nem cópias de soluções alienígenas, mas que se seguisse uma metodologia de levantamento inicial dos aspectos relevantes a serem abordados, seguido de sua análise sistemática para, ao final, fazer-se como a síntese de uma solução brasileira. Depois de muitos debates, resolveu-se adotar metodologia semelhante à sugerida.

Vários meses, então, foram aplicados ao exame, comparação de achados e determinação da importância relativa dos diversos pontos analisados. Assim, só ao **início do segundo semestre de 1998** chegou-se ao arcabouço da proposta que foi, em essência, incorporada à legislação.

Comenta-se ter havido uma aproximação da Marinha com o setor civil do Grupo Interministerial. Como o GTI adotou o caminho da análise e síntese para o encontro da solução do problema, como parecia o correto à Marinha, penso ser natural ter havido um maior alinhamento de posturas com os ministros civis, pois não levavam, na maior parte dos aspectos, posições preconcebidas e se pautavam mais fortemente pela lógica advinda dos estudos.

Com a implantação do Ministério da Defesa, logicamente, houve alteração das relações das FFAA com o Poder Político, mas a intensidade não será definida, apenas, pelas modificações estruturais. Os aspectos tradicionais, o abrandamento de exageros iniciais, o nascer de novas consciências e, sobretudo, o aprimoramento evolutivo que se almeja para o pensamen-

to político brasileiro resultarão em novo ponto de equilíbrio, tão melhor quanto mais autenticamente nacional e menos imitativo de experiências alheias.

POSIÇÕES DA MARINHA NA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A idéia de que a Marinha se opunha à criação do Ministério da Defesa, até hoje muito comentada, foi a forma estereotipada, muito ao gosto de nossa imprensa, de noticiar sobre o não aparecimento mais rápido, após instalado o governo em 1995, de iniciativas que levassem à criação. Embora nunca me desse ao trabalho, pessoal ou funcionalmente, de investigar as origens, não tenho dúvidas, entretanto, que havia fonte ou fontes muito interessadas na criação de tal imagem. Essa fórmula voltou a ser empregada ao final do primeiro mandato, com outros propósitos. Como já relatei antes, a Marinha aceitou conscientemente a decisão política pela criação do Ministério da Defesa e sempre se empenhou nos estudos nesse sentido. Não há por que, então, colocá-la como quem se opunha ao fato.

No passado, quando as condicionantes propostas para criação de um Ministério da Defesa conduziram a um Ministério das Forças Armadas, com inevitável predominância de uma delas, a Marinha efetivamente a isso se opôs. Tal aconteceu na experiência de diversos países, que se viram levados a seguir, até com algum açodamento, o exemplo estadunidense. Comentaristas americanos de peso, inclusive, consideram ter sido essa uma das fortes intenções subjacentes à decisão dos Estados Unidos por esta solução, só ocorrida após a vitória na Segunda Guerra Mundial. A Marinha sempre estudou de perto as experiências alheias, com verificações *in loco* e conversas com pessoas, não se limitando a leituras

de organogramas. Eu próprio tive contatos muito próximos com o Defense Department dos Estados Unidos e trabalhei dois anos dentro do Ministry of Defence do Reino Unido, onde fiz muitas observações. Sem uma definição capaz de conduzir a uma nova estrutura, que assegurasse correção a nossos erros, não importação de erros de outrem e maximização de nossas boas soluções, a Marinha se mantinha com seu posicionamento contrário.

Quando o Presidente me levou ao cargo de ministro e participou a decisão de caminhar para a constituição do Ministério da Defesa, manifestando não ter fórmulas preconcebidas, confirmei-lhe que minha posição, como a da Marinha, sempre fora contrária ao Ministério da Defesa. Contudo, ante uma decisão política válida, com toda a lealdade, eu próprio e a Marinha trabalharíamos em prol do encontro da melhor solução possível, adequada ao caso brasileiro. E assim foi feito. Não tardou mais do que o primeiro mês do Governo até a Marinha trazer à discussão a primeira proposta para estudo.

Ao correr do tempo, houve sempre forte dedicação da Marinha aos poucos estudos que se processavam em comum. Quando se formou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), difícil será dizer não ter sido a Marinha quem mais profundamente apresentou estudos e se aplicou aos trabalhos com aquela finalidade. Se não existir em nenhum outro local, pelo menos o Serviço de Documentação da Marinha guarda cópia de todos os registros e documentos pertinentes.

Por que, então, dizer que a Marinha foi a grande opositora do Ministério da Defesa? Para não perder uma suposta condição de "elite"? Não creio que a Marinha busque este tipo de distinção ou que o reconheça como válido. A preocupação concentra-se em estar apta a cumprir seu papel em defesa do País, sem enganar-se com falsas condições de capacitação, que não vão adiante

de pomposas menções vazias em folhas de papel, mas batalhar para se manter como Força Pronta. O que a Marinha sabe, contudo, é que as condições atuais não diferem muito do passado, a despeito da evolução política mundial e da tecnologia. Os estadistas da Independência, o estrategista Rio Branco e o político Rui Barbosa o viam com clareza e, logo, como primeira providência em 1822, criaram-na, depois, desejaram-na adequadamente forte e preparada e viram a importância do controle de nossos mares. Hoje, talvez, falte um pouco desta visão.

Por perda de independência, como aventado por alguém? Bem, este foi um ponto que sempre preocupou a Marinha, mas não como óbice à instituição de um Ministério da Defesa e nem para que houvesse a liberdade de fazer qualquer coisa sem dar satisfações a ninguém. O excesso inadequado de centralização, derivado da percepção equivocada de que, só por ter a condição de militar, tudo apresenta semelhanças fortes, está na raiz da ineficácia de grande parte das soluções implantadas em vários países. Da mesma maneira, quando assume exageros desnecessários, a centralização daquilo que apresenta características iguais, ou muito próximas, pode conduzir ao gigantismo, ao excesso de burocracia improdutiva e ao desperdício de recursos em detrimento das atividades fim. É o caso, por exemplo, do Defense Department americano, objeto de incisivas críticas e recomendações em alentado memorando do então secretário de Defesa, Willian Cohen, com quem tive oportunidade de comentar o assunto em sua visita ao Brasil.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Entender as diferenças obrigatórias de cada uma das três Forças, que são muito

mais apartadas entre si do que semelhantes, não é tarefa simples, principalmente quando existir a idéia preconcebida nos interlocutores de se estar buscando, com esse argumento, fugir de controles e subordinações. Os ambientes navais, terrestres e aéreos são muito distintos e condicionam as estratégias específicas, as táticas apropriadas, a logística precisa e, como as estruturas de paz necessitam estar muito próximas das de conflito, para permitir transição quase automática de uma situação à outra, também têm de ser distintas, em essência, as administrações. Deve ser lembrado, também, que as ações de combate são situações extremas, onde se joga com a vida de pessoas, quando as diferenças entre sucesso ou insucesso desastroso ocorrem, às vezes, por margens mínimas de vantagem de poder. Por isso, não é aceitável concordar com soluções aquém do ótimo, como ocorreria na hipótese de se fazerem concessões com a finalidade de padronização ou equalização, por motivos puramente econômicos, ou de facilitação de procedimentos de gerência.

Por tal razão, sempre se propugnou por preservar a **independência da administração** das Forças, restringindo-a pela comparação

dos resultados almejados, em cada caso particular, com sua apropriada integração e subordinação aos Conceitos Estratégicos comuns, derivados de uma Política de Defesa e de Análise de Conjuntura únicas, o que nunca, até então, fora feito.

Deve ser lembrado que as ações de combate são situações extremas, onde se joga com a vida de pessoas, quando as diferenças entre sucesso ou insucesso desastroso ocorrem, às vezes, por margens mínimas de vantagem de poder. Por isso, não é aceitável concordar com soluções aquém do ótimo, como ocorreria na hipótese de se fazerem concessões com a finalidade de padronização ou equalização, por motivos puramente econômicos, ou de facilitação de procedimentos de gerência

Outro aspecto da interdependência necessária e mal compreendida refere-se ao **campo operacional**. Fala-se muito, nos dias de hoje, até mesmo entre não leigos, sobre a predominância das operações combinadas. Mais um engano. A grande maioria das ações operacionais continuam e sempre continuarão a ser individuais. A interação direta entre as Forças observa-se em casos de menor ocorrência e, só nessas situações, são necessárias interfaces de uso comum. O que precisa existir, mas não é de agora, é a combinação das diversas operações individuais e sua coordenação como componentes de um mesmo esforço estratégico.

A estrutura adotada para o Ministério da Defesa procurou responder aos verdadei-

ros reclamos acima apontados. Ela dá ênfase à análise de Política e Estratégia, o que deveria comandar todas as demais decisões e empreendimentos; cuida do problema de Logística e Mobilização, que deve ser encarado a nível nacional, muito me-

nos do que militar, nada tendo a ver diretamente com a logística das Forças; e visa à elaboração, obtenção dos meios e ao controle do orçamento comum, imprescindível para viabilizar e compatibilizar a aplicação dos conceitos estratégicos, devendo pouco interferir no detalhamento orçamentário e administrativo das Forças individuais. Além disso, contempla um estado-maior de Defesa dedicado ao planejamento, acompanhamento e avaliação das ações em alto nível e ao estudo das necessidades de operações combinadas, atribuindo o Comando Operacional de eventuais ações a comandantes de Teatro, formados e compostos pelas forças compatíveis com as ameaças iminentes a enfrentar, as quais definem o respectivo Teatro.

Finalmente, situa o Ministro da Defesa em um nível político elevado, mais apropriado às grandes decisões relativas à defesa, que são essencialmente políticas, embora com sustentação em análises militares globais.

Em suma, creio que a estrutura dada ao Ministério da Defesa é moderna, adequada ao problema e evitou erros encontrados alhures. Se operada como concebida, poderá ser uma boa solução.

Embora em sua aparência mais fácil de visualizar tenha o "formato clássico", o Ministério da Defesa brasileiro é, a meu ver, completamente distinto dos vários ministérios da Defesa encontrados em países mais ou menos desenvolvidos. Atentou-se, em sua constituição, para os aspectos culturais e para as realidades brasileiras, buscando-se, além disso, bloquear tudo o que fosse identificado, nas soluções externas, como inconveniente ou contraproducente. Ele não guarda a menor relação com o extinto EMFA. Na visão da Marinha, que defendi em todas as oportunidades, em solução nova de Ministério da Defesa não haveria espaço para o EMFA

e seria um erro evoluir dele para o Ministério, sob o risco de se iniciar com uma concepção equivocada.

É exemplo da observância de nossa realidade a manutenção do **foro privilegiado** para os comandantes das Forças, pois do contrário, entre outras dificuldades, com a nossa comentada proliferação das liminares na justiça de primeira instância, seria impossível conduzir a administração. Já a **precedência sobre os demais oficiais gerais** trata-se de princípio quase universal.

Conquanto essas características sejam comuns aos ministros, não fazem os comandantes militares parecerem ministros. O que não seria, aliás, totalmente fora de propósito, seja por nossos antecedentes ou por razões de ordem muito mais prática.

Para citar apenas uma situação: por tradição bicentenária, que continua a dar certo e redundar em enorme economia, a lei manteve, até de maneira mais explícita, a Marinha como sendo a Autoridade Marítima brasileira. Ora, enquanto é fácil entender um Ministério de Defesa enfeixando os problemas de defesa em terra, no espaço aéreo e no mar, será difícil aceitar sua capacitação e vocação para assumir, além disso, os problemas marítimos e aeronáuticos, que exigem vivências muito especiais. Não seria demasiado, portanto, dar à Autoridade Marítima, isto é, ao Comandante da Marinha, um *status* ministerial, copiando-se, aí sim, arranjos de diversos outros países, onde há ministros subordinados a ministros de gabinete, com variadas denominações, conforme o local de adoção e sua finalidade.

OPERAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O nosso processo de criação do Ministério da Defesa, no meu entender, não foi iniciado com base em idéias derivadas, pri-

mordialmente, do que seria o desejado. A simples criação não resolve o problema principal. Poderá resolvê-lo ou facilitá-lo se soubermos, efetivamente, o que é a nossa Política de Defesa, a Estratégia de Defesa, esta muito ligada a uma estratégia global para o País. Se não tivermos tal ponto resolvido, o restante nunca o será.

A operação do Ministério da Defesa não pode ser tomada como algo trivial, equivalente à de qualquer outro. Se sua função fosse atuar na administração das forças, iria tentar alcançar um resultado de eficiência duvidosa, porque as estruturas administrativas das forças são necessariamente distintas. Não poderiam ser semelhantes, porquanto a estrutura administrativa, que é uma estrutura de paz, precisa ser um paralelo da estrutura de guerra, e esta, em cada uma das forças, é obviamente diferente. Se o ministério quisesse, por exemplo, padronizar apenas os nomes dos elementos organizacionais para todos, agiria errado, iria fazer com que as forças fossem piores e o conjunto nunca atingisse o bom.

No entanto, no lado político, o campo das idéias, da aplicação global do Poder Militar, por excelência a área de presença

do Ministério, é onde penso ainda não se estar atuando suficientemente. Primeiramente, falta definir a Política Militar, ou seja, da Política de Defesa Nacional qual é o papel estritamente militar, com uma concepção

global; depois, cada uma das forças seria obrigada a dizer: "Eu estou fazendo isso e isso está, ou não, contribuindo para tal tipo de pensamento." Creio ainda não se proceder assim; porém, quando for feito, todos se entenderão melhor.

Além disso, faltam fazer exercícios e usar as forças em conjunto. Nessas horas, descobriremos, na prática, o que uma Força precisa ajustar para poder "conversar" com a outra.

Teoricamente, por decisão administrativa, de cima para baixo, isso nunca daria certo.

Certa feita, conversei com um general para quem o problema era o de padronizar o vocabulário. Como fazer isso? Só a prática pode dizer o que poderemos padronizar.

Há um livro, muito interessante, escrito por um civil, que foi secretário de Marinha

dos Estados Unidos, no qual ele toca nesse aspecto, dizendo o seguinte: "Não há necessidade de fazer com que as forças [refere-se às unidades de combate] falem en-

Não podemos fazer uma operação combinada no papel, com conjecturas

*

Quando convidados a participar de uma operação naval na OTAN, os nossos navios mostraram total desenvoltura diante de navios ingleses, norte-americanos, holandeses, franceses, canadenses, italianos, espanhóis, alemães e portugueses. O que tem feito a Marinha chegar a esse estágio é praticar no dia-a-dia como se estivéssemos, realmente, numa operação de guerra, para não nos enganarmos jamais

tre si, exceto em determinados momentos e com muito pouca gente envolvida.”

Sendo um pouco mais irônico, nós nunca vamos ter soldado dentro do navio e nem marinheiro dentro dos aviões da Força Aérea Brasileira. Cada um deve ficar como está, mas em alguns momentos será necessário atuar em conjunto e, para tal, teremos de saber falar a mesma linguagem, embora isso esteja muito mais ligado aos propósitos maiores e não às ações imediatas.

Lembro-me de uma das nossas discussões sobre a criação do Ministério da Defesa, quando comentava termos de otimizar a atuação para dar o melhor emprego possível aos meios disponíveis, numa situação de risco total, risco de vida para todos. Já disse várias vezes: o fuzil parece ser a mesma arma, mas o fuzil do fuzileiro naval tem que ser diferente do fuzil do soldado, porque o fuzil do soldado não precisa cair dentro da água salgada e ser leve e pequeno na hora de passar de um navio para a lancha de desembarque.

Na minha opinião, só se chegará a uma conclusão do que efetivamente precisamos fazer se exercitarmos, na prática, aquilo que seria uma operação de guerra. Não podemos fazer uma operação combinada no papel, com conjecturas.

A Marinha tem procedido assim, de uns anos para cá. Por isso, quando disse, no meu discurso de posse, não estar recebendo Marinha de ferro-velho, falava de a nossa Marinha não ser costeira, mas oceânica, não pequenina como alguns pensam, nem de “faz-de-conta”. Ela estava “pronta”. Quando convidada, pela primeira vez para alguém estranho à Organização, a participar de uma operação naval na OTAN, os nossos navios mostraram total desenvoltura diante de navios ingleses, norte-americanos, holandeses, franceses, canadenses, italianos, espanhóis, alemães e portugueses. O que tem feito a Marinha chegar

a esse estágio é praticar no dia-a-dia como se estivessemos, realmente, numa operação de guerra, para não nos enganarmos jamais.

Precisamos ampliar este conceito para a operação conjunta das Forças Armadas.

SUBORDINAÇÃO DO PODER MILITAR AO PODER CIVIL

A Política de Defesa Nacional e o Ministério de Defesa, por si só, não teriam o poder de operar uma mudança de comportamentos a ponto de corrigir as inúmeras falhas a respeito de Política de Defesa, Conceitos Estratégicos e articulação das Forças Armadas. Para tanto, seria necessária a vontade política de provocar a análise elevada do problema, sem sectarismos ou idéias preconcebidas. Obviamente, teria de estar acompanhada da decisão de dotar o Setor de Defesa com os meios indispensáveis para mantê-lo adequado ao real estágio de desenvolvimento e responsabilidades do país, limitado, nas devidas proporções, pelas óbvias restrições de recursos exigidos, também, para outras prioridades nacionais.

A idéia simplista e, quase sempre, de sentido equivocado a respeito do “controle civil sobre os militares” tem impedido, nos últimos tempos, o correto enfoque do problema e fornece cobertura à não confessada incapacidade de visão estratégica ampla e de análise política abrangente, quando se localizariam, com precisão, os aspectos de defesa e o papel dos militares.

Seria injusto atribuir ao Presidente e a vários de seus assessores mais diretos uma atitude calcada nessa visão restritiva e maniqueísta, porquanto sua cultura e experiência sempre o motivaram muito além disso. Mas é inegável, no entanto, que o pensamento coletivo é, quase sempre, mais forte e prevalece, quando permeia uma cor-

rente de opinião, mesmo se não coincidir com os sentimentos individuais. Não há, comumente, forças poderosas para o contraditar e até os líderes sucumbem à pressão.

Dentro desse quadro, o “controle civil dos militares” como a consequência natural de aceitação por todos os cidadãos, entre esses os militares, da validade de conceitos sólidos de uma sociedade, que tem pensamento político bem sedimentado e, portanto, de natureza civil, não foi a tônica de raciocínio. Ao contrário, a imagem de controle pela imposição de grilhões das mais variadas naturezas às instituições operadas por pessoas de carreiras militares foi o conceito predominante.

O controle civil, no sentido correto, está embutido na Política de Defesa Nacional, com irrestrita aceitação pelos militares. O controle civil, na acepção equivocada, nascida mais de disputas ideológicas anteriores e de imposições vindas de fora, logo despojada de qualquer conotação ideológica ou partidária, tornando-se crença estereotipada, foi o que, junto com outros conceitos de efetiva validade, mais impeliu à criação do Ministério da Defesa, embora nunca estivesse claramente enunciado.

Não é de estranhar, portanto, que, tendo sido alcançado esse desiderato, deixasse o problema de constituir preocupação e não se realizassem esforços sensíveis na procura de caminhos que efetivem a prática e conscientização de uma verdadeira Política de Defesa.

O Ministério da Defesa não resolve o problema da “subordinação militar ao poder civil”. Caso se decidisse subordinar os

três antigos ministérios militares ao Ministério da Defesa e houvesse a consciência, entre os militares, de não deverem subordinar-se ao “poder civil”, eles se rebelariam com maior facilidade e, inclusive, mais força.

A subordinação ao Poder Civil é um problema de consciência, de cultura. É uma questão de entender a impossibilidade de haver uma força militar com o propósito de desenvolver tarefa independente do resto do País. Porque o Poder Civil não são os políticos civis no poder, mas sim o pensa-

mento brasileiro conduzindo o País no sentido de fazer o que deseja sua gente, inclusive os militares.

Ademais, há total incoerência no pensamento de o Ministério da Defesa vir a subordinar os militares ao Poder Civil. Os ministérios singulares, antes, não estavam su-

O Poder Civil não são os políticos civis no poder, mas sim o pensamento brasileiro conduzindo o País no sentido de fazer o que deseja sua gente, inclusive os militares

bordinados ao Poder Civil? Qual a diferença? Apenas a intercalação de outro ministério a meio do caminho? E o Presidente, a quem estavam todos subordinados e que poderia demitir os ministros militares quando quisesse?

A possibilidade de demissão dos militares, em verdade até mais simples do que no caso de existirem comprometimentos políticos, poderia limitar-se pela dificuldade de escolha de um substituto. Há muito, o ministro militar acumulou a função política e a função militar de comandante da Força. Indicar para ministro alguém que não tivesse a competência para exercer o comando militar seria, no mínimo, esquisito e, realmente, haveria uma forma um pouco diferente de se analisar essa questão. Mas era um cargo essencialmente político.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Acho o serviço militar obrigatório desnecessário, o voluntário é melhor.

Em tempos recentes, a Marinha não tinha serviço militar obrigatório significativo. Passou a ter algo de alguma monta no Governo Sarney, quando, por problemas de desemprego, recebeu ordens para incorporar um número maior de recrutas.

Como coincidiu, na mesma época, de passarem a cortar recursos orçamentários e impor restrições à contratação de serviços de limpeza, os recrutas trouxeram solução oportuna para os estabelecimentos de terra. Na verdade, contudo, não fazem a menor diferença do ponto de vista militar. Não há, normalmente, recrutas a bordo de navios ou nas tropas operativas de Fuzileiros Navais.

A MARINHA

A MARINHA OCEÂNICA

Em confronto com a idéia, defendida por alguns, de ser mais apropriado para o Brasil ter Marinha costeira e não oceânica, a minha visão é radicalmente contrária a esta e acredito corresponder ao pensamento dominante na Marinha atualmente.

Nunca pretendi es-
crever sobre estratégia.

Contudo, passei muito tempo a bordo dos nossos navios, sou muito atento às relações de poder na política e isso me leva à conclusão de que jamais poderíamos pensar em Marinha costeira, salvo se imaginarmos não ter o nosso país grandes dimensões territoriais e,

também, dimensões econômicas grandes, além de lhe serem aceitáveis dimensão política e aspirações pequenas. Se desejarmos para o Brasil ser ele um país com capacidade de participar do cenário internacional em condições de defender os seus in-

teresses, teremos de raciocinar que é um país grande, ou seja, país com uma presença mundial muito importante. Então, não poderemos nos limitar a ser um país costeiro, um país dedicado só à defesa das suas costas, vivendo sempre encolhido, a esperar que os outros o ataquem. O Brasil precisa ter uma presença aberta.

**O Brasil precisa ter uma
presença aberta. Não
podemos aceitar ser
sempre subsidiários e só
acompanharmos as idéias
dos outros, sem fazer
ouvida a nossa opinião, de
igual para igual**

Lembram-me que posso estar falando com o diapasão usado, ou propalado como tal, do "Brasil Potência". A minha visão é realista, não ufanista.

O Brasil é ou não um país com uma das maiores extensões territoriais do mundo? O Brasil é ou não um dos países com uma das maiores costas do mundo?

O Brasil é ou não um dos países com uma das maiores populações do mundo? O Brasil é ou não uma das maiores economias do mundo, apesar de ainda ser subdesenvolvido? O Brasil pode abdicar dessa posição? Pode ser menor do que é? Não pode. Ele tem

de ser grande. Não no sentido imperialista, no sentido de querer participar para aparecer, para mostrar poder, mas consequência natural do que é o nosso país. A não ser que abduquemos dessa posição, aceitemos ser sempre subsidiários e só acompanharmos as idéias dos outros, sem fazer ouvida a nossa opinião, de igual para igual.

Essa, no meu entender, é a grande diferença de visão estratégica. Não para querermos nos impor por vaidade, ou para dominar quem está junto de nós. Nos impor, porque no passado era bonito ser chamado de potência. Simplesmente, precisamos participar junto com os maiores, com aqueles que têm as melhores posições no mundo, sem menosprezar os demais.

O Brasil não tem a vontade de se impor a ninguém, normalmente. Muito pelo contrário, às vezes, encolhe-se demasiadamente. O Brasil pode estar conversando com um país pequeno, com um país muito menor do que ele, mas está sempre tentando chegar a um acordo. Parece-me correto pensar assim, mas não trabalhar para permanecer conformado do lado mais fraco. Devemos trabalhar no lado dos fortes, junto com eles, e, para isso, o Brasil tem que ser grande em todos os sentidos. Um país não pode ser grande, como um corpo qualquer, tendo cabeça grande e membros atrofiados; o Brasil não pode ser

grande, como um corpo também não pode ser, tendo membros desenvolvidos e a cabeça atrofiada. Membros e cabeça devem ser proporcionais, e nisso inclui o nosso problema de Defesa e o problema de defesa no mar. Por essa razão, vejo não podermos ser Marinha costeira.

Imagino que as responsabilidades do

Brasil serão globais um dia, porém, agora, elas já vão, pelo menos, muito além da nossa fronteira próxima. Temos responsabilidades no Atlântico Sul? É claro que temos. Em uma situação de conflito, deveremos estar como quando iniciamos a Segunda Guerra Mundial, na dependência da ajuda dos norte-americanos, senão não seríamos capazes de nos defender? Como vamos defender os nossos interesses no dia em que não coincidirem, exatamente, com os dos norte-americanos? Vamos nos subordinar, apenas? Ou vamos batalhar para que a nossa voz seja ouvida?

O Brasil pretende, e é pretensão que nin-

guém pode qualificar como "da ditadura militar", pois é do governo atual, aliás com muitas gestões realizadas, tornar-se Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU. Por quê? Porque o governo presente identifica já termos a postura para nos levar a pleitear algo dessa importância política. Agora, como vamos pertencer ao Conselho de Segurança da ONU se nos

Como vamos defender os nossos interesses no dia em que não coincidirem, exatamente, com os dos norte-americanos?

*

De qualquer maneira, mesmo chegando à situação do conflito generalizado, passaremos por vários estágios e, principalmente, pelo estágio que mais nos interessa: o estágio de paz, com esforços para não atingirmos a situação de conflito

recusarmos, por exemplo, a usar tropas numa Força de Paz? Ou relutar em o fazer porque nos custa caro?

Se resolvermos participar, vamos fazê-lo na dependência de caber aos outros proteger as nossas tropas? Quando mandamos tropas para Angola, tivemos o caso de uma companhia brasileira cercada por guerrilheiros. Será que não deveríamos ter condições de levar uma unidade da Marinha para libertar uma tropa nossa passando por tal situação do outro lado do Atlântico?

Por que não dou ênfase exclusiva ao submarino? Porque não podemos pensar em preparar a Marinha apenas para uma situação de conflito generalizado, isto é, com as hostilidades já abertas e declaradas. Numa situação de conflito generalizado, o submarino é a arma estratégica por excelência e a de maior poder. Mas se não chegarmos sempre a uma situação de conflito generalizado? De qualquer maneira, mesmo chegando a esse nível, passaremos por vários estágios e, principalmente, pelo estágio que mais nos interessa: **o estágio de paz**, com esforços para não atingirmos a situação de conflito.

Por isso, o Brasil precisa ter capacidade de presença e de efetiva dissuasão. Não basta ter um submarino embaixo da água, porque ninguém acreditará possuírmos força, até pela dificuldade política de a empregar, dada sua intensidade. Necessitaremos de uma força que apareça, uma Força que conduza uma tropa. No caso de uma Força de Paz, é o navio que vai mostrar a sua bandeira. Aliás, “mostrar a bandeira” é um dos maiores empregos tradicionais das Marinhas, revigorado no mundo atual. Mostrar como o País se posiciona para sustentar seus interesses, que o País tem poder. Não é o poder ameaçador, mas poder que reflita o verdadeiro, o poder natural do País. Esta é a minha visão estratégica e, acredito, semelhante à de boa parte da Marinha.

Para isso, também, é imprescindível contar com **prontidão operacional**.

Poucos conhecem o trabalho enorme da Marinha na Segunda Guerra Mundial, até exasperante. Começou-se em um estado de despreparo fabuloso e foi preciso superar-se para fazer o muito que competia executar. Isso não pode acontecer novamente, temos de estar preparados para enfrentar essas situações, não podemos ser apanhados de surpresa. Se acontecer algo como na década de 1940, quando os nossos navios mercantes foram torpedeados e afundados — perdemos 36 navios na Segunda Guerra Mundial —, o que faremos? Vamos ficar esperando que nos defendam? Ou que outros não nos ataquem? Ou vamos tomar as nossas providências? E se algum dia tivermos de adotar uma postura ofensiva, ainda que estrategicamente defensiva?

INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE MAHAN

Não acredito que se saiba estratégia porque se conhece o pensamento de Mahan, ou de outro autor. Acho que o pensamento estratégico vem da observação da situação. Logicamente, o conhecimento teórico ajuda, desde que não seja tomado como um dogma, uma cartilha, mas interpretado como se alguém, algum dia, houvesse tentado fazer o mesmo raciocínio. Isto é, reuniu os dados disponíveis na ocasião, fez análise e projetou aquele tipo de solução. Eu mesmo só fui ler alguma coisa de Mahan quando já tinha o pensamento formado e considero, de uma maneira geral, que todos os estrategistas, todos aqueles que escrevem sobre estratégia, são historiadores de estratégia, não estrategistas. Por isso, não concordo muito com ter havido uma predominância das idéias de Mahan na Marinha. Houve influência, havia quem seguisse à risca esse pensamento, mas não

era a maioria e para as grandes decisões, se nós quisermos apontar como conduzidas por um ou outro tipo de pensamento, não encontraremos uma linha muito forte de relação entre pensamento e prática.

Em suma, as idéias de Mahan não eram fundamentais para a elaboração do planejamento estratégico e a tomada de decisões na Marinha. Mahan é estudado na Escola de Guerra Naval porque a cartilha didática recomenda seguir um determinado texto, uma linha de estudo. Acho-o válido, desde que não se considere isso como doutrina, mas como uma forma de desenvolver o raciocínio. Logicamente, sempre há aqueles que tendem a dizer: "Eu só posso fazer assim porque era assim que Mahan dizia." Para atenuá-lo, até ajuda um pouco a indisciplina mental brasileira de ninguém seguir nada ao pé da letra e, ao final, termos algo um pouco mais independente.

INFLUÊNCIA DAS MISSÕES E DOS ACORDOS

Comenta-se que, com a presença das missões militares estrangeiras, as Forças Armadas passaram a definir suas concepções estratégicas em função dos armamentos que adquiriram. É bem possível que, durante uma determinada época, isso tenha sido verdade. Quem não sabia nada e passou a contar com armamento aparentemente moderno começa a pensar em estratégia calçada no que possui. As coisas mudam quando aparecem verdadeiras cabeças pensantes, ou estrategistas, que questionam, vão além, usam outras bases de raciocínio, procuram fazer outras conceituações, passam a ter novas visões do problema e são capazes de se libertar das antigas concepções.

Condena-se, também, a influência dos acordos com os norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial (1952), quando começamos a receber a assistência mais acentuada.

Acho que, numa visão *a posteriori*, o acordo foi ruim só porque se prolongou por muito tempo. Mas, na época, não existia solução melhor. Precisávamos crescer e não tínhamos maneira alguma de o conseguir. Eles nos propiciaram alguns meios para o crescimento. Não fomos espertos o suficiente, porém, para os romper antes que passassem a ser prejudiciais.

O acordo somente se tornou prejudicial quando começou a influenciar a nossa mentalidade, independentemente da nossa vocação estratégica. Essa tendência da Marinha, durante um certo tempo, de ser volta-

O conhecimento teórico ajuda, desde que não seja tomado como um dogma, uma cartilha. O pensamento estratégico vem da observação da situação

da para a *guerra anti-submarino* é uma idéia trazida pelos americanos, que aceitamos sem discutir. Do ponto de vista industrial, também, quando nos propiciaram material teoricamente de graça, impediram-nos de os desenvolver no Brasil e isso feria a nossa mentalidade. Tive, como

capitão-tenente, oportunidade de observar tal aspecto.

Uma certa ocasião, quando estávamos montando a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, onde os equipamentos de comunicações eram todos nacionais, precisei de uns certos itens adicionais. Pedi ao meu comandante para considerá-los no próximo planejamento, porém ele me retrucou: "Você não precisa disso não, pede para os americanos." Ou seja, ao invés de estarmos desenvolvendo a nossa indústria, preferíamos pedir equipamento para os ameri-

canos. Isso mata qualquer capacidade de decidir por conta própria.

De um modo geral, contudo, eu diria que a Marinha, exceção feita ao período exageradamente anti-submarino, nunca foi muito levada a usar o armamento como condicionante de sua concepção estratégica. O fato de andar muito pelo mundo afora, ter muito contato com outros povos, com outras concepções, faz com que a Marinha também tenha uma visão mais aberta. Isso passou a ser mais verdadeiro nos últimos tempos, pois mesmo antes de se ter acabado com a Missão Norte-Americana, já não se seguiam aqueles conceitos, já não se aceitava receber equipamentos americanos só porque seriam gratuitos. A Marinha já procurava pensar por conta própria.

O Plano Estratégico da Marinha, que já existe há mais de 30 anos e vem sendo revisado com certa frequência, emprega uma visão global e jamais se poderia considerar tal planejamento como condicionado pelos armamentos. O condicionamento vem das necessidades de aplicação do Poder Naval em face da conjuntura. Por exemplo, falava-se muito, no passado, sobre a hipótese de guerra com a Argentina. Antes de se excluir oficialmente tal possibilidade de guerra, para a Marinha há muito já não existia.

INFLUÊNCIA DA “DOCTRINA DA ESG”

Alguns de meus interlocutores não eram nascidos na década de 60, mas devem ouvir muitas histórias e há quem acredite piamente na verdade de uma “doutrina da Escola Superior de Guerra” com papel preponderante na formulação das concepções estratégicas. Mas o que se chama de doutrina da ESG é uma metodologia de planejamento, por mim considerada absolutamente inaplicável na prática. Tanto é assim, que nunca se conseguiu fazê-la de instrumento para o planejamento estratégico. Do pen-

samento estratégico da Marinha, o que se pode dizer ter recebido grande influência da ESG foi a ênfase no binômio segurança e desenvolvimento, muito mal interpretado por muitos, mas que também tinha o seu valor. Porém esse binômio não era propriamente da ESG. Ela o adotou como uma concepção política então vigente.

É claro que 64, com o fato de o Presidente Castelo Branco ter tido uma presença forte na Escola e de muitas pessoas próximas a ele a terem cursado, levou a idéia de que a ESG era a grande responsável por tudo. Até agora, persistem essas imagens, e certas modificações, que estão aplicando lá, recebem ainda condicionamentos a partir dessa idéia. Modificações são necessárias, sem dúvida, em uma série de coisas, contudo não porque se deva ajustar para evitar uma influência da ESG, semelhante à que lhe atribuem naquela ocasião.

RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO E A IMPRENSA

Quando ministro, a Assessoria Parlamentar, que já era forte desde algum tempo, recebeu reforçadas atenções. Eu mesmo participei da Assessoria Parlamentar, porque estamos em ambiente onde precisa haver o diálogo político. Conversei, pessoalmente, com mais da metade dos deputados e mais da metade dos senadores e consegui um trânsito excelente, independentemente do partido ou da concepção ideológica.

O pessoal da Assessoria Parlamentar era ativíssimo, estava sempre junto a quem desejava saber alguma coisa. Nunca deixamos de prestar, imediatamente, qualquer tipo de informação solicitada.

Tivemos a mesma atitude em relação à imprensa. Não a procurávamos para buscar apoios; entretanto, sobre o que desejasse saber de nós, imediatamente recebiam resposta verdadeira.

A MODERNIZAÇÃO DA MARINHA

Quando tenente, relatei-o em artigo antes escrito para a *Revista Marítima Brasileira*, vi a Marinha cansada da Segunda Guerra Mundial e parar. Parou até quando o Almirante Penna Boto reagiu: "Não! A Marinha tem de andar." Ele fez os navios começarem a andar de qualquer maneira; todos eram obrigados a sair. Se o navio quebrasse na saída da baía, a tripulação ficava esperando fundeada, em regime de viagem, até todos regressarem, ou até se consertar o navio.

Entretanto, naquela época, ainda se considerava um navio pronto se conseguisse fazer as máquinas funcionarem, o resto sendo irrelevante. Hoje em dia, não se procede mais assim. Agora, o navio só é considerado "pronto" se estiver com todos os equipamentos operando, com a dotação de munição e sobressalentes a bordo, se estiver totalmente preparado para entrar em combate naquele momento.

A Marinha vem perseguindo essa evolução nos últimos 50 anos. Eu a vi ainda parada, vi-a começar a andar, senti uma mudança de mentalidade, quando selecionaram-se duas tripulações para ir aos Estados Unidos receber cruzadores e retornaram com outra visão. Embora tenham recebido muito dos norte-americanos, regressaram com a vontade de resolver as

questões no interesse do Brasil. Mais tarde, receberam-se os contratorpedeiros, também norte-americanos, já dentro daquela idéia da Marinha anti-submarino, que ajudou durante um certo tempo, porque trouxe crescimento tecnológico. Contudo, quanto à concepção estratégica, já se principiava a desconfiar não ser muito certa, nascendo a reação interna, até o momento em que se resolveu comprar navios novos, uma decisão própria e consciente.

A compra das fragatas na Inglaterra, além de ter sido uma decisão independente, acompanhou-se de certa falta de sorte, felizmente transformada em algo muito favorável. Por questões de financiamento, a escolha foi dirigida a um projeto inglês, que nem a Marinha inglesa adquirira. Conhecendo bem melhor a Marinha Real, agora, acredito tenham considerado o projeto muito avançado, um navio extremamente automatizado para a época. O Brasil o comprou e assumiu

como problema seu, com todo o profissionalismo. A Marinha deu um salto com isso, aprendeu a fazer o que não se imagina capaz o nosso estágio de desenvolvimento. A partir desse episódio, nossa visão passou a ser a de "não adianta enganar-se".

O artigo *Por que mudar?*, publicado há tempos, houve quem o enxergasse como contraditório com a afirmação de que a

"Não! A Marinha tem de andar." O Almirante Penna Boto fez os navios começarem a andar de qualquer maneira; todos eram obrigados a sair. Se o navio quebrasse na saída da baía, a tripulação ficava esperando fundeada, em regime de viagem, até todos regressarem, ou até se consertar o navio

* N.R.: Ver *RMB* 3º trim/1995, p. 15 e 16.

Marinha estava bem, como expressam as idéias acima e minha declaração de confiança no discurso de posse no cargo de Ministro. Absolutamente não. Creio tê-lo terminado dizendo, justamente, que a Marinha estava bem porque muitos ousaram mudar, porquanto quem não evolui constantemente, em um mundo em progressão veloz, logo ficará relativamente atrasado. Era contra alguém? Sim, contra os que se molestavam com as propostas de mudanças, preferindo o comodismo burocrático de só fazer o que já sabiam, sem o trabalho de aprender de novo e enfrentar as penas da transição.

A modernização da Marinha enfrenta dificuldades muito grandes, porque depende de recursos e estamos cada vez com menos dinheiro. Estão cortando o **orçamento militar** mais do que se deveria tomar como aceitável. Aliás, em várias áreas, há uma desproporção

entre o pensamento político e o que realmente se faz na prática. O nosso problema mais importante, indubitavelmente, é o problema social. Contudo, se o governo tentar resolver o problema social empregando todos os recursos existentes, na forma em que é feito, no dia em que as pessoas não morrerem mais de doença, vão morrer de fome, porque não terão emprego. Deveríamos saber dimensionar bem o orçamento. No caso da Marinha, em particular, e das Forças Armadas, em geral, os cortes orçamentários parecem-me demasiados; se continuar dessa forma, vamos regredir. Não postulo que devamos crescer desmesuradamente, mas precisaríamos manter o que,

mesmo modesto, fosse razoável em termos da dimensão do nosso país.

Em minha visão, existe modernização da Marinha quando se enfrentam certos problemas, como a construção de navios, a fabricação do submarino nuclear. Porém, a falta de recursos nos está retardando. O último submarino do projeto alemão, já com muita modificação do original, vai-se arrastando; o projeto do submarino inteiramente nacional está na prancheta, porém não se vislumbra quando será possível iniciá-lo. Compromete-se, assim, o nosso desenvolvimento. Não se cogita de aumentar poder pelo crescimento dos meios bélicos; o au-

mento de poder decorrerá do conhecimento e da capacidade para decidir por conta própria.

O caso da **modernização das fragatas Classe Niterói**, por exemplo, é um salto tecnológico. Embora os equipamentos sejam comprados fora em sua maioria, já que a nossa

indústria não tem a possibilidade de os produzir, por falta de escala de produção, o sistema e o *software* usados já estamos desenvolvendo no Brasil e tão bons (ou melhores) como os disponíveis nos países desenvolvidos. Dentre os equipamentos produzidos no Brasil, incluem-se alguns de alta tecnologia, no campo de guerra eletrônica, uma decisão estratégica, por se tratar de área onde é fundamental ter independência.

Em relação à **modernização no setor de pessoal**, creio muito necessário haver cuidados grandes com a atualização. Não pretendo questionar o abandono recente do projeto dos Cursos de Aperfeiçoamento Avançado* antes imaginado, pois não disponho de dados para

**Estão cortando o
orçamento militar mais do
que se deveria tomar como
aceitável; se continuar
dessa forma, vamos
regredir**

* N.R.: Ver "A nova formação do oficial de Marinha do Corpo da Armada na RMB 2º trim./00, p. 63/87.

tanto. Contudo, é fundamental que se pense no futuro, em como poder aceitar a modernização. Assim se trabalha no primeiro mundo: todo oficial do Exército americano faz curso de mestrado formal como capitão.

SUAS DIMENSÕES

Repetirei aqui, para que se possa visualizar melhor o que compete à Marinha, algumas idéias tratadas páginas atrás.

A visão sobre Defesa, que expressei anteriormente, em particular no que toca ao Poder Naval, coincide com a visão da esmagadora maioria da Marinha. Deve-se isso, talvez, ao processo de análise estratégica sedimentado na Força, ao freqüente contato com povos e Marinhas estrangeiras e ao sentimento derivado da vida no mar.

Eu não atribuiria tanta ênfase a heranças da Missão Naval Americana, cuja importância no desenvolvimento operacional foi inegável no passado. Aliás, a própria Marinha já quase não mais ouvia a Missão nos últimos anos antes de denunciado o acordo. A grande evolução recente do pensamento naval ocorreu quando já não mais tínhamos aquela assessoria e nos conscientizamos sobre a necessidade de caminharmos para soluções próprias, independentes, não visionárias, mas adequadas a nosso ambiente estratégico.

Meus interlocutores* parecem insinuar, ao descrever a capacidade dos meios na-

vais, perseguirmos uma estratégia de atuação com projeção de poder, ofensiva em sua essência. Há um certo engano, se assim for, porquanto tudo é feito considerando a grande política brasileira, correspondente ao sentimento de nosso povo, à nossa Constituição e ao estabelecido na PDN – postura não intervencionista, não agressiva e de privilégio às negociações diplomáticas.

Entretanto, há que considerar dois pontos essenciais. Inicialmente, somos um país grande em todos os sentidos e não podemos pretender não o ser; daí a necessidade de termos nossos componentes de poder equilibrados, inclusive o de Defesa, em particular o Naval, sabidamente um dos melhores instrumentos disponíveis para atuação em tempo de paz, **se tiver credibilidade.**

Além disso, nosso cenário de ação previsível é, pelo menos, todo o Atlântico Sul, pois é pueril pensar-

mos em dar proteção ao Brasil-continente atuando junto da costa, o que nos exige capacitação oceânica plena, com a cobertura e proteção aérea às Forças Navais.

Se algum dia a Amazônia vier a ser invadida, ela será invadida pelo mar, porque seria loucura total alguém intentar a invasão da Amazônia por terra, onde o problema logístico é enorme. Haveria operações táticas conduzidas pela terra e pelo ar, mas o grande esforço seria feito no mar.

Deve ser lembrado, também, que uma atuação exclusivamente defensiva, em ni-

Existe modernização da Marinha quando se enfrentam certos problemas, como a construção de navios, ou a fabricação do submarino nuclear

★

O aumento de poder decorrerá do conhecimento e da capacidade para decidir por conta própria

* N.R.: Ver *Introdução* na pág. 26.

vel estratégico, pode exigir ações táticas ofensivas, como aliás está dito na PDN.

Na Marinha dificilmente se poderia cortar alguma coisa. A Marinha é muito enxuta, não tem exageros. Comparando o que efetivamente realiza e sua capacitação operacional com o tamanho, logo se verá isso. A relação de quantos homens estão no apoio para cada homem no combate ou operação é pequena em padrões internacionais. Além disso, em seus números incluem-se os destinados ao desempenho de atividades típicas da Autoridade Marítima, que considero a parcela da "reserva ativa" da Marinha.

EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA MARINHA

O ensino da Escola Naval continua bom.

Contudo, em uma visão moderna, acho que apresentava alguns problemas.

Como ministro, mandei fazer uma série de adaptações para tentar recuperar o tempo perdido. Uma delas: por estarem usando poucos livros, determinei a compra imediata de mais livros e o início de reforma completa da biblioteca.* Diferentemente do passado, ninguém mais pode estudar por um livro só, ou por apostilas. Os aspirantes têm de habituar-se a pesquisar. Nesse ponto, vejo que nos atrasamos bastante, porque temos grande dificuldade com professores, pois a legislação nos impede de contratá-los e só autoriza pagar-lhes, sendo eles professores de nível superior na Escola Naval, a quem deveria ser exigido trabalho em tempo integral, algumas centenas de reais. Não se consegue alguém para trabalhar nessas condições. Estamos

suprindo as dificuldades recrutando oficiais da reserva, o que não é a solução ideal, porém melhor do que ter professores desinteressados ou incompetentes.

A **formação humanística**, sob iniciativa da Escola, era um dos aspectos analisados como necessitado de correção. Do ponto de vista da exposição do aspirante ao ambiente social, nossa conclusão, entretanto, foi de que, mesmo sem muita ajuda, ele se formava razoavelmente bem, tão bem

quanto qualquer outro profissional.

Metade da oficialidade da Marinha, no entanto, origina-se das universidades civis.

A experiência tem sido ótima e, inclusive, ajudei (como ministro) a ampliá-la.

Foram criados, muito tempo atrás, os **Qua-**

dros Complementares, que a rigor não eram complementares, eram quadros especializados, separados dos demais. Reformamos toda essa legislação e, hoje em dia, conta-se, efetivamente, com quadros complementares. São universitários candidatos ao Corpo de Intendência, ao Corpo de Fuzileiros Navais ou ao Corpo da Armada, onde ingressam mais tarde, desde que demonstrem a capacidade equivalente à dos oficiais cursados na Escola Naval.

Os engenheiros, antigamente só oriundos da Escola Naval, passaram a vir diretamente das universidades; hoje, praticamente, quase todo o Corpo de Engenheiros da Marinha tem essa origem, com bons resultados.

Completa-se essa parcela dos oficiais com o tradicional Corpo de Saúde da Marinha e o Quadro Técnico, agora devidamente estruturado como tal.

Ninguém mais pode estudar por um livro só, ou por apostilas. Os aspirantes têm de habituar-se a pesquisar

* N.R.: Ver RMB 2º trim./2000, p. 63/87 (Memorando na pág. 79).

No preparo dos universitários, quando vêm para a Marinha, só se precisam cuidados no período do Curso de Formação de Oficiais, porque já chegam como engenheiros, médicos etc. e, então, serão transformados em oficiais da Marinha. Temos de lhes mostrar como integrar-se, qual a sua missão. Sempre dizia aos médicos, ao principiarem o curso, realizado no CIAW (quando era seu comandante): "Vocês vêm para cá com a ética médica embutida; aqui, vão aprender a ética da guerra naval e esta vai preceder a ética médica, sem destruí-la."

Por exemplo, um médico pensa, na hora de atender os doentes, em primeiro dar atenção aos mais graves. Na nova situação é o oposto: atender primeiro o menos grave, porque esse paciente volta mais rápido para o combate, quando poderá salvar a vida de todos. Isso muda a cabeça do médico. Logicamente, ele precisa raciocinar que não será sempre assim, mas terá de admitir a ocorrência dessa verdade.

O ensino na Escola de Guerra Naval é muito bom, igualmente. No Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM), recentemente, introduziram-se práticas mais modernas, mantida a mesma concepção geral. É curso onde não se ensina, propriamente. As idéias são levadas para o debate e há muitas conferências com pessoas de fora da instituição.

CURSOS E PLANO DE CARREIRA DE OFICIAIS

A principal razão para introduzir, quando ministro, o Plano de Carreira para oficiais e praças residiu em que, embora sempre se falasse em planejamento de pessoal e estivessemos acostumados a um sistema de planejamento administrativo e orçamentário excepcionalmente bom, até copiado, em alguns pontos, pela administração federal, para o planejamento de pessoal não

contávamos com algo semelhante. Procurei implantá-lo por meio de plano estruturado, que permitisse fazer projeções antecipadas, facilitar a tomada de decisões importantes, as correções tempestivas e o exame, pelos interessados, de como seria sua vida profissional futura.

Tínhamos, logo depois da Escola Naval*, que oferece formação diversificada, um curso chamado de aperfeiçoamento, na verdade de especialização, onde se

estudava, praticamente, os mesmos temas já abordados anteriormente.

Era desestímulo aos alunos.

Procurei cancelá-lo, mas acrescentando um curso de aperfeiçoamento algum tempo adiante. O curso deveria ter o nível de mestrado, mas sem preocupação com a titulação, porque senão precisaríamos seguir as regras do Ministério da Educação, com exigências desnecessárias aos nossos

**O Curso de
Aperfeiçoamento Avançado
era importantíssimo para
nos assegurar a
capacidade de enfrentar o
futuro, quando a evolução
tecnológica será cada vez
mais rápida. Se não
estivermos preparados
para entender as
mudanças, será muito
custoso acompanhá-las**

* N.R.: Ver RMB 2º trim/2000, págs. 63 a 87.

propósitos. Esse projeto, infelizmente, foi abandonado.* No meu entender era importantíssimo para nos assegurar a capacidade de enfrentar o futuro, quando a evolução tecnológica será cada vez mais rápida. Se não estivermos preparados para entender as mudanças, será muito custoso acompanhá-las. O Curso de Aperfeiçoamento Avançado, esse era o seu nome, seria ministrado cinco ou seis anos depois de o oficial haver saído da Escola Naval. O Curso de Comando e Estado-Maior, também, ocorreria cinco ou seis anos após o aperfeiçoamento. Já o Curso de Política e Estratégia Marítima viria um pouco mais tarde, para que o oficial, ao invés de o ter em seguida a sua promoção a capitão-de-mar-e-guerra, cursasse mais próximo de uma possível ascensão a almirante. Dessa forma, o Almirantado receberia, no ingresso, oficiais há pouco diplomados na EGN, por assim dizer, com as cabeças mais atualizadas.

CONCLUSÃO

Pretendem certas pessoas que o Poder Militar perdeu sentido, terminada a Guerra Fria.

Pode algum dia perder sentido, mas não no mundo atual e nem naquele que se possa vislumbrar. Qual dos países maiores tomou alguma iniciativa neste sentido? Alguém pensou em abrir mão do componente de defesa em sua estrutura de poder? A OTAN foi extinta ou apenas mudou de concepção? As políticas intervencionistas calcadas em superioridade armada não continuam a prevalecer e, até certo ponto, a se fortalecer? As políticas de defesa e as estruturas de forças armadas não se moldam, cada vez mais ostensivamente, pela

capacitação de intervenção em terceiras partes e na projeção de poder?

O mundo em que vivemos é real e não utópico. Fala-se, com frequência na convivência pacífica, mas sem um braço de força, não há respeito. E não vejo como se possa fazer política externa sem ter condições de apresentar íntegros todos os elementos de poder, salvo se se considerar como satisfatório ter como metas não mais do que o disputar entre os mais fracos o que os fortes desejarem conceder.

Lembro-me que alguns teóricos da modernidade, mesmo quando não se vislumbrava, ainda, o fim da Guerra Fria, já vaticinavam que bastava o desenvolvimento político-democrático e econômico para assegurar posição de destaque no contexto internacional. O Japão era o maior exemplo clássico, repetidamente mencionado – ele nem tinha forças armadas! A ingenuidade desses argumentadores não lhes permitia enxergar que as Forças de Defesa daquele pequeno país, de dimensões incomparavelmente inferiores ao gigantesco Brasil, eram, ainda que sob a designação eufemística adotada, algumas vezes maiores, mais potentes e mais prontas do que as nossas reduzidas Forças Armadas! Esses mesmos analistas são os que não sabem ter a neutra Suíça um dos proporcionalmente maiores e mais bem equipados exércitos do mundo.

Pretendo ver o convívio internacional como efetivamente é, não como idealistas gostariam que fosse. Se já podia escudarme em modesta experiência e observações anteriores, agora tenho-a muito aumentada pelo viver das responsabilidades de fazer política em um dos organismos multilaterais de maior atividade no contexto da ONU. Desse aprendizado, vem-me a con-

* N.R.: Ver RMB 2º trim/2000, págs. 63 a 87.

vicção, ainda maior, de recusar a premissa com toda a ênfase.

Só almejo que o Brasil tenha estadistas capazes de enxergar essa realidade em sua verdadeira extensão e não permitam sacrificar-nos o futuro com visões simplistas. Nem permitam que se reduzam nossas Forças Armadas, por inanição, a elementos incapazes de cumprirem o que uma análise correta de um quadro estratégico a elas

destinar. Exija-se delas eficiência e eficácia, não economia de gastos sem base alguma, lembrando que as forças armadas mais caras são aquelas que não servirem para nada do que efetivamente lhes competir. Os brasileiros saberão cobrar isso dos governantes, quando for a hora.

E a História das Nações mostra que esta hora chega quando menos se espera. E rapidamente.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO> / Criação do Ministério da Defesa; Forças Armadas; Estratégia; Pensamento Militar; Poder Militar; Poder Naval; Relações Internacionais; Geopolítica; Política nacional;

**Dê liberdade. Pensamentos
inovadores são armas contra
a rotina.**

OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE A REPÚBLICA

Parte XL em diante

MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES
Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

NOTAS

1 – O autor interromperá, por algum tempo, a série de artigos que vinha escrevendo sobre este interessante enfoque da História do Brasil.

2 – A numeração correta da próxima parte é XL.

Revista Marítima Brasileira

AOS NOSSOS LEITORES

Com a permanente preocupação de ser útil aos seus leitores do presente e do futuro, a *Revista Marítima Brasileira* se propõe a divulgar idéias novas, registros históricos e opiniões que, futuramente, possam servir de excelentes fontes de consulta.

Tendo em mente este propósito, a diagramação dos artigos publicados é feita de modo a facilitar o trabalho dos nossos futuros pesquisadores. Assim sendo, procuramos adotar o seguinte sistema de trabalho:

(a) classificação por assuntos dos artigos, das notícias e de outros textos, inclusive dos tópicos que compõem essas colaborações;

(b) registro em CD-Rom da classificação por assunto de tudo o que é publicado (já existe desde o nº 1 da *RMB*);

(c) inclusão de sumários nos vários artigos e seções da revista; e

(d) utilização farta de negritos e do recurso da divisão do texto em maior número de parágrafos. Nesse sentido, contamos com a compreensão dos colaboradores, como até agora tem acontecido.

A *Revista Marítima Brasileira* gostaria de conhecer a opinião de seus leitores sobre o assunto.

Escreva-nos, telefone para nós, passe-nos um fax ou utilize o correio eletrônico para dizer-nos como vê nossa maneira de dispor e valorizar as informações que levamos ao nosso público.

Seu pronunciamento é valioso.

Muito obrigado.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

INEXISTÊNCIA DA “GERÊNCIA DE MATERIAL” NA MARINHA E CONSEQUÊNCIAS PARA A FUNÇÃO LOGÍSTICA MANUTENÇÃO

RUY CAPETTI
Vice-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

Introdução
Considerações iniciais
Evolução de logística
Evolução de administração do material da nossa Marinha de Guerra
Histórico do desenvolvimento das atividades de manutenção no século passado
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Remete este artigo à leitura produzida em 1991, pelo autor¹, com as finalidades de mostrar a realidade da situação de organização da Função Logística Manutenção (sic) Reparo e Salvamento², na Ma-

rinha do Brasil, e de produzir um manual didático para ser usado no sistema de Ensino Naval e na Escola de Guerra Naval, a fim de que a divulgassem.

A finalidade do presente artigo é, através de pesquisas mais profundas, procurar interpretar a razão da falta de organização

1N.A.: Cópias na Biblioteca da Marinha (2) das quatro cópias produzidas artesanalmente, pois maior tiragem não seria viável, fruto da falta de recursos próprios, e principalmente por ser a matéria de interesse restrito.

2N.A.: Salvamento, aqui incluído, soa estranho. Em tempo de guerra, Salvamento no Mar é uma operação muito comum (1:374), enquanto que Salvamento como função logística fica difícil de ser enquadrado em qualquer organização logística. No entretanto, é tratado na referência (11).

sistemática que, na opinião do autor, vem comprometendo a eficiência do desempenho da mencionada função logística na Marinha, de modo a contribuir para seu aperfeiçoamento. Procurou-se, deste modo, promover maior abrangência de consultas, de maneira a justificar afirmativas e pontos de vista colocados na obra original, principalmente aqueles referentes à falta de eficiência no exercício da função logística Manutenção, como organizada e conduzida na atualidade.

As pesquisas iniciais, cujo escopo foi o estabelecimento do ambiente sociocultural em que se desenvolveu o exercício das atividades de manutenção, do início do século passado até a atualidade, foram ampliadas buscando identificar as razões do descompasso com a modernidade, razões essas que pareceram indicar, então, tratamento impreciso dado ao assunto, seja por vícios introduzidos por traduções distorcidas, nem sempre de qualidade adequada (a nossa grande fonte de conhecimentos tem sido a Marinha americana, embora com material produzido para seu Ministério da Defesa), ou pela tentativa proposital de adaptar, a qualquer custo, tais conhecimentos à nossa Marinha, como Força Singular.

A finalidade da obra original de promover um manual que servisse de elemento didático para uso do pessoal envolvido com atividades de manutenção é abandonada no presente trabalho, ficando a tarefa para aqueles que continuam a exercer as atividades, pois certamente estarão mais atualizados.

Relembramos, apenas, para os que não a leram, que se o autor já admitia ser difícil elaborar um Manual de Manutenção no nível operativo, continuará a sê-lo, à medi-

da que persistirem a falta de padronização da ação gerencial da função logística em questão, a falta de estrutura integrada e adequada ao exercício das atividades industriais de manutenção, além de outros óbices que, em conjunto, impedem a consolidação doutrinária desejada.

A falta de um glossário ou dicionário de termos de manutenção e confiabilidade, que permita um entendimento comum, e a heterogeneidade de conhecimento e de interesses do pessoal que lida com as atividades de manutenção, entre marinheiros, fuzileiros navais, civis etc., são lembradas apenas como exemplos cruciais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitas vezes nos deparamos com a per-

Será eficiente a estrutura de Manutenção que a Marinha tem em funcionamento?

gunta: Será eficiente a estrutura de Manutenção que a Marinha tem em funcionamento? Essa dúvida se minimiza, pelo menos, se só for levado em consideração o aspecto gerencial. E levando em conta este

aspecto isoladamente, e o fato de que muitos profissionais da Marinha, enquanto servem em unidades navais, aéreas e de fuzileiros navais, as vêem funcionando sem comprometer a sua comissão, eles sequer notam o quanto deixa a desejar o gerenciamento do material em questão. E depois que são deslocados para outras funções, estes profissionais não mais dedicam parcela de suas preocupações para a matéria, ou por ela não dizer respeito às novas comissões, ou, em muitos casos, por escassez de tempo. Assim, *manutenção* não é mais um problema deles.

Por outro lado, outros profissionais podem contestar a suposição da ineficiência, e assim torna-se mister buscar algum modo de confirmar ou desmentir tal percepção

ou crença, para as quais o autor não encontrou, até a presente data, elementos contraditórios, uma vez que não conheceu, no tempo em que permaneceu no serviço ativo, e nem agora tem notícias da existência de qualquer sistema de avaliação que permita à Marinha definir o desempenho da execução da manutenção.

Assim, ousamos dizer que só casuisticamente poderá ela ser eficiente.

Esperamos que esta perquirição possa contribuir para o entendimento mais claro dos fatores que apontamos, ao longo dos anos, como negativos, para termos eficiência permanentemente maximizada no desempenho de tão importante função logística.

Dentre tais fatores podemos pinçar, no passado, a duplicidade de atribuições de várias organizações da estrutura da Marinha, a fraca vontade política interna de elementos organizacionais da instituição em assumir o macroproblema do material, a indecisão da assunção da responsabilidade sobre a gerência do material em diversas instâncias e circunstâncias, entre muitos outros, e que parecem ter origem na organização incompleta da **gerência de material**^{*}.

É importante alertar que estamos nos referindo à **Gerência do Material**, e não à **Gerência do Abastecimento**, e aí parece residir o fulcro da questão, como procuraremos mostrar em sequência.

Se as necessidades logísticas são, sem grande controvérsia, o pessoal, o material, e os serviços, com todos os seus procedimentos correlatos, não desperta maior perplexidade afirmar que já dispomos de uma boa **Gerência de Pessoal**, fruto da semente plantada por conta da orientação, num passado remoto, da Missão Naval Americana (MNA) (16:20;16:213)(3).

Dispomos de uma boa Gerência de Pessoal, fruto da semente plantada por conta da orientação, num passado remoto, da Missão Naval Americana

*

Contudo, o mesmo não ocorre com a Gerência do Material, que entendemos precisar ser estruturada convenientemente

Contudo, o mesmo não ocorre com a **Gerência do Material**, que entendemos precisar ser estruturada convenientemente, juntamente com os serviços. Destes últimos as próprias funções logísticas, segundo os conceitos que a Marinha adota, se encarregam de equacionar. Resta investir mais profundamente, pois, na estruturação da **Gerência do Material**.

Mas, para entendermos o que vem a ser a **Gerência do Material**, começemos por investigar o seu contexto maior, a Logística.

EVOLUÇÃO DA LOGÍSTICA

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, segundo Thorpe (18:xvii), "enquanto a Estratégia e a Tática eram muito comentadas..., não tinha sido reconhecida, ainda, a ciência da Logística"³.

Foi somente no final do século XVIII, e início do XIX, que o termo *logística* entrou no vocabulário militar, embora com significado inteiramente diferente daquele atual.

* N.R.: Os negritos são do autor, exceto os especificamente indicados.

3 N.A.: Tradução nossa.

De fato, Jomini (1838) foi quem fez o primeiro uso significativo do termo logística. A sua obra foi muito lida, mas principalmente por suas lições de estratégia e de tática.

A Guerra Civil nos Estados Unidos valeu-se mais da obra de Jomini do que da de Clausewitz. Desta, a primeira versão para a língua inglesa só apareceu aí pelos idos de 1873.

De fato, a primeira vez que o termo logística apareceu na literatura militar dos norte-americanos não o foi antes de 1870.

Das forças militares, sem dúvida, foi a Marinha de Guerra dos Estados Unidos o ramo mais interessado em logística, pois, em 1888, numa palestra no Naval War College, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Alfred Mahan introduziu ambos, o termo e seu conceito, na estratégia naval (18:xx).

Cedo, ao pensamento de Mahan se juntou o historiador naval inglês Sir Julian Corbett, e no evento da Primeira Guerra Mundial o grande interesse naval próprio da Marinha norte-americana pelos aspectos fundamentais econômicos e industrial de seu desenvolvimento deu um amplo significado ao conceito de logística.

O termo, todavia, continuava a não ser largamente empregado.

Naquela atmosfera chegou Thorpe a Newport, em dezembro de 1914, para um ano de curso no Naval War College, quando então escreveu um pequeno ensaio sobre logística intitulado *Pure Logistics*. (18)

Seu interesse pelo assunto e estudos que levou a cabo, no período de ano e meio como estudante no Naval War College e servindo como oficial de estado-maior, levaram-no à percepção de que os comentaristas militares silenciavam sobre o assunto, e que os militares pouco ou quase nada dele sabiam.

Assim é que resolveu escrever suas próprias análises e definições, desenvolver

teoria e estabelecer um conjunto de princípios para a organização e direção desse longamente negligenciado ramo da guerra.

Da análise de exemplos clássicos, para validar seus conceitos, Thorpe chegou ao ponto de, finalmente, propor uma organização e direção para as forças combatentes do seu país.

Concluiu ainda que a organização militar, sob a ótica da logística, tem que se fundamentar em efetivos sistemas educacionais militares, pois educação, segundo ele, "é parte da logística, no sentido de que, como todas as outras funções e serviços de apoio, ela prepara o sistema militar da nação para 'operação eficiente'." (18)

De fato, à medida que o tempo foi passando, como Thorpe havia antecipado, a guerra enfatizou a importância da mobilização econômica e industrial.

Ainda que por diversos anos, até 1920 inclusive, o Naval War College tivesse ministrado cursos de logística, somente poucos elementos compartilhavam as mesmas idéias de Thorpe.

A logística continuava sendo vista estreitamente, e somente nos últimos estágios da guerra é que ela começou a tomar forma no amplo significado prescrito por Thorpe.

E somente muito mais tarde, no período pós-guerra, foi que a conceituação racionalizada e a sua implementação vieram influenciar notavelmente na estruturação dos estabelecimentos militares americanos.

Mesmo no período pós-Segunda Guerra Mundial, em que muito foi escrito e publicado tratando de assuntos militares, a importância das abordagens privilegiava o enfoque primordialmente histórico e analítico, em contrapartida ao teórico em natureza.

Contudo, começaram a aparecer, aí pelos anos 60 em diante, autores, embora poucos, que percebiam e abordavam, ainda que superficialmente, aspectos logísticos.

Do que foi escrito, a maior parte se referia ao Exército, sem a contrapartida para a Marinha e Força Aérea norte-americanas.

Neste contexto, é digna de nota a obra do Vice-Almirante Henry E. Eccles, em 1959, que discutiu a história, a organização e o planejamento da logística, em trabalho amplamente documentado, intitulado *Logistics in the National Defense* (5), e logo em seguida, *Operational Naval Logistics* (6), que, pelo tipo de publicação – NavPers –, tinha a finalidade de ensino.

Eccles ainda publicou *Fundamentals of Logistics* (4), e dessas obras o Capitão-de-Mar-e-Guerra Abílio Simões Machado, da nossa Marinha, valeu-se para produzir a publicação *Introdução à Logística*, 1968. (10)

Podemos observar que os escritores e historiadores que escreveram sobre os eventos militares que ocorreram na primeira metade do século XX procuraram, sempre, evitar a abordagem da **logística** por ocasião da Primeira Guerra Mundial, e do muito que se escreveu e se tem escrito sobre o assunto, a maior parte se refere mais ao período pós-Segunda Guerra Mundial e, consideravelmente muito mais ainda, sobre a logística no Vietnã.

O que podemos perceber, em resumo, é que o assunto logística só veio a ser sistematizado pela obra de Thorpe, e mesmo assim, pelo desinteresse por ela demonstrado, as coisas só tomaram seus devidos lugares a partir da Segunda Grande Guerra, e somente no período posterior a este evento mundial é que vieram se sistematizando, em obras escritas, os princípios fundamentais que regem a logística dos dias atuais. (18)

E como se inseriu a Marinha brasileira nesse contexto de desenvolvimento cultural, e quais foram suas ações decorrentes, principalmente no que diz respeito ao gerenciamento do material, seus acertos e erros, e suas consequências?

EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL NA NOSSA MARINHA DE GUERRA

Muito embora no início do século passado fossem apontadas, em diversos relatórios ministeriais e outras publicações, sérias deficiências e dificuldades que limitavam a capacidade operativa da Marinha brasileira, elas eram, preponderantemente, fruto da cultura existente, e nada mais nada menos que consequências das estruturas organizacionais adotadas, nas quais a exacerbação das personalidades de alguns chefes agia em detrimento da solução estudada e discutida e do cumprimento de regulamentos e prescrições normativas, na maioria das vezes até inexistentes.

“A Organização Marques de Leão talvez representasse um passo avançado no nosso meio e tinha certamente alguns inconvenientes, ante hábitos que já se haviam enraizado profundamente na Marinha, mas era fundamentalmente acertada. Não satisfazendo, é óbvio dizê-lo, aos desejos do Almirante Alexandrino, este, tão cedo retornou à Pasta da Marinha, anulou a organização em causa, restabelecendo a primitiva, que deveria perdurar durante muitos anos, até que, em 1951, pude [Guillobel] substituí-la. O Almirante Alexandrino de Alencar retornara ao cargo de Ministro da Marinha, substituindo o Almirante Belford Vieira, o qual fora o substituto do Almirante Leão quando este lobo-do-mar e legítimo Varão de Plutarcho, encarnando o verdadeiro espírito da Marinha, demitiu-se do cargo, negando-se a ordenar o bombardeio da cidade de Salvador por navios da nossa Esquadra, determinado por motivos políticos injustificáveis pelo Governo Federal.” (8:254)

Na área de apoio logístico era flagrante “a dependência do estrangeiro para adquirir, reparar ou modernizar as unidades da nossa força naval, e para obter o combus-

tível (carvão), os sobressalentes e a munição necessários à movimentação e manutenção e ao adestramento dessas unidades e de suas tripulações”, (16:26) bem como a “ausência de estoques de sobressalentes, de carvão e de munição...” (16:26).

Testemunho de que o pensamento polarizado pela logística não tinha ainda forma perfeitamente cristalizada é avalizado pelo Almirante Guillobel, que recorda de seus primeiros postos:

“Muitos oficiais da Marinha, entre os quais me colocava, dedicavam-se à leitura dos escritores militares e navais sobre Estratégia, Administração Naval etc. ... Jomini, Bernhardt, Castex, Clausewitz, Darieus, Tirpitz e muitos outros faziam as delícias dos amantes da literatura militar. Os episódios da Guerra Russo-Japonesa e da Primeira Guerra Mundial vieram produzir numerosíssimos livros, cada qual mais interessante. Dos ensinamentos que decorreram dessa guerra, começou a esclarecer-se o papel preponderante representado pela Logística na conduta da guerra moderna. Nos tempos antigos, as condições em que se processavam as operações eram muito diversas e a Logística não ocupava a posição dominante de hoje...” (8:99)

No ano de 1934, ocorreu a Reforma Protógenes, alterando-se significativamente “a subordinação de diversos órgãos e criando-se outros, de modo a melhor atender ao serviço, consoante a evolução que se vem processando na administração naval e no preparo para a guerra”. (16:31)

Subseqüentemente ao decreto que determinou esta modificação, ocorreram várias alterações fragmentárias, sem orientação de conjunto, que contribuíram, à saciedade, para, entre outros efeitos, complicar a prestação dos serviços de apoio.

Disso nos dá conta registro de comentários feitos em palestra na Escola de Guerra

Naval, em 1949, pelo Almirante Ernesto Araújo [comentários no trabalho “Reforma na Organização de Marinha” (Almirante Melo Batista)⁴], relatando que, apesar dessa reforma ter chegado ao ano de 1952, ultrapassando o período da Segunda Guerra, ela carregava três principais falhas que eram: “excessivo número de subordinados diretos do Ministro; atribuição ao Estado Maior de funções de comando e direção em serviços autônomos diretamente subordinados ao Ministro, de serviços nitidamente dependente de outros mais amplos de mesma natureza e que existem dentro da organização”. (16:31).

É dentro desse contexto que, até então, se desenvolveu a administração de material da Marinha – de uma maneira muito esparsa, e muito genericamente –, como se depreende da leitura dos vários regulamentos do Estado-Maior da Armada (EMA), depois de sua criação nessa forma. Assim é que o primeiro regulamento do Estado-Maior da Armada (1907) atribuía-lhe, entre outros cometimentos, a incumbência “da manutenção das Forças Navais da República em estado de ação imediata, desde a sua concepção mais geral até os seus menores detalhes...” (16:31)

Alterações posteriores não afastaram tal responsabilidade, mas também nada acrescentaram quanto ao gerenciamento específico do material. O quarto regulamento (1923) foi mais explícito, e estabelecia no mesmo artigo primeiro:

“O Estado-Maior da Armada, diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, é a repartição incumbida da organização, preparação, manutenção e das operações das Forças Navais da República, devendo conservá-las sempre em estado de eficiência, prontas para a guerra.” (16:34)

O cumprimento de tais determinações se materializava no trabalho das Divisões de

4 N.A.: in 16:31

Planos, de Operações e de Comunicações, como dava conta o artigo 14 ao definir:

“O Estado-Maior da Armada será dividido em três Divisões para os fins de suas atividades administrativas, e manterá uma comissão permanente para inspeções destinada a verificar as condições militares e materiais de qualquer navio, aeronave, força ou estabelecimento, e a fiscalização das experiências de navios ou aeronaves novos ou que tiverem sofrido grandes reparos...” (16:35)

Já o quinto regulamento, de 1933, definia:

“Art. 1 – O Estado-Maior da Armada é, por excelência [sic], o órgão de concepção estratégica da guerra, e da preparação logística e tática das forças navais da Nação;” (16:35)

enquanto que

“Art. 3 – Cumpre ao Estado-Maior da Armada: orientar o adestramento das Forças Navais, os estudos que se relacionam com o material de guerra de qualquer espécie (bêlico, flutuante, fixo ou aéreo) ...” (16:35)

e o

“Art. 5 – Em caso de guerra ou de alteração da ordem pública, o chefe do Estado-Maior da Armada assume [sic] a direção geral dos serviços que afetam o preparo, a manutenção e a eficiência das Forças Navais, expedindo as instruções e ordens gerais, mediante aprovação do Ministro da Marinha ou por este determinadas”. (16:35)

Finalmente, preconizava o Artigo 6: “Todas as ordens expedidas pelo Estado-Maior da Armada serão consideradas como emanadas do Ministro da Marinha, a quem está diretamente subordinado”. (16:35)

É verdade que, após 1937, foram obtidos razoáveis avanços na solução dos problemas de aquisição e armazenamento de sobressalentes, e do material comum, da disponibilidade de combustível para pronto uso, na racionalização e administração do Serviço de Fazenda, tudo isso em gran-

de parte decorrente do maior empenho no sentido de que a renovação e ampliação dos meios flutuantes se fizessem preferencialmente dentro do próprio País, buscando-se estimular o desenvolvimento da indústria nacional de interesse da Marinha.

Não temos como negar, por outro lado, a influência dos conhecimentos oriundos dos Estados Unidos sobre a nossa cultura naval, desde o advento da Missão Naval Americana, em 1922, “fator que pesou, e muito, na formação da mentalidade moderna e atualizada na Marinha brasileira, impedindo que ela sucumbisse ante suas limitações materiais” (16:213), principalmente no que diz respeito à organização do material.

Achamos prudente seja enfatizado o papel da Marinha norte-americana, com a ressalva de que o aporte de conhecimentos na área de administração do material parece ter origem mais da cultura das Forças Armadas daquela grande nação (relativos, pois, ao seu Ministério da Defesa) do que particularmente de um serviço isolado (no caso a referida Marinha dos Estados Unidos), muito embora os oficiais que para aqui vieram fossem oficiais desta última, como serviço.

O aprimoramento da organização naval, em particular o papel do Estado-Maior da Armada, contemplava-o com responsabilidades esparsas a respeito do gerenciamento do material naval, ora referindo-se à Logística, mas sob o enfoque de planejamento (Estado-Maior da Armada, divisão de Planos – segunda seção de Logística), ora promovendo, àquele órgão, a responsabilidade “de concepção estratégica da guerra e da preparação logística e tática das Forças Navais da Nação”. (16:35)

Na então Escola Naval de Guerra, a Logística, Organização Administrativa, Serviços de Estado-Maior e a Psicologia foram assuntos de uma das cadeiras deno-

minadas *de guerra*^{*}, mas eram tratados através de conferências. Apesar de tudo, um passo à frente, por iniciativa do Almirante Felinto Perry, cuja atuação como diretor veio a dar margem a profundas alterações no funcionamento do estabelecimento (1921)(16:215).

Podem-se observar alguns períodos notáveis, tais como o até 1924, reforma Alexandrino, com queda acentuada dos padrões do material,⁵ seguindo-se a reforma Protógenes, que proporcionou melhorias. O curioso é que o preparo do pessoal para lidar com o material não era descuidado, mas não havia planejamento da manutenção, pois se pouco se conhecia dos conceitos racionalizados da Logística, que dizer do seu enfoque sob a ótica de funções logísticas. Assim, o material era operado por ocasião dos exercícios e reparado quando se avariava (e quando possível), na medida dos recursos existentes. O Arsenal foi o grande recurso para manter o material funcionando apropriadamente.

Chegamos, assim, ao ano de 1942, ocasião em que a Marinha contava, para seu apoio logístico, exclusivamente com as instalações do Rio de Janeiro; ao sermos alcançados pela guerra, o Serviço de Fazenda, incluindo finanças e suprimentos, era muito elementar, igualmente centralizado no Rio de Janeiro, utilizando o Depósito Naval para fornecimento de materiais de consumo e a técnica de *adiantamentos*^{*} para os navios efetuarem aquisições diretamente. A ineficiência dessa sistemática deve ainda estar bem presente na memória de muitos de nós, pois se estendeu por longo tempo, o suficiente para termos com ela convivido no serviço ativo.

Muito embora o material existente no período que vai do início do século passado até a Segunda Guerra Mundial não possa ser comparado tecnologicamente ao material atual, em muitos casos ele era moderno para sua época, mas a desorganização no seu gerenciamento foi de tal monta a dar margem ao esfacelamento da máquina de guerra naval, ensejando o aparecimento de movimentos e grupos que buscavam contornar tais dificuldades, como é o conhecido caso dos *arquidukes*^{*} (17)(16:212). Não fosse, por sua vez, o aporte de conhecimentos que nos legou a Missão Naval Americana, a evolução organizacional da Marinha, com consideráveis benefícios para o setor do material, teria sido mais lenta.

Principalmente a partir de 1942-43, reduziu-se mais ainda o ritmo das até então frequentes alterações organizacionais das estruturas de terra, enquanto que a bordo as estruturas organizacionais administrativas pouco se modificaram, muito embora estas se ressentissem bastante do sempre incompleto preenchimento das lotações e da intensa mobilidade dos homens das tripulações.

O estabelecimento das Ordenanças Gerais para o Serviço da Armada (15) e das Organizações Internas Administrativas dos navios contemplavam parcialmente a administração do material, se bem que as primeiras indiretamente, através das responsabilidades atribuídas a todo o pessoal embarcado, e a segunda por determinar que a organização das unidades navais estabelecesse divisões responsáveis pela administração do material e conservação, reparação e limpeza do navio em geral. Mas isso ainda não era o bastante!

* N.R.: O negrito é nosso.

5 N.A.: "Mesmo a chegada da Esquadra de 1906, ocorrida entre 1908 e 1910, não serviu de grande estímulo, porque não nos havíamos preparado estruturalmente para recebê-la. A Manutenção não estava à altura das novas imposições, inexistiam as instalações de direção de tiro, a doutrina de emprego dos novos navios deixava a desejar." (16:211)

Nem o poder do gabinete do Ministro da Marinha (interferindo em assuntos administrativos em nível de detalhes que não lhe devia caber) e muito menos a atuação tímida do Estado-Maior da Armada (que ainda assim produziu a Organização Básica dos Navios da Armada, a velha conhecida OBANA⁶, e ferramenta de trabalho companheira assassinada impunemente!) não puderam produzir, até então, algo que se assemelhasse a uma verdadeira **Gerência de Material** (digamos, sem tentar definir, gerência de **todo** o material da Marinha, sob **todos** os aspectos do apoio logístico), sobressaindo-se, naquele contexto, o trato do abastecimento (até por razões muito naturais) e da manutenção do material, como assuntos frouxamente ligados por interesses comuns, pelos vínculos das necessidades de sobressalentes técnicos e de algum material comum.

Merece destaque, neste contexto, a contribuição dada ao futuro exercício sistemático de atividades de manutenção, mais do que pela simples forma de incumbências, qual seja a reorganização do pessoal subalterno para o serviço de máquinas, área onde a desordem mais se fazia sentir. (16:74)

Por sua vez, a partir de 1922, o adestramento, fruto das necessidades impostas para manuseio dos equipamentos de direção de tiro, depois que os Encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais* regressaram de suas modernizações nos Estados Unidos, foi beneficiado ao passar à responsabilidade direta da Divisão de Operações do Estado-Maior da Armada, sendo que somente em 1941 estabeleceu-se, por sugestão da Missão Naval Americana, o Programa Geral de Operações e Reparos (PGOR) (16:90). No período considerado, os ambi-

entes de duas Guerras Mundiais privilegiaram sobremaneira as atividades de adestramento, enquanto que a manutenção foi enfatizada principalmente segundo o enfoque de incumbências (e deste fato talvez se explique a existência, na organização dos navios, da Comissão de Planejamento do Adestramento – CPA, e não ter sido criada o que deveria ser a Comissão de Planejamento da Manutenção, por similitude, a CPM).

É oportuno lembrar que o ambiente de desenvolvimento industrial não se havia consolidado ainda. Pouco tempo se passara após o período da segunda revolução industrial, e o desenvolvimento neste campo até que caminhava, é bem verdade, ainda que a passos lentos. No Brasil, início do século XX, a economia era centrada num produto único – o café. Somente em 1920 se consolidaram as primeiras atividades de siderurgia.⁷

A construção naval e a nacionalização do material eram vistas como solução para evitar a degradação do material naval, o qual definhou a olhos vistos no período 1906-1930. Esse entendimento deu origem, aí pelos idos de 1930, a discussões e estudos do que fazer no campo da manutenção e de reparo, mas somente em 1938 é que se delineou o que a Marinha deveria fazer a respeito. Vários navios foram construídos no período, mas seguramente não dispúnhamos de conhecimentos técnicos (até porque o estado da arte era incipiente) suficientes para considerar a manutenção como atividade consequência inexorável da construção. Os meios navais continuaram a ser reparados, quando necessário, e o material era conservado, ainda que sem o caráter de planejamento sistemático. A indústria de

6 N.A.: Organização Básica para Navios da Armada. Não mais em vigor.

7 N.A.: Fabricação de aço pela Belgo Mineira.

* N.R.: O negrito é nosso.

construção naval militar brasileira, praticamente inexistente, teve que partir da estaca zero, e o fez com razoável sucesso. No campo da reparação começaram, então, a aparecer as oficinas especializadas, entre elas as oficinas de eletrônica, as oficinas gerais de aviação, a fábrica de artilharia e de torpedos, mas que vieram a se fixar somente em 1947, depois da guerra.

Após a Segunda Guerra Mundial, contudo, o desenvolvimento dos canhões, torpedos e minas foi muito grande, e o Brasil, em que pese todo aquele esforço pioneiro, não mais teve condições de acompanhar as transformações que ocorreram, pois não dispunha de infra-estrutura tecnológica adequada.

Quanto aos aspectos estruturais, já desde 1918 muito se debatia o pensamento de estabelecer a *organização de bases*⁸ com a finalidade de dar apoio logístico (manutenção das unidades, abastecimento, suporte industrial, segurança dos navios em relação às ações inimigas). Havia a compreensão e o consenso da propriedade do uso das bases com tais finalidades, mas nada se fez. Só se contava com o Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras (AMIC), no Rio de Janeiro, mas bastante desatualizado. Somente em 1936 é que começaram a ser construídas e a operar diversas bases, evidentemente mais concentradas na área Rio, na mesma ocasião em que situação do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras piorara muito, desde o instante em que assumira encargos de construção conjuntamente com os de reparação.

Por seu turno, residiu por muito tempo, no Estado-Maior da Armada, a renitente ilusão de poder (quem ordena, o faz em nome

do Ministro – art. 6º do quinto regulamento), mas sem atribuições claras e, portanto, sem força efetiva, bem como, aliado à “peculiaridade de nossa maneira de baixar normas de alto escalão, ao mesmo tempo que nelas se omitiam dispositivos essenciais, e inseria detalhes que seriam melhor constarem em atos de escalão mais baixo” (16:61).⁸

Isso acarretou, ao definir como responsabilidade de outras organizações a execução de ações de apoio logístico, a emissão de instruções tímidas, muitas vezes conflitantes, outras em duplicidade, e segundo as características acima descritas (como o caso da IGERA⁹, POMAN¹⁰ e a NOMAN(13)), enquanto outras eram, imprópriamente, da lavra do ministro da Marinha, como foram as Normas Gerais para Abastecimento (14).

Foi principalmente a partir de 1951, na administração do Ministro Guillobel, que a organização administrativa da Marinha ganhou contornos de maior modernidade, pelos conceitos de Planejamento e Continuidade de Ação que pautaram suas ações à frente do Ministério, graças aos conhecimentos, vivência e dinamismo daquele chefe.

Essa tendência continuou até os dias atuais, muito embora bastante amenizada a partir de 1952, mas agora suas falhas conseqüentes serão mais exacerbadas na medida em que foi alterada a organização das Forças Armadas no Brasil, pelo estabelecimento do Ministério da Defesa.

Definida a estrutura organizacional do Ministério da Marinha, esta perdurou por algum tempo, embora muitos tenham sido os trabalhos que preconizavam mudanças.

Foi dentro dessa estrutura que, sentindo a desorganização do gerenciamento do

8 N.A.: Um pequeno exemplo não tão desatualizado foi a IGERA, Instruções Gerais, mas que consignava um capítulo inteiro para como preencher um Pedido de Serviço!

9 N.A.: Instruções Gerais para Reparo em Navios da Armada. Não mais em vigor.

10 N.A.: Política de manutenção. Não mais em vigor.

material, em 1952, foi mandada uma comissão aos Estados Unidos, chefiada pelo Almirante (IM) Gastão Motta, para “visitar as instalações do serviço de Intendência da Marinha dos Estados Unidos. O propósito principal era observar as atividades desempenhadas por aquele Serviço – considerado o mais eficiente no momento, em todo o mundo – e apresentar um programa de implantação de um serviço similar para a Marinha brasileira, dentro das possibilidades nacionais”. (7:1-6)

A Comissão retornou com muitas novidades (e não é difícil perceber que muitas polarizadas pela existência do Ministério da Defesa dos Estados Unidos, que coloca no topo da organização o gerenciamento do material), e delas resultou a determinação da implantação, na nossa Marinha, de um sistema “similar”. Criou-se, entretanto, o **Sistema de Abastecimento da Marinha Brasileira***, por normas editadas pelo Ministro da Marinha (e não pelo Estado-Maior da Armada) e implementou-se tal organização, quando melhor teria sido, até porque os conhecimentos obtidos assim o indicavam, implantar o **Sistema de Material**†.

A Marinha brasileira, sem tradição nessa área, como pudemos acompanhar por sua evolução organizacional, através dos papéis desempenhados pelo Gabinete do Ministro da Marinha e pelo Estado-Maior da Armada, “absorveu” a implementação do Gerenciamento do Abastecimento, deixando de lado o Sistema de Material. Levou “gato por lebre”.

Mais tarde, na década de 70, a tradução/adaptação de um trabalho acadêmico da National Defense University (9) sobre Gerenciamento de Material (muito embora o título fosse *Supply Management*, trata-se do importante ramo da logística militar –

Gerenciamento do Material – e não podia ser confundido com **Gerenciamento do Abastecimento**) deu origem, na nossa Marinha, ao Manual de Abastecimento (7), que serviu para disseminar “fundamentos teóricos” para o ensino do sistema de abastecimento, agravando o quadro conceitual. Este manual, que foi usado no Centro de Instrução Almirante Newton Braga (CIANB), anos após anos, sem a supervisão funcional da Diretoria de Ensino da Marinha e do Estado-Maior da Armada, acomodou o conhecimento dos intendentes ao Gerenciamento do Abastecimento como mola-mestra da logística, deturpando o conceito de Gerenciamento do Material, este sim um dos elementos vitais que consubstanciam a logística militar.

Aquela publicação didática (9) trata do enfoque conceitual que deve ser dado à **Gerência do Material (Supply Management)** e sua importância dentro da Logística, em especial da Logística Militar, segundo a ótica do Ministério da Defesa dos Estados Unidos, aqui repetida para clarear a sua diferença para **Gerência do Abastecimento**:

“O Gerenciamento do Material, compreendendo os seguintes elementos funcionais:

- Gerenciamento dos Sistemas de Abastecimento;
- Catalogação;
- Determinação das Necessidades;
- Distribuição;
- Recondicionamento (*Overhaul*) e Manutenção;
- Destinação de Excessos;
- Auxílios ao Gerenciamento do Abastecimento;
- Apoio Logístico Integrado;
- Medição do Desempenho do Abastecimento; e
- Treinamento de Administradores de Abastecimento”. (9:6-10)

* N.R.: O negrito é nosso.

Para adicionar tempero ao entendimento do problema conceitual, citamos que, na Marinha dos Estados Unidos, a Joint Chiefs of Staff (JCS) considerava o termo *"supply management"* como sinônimo de *"inventory control"*, enquanto que The Dictionary of United States Military Terms for Joint Usage definia *"inventory control"* como *"that phase of military logistics which includes managing, cataloging, requirements determination, procurement, distribution, overhaul and disposal of material"*. (9:1)

Mesmo que aquele fosse o entendimento e a prática do Ministério da Defesa dos Estados Unidos, ainda assim podemos observar que dentro do conceito maior de Gerenciamento do Material é que se inserem, por exemplo, os elementos funcionais **Gerenciamento do Abastecimento*** e a **Manutenção***.

O trato diferenciado dado a estes dois elementos funcionais, na Marinha, é que gera as distorções, no entender do autor, em prejuízo da Manutenção, tornando, em consequência, menos eficazes os processos navais vinculados.

Talvez se explique a absorção tácita dos conhecimentos conceitualmente deturpados, pela maioria do pessoal da Marinha, por ter esta organização se constituído sob a forma de Força Singular, com quase todos os poderes de um mini-Ministério da Defesa, uma vez que a estrutura militar nacional não contemplava, até então, a entidade organizacional Ministério da Defesa. Tudo da Logística Militar caberia ao Ministério da Marinha, aí incluída, esta sim, com natural propriedade, a Logística Naval.

Os ensinamentos ministrados na Escola de Guerra Naval sobre Logística (a antiga publicação Log 1) deram margem a uma publicação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Abílio Simões Machado, instrutor daquela instituição, de-

nominada Introdução à Logística (1968), profundamente baseada nas obras do Almirante Eccles, da Marinha americana, como mencionado linhas atrás, publicação esta que somente veio a ser cancelada em 1981, quando o Estado-Maior da Armada pôs em uso o Manual de Logística Naval e Mobilização Marítima (12) (parece-me ser um manual de alto nível), em vigor até os dias atuais.

A consequência de todo este imbróglio parece que só virá sofrer correções quando vier a ocorrer a reformulação organizacional das que foram Forças Singulares, com ampla autonomia, para ramos de serviços do recém-criado Ministério da Defesa, transferindo àquele escalão a responsabilidade por muitas das atribuições que até então exerciam, ocasião em que o conceito de **Gerenciamento do Material** e suas aplicações práticas mais se evidenciarão.

Nada pode escusar a Marinha de Guerra, no entanto, de ter perdido o "bonde da história", como se costuma dizer, e atuado timidamente, permitindo perder-se a visão mais ampla e correta da Logística Militar, sobre o **Gerenciamento do Material**, situação que vem acarretar o trato deficiente, ainda na atualidade, e no entender do autor, da chamada função logística Manutenção.

HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO NO SÉCULO PASSADO

A atividade Manutenção, em nível universal, vem fundamentando-se nos estilos gerenciais e nas organizações industriais, como processos dinâmicos que evoluíram, segundo várias etapas de aprimoramento, no período considerado (início do século XX em diante), deles herdando suas características peculiares ao longo do tempo.

* N.R.: O negrito é nosso.

A Administração, no período 1914-1930*, fazia-se segundo o estilo que vários autores resolveram denominar de **Gerência por Autoridade**, cujas principais características eram:

- o interesse nulo em relações humanas;
- a desorganização total de mão-de-obra;
- as precárias condições de trabalho, condizentes com a cultura da época; e
- a contínua ameaça de demissão.

A Manutenção, atividade inexistente nos primórdios do século passado, veio tomando forma à medida que as empresas se limitavam a reparar seus equipamentos, quando necessário, com o efetivo disponível. Dentro desse contexto, ganhou seus primeiros contornos, dando surgimento à denominada **Manutenção Corretiva**, como parte integrante do organograma da empresa, ainda que em baixo nível hierárquico.

O enfoque administrativo mudou para as **Relações Humanas**, no período seguinte, até 1947 (1930-1947)*, dando origem ao que a Teoria Geral de Administração classifica como **Gerência por Relações Humanas**, cujas principais características são:

- carência de mão-de-obra durante a Segunda Guerra Mundial;
- necessidade de outros benefícios além do salário para remunerar o trabalho; e
- esforço das empresas em estabelecer um estado de felicidade para o empregado, de modo a assegurar-se de sua lealdade, na presunção de que assim eles produziram mais.

Tais características dão origem ao aparecimento da **Manutenção Preventiva**, que passa a ser executada ao mesmo tempo que a **Corretiva**.

Foi quando começaram a aparecer, na organização da empresa, os órgãos de Manutenção no mesmo nível que os de Operação.

No período que seguiu (1950-1960)*, o enfoque do estilo gerencial, polarizado pela(s):

- depressões de 1953 e 1958; forte redução na relação custo/preço, inflação crescente;
- interesse crescente em programas de redução de custos e planos para aumentar os lucros; e
- tendências para o aumento da automatização e utilização do computador,

condicionou a atividade de manutenção de tal forma que, no período 1940-1950, surgiram os órgãos de apoio à Manutenção (Engenharia de Manutenção, Planejamento, Programação e Controle) em nível hierárquico médio, subordinado à Gerência de Manutenção, e no mesmo nível do órgão de Execução da Manutenção. No período 1950-1960, os órgãos acima citados, de apoio à Manutenção, passaram a assumir posições mais relevantes, exercendo o efetivo controle da Manutenção e dos processos de análise visando à redução dos custos.

No período 1960-1973,* o enfoque gerencial mudou para os sistemas – **Gerência por Sistemas** –, quando as principais características:

- da liderança ser uma das quatro funções a compor um sistema de gerenciamento;
- de desenvolver-se o raciocínio lógico, e serem bem definidas a sistematização de um vocabulário comum e os princípios e técnicas de gerenciamento;
- de tornar-se evidente a crescente necessidade de profissionalização gerencial;
- de processar-se ajustes às exigências do computador, às tendências ao gigantismo e à expansão internacional das empresas; e
- do descompromisso com o estilo acadêmico, em contrapartida à total dedicação na busca de idéias e métodos que fossem realmente eficazes para as gerências,

condicionaram a atividade de Manutenção a sofisticados processos de controle, auxi-

* N.R.: O negrito é nosso.

liados por computador, enquanto que as análises se fundamentavam em fórmulas matemáticas cada vez mais complexas.

A partir de 1973, até os dias atuais,* vem se praticando um estilo gerencial que a Teoria Geral de Administração classifica como Gerência pela Qualidade, cujas principais características decorrem das crises do petróleo (1973 e 1981):

- da intensa disputa no mercado mundial;
- da conscientização da preservação do meio ambiente;
- da preocupação com a satisfação das pessoas;

- da tecnologia; e
- da necessidade de aumento da produtividade.

Neste contexto, a Administração da Manutenção tornou-se participativa, e a manutenção assumiu posição relevante na produção.

Com a abordagem contingencial da Administração (1:51), flexibilizou-se o objetivo externo das instituições empresariais, de modo a se ajustarem às contingências conjunturais, e se pautarem por imposições ditadas por requisitos provenientes do meio ambiente e pela tecnologia.

Desse modo, influenciou-se a Administração da Manutenção, cuja organização se rediscute, e se redirecionam seus objetivos.

Além dos demais tipos de Manutenção já existentes, surgem novas formas de exercê-la, como a Manutenção Produtiva Total (Total Productive Maintenance – TPM) e a Ma-

nutenção Centrada na Confiabilidade (Reliability-Centered Maintenance – RCM).¹¹

Embora tenham sido caracterizados os aspectos de estilo administrativo, como mencionado no parágrafo anterior, e indicadas suas influências no enfoque gerencial da administração, ao longo de todo um século, o que se observa no gerenciamento da manutenção é a pouca ênfase que a ele se dá.

Por outro lado, apesar do grande avanço observado em quase todos os ramos do conhecimento humano, pouca coisa tem

Apesar do grande avanço observado em quase todos os ramos do conhecimento humano, pouca coisa tem mudado na forma como a função manutenção é administrada em quase todo o mundo

mudado na forma como a função manutenção é administrada em quase todo o mundo, dentro de uma perspectiva eminentemente técnica. Essas considerações, balizadas em estatísticas de países industrialmente avançados (já que não somos pródigos nesse tipo de registros), mostram a realidade de uma baixa

performance no exercício das atividades de manutenção, em nível mundial (índices médios de 4 a 5 pontos numa escala de 0 a 10), e não cremos que seja o Brasil uma exceção a essa regra, e muito menos a Marinha brasileira.

Daí decorre, cada vez mais, a necessidade vital da formalização de um **Sistema de Qualidade** para o exercício das atividades gerenciais e técnicas da administração, aí incluídas, sem sombra de dúvidas, aquelas voltadas para a manutenção.

11 N.A.: Sugerimos as seguintes referências: Total Productive Maintenance, Seiichi Nakajima, Productivity Press, Portland, OR, 1993; Reliability Centered Maintenance, United Airlines, F.S. Nowlan, NTIS Document No. AD/A066 579, December, 1978; Reliability Centered Maintenance, A.M. Smith, McGraw Hill, New York, NY, 1993; Reliability Centered Maintenance, J. Mourbray, Butterworth-Heinemann Ltd, Oxford, England, 1991.

* N.R.: O negrito é nosso.

Filho da tecnologia e da lógica, o Sistema de Qualidade, como estabelecido em cada caso, é a garantia de um padrão de coerência pela formalização de um corpo de normas e de procedimentos, além de indicar uma variedade de ferramentas técnicas que podem contribuir para o sucesso do desenrolar dos processos, técnicos e gerenciais, ao mesmo tempo em que enfatiza a condição do ser humano como elemento-chave de todo o esquema¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste artigo, alertar para a diferença que existe entre **Gerência do Material** e **Gerência do Abastecimento**, ambas as expressões resultantes da tradução de *Supply Management*, como usada no âmbito do Ministério da Defesa dos Estados Unidos, e em seus diversos ramos de serviço, e as consequências em negligenciá-la, na organização logística da Marinha brasileira, em particular no desenvolvimento da função logística Manutenção (sic), Reparo e Salvamento.

Vamos procurar resumir o que até agora foi analisado, em primeiro lugar, segundo a ótica de um Ministério da Defesa, e a seguir, em nível da perspectiva da própria Força Naval.

Partindo do Ministério da Defesa, nossa visão vislumbra uma macrofunção da logística militar denominada **Gerenciamento do Material**, compreendendo os seguintes elementos funcionais:

- Gerenciamento dos Sistemas de Abastecimento;
- Catalogação;
- Determinação das Necessidades;
- Distribuição;

- Recondicionamento (*Overhaul*) e Manutenção;
- Destinação de Excessos;
- Auxílios ao Gerenciamento do Abastecimento;
- Apoio Logístico Integrado;
- Medição do Desempenho do Abastecimento; e
- Treinamento de Administradores de Abastecimento.¹³

Parece-nos óbvio que, como Ministério Militar, o Ministério da Defesa não poderá fugir às suas responsabilidades, no campo da logística militar, em cada um dos elementos funcionais acima, **relativas ao material** das Forças Armadas do Brasil, como não poderá fugir das demais atribuições logísticas referentes a pessoal; ao patrimônio de cada força singular (força de hábito, melhor dizer, ramo de serviço) e da totalidade das Forças Armadas; à educação e ao treinamento, enfim, todos os assuntos de interesse da chamada logística militar.

Não é demais lembrar que tudo deve respeitar seu devido escalão. Talvez, então, surjam de fato as **Normas Gerais para Abastecimento, as Normas Gerais para Manutenção, as Normas Gerais para Apoio Logístico Integrado, as Normas Gerais para Medição de Desempenho** etc., cabendo aos ramos de serviço editarem suas instruções específicas, baseados em suas características particulares.

Segundo o outro enfoque, esquadrihando a alma do ramo de serviço naval, encontramos determinações do tipo: “a Logística, aqui entendida como Logística Militar, abrangerá, em função dos dois campos já mencionados [Estratégia, Tática], as seguintes atividades:

12 N.A.: O artigo “Quem sabe se eu não morro primeiro?”, publicado na *Revista do Clube Naval*, nº 317, de jan/fev/mar de 2001, de minha autoria, trata deste tema.

13 N.A.: Para outros esclarecimentos, consultar o artigo “As Intendências e as Permissividades”, encaminhado à *RMB* para publicação.

– a obtenção de novos meios e efetivos e a ativação de organizações, indicadas pela Estratégia;

– o provimento das necessidades em pessoal, material e serviços,¹⁴ em momento e local oportunos, para a realização das operações previsíveis em cada Hipótese de Guerra ou situação de emergência.”(12:1-2),

Sobre essas não cabem quaisquer comentários. Apenas sentimos dificuldades em enquadrar a função logística Manutenção na proposição supra, tudo levando a crer que Manutenção continua a ser vista como uma mera incumbência, muito embora, linhas adiante, na mesma publicação, sejam estabelecidas pelo EMA funções logísticas, entre as quais a “Manutenção, Reparo e Salvamento”(12:3-1).

A publicação normativa **Manual de Logística Naval e Mobilização Marítima**, editada em 1981(12), não faz menção a sistemas de pessoal ou de material, mas na publicação didática **Manual de Abastecimento**, edição de 1982(7:1-14), encontra-se:

“Encarando a Marinha sob o enfoque sistêmico, podemos distinguir nitidamente seus dois principais sistemas: *Operativo e Logístico* (ou de Apoio). No sistema Logístico, identificamos as seguintes subdivisões: Sistema Financeiro, Sistema de Material e Sistema de Pessoal. O Sistema de Material, por sua vez, compreende: Sistema de Produção de Novos Meios, Sistema de Manutenção e Sistema de Abastecimento.”(7:1-14)

Ora, a bem da verdade, os únicos sistemas na área do material, consagrados como tal por instruções formais específicas, que conseguimos identificar foram o de Apoio Logístico(12:Cap 4) e o de Abastecimento:

“4.1. As **Atividades de Abastecimento** serão organizadas sob a forma de sistema, sujeitas a orientação, coordenação e controle específico do Órgão Central e dos Órgãos de Supervisão.....”(14:4.1)(12:0302), sendo definido, linhas adiante, para este último sistema, “o Estado-Maior da Armada, como Órgão de Supervisão Geral (NGA:4.4.2) e a Secretaria-Geral de Marinha, como Órgão Central (14:4.5.2)”.

Desse modo, não nos parece válida a generalização do autor, na obra citada(7:1-14), de que sob o enfoque sistêmico a Marinha esteja dividida da forma indicada, até porque, se assim fosse, quem seriam os Órgãos de Supervisão Geral e o Central, para o Sistema de Material? Estaria faltando uma Norma Geral, de origem ministerial, para defini-los?¹⁵

Por tudo visto até agora, no escalão ramo de serviço Marinha do Brasil, parece-nos óbvio, uma vez mais, que precisa ser desfeito o nó da confusão entre as duas acepções do **Supply Management**, e que seja realmente criada uma **Gerência de Material** no âmbito naval. E que ela contribua para o gerenciamento da mesma função no escalão superior.

Ainda que não seja um exemplo específico da área de Manutenção, vamos enunciá-lo, a título de maior clareza, mostrando como o aperfeiçoamento daquele conceito pode contribuir para o exercício da mesma função no escalão ministerial.

No âmbito do serviço naval, define o referido Manual de Abastecimento:

“**Carga** é o valor em dinheiro do total de bens (patrimônio) que se encontram sob a responsabilidade de um gestor. Para me-

14 N.A.: Entendemos “provimento das necessidades em ...material o fato de fornecer, suprir material (abastecimento)”. Talvez o espírito do autor fosse o “provimento das necessidades do ... material...”, quando então compreenderíamos estar inserida a Manutenção. Daí o comentário que se segue.

15 N.A.: Sobre o assunto de Supervisão, parece que o Estado-Maior da Armada extrapola a decisão ministerial, e não se atribui a supervisão do Sistema de Apoio Logístico, na Estrutura Normal, somente no Escalão Administrativo da Estrutura Naval de Guerra (consulte 12:0205).

lhor compreensão do que vem a ser **carga**, podemos comparar os movimentos do material com o enchimento e o esvaziamento de um tanque. O líquido existente no tanque representa o patrimônio sob a responsabilidade do gestor; a porção que sai pela bica do tanque representa o material que sai da carga, ou que é **dado em despesa**; a quantidade adicionada pela parte superior do tanque é o material que entra na carga, isto é, a **receita**. A quantidade do líquido que há dentro do tanque, a qualquer momento, é a **carga**, ou o valor financeiro do patrimônio sob a responsabilidade do gestor nesse instante.”(7:5-1)

A pergunta é a seguinte: O tanque e a bica são patrimônios de quem? Em outras palavras, onde e quando são contabilizados o casco de um navio, suas máquinas, armamento, eletrônica, equipamentos e demais instalações, custosos bens que a Nação nos entrega para gerenciar? Não precisaria o Ministério da Defesa conhecer tais lançamentos, para prestar contas à sociedade de quanto custa a defesa da Pátria? Deixamos as respostas para a meditação dos leitores.

Sob o enfoque específico da Manutenção, as Listas de Dotação Coordenada (LIDOC)¹⁶, por não informarem a localização dos diversos itens de material a bordo, falhavam em contribuir plenamente para a organização do Programa de Manutenção do navio considerado (pois não individualizavam equipamentos iguais, não permitindo fossem elaborados o **Inventário e Cadastro dos Equipamentos**, pontos de partida para a organização do Programa mencionado), obrigando a Diretoria de Engenharia a constituir Listas de Equipamentos de Navio (LEN) ou mesmo a organizar a primeira LIDOC, para construções novas¹⁶.

Concluimos, finalmente, que a função logística Manutenção fica prejudicada, em todo este contexto, **por não ter supervisão geral em tempo de paz** (consulte o EMA-400)¹⁷ que a oriente, coordene e controle, por carecer de instruções genéricas que contribuam para padronizá-la, por não estar inserida em um **sistema formal** de Material, enfim, por não estar inserida no contexto de uma verdadeira **GERÊNCIA DE MATERIAL**.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES> / Manutenção; Logística; Abastecimento; Administração;

16 N.A.: LIDOC, no passado. Atualmente a Marinha tende a adotar novo conceito, Lista de Dotação Integrada (LISDIN), “que exprime a **real** configuração de equipamentos de bordo ...” (grifo nosso), mas como mantém a Lista de Equipamentos do Meio (LEM), que é a “listagem de **todos os equipamentos individualizados** do navio, ...” (grifo nosso), em substituição à LEN, não podemos ter certeza da correção da distorção apontada no exemplo a que se refere esta nota.

17 N.A.: Tem supervisão funcional da Diretoria de Engenharia Naval (DEN), mas não conseguimos localizar onde está previsto órgão de supervisão ou direção geral! Não tem órgão Central (está pulverizado pela DEN, pela Eletrônica e pelo Armamento). Não seria esta atribuição da Diretoria Geral do Material da Marinha?

BIBLIOGRAFIA

1. Capetti, Ruy, B. "A quem interessar possa". *Revista Marítima Brasileira*. Serviço de Documentação Geral da Marinha. V. 114 n. 4/6 abr/jun. 1994.
2. _____. A função logística manutenção e reparo em nível operativo. SDGM. Rio de Janeiro. 1991.
3. Cozza, Dino Willy. "A Influência da Missão Naval Americana para o Brasil". *Revista do Clube Naval*. Exemplar 296. 1995.
4. Eccles, R. A. *Fundamentals of Logistics*. USA. s/d.
5. _____. *Logistics in the National Defense*, Hanisburg, Pennsylvania, USA, 1959.
6. _____. *Operational Naval Logistics*. NavPers. USA. s/d.
7. Grimmer, Luiz Henrique. *Manual de Abastecimento*. S/ed. S/d.
8. Guilhobel, Renato de Almeida. Memórias. Fundação IBGE. Rio de Janeiro. 1973.
9. Kuhlman, Norman H. C. Supply Mmanagement. Industrial College of the Armed Forces. Washington DC. 1969.
10. Machado, Abilio Simões. *Introdução à Logística*, s/ed. 1968.
11. Ministério da Marinha. Escola de Guerra Naval. Função Logística, Manutenção, Reparo e Salvamento. Rio de Janeiro (FI - 223).
12. _____. Estado Maior da Armada. Manual de Logística Naval e Mobilização Marítima. Brasília, 1981, (EMA-400).
13. _____. Estado Maior da Armada. Normas Gerais para Manutenção. Brasília, 1987. (EMA-420-A).
14. _____. Gabinete do Ministro da Marinha. Normas Gerais para Abastecimento. Portaria 1221 de 2/ago/1978 do Ministro de Estado da Marinha. 1978.
15. _____. *Ordenança Geral para o Serviço da Armada*. Nova edição, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985 (Vade-Mécum Naval).
16. _____. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *História Naval Brasileira*. Quinto volume. Tomo II. Rio de Janeiro. 1985.
17. Silveira, Carlos Balthazar. "Os Arquiduques". *Revista do Clube Naval*. Exemplar 291. 1994. 0
18. Thorpe's, George C. *Pure Logistics*. National Defense University Press. Washington DC. 1986.

FERNANDO MANOEL FONTES DIÉGUES*
Vice-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

Características e dimensões
A vontade dos terroristas
A matriz do terrorismo árabe
 A deserção das elites árabes
 A recusa da globalização
 O fermento religioso
Uma descontinuidade e duas linhas de evolução

1 N.R.: O texto foi extraído de palestra proferida no painel "Implicações para o Brasil no campo estratégico-militar, em decorrência do ato terrorista ocorrido nos Estados Unidos no dia 11 de setembro." Conferência realizada na Escola de Guerra Naval, em novembro de 2001.

2 N.R.: Ver também *O terrorismo na atualidade e As FFAA e o terrorismo*, ambos publicados na RMB 3º trim/2002, pp. 133 e 139, respectivamente.

* N.R.: O Almirante Diégues, ao longo de sua carreira, exerceu importantes cargos, dentre os quais destacam-se o de comandante do Navio de Apoio Oceanográfico *Barão de Tefé*, secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, diretor da Escola de Guerra Naval, diretor de Hidrografia e Navegação e comandante do 5º Distrito Naval. Após passar para a reserva, foi ainda designado conselheiro militar da Delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, em Genebra. Possui todos os cursos de carreira da Marinha do Brasil e o Curso Superior das Forças Armadas do Ministério de Defesa da França.

CARACTERÍSTICAS E DIMENSÕES

Normalmente, quando nos propomos a examinar a natureza de um fato, convém antes de mais nada descrevê-lo. Não creio que isso seja preciso no presente caso. Estou certo de que todos viram repetidamente na TV as cenas do ato terrorista de 11 de setembro de 2001.

Era essa, aliás, uma das intenções dos terroristas: dar visibilidade ao ato e, dessa forma, ampliar o impacto psicológico provocado pela destruição dos edifícios.

A ocorrência de atos terroristas não é novidade, mas uma das características específicas do ato do dia 11 de setembro foi o ineditismo do modo de execução: quatro aviões seqüestrados quase ao mesmo tempo, lançados contra dois pilares plenos de simbolismo do poder americano: o Pentágono e as torres gêmeas do World Trade Center.

As proporções catastróficas do atentado foram incomuns. Mais de 5 mil cidadãos americanos morreram ou foram dados como desaparecidos. Desde o Vietnã, as mortes de americanos em conflitos haviam sido inexistentes, como no Kosovo, ou relativamente reduzidas: 19 em Granada, 23 no Panamá, 43 na Somália, 148 militares em uma guerra mais demorada e exigente como a do Golfo.

No que diz respeito aos danos materiais, um relatório da ONU calculou em mais de 100 bilhões de dólares o valor dos prejuízos.

Na economia, uma estimativa recente do Departamento de Comércio dos Estados Unidos informou que, em lugar de sofrer uma retração de 0,4%, o PIB do

país poderia ter crescido 0,8% no terceiro trimestre deste ano se não fosse o atentado terrorista.

O povo e o Governo americanos não imaginavam – ou preferiam não imaginar – que aquele tipo de atrocidade pudesse acontecer no solo do país. O atentado revelou que o território americano não era invulnerável. O poder político, econômico e militar dos Estados Unidos – seu *status* como única superpotência – não foi capaz de prevenir o ato, de evitar que a disfunção entre poder e segurança, mormente se pretende que esta seja absoluta, se mostrasse à luz do dia.

O atentado esnobou o bom senso con-

Por trás das mortes e dos edifícios desabados se posicionava uma vontade, havia uma intencionalidade. Difusa, imperscrutável, que não se expunha integralmente

vencional, a expectativa do comportamento racional que se costuma associar à idéia de dissuasão. Não se inibiu com a perspectiva da represália, como nos “bons tempos” da bipolaridade, da Guerra Fria, quando os dois grandes se abstinham do recurso do ataque direto um ao outro.

O próprio suicídio dos terroristas comprova, de certo modo, essa indiferença à represália. Se já se considera a morte, de forma consciente e irredutível, um ônus aceitável – já não digo um risco, porque o risco envolve a probabilidade de ocorrência do dano – por que se haveria de temer qualquer tipo de desforra?

As reverberações do ato terrorista não acabaram. Pode-se supor que se a tragédia do dia 11 de setembro fosse obra de um terremoto ou de um ciclone, não causaria tanta incerteza, tanto nervosismo e comoção. Lamentar-se-iam os mortos e tratar-se-ia de reconstruir o que havia sido tão brutalmente destruído.

No entanto, o desastre foi deliberadamente produzido. Por trás das mortes e dos edifícios desabados se posicionava uma vontade, havia uma intencionalidade.

Mas uma intencionalidade – e aí se situa o fulcro da questão – difusa, imperscrutável, que não se expunha integralmente.

O atentado não teve um objetivo convencional, como a conquista de uma posição estratégica ou de um território, a destruição da esquadra ou do exército de um inimigo. Pode ter recebido apoio, mas não foi perpetrado diretamente por um Estado, um inimigo visível, logo identificável.

Não se sabe, também, até quando o medo de novos ataques terroristas irá se prolongar. Uma pesquisa patrocinada pela revista *Newsweek*, em meados de 2002, dizia que 79% dos americanos esperavam novos atentados. As autoridades federais alertam sobre a possibilidade ou a iminência de novas investidas.

Não se pode ter idéia de quando o pesadelo vai terminar. Pior ainda: não se pode garantir que os terroristas não tencionem prosseguir em uma escalada com ataques biológicos mais letais ou, até mesmo – quem sabe? – com o uso de artefatos nucleares.

A sensação de segurança se dissipa. Não sem razão, Donald Rumsfeld, secretário de Defesa americano, declarou, em um artigo no *Washington Post*, que se estava entrando em um novo e perigoso período, no qual “a histórica invulnerabilidade dos Estados Unidos foi substituída por uma nova era de vulnerabilidade; uma era na qual novos inimigos atacam nossas cidades e nosso povo de formas até então desconhe-

cidas e surpreendentes; uma na qual mais e mais adversários possuem armas de alcance e poder crescentes – armas que os tornarão capazes de trazer a guerra para o território americano”.

Nada seria mais pertinente, enfim, do que destacar que o atentado do dia 11 de setembro introduz novas dimensões e, ao introduzi-las, ignora os padrões convencionais, subverte os modos de ação até então concebíveis no “ato de violência”, como disse Clausewitz, “destinado a *constranger o adversário a executar nossa vontade*”.

Não se insere no quadro tradicional da violência política derivada de impasses, de antagonismos bem definidos, emergentes entre Estados ou nações. Não emplaca um projeto ou um objetivo político preciso, cujo sentido pudesse ser claramente discernível.

Por isso mesmo, um dos pensadores franceses mais festejados da atualidade, Jean Baudrillard, não hesitou em chamá-lo de um “acontecimento transpolítico”. Um acontecimento insubmisso ao crivo da razão política, enraizado em um antagonismo que não se confunde com aqueles dos quais os conflitos políticos clássicos se originam.

A “VONTADE” DOS TERRORISTAS

Mas qual seria, afinal, essa “vontade” determinante do “ato de violência” terrorista?

Alguns pontos do pronunciamento de Osama Bin Laden na TV Aljazeera, no dia 7 de outubro de 2001, logo após o início dos ataques americanos no Afeganistão, podem dar uma pista dessa “vontade”.

O atentado do dia 11 de setembro introduz novas dimensões e, ao introduzi-las, ignora os padrões convencionais, subverte os modos de ação até então concebíveis no “ato de violência”

Bin Laden não diz que é responsável ou que tem relação com o atentado, mas agradece a Deus que ele tenha acontecido.

Um dos pontos que se destaca no pronunciamento é o sentimento de frustração. Diz Bin Laden:

"... a nação islâmica tem experimentado medo, ódio e injustiça durante anos. Milhões de crianças estão sendo mortas no Iraque e na Palestina, e não ouvimos uma palavra dos infiéis. Não ouvimos uma voz se levantar."

Em outro trecho do discurso, Bin Laden se aproxima do que se poderia considerar um argumento político clássico, voltado para objetivos mais definidos, quando denuncia a situação reinante na Palestina, no Iraque e na Arábia Saudita:

"... os americanos ... nunca terão paz, a não ser que deixem os muçulmanos – e em particular os palestinos – em paz. Os Estados Unidos tiveram o que mereceram por seu apoio a Israel e às sanções ao Iraque. Nunca terão segurança, a não ser que se retirem dos lugares muçulmanos sagrados (na Arábia Saudita)."

Lança, finalmente, um apelo à "jihad", à guerra santa:

"Deus pediu a um grupo de muçulmanos de vanguarda para destruir os Estados Unidos. ... Todo muçulmano deve se erguer para defender sua religião. Os acontecimentos [refere-se ao atentado de 11 de setembro] dividem o mundo em dois campos – o da fé e o da incredulidade."

Como se explica de onde vem, então, esse forte sentimento de hostilidade, não diria exatamente aos Estados Unidos, mas em boa parte ao que eles representam? Um ódio estranho às linhas normais da

racionalidade e do comportamento político, mesmo quando esse comportamento se caracteriza pelo recurso à violência?

A MATRIZ DO TERRORISMO ÁRABE

Não creio que ele possa ser explicado como sendo o resultado de umas poucas causas simples e discretas; como se os atos humanos fossem o efeito direto e linear, quase mecânico, de certas causas. Melhor seria dizer que esse ódio vem de uma matriz complexa, diversificada, de fatos e fenômenos políticos, econômicos e culturais que, embora com raízes mais distantes, sacudiram o mundo árabe nos últimos 30 anos.

Não cabe aqui um exame profundo dessa matriz, mas podemos iluminar três de suas vertentes que me parecem ser as mais expressivas.

A deserção das elites árabes

A primeira vertente é a do que chamei "a deserção das elites árabes". Tomo como exemplo a Arábia Saudita, país de onde são originários, conforme informado pelo Governo americano, 15 dos 19 seqüestradores dos aviões.

A família real Al Saud governa a Arábia Saudita. Detém 40% do PIB do país. Em lugar, contudo, de serem aproveitados em investimentos socialmente produtivos, os recursos obtidos com o petróleo foram desperdiçados. O aumento dos preços do petróleo, desde a crise de 1973, produziu uma classe de ricos, superficialmente ocidentalizada, alvo da desconfiança e de suspeitas do resto do mundo árabe.

O esbanjamento de recursos é uma constante. Tem-se notícia, por exemplo, de um

Deus pediu a um grupo de muçulmanos de vanguarda para destruir os Estados Unidos. ... Todo muçulmano deve se erguer para defender sua religião

príncipe saudita, de 25 anos, que mandou construir um palácio de 300 milhões de dólares nos arredores de Riad.

A riqueza e o poder proporcionados pelo petróleo tornaram, com o passar do tempo, o Governo saudita mais repressivo. Na Arábia Saudita, assim como nos demais países do mundo árabe, com exceção do Marrocos, da Jordânia e do Kuwait, onde ela é parcial, não existe liberdade de imprensa.

Em uma escala indo de 1 a 7, preparada pela instituição Freedom House, que monitora as liberdades civis no mundo, e onde o 1 corresponde ao nível mais alto, a Arábia Saudita, assim como a Líbia, a Síria e o Iraque, estão no nível mais baixo, o 7, de liberdades civis.

Sujeita a um regime autocrático, visto como corrupto e distante do povo, a sociedade saudita tornou-se, como diz um estudioso do mundo árabe (Farid Zaccaria), uma “gaiola dourada”. Dentro dela: ressentimentos, amargura e jovens descontentes. Alguns foram para o Afeganistão. Outros se suicidaram no dia 11 de setembro.

Convém notar – e aqui se situa o ponto sensível em relação aos Estados Unidos – que, apesar de seu comportamento ambíguo, a Arábia Saudita é um aliado próximo daquele país. Uma aliança baseada em uma espécie de acordo: os sauditas fornecem petróleo e os americanos, assim como outros países ocidentais, as armas que protegem o petróleo. A Arábia Saudita é o maior importador mundial de armas (US\$ 10,8 bilhões em 1998, e US\$ 6,1 bilhões em 1999).

Diz o mesmo estudioso a que acima me referi: muitos americanos acham que os árabes deviam ser gratos aos Estados Unidos por terem vindo em socorro, na Guerra do Golfo, do Kuwait e da Arábia Saudita. Mas a maior parte dos árabes acha que os americanos salvaram as famílias reais do Kuwait e da Arábia Saudita. Famílias de onde saem os governantes que toleram a presença de sol-

dados estrangeiros no solo do país onde estão as cidades sagradas de Medina e Meca.

A recusa da globalização

A segunda vertente diz respeito aos impactos econômicos e psicossociais da globalização ou, se preferirem, da modernização nos países árabes.

Não é novidade para ninguém – o FMI e o Banco Mundial confirmam o fato – que as disparidades de renda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, assim como dentro deles mesmos, desenvolvidos ou não, só alargaram no decorrer das três últimas décadas.

O mundo árabe não ficou fora desse processo cujos efeitos negativos só se projetam no campo psicossocial. A globalização trouxe mais coisas para uma parte da população comprar, enquanto a outra teria de contentar-se em observar.

A modernização turbinada pela internacionalização dos mercados e da produção representou um desafio – fenômeno que os sociólogos dedicados ao estudo da resistência às mudanças explicam muito bem – às crenças, aos costumes e aos valores tradicionais do mundo árabe.

Importaram-se bens e serviços – os carros de último tipo, os centros comerciais, os “McDonalds” – mas não se tratou de criar as condições para o efetivo avanço na direção de uma sociedade moderna. O mundo árabe abriu-se à modernização, mas não foi capaz de internalizá-la, de gerenciá-la adequadamente. Importou os aparelhos, as quinquilharias, mas não assimilou a mentalidade, as mudanças na vida social associadas à modernização.

Um exemplo: ao invés de investirem na valorização e na capacitação profissional dos naturais de seus países, os Estados do Golfo preferiram importar trabalhadores com as qualificações que precisavam.

A persistência do descompasso entre o progresso econômico posticho e a cultura tradicional teria de provocar fraturas, introduzir desequilíbrios e tensões nas estruturas psicológica e social dos países árabes.

Mas não é só. Deve-se considerar, ainda, como fator estimulante dessas tensões, a situação demográfica.

Na grande maioria dos países árabes, o contingente de jovens com menos de 25 anos de idade corresponde a mais de 50% da população. Passa dos 60% na Arábia Saudita, no Iêmen, em Omã, no Iraque, na Síria e na Jordânia. Uma população jovem em crescimento, irrequieta e insatisfeita, sentindo-se abandonada, dividida entre os apelos da modernidade e os da tradição religiosa.

Os desajustes sociais suscitados pela modernização, ou, se preferirmos olhar por outro ângulo, que ela não conseguiu impedir que progredissem, confundem-se, enfim, na mente muçulmana, com a ocidentalização.

Ora, os Estados Unidos estão no centro do mundo globalizado. Um mundo visto como possessivo e sufocante. Ameaçador. As palavras de um professor universitário árabe, em réplica à colocação de um jornalista, refletem com clareza essa visão. Diz ele: "Somos herdeiros de uma das grandes civilizações do mundo. Não podemos aceitar nos transformarmos em favelas do Ocidente."

Não creio que esteja longe da verdade afirmando que aquele sentimento de hostilidade, o ódio de que falei mais atrás, seja

uma forma de expressão do medo de perda da identidade, uma recusa à aniquilação em um mundo em marcha forçada, mas nem por isso menos desordenada, para a uniformização. Uma rejeição, pouco importa se consciente ou instintiva, da globalização.

O fermento religioso

Mas — pode-se argumentar — existem outras formas de contestação, além de alternativas reformistas, passíveis de darem um senti-

do justo e equilibrado à globalização, domesticá-la, universalizar seus benefícios. As manifestações por ocasião da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, ou contra o G-8, em Gênova, não incluíram o seqüestro de aviões e seu emprego em atentados suicidas ...

Aqui, entra um outro ingrediente, a terceira vertente da matriz: o fermento ideológico de base religiosa; de uma concepção simplista, fundamentalista e radical do Islã.

Para esse fundamentalismo, a atividade política só pode ser legítima quando exercida de maneira virtuosa, ou seja, rigorosamente de acordo com os princípios islâmicos. No Islã, não se chegou a consumir, como aconteceu no Ocidente, a separação entre política e religião. Por isso mesmo, um dos ministérios do Governo talibã é o da Promoção da Virtude e Prevenção do Vício.

Para esse fundamentalismo, os textos religiosos devem ser seguidos literalmente e os mandamentos de Alá obedecidos sem

A globalização trouxe mais coisas para uma parte da população comprar, enquanto a outra teria de contentar-se em observar. As disparidades de renda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, assim como dentro deles mesmos, desenvolvidos ou não, só alargaram no decorrer das três últimas décadas

qualquer tipo de redução. Todas as instituições da vida civil e todas as atividades humanas devem estar subordinadas à lei divina, como revelada no Alcorão.

Nessa atmosfera de verdade absoluta, incontestável, não há lugar para a dúvida ou a divergência. Querer interpretar a lei é correr o risco de desviar-se do que está escrito no Alcorão. A tentativa pode levar ao erro, e o erro leva inevitavelmente à danação.

Se um sofrimento interminável espera após a morte aqueles que desobedecem à lei de Alá, só resta ao crente submeter-se de forma estrita aos preceitos estabelecidos no Alcorão.

E, além disso – e esse ponto é essencial na explicação do proselitismo fundamentalista –, o crente deve incentivar os outros a fazer o mesmo, pois o pecado de um pode corromper a todos. Por isso, a única saída é construir um mundo do qual o pecado tenha sido erradicado – inclusive pela força, se a alternativa for necessária. Não só o pecado em si, mas também as atitudes que lhe servem de adubo, vistas como típicas do Ocidente: a extravagância de costumes, o hedonismo, a riqueza inútil e ostentatória, as mulheres usando vestes que permitem entrever o corpo.

O fundamentalismo radical inocula nas mentes à procura de um porto seguro e confiável o sentimento da superioridade moral da cultura islâmica e o inconformismo com a inferioridade de seu poder. Dá aos

jovens vivendo em um mundo confuso, que se transforma, o sentimento de segurança, a certeza moral, um propósito bem definido. Vira um instrumento de afirmação. Confirma uma identidade. Torna-se um bem. Ao mesmo tempo, uma referência para a ação.

E vai buscar no Alcorão – que, afinal de contas, como outras escrituras religiosas, além de refletir o pensamento de um período que ficou longe no passado, é um livro ao qual não faltam, como observam os es-

pecialistas, ensinamentos contraditórios – a linguagem da violência inspirada em um conceito de guerra santa, da “jihad”, inflexível à mediação do relativismo histórico.

Por fim, uma ironia: a tecnologia ocidental vai dar ao fundamentalismo as armas que precisava para o ato terrorista do dia 11 de setembro. O arcaísmo fundamentalista não dispensa os instrumentos da modernidade ocidental que se propõe a destruir: os Boeings da American Air Lines, os sofisticados *softwares* para o treinamento dos pilotos de aviões, a

mídia, os modernos sistemas de comunicações que permitiram a Bin Laden preparar – é o que tudo indica – o ataque terrorista das cavernas do Afeganistão.

UMA DESCONTINUIDADE E DUAS LINHAS DE EVOLUÇÃO

Procurei delinear a natureza do ato terrorista do dia 11 de setembro a partir da

“A diferença [da guerra contra o terrorismo] em relação à Guerra do Golfo é que este conflito pode não acabar jamais. Pelo menos, não em nosso tempo de vida. Acho que é justo dizer que não há como traçar uma linha reta em direção à vitória. Existirão dias bons e dias ruins ao longo do caminho”

Dick Cheney

Vice-Presidente dos Estados Unidos

consideração de algumas de suas dimensões e das vertentes que me parecem mais significativas da matriz conjuntural de que ele se origina.

Se há algum ponto que, à guisa de conclusão, mereça ainda ser ressaltado, é o da caracterização do atentado como marco simbólico de uma ruptura, de uma descontinuidade na evolução do sistema internacional e – por que não? – na própria História; assim como o foram a explosão das bombas em Hiroshima e Nagasaki, ou a queda do Muro de Berlim.

São nebulosas as perspectivas que se abrem ao mundo a partir dessa descontinuidade na História.

As autoridades federais norte-americanas vêm insistentemente falando de uma guerra longa e diferente de todas as outras. O fato de ser diferente não é novidade. É inevitável que, entre outros fatores, a evolução da tecnologia e a variedade de objetivos políticos decorrente de cada situação histórica específica alterem a natureza e as formas da guerra.

No que se refere à sua duração, a questão já é mais delicada. Com relação a esse ponto, retive, entre várias outras, uma declaração do Vice-Presidente Dick Cheney. Diz o Vice-Presidente:

"A diferença [da guerra contra o terrorismo] em relação à Guerra do Golfo é que este conflito pode não acabar jamais. Pelo menos, não em nosso tempo de vida. Acho que é justo dizer que não há como traçar uma linha reta em direção à vitória. Existirão dias bons e dias ruins ao longo do caminho".

É difícil discernir com exatidão os contornos desse caminho, dessa linha que não

é reta e que não vai levar à vitória em nosso tempo de vida, talvez não leve jamais. É claro que a afirmação pode ter sido exagerada com vistas, embora eu não veja sentido nisso, à obtenção de efeitos políticos e psicológicos.

Mas se ela reflete efetivamente a realidade, se decorre de avaliações fundamentadas, estaria o vice-presidente americano querendo dizer que não haverá mais distinção entre a paz e a guerra; que, de agora em diante, deixará de existir uma diferença entre esses dois estados? A guerra deixará de ser "a continuação da política com a introdução de meios violentos" e se torna-

rá a própria essência dominante e permanente da política?

O ato terrorista do dia 11 de setembro constitui uma encruzilhada na História, e, como toda encruzilhada, dele se bifurcam duas possíveis linhas gerais de evolução, que, naturalmente, admitem, na prática, diferentes variações. Digamos,

até, que têm um viés conceitual.

A primeira linha se define pelo advento de um estado de guerra intermitente, de uma era de instabilidade mundial. Depois da era do equilíbrio pelo terror, estaríamos entrando em uma nova era de desequilíbrios, em um estado de violência endêmica, uma violência que não se deixaria mitigar pela política, que, de um lado e do outro, não pouparia os inocentes.

Estariamos começando a viver um conflito caracterizado pela mistura do ambiente de guerra civil com a diplomacia envolvendo Estados – a "guerra civil transnacional" de que nos fala um professor da Sorbonne, Charles Zorgbibe.

O sucesso em termos militares, com a morte ou a prisão de Bin Laden e mesmo o desmonte da rede terrorista da Al-Qaeda, seria uma vitória na batalha, e não uma vitória definitiva

Ou, usando a expressão cunhada por Thérèse Delpech, estaríamos diante de uma daquelas “guerras sem fim”, como as do Oriente Médio ou no território da antiga Iugoslávia, mas, agora, uma guerra de maiores proporções e, talvez, em escala planetária.

A outra linha de evolução corresponderia a uma progressiva neutralização do terrorismo. Digo neutralização porque não penso que sua imediata eliminação seja exequível. O sucesso em termos militares, com a morte ou a prisão de Bin Laden e mesmo o desmonte da rede terrorista da Al-Qaeda, seria uma vitória na batalha, e não uma vitória definitiva.

Essa neutralização exigiria o isolamento, o corte do combustível representado

pelas frustrações culturais e sociais do ambiente que o terrorista respira. Isso, é evidente, só teria condições de realizar-se dentro de uma perspectiva renovadora das relações entre as nações, de um novo sistema mundial baseado na aceitação da diversidade cultural, da convivência entre modos de vida diferentes, do multilateralismo político, da necessidade de redução das disparidades de riqueza entre as nações.

Infelizmente, para ser realista, essa segunda linha de evolução me parece mais difícil de ocorrer. Mas não custa nada “torcer”. Afinal de contas, como ensina a palavra em chinês, toda crise traz em seu bojo uma oportunidade.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRA> / Terrorismo /; O ataque de 11 de setembro;

**Sábio é aquele que encontra
motivos para fazer de cada dia
uma ocasião especial.**

AOS NOSSOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores, mais uma vez, que, ao nos enviarem seus trabalhos para publicação, incluam um resumo (*abstract*) de 10 a 20 linhas, descrevendo o propósito do artigo e indicando as áreas que foram abordadas na discussão de seu posicionamento, o qual deverá estar claramente subentendido no título do trabalho.

Este procedimento tem o propósito de facilitar a pesquisa dos nossos historiadores do futuro ao procurarem dados para seus trabalhos nos artigos da *Revista Marítima Brasileira*.

Atenciosamente,

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Os seres vivos e o Estado

Os predadores máximos

A nova ordem

A nova ordem e o Brasil

Brasil um estado perturbador

A posição geográfica do Brasil

Os recursos naturais do Brasil

As posturas colonial e introspectiva

As dificuldades de ser independente

INTRODUÇÃO

Exatamente no dia 25 de dezembro de 1991, Dia do Natal, a bandeira vermelha, com a foice e o martelo, foi arriada do mastro principal do Kremlim, em Moscou, sendo, no seu lugar, hasteada a tradicional bandeira tricolor da Rússia (branca, azul e vermelha, nessa ordem, em faixas horizontais).

Falecia, assim, a União Soviética; após 70 anos de existência, vitimada por uma conjunção de enfermidades letais, tais como a opressão demasiada, a repressão extrema de sentimentos nacionalistas e religiosos, o emperramento burocrático e a obsolescência das estruturas econômicas.

Pouco tempo decorrido, ainda no início de 1992, o Presidente George Herbert Walker Bush, dos Estados Unidos da Amé-

rica, sentindo-se liberado do principal oponente do seu país, declarou peremptoriamente que, dali por diante, vigoraria uma **Nova Ordem Mundial**.

Como a maior potência da época era, e continua sendo, o país denominado Estados Unidos da América, justo seria batizar essa nova ordem como **Pax Americana**, sucessora, no mundo ocidental, da **Pax Romana** e da **Pax Britânica**.

Todavia, como os últimos chefes de Estado norte-americanos têm preferido dividir certas responsabilidades com os países prósperos do Hemisfério Norte, todos bem alinhados com o mais poderoso, a nova ordem poderá ser definida, com mais propriedade, como a **Pax Borealis**.

OS SERES VIVOS E O ESTADO

Mas que Pax Borealis é essa?

Antes de responder à pergunta-chave, faz-se mister uma rápida incursão nas áreas das Ciências Biológicas e da Geopolítica, para relembrar como se dividem, comportam e sobrevivem os seres vivos e as associações humanas denominadas Estados.

As diversas manifestações de vida são provocadas e acompanhadas por transformações energéticas, uma vez que a energia não pode ser criada ou destruída, como ensina a Primeira Lei da Termodinâmica.

A energia que entra no sistema fechado do planeta Terra é a luz solar. O balançamento do sistema é mantido pela radiação calorífica emitida pela Terra.

A essência da vida é a progressão de mudanças tais como o crescimento, a multiplicação e a síntese das relações complexas da matéria. Sem as transferências de

energia, que acompanham as mudanças, a vida não proliferaria.

Assim sendo, a produtividade primária de um sistema ecológico, ou de uma comunidade, ou de qualquer uma de suas divisões, é definida como a velocidade com que é armazenada a energia radiante, pela atividade fotossintética e quimiossintética dos organismos "produtores", substâncias orgânicas que poderão ser usadas como alimentos primários.

Eis aí definido o primeiro nível da cadeia trófica dos seres vivos, que é ocupado pelos vegetais, classificados como "produtores".

Os "consumidores", os animais, situam-se nos andares superiores, uma vez

que se dividem em diversos níveis de predação, sendo que o mais elevado é ocupado, presentemente, pelo *homo sapiens*, o predador por excelência da criação.

Entretanto, é oportuno lembrar que, mesmo no meio daqueles que se situam no mais elevado

nível da cadeia trófica, mantém-se inalterada a disputa acirrada pela sobrevivência.

A consciência desse fato levou o renomado romancista Morris West a declarar, num trecho do *Arlequim*, uma das suas obras mais famosas: "Deixei de acreditar em Deus, porque vejo uma criação fundada na luta destrutiva pela existência".

Ora, o pai da Geopolítica, o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), tocado pela biologia evolucionária, houve por bem enunciar a Teoria Orgânica do Estado, passando a considerar o Estado, nas suas observações, como um organismo vivo, com nascimento, infância, adolescência, maturidade e, até mesmo, falecimento.

Dois terços da espécie humana seriam anestesiados com o apelo ambiental, de modo que se conformassem a viver como "nativos felizes"

Evidente que não se pode refugar a idéia de Ratzel, por serem os Estados criados e manobrados por seres vivos, os homens.

Como corolário da "teoria orgânica", pode-se afirmar que não há qualquer vestígio de amizade entre os Estados, predominando na Terra o "canibalismo interestatal", eis que deve ser levada em conta a existência de uma cadeia trófica entre tais entidades, em que os mais ativos predadores serão aqueles que se desenvolveram com maior rapidez, consumindo para tanto grande parcela dos seus próprios recursos naturais.

Faltando-lhes alguns ou vários desses recursos para sustentação do progresso, tentarão, de todas as maneiras, subtrai-los dos Estados mais atrasados, deixando estes últimos incapacitados de progredir.

OS PREDADORES MÁXIMOS

No mundo moderno é muito fácil identificar os predadores máximos, pois são eles extremamente dependentes dos produtos da natureza, de vez que já expandiram os seus ecúmenos até os limites extremos dos seus territórios, explorando intensivamente os seus próprios recursos.

Tomando-se como exemplo as substâncias da natureza mineral, por serem elas exauríveis, é interessante mostrar o que pensa a respeito da exploração desenfreada desses bens o ilustre Professor Oliver Owen, autor norte-americano do livro *Natural Resources Conservation*, editado em 1985 pela MacMillan Publishing Company, de Nova York.

Começa ele por comentar que o seu país de origem, apesar de contar com apenas 5% da população mundial, consome anualmente 20% da produção mineral do mundo.

A seguir, demonstra que, até o início da década de 50, o mesmo país consumiu, em 30 anos de progresso acelerado, maior quantidade de minerais do que toda a humanidade, nos quase 2 mil anos, desde o nascimento de Cristo.

À luz desses dados, apresentou o Professor Owen os seguintes questionamentos:

- Terá sido um procedimento ético, da parte dos norte-americanos, consumir muito mais do que a sua quota normal os limitados recursos minerais do planeta?

• Não estariam os Estados Unidos da América, como Estado, inviabilizando, para sempre, o progresso de países atrasados, impedindo-os de atingir, no futuro, um padrão de vida comparável com o que eles próprios oferecem aos seus habitantes?

Em paralelo às suas ponderações, estimou o renomado autor que, para elevar o nível de vida de todos os Estados, até que se situem no padrão atual dos norte-americanos, seria necessário extrair da crosta terrestre quantidades enormes de minérios que, talvez, já se tenham esgotado no espaço de tempo necessário para que muitos países atrasados progridam o suficiente. Dentro da mesma estimativa, o professor Owen concluiu que, mesmo colocando todas as minas e usinas metalúrgicas a trabalhar a plena carga, para compensar a desvantagem dos países subdesenvolvidos,

O direito de acesso aos recursos naturais do Brasil, objetivo principal da ALCA, não significará a perda total do controle do setor econômico nacional e, por consequência, da soberania brasileira sobre o território sob sua jurisdição?

ainda assim, as metas finais de produção só seriam alcançadas em um século de trabalho ininterrupto, caso houvesse ainda matéria-prima disponível!

Outro dado esclarecedor: o estoque de petróleo armazenado no subsolo dos Estados Unidos da América só é suficiente para suportar o consumo normal do país por cinco anos!

Com as explicações acima, já será possível vislumbrar como deverá funcionar essa Nova Ordem.

A NOVA ORDEM

Para tanto, basta inferir que a aspiração máxima dos países já industrializados é a de sustentar e, se possível, ampliar os seus atuais níveis de produção, incorporando inclusive novas tecnologias ao processo, de modo a elevar, cada vez mais, os refinados padrões de vida que já conquistaram para os seus habitantes. Como corolário, sua primeira preocupação será a de assegurar o suprimento contínuo de matérias-primas de toda sorte, a preços módicos, para alimentar seus sofisticados, todavia gulosos, parques industriais.

A necessidade paralela de perseguir, internamente, a condição de pleno emprego, único remédio eficaz para a eliminação dos bolsões de tensão social que ainda perduram no mundo próspero, suscitará, sem sombra de dúvida, o soerguimento das barreiras restritivas à importação de produtos acabados em outras paragens e, sobretudo, a adoção de medidas destinadas a inibir a instalação ou expansão de indústrias nos países mais atrasados.

Para assumir o papel de perturbador da *Pax Borealis*, bastaria fechar-se tais portas, na medida conveniente, com a adoção de uma política introspectiva e protecionista

Como resultante dessas tendências, os agentes da Nova Ordem atuarão no sentido de manter o mundo dividido em duas categorias de Estados: os transformadores e os extratores, que se equiparariam respectivamente à divisão entre consumidores e produtores constante da Biologia.

Transformadores serão os atuais países industrializados, que tentarão reservar para si o monopólio da ciência e da tecnologia, bem como o privilégio do beneficiamento de todos os bens da natureza, com o intuito óbvio de perenizar o seu progresso.

Os extratores, nova alcunha para os Estados subdesenvolvidos, ficariam responsáveis pela execução de uma única tarefa, qual seja a de fornecer os bens naturais necessários à operação dos estabelecimentos industriais dos transformadores.

A situação de dependência de importações de minérios dos Estados Unidos da América, dos países da Comunidade Econômica Europeia e do Japão demonstra claramente a razão dessa preocupação dominante.

Nesse contexto, as aspirações dos povos residentes nos países extratores, dois terços da espécie humana por sinal, seriam anestesiadas com o apelo ambiental, de modo que se conformassem a viver como "nativos felizes".

Manter-se-ia, indefinidamente, essa repartição de trabalho na "espaçonave Terra", confortável para alguns, embora constrangedora para a maioria, por arte de um simples mecanismo econômico, já testado com sucesso pleno.

Os extratores permanecerão sempre endividados perante os transformadores, uma vez que vendem as matérias-primas a preços aviltados, fixados à sua revelia pelos compradores. Ao mesmo tempo, são compelidos a adquirir os produtos manufaturados nos Estados transformadores, pelos preços correntes nas áreas mais ricas do planeta.

Resultado: dependência econômica total e perpétua.

Não havendo, no momento, nenhum grau de restrição às manobras dos países industrializados, a Pax Borealis não se afastará do modelo descrito.

A prova definitiva da decisão adotada pelos países membros do Grupo dos Sete foi-nos revelada pelo General Patrick Hugues, diretor da Defense Intelligence Agency – DIA, em palestra reservada proferida para seletos grupos de professores do MIT, em 1998.

Afirmou o militar norte-americano que as possíveis ameaças ao seu país, isto é, as hipóteses de guerra, para os próximos 20 anos, são:

- escassez de matérias-primas;
- agressões ao meio ambiente, com consequências para o país;
- terrorismo nuclear; e
- narcotráfico.

Portanto, a divisão dos Estados em transformadores e extratores não é um simples exercício de futurologia, mas uma realidade palpável.

Para aperfeiçoar, ainda mais, o mecanismo de captura dos extratores incautos, o

“Império” espalhou pelo mundo subdesenvolvido o vírus terrível da “integração dos sistemas produtivos”, ou, em linguagem mais simples, da “globalização das economias”, extrapolando para o setor econômico a modificação radical que avanços tecnológicos recentes introduziram nos fatores tempo e distância, a ponto de transformarem o planeta numa “aldeia global”.

Aliás, a tentativa de espalhar o vírus da “globalização das economias” não é recente. Em outras épocas, países hegemônicos tentaram fazê-lo com outras denominações.

Os Estados Unidos da América, por exemplo, atingiram a posição hegemônica que hoje ocupam depois de prolongado período de hibernação, período esse caracterizado pelo isolacionismo econômico e pelo protecionismo total para a produção doméstica. Na ocasião, procuraram evitar que as potências européias, mormente a Inglaterra, dominassem a sua economia.

A ênfase total voltada para o desenvolvimento interno, inclu-

indo a expansão do domínio territorial e do mercado doméstico, e a aversão ao país hegemônico da época chegaram a tal extremo que, decorridos mais de cem anos, desde a independência política, nenhum dignitário norte-americano de primeiro escalão havia posto o pé na antiga metrópole.

Quando lá aportou o General Ulysses Simpson Grant, em viagem particular, depois de ter comandado o vitorioso exército da União, na Guerra de Secessão, e de cumprir dois períodos de mandato presidencial (1869 a 1877), foi recebido com toda a pom-

Aqueles que fazem do seu Estado um mercado aberto a todos visam ao lucro imediato; ora, se não for indispensável para o Estado esse gênero de vantagem, não se deve transformá-lo em mercado público

Aristóteles
Filósofo grego

pa e circunstância, mas também foi logo interpelado por autoridade local sobre o motivo da aversão do seu país em relação ao “livre comércio”, primeiro nome do vírus hoje denominado “globalização das economias”.

A resposta de Grant foi incisiva e exemplar:

“Durante séculos, a Inglaterra usou o protecionismo, levado ao extremo, para obter resultados satisfatórios para o seu povo. Não resta a menor dúvida de que a essa postura se deve o seu poderio atual. Agora, decorridos muitos anos, a Inglaterra julga proveitoso para os seus interesses adotar o livre comércio, pelo fato de se considerar forte e suficientemente próspera para abolir o protecionismo. Nós, dos Estados Unidos da América, estamos progredindo com rapidez e, no futuro, estaremos em condições de competir com a Inglaterra em todos os mercados do mundo. Ai então, quando esgotados todos os benefícios oferecidos pelo regime protecionista, chegará a nossa vez de advogar a tese do livre comércio.”

Uns poucos meses antes do término da Segunda Guerra Mundial, em 21 de fevereiro de 1945, os Estados Unidos da América, por iniciativa do secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Nelson Aldrich Rockefeller, patrocinaram a realização da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, que teve como sede o Castelo de Chapultepec, na cidade do México. No dia 8 de março, foi assinada a famosa **Ata de Chapultepec**, que visava a fortalecer o princípio da soli-

dariedade continental, a ponto de incluir no seu texto o conceito de defesa mútua, diante de agressão ou ameaça de agressão por qualquer Estado contra a integridade, a soberania ou a independência de qualquer Estado americano. Note-se que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), consequência da Ata, só foi assinado no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947 (dois anos e meio mais tarde).

Os norte-americanos, no entanto, já suficientemente fortes, mormente em comparação aos países do Novo Mundo, tenta-

ram, de todas as maneiras, convencer os vizinhos de que já era chegado o momento de se implementar no continente a chamada *Open Door Policy*, Política de Portas Abertas em português, outra denominação para a atual política de globalização das economias.

Observação oportuna: não será a ALCA uma versão atual da *Open Door Policy*?

O Tratado de 1810 “entregou a economia de Portugal (incluindo a do Brasil) ao arbítrio dos mercadores londrinos e esmagou qualquer tentativa de instalação industrial em Portugal e no Brasil”

Joaquim Ferreira
Historiador português

A NOVA ORDEM E O BRASIL

Interessante recordar as atitudes e palavras do embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Adolf Berle Junior, nomeado para tal posto por influência de Rockefeller, tanto para dobrar a resistência do Brasil à idéia, quanto para derrubar o Presidente Getúlio Vargas, considerado nacionalista demais para o gosto de Washington.

Depois de marcadas eleições presidenciais no Brasil, todavia temendo uma manobra continuísta de Vargas, que fundara o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 15 de maio de 1945, o Embaixador Berle

convocou toda a imprensa para uma entrevista coletiva na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que foi marcada para o dia 29 de setembro de 1945. Nela, o embaixador norte-americano deixou bem patente que o seu país não apoiaria a permanência de Getúlio Vargas no poder, principalmente porque a sua presença no Governo constituía-se num sério obstáculo à implementação da *Open Door Policy*, discutida na Conferência de Chapultepec.

Segundo o Embaixador Berle, "o Brasil, os Estados Unidos da América e outros Estados poderosos engajaram-se num empreendimento titânico, destinado a unificar o planeta", acrescentando a seguir que "entre os direitos à liberdade interna, acha-se embutido o direito de acesso aos recursos económicos do mundo".

Outra observação pertinente: o direito de acesso aos recursos naturais do Brasil, objetivo principal da ALCA, não significará a perda total do controle do setor económico nacional e, por consequência, da soberania brasileira sobre o território sob sua jurisdição?

Eis aí, então, o retrato, em corpo inteiro, dos propósitos da Nova Ordem Mundial.

Subordinar-se à condição de Extrator será um atestado de imaturidade geopolítica para qualquer Estado que opte pelo alinhamento automático à Nova Ordem.

Brasil, um estado perturbador

Todavia, grande parte dos extratores jamais escapará de armadilha tão bem armada, por falta de condições naturais para ultrapassá-la.

É o Brasil, no entanto, uma das poucas exceções à regra, pois espaço, forma, posição e, sobretudo, recursos naturais credenciam-no a se tornar um Estado Perturbador, capaz de romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, a despeito do cerco imposto pela Nova Ordem.

Uma outra observação: **Estado Perturbador**, no caso, não é aquele propenso a causar abalos ou comoções, nem tampouco a promover a desordem no mundo. A definição correta, segundo o Almirante Hubert Castex (*Théories Stratégiques*, Paris, 1937), introdutor da idéia, é aquela baseada nos fatos histó-

cos, que mostram que em cada época desponta um Poder Nacional mais atuante do que os demais, seja no âmbito mundial, ou então na esfera regional, aplicado na conquista de objetivos definidos que, se alcançados, rompem o *status quo*.

O Brasil, como antecipado, tem tudo para direcionar o seu Poder no sentido de contrariar a Nova Or-

dem e, por assim fazer, atuar como um perturbador da Ordem Mundial.

A extensão, a forma, a posição geográfica e os recursos naturais do território pátrio, com efeito, são de tal forma favoráveis que todos os habitantes do País têm possibilidades de viver livre e confortavelmente, sem que ninguém fique sujeito a privações. Tais características, pois, satisfazem, de fato, à máxima aristotélica que afirma que a dimensão adequada para um Estado é aquela que lhe conceda a oportunidade de "possuir tudo e nada precisar de fora".

Uma postura introspectiva, voltada prioritariamente para o interior do próprio território é, com efeito, o pré-requisito básico para a gênese de uma civilização, que pavimentará a trilha para o surgimento de uma grande potência

Com relação à superfície continental sob jurisdição nacional, 8,547 milhões de quilômetros quadrados, pode-se afirmar, em termos econômicos, que oferece nada menos do que 5 milhões de quilômetros quadrados de terras potencialmente agricultáveis, conferindo ao Brasil a primazia, entre os demais Estados de grande porte, no setor. Ademais, faz-se mister destacar a grande área marítima sob jurisdição exclusiva do Brasil, para fins de exploração econômica, superior a 4 milhões de quilômetros quadrados.

A posição geográfica do Brasil

A forma do território, alongada no sentido dos meridianos, também favorece sobremaneira a exploração agrícola do espaço nacional, por permitir a diversificação de culturas, desde aquelas típicas do clima tropical, até as restritas às zonas temperadas.

No tocante à posição ocupada pelo Brasil no globo terrestre, três circunstâncias favoráveis dela advêm:

- Por enquadrar-se entre os paralelos de 05° 16' 19" N e 33° 45' 09" S, o território brasileiro mantém-se fora das zonas submetidas a climas rigorosos e fenômenos meteorológicos adversos, capazes de contingenciar a ocupação total do espaço físico disponível. Outrossim, essa posição faz com que avulte a liderança brasileira no setor agrícola, em comparação com os países desenvolvidos, todos situados na faixa de clima temperado, pois enquanto nos nossos domínios há possibilidades de se colher até três safras anuais de ciclo curto,

nos países frios há uma corrida contra o tempo para se plantar e colher uma única safra.

- Uma segunda vantagem é o distanciamento da zona de subducção* mais próxima, localizada ao longo da costa do Pacífico, onde se chocam as placas tectônicas de Nazca, e a que serve de plataforma ao continente sul-americano, motivo pelo qual os brasileiros não se acham expostos às convulsões sísmicas e erupções vulcânicas que tantos prejuízos causam, além da intranquilidade que semeiam.

- Por último, devido ao fato do litoral posicionar-se a oeste de um oceano, no Hemisfério Sul, as correntes marinhas que dele se aproximam são provenientes do

equador, o que equivale a dizer aquecidas pelo clima dominante no paralelo central, razão pela qual são sempre elevadas as taxas de evaporação dos mares adjacentes, o que explica a inexistência

de desertos neste país privilegiado.

Quem muito exporta acaba por importar preços, sem a conseqüente contrapartida nos salários

Os recursos naturais do Brasil

Quanto aos dotes da natureza, pode-se resumir tudo em uma única revelação: o Brasil é o campeão mundial dos recursos naturais!

Destarte, dentre todos os estados gigantes, o Brasil foi o mais bem dotado pelo Criador!

Para assumir o papel de perturbador da *Pax Borealis*, então, bastaria executar uma inversão completa no rumo adotado pelos dirigentes do País. Como a "Nova Ordem" determina a abertura total das economias dos extratores, para permitir a pilhagem dos

* N.R.: Subducção – Termo de geologia – Absorção das placas tectônicas pelas fossas oceânicas.

seus recursos naturais, fechar-se-iam tais portas, na medida conveniente, com a adoção de uma política introspectiva e protecionista.

Assim procedendo, seguir-se-ia, também, o conselho de Aristóteles, o filósofo pragmático: "Aqueles que fazem do seu Estado um mercado aberto a todos visam ao lucro imediato; ora, se não for indispensável para o Estado esse gênero de vantagem, não se deve transformá-lo em mercado público."

Assim procedendo, também, estaria o Brasil, pela primeira vez desde o descobrimento, alterando a postura colonial, mantida inalterada mesmo depois da conquista da independência política.

As posturas colonial e introspectiva

Atente-se para o fato de que o tratado celebrado com a Inglaterra, em 19 de fevereiro de 1810, pela Coroa Portuguesa, então sediada no Brasil, abriu as portas do País para os ingleses e inoculou nos brasileiros a tendência "exportadora-importadora", deveras perniciososa para um Estado jovem.

Nesse sentido, o historiador lusitano Joaquim Ferreira, na sua *História de Portugal*, fez questão de assinalar que o Tratado de 1810 "entregou a economia de Portugal (incluindo a do Brasil) ao arbítrio dos mercadores londrinos e esmagou qualquer tentativa de instalação industrial em Portugal e no Brasil".

Teve muito sentido, pois, a observação de José Bonifácio de Andrada e Silva, o

Patriarca da Independência, anotada poucos anos após o 7 de Setembro de 1822:

"Há no Brasil um luxo grosseiro, a par de infinitas privações. As ciências e as artes estão por terra e só interessa vender açúcar, café, algodão, arroz e tabaco."

Uma postura introspectiva, voltada prioritariamente para o interior do próprio território é, com efeito, o pré-requisito básico para a gênese de uma civilização, que pavimentará a trilha para o surgimento de uma grande potência.

Assim tem sido ao longo da História!

Que sentido faz, por exemplo, uma abertura total da economia, que suscita a

transmigração para o exterior de grande parte da safra agrícola, já orientada para a exportação, enquanto parcela ponderável da população carece de boa alimentação para se tornar hígida?

Não seria mais lógico plantar para abastecer plenamente o mercado interno, a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população, deixando para o comércio exterior ape-

nas os excedentes?

Esquecem-se, porventura, os dirigentes caboclos do axioma que diz que quem muito exporta acaba por importar preços, sem a conseqüente contrapartida nos salários?

Será que os homens que vêm dirigindo o Brasil desconhecem que a persistência de grandes déficits no balanço em conta corrente provocará a desnacionalização da economia, que, por seu turno, suscitará o aumento progressivo desse mesmo desequilíbrio? É uma bola de neve rolando montanha abaixo e crescendo paulatinamente!

Daí se pode deduzir a necessidade imperiosa de se manter a mídia sob controle total de pessoas integradas à comunhão nacional e de se fazer prevalecer o peso das concessões para alinhar os seus componentes com os interesses nacionais

Destarte, a postura introspectiva e protecionista adotaria, em primeiro lugar, medidas para eliminar de vez os déficits no balanço em conta corrente. Medidas tais como a elevada taxação das importações de supérfluos, a substituição incentivada de produtos importados por produtos produzidos ou fabricados no País, o zoneamento agrícola do País, visando ao abastecimento interno de gêneros alimentícios, a limitação de vendas para o mercado externo de produtos naturais e o estímulo à comercialização desses mesmos produtos beneficiados internamente, aumento da frota nacional de navios mercantes, para redução drástica dos gastos em divisas com fretes e seguros, e outras tantas medidas, do mesmo alcance, que só dependem de vontade política, competência e patriotismo.

AS DIFICULDADES DE SER INDEPENDENTE

Todas as distorções, enfim, introduzidas pela adesão ao projeto neocolonialista da globalização da economia serão, com certeza, alvos de correções

drásticas, tão logo adotada a posição introspectiva por cidadãos virtuosos que venham a ocupar os postos de direção do País.

Um acerto de rumo dessa magnitude, todavia, além da oposição interna da minoria que tira proveito da situação esdrúxula em que se acha o País, ainda pode suscitar retaliações externas da parte dos países habituados a lucrar e progredir às custas do empobrecimento alheio.

A simples ameaça de desequilíbrio no fluxo de matérias-primas, de fato, pode levar, talvez, à situação extrema de intervenção armada, nesses tempos da nova ordem. E quem poderá assegurar que isso não

acontecerá até com o beneplácito da Organização das Nações Unidas, criada exatamente para coibir essas manifestações de exacerbação de poder?

Há uma amostra recente dessa nova tendência, qual seja a formidável coligação de forças, desproporcional mesmo, lançada contra o Iraque, por ter este anexado, praticamente sem resistência, um pedaço de solo arenoso, dominado por dinastia corrupta, porém aquinhado com grandes reservas de petróleo.

Contrastando com essa reação energética, na mesma época corria solta uma sangrenta guerra intestina na antiga Iugoslávia, que só tardiamente mereceu a atenção dos fiadores da Pax Borealis.

Nos últimos meses, reagindo ao ataque terrorista contra o conjunto de prédios de Nova York e também contra o prédio do Pentágono, os norte-americanos, com apoio de muitos Estados, atacaram o Afeganistão, desalojando do poder os governantes fundamentalistas, tidos como fomentadores do terro-

O único trunfo prevalente será o máximo poder dissuasório que se possa colocar à disposição das Forças Armadas

rismo. Entretanto, há notícias de que o Estado hegemônico da atualidade mantivera contatos com os mesmos dirigentes para negociar a construção de um oleoduto no país, capaz de escoar os hidrocarbonetos das vizinhanças do Cáspio até o Mar da Arábia!

Estamos ou não num mundo caracterizado pelo "canibalismo interestatal"?

Destarte, a estratégia capaz de conduzir o Brasil ao destino de grandeza que lhe aponta a natureza há que ser formulada com inteligência e determinação.

Inteligência, para não conceder aos transformadores o menor pretexto para intervenções no País.

Determinação, para não ceder, um milímetro sequer, às pressões que, sem dúvida, serão exercidas para que tudo permaneça *in statu quo ante*, tanto aquelas decorrentes do questionamento interno, quanto aquelas oriundas do exterior.

Falarão em empobrecimento da população, em consequência da atenuação do comércio exterior, quando, na verdade, estarão reclamando contra a extinção dos privilégios e regalias de uma minoria desvairada.

Clamarão contra o obscurantismo em que será lançado o País, usando como exemplos os campos da ciência e da tecnologia, como se a um Estado dependente e depauperado fosse permitido avançar em setores que exigem investimentos maciços e persistentes.

Argumentarão dizendo que só a educação poderá melhorar as condições de vida da população, mesmo conscientes de que esse é um remédio definitivo, todavia atuante apenas em longo prazo.

Invectivarão os produtos manufaturados internamente, "obsoletos como carroças", se comparados aos estrangeiros de

última geração, mas deixarão de esclarecer que essa mesma produção interna é cerceada, no tocante às escalas e à atualização tecnológica, pelo simples fato de se vedar o ingresso, no mercado consumidor, à maioria absoluta dos brasileiros.

Com tantos argumentos falaciosos sendo lançados nas mentes da população, a conquista de espaços nos meios de comunicação para divulgar a verdade pode significar a diferença entre o sucesso e o fracasso da campanha em prol da verdadeira independência.

Dai se pode deduzir a necessidade imperiosa de se manter a mídia sob controle total de pessoas integradas à comunhão nacional e de se fazer prevalecer o peso das concessões para alinhar os seus componentes com os interesses nacionais.

Para soffrear, todavia, as ameaças externas, faz-se mister contar com muito mais do que cautela, caldo de galinha e água-benta. O único trunfo prevalecente, no caso, será o máximo poder dissuasório que se possa colocar à disposição das Forças Armadas.

O único trunfo prevalecente, no caso, será o máximo poder dissuasório que se possa colocar à disposição das Forças Armadas.

"Se vis pacem, para bellum".

(Se queres a paz, prepara-te para a guerra.)

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> / Nova Ordem Mundial /; Pax americana; Geopolítica;

AOS COLABORADORES

Solicitamos aos nossos colaboradores que incluam em os seus trabalhos os seguintes dados:

- telefone, telex e E-mail para contato;
- endereço para o qual possa ser enviado o exemplar da *Revista Marítima Brasileira* em que foi publicada a sua colaboração (de preferência, o endereço residencial e com CEP).

Revista Marítima Brasileira

A INTEGRIDADE DAS FORÇAS ARMADAS*

Hierarquia e disciplina e a utilização da via judicial

SERGIO FELTRIN CORRÊA
Desembargador do TRF

SUMÁRIO

Introdução

A Constituição da República de 1988

O sentido da restrição do *habeas corpus* quanto às punições disciplinares militares

O abuso do poder

Os critérios das razões de tempo, pessoa e material

O *habeas corpus* em face da punição disciplinar militar

Conclusão

INTRODUÇÃO

As Forças Armadas constituem corpo especial da Administração, destinando-se, precipuamente, à segurança externa do Estado, bem como, de forma secundária, à garantia da ordem interna, num primeiro momento a cargo das polícias (civil/militar). Mereceram do legislador constituinte expressa referência, reconhecendo-se a magnitude de suas atribuições.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Confere-se no Art. 142: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucio-

* N.R.: Este artigo foi publicado na revista *Justiça & Cidadania* de setembro de 2002, p. 30. Ele deve ser considerado juntamente com o artigo "FFAA – Os garantes materiais de estudo democrático", publicado na *Revista Marítima Brasileira* – 2º trim./2002, p. 73.

nais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”

Distingue-se do setor civil, e a ele até opondo-se, em virtude de sua militarização, “isto é, pelo enquadramento hierarquizado de seus membros em unidades armadas e preparadas para combate”, porque são as detentoras da força pública e nelas se deposita a coação irresistível com que deve contar o Estado para manter a unidade de seu povo e de seu território sob uma ordem pacífica e justa, tal a sua relevante missão constitucional. Hierarquizadas, formam uma pirâmide quanto ao comando, regendo cada escalão superior todos os inferiores, como é necessário para as manobras e operações bélicas.

Como visto, hierarquia e disciplina são conceitos em que se baseiam e organizam as Forças Armadas, encontrando-se consagrados na atual Carta Magna como verdadeiros princípios constitucionais. Não por acaso, mas pela inquestionável importância, estes dois elementos, inerentes às instituições militares, fazem jus à efetiva tutela do Direito Penal Militar.

Os integrantes das Forças Armadas possuem deveres diferenciados em relação ao Estado, comparativamente aos civis, exigidos desde seu ingresso na vida das corporações. Com efeito, como se depreende do próprio texto constitucional, a estes especiais agentes incumbe, entre outras nobres atribuições, a mais relevante de todas e também a mais árdua: a defesa da Pátria. Sendo de tal monta o fim das Forças Armadas, sua eficiência exige rigor extremo e não é por outro motivo que aos militares são impostas restrições que por sobre os civis não recaem.

A intervenção do Poder Judiciário limita-se ao exame apenas da legalidade do ato e não de sua justiça

É o caso, por exemplo, daquela contida no parágrafo 2º do art. 142 da CF/88, *verbis*: “**Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares**”, que, inspirada no claro propósito de fortalecer a disciplina nas corporações militares e referindo-se às prisões disciplinares, **subtrai os atos dos superiores hierárquicos à impugnação e discussão por parte dos subordinados, por considerá-los essenciais à sua organização e eficiência**, conforme lição de Seabra Fagundes².

Em igual sentido o parecer do Relator-Geral da Constituinte de 1988, Senador Bernardo Cabral: “O texto fala em ‘punição militar’ e que esta punição disciplinar, **que é muito própria ao meio castrense, reveste-se de um caráter essencial e inarredável, por afetar — e aí eu chamaria a atenção dos Srs. Constituintes — o dúplice esteio da organização militar, quais sejam, a hierarquia e a disciplina.**” Assim,

quando se veda a concessão de *habeas corpus* em favor dos punidos disciplinares, o que se objetiva é o mérito da penalidade, que fica excluída de apreciação judicial para esse efeito. Não conheço nenhum *habeas corpus* que se dirija ao mérito do fato e sim à forma, à ilegalidade ou ao abuso do poder. Adiante conclui: “Claro que os requisitos formais, competência e legalidade, continuarão passíveis de exame pelo Poder Judiciário, consoante copiosa jurisprudência”³.

A respeito da restrição constitucional, o mesmo artigo da revista da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (Amajme) ainda cita antiga, contudo atual, jurisprudência do STF: “Não cabe *habeas corpus* contra transgressão

disciplinar" (RHC 30372, ac. de 14/07/48 *Revista Forense* 121/550), além de julgados do STM, a demonstrar que a preservação da disciplina e da hierarquia é fundamental para a sobrevivência das organizações militares, não havendo dúvida "de que é necessário NÃO INTERVIR no que concerne à disciplina, porque o que se tem por fito é assegurar-se o dever de servir"⁴.

Vale registrar que o E. STF já admitiu a impetração de *habeas corpus* nos casos de ausência de um dos pressupostos da transgressão militar. Confira-se:

O SENTIDO DA RESTRIÇÃO DO HABEAS CORPUS QUANTO ÀS PUNIÇÕES DISCIPLINARES MILITARES (Art. 142, Parágrafo 2º, da Constituição Federal).

O entendimento relativo ao parágrafo 2º do artigo 153 da Emenda Constitucional nº 1/69, segundo o qual o princípio de que nas transgressões disciplina-

res não cabia *habeas corpus*, não impedia que se examinasse, nele, a ocorrência dos quatro pressupostos de legalidade dessas transgressões (a hierarquia, o poder disciplinar, o ato ligado à função e a pena susceptível de ser aplicada disciplinarmente), continua válido para o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da atual Constituição que é apenas mais restritivo quanto ao âmbito dessas transgressões disciplinares, pois a limita às de natureza militar.

— (omissis)

(STF — 1ª Turma — HC 70648/RJ — DJ: 4/03/94 — Rel. Min. Moreira Alves).

De fato, servindo-me dos ensinamentos de Pontes de Miranda, ausente qualquer

um de seus elementos, não há como falar em transgressão disciplinar. Punindo-se sob este motivo, na ausência de seus pressupostos (a hierarquia, o decorrente poder disciplinar, a existência de ato ligado à função e de pena susceptível de ser aplicada), cabível a impetração do *Mandamus*⁵.

Contudo, caracterizada a dita transgressão, punindo-se de acordo com as normas militares, não haverá direito algum lesionado nem ameaçado de ser atingido, não sendo autorizada a impetração de *habeas corpus*.

Atente-se para a lição de Jorge Alberto Romeiro⁶:

"Sendo a disciplina a viga-mestra das Forças Armadas, em alguns crimes militares a circunstância de defrontarem-se superiores e inferiores, como autores e ofendidos, assume grande importância, não só para uma especial tipificação deles, como para a cominação de penas

O pedido de exame jurisdicional amplo contra punição disciplinar aplicada por superiores a seus subalternos se faz inoportuno e inconveniente, podendo mesmo resultar em precedente de quebra da hierarquia

mais eficazes, tudo em resguardo dos princípios de hierarquia militar.

São, *verb gratia*, os crimes sob a rubrica 'Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar', de violência contra superior (art. 157), contra militar em serviço (art. 158), de desrespeito a superior (art. 160), de rigor excessivo (art. 174), de violência contra inferior (art. 175), de ofensa aviltante a inferior (art. 176) etc."

De acordo com Jorge Cretella Junior⁷, "abusar, no direito público brasileiro, é extravasar a competência, distorcendo-a ou desvirtuando-a para o campo da arbitrariedade" e "exceder também é ultrapassar o uso da competência, empregando-a com

arbitrio". Assim, "se o extravasamento do poder discricionário, no uso legal da competência, se faz de maneira clara, patente, em profundidade, verticalmente, temos o abuso de poder – ou excesso de poder".

O ABUSO DO PODER

Para Eliezer Pereira Martins⁸, "abuso de poder e abuso de autoridade são expressões que encerram um mesmo conteúdo, qual seja: ato ou atos de autoridade, comissivos ou omissivos, culposos ou dolosos, praticados em franco desrespeito à lei. O abuso de poder não é senão o seu uso anormal, que, por vezes, nasce da ilegalidade do ato, que pode ser parcial (excesso de poder) ou total (desvio de finalidade), ou ainda da irregular execução do ato".

Damasio E. de Jesus e Pontes de Miranda ensinam, respectivamente, que "em certos casos a obediência deve ser absoluta e não relativa, como acontece no sistema militar, em que não cabe ao subordinado a análise da legalidade da ordem", isso porque a eficiência das Forças Armadas exige rigidez máxima e "desde que há hierarquia, há poder disciplinar, há ato e há pena disciplinar; qualquer ingerência da Justiça na economia moral do encadeamento administrativo seria perturbadora da finalidade mesma das regras jurídicas que estabelecem o dever de obediência e o direito de mandar".

Afinal, a natureza do ato disciplinar não se coaduna com o exame do mérito da pena, seja qual for a via processual escolhida e, portanto, a intervenção do Poder Judiciário limita-se ao exame apenas da legalidade

do ato e não de sua justiça. Se é justo, injusto, razoável ou não, são aspectos do mérito administrativo, que ao Judiciário não cabe examinar, cumprindo, exclusivamente, às corporações militares avaliar tais parâmetros de forma discricionária, em face dos poderes e amplas responsabilidades que a Constituição Federal lhes confere.

Frise-se que o pedido de exame jurisdicional amplo contra punição disciplinar aplicada por superiores a seus subalternos se faz inoportuno e inconveniente, podendo mesmo resultar em precedente de quebra da hierarquia.

É preciso ver que os optantes da carreira militar não podem alegar desconhecimento de que naquele âmbito, no que respeita

à hierarquia e à disciplina, vigoram regras próprias cujo maior rigor se impõe.

Se a conduta imputada tiver como causa questões internas típicas e inteiramente relacionadas às instituições militares (hierarquia, disciplina, ordem administrativa), amoldando-se sua descrição, em princípio, ape-

nas a tipo previsto em lei penal militar, e não àqueles descritos na lei penal comum, ocorrerá, sem dúvida, crime militar.

Corroboram doutrinadores de escol, entre os quais Ricardo de Brito A.P. Freitas, Álvaro Mayrink da Costa e Martínez Muñoz, segundo o autor, que definindo instituições militares como sendo "todos os Órgãos Militares, especialmente os de cúpula – Marinha, Exército e Aeronáutica –, abrangendo os servidores militares da ativa em serviço, o patrimônio sob a administração militar, a ordem administrativa militar, a honra, o dever e as tradições mili-

**Descabidas, portanto,
ações que objetivem
permitir à Justiça Comum
imiscuir-se em questões de
cunho eminentemente
militar, adentrando no
mérito da transgressão
disciplinar**

tares', conforme decisão do plenário do E. STM, citada por Antônio Pereira Duarte⁹, ainda explica não ser por "outro motivo que, num primeiro momento, a conseqüente tipificação de condutas à esfera penal (militar) tem nas instituições militares, titular primeiro dos bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal Militar, o só escopo de protegê-las.

Tanto que, com firmeza, Luís Carlos Perez afirma:

A criação dos delitos militares é fundamentada no interesse que têm o Estado e os grupos representados nele, para proteger a organização das Forças Armadas, como instituições dirigidas à defesa pública, que é um dos fins vitais da nacionalidade'."

OS CRITÉRIOS DAS RAZÕES DE TEMPO, PESSOAL E MATERIAL

Para Álvaro Mayrink da Costa¹⁰, "o legislador penal combinou com o critério *ratione loci* os critérios *ratione temporis*, *ratione personae* e *ratione materiae*. Porém, há sempre, nas várias infrações que constituem um delito militar, uma lesão de um bem ou interesse jurídico pertinente ao ordenamento penal militar.

Desta forma, o único critério científico e legítimo para identificar ou caracterizar o delito militar é o que atenta para a objetividade jurídica do delito; assim, o bem jurídico, que é protegido pela lei penal e que é lesado ou posto em perigo pela ação delituosa, é, realmente, o critério *ratione materiae*, não sendo o delito militar apenas a infração do dever específico à profissão do soldado, pois isso faria com que os civis não pudessem, em qualquer hipótese, ser agentes do delito militar. Ora, os civis e os militares podem ser agentes do delito militar, desde que a infração *ratione materiae* constitua delito militar, ou seja, ofensa ou perigo de ofensa ao bem

jurídico pertinente à proteção do ordenamento penal militar. Serão aqueles bens jurídicos pertinentes ao serviço, à administração, à disciplina e à hierarquia, isto é, bens jurídicos em que se consubstancia a razão de ser das instituições militares".

O E. STM posiciona-se no rumo de que, para configurar infração de natureza militar, é necessário que a conduta seja capaz de atingir ou ofender efetivamente a instituição militar, enquanto bem juridicamente tutelado pela lei penal militar. A Justiça Militar da União é, em última análise, a guardiã natural da integridade das instituições das Forças Armadas, julgando os crimes contra elas cometidos.

Além do quanto a respeito se encontra disposto no Código Penal comum, também o art. 28 do Código Penal Militar reafirma o princípio da especialidade, a ser aplicado em caso de concurso aparente de normas, *verbis*:

Art. 28 – Os crimes contra a segurança externa do País ou contra as instituições militares definidas neste código excluem os da mesma natureza definidos em outras leis.

Em sede de lesão ou ameaça aos bens jurídicos hierarquia e disciplina, bem como à ordem administrativa – critério *ratione materiae* –, a conduta restará alcançada por lei militar, de natureza especial – critério *ratione legis* –, cumprindo à Justiça Militar conhecer e apreciar a respectiva pretensão punitiva estatal.

Descabidas, portanto, ações que objetivem permitir à Justiça Comum (Federal ou Estadual) imiscuir-se em questões de cunho eminentemente militar, adentrando no mérito da transgressão disciplinar.

Merece ser rememorado o entendimento do eminente Ministro José Carlos Moreira Alves, citado pelo Ministro Carlos de Almeida Baptista, ao tempo presidente

do E. STM, em "A Justiça Militar da União, pelo seu novo presidente"¹¹:

É este também o entendimento, unânime, adotado pelo Plenário do E. TRF-2ª Região em 14/6/00, conforme acórdão publicado no *Diário da Justiça* de 26/9/00, registro 2000.02.01.042546-5.

O HABEAS CORPUS EM FACE DA PUNIÇÃO DISCIPLINAR MILITAR

A questão comporta, ainda, referência específica. Cuida-se de *habeas corpus* (2000.51.01.512342-8), em face de prisão imposta como punição disciplinar, obtendo sentença concessiva da ordem, expedindo-se alvará de soltura, interpondo a União Federal o devido recurso (2000.02.01.071148-6).

Permito-me, por sua relevância, transcrever trechos do lúcido parecer do Ministério Público Federal, da lavra do eminente Procurador da República Dr. Mário P. Albuquerque, *verbis*:

"A impetração deste *habeas corpus* deveu-se, primariamente, à violação do direito de ir e vir do paciente, reconhecido no art. 5º da CF/88, e teve como fundamento a normatividade de alguns princípios que, sobre serem também de estatura constitucional, têm sede normativa privilegiada no ordenamento jurídico de qualquer Estado Democrático de Direito: o da legalidade (art. 5º, II, da C.F./88) e o da inafastabilidade do Poder Jurídico (art. 5º, XXXV da CF/88).

Entretanto, se é certo que ambos os princípios repelem a prática de atos arbitrários,

não é menos exato, também, que a corrigenda destes, longe de constituir um procedimento discricionário, pressupõe a atuação de órgãos constitucionalmente competentes, em homenagem aos mesmos princípios. Dado que assim seja, resulta claro que o presente parecer deve restringir-se ao exame de questões eminentemente formais, *y compris* a da competência, ainda que a sentença possa ter se extraviado para lá dos limites da lide, que outros não

devem ser senão aqueles que assinalam o terreno a explorar, reduzindo-se a três indagações fundamentais:

- é competente a autoridade?;
- há previsão legal para a punição?;
- houve possibilidade para o exercício do direito de defesa?.

Tudo o que daí passar é estranho ao objeto da lide e deve, portanto, ser rejeitado por eiva de incompetência absoluta.

Antes de adentrarmos no exame da ilustrada decisão recorrida,

cumprir ter em conta que a espécie requer um esclarecimento prévio de algumas noções básicas, sem o qual seríamos tentados a impor um tratamento normativo a determinado setor da realidade que, por sua especial configuração ontológica, está preordenado a se submeter somente ao império de normas e princípios específicos, toda vez que uma instância julgadora — também especial — é chamada a precisar conceitos normativos cujo conteúdo invariavelmente escapa ao âmbito de cognição da jurisdição ordinária.

**Sempre haverá uma
Justiça Militar, pois o juiz
singular, por mais
competente que seja, não
pode conhecer das
idiossincrasias da carreira
das armas, não estando
pois em condições de
ponderar a influência de
determinados ilícitos na
hierarquia e disciplina das
Forças Armadas**

É o que ocorre, para ficarmos no domínio castrense, com os conceitos de hierarquia, disciplina, deserção, covardia, bravura, indignidade etc. Nestes casos, à jurisdição ordinária é interdita a perquirição da realidade que aquelas noções exprimem, ainda quando a referida interdição possa trazer consigo a suspensão *hic et nunc* de princípios universalmente consagrados como sendo presumidamente absolutos.

É o que se convencionou chamar, a nível doutrinário – apoiado na doutrina alemã –, a natureza da coisa (*Die Natur der Sache*), que, segundo a aguda observação de Max Gutzwiller, é utilizada como uma forma específica de princípio hermenêutico.

(...)

Como Mr. Joudan, que fazia prosa sem o saber, o legislador define competências muitas vezes movido pelas exigências da natureza da coisa que apenas intui. Daí a existência entre nós de Justiças

especializadas, que são órgãos colegiados destinados a dirimir situações controvertidas, para cuja solução é de rigor o concurso de princípios, normas e valores específicos das respectivas estruturas sociais. No nosso caso, a hierarquia e a disciplina.

No preâmbulo da ilustrada sentença, afirma a D. Julgadora:

‘... a autoridade apontada como coatora é a competente para a aplicação de punição disciplinar, à luz das normas que regem a matéria. Além disso, foi concedida oportunidade de defesa, como consta das informações prestadas’.

Curiosamente, a digna juíza conseguiu resumir em meia dúzia de palavras o que

teria sido uma motivação tecnicamente perfeita. Se tivesse se detido aí, poderia ter pecado por excesso de concisão, jamais por defeito de técnica jurídica.

Mas a ilustrada julgadora resolveu prosseguir no raciocínio, todo ele alinhavado em torno de conceitos que não lhe competia perquirir, justamente porque o significado deles – como se procurou demonstrar acima – deve ser fixado à luz de valores específicos e próprios da caserna. Não fica portanto descartada a possibilidade de que, por trás da conduta aparentemente lhana

do paciente, se escondesse o propósito de medir forças com o superior hierárquico ou, mais remotamente, de acautelar direito próprio, se bem que não se saiba ao certo em face de quê. De qualquer forma, a r. decisão não deve prosperar – bem diz a recorrente – porque ‘não se utilizou dos métodos corretos para a análise do mérito do ato administrativo’.

vo impugnado’.

E nem poderia fazê-lo, dizemos nós, porque o manejo dos métodos adequado para dirimir questão entre oficial e subordinado, até onde o bom-senso nos possa valer, constitui atribuição indelegável da autoridade militar competente, jamais da Justiça Comum, notadamente porque ‘o controle que se impõe ao ato administrativo não permite a substituição de razões do administrador pelas razões dos magistrados’.

(...)

A hierarquia e a disciplina constituem, por assim dizer, a própria essência das Forças Armadas. Se quisermos, portanto, preservar a integridade delas, devemos come-

O manejo dos métodos adequado para dirimir questão entre oficial e subordinado, até onde o bom-senso nos possa valer, constitui atribuição indelegável da autoridade militar competente, jamais da Justiça Comum

çar pela tarefa de levantar um sólido obstáculo às pretensões do Judiciário, se é que existem, de tentar traduzir em conceitos jurídicos experiências vitais da caserna. Princípios como os da isonomia e da inafastabilidade do Judiciário têm pouco peso quando se trata de aferir situações específicas à luz dos valores constitucionais da hierarquia e da disciplina. O quartel é tão refratário àqueles princípios como deve ser uma família coesa que se jacta de ter à sua frente um chefe com suficiente e acatada autoridade. E seria tão desastroso para a missão institucional das Forças Armadas que as ordens de um oficial pudessem ser contraditadas nos tribunais comuns, como para a coesão da família, se a legitimidade do pátrio poder dependesse, para ser exercido, do plebiscito da prole.

Princípios democráticos são muito bons onde há relações sociais de coordenação, mas não em situações específicas, onde a subordinação e a obediência são exigidas daqueles que, por imperativo moral, jurídico ou religioso, as devem aos seus superiores, sejam aqueles filhos, soldados ou monges.

Se o judiciário, por uma hipersensibilidade na aplicação dos aludidos princípios constitucionais, estimular ou der ensejo a feitos como os da espécie, pronto: os quartéis se superpovoarão de advogados e despachantes; uma continência exigida será tomada como afronta à dignidade do soldado e, como tal, contestada em nome da Constituição; uma mera advertência, por

motivo de desalinho ou má conduta, dará lugar a pendengas judiciais intermináveis, e com elas, a inexorável derrocada da hierarquia e da disciplina.

Da mesma forma que a vocação religiosa implica o sacrifício pessoal e do amor próprio – e poucos são os que a têm por temperamento –, a militar requer a obediência incontestada e a subordinação confiante às determinações superiores, sem o que vã será a hierarquia, e inócua o espírito castrense. Se um indivíduo não está vocacionado à carreira das armas, com o

despojamento que ela exige, que procure seus objetivos no amplo domínio da vida civil, onde a liberdade e a livre iniciativa constituem virtude. Erra rotundamente quem pretende afirmar valores individuais onde, por necessidade indeclinável, só os coletivos têm a primazia.

Comete erro maior, porém, quem, colimando a defesa dos primeiros, busca a cumplicidade do Judiciário para, deliberadamente ou

não, socavar os segundos, ainda que, aos nossos olhos profanos, lidimo possa parecer tal expediente e constitucional a pretensão através dele deduzida.

Por todas essas razões, não julgamos exagerado reproduzir a fecunda indagação da apelante que, mais do que uma resposta, na verdade espera por reflexões mais profundas sobre um tema ainda estranho para a generalidade da doutrina. Ei-la:

‘No caso em discussão, qual seria o interesse particular satisfeito com a punição do militar, para caracterizar a presença do des-

**Se quisermos preservar a
integridade da hierarquia e
da disciplina, devemos
começar pela tarefa de
levantar um sólido
obstáculo às pretensões do
Judiciário, se é que
existem, de tentar traduzir
em conceitos jurídicos
experiências vitais da
caserna**

vio de finalidade? É de todo irrazoável que seja punido com prisão simples o militar que, após uma série de atos de péssimas condutas, representa contra seu comandante, sem apontar nenhum fato relevante, deixando transparecer a nítida intenção de inverter a ordem de hierarquia, e com isso abalar a disciplina necessária ao convívio militar?"

Por sua vez, o eminente relator do feito, Desembargador Federal Carreira Alvim, lançou minucioso voto. Destaco:

"Penso que não tem razão a ilustre prolatora da decisão recorrida, porquanto a atitude do paciente teve o deliberado propósito de 'enfrentar' a autoridade do comandante do Batalhão, pois teriam sido totalmente desnecessárias as referências tidas como desrespeito à disciplina militar, se houvesse o militar se limitado a solicitar autorização ao seu superior hierárquico para submeter os atos punitivos ao crivo do Poder Judiciário. Mas as expressões 'apurar eventuais ilícitos' e 'submeter ao crivo do Poder

Dever do Estado-Juiz, realizando diretamente o Controle Institucional da Legalidade e da Moralidade Administrativa', sejam, como foram, da forma escrita, ou tivessem sido feitas de forma oral, importam em desrespeito a um superior hierárquico que não poderia ser mesmo admitido, sob

pena de quebra da coluna vertebral das Forças Armadas, que, sabidamente, repousa na disciplina e hierarquia.

O precedente é perigoso, como alerta o representante do Ministério Público Federal nesta Corte, e, se vingar, trará para a esfera judicial toda punição administrativa apli-

cada pelos dirigentes das Forças Armadas aos seus subordinados, as quais passarão a ser administradas pelos juizes, que não estão presentes nos quartéis, nem podem avaliar de imediato a aplicação de uma penalidade, nem as circunstâncias em que ela se torna imediatamente necessária.

Ademais, se o paciente se sentiu vítima de perseguições do seu comandante, deveria ter recorrido da decisão para o superior hierárquico deste, como admite o art. 46 do RDM, e só não o fez porque o seu propósito era deslocar a discussão do âmbito administrativo para o judicial, expondo o superior militar ao juízo do juiz, no que logrou êxito, em que pese o disposto no art. 142, pará-

grafo 2º, da Constituição."

O recurso foi provido pela maioria dos membros da E. 1ª Turma, nos termos do voto do E. Relator, restando denegada a ordem.

Esse questionamento fez-se também presente em *habeas corpus* sob minha

**Da mesma forma que a
vocação religiosa implica o
sacrifício pessoal e do
amor próprio – e poucos
são os que a têm por
temperamento –, a militar
requer a obediência
incontestada e a
subordinação confiante às
determinações superiores,
sem o que vã será a
hierarquia, e inócuo o
espírito castrense**

*

**Erra rotundamente quem
pretende afirmar valores
individuais onde, por
necessidade indeclinável, só
os coletivos têm a primazia**

relatoria, cuja ementa peço vênia para aqui reproduzir, *verbis*:

HC. Abuso de autoridade. Lei nº 4.898/65. Competência. Inquérito policial instaurado por requisição do Ministério Público Federal contra militar das Forças Armadas. Com base em representação do suposto ofendido.

— Nos termos do art. 2º da Lei nº 4.898/65, o direito de representação contra o abuso de autoridade será exercido por meio de petição “dirigida ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada”. Os tipos descritos na Lei nº 4.898/65, aplicável tanto a civis como a militares, não encontram correspondentes no Código Penal Militar, tratando-se, pois, de delitos comuns da competência da Justiça Comum. Em consequência, a representação por abuso de autoridade em tese praticado por militar federal deve ser ofertada ao órgão do Ministério Público Federal em funcionamento junto à Justiça Comum Federal com jurisdição sobre o local da infração.

— Conjunto de punições disciplinares aplicadas por autoridade militar dotada de competência bastante para fazê-lo, com observância, na prática de tais atos, de todos os demais requisitos de legalidade (finalidade, forma e motivo), pelo que não há como falar em crime de abuso de autoridade previsto na Lei nº 4.898/65, inexistente lesão ou sequer ameaça às garantias individuais previstas na Constituição, bens jurídicos tutelados pela Lei de Abuso de Autoridade.

— Se crime houve, a toda evidência há de ser considerado militar, desde que teve por causa questões internas típicas e inteiramente atinentes às instituições militares, amoldando-se a conduta descrita apenas e tão-somente a tipo previsto em lei penal militar, e não na lei comum.

— Ademais, verificação de claro excesso na instauração de procedimento apuratório a despeito da representação ofertada, implicando na ilegalidade da coação e em constrangimento, em face da exigência de rapidez feita pelo legislador no art. 13 da Lei nº 4.898/65. Impõe-se, a teor do dispositivo mencionado, estejam de pleno reunidas as condições que exige a lei.

— Ordem de *habeas corpus* concedida para trancar o inquérito policial requisitado pelo Ministério Público Federal.

(TRF 2ª Região — 2ª Turma — HC 2000.02.01.050841-3/RJ — DJ: 19/06/2001 — unânime)

CONCLUSÕES

Das considerações

acima apontadas, podemos destacar:

A hierarquia e a disciplina apresentam-se como elementos imprescindíveis à compreensão da estrutura militar, diferenciada em face dos especiais fins designados às Forças Armadas. Como bens jurídicos peculiares de sua organização, dizem respeito somente às instituições militares, sendo tutelados pelo Direito Penal Castrense.

Como decorrência, a Justiça Comum (Federal ou Estadual) é incompetente para apreciar questões ligadas à hierarquia e à disciplina, de cunho eminentemente mili-

A Justiça Comum é incompetente para apreciar questões ligadas à hierarquia e à disciplina, de cunho eminentemente militar. Eventuais discussões neste campo deverão ter sua devida apreciação pela Justiça Militar

tar. Eventuais discussões neste campo deverão ter sua devida apreciação pela Justiça Militar.

De outro lado, fica vedada a invasão pelo Judiciário do mérito da punição imposta ao militar, desde que observada a existência de todos os elementos da trans-

gressão disciplinar (a hierarquia, o decorrente poder disciplinar, a existência de ato ligado à função e de pena susceptível de ser aplicada).

Observados tais requisitos, não há como falar em crime de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65).

REFERÊNCIA

1. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, 25ª ed., rev., São Paulo, Saraiva, 1999, pp. 235/237
2. *O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*, Rio de Janeiro, Forense, 3ª ed., 1957, p. 191.
3. cf. Univaldo Corrêa, no artigo intitulado "A Transgressão Militar, o *Habeas Corpus* e a Justiça Militar", in *Direito Militar* – Revista da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais/Amajme, nº 1, agosto/setembro de 1996.
4. Pontes de Miranda, *História e Prática do Habeas Corpus*, São Paulo, Saraiva, 1979, 8ª ed., tomo 2, p. 153.
5. *Comentários à Constituição de 1967*; com a emenda nº 1 de 1969. Tomo V. 3ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 1987; pp. 314/315.
6. *Curso de Direito Penal Militar, Parte Geral*, São Paulo, Saraiva, 1994, p. 143.
7. *Controle Jurisdicional do Ato Administrativo*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1998, p. 47.
8. (op. cit., p. 36)
9. *Direito Administrativo Militar: Braço Especializado do Direito Administrativo Comum?*, p. 46.
10. *Crime Militar*. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1978, p. 131.
11. in *Revista Direito Militar*, da Amajme, São Paulo, Revistas Oficiais, nº 13, pp. 3-6, 1978.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Constituição de 1988 /; Justiça;

SERÃO OS MILITARES “SERVIDORES PÚBLICOS”?

De: Márcio Cesar Leal Coqueiro

Com relação ao assunto do presente artigo e do artigo “Forças Armadas – Os garantes materiais do Estado Democrático (RMB 1º trim. 2002, págs. 73-80), julgamos oportuno republicar o artigo abaixo, originalmente publicado na *Revista do Clube Militar* e transcrito na RMB do 1º trim. de 1996, págs. 287 e 288.

As Constituições republicanas presidencialistas, a partir de 1889, estipulam ser o presidente da República, chefe do Governo, o comandante Supremo das Forças Armadas. Este posicionamento, embora estruturalmente correto, deixa as Forças Armadas expostas e vulneráveis a injunções políticas em face da vinculação direta ao detentor de cargo eminentemente político, dependente de interesses partidários. Essa circunstância, em vários aspectos, prejudica o cumprimento da missão das Forças Armadas e o atendimento de sua finalidade histórica.

No Brasil, a Constituição de 1988 veio agravar esses inconvenientes das constituições anteriores. Nela foram inseridas modificações significativas, inclusive com relação à própria denominação da profissão militar, alterando-a e passando a classificar e designar os integrantes das Forças Armadas como “servidores públicos” e “militares federais”.

A Constituição do Império

A Constituição do Império, promulgada e jurada em 25 de março de 1824, estabeleceu em seu Inciso V do Artigo 102, que “cabe ao Imperador nomear os comandantes das Forças de Terra e do Mar e removê-los quando assim o pedir o serviço da Nação”. Assim, o texto deixa claro, embora não explicitamente declarado, quem é o comandante supremo das Forças Armadas, como chefe da Nação. Tal circunstância de subordinação estabelecida pela Monarquia parlamentarista mantinha as Forças Armadas preservadas das injunções políticas e partidárias, que naturalmente adviriam, caso estivessem estruturalmente subordinadas à pessoa do chefe do governo (primeiro-ministro), mais envolvido e sujeito às questões políticas entre os poderes constituídos e entre os partidos.

A solução, embora não seja ideal, é sábia e inteligente. Isso porque, de acordo com a concepção da doutrina política da Monarquia, a pessoa do monarca, como membro da família real e herdeiro da dinastia, representa, historicamente, o próprio Povo, e a Nação lhe empresta a expressão básica geradora do Poder de Mando, recebido, como foi, através da via hereditária e de duração vitalícia.

Por outro lado, o exercício do Poder Moderador, privativo do Imperador, contando com o apoio das Forças Armadas, que lhes são diretamente subordinadas, constitui uma garantia para a manutenção do equilíbrio, da harmonia e da independência dos poderes constituídos, freqüentemente ameaçados nos regimes presidencialistas.

Militar servidor público?

É totalmente imprópria a denominação e a classificação de “servidores públicos”, contidas na Carta Magna de 1988 e dada aos integrantes das Forças Armadas.

O exercício da profissão militar encontra-se assentado em uma base axiológica histórica, peculiar e inconfundível, que atribui às Forças Armadas e aos seus integrantes uma condição singular de deveres e obrigações, totalmente diferentes do que é exigido ou solicitado à categoria profissional dos “servidores públicos” ou na de outra classe ou categoria, condição essa que caracteriza, definitivamente, os militares como “servidores da Nação” e como “servidores da Pátria”.

AS GUERRAS DO FUTURO NA NOVA ORDEM MUNDIAL: O NOVO MODELO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS FORÇAS ARMADAS NACIONAIS

LYDIA MAGALHÃES GARNER*
Doutora em História

SUMÁRIO

Introdução

O plano do Pentágono

"America first"

Novo modelo: Tratados internacionais

Novo modelo: Aliados e alianças

As alianças de conveniência

As alianças internacionais

A nova ordem mundial

O novo modelo de conflito armado

A expansão das hostilidades

Novo modelo: Prisioneiros de guerra

Novo modelo: Expansão da guerra contra o terrorismo

Novo modelo: Poder militar na era da guerra espacial

Os limites do poder

Conclusão

* N.R.: A autora recebeu o seu doutoramento na Universidade the Johns Hopkins, e presentemente é Professora de *História do Brasil e História da América Latina* na Southwest Texas State University, San Marcos, Texas, USA, tendo lecionado na Universidade de Delaware, na Johns Hopkins University, e recebeu uma Fellowship da School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. Suas áreas de especialização são o Segundo Reinado, história comparada da América Latina, e história Mundial. Dra. Garner é recipiendária de vários prêmios, entre os quais, a Shell Foundation Fellowship para a América Latina e a Brittingham Fellowship. Tem também contribuído com várias publicações sobre história do Brasil para revistas acadêmicas, para a Encyclopedia of Latin American History, e tem apresentado estudos de pesquisas em inúmeros simpósios e conferências acadêmicas. Presentemente, está concluindo um estudo minucioso do Conselho de Estado de Dom Pedro II.

INTRODUÇÃO

A atual ordem mundial não tem nada em comum com a que existiu até o colapso da União Soviética e a que existiu na década de 1990 até 11 de setembro 2001. A década passada serviu de laboratório para os Estados Unidos da América articularem a sua posição preponderante no cenário mundial, e 11 de setembro é a data em que os Estados Unidos

emergiram como o único poder militar mundial. A evolução deste processo foi percebida, analisada e discutida continuamente, mas sempre sem alcançar uma definição concreta do modelo final, modelo que foi definido em consequência do ataque de 11 de setembro. Desde então, as nações do globo estão sendo confrontadas com um modelo de poder econômico, militar e estratégico sem paralelo na história mundial, e contra o qual nenhuma nação tem os meios de defesa. Conceitos que foram elaborados através de séculos para governar as relações entre as nações

em paz e em guerra estão sendo demolidos, instituições criadas para coordenar relações internacionais estão sendo ignoradas, e o conceito de soberania está sendo alterado.¹ A família de nações que existiu até recentemente perdeu um de seus membros, um membro que, baseado no seu poder econômico, político e militar, está uni-

lateralmente alterando o sistema e os dogmas estabelecidos de relações internacionais. O conceito de *guerra* também mudou porque declarações de guerra não mais existem; o que existe são intervenções militares decididas unilateralmente mas com o apoio da comunidade internacional, e o termo *guerra* não mais tem o significado do passado, pois as razões das chamadas guerras também não são semelhantes às

do passado. Tratados não mais têm o valor do passado, nem tampouco o termo *aliado*, porque alianças são as de conveniência momentânea. Esta mudança tem profundas consequências para as demais nações do globo, principalmente no que diz respeito ao conceito de soberania nacional e às funções das forças armadas nacionais. Um dos métodos mais eficientes para ilustrar estas consequências é analisar as doutrinas e os métodos adotados pelos Estados Unidos para as guerras do futuro. A análise demonstra como o sistema de relações internacionais está sendo alterado e

Desde o ataque de 11 de setembro, as nações do globo estão sendo confrontadas com um modelo de poder econômico, militar e estratégico sem paralelo na história mundial, e contra o qual nenhuma nação tem os meios de defesa

*

Tratados não mais têm o valor do passado, nem tampouco o termo *aliado*, porque alianças são as de conveniência momentânea

alguns destes precedentes muito dificilmente serão revogados no futuro.

O PLANO DO PENTÁGONO

O plano do secretário de Defesa dos Estados Unidos, D. Rumsfeld, é um destes precedentes, porque reorganiza a estru-

ra das Forças Armadas americanas, introduz uma nova estratégia de segurança nacional, enuncia a nova doutrina militar dos Estados Unidos e catapulta a tecnologia militar à era espacial.

De acordo com este plano, nas guerras do futuro os perigos serão desconhecidos, incertos, invisíveis e inesperados, daí a ne-

cessidade de aceitar riscos e experimentar novas idéias e equipamentos, razão pela qual as estratégias do passado não se aplicam. Ao invés do grande número de forças usadas no passado, as Forças Especiais americanas serão em pequeno número e excepcionalmente bem treinadas com grande habilidade de adaptação ao terreno e à cultura da região em que operam para identificar alvos e guiar os ataques aéreos com precisão, o que necessita do entrosamento de armas convencionais com as de alta tecnologia. O plano apresenta uma estratégia de sete pontos:

- proteger a pátria e as bases militares no estrangeiro;
- projetar e sustentar poder em teatros distantes;
- negar santuário ao inimigo em qualquer parte do globo;
- proteger os canais de informação;
- participação coordenada de todas as forças armadas;
- manter acesso ao espaço sem impedimento algum; e

— proteger o sistema de defesa no espaço contra ataques inimigos.

De acordo com o plano, as guerras no século XXI são baseadas nas lições do passado.

Assim:

— vão exigir todos os elementos do poder nacional;

— vão exigir a habilidade das forças militares em operarem e se comunicarem com entrosamento absoluto;

— as coalizações serão bem-vindas mas não podem determinar a missão;

— a defesa dos Estados Unidos requerá o ataque antecipado;

— as forças terrestres devem ser usadas;

— as forças especiais operando encobertas na região aumentam dramaticamente o sucesso da campanha aérea; e, finalmente,

— o suporte do povo.

Esta nova idade de guerra é chamada a *quarta geração* de conflitos militares, exemplificados por

Osama bin Laden e pelas operações no Afeganistão.²

Os estados nacionais então devem ponderar se as suas forças armadas podem desenvolver um modelo semelhante, se podem fazer frente a este modelo e as consequências deste modelo para a defesa nacional.

Este plano não se relaciona aos da Segunda Guerra Mundial, que foram os de gran-

Nas guerras do futuro os perigos serão desconhecidos, incertos, invisíveis e inesperados, daí a necessidade de aceitar riscos e experimentar novas idéias e equipamentos, razão pela qual as estratégias do passado não se aplicam. Ao invés do grande número de forças usadas no passado, as Forças Especiais americanas serão em pequeno número e excepcionalmente bem treinadas

des estratégias, grande número de forças, grande capacidade para apoio das operações, coalizações e consulta com aliados.

Ao contrário, o plano é uma rejeição aos do passado, o produto de mentalidades com uma nova visão e missão para os Estados Unidos, influenciadas pela ausência de uma balança de poder mundial bipolar, e um avanço tecnológico espetacular para o qual não existe contraparte.

Este plano rejeita a estratégia baseada em tratados, interpreta defesa nacional baseada nas vulnerabilidades do país e não nos seus pontos fortes, programa desenvolvimento das áreas de vantagem de como projetar o poder militar sobre grandes distâncias, faz uso extenso de armas de precisão e da capacidade de conduzir a guerra através da inteligência do espaço e submarina.

O plano é também o produto de uma nova geração cuja mentalidade rejeita as experiências pós-Vietnã e faz o maior uso possível do atual poder unipolar dos Estados Unidos para resolver problemas do presente e eliminar problemas do passado.

Este plano, que requer a criação de um novo tipo de forças armadas e de novos modelos estratégicos, foi desenvolvido por civis no Pentágono e sem consulta aos altos chefes militares.

Os chefes militares, que vêm por algum tempo desenvolvendo planos para a modernização das Forças Armadas, além de ofendidos por não terem sido consultados, são na maioria muito mais cautelosos, não estão abertamente preparados para abra-

çar o novo plano e tomam uma atitude que pode ser interpretada do seguinte modo: "o Pentágono pode ter qualquer sistema militar que quiser, contanto que seja o que nós já estamos construindo ... que as forças militares que eles estão desenvolvendo são perfeitamente capazes para o que está sendo discutido ... e que não necessitam mudança alguma."³

Assim, existe um conflito de gerações e de visões que é latente na subestrutura da administração e que ocasionalmente vem à tona.

E é este plano para as guerras do futuro e o conflito de visões que certamente estão alterando os modelos estratégicos do passado, que devem ser cuidadosamente examinados pelos altos chefes militares dos outros países, para que as suas forças armadas não fiquem irrevogavelmente fora de sintonia com a estratégia dominante e a tecnologia da idade em que vivem.

A esperança de um retorno completo ao sistema internacional do passado é algo que deve ser contemplado

com muita cautela porque o poder unipolar dos Estados Unidos está modificando unilateralmente os modelos do passado, e de um modo ou de outro vai modificar os modelos do futuro, mesmo que o modelo não seja totalmente implementado, ou não seja bem-sucedido.

Ainda assim, a influência do que está sendo implementado no presente no Afeganistão, e sem dúvida do que vai ser implementado contra o Iraque, dificilmente permitirá o retornar intacto do sistema internacional do passado.

A esperança de um retorno completo ao sistema internacional do passado é algo que deve ser contemplado com muita cautela porque o poder unipolar dos Estados Unidos está modificando unilateralmente os modelos do passado

Todavia, o plano e o modelo descritos não podem ser desassociados da visão única da cultura e civilização dos Estados Unidos.

"AMERICA FIRST"

A política mundial dos Estados Unidos no presente é o unilateralismo, que se manifesta em várias formas, sendo uma o conceito de *America First*, ou o interesse dos Estados Unidos em primeiro lugar. O conceito foi articulado em novembro de 2001 pelo Presidente Bush quando anunciou, durante uma visita ao Fort Campbell, que "a América tem uma mensagem para cada nação do globo: se ela protege o terrorismo ela é culpada do terrorismo, se ela treina ou arma terroristas ela é terrorista, se ela alimenta terroristas ou suporta financeiramente terroristas ela é terrorista, e ela terá que prestar contas aos Estados Unidos e seus aliados".

Três meses mais tarde, no início de fevereiro de 2002, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos declarou, no World Economic Forum, que os Estados Unidos "estavam cometidos a definir as suas próprias soluções para os problemas mais difíceis do globo, mesmo que isso desagrade aos aliados", e foi seguido pelo anúncio do secretário de Estado de que os "Estados Unidos iriam contra o terrorismo em qualquer lugar que ameaçasse homens e mulheres livres, mesmo que tivesse que ir contra 'regimes diabólicos'".

Essas definições enunciaram a chamada **Doutrina Bush**.⁴

Esta doutrina indica o sentido de como os americanos percebem o país, a cultura, a civilização e o caráter do seu povo e os colocam acima das outras civilizações e do caráter dos outros povos, um sentido que o Vice-Presidente Dick Cheney expressou sem ambigüidade ao se referir à guerra contra o terrorismo:

"Os Estados Unidos e somente os Estados Unidos podem levar este esforço à vitória. Esta responsabilidade não veio a nós por acaso. Nós

estamos numa posição única devido às nossas qualidades únicas, devido ao caráter do nosso povo, ao poder de nossos ideais, ao poder e à intensidade militar e à enorme economia que o suporta."⁵

Mas, na realidade, está sendo criada uma nova ordem mundial que está solapando a estrutura internacional que tem mantido, nem sempre de modo perfeito, a coerência de relações mútuas entre os países do globo em paz e em guerra, e que eventualmente vai levar ao caos

Muitos dizem que a guerra contra o terrorismo parece cada vez mais com a luta contra o comunismo, ou, como dizia o Presidente Reagan, a guerra contra o Império Dia-

bólico. Esta visão demonstra como os Estados Unidos percebem a sua posição no cenário mundial: de uma nação virtuosa que é alvo de conspirações diabólicas com a intenção de derrubá-la. Esta visão tem bases históricas e religiosas, principalmente na visão dos puritanos que colonizaram a América do Norte no século XVII, que eram consumidos com as sombras de conspirações invisíveis sobre as colônias

“dirigidas por homens perigosos e diabólicos determinados em subverterem esta resplandecente cidade no topo da colina”, que em termos puritânicos é a Nova Jerusalém.

A versão moderna desta visão foi recentemente articulada pelo procurador-geral dos Estados Unidos, John Ashcroft, que se referiu à atual luta contra o terror nestes termos: “um poder diabólico, calculado, malicioso, se levantou no mundo. A civilização não pode ignorar o mal que tem sido feito.”⁶

Sem querer diminuir ou desculpar o ato terrorista de 11 de setembro, esta visão permite que os Estados Unidos se definam em relação aos seus inimigos, razão pela qual os seus inimigos são sempre satanizados, vistos como super-homens ou bárbaros, mais ou menos subumanos, ou totalmente corruptos. Esta visão não permite que os Estados Unidos façam a paz com os seus inimigos, os quais devem ser completamente obliterados, excluídos da comunidade internacional, independente das consequências para suas populações, como aconteceu com Castro, Saddam Hussein, o chamado *Axis of Evil*.

É uma visão que percebe o mundo dividido entre o Bem e o Mal, entre Luz e Trevas, visão que é apocalíptica porque a luta entre forças do Bem e do Mal é eterna. Esta

visão tem também um caráter messiânico em busca da regeneração do mundo, que foi aplicado no século XIX, quando muitos advogavam a expansão dos Estados Unidos por todas as Américas e eventualmente a derrubada das monarquias europeias.⁷ Com o poder supremo dos Estados

Unidos no século XXI, esta visão assegura uma luta sem fim entre as nações por razões que não mais são políticas ou territoriais; em vez disso, são lutas por causas ideológicas, políticas, contra drogas, e agora contra o terror. As raízes destes problemas, todavia, nunca são examinadas racionalmente porque não se perde tempo em entender os inimigos.⁸

Estes tipos de lutas exigem que estas sejam universalizadas para resolver problemas cujas causa e solução estão somente nas mãos de um, ou poucos outros países.

Mas, na realidade, estão criando uma nova ordem mundial que está solapando a estrutura internacional que tem mantido, nem sempre de modo perfeito,

a coerência de relações mútuas entre os países do globo em paz e em guerra, e que eventualmente vai levar ao caos.

Estas mudanças têm repercussões profundas para os países do globo, que provavelmente terão que reexaminar as suas estratégias de paz e guerra nacionais e es-

Na nova ordem, tratados bilaterais e internacionais são empecilhos colocados na expansão do poder hegemônico, que rejeita ou ignora um sistema de tratados que lentamente evoluiu desde o século XVII.

Tratados, então, não mais oferecem garantias como no passado, e os que estão em vigor são submetidos a reinterpretações pela Casa Branca.

Alianças agora são passageiras, são da conveniência do momento, e são regionais

trangeiras, bem como para os exércitos nacionais, que na nova ordem se tornam meramente auxiliares na grande estratégia universal do poder unipolar, cujo objetivo principal é manter a sua própria segurança.

Alguns aspectos da nova ordem mundial definem este modelo.

NOVO MODELO: TRATADOS INTERNACIONAIS

Uma das consequências deste novo modelo é que praticamente elimina a validade do sistema de tratados internacionais. Na nova ordem, tratados bilaterais e internacionais são empecilhos colocados na expansão do poder hegemônico, que rejeita ou ignora um sistema de tratados que lentamente evoluiu desde o século XVII, como vários exemplos já atestam.⁹

O tratado para o controle de mísseis antibalísticos (ABM Treaty), assinado em 1972 entre os Estados Unidos e a União Soviética, que diminuiu o perigo de uma guerra atômica e era considerado o pilar das relações entre os dois maiores poderes atômicos, demonstrou que mesmo inimigos eram capazes de chegar a um acordo durante a Guerra Fria. Mas o tratado morreu silenciosamente no ano de 2002 devido à decisão do Presidente Bush de unilateralmente ab-rogar-lo.

A falha dos Estados Unidos e da Rússia de não chegarem a um acordo para emendar ou substituir o Tratado, dada a insistência dos Estados Unidos de que não havia necessidade de assinar tratado algum e que somente um aperto de mão entre lide-

res era o suficiente e a recusa da Rússia em aceitar tal solução levaram ao Tratado de Moscou entre os dois países, que reduz o número de mísseis para ambos, mas que expira em 2012, quando ambos os países ficam livres para aumentar as suas forças, e certamente com armas atômicas.

A razão principal para ab-rogar o Tratado é o desejo de criar um sistema nacional de defesa contra mísseis antibalísticos com uma cobertura protetora sobre os Estados Unidos para interceptar do espaço mísseis intercontinentais de países inimigos, cuja construção já foi iniciada e do qual um sistema rudimentar vai ser ativado em 2004.

A Rússia respondeu com a promessa de desenvolver um novo míssil atômico, o *Topol-M*, que pode ser lançado de silos ou de plataformas rolantes.

A China, que está aumentando as suas forças nucleares, acusou os Estados Unidos de extorsão nuclear e respondeu com ira a um comunicado da Casa Branca que não

concordaria "com qualquer restauração de testes nucleares" chineses.¹⁰

Outros tratados tiveram destino diferente: ou a recusa de assinar, ou o novo método de *desassinar* tratados e protocolos, como no caso da Corte Internacional de Crimes e do Protocolo de Kyoto, ou não pedir a ratificação do Congresso de outros tratados, como o tratado que bane testes atômicos (Comprehensive Test Ban Treaty).

Tratados, então, não mais oferecem garantias como no passado, e os que estão em vigor são submetidos a reinterpretações pela Casa Branca, como o tratado que bane

**A missão de *peacekeepers*,
deveria "ser deixada para
os europeus, ou outros
aliados, enquanto que o
Pentágono se concentraria
em treinar e lutar nas
guerras da nação".**

Condoleezza Rice
Assessora do Presidente Bush

armas biológicas, agora interpretado no sentido que permite aos países "conduzir testes para fins de defesa", e os artigos das Convenções de Genebra sobre prisioneiros de guerra.

O resultado é que outros países também estão desenvolvendo suas próprias interpretações, como a Rússia, que reinterpreto o tratado que bane testes como permitindo testes nucleares, e Israel, que declarou morto o Acordo de Oslo.¹¹

Qual é o problema deste modelo para os estados nacionais?

No caso do Brasil, que sempre honra seus tratados, este modelo requer uma revisão destes acordos porque outras nações vão seguir o exemplo dos Estados Unidos, em que acordos regionais e internacionais não terão muito valor se houver interesses dos países desenvolvidos e as estratégias nacional e internacional terão de mudar porque países em desenvolvimento não terão a mesma prerrogativa.

Mas, acima de tudo, o problema é que alguns destes tratados estão ligados a funções nacionais e internacionais das forças armadas e têm consequências no caso de conflito armado.

O Presidente Fox, do México, já sugeriu ao Presidente Bush descartar o Tratado do Rio como uma reliquia da Guerra Fria em troca de acordos para "combater problemas sociais e o crime organizado."¹² Fox deseja usar sua amizade pessoal com o Presidente Bush para posicionar o México como o interlocutor entre os Estados Uni-

dos e a América Latina e como interlocutor da América Latina perante o mundo.

NOVO MODELO: ALIADOS E ALIANÇAS

Alianças e aliados não terão o mesmo sentido do passado.

O novo modelo de conflito armado, ironicamente, ainda depende de alianças e aliados, mas não no contexto do passado.

Alianças agora são passageiras, são da conveniência do momento, e são regionais.

Estas alianças podem ser de dois tipos:

– **as locais e regionais**, que servem de linha de frente em conflitos armados sob a direção de forças especiais americanas; e

– **as internacionais**, que oferecem cobertura moral e financeira para as ações militares dos Estados Unidos, mas que, com exceção de algumas forças, não estão diretamente engajadas em grande número nas ações militares e nem nas decisões militares de alto nível e servem

mais na fase posterior da luta, na função de terminar o inacabado ou de manter a ordem.

As alianças de conveniência

As alianças locais e regionais são as chamadas "alianças de conveniência", com forças que concordam em lutar em troca de termos favoráveis para suas ambições políticas, numa estratégia desenhada pelos Estados Unidos e com grande suporte aé-

Assim, documentos como os da Convenção de Genebra, que foram negociados por longo tempo, e que representam o discernimento coletivo de experiência de séculos de guerras atroz, estão sendo modificados por um país hegemônico, e o serão também por outros países

reo. Neste grupo se encontram grupos regionais com ambições nacionais e desafetos do regime existente.

O melhor exemplo no momento é o da Aliança do Norte, um grupo de clãs no norte do Afeganistão composto de uzbeks e tajiks, que são uma minoria étnica mas com ambições nacionais num país com vários clãs que são usualmente inimigos e em que a identidade é a de pertencer a um destes grupos étnicos. Esta aliança de conveniência permitiu que os Estados Unidos fossem à guerra contra o terrorismo, mas sem as baixas de guerra. As perdas de vida foram infligidas nas forças da Aliança. Uma vez que a ação militar no norte foi razoavelmente feliz, a estratégia requeria que a região do sul também fosse incorporada nesta luta contra o terror para haver progresso, e daí a necessidade de organizar uma Aliança do Sul. Esta aliança realmente nunca se concretizou, devido

à amplidão do território e ao fato de que é a região do clã Pashtun (o maior dos clãs no Afeganistão) que sempre apoiou o Talibã e a Al Qaeda, e onde está a capital, Kabul.

O Secretário Rumsfeld reconheceu este problema quando disse que “nós não temos o tipo de conexões com alguns elementos no sul que eu teria que ter para ver progresso.”¹³

Estas alianças de conveniência são transitórias e, em vez de tratado e acordo, o que existe é uma barganha que tem um alto preço, como, por exemplo, o fato de a Aliança

do Norte ter bloqueado o despacho de milhares de tropas inglesas para tomar parte nas operações no Afeganistão. Quando um pequeno contingente de tropas inglesas aterrissou no Afeganistão, a Aliança do Norte imediatamente indicou que estas não tinham sido convidadas, o que transformou um plano de vanguarda ambicioso dos ingleses em um destacamento reduzido e solitário numa região na qual este “é visto pe-

los afeganes com olhos suspeitos...”¹⁴ Ao mesmo tempo, os uzbeks e tajiks avançaram em direção a Kabul, ocuparam a cidade e hoje dominam o governo Karzai em Kabul, um fato que eventualmente vai levar a mais violência.

As alianças internacionais

As alianças internacionais têm um outro caráter. A função principal deste tipo de aliança não é criar uma aliança militar como a do Golfo Pérsico e Iu-

goslândia, mas sim assegurar apoio moral e sanção para ações militares internacionais dos Estados Unidos e evitar a crítica das nações do globo e nas Nações Unidas.

A verdade é que, em vista do poder militar dos Estados Unidos, os americanos não desejam nenhuma aliança militar, que eles vêem como um impedimento ao modo de conduzir a guerra devido a opiniões divergentes dos aliados, como se deu nas operações na Iugoslândia. Daí a decisão de fazer da campanha no Afeganistão o mais possível uma operação *all-american*, sem

Um outro alvo é a região da tríplice fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, que é descrita pelas agências de inteligência como *Wild West*, onde crime, extremismo religioso e política estão ligados, e onde Bin Laden criou células para recrutar entre a população expatriada do Oriente Médio

as limitações impostas pela OTAN na guerra em Kosovo.

Mas mesmo assim é essencial para este tipo de aliança que a opinião mundial dê a sanção moral. Daí as consultas *pro-forma* com países amigos, dos quais o que se espera é pelo menos neutralidade, se aprovação total não é possível. Um porta-voz de influência internacional e com domínio perfeito da língua inglesa e diplomática também é essencial, como o primeiro-ministro inglês Tony Blair, que enfaticamente explicou e defendeu perante a comunidade internacional a operação americana no Afeganistão.

Existe também uma fórmula para obter consenso: a de não solicitar cooperação em casos que antecipadamente já se sabe que o país não dará permissão.

Por exemplo, aos líderes de Omã, da Arábia Saudita e do Egito nada foi pedido que antecipadamente já se sabia não ser atendível. Assim, as bases americanas na Arábia Saudita e no Paquistão não foram usadas porque os governos não foram solicitados a dar permissão, o que evitou votos negativos.

Uma outra fórmula de evitar votos negativos é a de aceitar contribuições de países que, por uma razão ou outra, ou não desejam participar ou não aprovam ação militar, como o uso de aeroportos somente para vôos de apoio mas não de ataques aéreos, ou de missões de salvamento, ou hospitais de campanha etc. Assim, os termos *unilateralismo* e *aliança* devem ser usados com qualificações, porque este

unilateralismo é grandemente dependente da sanção da comunidade internacional, e porque *alianças* também não têm o mesmo significado do passado, quando incluíam ações militares, mas no presente significam apenas uma pequena contribuição, um gesto e nada mais.

O número de nações que participam deste tipo de aliança internacional (como é repetidamente anunciado) não invalida a qualificação de que a ação é unilateral.

Na realidade, o que ocorre no presente é a manipulação destes dois termos para apaziguar a comunidade internacional.

Uma breve demonstração da exigência de sanção internacional e da manipulação descrita acima foi a necessidade da cobertura dos países da OTAN para as operações no Afeganistão.

Inicialmente, e com várias exceções, todos os países declararam apoio aos Estados Unidos e se prepararam para participar da luta contra o terrorismo. A Inglaterra declarou uma emergência para obter amplas leis contra o terrorismo e o Primeiro-Ministro Tony Blair

pediu ao Parlamento poderes emergenciais para a detenção de estrangeiros suspeitos de terrorismo. Trinta e cinco países ofereceram aviões, navios, soldados, hospitais de campanha, participação em missões de paz etc, para participar na luta contra o Talibã e a Al Qaeda.

Mas muito do que foi oferecido não foi usado.

Lentamente os europeus começaram a perceber que os Estados Unidos realmente nem

Os Estados Unidos estão à procura de uma base central na América do Sul. A Argentina está localizada muito ao sul, o Equador está na costa oeste da América do Sul, e a localização ideal, sob todos os aspectos, é uma base na costa leste da América do Sul, de preferência no Nordeste brasileiro

necessitavam de tal ajuda e nem a queriam. A oferta de *peacekeepers* e o socorro aos refugiados não foram aceitos no fim de novembro por ser muito cedo, e os Estados Unidos e a Inglaterra (com uma força de 6.000 homens em alerta por várias semanas) divergiram sobre a missão e a data para o uso de *peacekeepers*, enquanto os americanos in-

americanos, ao "desejarem construir uma aliança internacional contra o terrorismo, significava uma inclinação de trabalhar mais intimamente com os seus aliados..."; os europeus mudaram de opinião e "muitos agora pensam que estavam errados".¹⁶

Um esforço foi feito em tentar apaziguar os receios dos europeus, se a OTAN ainda

sistiam que suas forças não seriam usadas em *peacekeeping*, como asseverou a conselheira do Presidente Bush, Condoleezza Rice: tal missão deveria "ser deixada para os europeus, ou outros aliados, enquanto que o Pentágono se concentrava em treinar e lutar nas guerras da nação",¹⁵ uma frase infeliz que provavelmente foi enunciada sem consideração no momento, mas que na realidade define o termo *unilateralismo* atualmente melhor do que qualquer dicionário.

A nova ordem mundial

Assim, a nova ordem mundial é unilateral, sem necessidade de forças aliadas ou consideração de seus interesses. Os europeus expandiram esta atitude e a caracterizam de arrogante, más maneiras, simplificação de matérias muito complexas, e acreditam que os "Estados Unidos são tão poderosos que ninguém pode restringir", desiludidos como estão da falta de consulta e da percepção inicial na luta contra o terrorismo, de que os

As operações no Afeganistão deixaram bem claro que não existe no globo país algum cujas forças possam enfrentar as dos Estados Unidos em pé de igualdade. Esta é uma das razões pelas quais os Estados Unidos não estão interessados em aliados internacionais participando da guerra no Afeganistão ou das guerras futuras contra o terrorismo. Os europeus percebem que estão rapidamente se tornando poderes de segunda classe

é importante, mas mesmo assim incluiu uma admoestação de que a administração do Presidente Bush "vai continuar na guerra contra o terrorismo, com os aliados ou sem eles".¹⁷

Já se pode concluir que o ataque contra o Iraque vai ser essencialmente uma operação unilateral dos Estados Unidos (certamente com ajuda da Inglaterra), em vista da reação negativa de praticamente todos os países do globo, com exceção de Israel, mas provavelmente vai ser anunciado como uma ação da *aliança* nos termos descritos acima.

O novo modelo de conflito armado

O novo modelo de conflito armado é baseado no uso de alianças locais e regionais guiadas por forças especiais americanas (a fim de eliminar o tanto quanto possível o número de vítimas) e com apoio aéreo dos Estados Unidos.

Este modelo, que provavelmente vai ser usado em outras partes do globo, tem vários pontos fracos já identificados nas opera-

ções no Afeganistão, tais como: falta de controle completo da operação, execução vagarosa, contradições na execução de ordens e de comunicações, recusa das forças locais em aceitar ordens e tendência em alterá-las, retirada antecipada, negociações com o inimigo e missão não cumprida.

Estes problemas ocorreram no Afeganistão, razão pela qual nem Osama bin Laden, nem Mullah Muhammad Omar, líder do Taliban, nem a maioria da alta hierarquia da Al Qaeda foram capturados.

A maioria das forças de Bin Laden e do Taliban também desapareceram misteriosamente e se estabeleceram no Paquistão, e o boato é que os chefes dos clãs envolvidos nas operações em Tora Bora negociaram a fuga em função das relações de família e de interesses políticos.

O assalto em Tora Bora foi efetuado com o uso de grande número de forças afeganes e pequenos times de forças especiais americanas com apoio aéreo.

Sem o uso de americanos na linha de frente para inspecionar as grutas e cavernas devido aos altos riscos da missão, o resultado foi que um grande número de al-qaedistas escapou.¹⁸

Eventualmente, quando um general afegane aliado se retirou da luta ao encontrar oposição cerrada da Al Qaeda, forças americanas foram forçadas a liderar a batalha e a pedir reforços, enquanto que os aliados se recusaram a colaborar na procura de Bin Laden.

A extrema dependência nas forças aliadas locais para preservar vidas ameri-

canas é um dos problemas neste novo modelo de operações militares que impede que operações sejam concluídas e objetivos alcançados.

Neste modelo outros interesses também devem ser considerados, como por exemplo interesses pessoais, locais, e regionais que interferem com a visão e missão dos Estados Unidos e que se manifestaram nas operações no Afeganistão, um país que é realmente governado por chefes de vários clãs que controlam vastas áreas e lutam entre si para proteger e aumentar suas áreas de poder.

Enquanto que a meta dos americanos é a destruição da Al Qaeda e a captura de Bin Laden, a dos chefes regionais é a expansão de seus territórios e a preservação do contrato social existente entre os clãs, onde o inimigo do presente é o aliado do futuro.

Assim, enquanto as operações em Tora Bora demonstraram que, quando a maioria das forças do Taliban e

“Os Estados Unidos são o poder que luta, as Nações Unidas alimentam e a União Européia financia, enquanto forças européias, como no Afeganistão e nos Bálcãs, mantêm a paz.”

Steven Erlanger

os seus chefes tinham cruzado as fronteiras e os americanos insistiam na perseguição, os afeganes afirmaram que tinham cumprido os propósitos da missão, que as tropas estavam famintas e mal preparadas para enfrentar o inverno e anunciaram que “este é o último dia da Al Qaeda no Afeganistão... que não há mais necessidade de bombardeamento americano ... e que os afeganes têm a situação sob controle”.¹⁹ A divisão entre os interesses dos chefes regionais e destes e dos Estados Unidos é um dos problemas destas alianças de momento, pois demonstra que estas têm o poder de até um certo ponto controlar a missão.

A expansão das hostilidades

O outro problema é o da expansão das hostilidades aos países vizinhos.

A fuga das forças do Taliban e da Al Qaeda para o Paquistão colocou este país numa situação difícil devido ao problema com a Índia sobre a Caxemira, mas mesmo assim os Estados Unidos pressionaram o General Musharraf para permitir que forças americanas cruzassem a fronteira em busca dos militantes. Atualmente, um grande número de suspeitos se refugiou nas áreas tribais do Paquistão, onde nem as forças paquistanesas se aventuram, e qualquer escalada de hostilidades pode desestabilizar o governo Musharraf.

Este modelo é um dos que podem ser usados na atual guerra na Colômbia com infiltração de território brasileiro. Neste caso o Brasil se verá sob forte pressão americana para permitir operações de busca e erradicação e prover apoio militar.

A situação no Afeganistão ilustra perfeitamente o problema de conduzir guerras com forças aliadas de conveniência que não têm as mesmas metas dos Estados Unidos, e um dos resultados é que se torna impossível declarar vitória sem que a meta principal tenha sido atingida, ainda mais quando parece que a Al Qaeda se descentralizou e se dispersou nos países vizinhos.

NOVO MODELO: PRISONEIROS DE GUERRA

Na guerra contra o terrorismo, prisioneiros de guerra não mais existem, apenas *combatentes fora da lei*.

A rejeição da Convenção de Genebra pelos Estados Unidos levanta o problema da definição de quem é prisioneiro de guerra porque os quatro tratados que foram assinados em 1949 são considerados essenciais para as regras de tratamento de prisioneiros dos conflitos militares modernos.

Inicialmente, o governo americano defendeu a posição de que a definição nos artigos que cobrem prisioneiros de guerra não eram aplicáveis aos combatentes na guerra contra o terrorismo, embora o artigo 5 da Terceira Convenção de Genebra estipu-

pule que em caso de dúvida se o combatente é coberto ou não pelo artigo 4, este deve ser coberto pela Convenção até que o seu *status* possa ser determinado por tribunal competente.

Por outro lado, os soldados do Taliban eram combatentes regulares, estavam sob comando de oficiais superiores, carregavam as armas aberta-

mente, e o governo era reconhecido por alguns países.

Em vista das críticas e da pressão da comunidade internacional, o Presidente Bush decidiu que a Convenção se aplica ao Taliban mas não aos outros combatentes de vários países, decisão que em nada modifica o *status* anterior, porque a administração sempre asseverou que, de um modo geral, os prisioneiros estão sendo tratados de acordo com a Convenção.

Esta idéia de fazer distinção entre os tipos de prisioneiros não é nova: na Guerra do Vietnã, os vietnamitas do norte recebiam o *status* de prisioneiros de guerra, mas não os vietcongues, mas eventualmente ambos

O fator econômico de um país é então um dos principais para a modernização das forças armadas, e como não existe país com o poder econômico dos Estados Unidos, este será por muito tempo o poder hegemônico

foram resguardados pela Convenção como um meio de proteger forças americanas caso fossem capturadas pelos vietcongues.

É difícil de entender a razão destas regras porque a mesma razão que foi aplicada ao vietcongue também se aplica atualmente à guerra contra o terrorismo, uma vez que americanos também podem ser capturados pelo inimigo.

O *status* é relevante porque é relacionado ao tratamento dos prisioneiros.

A imagem dos prisioneiros chegados em Guantânamo em correntes, atados, cabeça coberta e colocados em jaulas é uma que não se tinha visto no Oeste há muito tempo, e as críticas foram tais que o Pentágono suspendeu o transporte de prisioneiros por algum tempo.

Igualmente significativo é o fato de que os prisioneiros não estão em território americano, onde os métodos de interrogatórios são bem protegidos por lei.

A questão de tortura é comumente realçada, e existem indícios de que prisioneiros são transferidos para países que permitem tortura para serem interrogados pelo FBI e pela CIA.

No momento, não se tem idéia do número de prisioneiros, de quem são os prisioneiros, das suas nacionalidades, do tratamento que recebem; suas famílias e governos não são notificados, não é permitido que tenham advogados e o tempo de detenção é indeterminado, e talvez perpétuo, mesmo que os acusados sejam julgados inocentes.²⁰

Assim, documentos como os da Convenção de Genebra, que foram negociados por longo tempo, e que representam o discernimento coletivo de experiência de

séculos de guerras atrozes, estão sendo modificados por um país hegemônico, e o serão também por outros países.

É neste cenário que entram os Tribunais Militares Especiais* criados pelo Presidente Bush.

Este é um sistema de justiça criminal paralelo que não é o mesmo do sistema de justiça militar tradicional.

Inicialmente, as regras também eram diferentes: a detenção podia ser ou em território americano ou fora deste; todas as punições eram as permitidas por lei, inclusive prisão perpétua e pena de morte; evidência era mantida secreta; o advogado de defesa era selecionado pelo Secretário de Defesa; 2/3 dos votos eram necessários para condenação; somente o presidente tinha o poder de conferir perdões e

suspensão de pena; o condenado não tinha direito de apelo em nenhuma corte nos Estados Unidos, em país estrangeiro ou tribunal internacional.²¹

Assim, as guerras do futuro vão se desenrolar tanto no planeta como no espaço

As críticas a esses tribunais secretos foram imediatas, desde os argumentos que a ordem violava as liberdades civis garantidas na Constituição aos argumentos que a ordem violava lei internacional e especialmente as Convenções de Genebra, que garantem o bom tratamento de prisioneiros de guerra.

Ainda mais, que tais tribunais criariam o risco de outras nações julgarem oficiais americanos por crimes de guerra e, igualmente relevante, a distinção entre os termos *combatentes legais* e *combatentes ilegais*.

Este último termo levanta não somente a questão de quem é *combatente ilegal* (termo aplicado em 1942 pela Corte Suprema dos Estados Unidos aos sabotadores

* N.R.: Veja "Justiça supranacional, história e política" na RMB 3º trim./2002, págs. 25 a 48.

alemães) como a interpretação da Casa Branca, que sustenta que terroristas não são *combatentes legais*.

O termo é delicado porque pode ser aplicado tanto a forças dos países que apóiam o terrorismo como às forças americanas engajadas em campanha contra tais países, como a forças especiais americanas que se infiltraram no Afeganistão disfarçadas em afegãos, as quais podem ser capturadas e designadas de *combatentes ilegais*.²²

Em vista da reação da comunidade internacional e da possibilidade de americanos serem capturados, e percebendo ser essencial assegurar que os prisioneiros recebam julgamento justo, a Casa Branca, em março de 2002, emitiu novas ordens que modificam as regras mais criticadas:

- a sentença de pena de morte agora requer unanimidade;

- o acesso da mídia à maioria dos processos é permitido;

- os acusados terão advogados militares

pagos pelo governo e também será permitido contratar advogados particulares;

- os acusados são considerados inocentes até prova do contrário; e

- a culpa tem que ser acima de qualquer dúvida razoável.

Outras regras continuam: não há jurados, boatos são aceitos como prova, revisão civil não existe, detenção ainda é indefinida e o Congresso não tem participação.²³

Estas não são as regras de tribunais militares tradicionais nem é o tratamento de prisioneiros como esperado e ao qual estamos acostumados.

Tribunais desta natureza omitem processo estabelecido e levantam suspeita mundial de que o processo meramente imita o

processo regular para finalmente aplicar a pena de morte.

Um dos resultados é que países europeus se recusam a extraditar prisioneiros para os Estados Unidos, como foi anunciado pela Espanha, que somente extradita suspeitos para serem julgados em corte civil. E o governo canadense está sob intensa pressão para trazer a público a transferência para os Estados Unidos de prisioneiros capturados pelos seus soldados.

Ainda mais problemático é decidir **onde estes tribunais vão ser conduzidos**.

Inicialmente se pensou usar uma base americana **fora do território** dos Estados Unidos, provavelmente Guantánamo, mas

o problema é que muitas destas bases em territórios alugados estão em países que proíbem a pena de morte.

Uma outra opção é conduzir os tribunais **em navios americanos** em alto-mar e em águas internacionais.²⁴

Deste modo, os países que ajudam esta

guerra contra o terror devem estar cientes que existem possibilidades de no futuro serem acusados de violarem regras internacionais, o que é o problema agora levantado no Afeganistão, que quer saber o destino dos prisioneiros capturados por forças aliadas.

Na queda de Bagram, as forças da Aliança do Norte executaram um grande número de prisioneiros e saquearam a cidade, e o mesmo se deu na marcha em direção a Kabul e nas operações na região do Norte, sem que os Estados Unidos pudessem ou desejassem intervir.

O único comentário veio do Secretário de Defesa Rumsfeld, de que “séculos após séculos, em alguns casos, cidades inteiras são eliminadas”.

Os atritos entre os europeus e os Estados Unidos estão se tornando cada dia mais claros e será uma questão de tempo para as tensões se elevarem

Mas também se fala no massacre pela Aliança do Norte, com o apoio de forças especiais americanas e inglesas, dos prisioneiros do Taliban que se revoltaram em Mazar-i-Sharif.²⁵

No que diz respeito a guerras, o Presidente Bush já transformou o cenário das regras legais de tratamento de prisioneiros de guerra, e outros países vão, sem dúvida, fazer o mesmo.

NOVO MODELO: EXPANSÃO DA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

A guerra contra o terrorismo, como definida pela Casa Branca, é uma guerra global que não pode perder impulso, e conseqüentemente tem que continuar além do Afeganistão, com a seleção de novos alvos.

Alguns já falam de um Império Americano como o único *superpower* que deve capitalizar na vitória no Afeganistão para unificar o globo na luta contra vários tipos de perigo e daí a necessidade de definir a próxima campanha.

No presente, qualquer país que tenha grupos desafetos dos quais deseja se ver livre pode pedir ajuda dos Estados Unidos e alegar uma luta contra o terrorismo.

A Presidente Arroyo, das Filipinas, alegou esta razão para receber vários tipos de ajuda militar e econômica a fim de derrotar o grupo Abu Sayyaf, considerado o menor, mas o mais militante dos grupos separatistas islâmicos.

Israel invoca a guerra contra o terrorismo para ocupar West Bank e Gaza e recebe aprovação dos Estados Unidos.

A Indonésia é um país com população de 220 milhões de habitantes e grande maioria islâmica, no qual os Estados Unidos desejam ter uma entrada porque suspeitam que grupos locais estejam ligados com a Al Qaeda. Todavia, a frustração é que a Presidente Megawati não tem requisitado ajuda americana e o Pentágono, que deseja treinar os militares indonésios, não pode iniciar contatos devido à lei que proíbe qualquer assistência militar até que o exército aceite a responsabilidade pelas mortes de civis do Timor Leste em 1999.

Sob os mesmos pretextos, os Estados Unidos estão agora treinando tropas no Iêmen.

Os macedônios já consideraram a luta contra a minoria albanesa como luta contra o terrorismo, e a Argélia já requisitou assistência militar pelas mesmas razões.

De uma forma ou de outra, em todos estes países não existe nes-

te momento a possibilidade de que uma luta da magnitude daquela no Afeganistão vá ocorrer, mas estas ajudas podem ser usadas para virtualmente dar a impressão de que a guerra contra o terrorismo está sendo conduzida com todo ardor.

Os alvos não são somente os países que requerem ajuda americana, mas também aqueles que a administração seleciona por si mesma em várias partes do globo, uma das quais é a América do Sul.

A guerra na Colômbia está mudando de guerra contra narcóticos para guerra contra o terrorismo, com o pedido financeiro do Presidente Bush ao Congresso de ajuda direta ao governo colombiano para a luta contra as Forças Armadas Revolucionárias.

“Leis internacionais e regras são incertas e onde a verdadeira segurança e defesa ... depende de posse e uso de poder militar”

Hobbes

nárias da Colômbia, as quais já foram designadas terroristas.²⁶

Um outro alvo é a região da tríplice fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, que é descrita pelas agências de inteligência como *Wild West*, onde crime, extremismo religioso e política estão ligados, e onde Bin Laden criou células para recrutar entre a população expatriada do Oriente Médio.

Esta expansão requer que os Estados Unidos tenham bases em várias partes do globo, medida que já está adiantada na Ásia Central. No Uzbequistão existem tropas americanas desde 1999, com Green Berets cultivando amizade com as

elites políticas e militares com o fim de desviar o foco destes países da Rússia para os Estados Unidos, e no Kyrgyzstan uma base foi criada, com aproximadamente três mil homens e acomodações para aviões de combate e de transporte.²⁷ No Oriente Médio bases estão sendo sigilosamente criadas nos pe-

quenos emirados para contrabalançar a perda quase certa das bases na Arábia Saudita. E os Estados Unidos estão à procura de uma base central na América do Sul. A Argentina está localizada muito ao sul, o Equador está na costa oeste da América do Sul, e a localização ideal, sob todos os aspectos, é uma base na costa leste da América do Sul, de preferência no Nordeste brasileiro.

E novas razões estão sendo articuladas para lançar um ataque contra o terrorismo. Uma delas é considerar ação militar em regiões sem lei como na Somália, e em áreas do Iêmen, Indonésia e Filipinas; uma outra é contra *failed states* (estados que falha-

ram), principalmente na África, e contra estados que tentam desenvolver armas de destruição em massa.

Todas estas definições caminham lentamente para atingir o alvo principal, que é o Iraque, o qual é parte do chamado *Axis of Evil*, que compreende Iraque, Irã e Coreia do Norte.

Após a luta contra a Al Qaeda, o caso do Iraque é o que mais preocupa a atenção da Casa Branca.

De um modo ou de outro, os Estados Unidos vão invadir o país sob muitos pretextos, pretextos que podem também ser aplicados contra alguns dos países vizinhos.

O caso contra o Iraque não é somente devido às inspeções das Nações Unidas, porque o estado de Israel também se recusa a obedecer às Resoluções das Nações Unidas e todos sabem que o país tem um programa atômico mas se recusa a permitir inspeções.

O que não é tolerado é o fato de que o primeiro Presidente Bush não eliminou o regime de Saddam Hussein.

Verdade seja dita, todavia, que o mandato das Nações Unidas foi somente para expulsar o Iraque do Kuwait, não para conquistar o Iraque.

Mas esta decisão, baseada na legitimidade das Nações Unidas, é totalmente ignorada pela alta administração. A administração, apesar de ter procurado por todos os meios ligar o Iraque ao ataque de 11 de setembro ou ao ataque de antraz em Nova Iorque, falhou em encontrar provas, e quanto à produção das chamadas "armas de destruição em massa", ainda tem que ser com-

A Casa Branca também começou a perceber que a Europa não pode ser deixada de lado por muito tempo, do contrário pode estabelecer um poder adversário ao dos Estados Unidos

provado, embora vá ser sobre este último pretexto que o Iraque vai ser invadido.

Nos círculos mais altos da administração, existem algumas personalidades de grande influência que estão puxando para uma operação militar baseada no mesmo modelo do Afeganistão: uso de forças rebeldes locais, forças especiais e bombardeamento aéreo americano, apoio dos países vizinhos e apoio moral pelo menos da Europa, China, Rússia e de países árabes. A outra versão é empregar uma força de aproximadamente 250 mil homens, com missões aéreas devastadoras, e que possa invadir o Iraque a partir dos países vizinhos.²⁸

O ataque vai ser levado avanti porque é um ponto de honra para o Presidente Bush; daí nada se pode esperar de diplomacia.

E o ataque vai ocorrer independentemente da falta de apoio mundial.

Os países e as regiões essenciais para apoio moral e material já se manifestaram contra: a Liga Árabe, que se reuniu em março de 2002, declarou apoio ao Iraque após o pacto entre Iraque e Kuwait e recebeu de braços abertos o representante iraquiano, e o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, pessoalmente, selou em público o retorno do Iraque às nações árabes com o tradicional abraço de boas-vindas ao seu representante.

O ministro de Defesa da Rússia, Sergei B. Ivanov, declarou que Moscou não apóia a extensão da guerra contra o terrorismo ao Iraque, e que qualquer ataque deve ter a sanção das Nações Unidas.

A China também se opõe.

Os sauditas e o Rei Abudhala, da Jordânia, além de não apoiarem qualquer

ataque, também não permitem o uso de seus territórios como bases, e talvez nem cruzar o espaço aéreo.

A Comunidade Européia também é contra qualquer ataque e o ministro de Relações Exteriores da Alemanha advertiu a administração do Presidente Bush "não tratar aliados dos Estados Unidos como estados satélites num novo império, ou agir unilateralmente contra países como o Iraque...". Acima de tudo, os kurdos, no norte do Iraque, não desejam se envolver em operações na região, e um de seus líderes declarou que "os kurdos se opõem a qualquer atentado para depor Saddam Hussein".²⁹

Os países "ou estão conosco ou contra nós, e se forem contra nós vão pagar [alto] preço, ... e isso é unilateralismo"

Presidente *Bush*

NOVO MODELO: PODER MILITAR NA ERA DE GUERRA ESPACIAL

O poder militar dos Estados Unidos não resulta somente, e nem está totalmente dependente, do que acaba-

mos de percorrer. Na realidade, o seu poder emana da tecnologia militar que se desenvolveu desde a Guerra do Golfo Pérsico e das operações na Iugoslávia. E agora está preparado para se projetar numa velocidade galáctica que já deixou, e vai deixar ainda mais, para trás todos os outros países do globo, cujo poder militar vai ser distorcido.

As operações no Afeganistão deixaram bem claro que não existe no globo país algum cujas forças possam enfrentar as dos Estados Unidos em pé de igualdade. A lacuna entre as forças dos Estados Unidos e da OTAN foi claramente mostrada nas operações na Iugoslávia e no Afeganistão, e esta é uma das razões pelas quais os Estados Unidos não estão interessados em aliados internacionais participando da guer-

ra no Afeganistão ou das guerras futuras contra o terrorismo.

O fato se deve a que os países europeus não modernizaram as suas forças militares e nem desenvolveram tecnologia que possa ser comparada à dos americanos.

Esta lacuna se manifesta em várias áreas.

A primeira é a do investimento financeiro nas Forças Armadas dos Estados Unidos, que é de 296,4 bilhões de dólares (3% do PNB), seguido pela Inglaterra, 35,2 bilhões (2,5% do PNB), seguidos pela França, Alemanha, Itália, Turquia etc, e daí para baixo. Os europeus percebem que estão rapidamente se tornando poderes de segunda classe porque suas forças não podem ser movimentadas rapidamente, não podem reabastecer aviões em voo, não podem usar equipamento de precisão guiado por satélites (*precision-guided weapons*) e não podem operar com radar em campos de batalha dirigidos do espaço porque não têm armas espaciais.

Esta discrepância é tão grande que o uso de tais forças com as dos Estados Unidos acaba causando o caos.

O que existe é uma divisão de mão-de-obra na OTAN, na qual os americanos lutam e os europeus seguem para organizar e manter a paz, daí o clichê que se ouve na Europa: "os Estados Unidos são o poder que luta, as Nações Unidas alimentam e a União Européia financia, enquanto forças européias, como no Afeganistão e nos Bálcãs, mantêm a paz."³⁰

Se esta é a situação com a Europa Ocidental, pode-se bem imaginar a situação das forças militares de outros países.

O fator econômico de um país é então um dos principais para a modernização das forças armadas, e como não existe país com o poder econômico dos Estados Unidos, este será por muito tempo o poder hegemônico.

Daqui em diante, a tecnologia mais avançada vai ser essencial para assegurar sucessos militares. Mas as armas que talvez possam assegurar a vitória serão muito diferentes das que foram usadas até a Guerra no Vietnã, e armas nucleares, radiológicas e químicas serão um dos componentes da guerra

do futuro para proteger os Estados Unidos.

A recente revisão da postura nuclear pelo Pentágono cita a necessidade de considerar novas armas atômicas de baixo nível explosivo que produzam menos partículas radioativas na atmosfera, e desenhadas especialmente para diversos alvos, como instalações subterrâneas, incluindo depósitos de armas químicas e biológicas para atingir países como Iraque, Irã, Líbia,

Síria, Coréia do Norte, China – se necessário – e a Rússia numa possível contingência.

O Pentágono descreve estas armas como *sistemas ofensivos de ataque* para serem usados em "alvos não nucleares capazes de resistir a ataques não nucleares."³¹

Se este plano se concretizar, as guerras do futuro serão uma combinação do trio de armas nucleares, armas não nucleares e ataque com armas nucleares para aniquilar armas de destruição em massa.

Estas armas terão um poder redobrado porque vão ser dirigidas do espaço.

As forças militares americanas têm planos para um "arsenal variado no espaço...

Ao demolir a ordem do passado, a que está sendo criada não tem os pré-requisitos para manter a paz; ao contrário, vai inaugurar uma era de lutas, submissão e um novo tipo de imperialismo. Neste processo já se identifica os que estão perdendo o poder: as Nações Unidas

com microssatélites capazes de sabotar satélites inimigos com poderosos raios de microondas, varas de metal (*flechettes*) que teoricamente podem ser lançadas do espaço para destruir alvos na Terra e canhões com raios *laser* para eliminar qualquer alvo no planeta”.

O produto mais recente desta tecnologia satélica é o *Warfighter I*, um satélite pequeno que é na realidade de uma câmara fotográfica extremamente poderosa que produz novas possibilidades para vigilância global, tais como a capacidade de discernir se um tanque está sob uma árvore ou se está coberto com camuflagem ou pintado para não parecer ser tanque; nada escapa deste satélite, por mais que se tente.

O espaço então será a última fronteira, e com tal tecnologia os Estados Unidos têm um domínio global da guerra espacial, isto é, domínio completo do espectro (*global battlespace dominance*, ou *full spectrum dominance*).

Este domínio assegura o controle estratégico do terreno mais elevado que permite o uso livre do espaço para atacar não somente o planeta, mas também negar o uso do espaço para outras nações.

Assim, as guerras do futuro vão se desenrolar tanto no planeta como no espaço.³²

A pergunta fundamental é se estas armas serão usadas para proteger de um ataque contra os Estados Unidos ou serão

usadas por estes para um ataque antecipado, “incluindo conflitos com adversários não nucleares”.

Os Estados Unidos não garantem que não serão os primeiros a atacar com armas nucleares de baixa intensidade.³³

O Presidente Bush já anunciou a nova doutrina de segurança estratégica dos Estados Unidos de serem os primeiros a ataca-

car nações que apóiam o terrorismo e as em busca de armas de destruição em massa (*pre-emptive strikes*).

No caso do Iraque, já existem ordens para as forças especiais e da CIA liquidarem Saddam Hussein em caso de autodefesa.³⁴

Nestas operações de intervenção armada, os Estados Unidos esperam colaboração da Rússia e de outros países.

O problema é que, uma vez que os Estados Unidos produzam tais armas e apliquem tal doutrina, outros países farão o mesmo, e aí voltamos ao terror da Guerra Fria, com uma corrida de armamentos

que será não somente para ataque, mas também para defesa.

OS LIMITES DO PODER

No momento, todas as vias levam a Washington, do mesmo modo que no passado todas as vias levavam a Roma. Washington está em controle da geopolítica mundial, da economia e do poder militar.

O Brasil deve levar em consideração as novas estratégias e decidir como deve se defender destas se forem alguma vez usadas contra o País. Deve também reavaliar a estruturação das Forças Armadas nesta chamada Quarta Idade Militar, para melhor defender o território nacional, e considerar a importância da nova tecnologia militar, principalmente a tecnologia espacial

Deste modo, pode-se dizer que a comunidade internacional está retornando à época de impérios porque país tão dominante como os Estados Unidos não tem aparecido na "história do mundo desde o Império Romano".³⁵

Existem limites a este poder?

Não no momento, mas podem aparecer no futuro, apesar da disparidade tecnológica.

Existem exemplos na história de civilizações, e não precisamos ir tão longe como no tempo dos assírios, de Alexandre da Macedônia, Roma, ou Gengis Khan. Aos conhecedores de história mundial imediatamente vem à mente o exemplo de Napoleão Bonaparte (seguido pelos alemães na Segunda Guerra Mundial), que conquistou a Europa de modo assombroso com um exército invencível e sem inimigos à altura, mas que eventualmente foi derrotado pela coalizão de forças que individualmente nunca poderiam alcançar vitória e por erros estratégicos como permitir ser imobilizado no inverno russo.

Um exemplo ainda mais recente é o de Bismarck ao criar o Segundo Reich. Após a unificação de 1871, a Alemanha de Bismarck era mais poderosa do que qualquer outra nação na Europa, mas ao mesmo tempo era ameaçada pelo ressentimento de todas. Em 1877, Bismarck decretou uma *regra de ferro* para a política exterior da Alemanha ao criar uma "situação política na qual todos os países precisam de nós e devem ser o mais possível impedidos de criarem coalizações contra nós".³⁶

O fim do Segundo Reich é bem conhecido.

Este modelo é o chamado *hub and spokes*: os Estados Unidos no centro e os outros países individualmente mais ligados

aos Estados Unidos do que entre si, como os raios de uma roda ligados ao centro.

Entre Napoleão e Bismarck há muito o que aprender.

O poder aéreo tem um outro limite, que é operar a grandes altitudes, com função importantíssima em certos tipos de guerra, não podendo entretanto assegurar vitória total no solo a não ser que seja seguido por forças de ocupação. Do contrário, o que se vê são as forças inimigas em retirada organizada à espera do momento oportuno para atacar, que é o modo pelo qual a Al Qaeda e o Talibã estão operando.

Além do mais, os erros humanos em dar coordenadas para os alvos ou a inteligência errada ou maliciosa, que acabam atingindo

alvos errados, produzem ressentimento entre a população, que pode se tornar antiamericana, como é o caso no Paquistão.

Os Estados Unidos já estão enfrentando este problema no Afeganistão, com centenas de mortes civis devido a vários tipos de erros nas operações

aéreas e com uma reação da população que pode prejudicar o governo Karzai. Uma das consequências é que o governo afegane deseja ter uma função mais ampla nas operações militares, e se tal não ocorrer, o ministro das Relações Exteriores já declarou que "ele não mais pode ter parte" nos ataques aéreos.³⁷

Outro limite do poder é a comunidade internacional. Os atritos entre os europeus e os Estados Unidos estão se tornando cada dia mais claros e será uma questão de tempo para as tensões se elevarem.

Uma das razões é a quase unanimidade dos países europeus contra um ataque uni-

As necessidades do poder hegemônico são tais que este pode atingir todos os países do globo, e qualquer esperança de uma volta ao passado deve ser posta de lado

lateral contra o Iraque sem consultar as Nações Unidas, que se for avante os europeus e um bom número dos países do globo podem retirar o apoio moral tão essencial para o poder hegemônico e podem recusar qualquer forma de ajuda. No Oriente Médio, os Estados Unidos estariam sozinhos, com exceção dos pequenos emirados com bases disponíveis e de Israel, que não pode dar ajuda alguma aos americanos sem incitar rebeliões nos países árabes que podem derrubar os governos do Egito, da Jordânia e talvez da Arábia Saudita. O atri-

to é também entre os Estados Unidos e as Nações Unidas. Embora seja quase certo que o Conselho de Segurança vá aprovar uma Resolução para o retorno de inspetores, uma segunda Resolução para invadir o Iraque será mais difícil e o Conselho de Segurança talvez não tenha votos para apoiar um ataque unilateral. Neste impasse, a comunidade internacional possivelmente poderá adotar o modelo descrito anteriormente, de contribuir com algo que não esteja diretamente ligado a ações militares, enfim, uma aliança transitória e de conveniência. Este método, todavia, não é a forma mágica encontrada para validar ações unilaterais. Além disso estas alianças de momento serão mais difíceis de serem construídas, porque à medida que a guerra contra o terrorismo e os países considerados inimigos se expande, países que costumeiramente dão auxílio vão começar a sofrer da *fadiga de guerra contra o terrorismo* e de serem manipulados para aderir a alianças de momento. Esta possibilidade se torna mais real prin-

cipalmente se a presente situação econômica se tornar uma depressão mundial.

Uma outra razão é a irritação crescente dos europeus com a Casa Branca, ao perceberem um desprezo dos americanos por uma Europa mais fraca, e que está produzindo pressão para maior unidade europeia. Os interesses também estão divergindo e "subitamente a percepção de que as relações mudaram". E mesmo os mais leais aos Estados Unidos estão se expressando numa linguagem inconcebível até 11 de setembro a respeito do modo como este

país maneja a Corte Internacional de Crimes, da obsessão em atacar o Iraque, da deterioração das relações entre palestinos e israelenses e das exigências impostas a Yasser Arafat.

A Europa é muito mais multilateralista do que os Estados Unidos devido às guerras do passado, enquanto os Estados Unidos seguem um unilateralis-

mo hobbesiano, no qual "leis internacionais e regras são incertas e onde a verdadeira segurança e defesa ... depende de posse e uso de poder militar".

Existe o mito de que os valores dos Estados Unidos e da Europa são os mesmos, mas a verdade é que são civilizações diferentes e com valores e visões do mundo também diferentes. Como disse um autor, "é sobre história e cultura".³⁸

Um outro problema é o fato de que a visão dos Estados Unidos de ser a Jerusalém na colina e o mais virtuoso dentre todos os países, aliada ao seu poderio econômico e militar, impede o desenvolvimento de modelos de como negociar a paz. O

O Brasil é um país de poder médio que mantém a balança na América do Sul, e como tal deve se preparar para o futuro, sempre tendo em mente que a proteção do território brasileiro vem em primeiro lugar

método de caracterizar o oponente e o sistema como diabólicos elimina de imediato qualquer possibilidade de solução pacífica, que, além disso, leva à conclusão de que o regime tem que ser deposto.

E como fazer a paz sem o apoio da comunidade internacional quando esta é necessária para legitimar os governos, ou países, criados pelo poder militar dos Estados Unidos?

Alianças não podem sobreviver se o interesse próprio é somente o dos Estados Unidos.

A Casa Branca está começando a perceber que não pode manter uma guerra mundial contra o terrorismo sem ajuda de aliados, razão pela qual o Secretário de Defesa Rumsfeld sugeriu aos membros da OTAN que o fim da Guerra Fria modificou o conceito de fronteiras, "do que está dentro e do que está fora ..." e propôs aos seus membros que a OTAN seja usada fora das fronteiras da Comunidade Européia e que mudem o foco e os recursos para combater o terrorismo através do globo, enfim, "se preparar agora para as guerras do futuro". A Casa Branca também começou a perceber que a Europa não pode ser deixada de lado por muito tempo, do contrário pode estabelecer um poder adversário ao dos Estados Unidos.³⁹

Qual é então o lugar dos Estados Unidos no globo? As opiniões variam de novo imperialismo a império, a maior cooperação. Para muitos, a decolonização dos anos 40 e 50 criou um vácuo de poder na maior parte do globo, e desde que poder é a moeda em circulação no sistema internacional, os "Estados Unidos devem usá-lo quando julgar necessário"; para outros, a grande preponderância dos Estados Uni-

dos pode torná-lo "não mais seguro, mas menos seguro".⁴⁰

E qual é a posição dos outros países no globo e a repercussão para as forças armadas nacionais?

A curto prazo, os europeus e a Rússia vão estar sob grande pressão para levar avante a guerra global contra o terrorismo. Os países de poder médio, e aqui se encontra o Brasil, naturalmente, não podem dizer que não apóiam a luta contra o terrorismo, mas o melhor é deixar que os países voluntários se desempenhem da missão.

Mas os países do globo devem considerar o fato de que, desde que a guerra contra o terrorismo é universal e sem fim, o problema é que se uma conflagração ocorre em países vizinhos, os Estados Unidos vão exigir cooperação como exigiram do Paquistão.

Na América do Sul, o problema é a guerra na Colômbia, que tem todas as características para infiltrar os países

O Brasil não deve ficar sempre mirado nos Estados Unidos

vizinhos. Em relação a isso, os Estados Unidos já declararam a intenção de expandir a guerra em duas frentes: contra as guerrilhas que já foram identificadas como terroristas e contra os traficantes de drogas.

O embaixador colombiano nos Estados Unidos já declarou que a Colômbia também está lutando contra o terrorismo e que as guerrilhas são de fato terroristas porque assaltam civis.⁴¹

Se a luta realmente se espalhar, os países vizinhos vão ser convidados a tomar parte em troca de ajuda militar, ou arriscarão a ira dos Estados Unidos e entrarão na lista dos que apóiam o terrorismo: como diz o Presidente Bush, os países "ou estão conosco ou contra nós, e se forem contra nós vão pagar [alto] preço, ... e isso é unilateralismo".⁴²

O Brasil será um dos países que terão que responder a estas questões.

CONCLUSÃO

A nova ordem mundial já foi definida pelos Estados Unidos com os vários modelos estratégicos.

Neste processo, os Estados Unidos estão demolindo as instituições tradicionais que conseguiram manter a paz durante a Guerra Fria e as que tinham sido desenvolvidas através de séculos como meios de prevenir lutas e destruição.

Mas, ao demolir a ordem do passado, a que está sendo criada não tem os pré-requisitos para manter a paz; ao contrário, vai inaugurar uma era de lutas, submissão e um novo tipo de imperialismo. Neste processo já se identifica os que estão perdendo o poder: as Nações Unidas, que inicialmente foram postas de lado e eventualmente consultadas para permitir a criação de uma *aliança de conveniência*, mas com uma autoridade mais diminuída e destinadas a encontrar muitos desafios no futuro; as ONGs que não vão ser usadas pela Casa Branca e assim perdem parte de seus poderes; a OTAN, que no momento é irrelevante e que carrega uma ironia profunda, que é a sua incapacidade de participar no novo modelo de guerras devido ao atraso tecnológico de suas forças armadas, ao mesmo tempo que o país líder da OTAN desenvolveu um arsenal assombroso.

Mas a OTAN pode ser usada para agir em outras partes do globo que não a Europa Ocidental, como o Secretário Rumsfeld sugeriu, e nesse caso devemos estar preparados para uma nova versão de imperialismo ocidental.

Assim, as estratégias do passado devem ser reconsideradas e adaptadas às necessidades do presente e do futuro próximo, de acordo com a visão que a sociedade

de tem para o futuro, de acordo com as necessidades de proteger o território nacional, de acordo com o grau desejado de participação no cenário mundial, e de como o país deseja, ou não, se entrosar na política internacional.

O Brasil não deve ficar sempre mirado nos Estados Unidos.

Na época de Napoleão e Bismarck, não havia uma Rússia e uma China com armas atômicas, países que no presente, se puxados ao extremo, podem se virar contra o Oeste.

O Brasil deve levar em consideração as novas estratégias e decidir como deve se defender destas se forem alguma vez usadas contra o País. Deve também reavaliar a estruturação das Forças Armadas nesta chamada Quarta Idade Militar, para melhor defender o território nacional, e considerar a importância da nova tecnologia militar, principalmente a tecnologia espacial.

É bem possível que jamais vejamos guerras como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, mas, por outro lado, o futuro parece bem incerto, tanto porque a ordem do passado não mais funciona como a nova ordem pode produzir caos.

As necessidades do poder hegemônico são tais que esta pode atingir todos os países do globo, e qualquer esperança de uma volta ao passado deve ser posta de lado.

As mudanças que estamos observando são penetrantes porque já estão sendo postas em vigor, e mesmo se as mudanças atuais não se tornarem efetivas, certamente vão ser adaptadas no futuro. Neste ponto deve-se considerar que mesmo depois de Napoleão Bonaparte ter sido derrotado e morto, as mudanças causadas por ele nunca puderam ser totalmente erradicadas, nem mesmo pela Santa Aliança.

A América Latina, queira ou não, vai ser chamada a participar, principalmente se a ALCA for adiante, porque os Estados

Unidos consideram a luta contra o terrorismo como a luta contra o comunismo e esperam o apoio e a participação de toda a América Latina.

O Brasil é um país de poder médio que mantém a balança na América do Sul, e como tal deve se preparar para o futuro, sempre tendo em mente que a proteção do território brasileiro vem em primeiro lugar e tem prioridade sobre operações internaci-

onais que resultam de política na qual o Brasil não teve e não tem participação alguma. Acima de tudo, deve relembrar, como os europeus tardiamente estão se dando conta, que a civilização, a cultura e a visão universal do Brasil não são as mesmas dos Estados Unidos.

Na realidade, nós estamos mais próximos dos europeus do que dos Estados Unidos.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Guerras do futuro /; Nova Ordem Mundial;

**As coisas têm a dimensão
que nós atribuímos. Extraia o
máximo das pequenas vitórias
e elas transformar-se-ão em
grandes acontecimentos.**

REFERÊNCIAS

1. Garner, Lydia Magalhães Nunes. "A questão de tratados tendo em vista a soberania dos estados nacionais", Conferência, Escola Superior de Guerra, 22 de agosto de 2000, Rio de Janeiro.
2. Rumsfeld, Donald "Transforming the Military", *Foreign Affairs*, Vol. 81, n. 3 (May/June 2002), pp. 20-32.
3. Krepinevich, Andrew. In Bill Keller, "The Fighting Next Time", *New York Times Magazine*, março de 2002, Seção 6, pp. 36, 37.
4. Bumiller, Elisabeth. "Bush Says War May Go Beyond Afgan Border", *New York Times*, 22 de novembro de 2001, p. B2; Purdum, Todd S. e Sanger, David E. "2 Top Officials Offer Stern Talk on U.S. Policy", *New York Times*, 2 de fevereiro de 2002, pp. A1, A8.
5. Gordon, Michael R. "Cheney Rejects Criticism By Allies Over Stand on Iraque", *New York Times*, 16 de fevereiro de 2002, p. A6.
6. Worth, Robert F. "A Nation Defines Itself By Its Eveil Enemies," *New York Times*, 24 de fevereiro de 2002, seção 4, p. 1.
7. Garner, Lydia Magalhães Nunes. "A Amazônia e os interesses estrangeiros, do Segundo Reinado ao desafio da Nova Ordem Mundial", In *A Defesa Nacional*, Ano LXXXIII, N. 777, Jul/Ago/Set 97, p. 22.
8. Brzezinski, Zbigniew. Conselheiro do Presidente Carter para segurança nacional, recentemente expressou esta opinião num artigo publicado no *New York Times* no mês de agosto de 2002.
9. Garner, "A Questão de Tratados Tendo em Vista a Soberania Dos Estados Nacionais".
10. Sanger, David E. "U.S. Restates Its Stand On Missiles In China", *New York Times*, 5 de novembro de 2001, p. Y3; "China Bluntly Rebukes U.S. Over Nuclear Policy Review", *New York Times*, 17 de março de 2002, p. 8 yne.
11. Neil A. Lewis, "U.S. Is Set to Renounce Its Role in Pact for World Tribunal", *New York Times*, 5 de maio de 2002, p. Y8; Shanker, Thom. "Administration Says Russia Is Preparing Nuclear Tests", *New York Times*, 12 de maio de 2002, p. Y4; Singer, David E. "Before and After Bush and Putin's Banter, No Agreement on Missile Defense", *New York Times*, 16 de novembro de 2001, p. A8; Miller, Judite. "When Is Bomb Not a Bomb? Germ Experts Confront U.S.", 5 de setembro de 2001, p. A5; Revkin, Andrew C. "Climate Talks Come Down Ro Hanggling Over Details", *New York Times*, 9 de novembro de 2001, p. A9.
12. Thompson, Ginger. "Fox Urges Scrapping of 54-Year Treaty Between U.S. and Mexico", *New York Times*, 8 de setembro de 2002, p. A6.
13. Gordon, Michael R. "Alliances of Convenience", *New York Times*, 23 de outubro de 2001, pp. A1, B3.
14. Gordon, Michael R. "Afagans Block Britain's Plan for Big Force", *New York Times*, 20 de novembro de 2001, pp. A1, B4.
15. Schmitt, Eric e Dao, James. "Bush Administration Says It's Too Early to Deploy International Peacekeepers", *New York Times*, 1^a de dezembro de 2001, p. B2; Gordon, Michael R. "U.S. and Britain at Odds Over Use and Timing of Peacekeeping Troops", *New York Times*, 2 de dezembro de 2002, p. B4.
16. Erlanger, Steven. "Europe Seethes as the U.S. Flies Solo in World Affairs", *New York Times*, 23 de fevereiro de 2002, p. A8.
17. Erlanger, Steve. *New York Times*, "U.S. Officials Try to Assure Europeans On NATO", 3 de fevereiro de 2002, p. Y7.
18. Frantz, Douglas. "Qaeda Survivors by the Hundreds said to Disappear", *New York Times*, 19 de dezembro de 2001, pp. A1, B3.
19. Gordon, Michael R. "One War, Differing Aims", *New York Times*, 18 de dezembro de 2001, pp. A1, B3.

20. Chandrasekaran, Rajiv e Finn, Peter. "U.S. quietly rounds up terror suspects with countries' aid", *Austin American-Statesman*, 17 de março de 2002, pp. A21, A22; Katharine Q. Seelye, "Rumsfeld Backs Plan to Hold Captives Even if Acquitted", *New York Times*, 29 de março de 2002, p. A12.
21. "Bush to Subject Terrorism to Military Trials", *The New York Times*, pp. A1, B8, 14 de novembro de 2001.
22. Glaberson, William. "Critics' Attack On Tribunals Turns to Law Among Nations", *The New York Times*, 29 de dezembro de 2001, pp. B1, 6.
23. Seelye, Katharine Q. "Government Sets Rules for Military on War Tribunals", *New York Times*, 21 de março de 2002, pp. A1, A15.
24. Kraus, Clifford. "Canada's Transfer of Prisoners to U.S. Roils Politicians", *The New York Times*, 5 de fevereiro de 2002, p. A13.
25. Burns, John F. "P.O.W.' Were Shot: Question is How Many", *New York Times*, 14 de novembro de 2001, p. B3; Rhode, David. "Executions of P.O.W.'s Cast Doubts On Alliance", *New York Times*, 13 de novembro de 2001, p. B1; Gall, Carlotta. "Alliance Declares Revolt is Crushed", 28 de novembro de 2002, pp. A1, B3.
26. Marquis, Christopher. "U.S. to Explore Aid to Colombia, Citing Threat to Terrorism", *New York Times*, 3 de março de 2002, p. Yne 6.
27. Schmitt, Eric e Dao, James. "U.S. is Building Up Its Military Bases in Afghan Region", *New York Times*, 9 de janeiro de 2002, pp. A1, A10.
28. Schmitt, Eric. "U.S. Plan for Iraq is Said to Include Attack on 3 Sides", *New York Times*, 5 de julho de 2002, pp. A1, A6.
29. Erlanger, Steven. "German Joins Europe's Cry That the U.S. Won't Consult", *New York Times*, 13 de fevereiro de 2002, p. A14; Burns, John F. "Kurds, Secure in North Iraq, Are Cool to a U.S. Offensive", *New York Times*, 8 de julho de 2002, pp. A1, A7.
30. Erlanger, Steven. "Europe's Military Gap", *New York Times*, 16 de março de 2002, p. A1, A4.
31. Gordon, Michael R. "Nuclear Arms: For Deterrence or Fighting?", *New York Times*, 11 de março de 2002, pp. A1, A8; Gordon, "U.S. Nuclear Plan Sees New Targets and New Weapons", *New York Times*, 10 de março de 2002, pp. A1, A6.
32. Jack Hitt, "Battlefield: Space", *The New York Times Magazine*, 5 de agosto de 2001, pp. 30-35, 55-56, 62-63.
33. Sanger, David E. "Thinking the Unthinkable, Again", *New York Times*, 18 de março de 2002, p. A6.
34. Sanger, David E. "Bush To Formalize a Defense Policy of Hitting First", *New York Times*, 17 de junho de 2002, pp. A1, A6.
35. Eakin, Emily. "All Roads Lead to D.C.", *New York Times*, 31 de março de 2002, p. 4 wk.
36. Joffe, Josef. "Bismarck's Lessons for Bush", *New York Times*, 20 de maio de 2002, p. A21.
37. Dexter Filkins, "Flaws in U.S. Air War Left Hundreds of Civilians Dead", *New York Times*, 21 de julho de 2002, pp. A1, A12.
38. Erlanger, Steven. "Europe as Competitor", *New York Times*, 21 de julho de 2002, p. wk3.
39. Shanker, Thom. "Rumsfeld Asks NATO to Shift To Wide Fight Against Terror", *New York Times*, 19 de dezembro de 2001, p. B1; Schwarz, Benjamin e Layne, Christopher. "A New Grand Strategy", in *The Atlantic Monthly*, janeiro de 2002, pp. 36-42.
40. Stille, Alexander. "What Is America's Place In the World Now?", *New York Times*, 12 de janeiro de 2002, pp. A17, A19.
41. Marquis, Christopher. "U.S. Expects A Wider War On 2 Fronts In Colombia", *New York Times*, 28 de abril de 2002, p. yne 9; Moreno, Luis Alberto. "Aiding Colombia's War on Terrorismo", *New York Times*, 3 de maio de 2002, p. A27.
42. Stille, p. 19.

HISTÓRIA DA ESCOLA NAVAL

Com o intuito de contribuir para o resgate e a preservação da história da Escola Naval, a Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN) publicou nota em BONO no mês de maio, solicitando a doação de edições antigas da Revista *A Galera*. Como resultado da solicitação, foram encaminhados 14 exemplares das turmas de 1974 a 1980, 1989 e 1991.

Em função do sucesso da iniciativa, a SAPN vem a público novamente para agradecer aqueles que encaminharam as revistas e, aproveitando a oportunidade, reiterar o pedido para novas doações, referentes às turmas que ainda faltam em seus arquivos, quais sejam: 1925, 1926, 1930, 1933 a 1936, 1939, 1944, 1945, 1949, 1953, 1957 a 1961, 1966, 1968 a 1970, 1981, 1988 e 1991.

As doações devem ser enviadas para a SAPN, na Escola Naval. Contatos com o CC Bastos ou 1ºT (T) Silva Campos nos telefones 3974-1460 / 1466 e 8119-1460 / 1466.

BANDAS DE MÚSICA

Para os nossos leitores que apreciam a música de bandas militares, ouçam o programa VAMOS OUVIR A BANDA, na Rádio Bandeirantes, 1360 KHz AM, às sextas-feiras, de 22 às 23 horas.

A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

Parte III

KENNETH LIGHT

Tradução de: EDUARDO ÍTALO PESCE
Professor

PARTE 3

A ser publicado no próximo número.

“Agora ficou mais fácil localizar aquela matéria que li na *Revista Marítima Brasileira* e que vou pesquisar para escrever o meu trabalho.”

Já está disponível o CD Índice Remissivo por Assuntos de todas as matérias da *RMB* publicadas desde a sua fundação até o ano de 2000, ao custo de R\$ 10,00.



Fácil de ser consultado, as matérias nele encontradas poderão ser pesquisadas na Biblioteca da Marinha, que possui a coleção completa da Revista.

O banco de dados está sendo revisto, para aperfeiçoamento, e migrado de EXCEL para ACCESS, já incluindo os anos 2001 e 2002.

Brevemente o Índice Remissivo estará disponível, para consulta, na *Intranet* e na *Internet*.

Também está previsto colocar à disposição dos interessados a edição completa da nossa *Revista Marítima* em CD, na *Intranet* e na *Internet*.

GERENCIAMENTO COSTEIRO EXECUTIVO

O caso de Angra dos Reis

SÉRGIO ROBERTO PEREIRA ANNIBAL

Professor

LÉLIO DE SOUZA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm)

Vivendo num País continental, com enorme infra-estrutura de comunicação, tanto radiotelevisiva como telefônica, cada vez mais os brasileiros acompanham os acontecimentos nacionais e internacionais, gerando, talvez, uma das culturas mais diversificadas do planeta, que busca valorizar e respeitar todas as vertentes do pensamento humano, sendo coerente com a base multiétnica de formação de nossa população.

**Essa trilogia –
ambiente – cultura –
tecnologia – poderá
gerar competitividade
eficaz em relação aos
países desenvolvidos**

Nesse ambiente, à parte de qualquer simpatia ou antipatia que tenhamos com a chamada globalização capitalista, somos

um país jovem e fruto desse sistema, que tem suas raízes atlânticas baseadas no comércio euro-americano, do qual fazemos parte, apesar de com inserções relativamente pequenas, em razão de mecanismos protecionistas e centralizadores do hemisfério norte e por falta de melhor aproveitamento de nossas vantagens ambientais comparativas.

N.R.: Os autores, Professor Doutor Sérgio Roberto Pereira Annibal e Comandante Lélío de Souza, são especialistas em Gerenciamento Costeiro.

O presente ensaio foi apresentado na abertura do Fórum Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável Costeiro de Angra dos Reis, realizado naquela cidade no dia 26 de abril de 2002, patrocinado pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e coordenado pela empresa ELFS Consultoria.

Portanto, a estratégia para o progresso nacional deveria incluir o melhor aproveitamento dessas vantagens ambientais comparativas, que podem ser potencializadas se integrarmos eficiência cultural com tecnologia especial.

Essa trilogia, ambiente-cultura-tecnologia, poderá gerar competitividade eficaz em relação aos países desenvolvidos.

Deste modo, a estratégia para tornar as bases comparativas competitivas depende do esforço inteligente de ampliarmos as relações sadias entre os administradores públicos e os empreendedores privados, visando a estabelecer **planos e programas captadores de investimentos de médio e longo prazo.**

Esses investimentos devem basear-se em **modelos industriais e comerciais inovadores**, visando à substituição do uso predatório da natureza por um uso sustentável, em busca de uma dinâmica em que haja ganhos crescentes em benefícios ecológicos e, conseqüentemente, econômicos.

Os modelos inovadores não são receitas preconcebidas e aplicáveis a qualquer lugar ou tempo, mas devem ser estabelecidos de forma localizada e coerente com as especificidades funcionais dos ecossistemas que integram cada espaço territorial.

A famosa frase "Vamos agir localmente, pensando de forma global" é o cerne das estratégias.

Do *Jornal do Brasil* de 13 de agosto de 2002, pág. C2

Projeto da Ilha Grande começa a sair do papel

Área turística ganha aterro e se livra de poluição

Parte dos projetos exigidos pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em janeiro para preservar a Ilha Grande, em Angra dos Reis, foi cumprida pela Prefeitura de Angra dentro do prazo estipulado. "Uma das nossas ações de extrema importância para a preservação e recuperação do meio ambiente é a transformação do Lixão do Ariró em aterro sanitário. O trabalho já apresentou resultados. O Rio Ariró não é mais contaminado pelo cho-

rume", comemorou o prefeito Fernando Jordão.

O TAC foi celebrado entre os ministérios públicos federal e estadual, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), Instituto Estadual de Florestas, Ibama e Universidade Estadual do Rio. "Entregamos os projetos antes de todos os outros órgãos", disse o prefeito.

Entre as exigências do termo para a Ilha Grande estão o saneamento das áreas de maior concentração populacional, a coleta, tratamento e destinação do lixo, remoção ou aproveitamento dos escombros do antigo presidio,

ordenação da ocupação imobiliária e elaboração de um Plano de Gestão Ambiental.

Para executar outros projetos que ficaram sob sua responsabilidade, a prefeitura aguarda a necessária aprovação da Feema e a liberação de uma verba de R\$ 1,5 milhão pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na próxima semana, a promotora Madalena Junqueira Ayres, do 7º Centro Regional de Volta Redonda, irá apresentar um levantamento do TAC para saber se os outros órgãos envolvidos no termo cumpriram os prazos de apresentação dos projetos para proteger a Ilha Grande.

Projetos apresentados

PLANO DE INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO

Coleta, transporte e acondicionamento de lixo em 10 locais.

PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Deverá contemplar as diversas localidades em que existam depósitos irregulares de lixo com locais para destinação final no continente.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA

Relativo às áreas utilizadas como depósitos irregulares de resíduos sólidos.

LEVANTAMENTO DE IMÓVEIS

Relatório com a ocupação atual dos imóveis administrados pela prefeitura na Ilha Grande.

Sobre bases temporais e localizadas, devemos projetar as cadeias produtivas setoriais, verificar a pertinência dos procedimentos executados e ajustar metas em prol de melhor eficiência e qualidade.

Deve ser considerado que esta qualidade é fundamental para nos tornarmos efetivamente competitivos.

Em síntese, devemos identificar tanto as variáveis espaciais como as práticas setoriais projetadas sobre cada região, traçando as matrizes setoriais e definindo o Zoneamento Ecológico-Econômico, que é a base para o Gerenciamento Executivo (público & empresarial).

Nos espaços brasileiros, a ocupação do litoral marinho e ribeirinho é cada vez mais crescente, criando-se necessidades de metodologias adequadas de gerenciamento, sem o que não poderemos criar vantagens competitivas consistentes, inviabilizando o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

Nessa conjuntura, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro, incluído o litoral atlântico, com a maior densidade demográfica costeira do País, apresenta diversas possibilidades de desenvolvimento programado. Necessita, entretanto, de um gerenciamento integrado entre as ações governamentais e os setores empresariais relacionados.

É sempre bom lembrar que os 34 municípios componentes do litoral fluminense, com suas enormes diversidades, exigem ações municipais específicas.

O município de Angra dos Reis, em particular, componente central da costa sul estadual, tem suas atividades econômicas centradas nos recursos hidroflorestais e nos seus espaços marinhos privilegiados.

Potencializar esses recursos deve ser uma bandeira, tanto para o cidadão

angrense como para os brasileiros e os investidores em geral, usufruindo de forma não destrutiva do município.

Isso exige que haja uma estrutura bem planejada de gerenciamento costeiro.

Continuando a particularizar o assunto, Angra dos Reis agrega, ainda, um mosaico de espaços naturais, culturais e econômicos dos mais diversos:

- possui inúmeras unidades de conservação ambiental, que ocupam grande parte da superfície total terrestre;

- abriga diversos conjuntos de ecossistemas continentais e marinhos exuberantes.

Como exemplo, lembraremos as suas ilhas, praias, rios, florestas, baías e enseadas.

Estas áreas exercem um papel fundamental no desenvolvimento de atividades

econômicas e culturais.

Para atingirmos esse desenvolvimento, há necessidade de um gerenciamento costeiro exequível, capaz de

gerar um desenvolvimento sustentável, proporcionando segurança para todos os investimentos no município.

Para que o processo de gerenciamento costeiro potencialize de forma sustentável as capacidades competitivas regionais, há a absoluta necessidade da elaboração de uma legislação específica, que agregue instrumentos diversos para sua implementação, tais como: diagnósticos integrados, zoneamento ecológico-econômico, capacidade de uso, parcerias, programas setoriais, sistemas de gerenciamento executivo (público e privado) e treinamento e divulgação.

O conjunto desses instrumentos necessita de grande interação com a população local e com os empreendedores, de modo a envolvê-los no processo de

Vamos agir localmente, pensando de forma global

conscientização sobre o ordenamento e o progresso planejados, garantindo maior segurança para os investimentos finan-

ceiros capazes de gerar empregos e melhoria da qualidade de vida em todo o município.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO> / Gerenciamento Costeiro; / Angra dos Reis; / Política para o meio ambiente;

**Qualquer atividade que fazemos
é grandiosa, desde que seja feita
com grandiosidade.**

A GUERRA DE INFORMAÇÃO

A obtenção de cem vitórias em cem batalhas não é o expoente da excelência. Subjugar o exército inimigo sem combater constitui o verdadeiro expoente.

Sun Tzu

JOSÉ RICARDO RODRIGUES TEIXERA ALVES*
Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN)

SUMÁRIO

Histórico

Cenário

Enquadramento conceitual

Envolventes

Combates aos sistemas de comando e controle

Segurança operacional

Guerra eletrônica

Ciberguerra

Pirataria eletrônica

Bloqueio de informação

Guerra baseada na informação

Guerra psicológica

Armas utilizadas

Armas de efeito físico

Armas de efeito de sintaxe

Armas de efeito de semântica

Conclusão

* N.R.: O autor exerce a função de Superintendente de Apoio aos Sistemas na Diretoria de Telecomunicações da Marinha. Subordinado a esta superintendência, foi criado, recentemente, o Departamento de Segurança das Comunicações. Este departamento desenvolve Normas de Segurança para Redes Locais, realiza auditorias em redes, efetua pesquisa de vulnerabilidades e detecções de intrusos a nível de RECIM (Rede de Comunicação Integrada da Marinha), estuda e implementa técnicas de ataque a redes pela Internet e gerencia os recursos criptológicos em vigor na Marinha. Atualmente está sendo preparada uma equipe de auditores que atuarão como *hackers éticos* para auditar redes e testar vulnerabilidades nas comunicações da Marinha.

HISTÓRICO

O propósito deste artigo é situar a Guerra de Informações (GI) num contexto de evolução histórica da arte da guerra.

Como será descrito a seguir, esta evolução foi marcada por fatos extremamente relevantes que deram início a verdadeiras eras.

Estes fatos revolucionários não distorcem, de forma alguma, os princípios da guerra, como foram enunciados por Clausewitz, mas otimizam a utilização dos recursos disponíveis de forma que esses princípios são assegurados de forma tão eficaz que se traduzem em vitória [1].

Presencia-se, hoje, uma revolução na arte da guerra. Afirmar-se também que não é a única ocorrência, nem será a última. Essas transformações ocorrem quando um fato marcante de natureza tecnológica ou política ou uma inovação social fundamental ocorrem, alterando o caráter e a condução de um conflito. [2]

No entanto, novas tecnologias ou armas não serão verdadeiramente eficazes se não se adaptarem à doutrina que permita a maximização do potencial inerente a tais desenvolvimentos.

Nos últimos 200 anos, foram experimentadas seis revoluções na arte da guerra.

A primeira foi a Revolução Francesa, em 1789.

Com a instituição do serviço militar obrigatório, a França conseguiu montar grandes exércitos, permitindo a Napoleão se contrapor a seus adversários por 20 anos.

O marco importante seguinte foi a Revolução Industrial, na metade do século XIX. Esta revolução permitiu a uma nação

em desenvolvimento equipar, armar e transportar grandes exércitos de conscritos. Novas armas aumentaram a letalidade e o escopo do teatro de operações. O telégrafo e as ferrovias aumentaram dramaticamente a velocidade e a agressividade das operações.

A terceira revolução foi uma Revolução Gerencial, no final do século XIX, que permitiu a rápida formação e utilização de grandes unidades militares.

As nações criaram *staffs* formados por pessoal técnico qualificado, para integrar seus recursos industriais e civis.

Infelizmente, os conceitos da Revolução Industrial e a Revolução Gerencial, até a Primeira Guerra Mundial, pareceram ter

sido pouco assimilados, o que resultou na perda de quase uma geração nos teatros de operações da Europa.

A quarta revolução foi a Revolução Mecanizada, ocorrida entre 1919 e 1939.

O uso do inovador motor de combustão interna mudou drasti-

camente as guerras terrestre e aérea. Ele substituiu a guerra de trincheiras por operações rápidas, caracterizadas por grandes penetrações e envolvimento de forças.

Na Segunda Guerra Mundial, esses conceitos foram bastante explorados.

A Segunda Guerra Mundial terminou com o aparecimento da **quinta revolução, a Revolução Científica.**

Esta revolução passou a utilizar o intelecto do cientista, do engenheiro e do técnico especialista para vencer a guerra. Como exemplo, temos o projeto, a construção e o emprego da bomba atômica.

Após o despertar da era nuclear, as características da guerra permaneceram virtualmente inalteradas por 30 anos. Então,

Novas tecnologias ou armas não serão verdadeiramente eficazes se não se adaptarem à doutrina

com a introdução de computadores e armas de alta precisão, iniciou-se uma nova era, a da sexta revolução.

A Revolução da Informação (sexta revolução) está centrada no conceito de que a habilidade para coletar, analisar, disseminar e agir no teatro de operações é fator dominante na arte da guerra.

Na atual Era da Informação, tempo e tecnologia confundem a linha divisória entre planejamento e execução.

As Forças Armadas do século XXI devem estar preparadas para enfrentar oponentes num espectro atual, muito mais amplo. Elas devem estar equipadas para enfrentar inimigos das Eras Agrária e Industrial (dentro do conceito desenvolvido por Alvin Toffler, em *A Terceira Onda e Guerra e Antiguerre*), assim como devem estar prontas para se contrapor a adversários da Era da Informação.

Como no passado, o primeiro desafio é a adoção de tecnologias emergentes para maximizar as capacidades inerentes do combatente. A interface entre a tecnologia e o combatente individual deve ser o coração de um projeto que busca a adaptação de uma força armada às necessidades do século atual.

De acordo com Nunes [3], esta nova era, em que a ciência e a indústria desempenham um papel determinante na potência destrutiva das Forças Armadas, é caracterizada pela existência de três grandes tipos de armamento que se sucederam em importância ao longo dos tempos, dentro do duelo milenar entre ofensiva e defensiva:

- **armas de obstrução:** fossos, rampas, bastiões, couraças e fortificações de todos os gêneros;

- **armas de destruição:** lanças, arcos, peças de artilharia, mísseis etc.; e

- **armas de comunicação:** sinais, vetores de informação, telegrafia, rádio, radares, satélites etc.

Cada um desses tipos de arma dominou um tipo de confrontação e um tipo de guerra:

- **guerra de cerco:** armas de obstrução;

- **guerra de movimento:** armas de destruição; e

- **guerra relâmpago:** armas de comunicação.

Também se pode definir o objetivo das guerras impostas pelas estruturas socioeconômicas predominantes em cada época (primeira onda – era agrária; segunda onda – era industrial; e terceira onda – era da informação).

A era agrária impôs uma guerra de conquista e/ou controle de recursos territoriais. A era industrial caracterizou-se por uma guerra de redução dos recursos de produção de um oponente. Na era da informação, as guerras

serão travadas para assegurar o controle de dados, da informação e do conhecimento.

A Figura 1 [4] ilustra as características das guerras da segunda e da terceira ondas. Nelas, a “força de batalha” será extremamente móvel e preparada para operar num ambiente independente, que será mais vertical que linear, além de virtual, isto é, mais no sentido espacial, de terceira dimensão, pelo emprego crescente do Poder Aeroespacial (Iniciativa de Defesa Estratégica/Guerra nas Estrelas), que terrestre – primeira dimensão, além da quarta dimensão –, cibernética.

CENÁRIO

Neste novo contexto, [5] o mundo está prestes a entrar numa nova etapa na qual

Na atual Era da Informação, tempo e tecnologia confundem a linha divisória entre planejamento e execução

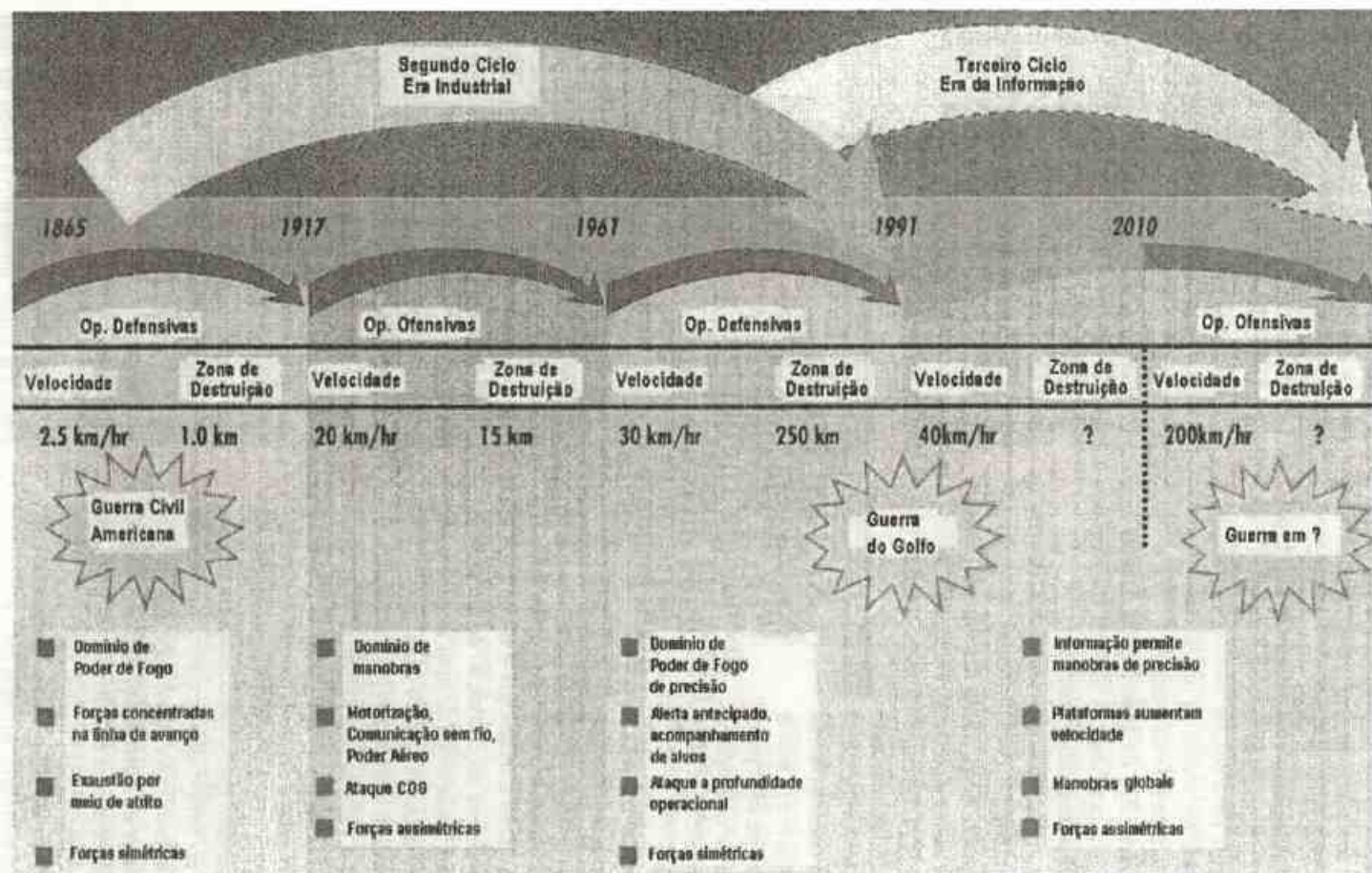


Figura 1 – Os ciclos de eras mostram com clareza como a tecnologia altera o equilíbrio entre operações ofensivas e defensivas. Mostra também a influência da era da informação sobre essas operações.

não haverá muito derramamento de sangue nessas guerras. Por um único motivo: as armas inimigas, principalmente, nem chegarão a ser sequer disparadas porque os seus mecanismos de ignição serão simplesmente desativados. Isso será feito de forma sutil, remotamente, a milhares de quilômetros de distância.

Além disso, com a globalização dos meios de comunicação (mídia internacional), dentro de um conceito de “aldeia global”, o impacto provocado por muitas baixas poderá influenciar a opinião pública e retirar o apoio da população (que elege os governantes) ao conflito em andamento (perda da vontade de lutar – derrota, segundo Clausewitz).

O século XXI começa nesta terceira onda. Nela o campo de batalha passará a ser, principalmente, o espaço virtual. Define-se assim então a era da Guerra de Informação (GI), também chamada de Guerra Cibernética (*Cyberwar*).

Neste cenário virtual, a maior ameaça estrangeira passa a ser, então, a invasão de redes de computadores e demais meios de comunicação. Os ataques virão diretamente de outros governos e poderão causar danos de longo prazo à economia – alertou Lawrence Gershwin, o principal conselheiro em assuntos tecnológicos da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA).

A própria CIA informou que os Estados Unidos estão mais vulneráveis a esses tipos de ataque.

As guerras de informação serão uma realidade num período de cinco a dez anos

Laurence Gershwin
Principal assessor da CIA

Em depoimento à Comissão Conjunta de Economia, da Câmara e do Senado, há uma semana, Gershwin previu que as guerras de informação serão uma realidade num período de cinco a dez anos.

Os combates eletrônicos visarão à infra-estrutura funcional: a destruição das redes que controlam as comunicações, a distribuição de energia, os transportes e a movimentação eletrônica de dinheiro.

Os terroristas ainda preferem bombas. Mas essa prioridade logo deverá mudar.

As ameaças cibernéticas aumentarão substancialmente à medida que uma geração tecnicamente mais competente comece a fazer parte das células terroristas.

A pericia de incapacitar um país a partir da segurança de um lar é, segundo o especialista em computação da Hewlett-Packard Co, Gary Sevounts [6], uma das supremas ferramentas do terrorismo. Assim, o "ciberterrorismo" poderá ficar cada vez mais destrutivo e inatingível.

Segundo Gershwin, já existem 20 países investindo pesadamente no desenvolvimento de armas e estratégias de ataque cibernético – entre eles China, Coreia do Norte, Iraque, Israel, França, Grã-Bretanha, Líbia e Cuba.

A mudança [5] de conceito bélico começou, segundo a CIA, na Guerra do Golfo Pérsico, em 1991.

Ao observar o conflito, o governo da China percebeu que seria muito difícil, se não impossível, derrotar os Estados Unidos numa guerra convencional.

Por isso, o país reuniu um batalhão de especialistas em computação com o fim específico de desenvolver vírus ofensivos, além de um sistema de defesa eletrônico que o Pentágono apelidou de "Grande Muralha Virtual da China".

De acordo com Geewax [6], vermes (*worms*) do *Code Red* (Código Vermelho) podem ter tido como objetivo anunciar ao mundo que a China é agora capaz de prejudicar os

Estados Unidos à vontade. O verme teria sido criado para atacar o Web, o site da Casa Branca, e deixar uma mensagem: "Pirataria por chineses"¹.

De acordo com relatório divulgado pelo NIPC, órgão investigativo do FBI para as-

suntos de proteção à infra-estrutura nacional, a praga que infectou mais de 250 mil sistemas em apenas nove horas de atividade, causando prejuízos de 2 bilhões e meio de dólares, pode ter sido gerada na universidade chinesa da província de Guangdong [8].

A Agência de Sistemas de Informação de Defesa (DISA, na sigla em inglês), do Pentágono, tem uma vasta equipe de especialistas cuidando da proteção do sistema que interliga os seus 2,5 milhões de computadores.

Eles têm sido atacados constantemente por *hackers*.

Mas uma boa parte do seu orçamento passou a ser destinada a um programa específico de defesa contra sistemas cibernéticos de

Após observar a Guerra do Golfo, a China reuniu um batalhão de especialistas em computação com o fim específico de desenvolver vírus ofensivos, a praga que infectou mais de 250 mil sistemas em apenas nove horas de atividade, causando prejuízos de 2 bilhões e meio de dólares

outros governos.

Os militares americanos sabem que esse tipo de guerra deixou de ser assunto da ficção científica: afinal, o Pentágono já utilizou, em passado recente, computadores como armas.

1 N.A.: Para se enfrentar forças muito mais poderosas, precisa-se de alguma arma, ferramenta, método ou sistema que multiplique a eficiência de forças consideradas menos poderosas.

Como vêm dizendo os chineses, desde há quatro mil anos (Sun Tzu) e agora ("Code Red"), tal arma se configuraria como sendo a definida pela Guerra de Informação, pois sabemos que, desde os primórdios da história do homem neste planeta, o homem primitivo podia não dispor de muita tecnologia, mas necessitava de muita informação, e sempre a utilizou (e ainda a utiliza).

CIA e Pentágono não revelam as armas eletrônicas que vêm desenvolvendo.

Especialistas, no entanto, mencionam uma série de vírus conhecidos como cavalo-de-troia, com funções diversas. Eles seriam instalados de forma inofensiva em sistemas de outros países, para serem deflagrados quando isso for necessário – ou de interesse dos Estados Unidos.

O que mais impressiona neste novo enfoque é o conceito empregado a nível estratégico, pois a Guerra de Informação transcende o ambiente militar, envolvendo outros segmentos da sociedade, vitais para a soberania e segurança nacional.

Considerando a globalização de mercados e de economia, dos meios de comunicação de massa, o uso cada vez mais intenso da Internet, o extremismo religioso que obtém mais adeptos a cada dia, as “limpezas étnicas” mais frequentes, a explosão de focos de nacionalismo regionais, o aparecimento do narcoterrorismo (que já chega a obter o domínio regional em vastas áreas em alguns países), do terrorismo antiglobalização, nos aproximamos e nos afastamos simultaneamente do conceito de “aldeia global”, conforme definiu Mac Luhan, na década de 60 (movimento de pulsação).

A ameaça de uma guerra estratégica de informação, nesta nova realidade, elimina por completo (por diluição) a distinção entre sistemas militares e civis, assim como a definição precisa de quem é o inimigo, ou onde ele está.

ENQUADRAMENTO CONCEITUAL

Conforme demonstrado por Nunes [3], ainda não se chegou a uma definição exata do termo “guerra de informação”, embora

seja objeto de vários estudos na área de Defesa. Mas concorda-se que, na era digital, a informação e sua disseminação alcançaram o estado de recurso estratégico vital.

O que a expressão significa é realizar tarefas, que antes já eram realizadas, mas de forma mais rápida, utilizando eventualmente equipamentos resultantes da evolução tecnológica da nossa sociedade.

Constata-se, pois, que as idéias básicas do conceito da guerra de informação já existem há vários séculos.

Pode-se defini-la, mesmo de maneira rudimentar, “como tudo o que se possa efetuar para preservar os próprios sistemas de informação da exploração, corrupção ou des-

truição causadas pelo inimigo, enquanto, simultaneamente explorar, corromper e destruir os seus sistemas, visando a obter, assim, a necessária vantagem de informação no caso de haver necessidade de enfrentamento em um conflito armado.

Ainda que se torne fundamental em caso de se verificar a ocorrência de um combate, a utilização da força não constitui a seqüência natural da Guerra de Informação. Muitas vezes, a Guerra de Informação não é mais do que obter a informação mais rapidamente que o inimigo e examiná-la de modo mais cuidadoso e eficiente.

O verdadeiro problema reside no fato de termos antigos conceitos numa nova roupagem.

A Guerra de Informação se materializa através de suas envolventes, que são:

- combate aos sistemas de comando e controle;
- segurança operacional;
- ciber guerra;
- guerra eletrônica;

A Guerra de Informação transcende o ambiente militar, envolvendo outros segmentos da sociedade, vitais para a soberania e a segurança nacional

- pirataria eletrônica (*hacking*);
- bloqueio de informação;
- guerra baseada na informação; e
- guerra psicológica.

ENVOLVENTES

Combate aos sistemas de comando e controle

Desenvolve-se através de ações que neguem ou dificultem ao inimigo o controle de suas forças e a faculdade de comunicar-se com elas.

É um dos mais antigos princípios da guerra, e é provavelmente o mais importante. A chave do problema é a capacidade de tomar decisões de uma forma mais rápida que o adversário e passar em seguida à ação com base nessas decisões.

Todos os nossos atos baseia-se em ciclos de decisão. Cada ciclo pode ser definido como OODA (**O**bservar, **o**rientar a atenção para o que acabou de acontecer, **d**ecidir como atuar e **a**gir).

A Guerra de Informações pode evitar a nossa observação. A falta desta informação compromete a maneira de como orientamos a nossa atenção, atingindo a nossa decisão e a ação conseqüente.

Segurança operacional

É a preservação dos assuntos sigilosos e do local onde são guardados.

Guerra eletrônica

É a negação do uso do espectro eletromagnético ao inimigo, especialmente para

neutralizar centros de comando e controle e comunicações.

Ciberguerra

Pode ser considerada como parte integrante do conceito de Guerra Eletrônica. Envolve a utilização de todas as ferramentas disponíveis ao nível de eletrônica e informática para derubar sistemas eletrônicos e de comunicações inimigos e manter os sistemas operacionais amigos. Muitas das ações nessa área se encontram ainda pouco definidas, devido ao aparecimento contínuo de novos equipamentos, e pelo fato de ser uma área nova de interesse militar, como forma de guerra.

Os "ciberguerreiros" (*cyberwarriors*) operam a partir de Centros de Informação de Combate, e têm a missão de informar o comandante sobre a situação do Teatro de Operações Militar, com dados confiáveis.

Nesta nova realidade, é eliminada por completo (por diluição) a distinção entre sistemas militares e civis, assim como a definição precisa de quem é o inimigo, ou onde ele está

Pirataria eletrônica

Também conhecida por *hacking*, consiste numa "guerra de guerrilha eletrônica" da qual qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, pode participar. Basta um microcomputador, um *modem* conectado a linha telefônica, bons conhecimentos de redes,² e muita determinação para obter conhecimento sobre técnicas de invasão de redes no submundo dos *sites hackers* da Internet (onde esta informação se encontra sob a forma dispersa, ou seja, não didática, e muitas vezes deve ser negociada, isto é, só é fornecida em troca de outra informação de mesma importância).

2 N.A.: LAN (*Local Area Network* – Redes Locais), WAN (*Wide Area Network* – Redes de Grande Área) e MAN (*Metropolitan Area Network* – Redes de Área Metropolitana).

É um fenômeno recente (tem cerca de dez anos de existência), disponibilizado pela explosão de uso da Internet. Uma quantidade assustadora de programadores, técnicos de informática e curiosos autodidatas com tempo disponível e intenções maliciosas navegam pela rede à procura de falhas de segurança dos sistemas de informação (inclusive os sistemas militares).

É claro que se pode transformar *hackers* em armas militares; isto permitiria a vantagem de penetrar-se nos sistemas do inimigo em tempo de guerra.

Por outro lado, também é uma ação atrativa para o terrorismo internacional.

Bloqueio de informação

É uma variação da prática de bloqueio do território inimigo com a finalidade de impedir que ele receba recursos e bens.

É obtido pela inoperância provocada de satélites, enlaces-rádio de comunicação, cabos de fibras ópticas, impedindo a canalização de informação para o território inimigo.

Guerra baseada na informação

Tem o seu peso pela importância que os meios de comunicação de massa possuem sobre a opinião pública e sobre o processo de tomada de decisão política.

Guerra psicológica

Constitui-se na divulgação de informação enganosa, com o fim de desmoralizar o inimigo.

Este aspecto vem sendo utilizado com sucesso assinalável, mas existe outro aspecto a ressaltar. Dentro do contexto da

guerra psicológica, pode-se atuar sobre a informação que circula nos sistemas inimigos, vedando-lhe a utilização, ou pode-se efetuar defesas contra este tipo de ação, tentando eliminar a informação manipulada pelo inimigo e que este fez chegar às forças amigas, via computador, telefone ou outra forma camuflada.

ARMAS UTILIZADAS

As armas empregadas na Guerra de Informação[3] podem ser classificadas quanto ao efeito que produzem, em três classes:

- armas de efeito físico;
- armas de efeito de sintaxe, e
- armas de efeito de semântica.

A discussão da forma de utilização dessas armas (em termos ofensivos ou defensivos) vem se tornando acalorada ultimamente. Muito esforço vem se desenvolvendo a nível defensivo, obviamente. Um critério de verificação de eficiência, nes-

te novo contexto, é a análise de vulnerabilidades (principalmente de redes de computador, mas não esquecendo dos sistemas de informação suportados por essas redes, e até mesmo dos protocolos que "rodam" nelas – *Network Centric Warfare* – Guerra Centrada em Redes). A segurança começa com uma mentalidade preventiva, acima de tudo.

Armas de efeito físico

A utilização de uma arma física resultará na destruição permanente de componentes físicos da estrutura da informação, tendo como consequência direta a correspondente negação de serviço. Faz eco no

Na era digital, a informação e sua disseminação alcançaram o estado de recurso estratégico vital

conceito de supressão da ameaça, segundo a nova doutrina de guerra eletrônica nos Estados Unidos.

A complexidade deste tipo de arma é baixa, e seu emprego é linear.

Como exemplos, podemos citar: mísseis, explosivos, ações de sabotagem, armas de energia direcionada (DEW – *Directed Energy Weapons* – grandes canhões de laser de raios X, laser de elétrons ou canhões eletromagnéticos, geralmente para serem colocados em órbita terrestre, componentes da *Strategic Defense Initiative* (SDI), com o objetivo de destruição de mísseis nucleares, ou causadores de forte interferência eletromagnética, se utilizadas no solo).

Armas de efeito de sintaxe

Uma arma de sintaxe tem como objetivo atacar a lógica operacional de um sistema de informação, introduzindo atraso ou comportamento indesejável no seu funcionamento. São de complexidade média, possuem foco de ataque estrutural, e de emprego de modelo estatístico na escolha de alvos. Têm por objetivo adquirir o controle ou desativar as redes que conectam os sistemas de informação.

Como exemplo, podemos citar os vírus de computador, vermes (*worms*) e cavalos-de-troia (*trojans*).

Assim, controlando o sistema de informação do inimigo, controlar-se-á o seu processo de decisão e a sua capacidade de percepção e compreensão dos acontecimentos.

Armas de efeito de semântica

O objetivo de tais armas é destruir a confiança que os utilizadores possuem no sistema de informação e na rede que os su-

porta, além de influenciar a sua interpretação da informação que neles circula.

O foco de utilização será comportamental, obtido pela manipulação, modificação e destruição dos modelos de decisão, da percepção e da representação da realidade, construída através da utilização de um sistema de informação pertencente a um sistema de comando e controle.

A complexidade associada a essas armas é elevada, pois não visam a afetar os sistemas de informação, mas o comportamento das pessoas que os utilizam, influenciando as suas decisões.

CONCLUSÃO

Por isso, é cada vez mais importante a capacitação pessoal (inteligência individual) numa situação de conflito armado, que, a partir da evolução do conceito de guerra atual para um conceito de guerra de informação, leva grande parte dos combates para um enfoque mais "cerebral". A história tem demonstrado que a superioridade tecnológica não é, sozinha, um fator decisivo para o sucesso. Isso ficou demonstrado pela dificuldade que as Forças Armadas americanas encontraram na Coreia e no Vietnã.

Mesmo considerando forças vencedoras, estas podem ser surpreendidas com perdas inesperadas e importantes durante a condução do conflito, como foi a perda do HMS *Sheffield* para os ingleses, durante a Guerra das Malvinas.

Um equilíbrio deve ser estabelecido entre qualidade de pessoal, treinamento, liderança, doutrina e equipamento.

Ao redor do mundo, as Forças Armadas vêm sendo reformuladas drasticamente, tendo esse preceito por base, mas sempre mantendo suas características de

A segurança começa com uma mentalidade preventiva, acima de tudo

prontificação e treinamento, a fim de se adequarem às necessidades de um mundo ainda em construção.

O preceito anterior que validava o sacrifício da juventude de uma nação num envolvimento em um conflito já está descartado.

A Força Armada do século XXI deve ser dotada de qualidade em termos de pessoal, uma doutrina revista, organização eficiente, treinamento adequado na paz e na guerra e o melhor equipamento e sistemas de armas prontos, dadas as fontes disponíveis.

Assim, o poder da informação permitirá que a arma principal – o combatente individual – enfrente os desafios do próximo século e que obtenha a vitória decisiva.

Assim, numa perspectiva de GI, combatentes devem continuamente melhorar sua habilidade no uso da tecnologia, para combater o inimigo. Devem ser capazes de assimilar um fluxo rápido de informações e desempenhar missões num ambiente multinacional, e até mesmo virtual.

Além do uso confortável da tecnologia, devem possuir outras características, tais como bom nível cultural, boa capacidade de processar informações, adaptabilidade, tenacidade sob *stress* e sólidos critérios de julgamento. Ainda assim, devem ser capazes de enfrentar inimigos que “não jogam

pelas regras”, tais como terroristas, traficantes de drogas, grupos que perfazem limpeza étnica e genocídio.

Mesmo assim, a GI será conduzida, principalmente, numa forma geral, num ambiente sem muito derramamento de sangue, mais

parecido com um *videogame* do que com as sangrentas batalhas do passado.

Esperam-se um envolvimento mais acelerado e tomadas de decisão mais rápidas e com mais qualidade, assim como maior disposição para envolvimento em conflitos.

Mesmo assim, pode-se afirmar que a arte da guerra pode mudar, mas não mudará o impacto sobre nações, exércitos e soldados.

A história tem demonstrado que a superioridade tecnológica não é, sozinha, um fator decisivo para o sucesso

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<GUERRAS> / Guerra de Informações/;

REFERÊNCIAS

- [1] REIMER, Dennis J. *War in the Information Age: New Challenges for U.S. Security*. Ed Brassey's, 1997.
- [2] PFALTZGRAFF, R. L. e Shultz Jr, R. H. *War in Information Age*. Ed. Brassey's, 1997.
- [3] NUNES, P. F. V. Cap. “Impacto das Novas Tecnologias no Meio Militar – A Guerra de Informação”. *Aerospace Power Journal*.
- [4] SCALES Jr., R. H., Maj. Gen. “Cycles of War” – *Armed Forces Journal – Intenational*, jul/97.
- [5] PASSOS, José Meirelles. “A ameaça de guerra sem sangue. O Mundo” – *O Globo*, 29/7/01, 2ª Ed.
- [6] GEEWAX, M. “Defesas não livram EUA do Ciberterrorismo”. *O Estado de S. Paulo*.
- [7] DENNING, D. E. *Information Warfare and Security*. Ed. Addison-Wesley, 1999.
- [8] EQUIPE SECURENET. “Code Red” pode ter mesmo origem chinesa. 31/8/01.



Serviço de Documentação da Marinha



O SDM é o órgão responsável pela memória da Marinha. O Serviço de Documentação tem como atribuição estudar, pesquisar e divulgar a história marítima brasileira e conservar o patrimônio histórico e artístico da Marinha do Brasil.

Criado em 1943, o SDM reúne atualmente sete departamentos, distribuídos em cinco prédios históricos:

- *na Sede Ilha das Cobras funcionam os Departamentos de Arquivo, de História Marítima, de Publicações e Divulgação e de Administração;*
- *na Rua Dom Manuel (Praça XV) fica o Museu Naval;*
- *no Espaço Cultural da Marinha estão atracados o Navio-Museu Bauru, o Submarino-Museu Riachuelo e o Rebocador-Museu Laurindo Pitta;*
- *na Rua Mayrink Veiga está a Biblioteca da Marinha;*
- *o SDM abrange ainda a Ilha Fiscal – local onde foi realizado o Último Baile do Império.*

Empenhado nesta árdua tarefa, o SDM tem desenvolvido, a cada ano, novos projetos, buscando maior interação entre a Marinha e a sociedade. Como resultado deste trabalho, cerca de 300 mil pessoas visitaram o Complexo Cultural da Marinha (SDM) em 2001.

O COLÉGIO NAVAL E ANGRA DOS REIS – UM POUCO DE SUAS HISTÓRIAS*

GUILHERME MATTOS DE ABREU**
Capitão-de-Mar-e-Guerra

No século XIX, a Marinha Imperial ressentia-se de jovens com o nível de conhecimento adequado para enfrentar com sucesso o curso da Escola de Marinha, onde então se formavam os oficiais. Já em meados daquele século, encontramos registros da necessidade de um educandário que propiciasse esse nivelamento.

O ministro da Marinha, em relatório de 1869, preconizava a criação de colégios navais. Dizia ele: “A principal falha é a falta de conhecimentos de aritmética que revelam os candidatos... (e)... esta ciência é a base de todos os cursos de Marinha.”

Naquele ano, inscreveram-se 220 candidatos no processo seletivo da Escola de Marinha, tendo sido aprovados apenas 25.

Alguns desses poucos aprovados seriam jubilados no primeiro ano do curso. Era evidente o despreparo dos candidatos.

Com o propósito de sanar essas deficiências, em 1871, foi criado o Externato de Marinha, o qual apresentava uma limitação importante – somente atendia satisfatoriamente às necessidades dos jovens que residiam na Corte. Por esse motivo, a filosofia evoluiu para o regime de internato. Por fim, em 20 de outubro de 1876, a Lei nº 2.670 criou o Colégio Naval, o qual passaria a funcionar com alunos procedentes de 14 províncias, na cidade do Rio de Janeiro, já no ano seguinte.

Esse primeiro Colégio Naval teve breve existência. Foi extinto e integrado à Escola

* N.R.: O texto foi extraído da Ordem de Serviço do Diretor do Colégio Naval, datada de 15/8/02, em comemoração ao 500º aniversário de Angra dos Reis e ao 51º do Colégio Naval.

** N.R.: O autor é o comandante atual do Colégio Naval.

de Marinha, em 1886, formando um único estabelecimento, que receberia a denominação de Escola Naval. O curso até então ministrado no Colégio Naval transformou-se no curso prévio daquele estabelecimento de nível superior.

No pós-Segunda Guerra Mundial, os motivos que levaram à ativação do Colégio Naval no século XIX ressurgiram. Em 1949, um decreto criaria o Colégio Naval. A Marinha escolheu para sediá-lo o belíssimo prédio existente na Enseada Batista das Neves.

Neste ponto, vale a pena rebuscar a história destas edificações.

Angra dos Reis era um importante centro comercial na época do Ciclo do Ouro, no século XVIII. Acabado o Ciclo do Ouro, a cidade declinou. Entraria no século XX relativamente pobre, com uma estrutura de serviços precária e atividade econômica limitada. Um nada comparado aos recursos hoje disponíveis nessa velha urbe, que neste ano de 2002 comemora os 500 anos do descobrimento da área.

A Marinha sempre teve um grande interesse na região. A menção aos exercícios de navios e aviões na Baía da Ilha Grande são comuns em nossa História Naval. Por esse motivo planejou construir uma base em Jacuecanga — o chamado Porto Militar. Mas essa idéia não vingaria.

O Encouraçado *Aquidabã*, ao afundar em 1906, justamente quando trazia a bordo parte da comitiva ministerial que conduzia os estudos sobre a localização desse porto, levaria com ele a aspiração de se ter uma grande base naval na baía. Esse porto militar, se concretizado, traria em seu bojo um significativo impacto desenvolvimentista à região, desenvolvimento que somente se manifestaria dezenas de anos mais tarde.

Foi nessa conjuntura que homens de visão vislumbraram a possibilidade de atrair o interesse do governo federal para a região.

O General Honório de Souza Lima, um angrense, buscou convencer o presidente da República a construir uma escola militar em sua terra. Assim, em 1909, a Câmara Municipal de Angra dos Reis desapropriou a Chácara da Tapera, doando o terreno à Marinha, com o propósito de ali estabelecer um educandário.

Um capitão engenheiro do Exército, Rosalvo Mariano da Silva, que havia construído o Forte do Leme e o Monumento aos Mortos do Encouraçado *Aquidabã*, na Ponta do Leste, foi o encarregado do projeto.

A obra durou de 1911 a 1914, realimentando uma estreita relação entre Angra dos Reis e a Marinha.

Terminada a construção, ali instalou-se a Escola Naval. O que não deu certo, por falta de professores, pois os chamados lentes resistiam à idéia de viver na pequena e modesta Angra dos Reis. Em 1920, a Escola Naval voltou para o Rio de Janeiro.

O prédio passou a abrigar, então, a Escola de Grumetes Almirante Batista das Neves e, mais tarde, o Colégio Naval, a partir de 1951.

Desde a época da sua construção, essas instalações constituem um importante ponto de apoio para as unidades navais, em seus freqüentes exercícios nesta área.

Outro aspecto digno de registro é a excepcional influência que a Marinha, particularmente o Colégio, teve no desenvolvimento de Angra dos Reis. Foram evidentes os benefícios, pois logrou estimular as atividades econômicas e sociais, em decorrência não apenas das necessidades do Colégio e das organizações que o antecederam, mas também pela presença crescente da família naval em Angra dos Reis. A importância dos professores trazidos para essa cidade foi marcante.

Em mais de meio século, milhares de jovens por ali passaram e seguiram seu destino, na Marinha ou em outra carreira. Se-

guramente permanecem em suas memórias as lembranças de uma fase marcante de suas vidas, fase de amadurecimento, por certo nem sempre amena, particularmente quando ocorre o afastamento abrupto da proteção dos pais e responsáveis.

Nesse meio tempo, Angra dos Reis e o Colégio Naval estreitaram os seus laços. Professores, funcionários, alunos, marinheiros e soldados estabeleceram amizades, muitos dos quais conheceram as suas namoradas e com elas constituíram família.

Angrenses encontraram no Colégio a sua porta de entrada para ingresso na Marinha.

Assim como os eventos da cidade passaram a fazer parte do cotidiano da tripulação do Colégio, os eventos do Colégio passaram a fazer parte da vida da cidade. A nossa regata, por exemplo, inicialmente uma competição interna sem grande expressão, tornou-se a maior da região; nela, em cen-

tenas de barcos, compete um número muito grande de amantes daquele esporte náutico, desde crianças de menos de 10 anos a senhores grisalhos oriundos das mais diversas regiões do País. É sempre um belo espetáculo! Em 2002 foi a 23ª Regata a Vela Colégio Naval, na qual foi comemorado não apenas o 51º aniversário do Colégio Naval, mas também, em justa homenagem, os 500 anos de descobrimento desta bela região.

Os laços estreitados renderam frutos. Se coube à Marinha materializar as aspirações dos homens de visão que buscavam atrair o progresso para Angra dos Reis, há 90 anos, hoje, em época de maior restrição, quando faltaria ao Colégio Naval capacidade financeira para conduzir os eventos que já fazem parte do cotidiano de Angra dos Reis, e que repercutem além das fronteiras do município, surge o apoio de pessoas de visão para o patrocínio desses empreendimentos.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<EDUCAÇÃO> / Colégio Naval /; História do Colégio Naval;

**Não apenas tente. Faça!
Você pode! Conte consigo e conosco.**

O passeio à Ilha ocorre de quinta a domingo, às 13h, 14h30min e 16h, saindo do cais do Espaço Cultural da Marinha, à Av. Alfred Agache s/nº, na Praça XV.



O Último Baile da Ilha Fiscal

A orquestra tocava animada. Belas mulheres desfilavam pelo salão, ostentando vestidos suntuosos. Os homens, trajando casacas ou elegantes uniformes, falavam sobre política, histórias de guerra, batalhas navais. Lá fora, o som das ondas do mar complementava os acordes dos violinos. O cenário era perfeito. A Ilha Fiscal, construída com requinte para servir como posto alfandegário, recebia com pompa a oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cochrane*.

Ninguém poderia imaginar que aquele seria o "Último Baile do Império". Alguns dias depois, era proclamada a República. Uma nova era na História do Brasil se iniciava.

A Ilha fiscal continua sendo um elo entre o presente e o passado. Em 1913 foi adquirida pela Marinha em troca do Vapor *Andrada*. Décadas se passaram e o castelinho, que testemunhou tantos fatos históricos, é hoje uma das principais atrações turísticas do Rio de Janeiro. Aberto à visitação, inclui em seu roteiro o Torreão, a Ala do Cerimonial e exposições permanentes. Venha conhecer este símbolo dos últimos dias do Império, e muito mais, como a participação e os projetos da Marinha na Antártida!

Informações:

(0xx-21)

2233-9165

POR QUE OS MARINHEIROS SÃO DIFERENTES*

"Um soldado deve ser moldado na paciente provação das batalhas difíceis, como acontecia com os antigos cavaleiros, porém nem a pior dessas provações é suficiente para moldar um marinheiro".

Montgomery

A. E. JAMES WINNEFELD
Marinha dos EUA (ReP)

Tradução e adaptação: PAULO R. S. ROMERO
Capitão-de-Fragata

Assim como deixou claro o Marechal Montgomery, os marinheiros são diferentes dos seus camaradas da Força Aérea e do Exército. Eles falam uma linguagem própria, fazem perguntas diferentes, dão respostas diferentes, suportam fainas pesadas com alegria e formam um clã especial. Suas vidas são definidas por uma sucessão de comissões e eles formam um intrigante amálgama de tradição.

Como podemos perceber a diferença entre os guerreiros das três Forças? Por que os marinheiros são tão diferentes?

Mesmo aqueles marinheiros que são também pilotos são diferentes de seus colegas da Força Aérea. Também mesmo aqueles marinheiros que são também soldados – e chamados de Fuzileiros Navais – são diferentes de seus camaradas do Exército.

As respostas a estas questões têm suas raízes no ambiente no qual vivem e lutam os marinheiros.

O soldado molda seu ambiente alterando seus contornos, explorando o terreno, dominando-o com poder de fogo, ou, quando tudo mais falha, movimentando-se para outro ambiente.

O piloto é um acrobata que desafia a gravidade. O ar é um meio para a liberdade. De sua posição vantajosa acima de seus colegas guerreiros, ele dá grande ênfase na superioridade e no controle.

O marinheiro, por outro lado, está constantemente na presença de uma força maior que ele mesmo. Ele sente o tempo através do balanço e do caturro de seu navio. Uma vez no mar, não é uma questão simples voltar para a terra, não há passeios no

* N.R.: Publicado na Revista *Proceeding* de maio de 1995.

shopping, não existe energia de terra, não há telefone para saber notícias, não há carteiro diariamente ou jornal para se manter em contato com o mundo, não existe licença para aliviar as tensões de um dia de fainas, e nem há a presença nem o conforto da família.

O piloto conquista seu ambiente, o marinheiro sobrevive nele. O soldado molda e explora seu ambiente, o marinheiro deve se ajustar a ele.

O soldado depende de "armas combinadas", o marinheiro precisa confiar em si mesmo e no mundo limitado pelo seu navio. O soldado deve avançar ou retrain, o marinheiro deve permanecer e lutar. Em tempos modernos, mesmo a opção de se render está além do alcance dos marinheiros, ele luta e morre com o navio – mesmo se o navio for um casco soçobrado em chamas abaixo de seus pés.

Tais forças incutem no marinheiro uma combinação única de qualidade: autoconfiança, respeito e atenção ao seu comandante, e um acentuado senso de responsabilidade.

O comandante está na frente de batalha, e não nos quartéis-generais da retaguarda; ele deve enfrentar o inimigo, pois está tão exposto como o mais moderno marinheiro a bordo. Não existe retaguarda para um navio em combate. Almirantes e marinheiros dividem igualmente o risco de enfrentar o fogo inimigo ou a fúria de um temporal, pois estão, literalmente, todos no mesmo barco.

Os espaços limitados de um navio de guerra – mesmo de um navio grande – forçam a amizade entre seus tripulantes. Não existe lugar para se esconder. As forças ou as fraquezas são logo descobertas e co-

nhecidas. A capacidade profissional do comandante está à vista de todos, todo dia. Uma atracação malfeita simplesmente não pode ser escondida dos subordinados. Da mesma maneira, um comandante que mostra zelo pelo profissionalismo, que tem especial atenção no trato com os subalternos, sem no entanto deixar de corrigir as falhas que apareçam, é imediatamente considerado um herói para todos. Um marinheiro a bordo não pode deixar de participar das fainas, ao contrário de alguns pilotos que colocam suas aeronaves "indisponíveis" na inspeção pré-voo.

Um marinheiro deve estar preparado para

as vicissitudes da natureza e do inimigo, e em consequência ele deposita um grande crédito na prontidão e na prudência. Ele se prepara para o improvável e até mesmo para o impossível. Para seus pares de terra e ar, ele se parece muito conservador.

Para ele, as coisas importantes simplesmente precisam funcionar, e por isso precisam ser simples. Ele ainda acha que os mastros são apêndices úteis – mesmo após ter passado o tempo da Marinha a Vela – para estender seu horizonte e como lugar para colocar seus equipamentos mais usados. Ele aceitou o cabo de náilon, mas ainda existe um lugar especial no seu coração para o cabo de manilha. Aceitou a turbina a gás na propulsão de seus navios, mas guarda ainda um lugar especial para o vapor. Realmente, suas veias parecem estar cheias de vapor: no preparo do rancho, na transformação da água salgada em água doce, para o aquecimento e, em alguns casos, para o lançamento de aeronaves. Quase todos os navios de guerra têm vapor em seus sistemas para o apoio à vida de bordo.

Almirantes e marinheiros dividem igualmente o risco de enfrentar o fogo inimigo ou a fúria de um temporal, pois estão, literalmente, todos no mesmo barco

Por ser o navio uma entidade completa, o marinheiro dá grande importância em moldar suas ações de maneira independente dos outros navios e das bases. Ele se recente quando sofre interferência de terceiros ao lhe dizerem como conduzir suas tarefas, e está feliz quando o único navio, de horizonte a horizonte, é o seu.

A presença de um navio mais antigo o impede de ter paz em sua mente, e ele se torna o principal crítico dos erros cometidos pelo navio capitânia.

É o seu navio contra o ambiente, o inimigo, ou mesmo contra o navio irmão. Não existe maior competição na terra do que a que ocorre entre navios de um mesmo esquadrão, ou da mesma força-tarefa.

Lealdade ao navio e lealdade à sua força são dogmas a serem seguidos.

Um soldado certamente terá uma Associação do Batalhão para que se lembre do passado, mas um marinheiro se lembra apenas do seu navio. Raramente ocorre a um marinheiro formar uma Associação da FT 94 ou a Associação da Esquadra.

Um oficial sempre se lembrará de seu primeiro navio, dos nomes do timoneiro e do vigia de seu quarto de serviço, e das situações que eles enfrentaram no porto ou no mar.

Uma das experiências mais gratificantes para o homem do mar é recordar os "bons tempos", quando se encontra com antigos companheiros de bordo. Esta experiência vivida pelos marinheiros, ao longo de suas carreiras, gera um senso de lealdade entre as tripulações e com a Marinha que é um elo sem nada correspondente nas outras Forças. Para o marinheiro, as entidades organizacionais dos soldados e dos pilotos se parecem com uma "sopa de letras": os números mudam, as pessoas são transferidas rapidamente e as unidades não têm um nome ou um número.

Já o navio do marinheiro tem um nome e, o que é mais importante, geralmente é

um nome lembrando uma passagem vitoriosa da história de seu País ou o nome de algum herói nacional.

Os marinheiros valorizam essa conexão com o passado e vêem-se tão capazes como seus antecessores.

Mas a tradição não é simplesmente um guia para a ação, é uma forma de lealdade à Força e uma reafirmação do lugar do marinheiro na fila dos heróis.

Os costumes e as cerimônias navais reforçam o senso de identidade e de continuidade.

Uma passagem de comando, o lançamento de um navio ou o cerimonial à Bandeira Nacional são ocasiões nas quais a comunidade naval expressa a sua confiança e seu apreço pelos homens do mar. As honras ao navio e à sua tripulação são confirmadas na presença de amigos, parentes e colegas de farda.

O termo "conservador" parece ser melhor aplicado aos oficiais de Marinha do que aos de outras forças. Um marinheiro reluta sempre em abandonar o que, no passado, lhe serviu de maneira eficiente.

Ainda hoje os oficiais se apresentam aos chefes de departamento, e estes a seus imediatos, antes de baixarem terra. A chegada e a saída do comandante a bordo são cercadas de cerimônias: içar ou arriar a bandeira substituta, informar ao imediato ou ao oficial de serviço, o qual acompanhará o comandante até a câmara. A chegada do comandante da força ou de um almirante a bordo é o bastante para transformar o mais pacato dos navios num frenesi de preparativos, com atenção ao detalhe.

Essas cerimônias e tradições parecem estranhas para o soldado, para o piloto e para o civil, mas para o marinheiro são parte da vitalidade de sua experiência profissional: ele sabe o que se espera dele e onde estão depositados a honra e o reconhecimento.

Mas o marinheiro também sabe premiar aqueles que sabem combinar tradição com

inovação. Ele faz um balanço entre os dois pólos: aqueles que acham que porque é velho é que deve ser bom, e aqueles que pensam que se é novo deve ser melhor.

Na verdade, ele confia nas coisas velhas, mas reconhece o valor do novo. O radar, a turbina a gás, o avião, a propulsão nuclear e a comunicação por satélite revolucionaram o mundo no qual ele vive, mas o mar ainda está lá. Os navios são ainda danificados ou afundados pelo mar, navios ainda se chocam em um mar sem sinais de trânsito ou vias expressas.

As mesmas características são divididas entre Marinhas.

Os marinheiros geralmente têm simpatia por seus colegas estrangeiros. Eles enfrentam os mesmos perigos e respondem aos

desafios de maneira semelhante. Eles comemoram reverências às tradições e aos costumes da mesma forma, e, em muitos casos, até as fontes das tradições são as mesmas: tradições cultivadas pela Marinha Real britânica na época da Marinha a Vela.

Na medida em que ingressamos na era das operações conjuntas e combinadas, os marinheiros terão que fazer alguma concessão aos companheiros das outras forças, porém a natureza única da profissão naval e de seu ambiente peculiar certamente marcarão de forma indelével a forma e o conteúdo dos planejamentos e das operações.

Os soldados e os pilotos certamente aprenderão que os aparentemente excêntricos e tradicionais marinheiros são, na verdade, profissionais moldados pela água salgada.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<PESSOAL> / Marinheiros /; Conduta; Comportamento;

**Onde o espírito não teme,
a fronte não se curva.**

R. Tagore

PETROBRAS NA GLOBALIZAÇÃO

"O capital estrangeiro é como o vento; só entra onde tem saída"

(Em suplemento do *Jornal do Commercio**)

GÉRSO FLEISCHHAUER
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução
A auto-suficiência, a importação e a exportação
As parcerias
A globalização
A privatização da Petrobras

INTRODUÇÃO

Como a própria empresa publicou, por ocasião da comemoração de seus 45 anos de fundação, ela vai muito bem e chegou à atual situação, de igualdade técnica e financeira com as demais grandes empresas congêneres, com o seu profícuo trabalho durante o seu regime monopolístico.

Refutando a "pregação" do suplemento, para que então mudar seu rumo? Só porque tem condições de competir? Para que parceria para dividir o seu acervo e o seu promissor futuro com os empresários nacionais ou estrangeiros que, na prática, têm os mesmos propósitos? Para atingir mais rapidamente a auto-suficiência? Para exportar?

* N.A.: "A Petrobras dos novos tempos - 45 anos de capacitação competitiva", encarte do *Jornal do Commercio* de 1º/4/1998.

A AUTO-SUFICIÊNCIA, A IMPORTAÇÃO E A EXPORTAÇÃO

A auto-suficiência é desejável mas não é prioritária. Além de tudo, é véspera da exportação desordenada, meta habitual das multinacionais, principalmente com o petróleo dos outros.

Alguma importação é até interessante para o País, desde que a preços convenientes, pois além de provocar, por equilíbrio, a exportação de alguns outros bens, retarda a exaustão das nossas jazidas. A salutar Interbrás, que atendia perfeitamente a este propósito, foi extinta!

Há países que, ainda que com disponibilidade local, importam o petróleo há muitos anos, como, por exemplo, os Estados Unidos, que o fazem há cerca de 50 anos. Há outros que, com disponibilidade mínima, ou até nenhuma, auferem altos lucros, trabalhando com o petróleo dos outros, em todos os seus estágios de comercialização, isto é, na produção, no transporte, na refinação etc., como a Itália, com a sua poderosa estatal Ente Nazionale Idrocarburi (ENI)¹, ou, simplesmente, refinando-o, como o Uruguai, com a sua estatal Administration Nacional de Combustibles Alcool Y Portland (ANCAP).

Será que o Brasil, com a produção diária de 1 milhão e 600 mil barris, terá que procurar outro caminho?

Exportar energia ou minerais básicos *in natura* é uma enorme imprudência, pois é operação nunca remunerada por um preço justo, além de matar o futuro de um país.

Não incluindo nenhum beneficiamento no produto, haverá uma margem mínima de lucro.

Assim, no meu julgamento, a privatização da Vale do Rio Doce transformará o nosso subsolo numa "cadeia de buracos", que se converterão, no estrangeiro, numa "cadeia de montanhas"! Imaginem no caso da Petrobras!

Em 1958, expunha eu, modesto capitão-tenente da nossa Marinha, ao Senhor Pauxi Nunes, então governador do Amapá, o perigo da exportação não controlada do manganês. Hoje, a Serra do Navio transformou-se no Buraco do Navio!

A auto-suficiência é desejável mas não é prioritária. Além de tudo, é véspera da exportação desordenada

AS PARCERIAS

O suplemento "A Petrobras dos novos tempos - 45 anos de capacitação competitiva", a despeito de apresentar uma excelente situação atual, tenta

convencer o leitor da necessidade do ingresso da empresa no sistema da economia globalizada. Segundo o texto, seria a única solução para a empresa.

Globalização é, no meu ponto de vista, como se, depois da "mesa posta", fossem chamados os convidados sob a alegação de que a competitividade do anfitrião não tolerará gastrônomos!

Mas não precisamos de convidados; poderemos comer tudo sozinhos, coisa, entretanto, que a empresa, há muitos anos, não faz, em prol da "utilidade pública" que, normalmente, não impressiona o empresariado.

A parceria não será, absolutamente, fruto da nova sistemática imposta, pois no

1 N.A.: No Brasil, sua penetração é feita através da AGIP.

regime monopolístico teve sempre a Petrobras parceiros e terceiros, que tiveram desenvolvimento e emprego, graças aos preços convenientes de suas matérias-primas e a utilização preferencial da mão-de-obra local.

Se tem ela capacidade técnica, a ponto até de poder vender tecnologia – o que nunca deveria fazer, uma vez que os avanços tecnológicos estrangeiros sempre nos foram negados –, e capacidade financeira, conforme atesta o citado suplemento, para que a parceria com as poderosas multinacionais? Para ajudá-las a serem mais fortes?

A GLOBALIZAÇÃO

A Petrobras nunca “se preparou para chegar ao tempo da globalização”, como alega o suplemento, porque sempre houve esse tempo, embora com outros nomes, com outras máscaras, mas sempre com o mesmo propósito de confundir, até com elogios, na tentativa de lançar mão dos recursos alheios!

A voracidade dos países adiantados e a ameaça da exaustão de seus recursos locais e dos por eles explorados sempre existiram e, quando os nomes por eles utilizados caem em desmoralização, é preciso criar novos, como “globalização”, “neoliberalismo”, “acordo de múltiplos investimentos”, “extra-territorialidade das leis” (americanas, é claro) etc.

Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos, já dizia em 1977: “Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiam até hoje se não

tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta, a um preço próximo do custo da extração e transporte e, se elevados, que o sejam sem perda de relação de troca pelo reajustamento correspondente nos preços de seus produtos de exportação. Para tanto, terão os países industrializados que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos garantidores da execução de seus intentos.”

Como diz o suplemento da Petrobras, o “ufanismo nacionalista e a longa e eficiente consolidação da Empresa no palco monopolista, que fazem, entretanto, parte da sua gloriosa história de sucesso, nunca deverão ficar para trás”.

Que plêiade de contra-sensos! Por que o “entretanto”? Por acaso, a “eficiente consolidação da empresa” e “a gloriosa história de sucesso” são deméritos? Poderiam ficar para trás?

Na melhor hipótese, a globalização nos levaria a fazer parte de um *trust*, tão odioso como os demais!

Estou convicto de que o ufanismo nacionalista levanta os países, apesar de, recentemente, um apátrida ter dito: “Passou a era das ideologias.” Para ele a era não “passou” porque nunca “existiu”, pois, no meu julgamento, a sua cabeça não comportou um ideal puro!

A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS

Mas a razão de todos estes rodeios está na falta de coragem de que seja determinado: “Vamos privatizar a Petrobras!”

Terão os países industrializados que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos garantidores da execução de seus intentos

Henry Kissinger, quando secretário de Estado americano

Ninguém ignora que o repúdio seria geral e a sua efetivação poderia ser motivo até para uma convulsão interna. Lembremos que a simples tentativa de mudar o nome de Petrobras para Petrobrax causou uma intensa reação do povo e uma enorme celeuma.

Convém recordar que a campanha "O petróleo é nosso" movimentou, proporcionalmente à população das diversas épocas, muito mais brasileiros que os movimentos em prol da Independência, da abolição da escravatura ou da proclamação da República.

Para a privatização da Petrobras, restam então os falsos argumentos e as ações administrativas prejudiciais, culpando-a da dívida externa e do não alcance da auto-suficiência; taxando-a, cada vez mais; desviando suas rendas para cobrir déficits que, absolutamente, não lhe dizem respeito; não pagando a seus fornecedores; exigindo-lhe crescentes *royalties*; enfatizando os poucos casos de agressão ao meio ambiente por ela causados e até superestimando o valor dos salários de seus empregados.

Que se paguem *royalties* a proprietários particulares, entendemos, mesmo não sendo eles donos dos respectivos subsolos. Mas governadores e prefeitos não são proprietários dos respectivos estados e municípios, a quem se devem pagar aluguéis!

Além disso, há municípios que recebem *royalties* sem nunca terem sentido o cheiro do petróleo. Os municípios produtores de petróleo ou por ele transitados geralmente nada investem na atividade. Pelo contrário, normalmente é a empresa que leva a eles saneamento básico, asfaltamento, postos de saúde, escolas etc., além de dar emprego à mão-de-obra local.

Coerentemente com o que foi dito, é oportuno lembrar que o Presidente da República também não é o dono do território nacional e, portanto, não pode arrendá-lo, muito menos vendê-lo.

Royalties pagos por empresa estatal brasileira ao Governo constituem uma aberração. São como aluguéis pagos por um filho a seu pai por ter sido por ele gerado.

No mar, o absurdo é ainda maior! Talvez deveriam ser pagos a Netuno.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ECONOMIA> / Petróleo; Petrobras; Privatização; Globalização;

O BARÃO DO RIO BRANCO E A POLÍTICA INTERNACIONAL*

Homenagem da *Revista Marítima Brasileira* ao Barão pelo centenário de posse no cargo de ministro das Relações Exteriores.

ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
Capitão-de-Fragata (Prof.-RRm)
Doutor em Filosofia, ex-professor da Escola Naval

SUMÁRIO

- O pai, Visconde do Rio Branco, e as guerras platinas
- Início da vida política de Paranhos Júnior
- A primeira questão de fronteiras e opiniões político-militares
- A segunda questão de fronteiras e a Ilha da Trindade
 - Ocupação da Trindade pela Grã-Bretanha*
 - A questão com a França*
 - Os limites com a Guiana Inglesa*
 - O resultado da questão francesa*
- De Berlim para o Itamaraty e a questão do Acre
 - A questão do Acre*
 - O problema com o Peru*
 - O primeiro cardeal da América Latina*
 - O incidente da Panther*
- A América e o mundo; A questão do rearmamento e da paz
 - A questão do rearmamento*
 - A questão do Chaco*
 - O caso do café*
 - A equivalência naval*
 - O tratado de limites com a Colômbia*
 - Rui Barbosa e a Conferência de Haia*
 - A segunda Conferência de Paz*
- Seus últimos dias

* N.R.: Texto extraído da conferência feita pelo autor em 19 de abril de 1995 na Escola Superior de Guerra em comemoração do sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco. O texto foi enviado pelo autor para a RMB em março de 2002.

O PAI, VISCONDE DO RIO BRANCO, E AS GUERRAS PLATINAS

Em 20 de abril de 1845 nasceu José Maria da Silva Paranhos Júnior, o primeiro dos nove filhos do Visconde do Rio Branco. Este fora o iniciador do processo legal de extinção da escravidão no Brasil, quando, em 1871, sendo presidente do Conselho de Ministros, fez votar a famosa Lei do Ventre Livre, sancionada pela Princesa Imperial Regente, D. Isabel, a 28 de setembro.

O primeiro Rio Branco nasceu em 1819, de família lutadora, sendo ele mesmo um estudante esforçado, que encontrou na Armada seu primeiro caminho.

Entrou em 1836 para a Academia de Marinha, nome que tinha então nossa Escola Naval. Completou o curso em 1840, quando se graduou como guarda-marinha. Foi nomeado segundo-tenente em dezembro de 1842, sendo, dois anos depois, professor daquela academia. Exerceu a seguir o magistério na Escola Militar, cujo curso de engenharia também concluiu em 1845. Foi nessa circunstância, aos 26 anos, que se tornou pai pela primeira vez, como resultado do casamento com Teresa de Figueiredo Faria, a quem se uniu em janeiro de 1842. Deixando cedo a carreira naval, tornou-se, aos 27 anos, secretário do presidente da província do Rio de Janeiro, da qual logo exerceu o governo (1847).

Foi, porém, a crise que levaria à guerra contra Rosas, governante da República Argentina, que abriria ao Paranhos, pai, os

caminhos da diplomacia, mais tarde seguidos pelo filho mais velho.

Em 1850, fazia a primeira viagem ao Rio da Prata, como secretário do Visconde do Paraná, ministro plenipotenciário do Império naquela região.

Veio a guerra contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), a cujo término findou também a missão de Paraná.

Era o **ano de 1852**, e o governo imperial nomeou Paranhos como ministro em Montevideu, reconhecendo os excelentes trabalhos na missão anterior.

Foi assim que o pequeno José Maria, apelidado de Juca, viajou por mar a primeira vez, com a mãe e as duas irmãs, para residir na capital uruguaia.

A comissão em Montevideu não demoraria muito, porém.

Já eleito deputado pela província fluminense à Assembléia Geral, Paranhos foi escolhido ministro da Marinha no gabinete presidido pelo já então Marquês do Paraná, em 1853.

Era o "Gabinete da Conciliação", como ficou conhecido.

Tinha 34 anos.

Alternando a vida diplomática com a carreira política, Paranhos voltaria ao Prata em missão especial, **em 1857**, para negociar fronteiras e navegação. Tratava de evitar a guerra, e plantava, assim, no filho Juca as sementes do interesse pelas questões de Estado, muito especialmente as de relações internacionais.

Em 1861 era ministro da Fazenda, e senador vitalício dois anos mais tarde.

Por essa época, o que parecia inevitável aconteceu: o Juca, aos 16 anos, inte-

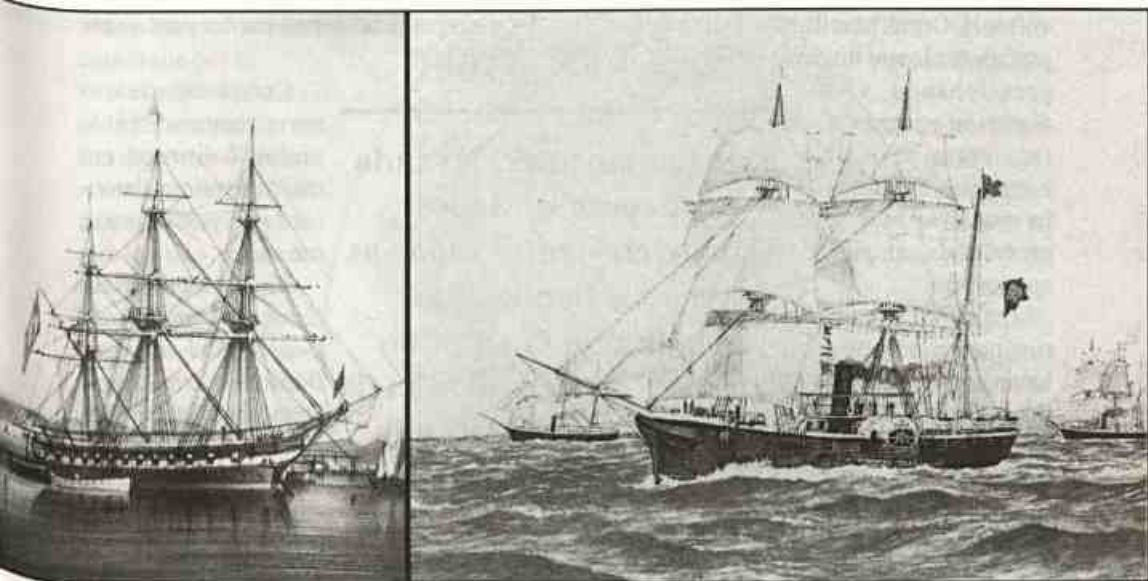


ressado na história naval brasileira, estudava documentos da Guerra Cisplatina, de 1825-28; detinha-se particularmente na abordagem da Fragata *Imperatriz*, comandada por Barroso Pereira. O ataque portenho, de surpresa, levou à morte o bravo comandante do navio.

Dai surgiu o primeiro trabalho histórico do futuro Barão do Rio Branco, uma biografia, sob o título *Luiz Barroso Pereira*, publicada em 1862. Dois anos depois, pu-

blicava seu segundo trabalho: *Episódios da guerra do Prata: 1825-1828*.

Era a paixão pela história, muito particularmente a história militar. Registrava-se aí novamente o fenômeno mais dramático das relações entre os Estados: a guerra, exatamente como já escrevera Clausewitz, que a considerou a continuação da política por meios violentos. Essa violência, destinada a levar o inimigo a fazer a vontade do vencedor, onde era imprescindível o derramamen-



E: Juca, aos 16 anos, estudava a Guerra Cisplatina, detendo-se particularmente na abordagem da Fragata *Imperatriz* (foto), comandada por Barroso Pereira. D: Para a Guerra Oriental, a Esquadra sob as ordens do Visconde de Tamandaré bloqueou o Prata, subiu o Rio Uruguai, bombardeou Salto e desembarcou tropa em Paissandu. Na foto a Fragata *Amazonas* quando seguia para o sul

to de sangue (no entender clausewitziano), sensibilizou profundamente Juca Paranhos, fazendo-o trabalhar para evitá-la.

Meses depois de publicar seu último texto, o jovem Paranhos, de 19 anos, viu seu pai partir mais uma vez para o estuário platino, a bordo de um navio de guerra: era novembro de 1864.

O Senador Paranhos deixava a Corte na esteira da missão do Conselheiro Saraiva. Este fora negociar com o governo de Aguirre

a cessação das hostilidades contra os súditos do Império no Uruguai, mas acabou apresentando um ultimato ao governo de Montevideu, de que resultou a Guerra Oriental.

A Esquadra, sob as ordens do Visconde de Tamandaré, bloqueou o Prata, subiu o Rio Uruguai, bombardeando Salto e desembarcando tropa em Paissandu.

Ao mesmo tempo, forças de terra atravessaram a fronteira do Rio Grande do Sul, brasileiros e uruguaios *colorados*, para combater

o adversário *blanco*. Deu-se o cerco da capital, intervindo Paranhos, que negociou a rendição, evitando um banho de sangue.

Chegou-se à Convenção de Paz concertada por Paranhos, e assinada em 20 de fevereiro de 1865. Asseguravam-se o respeito aos vencidos e uma anistia restrita.

Tudo isso, porém, não saciou os partidários de maior violência, que acusaram o negociador brasileiro de não atender a todos os interesses brasileiros. O preço a pagar seria a exoneração de Paranhos, que voltou à Corte humilhado. Defendeu-se, porém, em longo discurso no Senado, impressionando vivamente os companheiros; eram passados três meses, e conseguira mudar as más impressões da campanha que sofrera.

Em dezembro anterior, porém, o Paraguai havia começado hostilidades contra o Império, complicando toda a questão platina. Ainda não estava pacificada a República Oriental, e o Império via-se em armas contra o novo agressor, na maior guerra já travada pelos brasileiros.

Duraria mais de cinco anos o sangrento conflito.

Estudos recentes, levando em conta os dados disponíveis dentre todas as guerras conhecidas, assinalam a Guerra do Paraguai como o caso mais trágico, nela perecendo 72% da população daquele país.

Ali levou-se a cabo o ensinamento de Clausewitz, que recomendava como condições da vitória a destruição das forças inimigas, a quebra de sua vontade de lutar e a ocupação do território inimigo.

O Brasil fez as três coisas *avant la lettre*.

INÍCIO DA VIDA POLÍTICA DE PARANHOS JÚNIOR

Juca Paranhos impressionou-se vivamente. Durante o conflito platino, deixou São Paulo, onde estudava na Faculdade de Direito, e mudou-se para Recife, para completar seu bacharelado.

No meio tempo, supria a famosa revista francesa *L'Illustration*, de circulação mundial, com informações, artigos e desenhos sobre a guerra. Buscava, de alguma maneira, a simpatia das outras nações para a causa brasileira.

Completado o curso em novembro de 1866, viajou à Europa em março seguinte, demorando-se por lá quase um ano.

Em 1868, publicou o *Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo*. Demonstrava a continuação de seu interesse pela história militar.

Mais tarde, em 1875-76, publicaria suas anotações aos dois pri-

meiros volumes de *A Guerra da Triplice Aliança*, do autor alemão L. Schneider, que continha erros desfavoráveis ao Brasil; as anotações ao terceiro volume ele nunca haveria de concluir.

De volta ao Rio, em 1868, Juca Paranhos exerceu brevemente o magistério no Colégio Pedro II.

Aquele ano, porém, traria grande mudança na vida política nacional. Os liberais caíram, apesar de terem maioria na Câmara, e os conservadores assumiram o poder longamente.

Organizando o novo governo, o Visconde de Itaboraí chamou o Senador Paranhos

Estudos recentes, levando em conta os dados disponíveis dentre todas as guerras conhecidas, assinalam a Guerra do Paraguai como o caso mais trágico, nela perecendo 72% da população daquele país

para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Foi a oportunidade para iniciar-se o jovem Paranhos na política, elegendo-se deputado à Assembléia Geral por duas legislaturas sucessivas, sendo a primeira eleição em janeiro de 1869.

Esse não era, porém, o caminho de seu coração. Aquilo que o atraía mais eram as questões de história e de relações internacionais. Por isso, foi-lhe grata a oportunidade de acompanhar o pai em missão ao Prata, logo após as eleições de 1869, embora pouco tenha se demorado por lá.

Assunção tinha caído, e se esperava para breve o fim da guerra. Ela duraria um ano ainda. E as negociações entre os aliados não estavam fáceis, diante do destino dos vencidos. Somente em 20 de junho de 1870, assinara-se o tratado preliminar de paz.

O senador e ministro dos Estrangeiros regressou à Corte em agosto, a tempo de ver o fim do governo que integrava. Mas logo voltou ao Prata, incumbido de concluir as negociações.

Paranhos Júnior, licenciado da Câmara, pela qual não tinha grande interesse, acompanhou o pai, como seu secretário. Embrenhava-se, assim, nos arquivos platinos, dedicando-se à história militar e diplomática.

Durante a missão, veio o título: Visconde do Rio Branco. O senador era, assim, o primeiro do novo nome. Em fevereiro seguinte, 1871, o visconde voltava à Corte para apresentar-se ao imperador, de quem recebeu a incumbência de organizar o novo

governo: **tornava-se primeiro-ministro.** Foi nessa posição que Rio Branco trabalhou pela votação da Lei do Ventre Livre.

Em maio, D. Pedro II iniciou longa viagem à Europa. Em seu lugar, como regente do Império, D. Isabel sancionou a lei, ligando pela primeira vez seu nome à emancipação gradual dos escravos.

Nessa fase um tanto agitada da vida de seu pai, às voltas com a infeliz questão religiosa, que levou à prisão os bispos de Pernambuco e

do Pará, o jovem deputado Paranhos envolveu-se amorosamente, iniciando um relacionamento de circunstâncias difíceis. Tratava-se de **Marie Philomène Stevens** (foto ao lado), uma atriz belga, do Café Alcazar, que o moço cortejava freqüentemente no Rio de Janeiro.



Viajando à França, Marie teve lá, em fevereiro de 1873, o primeiro filho com Juca Paranhos, que ficara na Corte. Era Raul, o primogênito de cinco filhos do casal. Viriam depois Marie Clotilde, Paulo, Amélia e Hortênsia, esta de 1885, nascidos entre o Rio de Janeiro e a França.

Mas o casamento formal só se realizaria numa pequena igreja londrina, em setembro de 1889, passados 16 anos desde o

nascimento do primeiro filho. Era ele já barão havia pouco mais de um ano, e passaria então Marie Philomène a chamar-se finalmente Baronesa do Rio Branco, título que usufruía por apenas pouco mais de oito anos, pois morreria aos 48, em Paris, em janeiro de 1898.

No correr desses mais de 25 anos, desde os tempos de deputado sob o governo do Visconde do Rio Branco, deram-se movimentos dramáticos na vida de Paranhos Júnior, antes e depois de alcançado o baronato que lhe concedeu a princesa imperial regente, nas comemorações da Lei Áurea, em maio de 1888.

Em 1875, Rio Branco, pai, deixara a chefia do governo, passando-a ao Duque de Caxias, que deu a anistia aos bispos. E Paranhos Júnior abandonaria a política. Contava 30 anos de idade, e, desejoso de ingressar na vida diplomática, candidatou-se ao lugar de cônsul-geral em Liverpool. Era este tido como o emprego mais rendoso do serviço público, e fora exercido pelo Almirante Grenfell, herói das guerras de Independência e platinas. Estava vago, e havia outros interessados.

Depois de longa espera, em face da má vontade do imperador, que era rigorosíssimo em costumes, Paranhos Júnior conseguiu, com a insistência do pai, do Duque de Caxias e do Barão de

Cotegipe, a nomeação das mãos da Princesa Isabel, mais uma vez regente do Império, em face da viagem de D. Pedro II aos Estados Unidos da América e à Europa.

Era maio de 1876, e Marie Philomène já viajara para a França com os dois pequenos, já pesada, à espera do terceiro filho. Nunca mais retornaria ao Brasil.

Em setembro, Paranhos viajou para a Europa. No mês seguinte chegou a Paris, onde conheceu o filho recém-nascido, Paulo. A família ficaria ali. Ele foi só para

Liverpool, onde assumiu o consulado no começo de dezembro. Só voltaria a residir no Brasil 26 anos mais tarde, em 1902, ao ser nomeado ministro das Relações Exteriores, no governo do Conselheiro Rodrigues Alves. Envolvera-se nesse tempo, e cada vez mais, com a política interna-

cional, quer por estudá-la pela história, quer por vivenciá-la nas lides diplomáticas.

A PRIMEIRA QUESTÃO DE FRONTEIRAS E OPINIÕES POLÍTICO-MILITARES

Se em 20 de abril de 1995 fez 150 anos do nascimento do Barão do Rio Branco, aquela data é também o centenário de um acontecimento especial.

Vindo de Washington, o segundo Rio Branco embarcava em Nova Iorque, acom-

Não queria a guerra, mas recomendava que se fizesse “cara feia al enemigo”, para o que era bom que houvesse algum respaldo militar como auxílio à ação diplomática

AO LADO: PARANHOS JÚNIOR, O BARÃO DE RIO BRANCO

① Aos 5 anos de idade – ② Em 1862, aos 17 anos, na Faculdade de Direito de São Paulo – ③ Em 1864, ainda em São Paulo – ④ Já Barão – ⑤ Em 1876, como cônsul-geral em Liverpool aos 31 anos de idade – ⑥ Em 1888, em Paris, quando recebeu o título de barão – ⑦ Com a família em Berna: Hortênsia, Barão, Amélia, Raul e Paulo. (Fotos de *Barão do Rio Branco – Uma biografia fotográfica*).



DE
P
A
R
A
N
H
O
S
J
Ú
N
I
O
R



A
B
A
R
Ã
O
D
O
R
I
O
B
R
A
N
C
O



AO LADO: OS SUCESSOS DO BARÃO DO RIO BRANCO

① Na Exposição Universal de Paris em 1889 — Comissão brasileira de estudos — ② Missão Especial do Brasil em Washington (1893-95) — ③ Na Legação Brasileira em Berlim, com funcionários (c-1901 e 1902) — ④ Em Westfalia, após a assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia em 17/11/1903 — ⑤ No almoço oferecido pelo Presidente Afonso Penna ao ex-presidente da Argentina, General Julio Roca — ⑥ Missão Especial em Berna (1898/1900) para a Questão do Oiapoque, com a França, em 1898 — ⑦ Assinatura do Tratado da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão com o Uruguai, no Rio de Janeiro, em 30/10/1909. (Fotos do *Barão do Rio Branco — Uma biografia fotográfica* e SDM).

panhado de seu filho Raul, a bordo do transatlântico *Lucania*. Rumava de volta para a Europa, depois de quase dois anos nos Estados Unidos da América, onde defendera bravamente os interesses do Brasil na questão de limites com a República Argentina. Era sua primeira causa internacional, uma questão que vinha se arrastando lentamente, e que já tivera com seu pai, o falecido visconde, tratativas iniciais em meados do século.

A 20 de abril de 1895, o barão deixava um campo de luta incruenta, e buscava os mares com o troféu da vitória: obtivera o laudo favorável do Presidente Cleveland às argumentações do Brasil — ou seja, às suas próprias — acerca da delimitação do território das Missões.

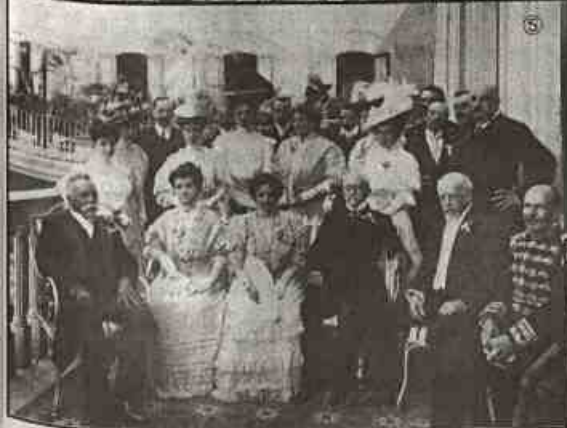
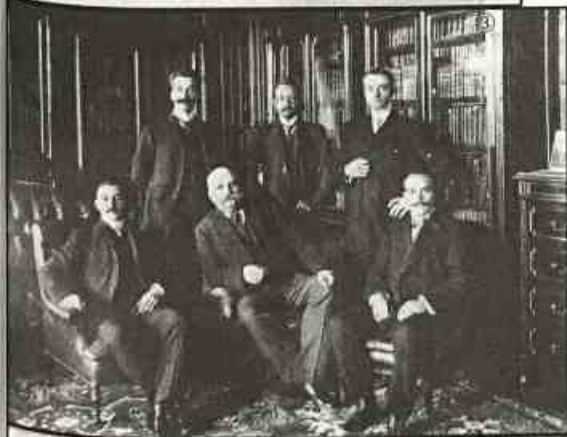
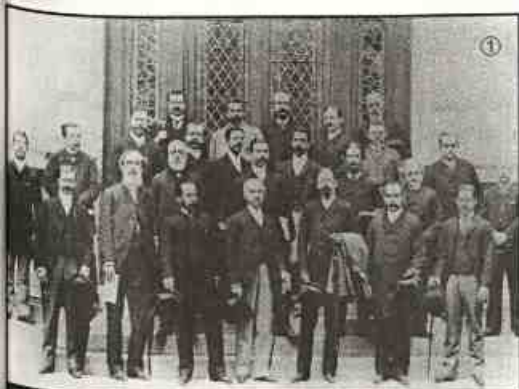
Suas convicções, sua fundamentação histórica, seu vasto conhecimento, seu especial interesse nos livros, nos mapas e nos papéis antigos, que desde adolescente compulsara, seu desejo ardente de ver a vitória incruenta, faziam dele um executor prévio e exímio das recomendações das conferências de Haia, de 1899 e 1907, que indicariam os bons ofícios, a mediação e a arbitragem, concitando os Estados a empregarem todos os esforços para resolverem pacificamente as diferenças internacionais¹.

Naquela peleja, enfrentara o delegado portenho Estanislau Zeballos, que se tornaria um ardente desafeto do Brasil.

Não fora fácil, porém, a Paranhos Júnior chegar lá. Passara difíceis momentos na solidão de Liverpool. Buscava em Londres, e sempre que possível em Paris, algum descanso, alguma força, um devaneio. Reencontrava os bons amigos: o Barão de Penedo, Joaquim Nabuco, e Silveira da Mota, depois Barão de Jaceguai, dentre outros.

Continuava as anotações ao terceiro volume do livro de Schneider sobre a Guerra do Paraguai, trabalho que se arrastaria pelo tempo, e que nunca haveria de concluir. Escreveu *Navegação e comércio entre o Brasil e os portos da dependência do consulado-geral do Império em Liverpool no ano de 1876-1877*, que foi publicado em 1880, no Rio. Escreveu ainda: *O café na Grã-Bretanha*, em 1882; *Le Brésil à l'Exposition Internationale de St. Petersbourg*, que publicou na capital da Rússia em 1884, onde tinha estado como delegado brasileiro àquele certame; *Le Brésil*, verbete, com a colaboração de outros, para a *Grande Encyclopédie*, dirigida por Levasseur, publicada em Paris, 1889; *Esquisse de l'histoire du Brésil*, também de 1889, como parte da obra *Le Brésil en*

1 Cf. Artigo primeiro da *Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux signée à la Haye le 18 octobre 1907*. In: Reuter, Paul e Gros, André. *Traité et documents diplomatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963, p. 5.



O BARÃO DO RIO BRANCO



E SUAS VITÓRIAS



1889, destinada a aparecer na citada exposição de São Petersburgo; uma biografia do Imperador D. Pedro II, que foi publicada como sendo escrita por Benjamin Mossé, destinada à comunidade judaica francesa, que veio a lume em Paris, em 1889; e as famosas *Efemérides brasileiras*, editadas no Rio, em 1892; e ainda a memória, em seis volumes, da defesa do Brasil na questão das Missões, impressa em Nova Iorque em 1894.

Era o resultado da incessante atividade intelectual do Barão do Rio Branco, em meio aos mapas e às pesquisas documentais e bibliográficas, que o credenciaram a advogar a causa brasileira em Washington.

Nesse meio tempo, entre a posse no Consulado de Liverpool e o regresso à Europa, vindo de Nova Iorque, nasceram-lhe os dois últimos filhos, Amélia (1878) e Hortênsia (1885). E também perdera o venerado pai, que tinha completado 60 anos na companhia do Júnior, em Roma, assistindo à missa cantada na Basílica de São Pedro. No dia seguinte, o visconde foi recebido pelo Papa Leão XIII, já passado o vendaval da questão religiosa. O primeiro Rio Branco passou quase um ano em excursão pela Europa. Adoeceu por lá, mas recuperou-se parcialmente. Com a marcha da doença, morreria em novembro de 1880. Paranhos Júnior viera ao Rio, alarmado com o estado do pai. Era a primeira vez que voltava à terra natal, em cinco anos. Chegou a tempo de acompanhar o fim dos dias do visconde.

Voltou à Europa em meados de 1881. No ano seguinte, anunciava sua intenção de escrever *História militar e diplomática no Rio da Prata*, abrangendo o período de 1680 até 1828. Era o tema da adolescência, que, entretanto, ficaria em sonho nunca realizado.

Foi nessa mesma época, 1882, que o cônsul da Argentina em Londres, Alberto Guerrico, reacendeu a questão das Missões, censurando pela imprensa britânica o Barão de Cotegipe, que impedira os argentinos de ocuparem o território em litígio. O assunto esquentou, e Paranhos mostrou sua preocupação com a fraqueza militar do Império àquela altura.

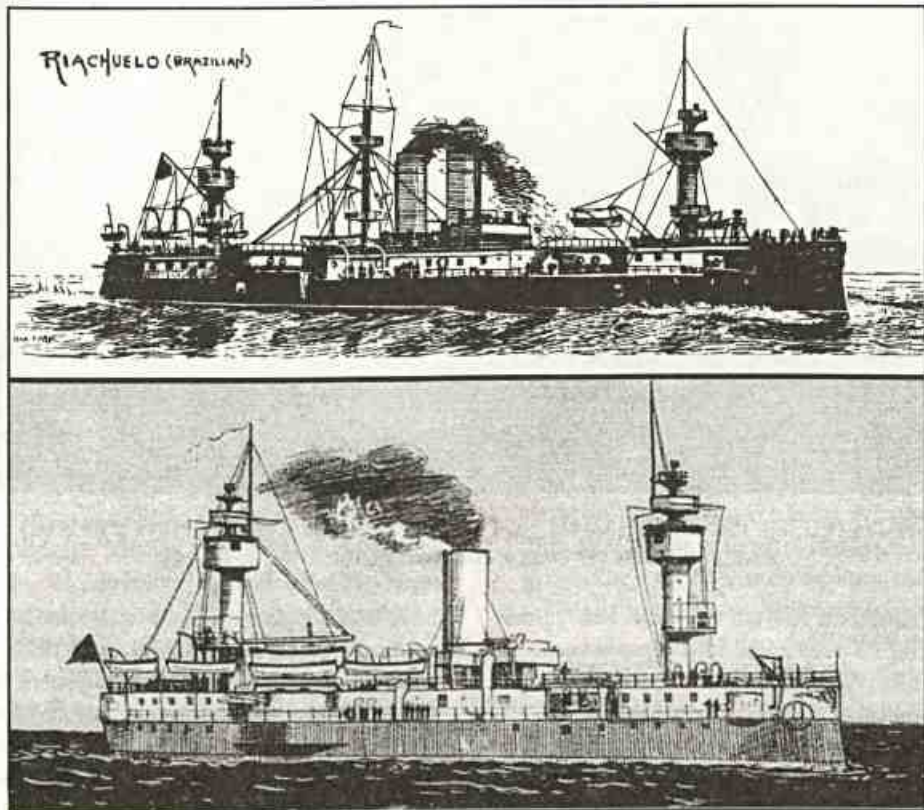
Não queria a guerra, mas recomendava que se fizesse "*cara feia al enemigo*", para o que era bom que houvesse algum respaldo militar como auxílio à ação diplomática. Era um jogo perigoso, pois Paranhos reconhecia que estávamos "sem Esquadra, sem torpedos e sem Exército", mas esperava que o inimigo recuasse, supondo que éramos "muito fortes e valentes"². Paranhos via o Império à

mercê do vizinho reclamante, sem reais condições de sustentar sua posição, caso fosse agredido.

Considerava criminosa a imprevidência dos governos, que haviam deixado a situação chegar àquele ponto, consequência das medidas de desarmamento pós guerra do Paraguai. O Império chegara a vender para a Inglaterra o poderoso Encouraçado *Independência*, que estava em prontificação em estaleiro britânico, quando terminou

Considerava criminosa a imprevidência dos governos, que haviam deixado a situação chegar àquele ponto, consequência das medidas de desarmamento pós Guerra do Paraguai

2 Carta ao Barão de Penedo, de Liverpool, 5 de agosto de 1882. *Apud* Viana Filho, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 1967, p. 125.



Encouraçados *Riachuelo* e *Aquidaban* (Foto: JFS 1895)

aquele custoso conflito platino. E escreveu a Nabuco: “A nossa Esquadra não faz evoluções, como o nosso Exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer a guerra”³.

Sabia ele que, infelizmente, a política internacional poderia continuar de modo violento, como dissera o pensador militar prussiano.

Para tranquilidade de todos, deu-se uma visita do ex-presidente da República Argentina, Nicolás Avellaneda, ao Imperador do Brasil. A uma pergunta do monarca sobre o futuro do país vizinho, Avellaneda

respondeu que se queria a paz; ao que D. Pedro retrucou que, enquanto vivesse, não consentiria a guerra. Desanuviou-se, assim, a situação, que pôde esperar o desfecho do arbitramento.

Ainda assim, a advertência de Paranhos Júnior foi ouvida: encomendaram-se na Inglaterra dois grandes encouraçados, o *Riachuelo* e o *Aquidaban*, lançados ao mar em 1883 e 1885, respectivamente. Logo seriam incorporados à Armada, e fariam parte da famosa Esquadra de Evoluções, a ser comandada pelo Almirante Barão de Jaceguai.

Pelos serviços que vinha prestando, Paranhos foi feito comendador (1881) e dignitário (1884) da Ordem da Rosa.

3 Carta de 29 de agosto de 1882; idem, p. 126.



Presidentes (E/D): Floriano Peixoto (11/1891 a 11/1894), Campos Sales (11/1898 a 10/1900) e Rodrigues Alves (11/1902 a 11/1906) (Fotos: H. Br. de Block)

Voltou ao Rio em **maio de 1887**, para visitar os seus e cuidar de problemas de família. Aqui começou a sentir abalos na Monarquia, ao ver o imperador doente.

Tornou à Europa no último dia de junho, a bordo do *Gironde*, o mesmo navio em que viajava a família imperial. Esperava ter bons momentos na companhia do imperante. E assim chegou de volta ao Velho Mundo, viajante inquieto que era. Mas, amante da terra em que nascera, escolheu como ex-libris a expressão latina *Ubique patriae memor* (em qualquer lugar, a lembrança da pátria).

Mesmo sentido difícil a situação política da monarquia, em face da campanha republicana aberta, tolerada e feroz. Paranhos defendia o regime e censurava as perigosas idéias novas, inclusive o federalismo.

À questão religiosa sucedera a questão militar.

A seguir, avolumava-se a questão servil, que teve o cume na Lei Áurea.

O imperante convalescia na Europa. A princesa regente conseguira a lei com o gabinete conservador de João Alfredo. As celebrações populares pareciam dar alento ao regime, em que agora estava titulado o

novo barão: continuava a dinastia Rio Branco. Finalmente, o casamento, em 1889, e a triste queda da Monarquia. Na véspera do golpe militar de Deodoro, o Barão do Rio Branco despachara de Paris, endereçados ao Visconde de Ouro Preto, então presidente do Conselho de Ministros, vários livros franceses, da Livraria Militar, para que fossem traduzidos e distribuídos no Exército e nas escolas militares, para que os homens da farda “aprendessem que um dos primeiros deveres do militar é o respeito e a submissão à autoridade civil”⁴.

A lição chegaria tarde, porém. E o fiel monarquista encontraria seu velho rei na Europa, acompanhando-o no fim de seus dias, até a morte em 5 de dezembro de 1891.

Rio Branco reconhecia que a hora política era dos militares, lamentava a indisciplina e esperava a demissão do consulado em Liverpool.

A SEGUNDA QUESTÃO DE FRONTEIRAS E A ILHA DA TRINDADE

O barão já passava longos tempos em Paris, onde o governo da República con-

⁴ *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 171.

fiou-lhe a superintendência do Serviço de Imigração, sem que deixasse o consulado.

Foi ali que aprofundou seus estudos sobre os limites com a Argentina, e dali assistiu ao fiasco de Quintino Bocaiúva, então ministro do Exterior, que assinou com Zeballos, em Montevidéu, em 1890, um tratado de divisão do território litigioso das Missões, abrindo mão do que, por direito, pertencia ao Brasil.

O Congresso Nacional não ratificou o tratado, e tudo voltou ao pé em que estava.

Resolveu-se pelo arbitramento, sendo nomeado o Barão Aguiar de Andrada como delegado brasileiro em Washington. Morrendo ele, entretanto, na capital norte-americana, em março de 1893, o vice-presidente em exercício, Floriano Peixoto, mandou convidar Rio Branco para o lugar.

Ora, Paranhos conhecia perfeitamente bem o assunto, já tratado por seu pai em 1857.

Relatou, porque reconhecia que passara os últimos 20 anos em estudos, quase fora do mundo. Mas era uma causa da Pátria. Aceitou e venceu, dando cumprimento à promessa de D. Pedro II a Avellaneda, em 1882: não haveria guerra entre o Brasil e a República Argentina.

Faz mais de 100 anos, pois, que se virava a página norte-americana no currículo diplomático do Barão do Rio Branco. E, com a vitória, vinham dissabores motivados pela inveja, pelo despeito, pela vaidade arranhada, dentre seus próprios compatriotas e companheiros de trabalho.

O caminho, entretanto, estava aberto: as relações internacionais o absorveriam, pelo argumento, pela negociação, pela tenacidade nos estudos.

Voltou à França, ainda cônsul em Liverpool.

Haviam se passado dias terríveis no Brasil, onde o militarismo infrene de Floriano Peixoto e seus partidários jacobinos inundaram a pátria de sangue e ódio.

Exilados ilustres andaram pela Europa: Hilário de Gouveia, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Saldanha da Gama, dentre muitos.

Saldanha, naquele mesmo ano de 1895, regressando ao Brasil, haveria de morrer a 29 de junho em combate, num saldo de horror legado pelos dias de Floriano.

Era já o tempo de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República, que assumiu o posto num palácio abandonado pelo antecessor, que não lhe passou o cargo: assumiu-o, chegando ao Itamaraty.

Mais de uma vez, desde a Monarquia,

O tratado final de limites com o Peru foi assinado em 1909: dos 442.000km² em litígio, aquele país ficava com 39.000

Rio Branco foi sondado para assumir representação diplomática permanente, ingressando em definitivo na *carrière*. Declinava sempre. Mas as rendas do Consulado em Liverpool diminuíram muito, por medidas do

governo. Talvez lhe conviesse, àquela altura, aceitar o convite, em face dos grandes encargos de família. Mas não podia deixar Paris, onde a baronesa, muito doente, chegava ao fim.

Manifestou o desejo de trabalhar na questão de limites com a Guiana Francesa, a ser encaminhada para arbitramento. Defenderia a posição do Brasil. Ainda não oficialmente, foi encarregado de estudar a questão, que já havia sido tratada em Paris, em 1855, pelo Visconde do Uruguai, cuja argumentação foi repelida pelo governo francês. O tema ferveu com a descoberta de ouro na região disputada, em 1894, chegando a haver choque armado entre franceses e brasileiros, com mortes de ambos os lados.

Ocupação da Trindade pela Grã-Bretanha

No mesmo ano de 1895, porém, novo incidente complicou a situação do Brasil: a Grã-Bretanha ocupou a Ilha da Trindade, então deserta, mas que era território brasileiro. O intuito era ter um ponto de apoio para a instalação do cabo telegráfico dirigido ao Prata.

Nossa chancelaria (o ministro das Relações Exteriores era Carlos Augusto de Carvalho) prontamente reuniu a documentação comprobatória da posse da ilha pelo Brasil. Os portugueses a haviam deixado em 1795, depois de conseguirem a desocupação britânica, pois os ingleses a haviam tomado em 1781, durante a guerra com a Espanha, com o intuito de interceptar o comércio espanhol com o Prata, mas a ilha era do domínio colonial português desde o século XVI.

Com a Independência, passou a integrar o Império do Brasil, e várias missões navais brasileiras haviam estado por lá entre 1825 e 1894.

Em 1831, a regência do Império cogitara de explorar a ilha; em 1884 fora concedido a um particular o direito de explorá-la; em 1894, um navio-transporte estivera por lá para estudar seu aproveitamento como colônia penal.

Desse modo, o governo brasileiro apresentou ao *Foreign Office* sua convicção de que aquele território insular não podia ser considerado *res nullius*, isto é, coisa de ninguém.

As discussões, porém, correram infrutíferas no segundo semestre de 1895, desgastando as relações entre os dois países.

Rio Branco aborreceu-se. Os grandes interesses entre o Brasil e a Inglaterra não valiam a disputa. Instou para que o ministro brasileiro em Londres conseguisse conven-

cer o governo de Sua Majestade a largar aquele rochedo no meio do Atlântico. Aos mais exaltados brasileiros lembrava que a Inglaterra estava ocupando até ilhas francesas (Santa Lúcia). Não valia a pena tentar hostilidades militares. Seria o desastre.

A Inglaterra explicou que não fizera ocupação militar, mas apenas atendia a uma conveniência técnica e econômica para a instalação do cabo telegráfico. O Brasil não aceitava condições para ter o reconhecimento de seus direitos sobre a ilha, declarando ao mesmo tempo que, quanto à instalação do tal cabo, "em nada pretende embaraçar um empreendimento civilizador"⁵.

Ambos os países aceitaram o oferecimento dos bons ofícios do Rei de Portugal, na tentativa de resolver o impasse.

O Marquês de Soveral, ministro dos Negócios Estrangeiros, convenceu o governo britânico da legitimidade dos direitos brasileiros, e a ilha foi restituída em agosto de 1896.

Dois meses depois, o Cruzador *Benjamim Constant* punha na Trindade o marco da soberania brasileira.

A questão com a França

Quanto à questão com a França, o governo brasileiro nomeou Gabriel Piza como negociador em Paris, o que levou apreensões a Rio Branco. As discussões não se encaminhavam do melhor modo. E, cauteloso, o barão escreveu a Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, lembrando que era preciso insistir nos meios persuasivos, pois o Brasil não tinha "força suficiente para impor sua vontade a uma grande potência militar"⁶. As negociações transferiram-se de Paris para o Rio, onde

5 Apud Carvalho, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 187.

6 Carta de 23 de julho de 1896. Apud Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 260.

se apressaram. Decidiu-se submeter a demanda ao arbitramento da Suíça, assinando-se nesse sentido, no Rio de Janeiro, um tratado entre as partes. Era preciso, pois, constituir a missão especial em Berna. Prudente de Moraes apoiava o nome de Rio Branco.

Era 1898. O barão ficara viúvo. Numa demonstração de prestígio, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem deixar Paris.

Campos Sales estava escolhido presidente da República, e tomou posse em 15 de novembro.

Logo o Barão do Rio Branco foi nomeado ministro em missão especial na Suíça. No ano seguinte, mudava-se para Berna. Trabalhou incansavelmente pelas madrugadas inteiras, como era habitual. Cercou-se de auxiliares, como em Washington; dentre eles, o célebre Emílio Goeldi, um sábio apaixonado pela Amazônia. Elaborou a argumentação. Estava "farto de sete anos de questões de limites", como desabafou a Joaquim Nabuco⁷.

Por fim, em **5 de dezembro de 1899**, entregou ao árbitro sua segunda *Memória*, composta de seis volumes: no primeiro, a exposição; nos demais, documentos e mapas. Seu título era longo: *Frontière entre le Brésil et la Guyane Française: second mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon les stipulations du traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 avril 1897 entre le Brésil et la France*.

Os limites com a Guiana Inglesa

Nesse meio tempo, desenvolveu-se nova questão com a Inglaterra: desta vez eram os limites com a Guiana Inglesa. **Em março de 1899**, foi entregue ao *Foreign Office* a minuta de um tratado de arbitramento, elaborada por Rio Branco. Era o caminho, também reconhecido pelo governo britânico. Joaquim Nabuco foi escolhido para representar o Brasil na missão especial. Chegou à Inglaterra em maio, começando os trabalhos e buscando conselhos com Rio Branco, que já estudara o assunto, e reunira farta documentação desde 1895. Entretanto, estava às voltas com os árduos trabalhos em Berna.

O resultado da questão francesa

Ali, o ano de 1900 foi de espera, até que, em 1º de dezembro, proclamou-se o laudo inteiramente favorável ao Brasil: reconhecia-se o Rio Oiapoque como o que desaguava ao norte do Cabo Orange, e marcavam-se também no interior os limites sustentados pelo Brasil. Salvavam-se 500.000 km² de território brasileiro contíguo à Guiana Francesa.

Pouco antes do anúncio do laudo do árbitro suíço, Rio Branco perdeu o último irmão que ainda tinha, Horácio. Assim, sendo o mais velho, era também o sobrevivente que restava dos nove filhos do Visconde do Rio Branco. Às vésperas dos 56 anos, estava ciente de que os Paranhos não tinham vida longa. Mas vivia as glórias do êxito diplomático.

No Brasil, o governo e o Congresso deram-lhe prêmio pecuniário pelos excelen-

Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer a guerra

⁷ Apud Lins, Álvaro. *Rio Branco* (O Barão do Rio Branco): 1845-1912. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, v.2, p. 349.

tes serviços prestados em Washington e em Berna.

DE BERLIM PARA O ITAMARATY E A QUESTÃO DO ACRE

A próxima parada era Berlim, onde aceitou ser o ministro brasileiro. Tinha, assim, um emprego certo. Em 28 de maio de 1901, apresentou as credenciais ao *Kaiser* Guilherme II.

Vivia-se a *belle époque*, e a capital alemã era requintada.

Dali tinha-se também um bom panorama da política internacional, cheia de tensões.

A industrialização acelerada da segunda metade do século XIX gerou novas disputas de mercados e fontes fornecedoras de matérias-primas. Também os capitais excedentes buscavam emprego atraen-

te para as expectativas de lucro. Assim, a corrida colonial tinha sido a tônica do período, e ainda se procuravam áreas de influência, bases militares e bons negócios fora da Europa.

Nessa expansão econômica, os instrumentos militares eram agentes de intimidação ou convencimento, quando não se chegava à guerra.

No Extremo Oriente, o Japão tentava alcançar o continente, e brigou pela Coreia, então protetorado da China. Daí a guerra sino-japonesa de 1894-95. A Rússia também não se continha em suas fronteiras, e conservava seu interesse de sair para as águas quentes. Com esse intuito, ameaçava os Bálcãs com seu pan-eslavismo; ali o antigo Império Otomano já perdera terreno, esfacelando-se, mas continuava a insistência russa de passar pelos Dardanelos, o que era vedado a seus navios de guerra.

Para conter o expansionismo russo no Oriente, a Grã-Bretanha, tão ciosa de seu *splendid isolation*, faria um tratado militar com o Japão, em 1902.

Antes, porém, os Estados Unidos da América haviam feito sua *entrée triomphale* no imperialismo, com a guerra hispano-americana de 1898: passaram a ter uma influência direta sobre a Cuba independente, e ficaram presentes nas Filipinas, onde a ferro e fogo contiveram todas as tentativas de libertação; substituíam a Espanha por eles próprios na dominação das ilhas do Oriente. Theodore Roosevelt aplicava sua política de intervenção, conhecida como *big stick*.

Na América, a Colômbia seria uma vítima dos interesses norte-americanos, vindo a perder o Panamá, em 1903, saído de seu território para formar um país que garantisse aos

Estados Unidos uma passagem entre o Atlântico e o Pacífico.

Assim como em 1898 já casara a filha mais velha, Clotilde, em Paris, o Barão do Rio Branco iria casar a segunda filha em Berlim. Em outubro de 1901, Amélia tornaria-se a Baronesa de Werther.

A questão do Acre

Mas a vida política continuava no Brasil distante.

O Conselheiro Rodrigues Alves foi eleito para a Presidência da República, em substituição a Campos Sales. Assumiria a 15 de novembro de 1902. Convidou Rio Branco para ser ministro das Relações Exteriores.

O convidado tentou recusar, e sugeriu o nome de Joaquim Nabuco, que estava em Londres escrevendo ainda sua *Memória* sobre a questão da Guiana Inglesa.

Um dos primeiros deveres do militar é o respeito e a submissão à autoridade civil

Aquela altura a questão do Acre, nas fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia, estava na pauta do dia. Era um território imenso sobre o qual havia o desentendimento quanto à linha fronteira, e ainda o caso da presença ali de numerosa população brasileira, vivendo da exploração da borracha.

Era território disputado entre a Bolívia e o Peru, e aquela o havia arrendado a uma empresa estrangeira, o *Bolivian Syndicate*. Havia conflito de opiniões nos meios oficiais e na opinião pública no Brasil quanto à validade de nossa pretensão. Cheirava a imperialismo para alguns. Seria próprio da época.

Em 29 de agosto, chegava a Berlim um telegrama de Rodrigues Alves, dizendo a Rio Branco que não aceitava suas escusas: tinha que assumir o Ministério do Exterior.

Na capital federal, o barão recebeu largas manifestações de apreço popular, quando chegou no primeiro

dia de dezembro. Era uma figura nacional. Voltava para residir na terra em que nasceu, depois de 26 anos no estrangeiro.

Tomou logo a braços a questão do Acre, que se tornara aguda com a revolta de Plácido de Castro na região, buscando a independência do território e sua incorporação ao Brasil.

Os conflitos armados se sucediam.

O presidente da Bolívia, Pando, comandou em pessoa uma expedição militar contra os rebeldes.

Como a Bolívia se negava a vender o território, Rio Branco negociou com as outras duas partes: ofereceu indenização ao *Bolivian Syndicate* e a ressalva dos direitos ao Peru, nas negociações com a Bolívia. Ambos aceitaram os termos.

Voltando-se para a Bolívia, o governo brasileiro manifestou que sustentava a linha fronteira que julgava prevalecer.

O território tornava-se oficialmente litigioso. Mandaram-se forças da Marinha e do Exército para a região conflagrada. Rio Branco pressionava fortemente; não que quisesse a guerra, mas, como expressara em 1882, em relação à Argentina, era preciso fazer "*cara feia al enemigo*".

A um amigo escreveu em fevereiro de 1903: "Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos."⁸

Em fins de março, a Bolívia deu sinal de que aceitava a proposta brasileira. Far-se-ia um acordo.

Mas Rio Branco não queria o arbitramento, que era perigoso nesse caso. Preferia um acordo diplomático entre as partes, onde entrariam uma indenização à Bolívia e a cessão de alguns poucos milhares

de quilômetros quadrados para aquele país, em troca da enorme área em causa.

Levantou-se grande polêmica, pois havia os que não queriam ceder parte alguma do território nacional. Rui Barbosa estava dentre estes, porque julgava não se poder convencer a opinião pública de que a cessão era vantajosa, como ele mesmo pensava pessoalmente.

Em 17 de novembro de 1903, na casa do barão à margem do Rio Piabanha, assinou-se o Tratado de Petrópolis, pondo fim à questão do Acre.

O Brasil pagava à Bolívia 2 milhões de libras esterlinas, obrigava-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e permutava territórios: ficamos com 142.900 km² de

Salvavam-se 500.000 km² de território brasileiro contíguo à Guiana Francesa

⁸ Carta a Domício Gama, de Petrópolis, em 16 de fevereiro de 1903. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 372.

terra disputada com a Bolívia, mais 48.100 km² de terras reconhecidamente daquele país, num total de 191.000 km²; cedíamos-lhe 2.296 km², área não habitada por brasileiros.

A ratificação do tratado ensejou uma batalha, com numerosos ataques ao Barão do Rio Branco. Dentre muitos, opunham-se ao tratado os senadores Rui Barbosa, Joaquim Murinho, Pinheiro Machado e Rosa e Silva; na Câmara dos Deputados, um dos mais aguerridos era Barbosa Lima.

Também homens como o Barão de Jaceguai opunham-se a Rio Branco.

Mas a opinião pública confiava em seu chanceler, e o tratado foi ratificado **em fevereiro de 1904**.

O problema com o Peru

Restava o problema com o Peru.

Em outubro de 1902, um empreendimento peruano invadira e ocupara o Alto Juruá; em junho de 1903, deu-se também a invasão e a ocupação do Alto Purus. A assinatura do Tratado de Petrópolis foi recebida pelo Peru como um golpe. Procurando reafirmar com desenvoltura seus pretendidos direitos, o governo peruano tentou uma intervenção de Washington a seu favor. Crescendo as tensões, o Peru mobilizava suas forças militares. Rio Branco exigiu a retirada preliminar dos peruanos das áreas invadidas, para que o governo brasileiro tomasse conhecimento oficial das reclamações de seu vizinho. E, **em maio de 1904**, declarou a proibição do trânsito de armas e apetrechos de guerra pelo Rio Amazonas com destino ao Peru, comunicando que já mandara apreender armas para aquele país.

Invocava o "direito de segurança ou de própria conservação"⁹.

O chanceler brasileiro pediu tropas para a região. A guerra parecia iminente, mas ele a recusava. Queria mais uma vez conter

o adversário, empregando pelo menos 6 mil homens do Exército. Mas a movimentação era lentíssima, o que o levou a reclamar junto ao Presidente da República, pois, no seu entender, qualquer das pequenas repúblicas da América Central mobilizaria 6 mil a 8 mil homens em poucos dias.

O Exército estava faltando num momento extremamente necessário, para forçar o adversário a um entendimento.

Este veio em julho, com um protocolo que estipulava um prazo de cinco meses para a negociação de um tratado de limites, complementar ao de 1851. Dispunham-se ainda as partes a recorrer a outros meios para resolver amigavelmente litígios internacionais, caso não chegassem a um acordo definitivo, findo aquele prazo, que acabou sendo prorrogado e durou cinco anos.

O tratado final de limites com o Peru foi assinado em 1909: dos 442.000 km² em litígio, aquele país ficava com 39.000.

Conseguira o barão evitar o arbitramento, ao qual só em última instância recorreria.

Essa convicção se reforçara com a notícia chegada em junho de 1904, em plena crise com o Peru, de que o rei da Itália, árbitro na questão da Guiana Inglesa, repartira o território disputado, dando à Inglaterra mais do que pedira Lord Salisbury, primeiro-ministro britânico, em 1898.

A decisão abateu Nabuco, nosso delegado, mas não lhe apagou o brilho: seria mandado para Washington, onde, em janeiro de 1905, nossa legação foi elevada à categoria de Embaixada. O mesmo se deu com a representação norte-americana no Rio, primeiro caso na América do Sul.

O primeiro cardeal da América Latina

Ainda em 1905, um novo êxito da diplomacia de Rio Branco: o Brasil tinha o primeiro cardeal da América Latina, na pessoa do

9 Cf. Lins, Álvaro. Ob. cit., v. 2, p. 457.

arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque.

O chanceler argumentara atentamente com o núncio apostólico desde 1904. Era assunto que se arrastava desde 1883, e que esteve prestes a se realizar ao tempo do gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto (1889), tendo sido combinada a escolha de D. Antônio de Macedo Costa, o antigo bispo do Pará, que fora condenado à prisão na questão religiosa.

O barão achava que a Santa Sé devia dar aos católicos brasileiros, então 20 milhões, a mesma atenção que dava aos da Europa¹⁰.

O incidente da Panther

Um incidente diplomático desagradável foi o da canhoneira alemã *Panther*, entre dezembro de 1905 e janeiro de 1906.

Depois de já ter criado problemas na costa da África, no Marrocos, esse navio veio ter ao porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Ali desembarcaram homens de sua tripulação, sob o pretexto de procurar um desertor. Feriu-se a soberania nacional, e a inquietação foi enorme. O caso repercutiu na imprensa nacional e estrangeira. Rio Branco quis reduzi-lo a suas reais proporções, mas os ânimos estavam exacerbados.

O chanceler sabia que não podia intimidar militarmente a Alemanha, mas o governo mandou três cruzadores para o sul, exigindo-se a restituição da pessoa que se supunha

presa a bordo; caso contrário, a *Panther* seria aprisionada. À ponderação do ministro alemão de que isso poderia provocar a guerra, Rio Branco não se intimidou.

O caso terminou amigavelmente, com uma nota reparadora da legação alemã, em 2 de janeiro, em nome do imperador Guilherme II.

A AMÉRICA E O MUNDO. A QUESTÃO DO REARMAMENTO E DA PAZ

De 23 de julho a 27 de agosto de 1906, aconteceu no Rio de Janeiro a III Conferência Internacional Americana, a cuja sede deu-se o nome de Palácio Monroe, como

homenagem ao presidente norte-americano e como recordação da presença do secretário Elihu Root.

O Barão do Rio Branco estreitava os laços com os Estados Unidos da América, mostrando que o monroísmo àquela altura só teria sentido se contasse com a participação de todas as nações americanas, ou da maioria delas.

Os Estados Unidos estavam longe de poder dar conta sozinhos da defesa de todo o continente, diante de quaisquer pretensões européias.

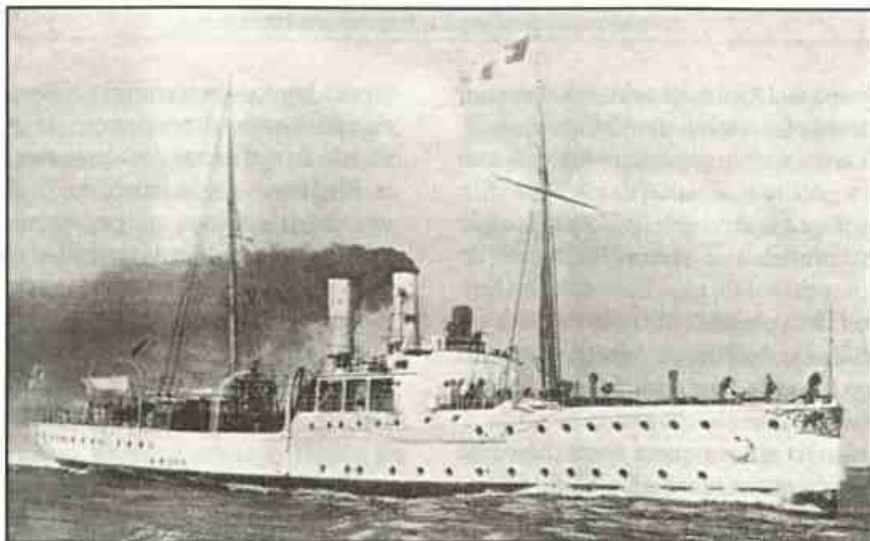
O barão alcançava, assim, um ideal pan-americanista e mostrava que o Brasil não estava a reboque da América do Norte.

No dizer de Álvaro Lins, nossa solidariedade ao princípio de Monroe dava-lhe "o caráter latino de que necessitava para ser representativo da América"¹¹.

**Nessa expansão econômica
(da Inglaterra, da
Alemanha, da França etc.)
os instrumentos militares
eram agentes de
intimidação ou
convencimento, quando
não se chegava à guerra**

10 Cf. Lins, Álvaro. Ob. cit., v. 2, p. 507 s.

11 Lins, Álvaro. Ob. cit., v. 2, p. 496.



A canhoneira *Panther* – (foto: JFS 1917)

Essa aproximação com os Estados Unidos também se justificava pelas crescentes importações que faziam de nossos produtos, a ponto de se terem tornado os maiores compradores do café brasileiro.

Findava o quadriênio de Rodrigues Alves, que seria sucedido por Afonso Pena, em 15 de novembro de 1906.

Rio Branco, que pretendia passar as Relações Exteriores para Nabuco ao cabo dos dois primeiros anos, continuava vitorioso, mas colecionando desafetos, alguns dos quais muito poderosos. Um destes, Salvador de Mendonça, chegara a escrever ao Senador Feliciano Pena, cunhado do presidente eleito, desqualificando o barão para prosseguir na chancelaria. Afirmava que ele “nunca foi estadista nem é sequer um conhecedor na política internacional”¹².

Havia outros candidatos à pasta, mas Afonso Pena fez seu convite a Rio Branco para que permanecesse. E assim foi, por mais um quadriênio. Era medida prudente, ainda mais que se adensavam nuvens nas relações com a Argentina.

Ficamos com 142.900 km² de terra disputada com a Bolívia, mais 48.100 km² de terras reconhecidamente daquele país, num total de 191.000 km²; cedíamos-lhe 2.296 km², área não habitada por brasileiros

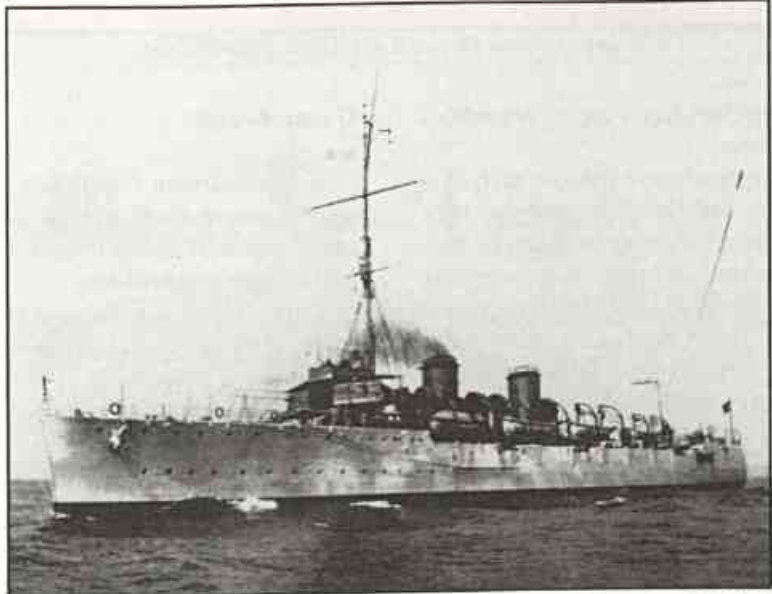
A questão do rearmamento

O problema do momento era o programa naval de 1906, do Almirante Alexandrino de Alencar. Este, quando ministro da Marinha, mudara o programa de 1904, do Almirante Júlio de Noronha, influenciado pelos resultados da Batalha de Tsushima (1905) e da construção e lançamento ao mar do Encouraçado *Dreadnought*, da Marinha Real britânica (1906), que se tornara o navio mais poderoso do mundo, dispondo em sua bateria

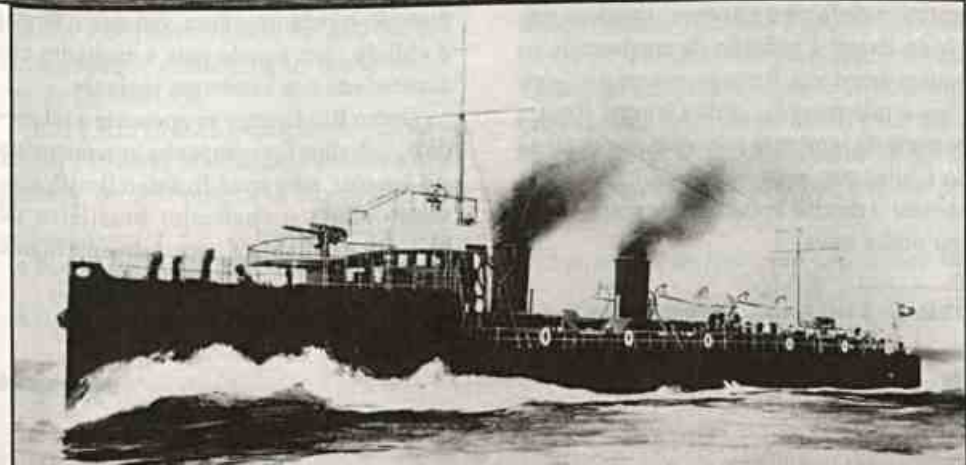
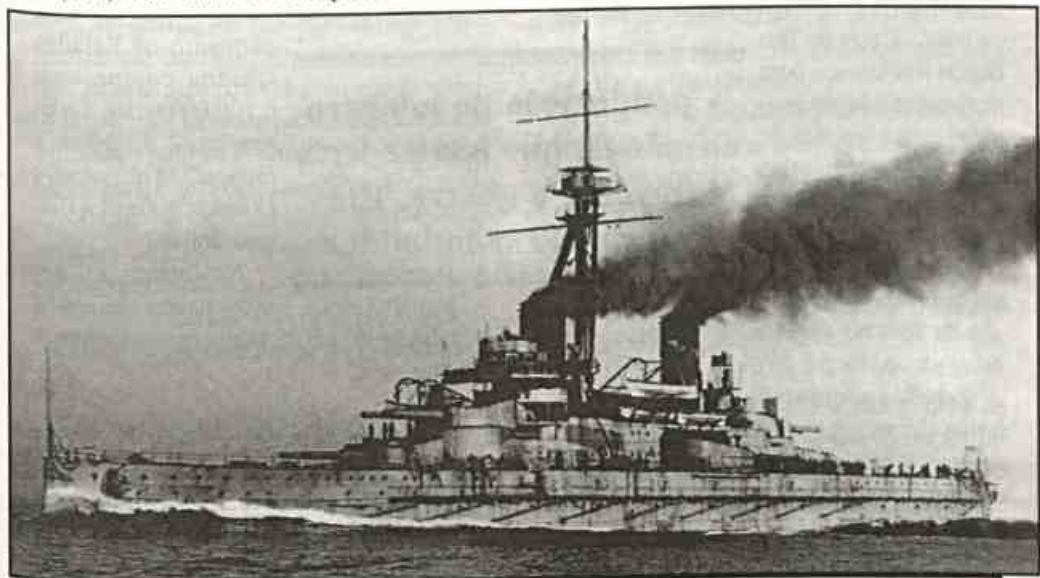
12 Carta de 21 de agosto de 1906. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 413.

A
E
S
Q
U
A
D
R
A

D
E
1
9
1
0



De cima para baixo: Cruzadores *Bahia* (foto) e *Rio Grande do Sul*, Encouraçados *Minas Gerais* (foto) e *São Paulo* e 10 Torpedeiras da Classe *Pará*. Na foto o *Santa Catarina* – (fotos SDM).



principal de cinco torres duplas de canhões de 12" (305mm).

Na Argentina houve temores acerca do rearmamento naval brasileiro, que previa três encouraçados *dreadnoughts*, além de dois cruzadores e outros navios. Para completar o quadro adverso, Zeballos, o grande desafeto do Brasil, perdedor da questão das Missões em Washington, tornou-se ministro do Exterior da República Argentina em novembro de 1906. O novo chanceler portenho já promovera campanha pela imprensa contra o Brasil e o Chile. Agora, no novo posto, fazia-nos hostilidade.

A questão do Chaco

A Bolívia e o Paraguai haviam solicitado os bons ofícios do Barão do Rio Branco para se alcançar solução amigável para a questão de fronteira que aqueles dois países tinham na região do Chaco.

O barão respondera sugerindo a constituição de uma comissão arbitral formada por delegados do Brasil, do Chile e da Argentina.

Zeballos se opôs, com o intuito de afastar os demais e manter exclusivamente a Argentina como árbitro, e fazia a imprensa dar a entender que isso era uma derrota para Rio Branco.

O passo seguinte de Zeballos seria a tentativa de fazer o governo argentino exigir do Brasil a redução da encomenda de navios de guerra. Recuou, diante das posições a nós favoráveis do General Roca e de parte da imprensa portenha, assim como do Chile, que, uma vez consultado, reconheceu o direito brasileiro de reestruturar seu poder naval.

O caso do café

Zeballos armou como pôde uma série de intrigas e queixas, procurando comprometer nossas relações internacionais, especialmente nas Américas.

Em 1907, criou o caso das relações de troca, requerendo para alguns produtos argentinos a redução de 20% das tarifas alfandegárias brasileiras, sob a alegação de que já fazíamos isso para os Estados Unidos.

Mas Rio Branco negou, argumentando que os Estados Unidos compravam a metade do café brasileiro, de livre entrada em seus portos. Mesmo que a Argentina isentasse o café brasileiro para importação, comprava apenas 120 mil sacas por ano,

enquanto os Estados Unidos compravam 6.100.000 sacas, a Alemanha, 2 milhões, a França, 748 mil sacas, a Holanda, 400 mil, a Bélgica, 300 mil.

No entanto, a todos esses países negara-se a redução dos 20% também pedidos pela Argentina¹³.

A equivalência naval

O tema seguinte, levantado por Zeballos, foi o da equivalência naval.

O que o chanceler da Argentina queria, dizendo-o pela imprensa, era que o Brasil dividisse com aquele país a esquadra encomendada nos estaleiros ingleses.

Como Rio Branco se opusesse a tal medida, Zeballos fez campanha armamentista em seu país, para armá-lo ante o Brasil, acusando ainda o chanceler brasileiro de belicista e militarista, especialmente diante

À ponderação do ministro alemão de que isso poderia provocar a guerra, Rio Branco não se intimidou

¹³ *Apud* Lins, Álvaro. Ob. cit., p. 586.



O ex-Encouraçado *Rio de Janeiro*, quando, como *Agincourt*, integrava a Esquadra inglesa na Batalha de Jutlândia. Na foto com o Encouraçado *Erin*. (Foto: Rivista Marittima 3/92)

de seus estudos de história militar e naval, assunto que lhe era muito grato.

A posição de Rio Branco era clara. Ele a reafirmaria em 1911, num célebre discurso no Clube Militar, quando mostrou o quanto nosso país se enfraquecera militarmente, desde a política positivista de Benjamin Constant à frente do Ministério da Guerra.

O chanceler brasileiro dissera naquela ocasião aos militares: "A tarefa dos senhores começa onde acaba a do meu Ministério."¹⁴

Também Rui Barbosa defenderia solidamente o programa naval no Senado em 1908.

O Programa de 1904, do Almirante Júlio de Noronha, contemplava três encouraçados *pre-dreadnoughts* de 13.000 tons, três cruzadores, seis contratorpedeiros, três submarinos, um carvoeiro e um navio-escola.

A mais forte alteração trazida pelo programa de 1906 constava dos novos encouraçados *dreadnought*, muito maiores, de 20.000 tons.

Rui e Rio Branco explicaram que, se o Brasil estivesse se armando contra a Argentina, o novo programa era desfavorá-

vel, pois os grandes encouraçados não poderiam ter acesso à baía platina. Aqueles navios destinavam-se, pois, ao oceano, para proteção de nosso litoral, não para agredir o país vizinho.

O Barão do Rio Branco haveria de explicar que nada tivera com a elaboração do Programa Naval de 1906; preferira o de 1904; entretanto, não foi consultado sobre nenhum dos dois.

Ainda em 1908, antes, portanto, de se completar a construção dos dois primeiros *dreadnoughts*, ele escreveria a um amigo, discutindo a questão naval.

Tendo testemunhado a indigência da esquadra brasileira, quase sem munição, telegrafou-se para a Inglaterra pedindo "com urgência esse elemento indispensável para alguma honrosa, ainda que inútil, resistência"¹⁵. Fazia referência ao estado de animosidade contra o Brasil na República Argentina, e reconhecia nosso despreparo militar. Continuava dizendo que previra a possibilidade de uma agressão ao Brasil pelo "tresloucado governo Alcorta", como se discutira em Buenos Aires em 1906; por isso pe-

14 Rio Branco, Barão do. *Discurso no Clube Militar, em 15 de outubro de 1911*. Apud Lins, Álvaro. Ob. cit., p. 588.

15 Carta a Domicílio da Gama, de 15 de dezembro de 1908. Apud Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 444-5.

dira ao Presidente Rodrigues Alves, junto com o ministro Noronha, "a compra de uns navios de guerra ingleses, compra que nos daria logo esquadra superior à da Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto"¹⁶.

Nada conseguira, porém.

E ainda em 1908, tornou a pedir a compra imediata de dois navios da Marinha Real britânica; o Presidente Afonso Pena se inclinara favoravelmente, mas o ministro Alexandrino de Alencar se opôs, temendo algum prejuízo para seu programa naval já em execução, que previa navios modernos.

Entretanto, Davi Campista, ministro da Fazenda, planejava vender à Inglaterra o segundo *dreadnought*; o terceiro, que era o maior e mais poderoso de todos, com sete torres duplas de 305mm, e cuja construção ainda não começara, acabaria vendido à Turquia, depois da morte do barão.

Mas Rio Branco se opunha à pretensão da venda, porque seria uma desmoralização: "Todo o mundo dirá e a Argentina espalhará que cedemos à pressão do governo de Buenos Aires."¹⁷

Aludia também às não menos "deploráveis condições" do Exército. E pedia reserva aos ministérios militares sobre os melhoramentos que se empreendiam, para que não se alarmassem os vizinhos, "produzindo a impressão de que nos armamos até os dentes, quando a verdade é que muito pouco fazemos e com grande lentidão e enorme despesa".¹⁸

Procurando dar fim à questão, o *Jornal do Commercio*, geralmente porta-voz de Rio Branco, fulminou em **14 de dezembro de 1908**: "Acordos sobre equivalências militares é que não haveremos de admitir."¹⁹

Aliás, àquela altura, antes de executado o programa de reaparelhamento da Armada, um tratado de equivalência naval só favoreceria o Brasil. O problema era depois. Esse assunto morreria ainda naquele mês de dezembro, por meio do novo chanceler portenho, Victorino La Plaza. O Exército também se modernizava lentamente desde o governo de Afonso Pena, com o Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, na pasta da Guerra.

Enfim, tudo isso foi motivo para uma forte campanha contra o Brasil, e também para a propaganda armamentista do grupo de Zeballos.

O tratado de limites com a Colômbia

Malgrado todo esse problema, com que se buscava acusar o barão de belicista, o chanceler brasileiro teve novos êxitos no entendimento com os países vizinhos e na causa da paz. Primeiro, com o tratado de limites com a Colômbia, em **24 de abril de 1907**, cujas tratativas tiveram início em 1853, por iniciativa do Visconde do Uruguai. As negociações vinham sendo difíceis, mas a argumentação de Rio Branco levava a bom termo a questão.

Rui Barbosa e a Conferência de Haia

Depois, veio a Segunda Conferência da Paz, em Haia (Holanda). Embora tenha pensado primeiro em Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira, logo apoiou o nome de Rui Barbosa, quando este foi lembrado. Rio Branco deixava de lado as diferenças do tempo da questão do Acre, e fixou-se no nome de maior projeção intelectual do Brasil naqueles dias.

16 Idem, *ibidem*.

17 Idem, *ibidem*.

18 Idem, *ibidem*.

19 *Apud* Lins, Álvaro. Ob. cit., p. 610.

A Conferência da Paz havia sido precedida pelo movimento pacifista que começou a organizar-se entre 1878 e 1889, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, na Escandinávia, na França e na Suíça.

Por iniciativa de um inglês, Hodgson Pratt, estabeleceu-se a ligação dos diversos movimentos pacifistas pela criação da Federação Internacional de Arbitragem e de Paz.

Em 1889, constituiu-se a União Interparlamentar, e, em 1892, sediou-se em Berna o Bureau International de la Paix.

O programa fundamental era levar os governos a aceitarem uma limitação dos armamentos, como primeira etapa para o desarmamento geral, e estabelecer

uma organização permanente para regular os litígios internacionais; depois, se deveria estabelecer um "congresso das nações" de caráter mundial, ou pelo menos europeu²⁰.

Em 1898, a Rússia enviava uma nota ao corpo diplomático credenciado em São Petersburgo, convidando os países para uma conferência internacional, com o propósito de "pôr um fim ao crescente progresso dos armamentos, cujo custo alcançava enormes proporções", uma vez que, caso continuasse, a situação daqueles dias "conduziria fatalmente a um cataclisma, cujos horrores fazem estremecer antecipadamente todo o pensamento humano"²¹.

Era uma iniciativa do Czar Nicolau II, desejoso de pôr fim às imensas despesas do tesouro russo com as atividades bélicas, e ainda às ameaças de revolução que acompanhavam as guerras.

O governo russo apresentou, então, um programa para a conferência, propondo em primeiro lugar a limitação dos armamentos, e ainda sugerindo a adaptação à guerra marítima das determinações da convenção de Genebra de 1864 e a revisão da declaração de Bruxelas, não ratificada, de 1874, para a guerra terrestre. Enfim, propunha-se a aceitação do uso dos bons ofícios, da mediação e da arbitragem facultativa para a prevenção de conflitos armados entre as nações.

Essa primeira conferência de paz reuniu-se em Haia, a **18 de maio de 1899**, dia do aniversário do czar.

Embora modestos, os resultados do encontro geraram o texto de uma convenção para resolverem-se pacificamente as divergências internacionais, e ainda duas outras convenções: uma acerca das leis e costumes

de guerra, e outra adaptando à guerra marítima os princípios da convenção de Genebra, de 1864.

A limitação dos armamentos, porém, ficou apenas nas intenções, como medida desejável para o bem da humanidade.

Foi, entretanto, um êxito para o movimento pacifista.

A segunda Conferência de Paz

A segunda conferência foi a de **1907**, precedida por uma expansão do movimento pela paz, até mesmo nos Estados Unidos, onde o Presidente Theodore Roosevelt era um defensor do imperialismo.

"A tarefa dos senhores começa onde acaba a do meu Ministério."

Barão do Rio Branco

20 Cf. Renouvin, Pierre. *La crise européenne et la première guerre mondiale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962, p. 125.

21 Apud Baumont, Maurice. *L'essor industriel et l'impérialisme colonial : 1878-1904*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 314-5.

Ali, com o pacifismo alcançando as massas, os meios intelectuais e religiosos, o governo foi levado a negociações com 13 países entre 1904-05; e levantaram-se poderosas vozes de condenação ao massacre imposto por Roosevelt nas Filipinas, para manter o controle sobre as ilhas, após a guerra hispano-americana de 1898: uma dessas vozes era do escritor Mark Twain; outra do grande industrial Andrew Carnegie.

Mesmo na Inglaterra, que esteve às voltas com a Guerra dos Boers (1899-1902), os pacifistas retomaram sua ação em 1903.

A União Interparlamentar realizou conferências anuais em São Luís (Estados Unidos) em 1904, Bruxelas, em 1905, e Londres, em 1906, enquanto o Congresso Internacional da Paz, que reunia os delegados das associações pacifistas, teve reuniões em Boston, em 1904, Bruxelas, em 1905, e Londres, em 1906.

O rei dos belgas, Alberto I, presidiu a abertura dos trabalhos na Bélgica, emprestando seu prestígio à reunião.

Foi elaborado um projeto de tratado geral de arbitragem e um plano de "Congresso Permanente" das nações, na conferência da União Parlamentar.

O multimilionário Andrew Carnegie sugeriu que as grandes potências renunciassem à guerra na busca de solução para suas diferenças, submetendo-se a um tribunal permanente em Haia, cujas sentenças seriam garantidas por uma ação comum dos governos. Os Estados rebeldes seriam sujeitos a alguma sanção econômica, como sugeriu o líder belga La Fontaine, ou apenas moral, como quiseram os britânicos, tese adotada pelo Congresso Universal da Paz, em 1904.

O interesse nos tratados de arbitramento era grande.

Em 1903, França e Inglaterra assinaram um destes, submetendo à Corte de Haia as diferenças que não pudessem resolver diretamente.

Faziam, porém, uma ressalva que ia contra as decisões da Conferência de Paz de 1899: as questões que envolvessem "interesses vitais", "a honra e a independência" desses países estariam excluídas da apreciação da Corte de Haia.

Esse acordo franco-britânico serviu de modelo para numerosos tratados de arbitramento assinados entre 1904 e 1914.

Nos Estados Unidos, o secretário de Estado John Hay concluiu 13 tratados de arbitramento segundo o modelo franco-britânico, mas o Senado, quando da ratificação, introduziu uma emenda reservando-se o direito de, em cada caso, aceitar ou recusar a decisão arbitral.

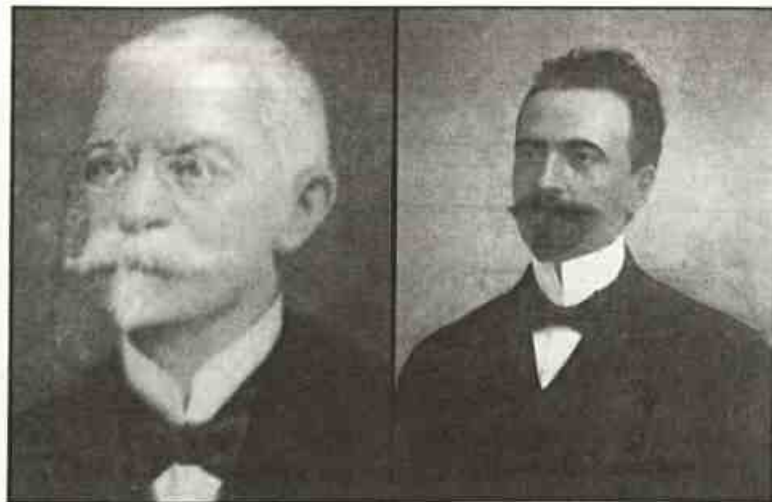
Era um grande revés para a causa da paz.

Entretanto, foi uma iniciativa do governo norte-americano que levou à preparação da segunda Conferência de Paz, para continuar os trabalhos da anterior. Isso aconteceu em função da conferência da União Interparlamentar de 1904, nos Estados Unidos, tendo o Presidente Theodore Roosevelt sugerido aos governos europeus a nova convocação.

Mas isso não se pôde realizar por causa da guerra russo-japonesa (1904-05). Em 1905, o Czar Nicolau II retomou a idéia, que se concretizou em 1907.

Foi nesse contexto que Rui Barbosa, apoiado por Rio Branco e com a ajuda de Nabuco, tornou-se um grande representante do Brasil. Não foram fáceis os primeiros

Era ainda a prevenção do conflito por meio do poder militar, sem desejar a guerra



Presidentes Afonso Pena (11/1906 a 6/1909 – falecido no exercício) (E) e Nilo Peçanha (6/1909 a 11/1910 – assumiu como vice-presidente) (D) – (Fotos: Enciclopédia Abril e História do Brasil da Block Editora)

momentos, quando nosso país se recusava a ser caudatário das grandes potências, mantendo-se autônomo em suas posições.

Embora tivesse apoiado inicialmente votos norte-americanos, Rui discordou na hora própria, quando se tratava da constituição do tribunal de presas, no qual se devia obedecer a um critério de proporcionalidade conforme a tonelagem mercante de cada país; e ainda insistiu que num tribunal de arbitramento não poderia haver distinção entre os Estados soberanos.

Rui resistiu contra as posições dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha, indispondo-se com grande parte da Conferência, sustentando o ponto de vista do governo brasileiro, conforme as instruções de Rio Branco, que, do Rio de Janeiro, coligia dados, remetia-os e encorajava o delegado do Brasil.

Rui ficou só. Mesmo os países prejudicados votaram a constituição do tribunal de presas de acordo com as grandes potências, que cuidavam de seus interesses marítimos.

Quanto à constituição do tribunal de arbitramento, porém, as coisas mudariam.

Armava-se sua constituição segundo o critério de população dos países-membros,

o que era inaceitável, pois se desrespeitava a soberania individual de cada um.

Segundo Rui, os Estados eram iguais, independente de poder, tamanho ou população. Era a posição do Brasil, sustentada pelo Barão do Rio Branco.

Contra os grandes, inclusive os Estados Unidos, solidarizavam-se com o Brasil os países latino-americanos.

A figura de Rui se agigantara, e a posição do Brasil acabou vitoriosa. O êxito era também – e muito – de Rio Branco.

Em 1908 dera-se ainda a Exposição do Centenário da Abertura dos Portos. O filho Paulo, que concluíra o curso de medicina em Paris, viera visitar o pai. Acompanhava-o um amigo belga, Amédée Hamoir, que se encantou com Hortênsia, a filha mais moça de Rio Branco, que morava com ele em Petrópolis. Deu-se o noivado. A seguir, o casamento em Berlim, em março de 1909, na ausência do pai. Nunca mais veria a filha querida. Mas Amélia, a Baronesa de Werther, viria com o marido e as crianças viver no Brasil em 1911.

Em junho de 1909, morreu Afonso Pena.

O Vice-Presidente Nilo Peçanha assumiu, confirmando o barão no Ministério das Relações Exteriores.



"Barão do Rio Branco na véspera de sua morte". Em seu gabinete de trabalho De Servi. Museu da República, RJ. – Hist. do Brasil – Bloch Editores – Vol. III – pág. 584 e 85.

Na Argentina, elegera-se Sáenz Peña para a sucessão de Alcora. Vindo da Europa, o novo presidente passou pelo Rio, onde fez excelente visita, degelando as relações com Buenos Aires, ao pronunciar a frase célebre: "Tudo nos une, nada nos separa."

Nesse mesmo ano, acertaram-se as questões com o Uruguai, por meio de um tratado de limites e navegação, cedendo àquela república vizinha o direito de condomínio e navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão.

Aquela época, porém, Zeballos, fora do governo, mas dispondo de prestígio em Buenos Aires e tendo alguma repercussão no Paraguai, tentou desestabilizar a posição do Brasil, procurando estimular uma revolta dos *blancos*. Ainda nessa oportunidade (dezembro de 1909), o Barão do Rio Branco escreveu ao Presidente da República dizendo ser necessário reunir tropas nas fronteiras do sul, enquanto apontava o deplorável estado de nossas defesas em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. E ainda alertava Nilo Peçanha para a superioridade militar de que desfrutava a Argentina havia anos, e que ali ainda trabalhavam os partidários da guerra contra o Brasil, que, se ocorresse, nos acarretaria grandes desastres, caso soubessem que não estávamos preparados para repelir os ataques²².

Era ainda a prevenção do conflito por meio do poder militar, sem desejar a guerra.

Mais tarde, a propósito da disputa entre o Chile e o Peru pelos territórios de Tacna e Arica, lembraria o que ocorreu na disputa entre o Japão e a China, em 1894-

95, quando uma terceira potência, a Rússia, acabou se apropriando de Porto Artur, impedindo o Japão de tirar todo o proveito com a guerra, da qual saíra vencedor.

A sucessão de Nilo Peçanha foi disputada entre Hermes da Fonseca, ex-ministro da Guerra, e Rui Barbosa, que fez a famosa campanha civilista.

Rio Branco havia hipotecado apoio a Hermes, que saíra vitorioso, e o confirmaria no Itamaraty.

A 15 de novembro de 1910, deu-se a posse.

Em 15 de outubro de 1911, no Clube Militar, o barão defendeu-se da pecha de militarista. Lembrava apenas a velha tese: não

Não podemos ficar indefesos ante os interesses das nações

Barão do Rio Branco

podíamos ficar indefesos ante os interesses das nações. Disse ali: "Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos

outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de organizar a defesa nacional [...]"²³.

SEUS ÚLTIMOS DIAS

Ainda em 1910, o Barão do Rio Branco viveu momentos de angústia assistindo à Revolta dos Marinheiros, a bordo dos *dreadnoughts*.

A seguir, vieram intervenções militares do "salvacionismo", culminando com o bombardeio da Bahia, em 10 de janeiro de 1912, uma vergonha perante os representantes estrangeiros, que viam o governo agredir uma das principais cidades do país.

²² Carta de 22 de dezembro de 1909. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 472-3.

²³ *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 482.

Pediu demissão, seguindo o exemplo do Almirante Marques de Leão, ministro da Marinha.

Hermes negou, e prometeu corrigir os abusos.

Rio Branco ficou, mas a morte o colhe-ria a 12 de fevereiro, após receber os últimos sacramentos das mãos do Cardeal Arcoverde.

Faleceu na mesma sala em que trabalhara no Itamaraty, nos últimos nove anos, cercado de livros, de bustos de grandes brasileiros, à vista do crucifixo, que já lhe fora posto à mão.

Cumprira sua missão, tendo salvado para o Brasil cerca de 900.000km² de terras pacificamente.

Entrava para a história, da qual já era personagem em vida.

✉ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOMES> / Rio Branco, Barão do /; Política /; Política Internacional /; Tratados; Poder Militar; Poder Naval;

**É muito bom discutir acordos
tendo por trás de si uma esquadra
com credibilidade.**

Barão do Rio Branco
Patrono da Diplomacia brasileira

SEÇÃO

CAMALEÃO



CLÁUDIO DA COSTA LISBOA
Capitão-de-Corveta

SUMÁRIO

Introdução
Guerra de Atrição
Guerra de Manobra
A Guerra de Manobra no Mar
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 70, estamos observando uma intensa discussão sobre uma filosofia de conduzir a guerra, intitulada Guerra de Manobra, em oposição à clássica Guerra de Atrição, filosofia cujo princípio é derrotar o inimigo por meio de ações rápidas, violentas e inesperadas.

Esta filosofia, apesar de não ser um conceito novo, está sendo fomentada em ins-

tuições acadêmicas e está servindo de base para a elaboração de doutrinas de diversas Forças Armadas do mundo e, em alguns casos, na sua adoção como "estilo" de guerra preferencial.

Neste contexto, não é pretensão deste autor oferecer prescrições de fórmulas para se alcançar a vitória de forma rápida e com baixo custo, mas sim apresentar um caminho para o entendimento desta filosofia e incentivar a discussão de sua relevância para a Guerra Naval.

1 N.R.: Artigo publicado na Revista *Passadiço* de 2001. Ver também *RMB* 2º trim./1997, p. 218 (RevRev); *RMB* 1º trim./1997, p. 137 (Trad.); *RMB* 2º trim./1994, p. 129; *RMB* 4º trim./1985, pp. 91 a 107; e *RMB* 4º trim./1984, p. 185 (RevRev).

GUERRA DE ATRIÇÃO

O debate entre as duas filosofias tem raízes históricas e não oferece divisões claras entre os seus entendimentos, porém iremos explorar estas duas vertentes, ou seja, a Guerra de Atrição, como aquela que persegue a destruição cumulativa da capacidade material do inimigo por meio de poder de fogo superior, enquanto a Guerra de Manobra visa a atacar a vontade de combater do inimigo e suas vulnerabilidades².

Assim, a Guerra de Atrição pode ser entendida como sendo aquela onde a meta

é a destruição física do inimigo por meio da batalha, um evento tático onde as forças inimigas são engajadas e procuram destruir uma a outra. Neste entendimento, a doutrina e a capacitação de material e pessoal de uma força são desenvolvidas para a batalha decisiva e a derrota do inimigo. Na Guerra de Atrição, a batalha é o método preferencial para ganhar as guerras³.

As características da Guerra de Atrição incluem: a ênfase na superioridade numérica; a importância da capacidade material e tecnológica; a atenção de todos os níveis de comando para o nível tático da condução da guerra e a destruição das forças inimigas pelo impacto de um poder de fogo superior.

Portanto, a escola da atrição privilegia a comparação entre forças em termos quantitativos, ou seja, as medidas de eficiência são baseadas em valores tangíveis e mensuráveis numericamente, decorrendo em uma abordagem sistemática e científica da guerra.

Isso leva as forças militares baseadas na atrição a se concentrarem em suas próprias capacidades e na identificação de objetivos inimigos possuidores de valores tangíveis, não dando muita atenção à capacidade e à vontade de combater do inimigo. Estes objetivos são selecionados tendo como base um esforço de inteligência que não privilegia a obtenção de dados que possam produzir conhecimento sobre aspectos intangíveis, como a *performance* e a previsão das intenções do inimigo.

A partir desta visão quantitativa e tangível, a Guerra de Atrição pode ser vista como

**Assim, a Guerra de Atrição
pode ser entendida como
sendo aquela onde a meta é
a destruição física do
inimigo por meio da
batalha, um evento tático
onde as forças inimigas são
engajadas e procuram
destruir uma a outra**

mais sangrenta que a Guerra de Manobra, ao considerar que a ocorrência do contato com o inimigo, a fim de desafiá-lo com uma superioridade material, é buscada com maior vigor, na forma de bombardeios estratégicos, guerra de trincheiras, assaltos anfíbios, emprego maciço de artilharia, contagem de corpos, terreno capturado, entre outros exemplos

possíveis. Na Guerra da Atrição, a vitória não pode ser obtida sem uma superioridade material total e não existem vitórias com poucas perdas de vidas e de material⁴.

Neste sentido, as organizações militares aderentes à Guerra da Atrição tendem a perceber a guerra com o rigor da metodologia científica, na tentativa de torná-la logicamente previsível, o que decorre em estruturas de comando e controle centralizadas e inflexíveis, que não permitem o desenvolvimento de iniciativa e criatividade por parte dos combatentes.

Em decorrência desta rigidez estrutural, estas organizações produzem um corpo de

oficiais sem a mentalidade de pensar e tomar decisões de forma independente e criativa, degradando a capacidade de percepção e superação de desafios, ou pior ainda, tornando-os donos de ações previsíveis, facilitando, assim, o trabalho de um inimigo astuto.

Sintetizando, o sucesso na Guerra de Atrição depende da habilidade de infligir e absorver atrição e da necessidade fundamental da superioridade numérica e material.

Entretanto, a Guerra de Atrição pura não existe na prática, mas a História está repleta de exemplos de condução da guerra empregando alto grau de atrição: as operações no fronte ocidental durante a Primeira Guerra Mundial; as táticas defensivas empregadas pela França no início de 1940; a tentativa da Luftwaffe em derrotar a Royal Air Force em 1940; a campanha submarina alemã entre 1941 e 1943; a campanha aliada na Itália em 1943; e a maioria das operações norte-americanas na Guerra do Vietnã⁵.

GUERRA DE MANOBRA

Uma afirmação comum, oriunda de historiadores militares, é de que a Guerra de Manobra, como filosofia de combater, é tão antiga quanto a ocorrência do primeiro ataque, pela retaguarda, realizado por um homem das cavernas. Entretanto, as bases intelectuais para o desenvolvimento de uma teoria associada a esta filosofia são bem mais recentes e, em grande parte, oriundas dos Estados Unidos.

Neste contexto, a partir dos anos 70, um grupo informal de acadêmicos, militares e políticos norte-americanos que ficaram conhecidos como "reformadores militares"⁶ se debruçou em estudos visando a aumentar a eficácia e o profissionalismo das Forças Armadas norte-americanas. Estes estudos basearam-se nas inovações doutrinárias alemãs pré-Segunda Guerra Mundi-

al, na teoria da "aproximação indireta" de Liddell Hart⁷ e em uma interessante teoria sobre o ciclo de tomada de decisão em combate, desenvolvida pelo coronel da Força Aérea norte-americana John Boyd, apresentada em uma palestra intitulada "Patterns of Conflict"⁸, onde este apresentou o resultado de seus estudos referentes ao sucesso dos pilotos dos caças F-86 nos combates ar-ar contra os MIG durante a Guerra da Coréia.

Este sucesso, na visão de Boyd, seria creditado à vantagem que os pilotos norte-americanos possuíam em melhor observar as mudanças na situação do combate e assim manobrar seus F-86 mais rapidamente que seus oponentes, obrigando-os a realizar manobras inapropriadas e, conseqüentemente, tornando-os alvos fáceis.

A partir desta análise, um conflito poderia ser descrito como uma competição temporal, em um ciclo de observação, orientação, decisão e ação; isto é, em combate, um comandante observa ele mesmo, o inimigo e o ambiente que o cerca, orienta-se e desenvolve um entendimento da situação, toma a decisão sobre qual linha de ação vai adotar e, finalmente, toma a ação.

Esta ação provoca uma mudança na situação, que irá requerer do comandante uma nova observação, iniciando o ciclo outra vez, seguido de sucessivos ciclos até que o inimigo seja derrotado. É claro que o inimigo está engajado no mesmo processo, daí a razão pela qual, na visão de Boyd, um conflito seria uma competição entre os processos de tomada de decisão dos oponentes. Isso ficou conhecido como Ciclo de Boyd ou Loop OODA⁹.

Assim, essa competição fornece vantagem ao lado que transitar pelo Ciclo de Boyd mais rápido que o outro, ou seja, o lado mais rápido está fazendo alguma coisa diferente a partir do que é observado, obrigando o outro lado a tomar uma ação

inapropriada. A cada ciclo, esta "margem de vantagem" aumenta, até que o lado mais lento pare de funcionar eficazmente.

Em decorrência do entendimento do Ciclo de Boyd, William S. Lind oferece, em seu livro *Maneuver Warfare Handbook*¹⁰, uma definição moderna da Guerra de Manobra, estabelecendo que "manobra" é fazer girar o Ciclo de Boyd mais rápido e mais vezes que o inimigo, até que ele perca sua coesão e deixe de atuar como uma força organizada e eficaz.

Em contraste com a teoria da atrição, o objetivo da Guerra de Manobra é a estabilização mental, moral e física do inimigo, isto é, a focalização na sua habilidade de observar, orientar-se, decidir e agir, e não necessariamente na destruição das forças inimigas no campo de batalha.

Complementando essa visão, a Guerra de Manobra, em vez de procurar a "força" do inimigo para ser engajada em uma batalha decisiva, tem como ponto de partida a evitação da "força" do inimigo, seguida da aplicação de uma superioridade relativa sobre uma presumida fraqueza, que pode ser física ou psicológica, técnica ou organizacional¹¹.

Em decorrência, podemos inferir duas consequências principais na aplicação da Guerra de Manobra. A primeira é de que ela oferece resultados desproporcionalmente maiores que os recursos aplicados, dando oportunidade de vitória para o lado mais fraco. Segundo, uma derrota catastrófica pode ser encontrada se a aplicação da superioridade relativa sobre uma presumida fraqueza não funcionar como espera-

do ou se for encontrada uma inesperada "força" inimiga.

Esta filosofia, devido à natureza intangível e difusa dos seus entendimentos, embute impactos substanciais na doutrina, na estrutura, na capacitação do pessoal e na liderança das forças militares tradicionais. Dentre as mudanças necessárias, podemos ressaltar a importância da descentralização do processo de tomada de decisões. Isto é fundamental para que se possa girar o Loop OODA mais rápido que o inimigo, ou seja, o

fluxo de informações através de uma cadeia de comando centralizada é antagonista à necessidade de decidir e agir mais rápido que o inimigo.

A descentralização oferece condições para aumentar a confusão nas forças inimigas, porque uma cadeia de comando descentralizada depende das unidades subordinadas na cena de ação para sobrepujar os desafios

apresentados, negando ao inimigo a capacidade de discernir um padrão de conduta, o que iria facilitar a sua reação por meio de ações pré-planejadas.

Neste sentido, os militares defensores da Guerra de Manobra costumam desdenhar de soluções padronizadas ou tradicionais em resposta aos problemas¹². Isso requer uma grande ênfase em qualidade, confiança e independência de pensamento e ação dos oficiais. A não adoção de fórmulas e soluções fixas obriga que os líderes nos níveis mais baixos atuem com iniciativa e criatividade, sem, muitas vezes, contar com a aquiescência de seus superiores. Isso significa que os líderes na cena de ação não podem ter medo de tomar deci-

Os líderes na cena de ação não podem ter medo de tomar decisões que possam levar a um possível fracasso, necessitando, assim, um alto grau de confiança em relação aos escalões superiores na cadeia de comando

sões que possam levar a um possível fracasso, necessitando, assim, um alto grau de confiança em relação aos escalões superiores na cadeia de comando.

Portanto, uma estrutura militar voltada para a Guerra de Manobra tende a ser centralizada no elemento humano, em contraste com a ênfase na capacitação material apresentada na Guerra de Atrição. Isso resulta na necessidade de um corpo de oficiais melhor educado na arte militar, como por exemplo a História Militar, e não só nos aspectos técnicos dos sistemas e equipamentos empregados pelas forças militares.

A Guerra de Manobra não é bem entendida e aceita, devido à sua natureza intangível, em face dos aspectos tangíveis da "atrição", devendo ser encarada como arte e não como ciência, já que não possui fórmulas prescritivas e pouco tem em comum com as ciências exatas.

A dificuldade de sua aceitação é resultado do grau de risco envolvido para os comandos de níveis mais altos, porque as decisões críticas são tomadas por

comandos situados na cena de ação e os objetivos do ataque são enigmáticos "alvos da coesão do inimigo" e não forças militares tangíveis, visíveis e ameaçadoras presentes no campo de batalha.

Assim, o sucesso da Guerra de Manobra é dependente do grau de confiança existente através da cadeia de comando e da habilidade dos oficiais em implementar soluções criativas e não ortodoxas aos problemas que podem ocorrer na condução da guerra, além da imperiosa necessidade da identificação das fraquezas do inimigo, e na velocidade e precisão das ações.

Em suma, a Guerra de Manobra baseia-se no pressuposto de que a vitória é advinda de fatores não físicos, entende a

guerra como uma competição pelo tempo entre dois comandantes oponentes engajados no Ciclo de Boyd e assume a importância fundamental na destruição da capacidade inimiga de conduzir operações como uma unidade coesa e na quebra de sua vontade de combater.

A História Militar possui vários exemplos da aplicação da Guerra de Manobra, como as *blitzkrieg* alemãs durante a Segunda Guerra Mundial e o desembarque anfíbio norte-americano em Inchon na Guerra da Coreia. Um exemplo recente nos é oferecido pelo Dr. James J. Tritten¹³, em artigo publicado na revista *Proceedings*¹⁴, onde afirma que o afundamento do Cruzador argentino *General Belgrano* por um submarino britânico durante a Guerra das Malvinas foi um golpe psicológico que quebrou a vontade de combater da Mari-

nha da Argentina, mantendo-a no porto no decorrer da guerra.

Guerra de Manobra é uma filosofia e não uma fórmula, uma aproximação e não uma receita

A GUERRA DE MANOBRA NO MAR

Propositadamente, dois dos três exemplos citados envolvem o entendimento da Guerra de Manobra no mar. Entretanto, grande parte dos trabalhos e estudos referentes a esta filosofia está associada ao emprego de forças militares em terra. Sua transposição para a guerra no mar tem sido considerada polêmica e contraditória. Só recentemente algumas Marinhas vêm realizando estudos visando à adequação de suas doutrinas aos preceitos da Guerra de Manobra.

Pode ser afirmado que a Guerra de Manobra no mar foi, pela primeira vez, institucionalizada por meio da publicação *Naval Doctrine Publication 1 - Naval Warfare*¹⁵, editada em 1994 pela Marinha e pelo Corpo de Fuzileiros Navais norte-americanos.

O *NDP 1*, em seu capítulo intitulado “Como nós combatemos”¹⁶, afirma que as Forças Navais também empregam o preferível e mais eficaz – apesar de entendimento mais difícil – estilo de guerrear intitulado Guerra de Manobra, uma filosofia e não uma fórmula, uma aproximação e não uma receita.

Prossegue afirmando que a Guerra de Manobra enfatiza a aproximação indireta, não meramente em termos de mobilidade e movimento espacial, mas também em termos de tempo e da habilidade de agir antes do inimigo. Diferentemente da “atrição”, o poder de combate deve focalizar as fraquezas e vulnerabilidades do inimigo que permitam o ataque à fonte de seu poder, a chave para a sua existência e força como ameaça militar.

Ainda estabelece que o sucesso na guerra é sempre resultado de uma ação decisiva para destruir a vontade de combater do inimigo ou sua capacidade de resistir, e que a Guerra de Manobra, baseada na rapidez e na determinação, é o estilo de guerrear preferencial da Marinha norte-americana.

Neste contexto, o *NDP 1* descreve que a Guerra de Manobra moderna requer a integração e o entendimento de quatro conceitos fundamentais: “Centro de Gravidade”; “Vulnerabilidade Crítica”; “Foco do Esforço” e “Esforço Principal”, que são interligados pelo conceito intitulado “Intenção do Comando”¹⁷.

O **Centro de Gravidade**¹⁸ é alguma coisa que o inimigo precisa ter para prosseguir suas operações militares, ou seja, a fonte de sua força, mas não necessariamente forte ou bem defendido. Uma vez identificado, deve ser dirigido contra ele todos os aspectos do Poder Nacional (militares, econômicos, diplomáticos e políticos). As oportunidades para acessar e destruir um Centro de Gravidade são chamadas de **Vulnerabilidades Críticas**. Para se dar um

golpe decisivo no Centro de Gravidade inimigo, devem ser atacados os objetivos que o afetem e são críticos para a sua capacidade de combater e vulneráveis às ações ofensivas. Um comandante deve identificar os fatores de força e fraqueza do inimigo, perceber a ocorrência das Vulnerabilidades Críticas e, rapidamente, elaborar planos para evitar os fatores de força, explorar os de fraqueza e focalizar o esforço em atacar tais Vulnerabilidades Críticas, que possam colapsar o Centro de Gravidade inimigo.

O **Foco do Esforço** é o objetivo fundamental a ser alcançado por uma força e é sempre sobre uma Vulnerabilidade Crítica, a qual exporá o Centro de Gravidade inimigo. Uma vez que são concentrados todos os recursos e toda a energia sobre este objetivo, a seleção do Foco do Esforço é uma decisão importante que requer a aceitação de um certo grau de risco. A responsabilidade por se alcançar o Foco do Esforço repousa no Esforço Principal.

Um comandante unifica sua força para o Foco do Esforço pela designação de uma força subordinada como **Esforço Principal**, que é apoiada, direta e indiretamente, por todas as outras forças componentes. A designação de uma força como Esforço Principal, independente de suas dimensões e poder combatente, significa que ela é o elemento central para o cumprimento da missão do comandante e que as forças em apoio são obrigadas a fazer todo o possível para assegurar o sucesso da força designada como Esforço Principal.

A **Intenção do Comando** firma o resultado final desejado por um comandante, isto é, o estado final esperado. Este conceito reflete a visão do comandante e veicula seu pensamento por meio de missões baseadas no efeito desejado¹⁹, em que os subordinados possuem liberdade para agir independentemente e são encorajados a exer-

citar a iniciativa. A Intenção do Comando é particularmente importante nos casos em que uma determinada situação sofra grandes alterações e, como resultado, as ordens originais perdem validade. Nesses casos, os subordinados podem articular perguntas como: "O que meu comandante gostaria que eu fizesse nessa situação?" ou "O que eu posso fazer para ajudar meu comandante a cumprir sua missão?".

Entretanto, a relevância da Guerra de Manobra não ficou restrita à Marinha norte-americana e também influenciou Marinhas de potências médias, como a do Reino Unido e da Austrália.

No Reino Unido, o impacto da Guerra de Manobra pode ser observado por meio da leitura da segunda edição do *BR 1806 - British Maritime Doctrine*²⁰. Logo no início da publicação, é ressaltado o legado deixado pelo Almirante Nelson em sua crença pela delegação e na expectativa que seus subordinados usassem a iniciativa e o entendimento de suas intenções para sobrepujar o inimigo, uma alusão aos princípios da Guerra de Manobra.

A tendência para a Guerra de Manobra é discorrida ao longo de todo o *BR 1806*, que a apresenta com conceitos e afirmações coerentes aos anteriormente expostos. Esta publicação afirma que a meta da Guerra de Manobra é incapacitar o inimigo pelo rompimento de seu sistema de combate, por meio da concentração de força sobre fragmentos desse sistema, que possam ter maior probabilidade de colapsar sua

vontade de combater, isto é, quebrar seu moral e sua coesão física.

A importância deste assunto na Marinha do Reino Unido fica claro quando o *BR 1806* conclui que, sob as novas circunstâncias estratégicas, é apropriado o uso de uma teoria de emprego de força militar baseada principalmente na filosofia da Guerra de Manobra²¹.

Assim como os britânicos, e de forma similar, a Marinha australiana também percebeu a

validade da consideração destes princípios, conforme podemos constatar na publicação intitulada *Australian Maritime Doctrine*²².

Esta publicação, além dos entendimentos similares ao *BR 1806*, acrescenta, em um capítulo dedicado ao futuro das forças navais australianas, que suas forças anfíbias explorarão as vantagens da Guerra de Manobra no mar, pela condução de Operações Anfíbias além do horizonte por meio do emprego de helicópteros orgânicos e

da próxima geração de veículos anfíbios, rápidos e independentes, uma tendência atual para o futuro das Operações Anfíbias.

Em verdade, a recente formalização doutrinária da Guerra de Manobra por parte de um número reduzido de Marinhas não significa que esta filosofia não tenha tido importância perene na condução da guerra.

Neste sentido, arrisco em afirmar que a chamada Manobra de Piquissiri, ocorrida na Guerra da Tríplice Aliança, pode ser encarada como um exemplo da aplicação bem-sucedida dos princípios da Guerra de Manobra. A "Manobra" foi caracterizada

**A aplicação dos preceitos
da Guerra de Manobra
necessita que as estruturas
militares de combate
possuam uma doutrina que
valorize a descentralização
e a criatividade. Isso
requer uma formação de
pessoal orientada para a
arte militar como um todo
e não só para os aspectos
técnicos**

por uma série de movimentos realizados pelas forças aliadas, que, sob o comando do Marechal Caxias, lograram êxito em flanquear e surpreender as forças paraguaias de Solano López fixadas em fortes posições defensivas ao longo da linha do Piquissiri às margens do Rio Paraguai²³.

As forças navais tiveram papel fundamental nestas ações ao realizarem desembarques de tropas e bombardeios sobre pontos vulneráveis do inimigo, criando, assim, situações simultâneas e inusitadas que levaram à estagnação e à conseqüente derrota paraguaia.

A lição de Piquissiri não foi esquecida pela Marinha do Brasil. Essa afirmação pode ser constatada ao verificarmos o Princípio de Guerra da Manobra²⁴ descrito na *Doutrina Básica da Marinha (DBM)*. Neste princípio, é ressaltado que a manobra enfatiza a exploração da aproximação indireta, não meramente em termos de mobilidade ou movimento espacial, mas também em termos de oportunidade, iniciativa, liberdade de ação e definição do ponto de aplicação da força²⁵.

Entretanto, apesar da *DBM* apresentar um conceito de "manobra" coerente com os citados anteriormente, ele não é esmiuçado de forma a permitir um entendimento mais abrangente e profundo. Isso, a meu ver, dificulta melhor assimilação dos preceitos da Guerra de Manobra em nossa Marinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo deste artigo, a divisão entre as duas filosofias apre-

sentadas não possui uma linha bem definida. De uma certa forma, a condução da guerra encerra, em variados graus, a "atrição" e a "manobra".

Portanto, o estudo e a investigação destas vertentes se fazem necessários na nossa tentativa de entender a natureza da guerra para possibilitar o seu emprego com uma razoável chance de vitória.

Neste contexto, a Guerra de Atrição é apresentada como uma solução quando um dos lados possa se valer de sua superioridade quantitativa na destruição física do lado oponente.

Contrastando com esta visão, a Guerra de Manobra focaliza a capacidade do inimigo de combater por meio de aspectos intangíveis, como a sua coesão e a vontade de combater.

Entretanto, a aplicação dos preceitos da Guerra de Manobra necessita que as estruturas militares de combate possuam uma doutrina que valorize a descentralização e a criatividade. Isso requer uma formação de pessoal orientada para a arte militar como um todo e não só para os aspectos técnicos.

Em decorrência, o debate entre estas duas filosofias de conduzir a guerra estimulou a consideração da relevância da Guerra de Manobra no mar, por parte de algumas das Marinhas mais sofisticadas do mundo.

Assim, acredito que o entendimento sobre a Guerra de Manobra deva ser considerado na aplicação e no desenvolvimento de doutrinas pela Marinha do Brasil.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<GUERRAS> / Guerra de Manobras /; Seção CAAML;

NOTAS:

- ¹ CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 259.
- ² Headquarters, U.S. Marine Corps. *Warfighting*, MCDP-1. Washington: U.S. Government Printing Office, 1997. p. 36.
- ³ GATTUSO, Joseph A. *Warfare Theory*. Naval War College Review, Autumn 1996.
- ⁴ LUTTWAK, Edward N. *Strategy – The Logic of War and Peace*. Cambridge: Belknap Press, 1987. p. 92.
- ⁵ *ibid*, p.93.
- ⁶ Entre eles, William S. Lind teve uma influência marcante nestes estudos, autor de inúmeros trabalhos, não só acadêmicos como também patrocinados pelo governo norte-americano, e do livro *Maneuver Warfare Handbook*, considerado uma referência seminal sobre o assunto.
- ⁷ Sir Basil H. Liddel Hart foi um oficial do exército britânico que tornou-se um emérito historiador militar. Ao estudar a impassibilidade da guerra de trincheiras durante a Grande Guerra em comparação com as inovações mostradas pela *blitzkrieg* alemã na Segunda Guerra Mundial, elaborou o conceito da “aproximação indireta”, apresentado em um livro de sua autoria intitulado *Strategy*.
- ⁸ Citações sobre esta palestra podem ser encontrada no livro *Maneuver Warfare Handbook*, de William S. Lind.
- ⁹ Observação – Orientação – Decisão – Ação.
- ¹⁰ LIND, William S. *Maneuver Warfare Handbook*. Washington: Westview Press, 1985.
- ¹¹ LUTTWAK, Edward N., *op. cit.* p. 94.
- ¹² GATTUSO, Joseph A., *op. cit.*
- ¹³ O Dr. Tritten é acessor especial no U.S. Naval Doctrine Command.
- ¹⁴ Edição de setembro de 1995.
- ¹⁵ Naval Doctrine Command. *Naval Warfare – NDP 1*. Whashington: U.S. Government Printing Office, 1994.
- ¹⁶ *Ibid*, p.31.
- ¹⁷ Estes termos são uma tradução livre do autor dos originais “Center of Gravity”, “Critical Vulnerability”, “Focus of Effort”, “Main Effort” e “Commander’s Intent”.
- ¹⁸ “Centro de Gravidade” é um conceito clausewitziano que pode ser sucintamente descrito como “o ponto mais crítico para o inimigo”. Este conceito está descrito na sua obra *On War*, no livro 8 (p. 597-599 e 617) e Capítulo 27 do Livro 6 (p. 484-487).
- ¹⁹ Tradução livre do autor do original “Mission-type orders”.
- ²⁰ Command of the Defence Council. *BR 1806 - British Maritime Doctrine*. London: The Stationary Office, 1999.
- ²¹ *Ibid*, p. 170.
- ²² RAN Sea Power Centre. *Australian Maritime Doctrine*. Canberra: Defence Publishing Service, 2000.
- ²³ BRASIL. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1989. p. 7.1-7.9.
- ²⁴ De acordo com a DBM, Princípios de Guerra são preceitos genéricos, que orientam o planejamento e a condução corrente das campanhas e operações e que visam ao êxito na condução da guerra.
- ²⁵ BRASIL. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 1997. p. 2-5.

APLICAÇÕES DE DETECTORES INFRAVERMELHOS PARA RASTREAMENTO DE MÍSSEIS¹

VALDIR DE CASTRO SANTOS FILHO
Capitão-de-Corveta

SUMÁRIO

Introdução
Sistemas infravermelhos
<i>O Arise</i>
<i>O ALQ-137</i>
<i>O Nemesis</i>
<i>O ALQ-144</i>
<i>O Airst</i>
<i>OIRST F-14D</i>
<i>Os radiômetros</i>
Conclusão

INTRODUÇÃO

Na faixa de infravermelho, principalmente para o emprego em aeronaves, existem equipamentos passivos de alarme para detecção de mísseis ar-ar e superfície-ar nas fases de lançamento e aceleração. Nessas fa-

ses os motores e os *booster*² desses mísseis emitem infravermelho de alta intensidade.

Os primeiros modelos desses alarmes foram instalados nas caudas de aeronaves para detectar os mísseis ar-ar lançados pelo setor de ré. Os atuais provêm alarme nos 360°, inclusive contra mísseis superfície-ar.

¹ N.R.: Artigo publicado na revista *Passadiço* de 2001.

² N.R.: *Booster* – Termo inglês que quer dizer: acelerador de foguetes e/ou mísseis; propelentes.

Todos os modelos dão um alarme sonoro/visual para os seus operadores, sendo que alguns podem acionar automaticamente contramedidas eletrônicas. Os mais recentes modelos podem detectar vários lançamentos, em posições distintas, quase que simultaneamente.

SISTEMAS INFRAVERMELHOS

O Arise

Em 1987, foi desenvolvido no Reino Unido, pela Pilkington Optronics, um sensor infravermelho de vigilância conhecido como Arise. O sistema experimental foi entregue em **outubro de 1990**.

Depois dos testes iniciais com um detector de 8 a 12 microns de largura de banda, o sistema foi adaptado para uma segunda geração utilizando duas larguras de banda de interesse (3 a 5 e 8 a 12 microns) para detectores do tipo IRCCD (*InfraRed Charge Couple Device*), desenvolvidos pela GEC-Marconi Infrared Ltd.

O Arise surgiu da fusão de um multisensor³ testado para operar com um radar de busca combinada (aérea e de superfície). Dois modelos foram pesquisados: um utilizou-se de um sistema de busca e acompanhamento infravermelho (IRST) para adquirir a emissão de um radar em elevação e em azimuth, de forma que os tempos de aquisição pudessem ser reduzidos; o outro utilizou-se de um sistema IRST para guardar a informação de acompanhamento quando o radar é selecionado entre alvos.

O Arise utiliza um circuito de varredura infravermelho para detectar mísseis em voo com perfil baixo⁴ baseado na faixa de 8 a 12 microns; usa a de 3 a 5 microns para operar simultaneamente os circuitos de varredura e aquisição, a fim de otimizar a sua configuração.

O ALQ-157

Fabricado em 1983 pela Lockheed Martin, o sistema norte-americano de contramedidas infravermelho AN/ALQ-157 fornece proteção simultânea múltipla⁵ para ser instalado em helicópteros e aeronaves de asa fixa de tamanho médio contra ameaças de mísseis superfície-ar e ar-ar.

O sistema emprega avançados componentes e tecnologia de microprocessador para permitir ao operador selecionar o código de bloqueio⁶, além de poder reprogramar⁷ para ameaças futuras.

Dois bloqueadores sincronizados montados na fuselagem provêm proteção contínua nos 360° contra ameaças lançadas de qualquer direção.

O módulo de potência, o filtro de linha e o indicador de controle do piloto podem ser instalados em qualquer lugar dentro da aeronave.

O sistema foi **instalado em 1995** nos helicópteros *CH-46* do Corpo de Fuzileiros Navais norte-americanos. Posteriormente, foi vendido para a Marinha e a Força Aérea norte-americanas e Força Aérea britânica para os helicópteros *SH-3*, *CH-47D*, *H-53*, *Lynx*, e aeronaves *C-130* e *P-3C*.

3 N.R.: Multissensor – Conjunto de sensores acoplados em um único sistema.

4 N.R.: Voo com perfil baixo ou a baixa altitude.

5 N.R.: Proteção simultânea múltipla – Simultânea para as categorias de mísseis (superfície-ar e ar-ar) e múltipla para o ataque de mais de um míssil ao mesmo tempo.

6 N.R.: Código de bloqueio – Código digital com parâmetros térmicos conhecidos do míssil, armazenados em microprocessadores, utilizados como CME (bloqueio) antimíssil.

7 N.R.: Reprogramar os códigos – Para cada tipo de ameaça (míssil) conhecida existe um conjunto de parâmetros que são (re)programados.

O Nemesis

Em 1995, pela Northrop Electronic Systems International Inc., foi desenvolvido e fabricado nos Estados Unidos e Reino Unido o sistema Nemesis. Este sistema foi idealizado para ser empregado como contramedida de infravermelho direcional de acompanhamento⁸ que protege a longa distância helicópteros e aeronaves de asa fixa contra mísseis infravermelhos.

Sendo um sistema integrado⁹ que provê alarme de míssil, ele determina se o míssil é uma ameaça para a aeronave, rastreia a sua aproximação e ativa uma irradiação *laser* de alta potência capaz de destruir o míssil.¹⁰

Uma torre de quatro semi-eixos¹¹ permite fácil incorporação de um *laser* para desenvolvimento futuro de sua capacidade.

O Nemesis foi projetado para fazer oposição à nova geração de mísseis infravermelhos, os quais não estão suscetíveis aos sistemas de contramedidas infravermelho até então existentes.

Uma unidade transmissora de acompanhamento Nemesis foi desenvolvida pela GEC-Marconi para aeronaves.

Esse transmissor consiste de uma torre de apontamento¹² com sensor de rastreamento preciso (FTS – *Fine Tracking*

Sensor) e bloqueador infravermelho que, quando acionado por um sistema de alarme de míssil, adquire o alvo na sua aproximação, rastreia-o e projeta um feixe infravermelho de alta intensidade sobre ele.

Durante uma situação de ameaça, o FTS processa eletronicamente a imagem¹³ da aproximação do míssil; esta imagem é então usada pelo sistema Nemesis para direcionar o rastreio do transmissor para cima do alvo e manter um feixe infravermelho durante a aproximação do míssil até que ele seja destruído.¹⁴

O ALQ-144¹⁵

A Lockheed Martin, desde 1989, realizou atualizações no sistema de contramedidas infravermelho aerotransportado AN/ALQ-144, um equipamento que fornece aos helicópteros e pequenas aeronaves de asa fixa proteção contra mísseis que perseguem fontes térmicas. Trata-se de um sistema omnidirecional que consiste de uma fonte de forma cilíndrica envolvida por um sistema de modulação para confundir a perseguição durante a aproximação final do míssil.

Outros modelos da série estão disponíveis, como, por exemplo, AN/ALQ-144 (V)1, AN/ALQ-144 (V)3, AN/ALQ-144A e o bloqueador de fase¹⁶ AN/ALQ-144(VP),

8 N.R.: Sistema de acompanhamento (*track*) por infravermelho.

9 N.R.: Sistema integrado ao sistema de vigilância (radar ou infravermelho), de armas e contramedidas eletrônicas.

10 N.R.: Trata-se de irradiação de um feixe *laser* de temperatura muito elevada, capaz de destruir o míssil, pela explosão provocada na sua carga explosiva.

11 N.R.: Trata-se de uma torre com quatro semi-eixos defasados de 90 graus.

12 N.R.: Torre de apontamento – Torre que aponta o detetor de infravermelho na direção do feixe interceptado.

13 N.R.: O processamento da imagem é feito por métodos de processamento de sinais, utilizando filtros de larguras de banda diferentes, integrando as respostas em frequência, apresentando uma imagem por contraste.

14 N.R.: O feixe infravermelho serve de mira (guiagem), fornecendo a marcação para o engajamento por outra arma míssil (ou *laser*).

15 N.R.: O ALQ-144 foi construído antes do ALQ-157, porém as atualizações que são abordadas no texto ocorreram após o comissionamento do ALQ-157.

16 N.R.: Bloqueador de fase; (*phase lock system*) é um sistema de bloqueio para confundir a busca de um míssil na fase da aproximação.

este usado nas aeronaves norte-americanas de asa rotativa *SH-60*, *H-3* e *SH-2*. Os modelos *AN/ALQ-144(V)1* e o 3 estão em uso pela Marinha, Força Aérea e pelo Corpo de Fuzileiros Navais norte-americanos.

O Atircm

Em 1994, as companhias Sanders e Lockheed Martin desenvolveram e fizeram uma demonstração com um protótipo do sistema de contramedidas de infravermelho para ameaças modernas, o Atircm *AN/ALQ-212(V)*, o qual realizou com sucesso os testes de voo e *performance* contra um míssil de teste.

O Atircm é a próxima geração da integração de alerta da presença de míssil e bloqueio infravermelho. Ele combina a tecnologia de bloqueio dos feixes¹⁷ a *laser* e gás xenônio aliado com outras tecnologias.

A coordenação de resposta multiespectral de seus bloqueadores direcionais e distribuidores é acionada pelos próprios sinais do míssil-alvo.

Outro sistema de alerta da presença de míssil comum, o CMWS *AN/AAR-57*, tem a função de detectar o lançamento de um míssil e fornecer a direção do ataque de forma acurada dentro de alguns instantes¹⁸. Depois de adquirido o míssil, o bloqueador Atircm concentrará um feixe de fonte ótica, modulado para criar um desvio em forma de onda,¹⁹ iludindo o míssil.

O sistema foi projetado para operar contra todos os mísseis guiados por infraver-

melho da atualidade. O conjunto de quatro sensores Atircm/CMWS²⁰ tem um peso total de 56,3 kg.

O Airst

Em 1992, a Lockheed Martin desenvolveu e realizou demonstração de um sistema de rastreamento e busca infravermelho avançado, o Airst, cujo protótipo data de 1990.

O sistema foi projetado para capacitar os pilotos de caça a detectar e rastrear aeronaves inimigas a longas distâncias.

Contra a ameaça de aeronaves, o Airst complementa o emprego de radares de longo alcance, detectando alvos passivos²¹ com baixas *rates* de falso alarme. Ele opera em uma ampla variedade de perfis de voo²² que vai desde aeronaves subsônicas até as supersônicas.

Os dados de alta resolução do Airst provêm diferenciação das células²³ em longo alcance, podendo ser integrados com outro dado do sensor para aumentar a eficácia na detecção do míssil.

Contra a ameaça de mísseis balísticos, o Airst foi projetado para aumentar o alcance, a detecção e o rastreio inclusive de alvos ligeiros, aeronaves e mísseis ar-superfície.

Os sistemas com alta velocidade de atualização, grande campo de busca, alta resolução angular e revestimento passivo proporcionam uma atuação suficiente para interceptar ameaças em fase de impulso ou de subida. O sistema aumenta a letalidade

17 N.R.: Consiste numa tecnologia de bloqueio onde o feixe infravermelho é focado em uma fonte óptica e modulado para fornecer uma forma de onda para enganar mísseis guiados por infravermelho.

18 N.R.: Este dado não foi fornecido pelo fabricante. No *site* da USN não consta qualquer informação a respeito do equipamento. O autor estima que seja algo em torno de 10 a 12 segundos.

19 N.R.: Despistamento análogo ao *Range Gate Pull-Off*.

20 N.R.: Não é obrigatório ter quatro sensores, porém, trata-se de uma solução de compromisso: com quatro sensores há uma proteção mais eficaz.

21 N.R.: O texto refere-se a alvos sem emissão radar/IFF.

22 N.R.: Diferentes cotas de altitude.

23 N.R.: Poder separador em distância e discriminador em marcação.

de unidades baseadas em terra ou no mar devido à sua capacidade de engajamento além do horizonte.

Contra mísseis de cruzeiro, o Airst detecta-os a longa distância com baixa ocorrência de falsos alarmes. Uma aeronave equipada com o Airst pode rapidamente realizar uma busca no setor de interesse e detectar a presença do míssil de cruzeiro a uma distância suficiente para que a aeronave possa interceptar o alvo, tanto de dia quanto à noite.

Como equipamento integrante da aeronave *F-22*, o sistema Airst consiste em janelas, sensores e interface/controle eletrônicos. O sistema foi projetado para dois níveis de manutenção e inclui algoritmos discriminadores de alvo versus fundo, localizados no Processador Integrado Comum (CIP) da aeronave.

Uma cobertura especial protege contra chuva e partículas que provocam erosão e não necessita de reflexão enquanto estiverem preservadas as características de apresentação ótica de aeronaves em vôos subsônicos ou supersônicos. O conjunto de sensores provê uma estabilidade inercial na linha de visada para varrer o campo de busca, coletar energia infravermelha e concentrar a energia para uma segunda geração de conjunto de detectores eletrônicos.

Os sinais vídeo e os dados servo do sensor são processados pelo conjunto interface/controle eletrônico, que executa a supressão das detecções falsas e maximiza a detecção do alvo. Toda informação do alvo é transferida do rastreador do alvo²⁴ para os painéis e controles de tiro.

Atualmente o sistema está também instalado nas aeronaves *F-14D* baseadas no

Navio-Aeródromo *Carl Vinson*, da classe *Nimitz*.

O IRST F-140

Os sistemas de rastreamento e busca infravermelho (IRST) de ondas médias (MW) e ondas longas (LW) foram produzidos pela GE Aeroespacial, mas os programas foram desenvolvidos pela Lockheed Martin em 1994. O programa originalmente foi fundido²⁵ pela Marinha e pela Força Aérea norte-americanas.

O primeiro planejamento para empregar o IRST foi visando à aeronave *F-15* modificada. A Força Aérea retirou-se do planejamento devido ao alto custo para implementar a modificação na aeronave. Entretanto, a Marinha continuou com o IRST. Os sistemas MW e LW foram submetidos a extensos testes de vôo realizados no Centro de Testes de Mísseis da Esquadra do Pacífico, na Califórnia, como parte do desenvolvimento do programa do IRST para as aeronaves *F-14*. Os testes de vôo resultaram na modificação da aeronave para *F-14A* e *F-14D*.

O IRST F-14D foi projetado para possibilitar o rastreamento múltiplo de energia térmica emitida pelos alvos a extremas distâncias para ampliar a informação fornecida pelos radares táticos convencionais. Usando uma série de sofisticadas técnicas de filtragem e algoritmos de *software*, as detecções iniciais são processadas e o *clutter*²⁶ de fundo é rejeitado.

O IRST F-14D consiste em dois conjuntos substitutos de armas: uma cabeça de sensor montado debaixo do nariz do *F-14* e uma unidade eletrônica disposta a ré do *cockpit*. O sistema está integrado com o

24 N.R.: É um sensor óptico que procura emissões infravermelho irradiadas por aeronaves e mísseis.

25 N.R.: Os projetos foram fundidos a fim de dotar as aeronaves de um sistema que cobrisse todo o espectro de interesse (ondas médias e longas).

26 N.R.: *Clutter* – interferência em tela de imagem de um radar que impossibilita a visão do alvo.

computador central do *F-14* e complementa as informações fornecidas pelo radar aéreo de interceptação AN/AGP-71.

A cabeça do sensor contém um conjunto de detector óptico e infravermelho com ondas médias (3 a 5 micrômetros) ou ondas longas (8 a 12) de banda espectral. Os três eixos inercialmente estabilizados permitem que o sistema procure com precisão um contato por meio de múltiplas varreduras automaticamente ou sob o controle manual do piloto. O sinal requerido e os dados processados são executados no controlador de intensidade de sinal.

O IRST funciona em seis modos de operação para o radar AN/ALQ-71. As intensidades do sinal de varredura em marcação e em elevação (densidade espectral de potência) são selecionadas e controladas separadamente pela tripulação da aeronave.

Os radiômetros

Os radiômetros²⁷ que rastreiam infravermelho desempenham a tarefa de rastrear e quantificar a irradiação de um alvo e/ou suas contramedidas.

O modo mais comum para construção de um radiômetro é o de utilizar as seções de controle e direção de um míssil infravermelho (GCS). Estas seções cuidam do sensor óptico e da capacidade necessária para rastrear. Adicionando um pacote eletrônico em separado, pode-se medir a irradiação e a posição de um alvo. Em acréscimo às medidas de irradiação, outras características são muitas vezes incluídas.

Para sistemas aerotransportados, os radiômetros eletrônicos são montados dentro do míssil GCS.

O projeto do radiômetro inclui armazenamento de memória em estado sólido para registrar as medidas de irradiação, tempo, posição e modos de controle para o voo. Uma vez que a procura é estabelecida no modo rastrear, o radiômetro começa a gravação dos dados.

O teste com o equipamento é realizado por meio de pessoal baseado em terra, que inicializará o radiômetro carregando-o com os parâmetros do alvo, limpando os dados da memória, "zerando" o tempo e inicializando quaisquer outros parâmetros.

Antes de ser utilizado, o radiômetro é calibrado para proporcionar acurácia nas medidas de irradiação.

Depois da decolagem o piloto irá capturar um alvo. Neste caso, uma vez "trecado" (acompanhado) o alvo, o radiômetro começará a registrar os dados. Após o teste, os dados serão transferidos do radiômetro para um computador portátil por meio de uma conexão em série.

Rotinas gráficas²⁸ podem ser utilizadas para mostrar as medidas irradiadas, a posição de procura e quaisquer outras informações pertinentes que foram gravadas.

Os radiômetros eletrônicos²⁹ são construídos em duas placas de circuitos. A placa *pack rat* desempenha as funções de controle e registro de dados e utiliza uma interface, enquanto a placa radiômetro apresenta o processamento do sinal e possui a interface do míssil.

27 N.R.: Equipamentos que captam a ação mecânica da luz.

28 N.R.: Com interfaces gráficas e apresentação de planilhas gráficas.

29 N.R.: Existem radiômetros elétricos, digitais, solares. Possuem emprego diversificado em áreas como meteorologia, sensoramento remoto, odontologia e radiologia.

CONCLUSÃO

Após a descrição dos equipamentos acima, bem como de suas aplicações e evolução, pode-se observar que os altos investimentos compensam os resultados es-

perados desses equipamentos que detectam as ameaças na faixa de infravermelho, dando condições de se estabelecer um alarme antecipado da presença de um inimigo, bem como de preparar uma defesa àquela ameaça.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<SISTEMAS> / Sistemas de infravermelho; Seção CAAML;

Terminado o Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC), iniciado em 1987 e finalizado em novembro de 1996, após os navios da DHN terem percorrido 150.000 km de perfis, o Brasil irá submeter à Comissão de Limites da Plataforma Continental na ONU, uma área de 822.280,56 km², além da ZEE, sobre o qual exercerá o direito de soberania.

Revista do Clube Naval 3/02 p. 61
Artigo: 126 anos de hidrografia no Brasil
Elaborado pela DHN

HISTÓRIA DA NAVEGAÇÃO

Pertencente ao Espaço Cultural da Marinha, há um setor dedicado à evolução do domínio humano sobre as águas, desde os mais usados meios primitivos até os gigantescos petroleiros modernos.

Há também uma exposição sobre a técnica da ciência náutica, mostrando o progressivo aperfeiçoamento dos métodos utilizados para obter-se a posição das embarcações no mar, dando ênfase especial à ação dos navegadores portugueses. Estimulados e dirigidos pelo Infante Dom Henrique, criaram novos tipos de embarcações, tábuas e instrumentos para o cálculo da latitude no mar e cartas náuticas posicionando, o mais corretamente possível, os acidentes descobertos e o desenho das costas avistadas.

Todo esse conhecimento pode ser obtido visitando o Espaço Cultural da Marinha, aberto de terça-feira a domingo das 12h às 16h45, localizado à Av. Alfred Agache s/n, Praça XV.



NOSSOS ARTISTAS

Parte II

IVAN SIMAS DE OLIVEIRA
Contra-Almirante (RRm)

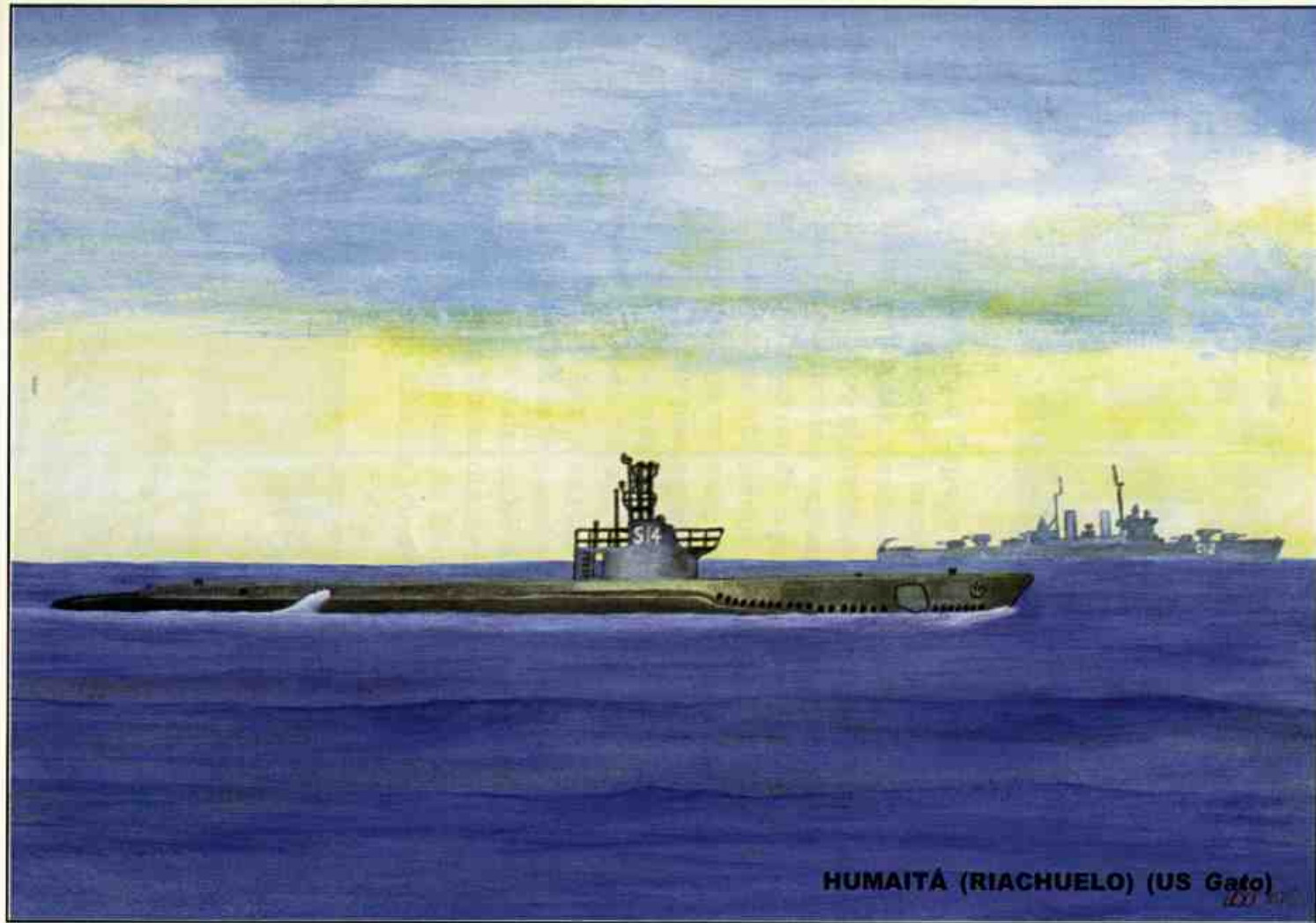
Em continuação aos trabalhos apresentados na *RMB* anterior (pág. 221), publicamos agora as pinturas dos submarinos *Humaitá* e *Riachuelo*; *Guanabara*, novos *Rio Gande do Sul* e *Bahia*; *Rio de Janeiro*; *Ceará*; *Amazonas* e *Goiás*.

A partir desta série entraremos alterando a apresentação: agora a aquarela ficará numa página par e o desenho com os nomes e características na página ímpar seguinte.

Com isso, estamos ensinando que o nosso leitor, ou colecionador, em uma única posição possa tomar conhecimento de toda uma classe de submarinos.

Esperamos que esta correção atenda aos reclamos de nossos leitores.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA



HUMAITÁ (RIACHUELO) (US Gato)

100





SUBMARINOS HUMAITÁ e RIACHUELO
CLASSE GATO

CONSTRUTOR: ELECTIRIC BOAT COMPANY, GROTON, CONNECTICUT, EUA

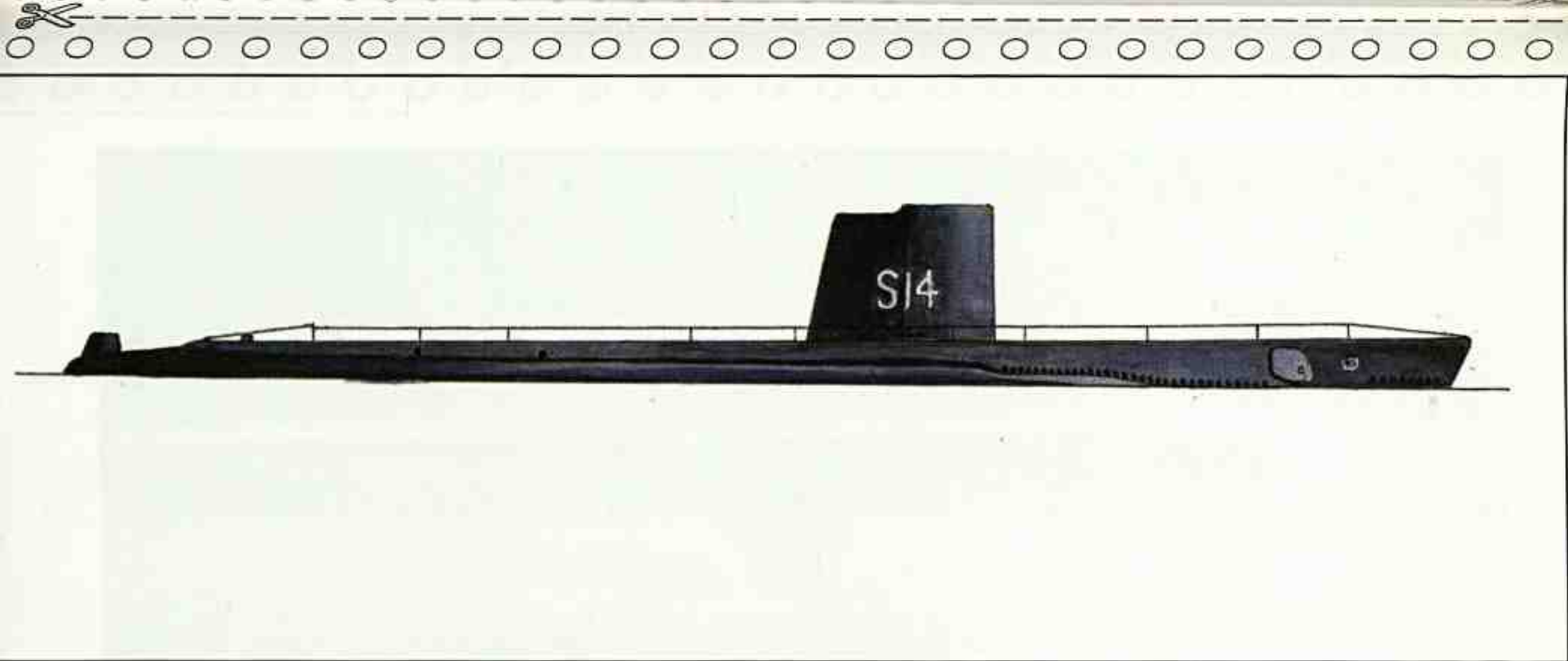
CARACTERÍSTICAS

DESLOCAMENTO:	SUPERFÍCIE: 1800 t
	SUBMERSO: 2400 t
DIMENSÕES:	COMPRIMENTO - 95 m; BOCA - 8,3 m
RAIO DE AÇÃO:	SUPERFÍCIE: 12.000 milhas a 10 nós
	SUBMERSO:
PROPULSÃO:	DIESEL-ELÉTRICA
PROFUNDIDADE DE TESTE:	300 PÉS
VELOCIDADE MÁXIMA:	SUPERFÍCIE: 20
	SUBMERSO: 10
TUBOS DE TORPEDOS:	10
TORPEDOS:	24
TRIPULAÇÃO:	70

Incorporados em 18 de janeiro de 1957. O *HUMAITÁ* foi submetido à Mostra de Desarmamento em 2 de outubro de 1967 e o *RIACHUELO* em 14 de outubro de 1966. Os submarinos das classes *GATO*, *BALAO* e *TENCH* foram construídos durante a Segunda Guerra Mundial. Eram do tipo *FLEET TYPE*, isto é, capazes de desenvolver na superfície velocidades compatíveis com aquelas dos navios da Esquadra. Após o término da guerra, muitos desses submarinos, mediante os programas *GUPPY I, II e III*, melhoraram o desempenho quando navegando submersos.



CEARÁ (GUANABARA - RIO GRANDE DO SUL - BAHIA - RIO DE JANEIRO) (US Guppy II)



SUBMARINOS GUANABARA, RIO GRANDE DO SUL, BAHIA, RIO DE JANEIRO e CEARÁ
TIPO GUPPY II

CONSTRUTORES

GUANABARA - ELECTRIC BOAT COMPANY OF GROTON, NEW LONDON, CT, EUA.

RIO GRANDE DO SUL e CEARÁ - ARSENAL DE MARINHA DE BOSTON, MASSACHUSETTS, EUA.

BAHIA e RIO DE JANEIRO - ARSENAL DE MARINHA DE PORTSMOUTH, NEW HAMPSHIRE, EUA.

CARACTERÍSTICAS

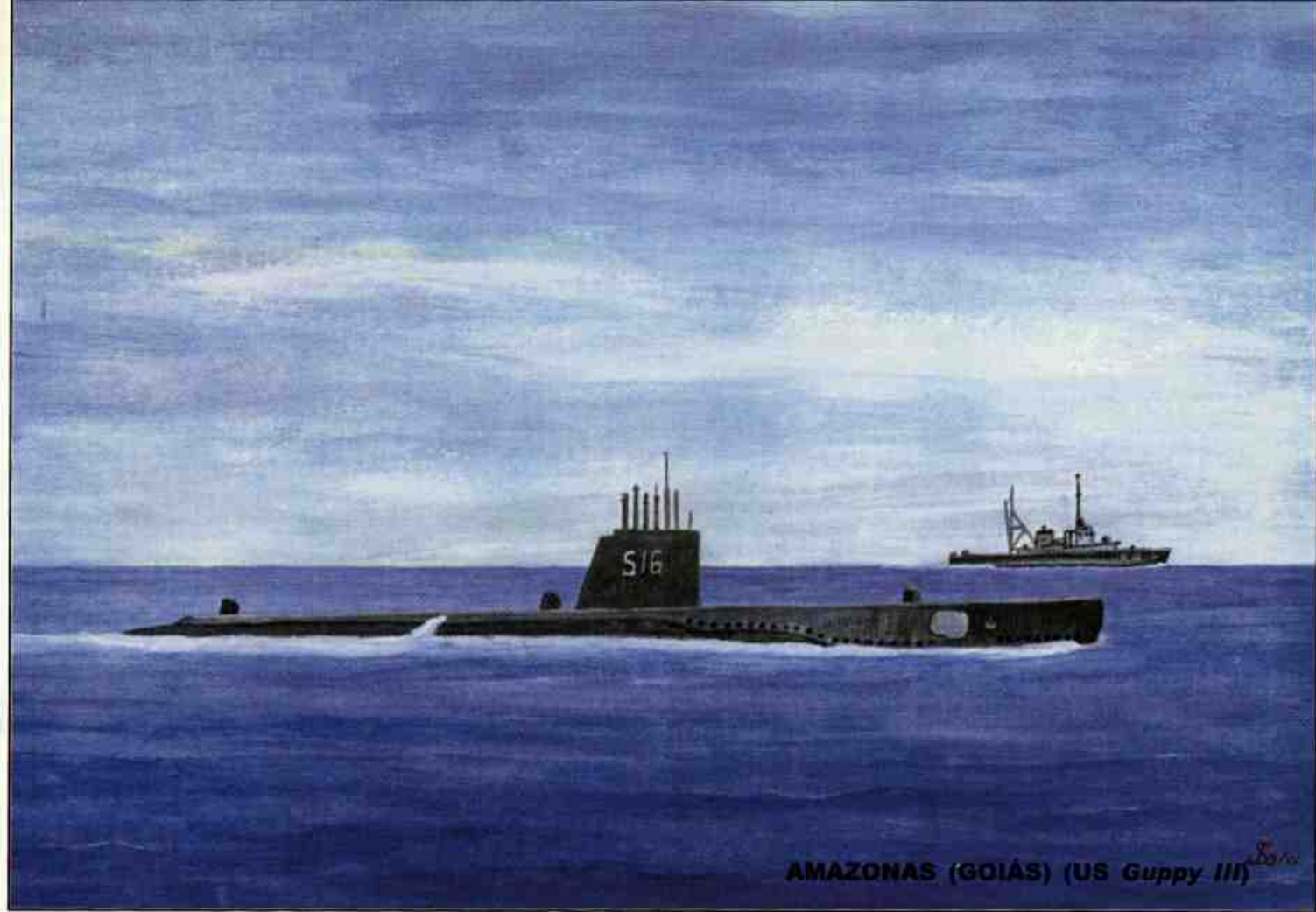
DESLOCAMENTO: NA SUPERFÍCIE: 1.870 t
SUBMERSO: 2.420 t
DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 93,7 m; BOCA: 8,3 m
RAIO DE AÇÃO: SUPERFÍCIE: 12.000 milhas a 10 nós
PROPULSÃO: DIESEL-ELÉTRICA
PROFUNDIDADE DE TESTE: PROVAVELMENTE 400 PÉS
VELOCIDADE: 18/15 NÓS
TRIPULAÇÃO: 83

Submarinos convertidos em tipo GUPPY II. O GUANABARA da classe BALAO e os demais da classe TENCH. O BAHIA foi o último submarino GUPPY II a dar baixa no mundo.

S GUANABARA, S 10
S RIO GRANDE DO SUL, S 11
S BAHIA, S 12
S RIO DE JANEIRO, S 13
S CEARÁ, S 14

INCORPORAÇÃO
28 DE JULHO DE 1972
13 DE MAIO DE 1972
27 DE MARÇO DE 1973
8 DE JULHO DE 1972
17 DE OUTUBRO DE 1973

BAIXA
22 DE JUNHO DE 1983
28 DE AGOSTO DE 1978
8 DE JULHO DE 1983
18 DE NOVEMBRO DE 1978
21 DE SETEMBRO DE 1987



AMAZONAS (GOIÁS) (US Guppy III) *Donna*



SUBMARINOS AMAZONAS e GOIÁS
TIPO GUPPY III

CONSTRUTORES

AMAZONAS – ELECTRIC BOAT COMPANY OF GROTON (NEW LONDON), CT, ESTADOS UNIDOS.
GOIÁS – CRAMPS SHIPYARD OF PHILADELPHIA, FILADÉLFIA, PENSILVÂNIA, ESTADOS UNIDOS.

CARACTERÍSTICAS

DESLOCAMENTO:	NA SUPERFÍCIE: 1.975 t SUBMERSO: 2.450 t
DIMENSÕES:	COMPRIMENTO: 99,5 m, BOCA: 8,2 m;
RAIO DE AÇÃO:	NA SUPERFÍCIE: 15.000 milhas a 8 nós SUBMERSO:
PROPULSÃO:	DIESEL-ELÉTRICA
PROFUNDIDADE DE TESTE:	PROVAVELMENTE ATÉ 400 PÉS
VELOCIDADE:	20/15 NÓS
TRIPULAÇÃO:	83

O submarino *GOIÁS*, S 14, classe *TENCH*, última classe construída nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, foi incorporado à Marinha do Brasil a 15 de setembro de 1973, tendo dado baixa a 16 de abril de 1990. Foi convertido *GUPPY III* em 1981.

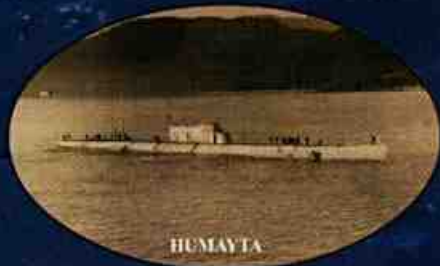
O submarino *AMAZONAS*, S 16, classe *BALAO*, também convertido *GUPPY III* em 1961, foi incorporado à Armada a 19 de dezembro de 1973, tendo baixa a 15 de outubro de 1992.



MELO MARQUES



HUMAYTA



TUPYS



PROPULSÃO NUCLEAR



GUERREIRO



GUERREIRO



GUERREIRO



GUERREIRO

NOSSOS SUBMARINOS

CARTAS DOS LEITORES

Esta seção destina-se a incentivar debates, abrindo espaço ao leitor para comentários, adendo esclarecedores e observações sobre os artigos publicados. As cartas deverão ser enviadas à *Revista Marítima Brasileira*, que, a seu critério, poderá publicá-las parcial ou integralmente. Contamos com sua colaboração para realizarmos nosso objetivo, que é o de dinamizar a *RMB*, tornando-a um eficiente veículo para idéias, pensamentos e novas soluções, sempre em benefício da Marinha, mais forte e atuante. Sua participação é importante.

A DIREÇÃO

O MAIOR TRANSPORTE DE GADO EM PÉ

(Da revista *Marine News* de julho de 2002)

Carta do Vice-Almirante (Ref^o) Luiz Edmundo Brigido Bittencourt

Constituiu para mim uma grande surpresa quando vi a fotografia do *Rodolfo Mata* que, mais que navio, parecia um edifício de apartamentos populares, de subúrbio. E por isso achei que poderia ser divulgado para que outros também pudessem ver a fotografia e gozassem da surpresa profissional que tive.

O *Rodolfo Mata* é um transporte de gado em pé classificado como VLLC (*Verig Large Livertock Carrier*), de 23.524 toneladas brutas e 52.000 dwt e tem 215 metros de comprimento com capacidade para transportar até 135.000 ovelhas ou 26.000 bois (gado). Sua velocidade foi divulgada entre 21 e 24 nós.

Seu nome é uma homenagem ao primeiro presidente do Grupo Fares, a que pertence o navio, falecido em 2001.

O *Rodolfo Mata* é o resultado da transformação do *container-ship* de nome *Ming Universe* que foi construído em 1980. Sua transformação foi feita em Singapura entre maio de 2001 e janeiro de 2002, a um custo de US\$ 150 milhões.

Originalmente, como *Ming Universe*, o navio deslocava 29.872 toneladas brutas e 31.206 toneladas dwt, e tinha 210 metros de comprimento e sua velocidade de serviço, arquivado no Lloyd's Register, era de 21,5 nós.

No navio, o gado é transportado em "gaiolas" (*pen*) que aproveitam, as dos conveses inferiores, as antigas guias dos containeres.

A distância entre conveses do transporte de gado varia entre 2,20 e 2,40 metros, maior que os 2,00 metros exigidos pela Australian Maritime Safety



Ming Universe fundeado em Singapura, em 4/5/01, o dia anterior ao da sua movimentação para o estaleiro para sua conversão



Rodolfo Mata chegando a Fremantle pela primeira vez, em 5/2/02, vindo diretamente de Singapura
– Revista *Marine Navios* de 6/02

Authority (AMSR) – os mais severos do mundo – o que melhorou a ambiência do gado. Para as “gaiolas” dos conveses inferiores o navio dispõe de um extraordinário sistema de ventilação, individual para cada “gaiola”.

O *Rodolfo Mata* tem seu registro em Kingstown sob bandeira de São Vicente de Granada e como proprietária a Tapenacle Investments S.A.

Foi projetado para, economicamente, atender a rota entre a Austrália e os portos do Oriente Médio e do México.

Sua primeira viagem iniciou-se em 7 de fevereiro de 2002, de Freemantle com destino a Arábia Saudita, transportando 117.000 ovelhas. Sua tripulação é de 85 homens incluindo o comandante, oficiais ingleses e um técnico em gado paquistanês.

O sistema de alimentação do gado transportado é australiano e pode carregar 5.000 toneladas de alimentos; tem uma capacidade de 8.000 toneladas de água potável além das 1.800/dia que poderá produzir. Essa capacidade garantirá uma reserva de 8 dias de alimentação além dos 24 da maior viagem prevista.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PODER MARÍTIMO> / Marinha Mercante /; Transporte de gado; C/L;

O IMPERATIVO DA HONRA

(Revista Marítima Brasileira – 3º Trim/1996, pp. 303-304 – Revista de Revistas)

Recebemos do Capitão-de-Mar-e-Guerra Milton Sérgio Silva Corrêa a carta transcrita abaixo.

O Colégio Naval, ao completar seu 50º aniversário, recebeu a homenagem dos seus alunos, ex-alunos, da Marinha e também – como não poderia deixar de ser – da *Revista Marítima Brasileira*. A edição do 1º trimestre de 2001 teve como capa o Colégio de Angra dos Reis e dois artigos de boa lavra, do Professor Jair Travassos e do Vice-Almirante Luiz Santos Döring, este ex-aluno, historiando e saudando o educandário tão caro a todos os que tiveram o privilégio de lá receber o “batismo de Marinha”.

Dois números depois, na *RMB* do 3º trimestre de 2001, outro ex-aluno, Capitão-de-Mar-e-Guerra José Corrêa de Sá e Benevides, entregou para publicação o Código de Honra do Colégio Naval, recuperado em seus velhos papéis.

Agora, com a eleição de um novo presidente, quando parecem surgir nos horizontes da Nação grande esperanças, resgato das páginas da *Revista Marítima Brasileira* o artigo “O Imperativo da Honra”, do Vice-Almirante William P. Lawrence, da Marinha dos Estados Unidos, traduzido da revista norte-americana *Proceedings* de abril de 1994, e comentado pelo saudoso Comandante José Geraldo da Costa Cardo-

so de Melo, colaborador emérito e consultor especial da *RMB*.¹

O mérito implícito neste artigo estimula a repetição de algumas partes para servir à reflexão dos leitores, em especial dos jovens que hoje iniciam seus estudos e suas vidas.

O autor do artigo desta resenha, Almirante Lawrence, foi graduado na Academia Naval com distinção. Aviador Naval, na ativa, exerceu os cargos de superintendente da Academia Naval e de diretor do

Pessoal. Esteve seis anos confinado em um campo de prisioneiros de guerra no Vietnã do Norte.

O Almirante Lawrence inicia o artigo constatando que sobre os militares recaem as mais altas obrigações que podem ser atribuídas a um cidadão – garantia da segurança de sua nação e de seu estilo de vida. Ele diz

Em todas as atividades feitas na Academia, os líderes procuram desenvolver com os aspirantes a mesma confiança, respeito mútuo e espírito que deve existir em qualquer unidade militar, para que isso se torne efetivo em combate

que ‘é esperado dos oficiais que coloquem os interesses da nação e do bem-estar e segurança de seus subordinados acima dos seus próprios’, além de que ‘devem sacrificar um pedaço de sua liberdade para proteger a liberdade total de toda a cidadania’. E conclui: ‘Honra e integridade, em particular, devem ser o coração e a alma do oficial militar.’

Abordando esses valores na Academia Naval, ele informa que os líderes daquela escola dão ênfase para que os aspirantes ali matriculados, primeiro que tudo, se tor-

1 N.R.: Publicado na *RMB* do 3º trimestre de 1996, pp. 303-304.

nem os salva-vidas da segurança nacional, para tornarem-se líderes militares. Em todas as atividades feitas na Academia, os líderes procuram desenvolver com os aspirantes a mesma confiança, respeito mútuo e espírito que deve existir em qualquer unidade militar, para que isso se torne efetivo em combate. Engajar as demandas dos programas profissionais, acadêmicos e físicos são em si um construtor do caráter do aspirante. Assim, de cada membro do corpo docente é esperado um impecável exemplo de integridade pessoal.

O currículo de liderança formal na Academia estende-se pelos quatro anos do curso, onde é dada grande ênfase à instrução de ética profissional. A par disso, garante o autor, a Academia dá um excelente ambiente religioso.

O elemento chave do desenvolvimento do programa de ética da Academia é o Conselho de Honra, baseado formalmente no preceito de que 'os aspirantes são pessoas íntegras: não mentem, não trapaceiam ou roubam', afirma. Lawrence diz ainda que, desde o dia de sua apresentação à Academia, é levado ao extremo aos aspirantes que

nela permanecem que eles devem abster-se de mentir, trapacear ou roubar.

A apuração e o julgamento de faltas à honra são feitos em várias etapas – em linhas gerais – subseqüentes: Encarregado (*Chairman*) da Honra dos Aspirantes e o Comitê da Brigada da Honra; as *Board* de Honra dos Aspirantes (até aqui, todos os elementos constitutivos são aspirantes); Superintendente da Academia e, finalmente, o Secretário de Marinha, único capaz de promover a expulsão de um aspirante.

Historicamente, dependendo da gravidade do caso e da potencialidade da carreira do aspirante, a Academia tem dado uma segunda oportunidade aos faltosos. Da mesma forma, historicamente a

historicamente a média de transgressão de honra, anualmente, não ultrapassa 1%

honra, anualmente, não ultrapassa 1%.

O Almirante Lawrence termina o artigo afirmando que 'é na Academia Naval que as tradições e valores são passados de uma geração de oficiais para outra que a sucederá'. Preeminentes nesses valores, prossegue, 'está o melhor senso de honra pessoal'.

"Nutrir esse senso de honra tem sido e será a principal missão da Academia Naval", conclui o militar norte-americano.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<VALORES> / Honra; Academia Naval de Anápolis; Rev&Rev; Cartas dos Leitores;

O LADO PITORESCO DA VIDA NAVAL

As histórias aqui contadas reproduzem, com respeitoso humor, o que se contava nas conversas alegres de praça-d'armas e convês. Guardadas certas liberdades, todas elas, na sua essência, são verídicas e por isso caracterizam várias fases da vida na Marinha.

São válidas, também, estórias vividas em outras Marinhas.

Contamos com sua colaboração. Se desejar, apenas apresente o caso por carta, e-mail (sdm1412@sdm.mar.mil.br) ou por telefone (Almirante Brígido ou Comandante Corrêa: (21) 2524-9460), que a *RMB* e seus colaboradores o transformarão em uma agradável leitura.

O EXIGENTE

Em cada turma da Escola Naval é fácil identificarmos aspirantes com características muito semelhantes. Sempre haverá o safo, o conquistador, o bonitão, o boboca, enfim, muitos outros, inclusive o exigente, o que leva tudo a extremos, com coisas, com pessoas e... com ele próprio.

Assim era o herói desta história que me foi contada por colegas meus, de alta patente, e assegurada ser inteiramente verídica.

Há uns 25 anos, a Marinha estava recebendo inúmeros navios construídos na Inglaterra. Eram fragatas e submarinos. Para coordenar e defender nossos interesses junto aos construtores e ao Ministério da Defesa inglês – o MOD –, a Marinha dispunha de duas comissões de recebimento, além da Comissão Naval Brasileira na Europa.

Tanto fazer parte da tripulação do recebimento como servir nas Comissões eram lu-

gares excelentes tanto profissional como financeiramente para o oficial que tivesse “tirado a sorte grande”. Assim diziam na época.

Naquela dezenas de anos desse período, a Marinha teve alguns chefes e entre eles um que era notável administrador que muito fez pela sua corporação, levando-a a um patamar bem mais elevado de tecnologia e profissionalismo.

Sua figura era muito conhecida pela aparência de calma que exalava, de bondade, de fácil concordância, mas, na realidade, não era nada disso, pois aquele manto de cores pastéis encobria um chefe enérgico, extremamente competente, justo e decidido.

Em um belo dia, o nosso herói, ainda tenente, foi surpreendido com a notícia que havia sido designado para receber um dos submarinos que estavam sendo construídos na Inglaterra.

Extremado, como sempre foi, achou um absurdo a sua nomeação, pois vários de seus colegas, alguns mais antigos, no seu rigoroso julgamento, eram mais competentes que ele e por isso achava que quem deveria receber os navios eram eles e não ele.

Para reparar aquela "injustiça", solicitou uma audiência ao Ministro, que, por mera coincidência, era tio de sua esposa, sendo ela a sobrinha querida.

Recebido no gabinete ministerial, começou logo a desenrolar a série de razões por

que ele achava que não devia ir para a Inglaterra, e por isso estava ali para, respeitosamente, declarar que não iria cumprir aquela nomeação.

O Ministro, sempre calmo, deu mais algumas baforadas no seu inseparável cigarro, deixou que o silêncio dominasse o ambiente por um longo período, pairando um suspense aterrador e, ainda calmamente, em tom de voz absolutamente normal, quase baixo, falou: "Se você não quiser ir, não vá, mas a minha sobrinha, esta, com certeza, irá."

Colaboração de:
Luís Edmundo Brígido Bitencourt
Vice-Almirante (Ref.)

Nota do Autor:

Essas quatro primeiras histórias me foram contadas por colegas de alta patente que asseguraram ser absolutamente verdadeiras em sua essência. A primeira, quem me contou ouviu-a do próprio herói exigente.

A FAINA DE RECEBIMENTO ESTAVA INCOMPLETA?

Nos idos de meados dos anos 90, a Marinha, aproveitando uma oportunidade oferecida pela Royal Navy, adquiriu quatro fragatas da Classe *Broadsword* (Batch 1), em excelentes condições de operacionalidade.

As autoridades navais da época resolveram dar às novas unidades nomes de ex-chefes, homenageando e reconhecendo o que fizeram pela Marinha e o exemplo de vida profissional que legaram aos mais jovens. Batizaram-nas de *Greenhalgh*, *Dodsworth*, *Bosisio* e *Rademaker*, por mera coincidência todos nomes estrangeiros.

Por rotina, ao deixarem a Inglaterra, onde foram recebidas, as fragatas aportavam em Lisboa antes de atravessar o Atlântico para dar uma folga às tripulações, exaustas que

estavam do esforço em colocar tudo em cima e serem aprovadas nos adestramentos conduzidos pelos ingleses, como também para ensinar os queridos patricios a compartilharem do prazer que têm do Brasil, seu filho, possuir aqueles lindos e, podemos até dizer, modernos navios.

A entrada em Lisboa exigia prático.

Por especial deferência, as autoridades portuguesas, sempre muita atenciosas com os brasileiros, escalaram para os serviços de praticagem o prático-mor, o mais velho, o mais experimentado, o melhor.

Ao entrar no passadiço para manobrar, o velho marinheiro cumprimentou o comandante, a oficialidade e se desmanchou em entusiásticos elogios. Finalmen-

te, perguntou: "Mas qual é mesmo o nome do barco?"

A resposta foi pronta e seca: "*Greenhalgh*."

O prático-mor ouviu aquele nome inglês, estranhou e pensou: "Será que os brasileiros ainda não mudaram o nome do navio?"

Mas ficou quieto.

Passaram-se alguns meses e a cena se repetiu, agora com duas fragatas.

O prático-mor chegou ao passadiço da fragata escalada para ele, cumprimentou o comandante, a oficialidade, desmanchou-se em amabilidade e finalmente perguntou: "Mas qual é mesmo o nome do barco?"

A resposta foi pronta e seca: "*Dodsworth*".

O prático-mor ouviu aquele nome inglês, estranhou mais uma vez o fato e pensou: "Olha que esses brasileiros são muito gozados, receberam um navio e ainda não trocaram o nome."

Mas ficou calado.

Mais alguns meses e a cena foi vivida outra vez: patrão-mor, cumprimentos, amabilidades e a pergunta final, que já o estava incomodando: "Mas qual é mesmo o nome do barco?"

A resposta, como sempre, foi pronta e seca: "*Rademaker*."

O patrão-mor ouviu aquele nome alemão e não se conteve: "Senhor comandante, quando os brasileiros vão mudar o nome de seus novos navios?"

Passado um instante de perplexidade até o entendimento da pergunta, todos caíram na gargalhada, inclusive o patrão-mor, quando esclarecido devidamente.

NOTA DA REDAÇÃO:

Realmente, o caso das fragatas *Greenhalgh* é peculiar e cria uma certa dificuldade para os marinheiros, principalmente os nordestinos, acostumados a outros nomes bem diversos.

Assim, para facilidade, eles próprios aportuguesaram os nomes mais difíceis para outros mais sonoros e fáceis: "*Grinha*" (desde os tempos de 1940 com os classe *M*), "*12 Volts*" e "... " (censurado), pois este último é depreciativo e não faz jus à *performance* do navio.

Colaboração de:

Luiz Edmundo Brigido Bittencourt
Vice-Almirante (Ref^a)

TRANSBORDO DE CARGA ESPECIAL

Anualmente, as Forças da Marinha na Amazônia – navios, aeronaves e fuzileiros navais – fazem um grande exercício em um dos afluentes do "Rio Mar".

Na ocasião, as autoridades superiores do contingente que se embrenha na mata solicitam que os nossos navios transportem para o Rio de Janeiro um sem-número de pequenas "encomendas funcionais".

Uma delas foi bastante peculiar: um casal de jibóias.

Aqueles ofídios passariam a ser excelentes "acessórios de ensino" no núcleo de treinamento de guerra na selva, que também existe no Rio de Janeiro. Seriam peças fundamentais para dar maior realidade aos treinamentos.

Como missão é para ser cumprida, a tropa que reembarcou veio acrescida do tal casal de jibóias, e, naturalmente, um dos fuzileiros estava orgulhoso de sua nova e peculiar função: encarregado das jibóias e

fiel do cadeado que fechava o balaio onde elas iriam fazer toda a viagem.

A tropa foi embarcada nos dois navios-patrolha fluviais que participaram da operação ribeirinha, um grande e outro pequeno, que a levaria de volta a Belém.

Os navios suspenderam após um reembarque sem qualquer problema, pois eram tropas bem treinadas e vinham de uma operação bastante próxima da realidade. Navegavam um após outro, isto é, em uma coluna bastante flexível. O tempo ia passando, os quartos eram rendidos rigorosamente no horário, as máquinas fazendo o seu ruído característico e monótono, tudo na mais perfeita ordem e paz... até que a madrugada chegou e o quarto do tijupá de 20 às 24h, do navio menor, começou a ser gelado*, e cada vez mais e mais, até que o oficial de serviço mandou o ronda descer para o convés e verificar o que estaria acontecendo. Não se passou um minuto e voltou o marinheiro esbaforido, olhos esbugalhados, respiração ofegante, dizendo alguma coisa ininteligível. O oficial de quarto procurou acalmá-lo em várias tentativas, até que conseguiu entender: "As jibóias fugiram! Estão enroladas na escada de acesso ao tijupá e os marinheiros dizem que não sobem!"

Passado o primeiro momento de surpresa e indecisão, determinou o oficial de quarto que fosse acordado o "encarregado das jibóias" para levá-las de volta ao seu cesto.

Veio o fuzileiro safo com uma forquilha adequada e pronto, prendeu as jibóias, uma a uma, levando-as a sua "toca" para a viagem. Cadeado passado, deu o pronto ao oficial de quarto, a rendição de serviço se processou e tudo voltou à normalidade.

Mas, pela manhã, o moral da tropa, principalmente o da guarnição, estava abala-

do. Todos estavam receosos de encontrar à noite pelo convés aquelas intrusas. Foram ao comandante, em comissão liderada pelo mestre do navio, expor a situação "gravíssima", pelo menos no entender da marujada. E não houve meio do comandante convencê-los de que não havia perigo e que o cadeado, com certeza, permaneceria fechado, estando a chave com ele próprio.

Não houve jeito, o pessoal estava apavorado!

O que fazer?

O comandante, então, pega no microfone da fonia, chama o chefe do grupo-tarefa e, muito sem graça, explica toda a situação e pede para transferir as jibóias para o navio maior, onde seria mais fácil prender, com absoluta segurança, aqueles "acessórios de ensino" do curso da selva do Rio de Janeiro.

O chefe, homem experimentado e também compreensivo e bondoso, concordou com a solicitação e deu ordem para que os navios diminuíssem suas velocidades ao mínimo que permitisse o governo e se levasse adiante o *transbordo das jibóias*, uma nova operação para engrossar o manual de exercícios da Amazônia.

Daí, então, ouviu-se: "Preparar a lancha para o transbordo das jibóias; tocar postos de transbordo das jibóias." No livro de quartos foi lançado que o "navio permaneceu sob máquinas entre tal e tal hora para o 'transbordo das jibóias'".

E, desse momento em diante, aquele navio-patrolha ficou conhecido como o navio das jibóias.

Viu em que pode dar a cooperação irrestrita?

Colaboração de:

Luiz Edmundo Brígido Bittencourt
Vice-Almirante (Ref^o)

* N.R.: Ser ou ficar gelado – gíria marinheira para o atraso de rendição do serviço.

RECORDE DE TEMPO MERGULHADO

O tenente era um oficial muito popular, tamanhas eram as suas virtudes, suas travessuras, sua propensão aos desafios, seu empenho nas suas missões. De porte atlético, até um pouco gordo, além de submarinista era mergulhador consagrado.

Certo dia, em conversa na praça-d'armas, desafiaram-no dizendo que seria impossível para ele entrar no tanque de lastro do submarino, onde todos estavam reunidos.

Realmente, era um desafio muito difícil de ser vencido por alguém do porte avantajado do nosso tenente.

Mas era nessas situações bastante adversas que o nosso herói se agigantava e, por já ter vencido algumas, ganhava fama. Aquela seria mais uma, assim pensou ele, e os colegas fizeram a cena, garantindo que seria impossível a realização da façanha.

Topando o desafio, retirou-se do ambiente e, quando voltou, já estava todo preparado para o mergulho livre, com roupa própria e seus acessórios.

Lá foram todos para o convés assistir ao mergulho desafiador.

O nosso herói, dentro de perfeita técnica, pulou na água e desapareceu.

Passou-se então um minuto, depois dois minutos, três, quatro, cinco e quando chegou a dez todos ficaram alarmados e preocupados e tomaram as providências para salvar o amigo ou... resgatar o seu corpo.

Rapidamente, um outro mergulhador foi ao encalço do nosso herói: pulou na água, nadou mergulhado, entrou no tanque de lastro e, iluminando o espaço com a sua lanterna elétrica, nada encontrou. Assustou-se, ficou aturdido. Onde estava o colega e amigo?

Voltou à superfície e comunicou aos que ficaram no convés que nada havia encontrado.

Mas eis que, por uma questão inexplicável, alguém olhou para o bordo oposto e... lá estava o nosso herói na maior das gozações.

E foi assim que mais um desafio foi enfrentado e vencido e mais um recorde de tempo de "mergulho" foi batido.

Colaboração de:

Luiz Edmundo Brígido Bittencourt
Vice-Almirante (Ref^o)

A MENSAGEM DO ALÉM

Em meados dos anos 90, aconteceu um fato que deu o que falar na extinta Imprensa Naval.

Havia um sistema de radiofonia que, automaticamente, era ligado, às 7h e desligado às 19h.

Certo comandante, diretor nessa época, era um dos últimos a sair. Ele era muito eficiente, justo e extremamente teso e não tendo por isso muitos admiradores entre seu pessoal; nesse dia, porém, saiu cedo, mas seu

despenseiro continuou trabalhando. Como estava só, aumentou o volume do rádio. O controle geral ficava em outra sala; assim, só foi aumentado o do gabinete. Às 19 horas o sistema desligou automaticamente. A sintonia do rádio, porém, estava com defeito, acontecendo de o dial pular de FM para AM.

Na manhã seguinte, o rádio voltou a ligar normalmente (estávamos em época de eleição e havia propaganda eleitoral nas emissoras).

Os funcionários civis e militares que retornavam para o serviço não prestaram muita atenção ao que era dito na estação sintonizada, devido ao falatório, mas a impressão era que devia ser propaganda eleitoral.

Chega o diretor, seguindo direto para o seu gabinete, e, ao abrir a porta, ouve um grito que com certeza jamais esqueceria, pois grande foi o susto que levou naquele momento:

“Sai capeta!”

Ainda atordoado, mandou chamar o responsável pelo som, um suboficial, que, ao chegar, verificou que a estação estava sintonizada em uma rádio evangélica cujo pregador era o Bispo Macedo.

Colaboração de:

Edilson José Alves
Celso França Antunes
Funcionários Civis

RESTAURANTE FRANCÊS NÃO É MCDONALD'S

Eric (nome fictício), oficial de Marinha, foi promovido ao posto de capitão-de-corveta. Adquiriu, então, o direito de ser chamado de comandante.

Depois de quase 12 anos embarcado na Flotilha de Submarinos, foi designado para respirar um pouco do ar puro no convés de um navio da Força de Transportes, que sempre ia para o estrangeiro. Estranhou bastante a princípio, acostumado que estava com a mistura dos cheiros de óleo diesel dos motores e do hidrogênio das baterias do submarino. Cedo se habituou e, lentamente, seus ternos e uniformes foram perdendo aquele odor característico dos submarinos.

O navio-transporte viajava para a Europa; da Inglaterra, traria sobressalentes para os submarinos e fragatas; da França, peças de reposição para os caças *Mirage* da Força Aérea.

Um dos portos de parada seria Toulon – antigo e ainda importante porto militar com seus estaleiros, herança do velho Arsenal de Marinha construído no século XVI.

O Comandante Eric já estivera em Toulon logo após a Segunda Guerra Mundial, em

uma viagem de instrução.* Sua lembrança daquele porto era o encouraçado francês *Dunkerque*, seminaufragado em dique inundado com seus canhões serrados e muita destruição, além do perfume que as mocinhas exalavam nas movimentadas ruas da cidade.

O navio-transporte do Comandante Eric navegava agora no Golfo dos Leões, quando o mar começou a crescer animado por um vento gelado de quase 35 nós: era o Mistral, que, vindo dos Alpes, percorria o vale do Ródano em direção ao Mediterrâneo, causando ondas de mais de 4 metros que se desfaziam em estrias de espumas. Na escala Beaufort, usada na Marinha para designar a força do vento, a classificação seria 7.

O Comandante Eric sentiu saudades de seu submarino, que nessas ocasiões aproava ao mar revolto e mergulhava buscando a tranquilidade na cota de 25 metros de profundidade, transformando o jogo violento em um suave balancear de rede.

Meio mareado, o Comandante Eric começou a pensar na vida: mais jovem, tivera uma paixão cinematográfica pela atriz Grace

* N.R.: Veja “A viagem dos cardeais no *Duque de Caxias*, na RMB 2º trim./1998 págs. 83 a 116.

Kelly, assistira a todos os seus filmes, teve uma decepção quando ela deixou de ser estrela de cinema para virar princesa. Ficou triste com sua morte prematura. Resolveu que, em Toulon, se houvesse oportunidade, iria ao Principado de Mônaco.

No porto de Toulon, após o expediente de bordo, o Comandante Eric foi revisitar a antiga catedral da cidade, a Igreja de Ste. Marie-Majeure, e acertou sua viagem a Mônaco para o final da semana. Planejava ir ao Museu Oceanográfico e ao famoso cassino de Monte Carlo.

Em Mônaco, juntou-se a um grupo que, à noite, saiu em pequeno ônibus para um passeio turístico pela cidade velha. Estiveram nas proximidades do Palácio, viram as residências dos três filhos do Príncipe Rainier III e percorreram a estrada do trágico acidente que vitimara a princesa Grace.

O Comandante Eric sentiu uma certa nostalgia, compensada pelo perfume e pela beleza da jovem turista espanhola de Santiago de Compostela, que conhecera no grupo e com quem vinha mantendo agradável conversa.

Seguiram para o cassino de Monte Carlo. Entretanto, o Comandante Eric e sua companhia não eram afeitos a jogo. Resol-

veram então jantar no Café de Paris, ali na praça do cassino. Pediram *Soupe a l'oignon gratinée, Ravioli Forest*, água mineral San Pellegrino e vinho tinto De La Tour.*

Tinham aproximadamente duas horas até o reencontro com o grupo, o que lhe permitia sonhar com uma outra etapa do encontro mais aconchegante.

Como tinham se passado 45 minutos e o jantar não aparecia, o Comandante Eric resolveu chamar o garçom e, lembrando-se de seu francês de colégio, disse: *Garçon s'il vous plait, sera possible amener le dinner un peu plus vite?**

A resposta bem-humorada do garçom foi: "Monsieur, vous n'êtes pas au McDonald's, votre dinner est en la cuisine bien pour préparer!""**

Deu tempo para o jantar, mas não para a sobremesa.

Na madrugada de segunda-feira, o Comandante Eric regressou a Toulon com um desejo imenso de ir a Santiago de Compostela.

Colaboração de:

Munir Alzuguir
Capitão-de-Mar-e-Guerra

* N.R.: Sopa de cebola gratinada.

** N.R.: Tradução: "Garçom, por favor, será possível trazer o jantar um pouco mais rápido?"

*** N.R.: Tradução: "Senhor, o senhor não está no McDonald's, seu jantar está na cozinha sendo preparado."

A IMPORTÂNCIA DA ATITUDE

Circula pela Internet um texto, intitulado "Atitudes x Julgamentos", em que o autor, desconhecido, defende que o que faz a diferença entre os países pobres e os ricos é a conduta e atitude de seus cidadãos, e não, como se poderia imaginar, fatores como tempo de existência, raça, quantidade e qualidade de recursos naturais, extensão territorial ou inteligência de seus povos.

Conclui o texto afirmando: "Não somos pobres porque nos nossos países faltem riquezas naturais, ou porque a natureza tenha sido cruel conosco, mas simplesmente por nossa atitude. Falta-nos vontade."

Chamaremos aqui essas regras observadas no comportamento dos habitantes dos países ricos de,

"DEZ MANDAMENTOS DO VENCEDOR"

- 1. A moral, como princípio básico.**
- 2. A ordem e a limpeza.**
- 3. A integridade.**
- 4. A pontualidade.**
- 5. A responsabilidade.**
- 6. O desejo de superação.**
- 7. O respeito às leis e aos regulamentos.**
- 8. O respeito pelos direitos dos demais.**
- 9. Seu amor ao trabalho.**
- 10. Seu esforço pela economia e investimento.**

(Do *Diário de Bordo*, Boletim Informativo do Centro dos Capitães da Marinha Mercante, de ago., set. e out./2002)

DOAÇÕES AO SDM

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA DA MARINHA

Relação dos doadores do 3º trimestre de 2002

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm) José Correia de Sá Benevides	980 volumes
Sra. Janete Vieira de Sousa	115 volumes
Sr. Fernando Augusto Pereira	36 volumes
Contra-Almirante Max Justo Guedes	12 volumes
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) Mauro Monteiro Campos	7 volumes
Sr. Pedro Bastian Pinto	7 volumes
CIAGA	3 volumes
Escola Naval	2 volumes
Presidência da República – Secretaria de Estado de Comunicação e Governo	2 volumes
Museu Histórico Nacional	1 volume
Soamar (Santos)	1 volume
Sr. João Antonógenes Prudêncio da Costa	1 volume
Sra. Mônica da Costa	1 volume

PERIÓDICOS RECEBIDOS

ÁFRICA DO SUL

Unesa – 17/01;

BRASIL

Associação Nacional dos Veteranos da FEB – jun./02

Blumenau em cadernos – maio/jun. 02

Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa – 2º sem./01

A Defesa Nacional – jan./abr. 02

Faperj – jun./02

A Galera – nº 151/01

Informativo Filatélico – maio/02

Informativo Marítimo – abr./jun. 02

A Macega – maio/jun. 02; jul./ago. 02

Memória Escoteira – abr./jun. 02
Nossa Base – abr./jun. 02
Notícia Bibliográfica e Histórica – abr./jun. 02 e jul./set. 02
NOTANF – abr./jun. 02
Pesca e Mar – jul./ago. 01 a out./dez. 02
Revista Clube da Medalha do Brasil – 2º sem./02
Revista do BNDES – jun./02
Revista Histórica – jun./ago. 02
Revista Militar de Ciência e Tecnologia – 1ª quad. 02
Solidariedade Ibero-Americana – jul./02
Tecnologia e Defesa – nº 90/02 a 92/02
Think e Tank – set./nov. 02
Veredas – jul. 02

CHILE

Revista de Marina – maio/jun. 02; jul./ago. 02

EQUADOR

BITACORA – Informativo Naval – jul./00
Revista de Marina – 2002

ESPAÑA

Revista de História Naval – nº 75/01
Tecnologia Militar – jun./02

ESTADOS UNIDOS

Jane's International Defense Review – set./02
Mapline – jul./ago. 02
Politics & Policy – jun. 02
Proceedings – jul./02; ago./02
Ships in Scale – maio/jun. 02; jul./ago. 02

FRANÇA

Cols Bleus – nov./01 a jul./02
Le Drait Maritime Français – nov./01 a jun./02

HOLANDA

Revista Europea – abr./02

ITÁLIA

Rivista Marittima – ago./02

PORTUGAL

Anais do Clube Militar Naval – out./dez. 01

Mar Oceana – nº 11/12, 2002

Revista da Armada – jul./ago. 02

Riachuelo

Submarino-Museu



A vida embaixo d'água

Ele passou 17.699 horas e 41 minutos embaixo d'água. Imagine, dias e dias sem sentir o calor do sol, imerso na solidão dos oceanos. Esta foi a jornada do Submarino *Riachuelo*. Construído em 1973, na Inglaterra, foi incorporado à Armada Brasileira em 27 de janeiro de 1977.

Esteve em atividade por 20 anos, navegando 181.924,88 milhas. Em 1997, passou para o Serviço de Documentação da Marinha, sendo transformado em submarino-museu. Visite o *Riachuelo* e tenha uma noção da vida a bordo ao percorrer os seus compartimentos. Conhecendo os armamentos, máquinas e outros equipamentos do *Riachuelo*, você vai experimentar um pouquinho do dia-a-dia dos submarinistas.

O *Riachuelo* está atracado ao cais do Espaço Cultural, Av. Alfred Agache, s/nº - Centro. A visitação pode ser realizada diariamente das 12h às 17h.

Visitas guiadas para escolas e grupos
podem ser marcadas pelos telefones
(0XX-21) 3870-6025 e 3870-6879.

NECROLÓGIO

- † 2/12/1993 – AE HÉLIO RAMOS DE AZEVEDO LEITE
† 29/4/1997 – VA (FN) YVES MURILLO CAJATY GONÇALVES
† 2/7/2002 – VA (FN) DÉCIO SANTOS DE BUSTAMANTE
† 6/9/2002 – VA (FN) ROBERVAL PIZARRO MARQUES



HÉLIO RAMOS DE AZEVEDO LEITE

★ 15/7/1911

† 2/12/1993

O Almirante Hélio Leite nasceu no antigo Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro), filho de Guilherme Leite Junior e Gilberta Ramos de Azevedo Leite.

Ingressou na Escola Naval em 21 de março de 1929. Após receber o galão de guarda-marinha, suas promoções deram-se, de segundo-tenente a capitão-tenente, em, respectivamente, 23 de novembro de 1933, 2 de maio de 1935 e 6 de maio de 1938. Por merecimento seguiram-se as promoções a capitão-de-corveta em 28 de fevereiro de 1946, a capitão-de-fragata em 22 de março de 1952 e a capitão-de-mar-e-guerra em 23 de junho de 1958.

Atingiu o almirantado em 18 de agosto de 1965, seguindo-se as promoções a vice-almirante em 6 de setembro de 1966 e a almirante-de-esquadra em 9 de setembro de 1969. Foi nomeado para o Superior Tribunal Militar em junho de 1973, sendo presidente do órgão de 27 de maio de 1977 a março de 1979. Lá permaneceu até 1981, quando se aposentou por limite de idade.

Além de suas inúmeras comissões em navios da Esquadra e da Diretoria de

Hidrografia e Navegação, poderão ser destacadas a de ajudante-de-ordens do diretor da Engenharia Naval, a de chefe do Departamento de Ensino do Navio-Escola *Almirante Saldanha* na quarta viagem de circunavegação; e de superintendente de Ensino e posteriormente de vice-diretor da Diretoria de Hidrografia e Navegação; a de chefe do Departamento de Carreira da então Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha e a de membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Em sua vida profissional comandou ou foi diretor de várias organizações militares, a saber: Caça-Submarinos *Gurupá* em operações de guerra (seu primeiro comandante), Navio-Hidrográfico *Rio Branco*, Contratorpedeiro *Araguaia*, Navio-Hidrográfico *Sirius* (seu primeiro comandante, recebido no Japão) e Navio-Aeródromo Ligeiro *Minas Gerais*. Em terra: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW).

Como oficial general, comandou: Escola Naval, 8º Distrito Naval (São Paulo) e Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha.

Além dos cursos de carreira, que inclui o de aperfeiçoamento de Hidrografia e Navegação, em 1941 (grau distinção) fez os seguintes: Tática Anti-Submarina, na Fleet Sound School, em Key West, Flórida, Estados Unidos (em 1943); Condução de Agulhas Giroscópicas (em 1945) e Curso Superior da Escola Superior de Guerra em 1963).

Pelo seu trabalho na Marinha foi agraciado com diversas condecorações, a saber: Medalha do Mérito de Guerra com duas estrelas, Medalha de prata da Força Naval do Nordeste, Medalha da Campanha do Atlântico Sul, Medalha Naval de Serviços

Distintos, Medalha da Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito Judiciário Militar, Ordem do Mérito Rio Branco, Ordem do Mérito de Brasília, Ordem de Estácio de Sá (as cinco no grau de Grã-Cruz), das Ordem do Mérito Militar e Aeronáutico (ambas no grau de Grande Oficial), Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Medalha do Serviço Militar com passadeira de platina, Medalhas do Mérito Tamandaré e de Santos Dumont, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Marinheiro com três âncoras, e as estrangeiras Ordem do Mérito da República Italiana no grau de Grande Oficial, e a do Mérito Marítimo da França no grau de Comendador, Ordem Militar de Aviz (Portugal) no grau de oficial, Medalha Mérito Especial da Marinha de Guerra do México.

É autor de dois trabalhos publicados: *Auxílios à Navegação*, de 1950, 206 páginas, livro-texto do Curso de Hidrografia e Navegação para oficiais, e *Notas para um Encarregado de Navegação*.

Em 3 de fevereiro de 1998, o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Fernandes Conde, assinou o Decreto nº 16.461 em que no seu artigo 1º encontra-se:

"São declarados logradouros públicos da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os Parágrafos; Rua Hélio Ramos de Azevedo Leite (Almirante), o logradouro atualmente conhecido com o nome de Rua E, que começa na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, lado par 49 m depois da Avenida das Américas e termina com 45 m de extensão; ..." (Rua em loteamento na Barra)

À família do Almirante Hélio Leite o pesar da *Revista Marítima Brasileira*.



YVES MURILLO CAJATY GONÇALVES

★ 29/10/1927

† 29/4/1997

O Almirante (FN) Cajaty nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1927, filho de Dario Tavares Gonçalves e Maria Cajaty Gonçalves.

Ingressou na Escola Naval, para o curso de Fuzileiros Navais, em 4 de junho de 1943, sendo declarado guarda-marinha em 1º de fevereiro de 1945, em 1ª lugar de sua turma.

Foi promovido a segundo-tenente em 24 de agosto de 1945, a primeiro-tenente em 3 de março de 1947 e a capitão-tenente em 14 de setembro de 1948.

Tornou-se oficial superior por graduação em 29 de dezembro de 1953, sendo promovido por merecimento em 19 de abril de

1955, contando antigüidade a partir de 31 de março de 1955, sendo promovido, também por merecimento, a capitão-de-fragata em 16 de setembro de 1958 contando antigüidade a partir de 24 de junho de 1958 e a capitão-de-mar-e-guerra em 19 de abril de 1963.

Chegou ao almirantado a 10 de junho de 1970, contando antigüidade a partir de 30 de novembro de 1969, e, foi promovido a vice-almirante em 25 de novembro de 1974.

Estando o Brasil em guerra contra as nações do Eixo (Itália-Alemanha-Japão), não teve viagem de instrução, e como guarda-marinha apresentou-se diretamente no Corpo de Fuzileiros Navais, onde fez o Curso de Aplicação, que incluiu um estágio de equitação no Regimento Andrade Neves do Exército brasileiro. Seguiram o comando da Companhia de Sapadores e Ponteiros do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais (1945-46), e do Pelotão de Metralhadoras, a imediate da 3ª Companhia Regional de Fuzileiros Navais, sediada em Natal (1946-47), e o comando da Companhia-Escola do CFN (1948-50). Foi instrutor dos Cursos de Artilharia do Corpo do Pessoal Subalterno do CFN (1951-53) cumulativamente com as funções de assistente do comandante da Guarnição do Quartel Central do CFN (1952-53). Seguiu-se o embarque no Navio-Escola *Duque de Caxias* em viagem de instrução (1953-54), quando foi instrutor de guardas-marinhas e encarregado da 5ª Divisão, seguindo a instrutoria de guarda-marinha do CFN e imediate dos Cursos do Pessoal Subalterno do CFN.

Comandou os cursos de pessoal subalterno do CFN (1955-56) e chefiou o Departamento de Ensino do Centro de Instrução do CFN (hoje Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo—CIASC) (1956). Ainda em 1956, foi adjunto do Centro de Informações da Marinha e a seguir, no Es-

tado-Maior da Armada, auxiliar de divisão (1957-58), adjunto da Subchefia de Operações (1958).

Voltando ao Corpo de Fuzileiros Navais, exerceu o cargo de adjunto do Estado-Maior do CFN (1960-61) e interinamente a chefia da 1ª Seção (1961), quando foi chamado para ser oficial do Gabinete do Ministro da Marinha (1961).

No final de 1961, foi servir na Escola Superior de Guerra como adjunto da Divisão de Assuntos Militares até 1965, e como chefe do Gabinete do Comandante da Escola (1964-65).

Novamente no Corpo de Fuzileiros Navais, exerceu o comando da Tropa de Reforço da Força de Fuzileiros Navais da Esquadra (1967-68), e, cumulativa e interinamente a chefia do Estado-Maior do CFN (1967-68); e em seguida foi chefe da 4ª Seção do Estado-Maior do CFN (1968-70).

Como almirante exerceu o Comando da Organização de Apoio do CFN (1971 a 1974) e, ao ser promovido a vice-almirante, em 25 de novembro de 1974, o Comando-Geral do CFN cumulativamente com o Comando das Forças de Fuzileiros da Esquadra.

Na sua administração como comandante-geral, entre muitas outras coisas, incentivou as tradições dando início aos encontros da "velha guarda".

Além dos cursos de carreira, o Almirante Cajaty diplomou-se nos seguintes cursos: de Técnica Operacional de Radar (1949), e Encarregado de CIC (1950), ambos no Centro de Adestramento Almirante

Marques de Leão (CAAML); Aperfeiçoamento de Artilharia na ESAO do Exército Brasileiro; Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra (1958); Comando e Estado-Maior para Fuzileiros Navais em Quantico, nos Estados Unidos (Senior Course) (1959), curso que concluiu em 2 de junho de 1960 com a menção "excepcional", Curso Superior da Escola Superior de Guerra (1963) e já como almirante o Curso Básico de Pára-Quedista na Brigada Aeroterrestre do Exército Brasileiro, sendo qualificado, e brevetado pára-quedista militar (O.D. de 1970).

Por seus serviços, o Almirante Cajaty foi condecorado inúmeras vezes: Medalha Naval de Serviços Distintos, Medalha de Serviços de Guerra (sem estrela), Medalha da Ordem do Mérito Naval no grau de grande oficial e Mérito Militar e Aeronáutico, ambas no grau de comendador, Medalha Militar de ouro, Medalha Mérito Tamandaré, Mérito Santos Dumont e Medalha do Pacificador e a Medalha Humanitária de Distinção de 2ª classe.

O Almirante Cajaty é autor de diversos artigos publicados em revistas militares e de conferências em cursos da Escola Superior de Guerra. Foi também 2º vice-presidente do Clube Naval na gestão do Almirante Dantas Torres.

Foi transferido para a reserva em 29 de dezembro de 1977, contando mais de 34 anos de serviço.

À família, as condolências da *Revista Marítima Brasileira*.

**DÉCIO SANTOS DE BUSTAMANTE**

★ 6/1/1924

† 2/7/2002

O Almirante (FN) Décio Bustamante nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, filho de Hédio Sayão Bustamante e Estella Santos de Bustamante.

Alistou-se como praça da Companhia-Escola da Escola Naval em 28 de abril de 1933, sendo promovido a cabo de esquadra em 10 de junho do mesmo ano e após a terceiro-sargento, quando lhe foi concedida praça de aspirante a oficial do Corpo de Fuzileiros Navais em 23 de dezembro de 1933.

Foi promovido a segundo-tenente a 27 de dezembro de 1934, a primeiro-tenente a 11 de março de 1937 e a capitão-tenente a 18 de novembro de 1938. Tornou-se oficial superior em 9 de maio de 1946, sendo promovido por merecimento a capitão-de-fragata em 13 de maio de 1948. Foi graduado como capitão-de-mar-e-guerra em 22 de setembro de 1952 e promovido em 23 de março de 1953; graduado a contra-almirante em 24 de janei-

ro de 1956 e promovido em 20 de junho de 1958. A vice-almirante foi promovido em 30 de abril de 1960 e a almirante-de-esquadra em 8 de julho de 1964, por ocasião de sua passagem para a reserva.

Suas primeiras funções foram as de subalterno da 6ª e 3ª Companhia de Fuzileiros Navais (dezembro/33, julho a setembro/34). Em seguida comandou o 1º Pelotão (setembro/34 a fevereiro/35) e a 4ª Companhia (fevereiro a março/35). Por essa ocasião, foi instrutor de Geometria e Trigonometria no Curso Provisório para Oficiais e Aspirantes Fuzileiros Navais (fevereiro/35 a março/36).

Comandou também a 3ª Bateria e a 3ª Companhia (março a agosto/35, agosto/35 a março/37), cursando em seguida a Escola de Especialização e Aperfeiçoamento de Armamento para Oficiais da Marinha (março/37 a fevereiro/39). Por um mês comandou o 1º Batalhão (junho a julho/38).

Novamente foi instrutor, agora do Curso de Especialização de Música (julho/38 a dezembro/38).

Para cumprir requisito de carreira, cursou Infantaria na Escola de Armas do Exército (dezembro/38 a novembro/39) de onde foi desligado para comandar o 2º Batalhão (novembro/39 a abril/46).

Foi então assistente do comandante-geral do CFN (abril/41 a junho/43) e instrutor na Escola Naval (junho/43 a março/47).

Ao deixar a Escola Naval serviu no Comando-Geral do CFN como: encarregado do Material e 4ª Seção do Estado-Maior (março a junho/47); comandante do 1º Batalhão (maio a outubro/47); encarregado da 1ª Seção do Estado-Maior (agosto a setembro/47); e 4ª Seção do Estado-Maior (setembro a outubro/47).

Fez-se presente no Curso Especial da Escola de Guerra Naval, lá permanecendo como instrutor (junho/48 a fevereiro/51).

Foi Encarregado do Pessoal do Quartel Central do CFN (fevereiro/51 a outubro/52),

chefiou a 4ª Seção do Estado-Maior do CFN (novembro/54 a março/55) e comandou o Centro de Instrução da Ilha do Governador – posteriormente Centro de Instrução do CFN e atualmente Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo – (abril/55 a fevereiro/56).

Voltou aos bancos escolares na Escola Superior de Guerra (março/56 a março/57), foi comandar o Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais (abril/57 a maio/60) acumulando por algum tempo com a subchefia do Comando-Geral do CFN (novembro/58 a maio/60).

Ao ser promovido a vice-almirante, assumiu o Comando Geral do CFN (maio/60 a novembro/63) e representou a Marinha na Comissão de Reparação de Guerra (dezem-

bro/63 a junho/64) sendo transferido para a Reserva Remunerada em 8 de julho de 1964.

Além dos cursos de carreira, o Almirante Bustamante formou-se em Engenharia Civil em 1944.

Em seus assentamentos constam as seguintes condecorações: Medalha de Serviços de Guerra (sem estrela); Ordem do Mérito Naval no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito Judiciário no grau de alta distinção; Medalha Militar de ouro com passador de ouro; Medalha Caetano de Faria e Medalha Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República.

À família do Almirante Bustamante, as condolências da *Revista Marítima Brasileira*.



ROBERVAL PIZARRO MARQUES

★ 4/3/1925

† 6/9/2002

O Almirante Roberval nasceu no Rio de Janeiro, no antigo Distrito Federal, filho de João Riograndense Marques e Anna Pizarro Marques.

Sentou praça de aspirante fuzileiro naval na Escola Naval em 1º de junho de 1943, graduando-se como guarda-marinha em 1º de fevereiro de 1945. Por estar o Brasil em guerra contra os seguidores de Hitler e Mussolini, não teve viagem de instrução. Foi promovido a segundo-tenente em 27 de agosto de 1945, a primeiro-tenente a 17 de março de 1947 e a capitão-tenente em 14 de setembro de 1948. Por merecimento foi promovido a: capitão-de-corveta em 31 de julho de 1955, capitão-de-fragata em 19 de

outubro de 1958 e capitão-de-mar-e-guerra em 23 de maio de 1963. Ao almirantado chegou em 25 de setembro de 1966, sendo promovido a vice-almirante em 24 de novembro de 1972.

Por limite de tempo, foi transferido para a reserva remunerada em 16 de outubro de 1974 contando mais de 35 anos de serviço.

Em sua carreira, o Almirante Roberval foi ajudante-de-ordens do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais (setembro/46 a janeiro/50) acumulando em ocasiões diferentes com o comando da Companhia de Abastecimento (setembro/46 a setembro/48) e com o Serviço de Comunicação do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (junho/48 a março/50). Teve vários comandos, a saber: Companhia de Presídio (dezembro/45 a fevereiro/46); 1º Batalhão de Infantaria –posteriormente Batalhão Riachuelo – (julho/61 a janeiro/63) e Centro de Instrução do CFN (hoje Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo – CIASC) (abril/64 a janeiro/66), quando foi promovido a contra-almirante.

Serviu ainda na 4ª Companhia Regional, em Salvador (junho a setembro/46), quando também foi encarregado da Estação-Rádio de Salinas de Margarida (Salvador); no Quartel-General do CFN (fevereiro a novembro/51); na 2ª Seção do Estado-Maior do CFN (novembro/51 a março/52); e no Estado-Maior do CFN (outubro/52 a novembro/54).

Na área do ensino, serviu no Navio-Escola *Almirante Saldanha* (março/50 a janeiro/51) e, como instrutor, na Escola Superior de Guerra (março a dezembro/66).

Seu primeiro cargo como almirante foi o comando do Núcleo da 1ª Divisão de FN (fevereiro/67 a fevereiro/68) seguindo o Comando de Tropa de Reforço da Força de Fuzileiros da Esquadra (março/70 a maio/71) a chefia do Estado-Maior do Comando-Geral do CFN (abril/71 a outubro/72) e

o Comando-Geral do CFN (dezembro/72 a novembro/74) quando passou para a reserva remunerada.

Além dos obrigatórios para a carreira, fez vários cursos, a saber: Centro de Informações de Combate (julho/48); Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento do Exército (fevereiro/52 a maio/53); Técnica de Ensino (dezembro/53); Fundamental de Fuzileiros Navais em Quantico, nos Estados Unidos (julho/55 a agosto/56); Estado-Maior Combinado das Forças Armadas (julho a dezembro/63) e Superior (março a dezembro/66), ambos na Escola Superior de Guerra; e Pára-Quedista Básico, como contralmirante (junho/70).

Foi agraciado com as seguintes condecorações: Medalha de Serviços de Guerra (sem estrela); Ordens do Mérito Naval e

do Mérito Militar, ambas no grau de grande oficial (novembro/72); no grau de comendador a Ordem do Mérito Aeronáutico (outubro/73) e do Rio Branco (abril/70); Medalha Militar de Ouro com passador de ouro; Mérito Tamandaré (maio/62); Medalha do Pacificador (agosto/54); Medalhas Maria Quitéria (agosto/54), Marechal Caetano de Faria (outubro/56); Marechal Souza Aguiar (setembro/55), Marechal Hermes (outubro/55) e Comemorativa ao Nascimento de Rui Barbosa (1950).

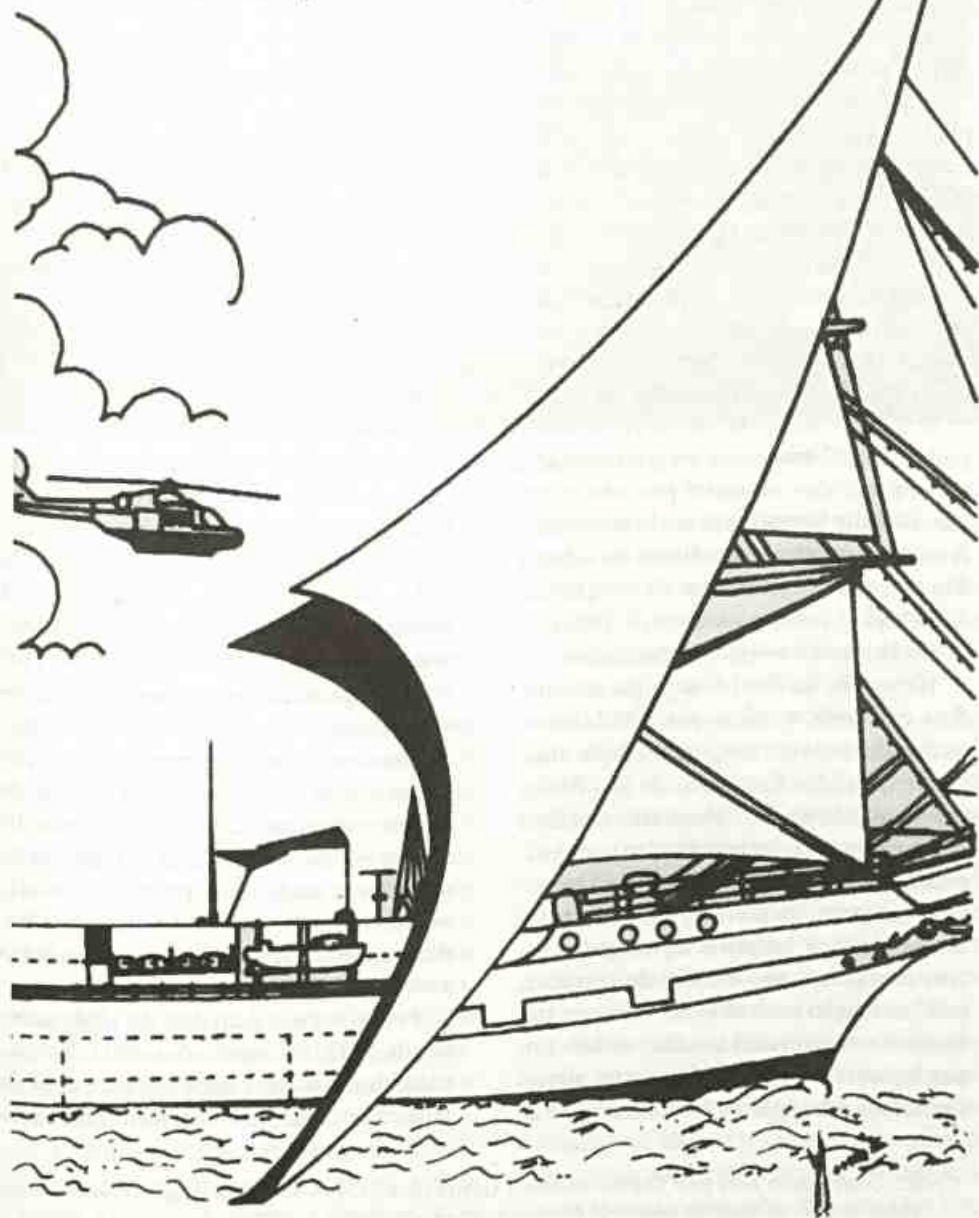
Na reserva dedicou-se aos trabalhos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG-Nacional), tendo sido seu presidente no biênio 90-91 e um conselheiro sempre presente.

A família do Almirante Roberval as condolências da *Revista Marítima Brasileira*.

A MARINHA DE OUTRORA

AS LIÇÕES DE ONTEM PARA A MARINHA
DE HOJE E DE AMANHÃ

– Escoteiros paulistas e a Revolução de 1932



ESCOTEIROS PAULISTAS E A REVOLUÇÃO DE 1932*

A Revolução Constitucionalista (a Revolução de 1932), iniciada em São Paulo em 9 de julho de 1932, foi motivada pela recusa do Presidente Vargas em devolver o país aos trilhos da constituição que passara a ser descumprida a partir da vitória da Revolução Inovadora de 1930 que o havia empossado como “Presidente Provisório”.

A Revolução Paulista de 1932 havia sido planejada para eclodir no dia 14 de julho, dia da Tomada da Bastilha, simultaneamente com movimentos nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro, o que não ocorreu. A repressão foi severa e as forças federais dominaram a situação em menos de três meses, tendo sido assinado um armistício entre os paulistas e o governo Vargas.

O folheto *Memória Escoteira* de abril/junho de 2002 traz longo artigo contando a participação dos escoteiros paulistas a serviço da Cruz Vermelha naquela revolução. A matéria publicada baseia-se no folheto *Boys Scouts Paulistas na Revolução de São Paulo – julho a outubro de 1932*.

De lá trazemos algumas passagens.

Na manhã do dia 11 de julho, ou seja, dois dias após o início das hostilidades, que se delineavam sangrentas, João Mós, Chefe Geral dos Escoteiros de São Paulo, acompanhado por J.C. Macintyre, Chefe da 1ª Tropa Inglesa, entenderam-se com a diretoria da Cruz Vermelha Brasileira. O motivo do encontro foi oferecer os serviços dos escoteiros, nos hospitais de sangue a serem instalados, nos setores de combate, pela instituição internacional. Para esse trabalho ofereceram seus auxílios as duas tropas inglesas da capital bem como alguns elementos estrangeiros residentes em São

Paulo. No dia 17 seguiram para o setor Norte as primeiras turmas. “Por deferência especial dos *Boys Scouts* estrangeiros, confiou-se a direção dos trabalhos ao scout-master J.C. Macintyre que se manteve com brilhantismo nesse posto”. Posteriormente, com a sua transferência para o setor Leste, foi substituído pelo Pioneiro José Spindola.

Resumidamente, serviram:

– fora da capital: 23 membros, sendo 12 dos grupos brasileiros e 8 dos grupos ingleses (2 deles brasileiros) e 3 pioneiros (1 deles brasileiro, 1 letoniano e 1 japonês);

– na capital: 94 membros, 2 deles de grupos ingleses; 13 membros do ramo Lobinho de grupos brasileiros.

Um *scout master* holandês prestou serviço de massagista e enfermeiro.

O total geral de participantes foi de 131.

Em relatório enviado pelo Presidente de *Boys Scouts Paulistas* à União dos Escoteiros do Brasil (UEB), em 5 de outubro de 1932, assim é descrita, resumidamente, a participação dos escoteiros que trabalharam junto à Cruz Vermelha Brasileira: “Os serviços prestados por esses *scouts* consistiram em transportes de feridos e de medicamentos e material cirúrgico, operação de instalações elétricas nos hospitais de sangue, condução de veículos a motor, ligações por meio de bicicletas, registros de entradas e saídas nos postos de saúde, sapa, e todos os demais trabalhos que pudessem ser realizados por *boy scouts* junto às linhas de fogo”.

Pouco depois, com data de 12 de outubro de 1932, foi concluído outro relatório, redigido em inglês e encaminhado, em 7 de janeiro de 1933, por intermédio do chefe

* N.R.: Condensação feita pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) Carlos Borba de artigo do mesmo título publicado no informativo *Memória Escoteira*, nº 44, de abr/jun – 2002.



Scouts que serviram à Cruz Vermelha junto às linhas de combate

J.C. Macintyre da 1ª Tropa inglesa de São Paulo, ao *Chief Scout* Lord Baden Powell of Gilwell.

Ao regressar a Londres, com data de 7 de abril de 1933, o fundador do escotismo remeteu carta ao “caro Macintyre” da qual são reproduzidos alguns trechos: “Li com o maior interesse o seu relatório sobre os serviços prestados pelos *Boy Scouts* de São Paulo durante a recente Guerra Civil e congratulo-me com o senhor e os demais pelo bom trabalho realizado no serviço da Cruz Vermelha, atendendo aos doentes e feridos, assim como, em alguns casos, aos habitantes necessitados. Demonstraram eles, pelo dever do próprio sacrifício a bem do próximo, praticado em duríssimas condições e perigo pessoal, que possuem o verdadeiro espírito do escotismo”.

E termina a carta nos seguintes termos:

“Cordialmente eu lhe desejo, assim como a todos os chefes e escoteiros, o

maior sucesso para um mais amplo escotismo no Brasil, para a sua própria felicidade e para o bem desse belo país. Na oportunidade, orgulho-me deles pelo que fizeram mantendo bem alto o nome do escotismo. Sinceramente (a) Baden Powell”.

O folheto *Boys Scouts Paulistas* na Revolução de São Paulo – julho a outubro de 1932, de autoria do Chefe Escoteiro João Mós e editado em 1933, dedica espaço para uma relação intitulada *Tópicos dos Jornais* com dizeres tais como: A nobre contribuição dos *Boys Scouts Paulistas*; Aos *scouts* que partem com a Cruz Vermelha; *Scouts* elogiados em ordem do dia; O que é o escotismo – Serviços dos *scouts* no “front”.

Outra seção do folheto com o título *Trechos de alguns diários dos scouts em serviço* contém 12 relatos, dos quais estão transcritos abaixo pequenas passagens de seis deles que bem ilustram a variedade de tarefas executadas, algumas delas em situ-

B
E
N
J
A
M
I
N

S
O
D
R
É



Escoteiro (1-4-7); Oficial de Marinha (3); Pintor (6); Esportista: na Marinha (2) no Botafogo (5)



ações difíceis, por serem muito penosas. Ei-las:

– viagem noturna em uma ambulância, com tempo frio, mal alimentados, enguiço no motor, estouro em pneu quando, como ponto final da “tragédia”, rebentaram dois pneus ao mesmo tempo. Fomos até Pinda, que ficava a uns três quilômetros e onde pudemos consertar melhor os pneumáticos. Nessa cidade soubemos (fantasias da sorte) que o lugar onde pernoitamos chamava-se Socorro...;

– fizemos um ligeiro curativo, providenciando uma operação imediata. Apesar dos socorros prestados, o Sargento Acrísio, este era o nome do ferido, falecia. Logo em seguida veio outra remessa de feridos. Tivemos uma tarde “puxada”, só conseguimos jantar às 8h30min. Jantamos café e pão com manteiga, pois o rancho mal deu para os feridos;

– 7 horas alvoreada; arrumação geral. 8h preparei o café e depois fui para a enfermaria a fim de prestar serviços. Chegou um soldado ferido, com uma bala alojada na clavícula esquerda; faço-o descansar enquanto esperava o doutor; ele está desesperado por não poder continuar a comba-

ter. Pede que tratem dele o quanto antes e que lhe entreguem a bala alojada em seu corpo, pois que a quer mandar para o pai que está combatendo contra ele.

Pelos serviços prestados, os escoteiros fizeram jus a Diplomas de Serviços de Guerra que autorizavam o uso de distintivos.

A entrega dos diplomas se deu em solenidade realizada pelos *Boys Scouts Paulistas*, ocorrida a 15 de novembro de 1932 no salão nobre do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, perante autoridades, famílias e demais pessoas de elevada representação na sociedade paulista.

Os diplomas estavam assinados pelo presidente dos *Boys Scouts Paulistas*, pelo seu diretor técnico e pelo Velho Lobo, então Capitão-Tenente, Benjamin Sodré.

Este, do Rio de Janeiro, em 1932, enviou uma mensagem de congratulações encerrada nos seguintes termos: “O seu heroísmo e a sua dedicação encheram de orgulho a alma de todos os escoteiros do Brasil que sentiram serem os nossos lemas ‘Sempre Alerta’ e ‘Servir’ bem cumpridos por uma parte da grande família, num momento tão angustioso da vida nacional”.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Revolução Paulista (1932) /; Escotismo; Sodré, Benjamin (Almirante); MdO;

ERRATA

CERIMONIAL DA BANDEIRA – (RMB 2º/2002)

– Página 99

Na 9ª linha corrigir “jegue” por “jeque”



Ele está esperando por você

O Museu Naval está de volta ao cenário cultural do Rio de Janeiro com a exposição permanente “A Evolução do Armamento desde a Era dos Descobrimentos até o Início do Século XX”. Exemplares originais de armas e painéis fotográficos integram a exposição, que marca a reabertura parcial do museu ao público, dentro de uma nova proposta museológica e museográfica.

Ao percorrer o Pátio das Armas, o visitante poderá estar pisando em uma mina utilizada na Segunda Guerra Mundial ou em um Torpedo B-57 de 1894. Esses exemplares estão em grandes vitrines construídas no piso do Pátio das Armas, fazendo parte do projeto de Revitalização do Museu Naval, que está sendo desenvolvido e reserva mais novidades para breve. Esse trabalho resulta do esforço de se preservar a memória marítima e naval brasileira, resgatando para as gerações futuras uma parte importante da história do país.

O Museu Naval, situado na Rua D. Manuel, 15 – Centro, está aberto à visitação de terça a sexta-feira das 12h às 16h.

Esta seção tem o propósito de trazer aos leitores uma lembrança, uma notícia do que sucedia em nossa Marinha, no País e noutras partes do mundo há um século. Serão sempre fatos devidamente reportados pela nossa sesquicentenária *Revista Marítima Brasileira*.

Com vistas à preservação da originalidade dos artigos, observaremos a grafia então utilizada pela *Revista Marítima Brasileira*.

ALMIRANTE EDUARDO WANDENKOLK

Em pleno exercício de sua incansável actividade no desempenho do cargo de Chefe do Estado-Maior General da Armada, o almirante Eduardo Wandenkolk, na sua mesa de trabalho no Quartel General assignava o expediente enquanto aguardava o momento de embarcar no couraçado *Floriano* para assistir às experiencias que nesse navio iam ter lugar fóra da barra, quando subitamente empallidece, leva a mão ao coração e momentos depois, victimado por *angina pectoris*, rodeado pelas summidades do Corpo de Saude Naval, rende a alma a Deus.

Cobriu-se de luto a marinha brasileira! Geral consternação com a rapidez dos acontecimentos nefastos derramou-se por toda a parte onde pulsava um coração de marinheiro; a surpresa do caso sorprehendeu a todos

quantos o conheciam, a todos quantos o viam diariamente erecto e a passo firme dirigir-se para o Arsenal de Marinha.

Um dos ultimos representantes da marinha à vela, Eduardo Wandenkolk, formado em rude escola do mar, foi na mais restricta accepção da palavra um Mestre. Navegador e Manobrista, elle sabia fazer do passado do navio que commandava o pedestal glorioso de seu bello e agigantado vulto. Foi um homem de mar completo; até mesmo a grande bondade de coração do marinheiro era nelle proverbial; as decepções da vida social, e elle não as teve poucas, não puderam tirar-lhe a jovialidade que era uma das principaes caracteristicas do almirante que soube conservar até o supremo momento a amenidade do trato, a expansiva alegria que fazia entrever atravez

dos bordados do supremo posto o galão do guarda-marinha folgazão.

Quando a vela já não podia ser mais brilhante cenário para seus altos meritos, não virou as costas ao progresso, não. A marinha couraçada, a marinha a vapor foi também por elle servida com a maxima dedicação.

Espirito culto, deixa de si testemunho de seu saber profissional, esparso em livros didacticos, em relatorios, em instrucções e em muitas peças officiaes.

Como official de marinha a sua fê de officio é o mais bello elogio que lhe possa

tecer; como almirante o amor de todas as classes militares e civis da Armada, o magestoso sahimento de seu cadaver, dizem melhor do que qualquer panegyrico quanto para a Patria, para a Marinha e para os seus intimos foi irremediavel o seu desaparecimento dentre os vivos.

A sua memoria perdurará na Marinha e seu nome será pronunciado com veneração por todos os marinheiros brasileiros porque elle soube ser em todas as phases de sua vida, o CAMARADA DE SEUS SUBALTERNOS.

APPARELHO DENOMINADO "DIRECTIOPHONE" DESTINADO A CONHECER A DIRECÇÃO DO SOM DE UM APITO, QUANDO SE NAVEGA COM CERRAÇÃO OU NOITES CHUVOSAS OU TEMPESTUOSAS. INVENÇÃO DO ENGENHEIRO NAVAL CAPITÃO DE FRAGATA JOAQUIM RIBEIRO DA COSTA

Este aparelho privilegiado em muitos paizes se compõe unicamente de uma caixa de madeira ou metal da fôrma trapesoidal, fechada de um lado e aberta do lado opposto, podendo girar sobre um eixo.

Esta caixa deve estar collocada sobre uma columna no passadiço do navio.

Duas azas de 12 °/m de largura e 25 °/m de comprimento, acham-se collocadas perpendicularmente a cada lateral da caixa e um pouco inclinadas, conforme a photographia. Duas outras, menores em comprimento, achão-se collocadas também uma de cada lado da caixa e inclinadas em sentido contrario às primeiras.

As azas inferiores são maiores do que a largura da caixa de 10 °/m e as duas outras superiores terminam justamente no lugar em que devem ficar as orelhas do observador.

Esta caixa, assim construida, serve para o observador introduzir a cabeça até as orelhas no momento que ouvir som de um apito, de maneira que as duas orelhas fiquem do lado de fôra e collocadas nos angulos formados pelos lados lateraes da caixa e as duas azas inclinadas em sentidos contrarios.

Nesta posição, o rosto do observador estando completamente escondido e isolado do vento e as duas orelhas também isoladas uma da outra, o observador ouvirá perfeitamente bem de que lado vem o som. Virando immediatamente a cabeça com o aparelho, para o lado em que ouvir o som, principia a ouvir do lado da outra orelha e neste momento o navio que apita acha-se bem em face do observador.

MARINHA NACIONAL

COMMANDO GERAL DA DIVISÃO DE TORPEDEIRAS – O Sr. Contra-almirante Alexandrino de Alencar e os officiaes

sob suas ordens, no intuito de proporcionar uma visita ao estabelecimento da Ilha de Mocanguê, aproveitaram o ensejo da

inauguração das officinas para uma bella festa, que teve lugar no dia 12 do corrente.

Interessante a visita, pela oportunidade que tiveram os que à Ilha compareceram n'esse dia, de constatar o carinhoso interesse com que são tratados os delicados mecanismos, mais ainda o foi pelo lançamento de torpedos automoveis e arrebetamento de minas submarinas, facto que ao paisano causa verdadeiro assombro, e que ao official de marinha mais firmes os deixa na segurança dos meios de combate.

Os clichês, que damos, são de lançamentos de torpedos realizados no mesmo

commando geral, quer em exercício, quer em regulamento.

À festa compareceram os Srs. vice-almirante José Pinto da Luz, ministro da Marinha; contra-almirante João Justino Proença, chefe do estado-maior general da armada; almirantes Jeronymo Gonçalves, Pereira Guimarães; deputados Drs. Angelo Netto, Antonio Bastos e Germano Hasslocher, 1º tenente Lago, representante do Sr. General Costallat e crescido numero de officiaes de marinha, aos quaes foi proporcionada uma visita às dependencias do estabelecimento e servido delicado almoço.

Santos Porto.

BARCOS E JANGADAS

Conhecendo a grande difficuldade que ha em lançar uma embarcação comum ao mar, por occasião de naufragio, principalmente havendo um pouco de vaga, acontecendo quasi sempre virar ou furar de encontro ao costado do navio, percebendo todos os naufragos; estudei a questão e julgo ter descoberto a embarcação pratica, insubmersivel mesmo quando bem avariada, podendo-se em caso de necessidade urgente, cortar as talhas, deixando-a cahir n'agua de qualquer forma, estando sempre prompta a receber os naufragos. Acontece muitas vezes que o navio vae a pique dentro de tres a cinco minutos e neste caso, que é mais perigoso, não ha absolutamente tempo de arriar uma única embarcação, mesmo considerando o caso de grande calma de parte da guarnição, o que nunca acontece. Ora, o navio que tiver adoptado estes typos de embarcações, n'um destes casos, não teem mais que cortar todas as pês e talhas, deixando-os cahir n'agua e cada um que trate de se salvar como poder, tendo a certeza de que todas as embarcações estão fluctuando e promptas a recebel-os, o

que não acontecerá com as embarcações actuaes, que irão forçosamente a pique juntamente com o navio.

Em outro qualquer caso, ha sempre a facilidade de lançamento e garantia da insubmersibilidade, não só para salvar toda guarnição, como para levar um cabo a terra seja qual fôr o estado do mar.

Estas embarcações foram privilegiadas na França e premiadas na Exposição de 1900, em Paris, com o melhor premio concedido aos barcos salva-vidas, tem a forma representada nas photographias A-B.

Ellas têm os dois lados, tanto o que fica mergulhado, como o superior, completamente iguaes, de maneira a poderem receber os naufragos em qualquer dos lados que sobrenadem.

As carcassas devem ser feitas de cantoneiras de ferro ou aço estanhado, formando um corpo leve e solido, cheias completamente de cortiça e forradas de chapas finas de aço estanhado, tendo na pôpa um deposito para bolacha, com uma porta estanque de cada lado e a vante um outro deposito para agua, com um *tetine* tambem

de cada lado. Têm bancadas dos dois lados, não só para os remadores, como também para os mastros, afim de se poder navegar a vela.

O lado que sobrenada depois de ser lançado ao mar, recebe na proa e pôpa uma lona preparada afim de fechar as duas aberturas e o lado opposto, isto é, aquelle que fica mergulhado conserva-as abertas afim de dar entrada e sahida da agua quando em marcha.

Estas embarcações são abertas de um a outro lado, com o fim de dar escoamento rapido a qualquer vaga que embarque, pelo principio dos vasos communicantes.

Os seus lemes são fixos, podendo-se manobrar de qualquer lado que sobrenada a embarcação.

A barra do leme, as duas lonas que devem ser colocadas na proa e pôpa depois de cahirem n'agua, bem como os remos e mastros, estão collocados e amarrados de um a outro bordo, de maneira a se poder utilizar, qualquer que seja a posição que caiam n'agua as embarcações.

Estes dous tipos de barcos têm as seguintes vantagens: de poderem receber os naufragos em qualquer dos dous lados que sobrenadem; de serem insubmersiveis mesmo que estejam completamente furados, porque a cortiça impedirá a submersão; de levarem consigo provisão de bocca e quantidade d'agua sufficiente para os naufragos e de poderem navegar com toda segurança possível, qualquer que seja o estado do mar.

Para o desembarque de tropas, em caso de guerra, qualquer dos dous tipos, será de grande effeito moral para a guarnição, visto como ella saberá desde logo que não poderá morrer afogada, mesmo que a embarcação seja atravessada e crivada de balas pelo inimigo.

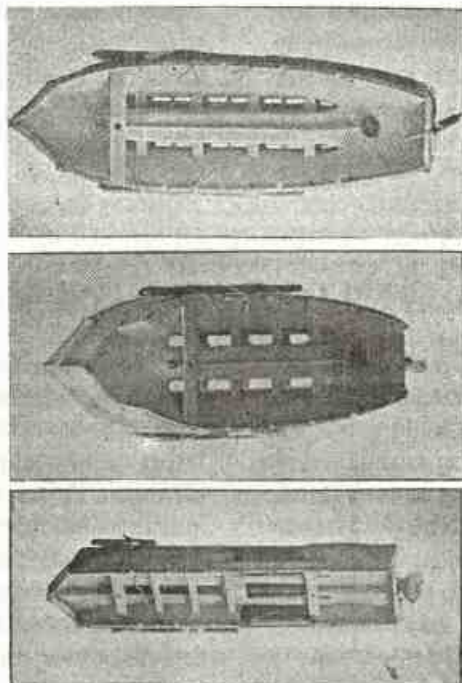
O tipo *B* tem, além das vantagens do outro, um parafuso central com uma porca e construida a telescopio, de maneira que em caso de necessidade, isto é, em caso de muitos naufragos, possa ser augmentada de tamanho para poder contel-os.

Girando a porca por meio de uma pequena alavanca que se acha em lugar conveniente, fará com que o barco augmente de dous metros e meio, e uma vez aberta a embarcação, ficam vassios os dous tubos telescopicos, estando o resto completamen-

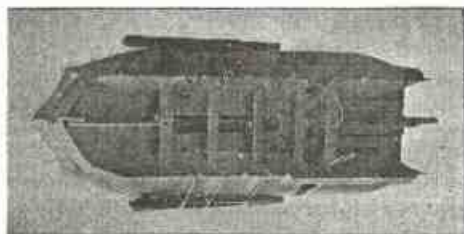
te cheio de cortiça e para que estes tubos não se encham d'agua, existem além das caixas de estopas, uma pequena bomba de um e outro lado, afim de se poder esgotar quando houver necessidade.

Dos dous tipos, o preferido deve ser o tipo *B*, porém sem o aparelho de augmento, por se tornar mais facil a construcção. Neste caso a abertura longitudinal para o escoamento das aguas, deve ser feito de modo que em bom tempo possa-se fechar e conserval-a aberta em caso contrario.

A jangada, photographia *C*, é destinada aos navios que conduzem muitos pas-



sageiros ou emigrantes, porque as embarcações por maior numero que sejam, não são nunca suficientes para conter todos os naufragos.



Ella é construída de pinho branco e lona de algodão americano ou russo ns. 00 ou 000.

Cada tubo é formado de um pranchão de pinho de 30 m/m de espessura e 400 m/m de largura e dous meios tubos de lona de 400 m/m de diametro formando cunha na proa e pôpa.

Todos estes tubos estão ligados uns aos outros, porém, sem se communicarem entre si.

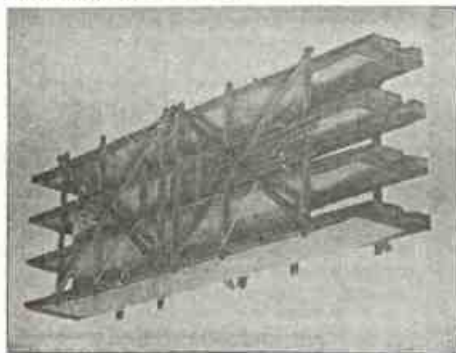
Para que os naufragos não pizem sobre os tubos de lona, existem dos dous lados, uma lona fixa a todos os pranchões, de maneira que uma vez bem aberta a jangada, estas lonas fiquem bem estendidas para servirem de estrado.

Na pôpa existe uma pequena bomba em communicação com todos os tubos, com o fim de uma vez a jangada aberta, lançada ao mar e bem molhada, se poder encher completamente estes tubos de ar.

Este typo de jangada pôde-se fechar completamente e ser collocado encostado a amurada do navio em um caixão feito para esse fim.

Em caso de naufragio, retira-se para o convêz, abre-se, collocando-se as travessas fixando-as rapidamente por meio de um simples cabo, que dá volta em todos os pinos onde são encaixadas todas as travessas.

Capital Federal, 5 de novembro de 1902.
Joaquim Ribeiro da Costa – Engenheiro naval capitão-tenente.



FERNANDO DE NORONHA

Por varias vezes visitámos a ilha de Fernando de Noronha, sendo a primeira em viagem instrucção na corveta *Bahiana* em 1871. Por essa occasião o nosso professor de hydrographia, o então capitão-tenente Julio Cesar de Noronha, levantou a planta da enseada do NO da ilha com os guardas-marinha seus discipulos, a qual ora reproduzimos, bem como a vista da ilha tomada do ancoradouro de NO. Ligeiro levantamento servindo de exercicio para a instrucção dos guardas-marinha foi, todavia, feito com o criterio nunca desmentido daquelle official, hoje um dos or-

namentos do nosso almirantado, como a mais rigorosa justiça de ha muito o classifica no seio e fôra da corporação da armada.

Situada a 60 leguas da costa do Brazil, na latitude de 3° 50' 30" S e longitude de 34° 45' 7" O. Gre., está a ilha que em 1503 descobriu o navegante Fernando de Noronha e do qual conserva o nome.

É uma ilha vulcanica, em sua maior parte formada de basaltos. Desde o seu descobrimento não consta que nenhuma erupção alli se houvesse produzido. Dos estudos geologicos nella procedidos se con-

clue que os derramamentos da materia fundida datam de epoca mui remota, epoca em que a ilha esteve immersa, talvez uns 150 metros, como provam as massas de coraes que encimam as columnatas basalticas nesta altitude sobre o nivel do mar.

Apesar de sua procedencia vulcanica, a fertilidade da terra é admiravel, sobretudo para a parte SE da ilha; produz abundantemente, em relação ao plantio nas melhores terras, cereaes, mandioca, algodão, café, verduras e fructas. Em 1873 havia plantadas proximamente 12.000 pés de arvores fructiferas, inclusive coqueiros e fructa pão.

epidemia, e na epoca em que reinou na parte N do Brazil o beriberi com caracter assolador, foi Fernando de Noronha utilissimo sanatorio, para o qual eram dirigidos os victimados encontrando nelle prompto restabelecimento.

O melhor e por assim dizer unico facil acesso à ilha é pela sua parte NO, onde a bahia de Santo Antonio, que se acha deante da villa de Santa Anna dos Remedios, lhe serve de porto. É a bahia de Santo Antonio uma pequena angra, aberta ao NO, formada por ilhotas destacados da costa, na qual encontra-se abrigo bastante



Vista de Fernando de Noronha tomada do ancoradouro do N. O.

Escala de 50,000 metros

Se bem que a sua superficie não exceda de 15 kilometros quadrados, nesta pequena area deleita-se a vista nas mais variegadas paizagens; angras e portos, colinas e planicies, mesmo picos de aspecto bizarro. O seu perfil apresenta uma linha muito dentada que termina a O em um outeiro abrupto de 305 metros, sobre o qual se ergue um pico em forma de columna, de phonolitho, à guiza de gigantesco pharol. Este pico torna a ilha visivel de 10 a 12 leguas.

Seu clima é muito são e mais agradável que o da costa, é o calor menos ardente alli que no littoral, banhada como é a ilha pelos ventos do largo. Nunca se registrou na ilha, nem mesmo quando sua população attingiu a mais de 2.000 almas a mais ligeira

bom, ficando-se resguardado dos ventos da parte de NE, de E e de S, que são os que sopram com mais impeto e mais constancia. Póde-se fundear a $\frac{1}{2}$ milha de terra, em 24 metros de profundidade, fundo de areia, marcando-se pico por 34° SO e a villa por 17° SE.

Do Ministério da Guerra passou à direcção do Ministerio da Justiça e hoje está incorporada ao Estado de Pernambuco.

Optima posição estratégica para a defesa do littoral da parte N da Republica, está como que indicando o seu melhor emprego — o de estação de uma esquadra.

A defesa integral da costa, em que pese aos que, obedecendo ao critério

estrategico do periodo vellico, teimam em crer que uma fronteira oceanica se possa defender somente de terra por fortificações permanentes ou defesas moveis de pequeno raio de acção, sempre será melhor effectuada durante o periodo do vapor, da couraça e da artilharia de grande alcance pela esquadras couraçadas que, mesmo na guerra defensiva, corram ao largo a encontrar com o inimigo e contra elle travem combate.

Se hoje ainda não estamos de todo desenhovilhados dos prejuizos do passado, se a nossa marinha ainda obedece muito regularmente à orientação da estrategia da vela, é de esperar que as novas gerações saibam se libertar dessa tunica de Nessus, que moldes venham dar a marinha nacional uma nova feição, collocando-a nas suas primordiaes linhas em harmonia com os principios da arte da guerra moderna.

A defesa da extensa costa que possuímos, qualquer dos mais abalisados estrategistas d'áquem e d'além mar nol-o diria, só pôde ser feita por uma esquadra couraçada, de navios de alto mar. Para sua acção efficaç, torna-se preciso que a esquadra disponha de pontos estrategicos, proximos á zona de suas operações, que lhe permita refazer-se de combustível, de munições bellicas e mais artigos de breve consumo e que bem assim lhe sirva de porto de refresco, base auxiliar da avançado mar em fôra.

Pois bem; a ilha de Fernando de Noronha pela sua posição feliz na parte norte da nossa costa preenche todas as condições requeridas para uma estação naval de defesa.

Pela nossa actual legislação a ilha de Fernando de Noronha pertence ao Estado de Pernambuco, mas não nos quer parecer que seja uma acertada solução. Fernando de Noronha para a defesa costeira do norte da Republica é uma posição estrategica de tal ordem que só por má comprehensão das elementares noções da guerra maritima, não

se fez em tempo excepção a esta como a todas as outras ilhas do litoral em igualdade de condições estrategicas, que urge ora se faça, em proveito da União a qual della carece para estação da esquadra que mais tarde, como o melhorar da renda publica, fatalmente deve guardar o norte do Brazil.

Será nella que deveremos ter o deposito de carvão da esquadra do norte, as respectivas officinas de reparos que não necessitem de grandes obras, os depositos de munições, de sobrecellente. N'uma palavra, a ilha armada convenientemente com artilharia moderna de costa, com suas baterias de tiro rapido, será o quartel general da esquadra do littoral do norte.

Não cuidar desde já de corrigir o erro commettido, para entregar ao dominio directo da União a ilha de Fernando de Noronha, não colloca-la sob a immediata direcção do Ministro da Marinha para ir preparando-a para os fins de uma racional defesa da costa, é uma grave falta que em tempo será sentida, mas tarde bastante para ser remediada.

Se assim não se fizer, não conhecemos o meio de impedir que os outros façam della sua base de operações contra nós. Como impedir que uma potencia naval qualquer, sob um desses muitos pretextos faceis de produzir-se, queira nos obrigar a fazer aquillo que lhe convenha e a titulo de represalias, medida coercitiva de direito internacional em pleno estado de paz, se apodere da ilha e faça o mesmo que a Inglaterra fez com a Hespanha em Gibraltar, hasteando para sempre sobre Fernando de Noronha o seu pavilhão? Tudo é bem possivel quando se é fraco e não se quer ser forte. Não será com arruaças, com exaltações nevroticas, na ocasião do perigo que o conjuraremos, mas sim pondo desde já mãos á obra de nossa defesa, convencidos de que não ha para os Estados direito onde a força não o affirma pela voz de seu poderio militar.

Outubro de 1902. Vidal de Oliveira.

Venha visitar o Espaço Cultural e embarque na história da navegação!



ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA

AV. ALFRED AGACHE S/Nº CENTRO - INFORMAÇÕES: (0XX-21)

3870-6025 3870-6870



Ao visitar o Espaço Cultural da Marinha, você vai embarcar numa sensacional viagem pela história do Brasil. Logo na entrada, a exuberante Galeota D. João VI vai transportá-lo ao século XIX. Construída em 1808, em Salvador, esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

O Espaço Cultural apresenta mais três módulos. No seu itinerário, percorra a *História da Navegação*, mergulhe na *Arqueologia Subaquática* e conheça a *Coleção Alves Câmara* – composta por modelos de embarcações regionais brasileiras e por ferramentas utilizadas na construção das embarcações. Há ainda uma sala de exposições temporárias, onde a arte também conta a nossa história.

Senhores passageiros, a viagem ainda não terminou. Ela continua a bordo do Navio-Museu *Bauru*, antigo Contratorpedeiro, que participou da Segunda Guerra Mundial, e do *Submarino-Museu Riachuelo*, atracado no cais do Espaço.

É a Marinha cada vez mais perto de você, valorizando a cultura e a nossa História.

ABERTO À VISITAÇÃO DE TERÇA A
DOMINGO, DE 12H ÀS 17H, COM
ENTRADA E ESTACIONAMENTO

REVISTA DE REVISTAS

COLABORADORES

VA (Ref ^o)	Luiz Edmundo Brígido Bittencourt
CA (Ref ^o)	Jayme Leal Costa Filho
CMG (Ref ^o)	Milton Sergio Silva Corrêa
FC	Deolinda Oliveira Monteiro
	Dorita Dias Couto Ribeiro

SUMÁRIO

FORÇAS ARMADAS

AVIAÇÃO MILITAR

Veículos aéreos não tripulados (262)

GUERRAS

APOIO DE FOGO NAVAL

Apoio de fogo naval no século XXI (265)

GUERRA

Rumo à guerra incorrente (262)

GUERRA DE MINAS

Conceito moderno para a guerra de minas (262)

PODER MARÍTIMO

LOIDE BRASILEIRO

Lloyd Brasileiro – Participação na Segurança Nacional (271)

PSICOSSOCIAL

MÚSICA

O mar na música de Giuseppe Verdi (269)

RUMO À GUERRA INCORRENTE¹

VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS

Proceedings, setembro de 2001, p. 38 a 41CF Kevin P. Miller (USN)²

CONCEITO MODERNO PARA A GUERRA DE MINAS

Naval Forces, março de 2002, p. 10 a 19

O Comandante Kevin P. Miller trata do futuro emprego de UAVs (unmanned aerial vehicles = veículos aéreos não tripulados) e, inicialmente, informa que os Estados Unidos e a Coalisão Ocidental executam missões sobre zonas de interdição aérea (no-fly zone = NFZ) em céus soberanos de duas nações: Iraque e Bosnia-Herzegovina. Explica que no Iraque, as patrulhas armadas aéreas evitam que Saddam Hussein ataque parte de seus patricios e, na Bosnia-Herzegovina, que facções beligerantes usem aeronaves em sua guerra civil.

Comenta que os Estados Unidos já sofreram baixas: em 1994 dois helicópteros *Black Hawk* foram abatidos na zona interdita do Iraque e, mais tarde, foi derrubado por míssil superfície-ar, um *F-16*.

Comenta que tais perdas, trazem enormes problemas para a política americana naquelas regiões, em especial se as tripulações forem capturadas. Mas acena com uma esperança de salvação: substituir aeronaves tripuladas por aeronaves não tripuladas, o que acarretaria a possibilidade de serem multiplicadas as sortidas sem mais pressão política, custos e risco militar.

Isto tudo me fez pensar no título principal, acima escolhido: **Rumo à guerra incorrente.**

O artigo do Comandante Kevin P. Miller chegou-me às mãos com a solicitação de que fizesse um resumo do artigo para a *Revista Marítima Brasileira*, o que estou começando a fazer neste momento.

*

* *

No meio tempo recebo o número III/2002, de *Naval Forces*. Nele deparei-me com um artigo composto de duas partes, cada uma de um autor, no qual eles dão conta de todas as vantagens de um veícu-

lo não tripulado submarino que, como um excelente farejador, descobre e detona minas submarinas, até mesmo aquelas mais dissimuladas que ficam escondidas sob estratos de fundo do mar.

1 N.R.: Tradução, resumo e comentário do Contra-Almirante (AvNavRef^o) Jayme Leal Costa Filho.

2 N.R.: O Comandante Miller comandou o VFA-105 e participou de várias operações tais como: Deny Flight, Southern Watch, Vigilant Warrior, Desert Fox e Deliberate Forge. Recebeu o grau de mestre em Segurança Nacional e Estudos Estratégicos no Naval War College em novembro de 2000. Atualmente serve no OP NAV N512 – Warfare Policy and Doctrine do Comando de Operações Navais da Marinha dos Estados Unidos.

Tudo isso graças a uma combinação requintadíssima de comando, controle, comunicação (C3), sensores (especialmente sonares e radares) e respectivo veículo portador.

As minas seriam destruídas por operadores distantes, a salvo de qualquer perigo o que reforça o acerto da escolha do título da matéria, que acima escolhi.

(Veja Nota da Redação ao final da matéria).

*
* *

Na Guerra do Golfo foi usado um veículo aéreo não tripulado – o *Pioneer* –, pequeno e barato, capaz de ser lançado de bases improvisadas, inclusive de convêses de voo.

A estréia foi alvissareira, pois os comandos locais passavam a ser supridos de informações em tempo real.

Prevê-se que, futuramente, os **grandes** VANTs voarão a 80.000-150.000 pés (24.400-45.700 metros) e serão capazes de se manterem em voo por semanas. Poderão ser lançados e controlados desde o território dos Estados Unidos, ou transportados por navios-aeródromos.

Sua missão seria a de uma plataforma sensorial e de comunicações.

Outros grandes VANTs seriam os de combate (UCAVs = VANTCs), capazes de varrerem com seus sensores mais de duzentas milhas ao seu redor como também de transportarem variado sortimento de armas ar-superfície, ar-ar e, mesmo armas defensivas ar-mísseis, não ultrapassando 1.000 libras (cerca de 450 quilos) de carga útil.

Os VANTs de **porte médio**, teriam envergadura de 30 a 50 pés (9 a 15 metros), e seriam lançados de bases terrestres ou por combatentes de superfície.

Poderiam permanecer no ar por horas ou dias, operando de 5.000 a 45.000 pés (1.500 a 13.700 metros) portando carga similar à dos seus colegas grandes.

Sua missão seria a de ataque e destruição de alvos.

Já os VANTs **pequenos** (6 a 8 pés = 1,80 a 2,40 metros de envergadura) seriam usados por tropas terrestres para monitoramento de áreas urbanas de alto risco, operando até mesmo por baixo da camada de nuvens, por horas a fio.

Mas a família tem mais rebentos: os **micro** VANTs, com envergaduras inferiores a 12 polegadas (cerca de 30 cm), serão usados pelos próprios soldados como extensão de seus olhos, para bisbilhotarem do outro lado da esquina ou mesmo o que se passa no quarto ao lado (comentário do tradutor: não percebi qualquer ironia do autor).

Os micro poderão constituir submunição para lançamento desde os VANTs, e poderão ser incorporados à já existente família de armas que registram danos causados por bombas.

Diz o autor que, nesse contexto de tamanhos e emprego, os VANTs maiores poderão vetorar seus “irmãosinhos” menores para cumprirem missões de ataque direto, e de guiagem de armas de controle remoto.

Em missões sobre as zonas interditadas ao voo (NFZ), tais como as da Bósnia e do Iraque, modesto número de VANTs poderia substituir muitos aviões de combate mantidos em patrulhamento permanente.

A informação prestada e a vigilância de 24 horas daria ao comando responsável pela efetiva interdição da área excelente capacidade de decisão.

O autor prossegue descrevendo *ad nauseam* uma infinidade de exemplos sobre a possível utilidade dos VANTs, até mesmo admitindo que, no caso específico do Iraque, os VANTs poderão ajudar em abaixar a “temperatura política” na região, afirmando que a Coalisão Ocidental está ansiosa por “esquentar relações com o Iraque”.

Entretanto, o autor declara que o número atualmente existente de VANTs é muito pequeno e suas possibilidades muito limitadas, bem abaixo das descritas no artigo. Finaliza afirmando que “esta opção para patrulhamento da zona de voo proibido (NFZ) poderá se tornar uma realidade no futuro próximo”.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS> / Aviação /; Veículos aéreos /; Guerra de Minas /; Armamento /; Ciência e Tecnologia /; R & R.

NOTA DA REDAÇÃO

Os títulos dos **artigos sobre a guerra de minas** são: “conceitos Modernos sobre guerra de minas” e “Os aperfeiçoamento de guerra de minas na Marinha alemã” de autoria, respectivamente, de Mike Docherty de Thales Underwater Systems e dos Dr. Dieter Kraus e Frank Schwerweit, ambos da STN Atlas Elektronik.

O **primeiro artigo** é apresentado com os seguintes subtítulos: A ameaça da mina; Caminhos para contrapor-se à ameaça de mina; Sistemas de caça-minas modernos; Sonar TSM 2022 MK III; Comparação das operações do HMS e do PVDS; e Previsão.

Interessante transcrever as unidades constitutivas de um moderno sistema contra minas, mostradas no artigo, numa figura explodida: sistemas acústico e magnético; sistema de degaussing do navio; console de integração de comando, de controle e de comunicações TSM 2061; sonar autopropulsado de profundidade variável (PVDS – *Propelled Variabel Deph Sonar*); sonar de casco TSM 2022 MK III; sonar de profundidade variável (a meio navio) 2093; sonar de varredura lateral (*Multibeam Side Scan Sonar*) TSM 2054; e equipamento de varredura mecânica (na popa).

Os subtítulos do **segundo artigo** são: Antecedentes; Conversão para caça-minas; Conversão para troika aperfeiçoada; Cenário do caça-mina de 2000; Equipamento MJ 2000; O novo sonar de sedimento; Novo sonar de varrida múltipla em marcação (multi-beam), multi-aspecto e lateral; O sonar paramétrico para relocalização (Seawolf expendable MDV); O processamento do sinal do sonar; Desenho de sonar evita mina; Próximos desenvolvimentos.

APOIO DE FOGO NAVAL NO SÉCULO XXI

Revista Passadiço – 2001 – pág.

Capitão-Tenente Ricardo Fernandes Gomes

De acordo com os conceitos clássicos de projeção de poder sobre terra por meio de Operações Anfíbias (OpAnf), cabe ao Apoio de Fogo Naval (ApFN) prover o requisito de apoio realizando operações de Preparação da Área do Objetivo Anfíbio, Apoio ao Desembarque e Apoio Após o Desembarque. Os procedimentos desenvolvidos para esta prática, foram consolidados e aplicados a partir da Segunda Guerra Mundial, onde o emprego da "Guerra de Atrição" era inevitável, exigindo dos navios de Apoio de Fogo um enorme volume de fogo capaz de realizar a destruição e neutralização das defesas inimigas em praias fortemente defendidas. Por exemplo, para a neutralização de uma praia de desembarque nas dimensões 1000 m X 200 m, durante 30 minutos, um encouraçado despenderia 20 tiros com o canhão de 16 polegadas. A mesma neutralização, quando realizada por um contratorpedeiro, requer a quantidade de cerca de 800 tiros com o canhão de 5 polegadas (127 mm).

Entretanto, após o término da Segunda Guerra, ocorreram mudanças nas concepções estratégicas, operacionais e táticas, que conduziram a uma nova configuração dos meios navais de superfície a fim de permitir a sua atuação em um ambiente saturado de ameaças submarinas e aéreas, fazendo com que os sistemas de armas acima d'água priorizassem o emprego de mísseis e canhões de defesa de ponto em detrimento dos canhões navais de médio e grosso calibre. A quase totalidade dos navios existentes na atualidade possui não mais que 2 canhões com calibre variando entre 76 mm a 130 mm. Mesmo para o maior calibre existente, 130 mm, o gasto de munição para obterem-se penetração e destruição de alvos

terrestres com proteção maior ou igual a três pés de concreto seria impraticável. O desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de direção de tiro e munição convencional amenizam, mas não compensam, a redução do volume de fogo existente.

O ApFN atual dificilmente atenderia às necessidades de apoio de uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) em uma praia fortemente defendida, onde existissem instalações inimigas reforçadas com defesas de costa que impedissem a aproximação dos navios da Força.

Durante o período de Guerra Fria, quando o bloco soviético era considerado a mais provável e forte ameaça, a Marinha norte-americana concebia o emprego estratégico de sua Marinha em uma guerra global, onde o seu principal teatro de operações seriam os oceanos profundos. Foi a era da "*blue water navy*", onde era dada grande ênfase ao controle de áreas marítimas que garantissem o fluxo marítimo de material entre a América e Europa.

Entretanto, o cenário multipolar mundial existente após o término da Guerra Fria aponta para um número crescente de conflitos regionais, onde cada vez mais se faz presente a intervenção norte-americana, quer por razão de defesa dos interesses vitais do país, por razões humanitárias, ou nucleando forças de paz multinacionais sob a égide da ONU. Neste novo teatro de operações, onde a maior preocupação passa a ser a realização de operações combinadas de projeção de poder sobre terra, foi necessário adaptar-se a visão estratégica norte-americana para o emprego de seus navios em águas mais rasas e em áreas próximas a terra. Esta é a chamada "Guerra de Litoral" ("*Littoral Warfare*").

A partir da publicação do documento "Forward...From the Sea", onde é vislumbrado este cenário, a Marinha norte-americana passou a adotar uma concepção estratégica voltada para seu emprego na "Guerra de Litoral", desenvolvendo então nova doutrina onde são estabelecidos novos procedimentos e requisitos dos² meios.

Privilegiando os aspectos da "Guerra de Manobra"², o Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano buscou adaptar-se a esta nova realidade apresentando o conceito da Operational Maneuver From The Sea (OMFTS). A OMFTS consiste na exploração do mar como um espaço de manobra para evolução da ForTarAnf, buscando o melhor ponto de ataque, no momento oportuno, de maneira rápida e decisiva. As ações devem explorar ao máximo as fraquezas adversárias, evitando os principais pontos de resistência, de maneira a atingir um ponto de vulnerabilidade crítica com uma grande velocidade tática, não permitindo a reorganização das forças de defesa, minando sua capacidade e vontade de combater. Esta grande velocidade envolve conceitos relativos à velocidade do fluxo de informações, decisão e ação, que implicaram no estabelecimento de novos procedimentos, táticas e requisitos.

Um dos novos conceitos importantes para a implementação da doutrina OMFTS é o chamado Ship-To-Objective Maneuver (STOM). Diferentemente das OpAnf empregadas em uma "Guerra de Atrição", que prevêem o desembarque a viva força para conquista de uma cabeça de praia e posterior avanço em direção aos objetivos em terra, a OMFTS utiliza o conceito de STOM, que preconiza a realização do movimento da Força de Desembarque (ForDbq) diretamente do navio para os objetivos interiorizados, não sendo determinante o estabelecimento de uma cabeça de praia. Por meio do emprego de aeronaves V-22 Osprey, helicópteros

e modernas embarcações anfíbias, serão obtidos a velocidade, a profundidade das ações e a flexibilidade de posicionamento, que permitirão a aplicação de todos os conceitos inerentes à "Guerra de Manobra" já anteriormente citados.

Entre os requisitos de apoio estabelecidos para o conceito de STOM, foi especificado que o ApFN deverá ser provido até o alcance de 200 milhas náuticas (MN), em um volume de fogo, letalidade e precisão que consigam apoiar o rápido movimento das tropas transportadas pelas aeronaves Osprey.

Em face dos requisitos estabelecidos, ficava claro que, com o armamento disponível em 1992, dificilmente os navios atenderiam ao volume de fogo e precisão requeridos. O canhão padrão em uso, 127 mm L 54 MK 45 MOD 2, possuía o alcance de apenas 13 MN. Mesmo os mísseis para emprego tático disponíveis eram caros e limitados quantitativamente, ocorrendo limitações quanto ao remuniciamento, o qual só podia ser realizado com os navios atracados. O vulto do custo dos mísseis pode ser observado pelo custo aproximado de um míssil Tomahawk, que é de US\$ 1 milhão. Durante a Guerra do Golfo, foram despendidos 288 mísseis.

Tal análise, realizada pelo alto escalão da Marinha norte-americana, resultou no estabelecimento de prioridade no desenvolvimento de novas armas e munições, influenciando na definição dos Requisitos de Estado-Maior dos novos meios de sua esquadra.

Esta postura busca o restabelecimento da capacidade de prover um ApFN adequado, tendo sido planejada sua implementação por etapas de curto e médio prazo.

A solução de curto prazo, iniciada a partir de 1994 e implementada a partir deste ano, consiste na instalação de novas ar-

mas nos navios das classes *Arleigh Burke* e *Ticonderoga*.

Como principal inovação, está prevista a substituição do canhão 127 mm L 54 MK 45 MOD 2 pelo canhão 127 mm L 62 MK 45 MOD 4. O desenvolvimento do canhão 127 mm L 62 MK 45 MOD 4 é fundamentado, principalmente, no uso de um novo tipo de munição com alcance e precisão incomparavelmente superiores aos atuais. Todo este processo é centrado no desenvolvimento da munição EX-171 ERGM (Extended-Range Guided Munition). A ERGM é uma munição assistida com foguete, conferindo um alcance de 63 MN, dotada de sistema de guiagem por GPS e navegação inercial com precisão de 20 m, possuindo uma carga de arrebentamento composta por 72 submunições M-80 capaz de neutralizar uma área de até 100 m². O MK 45 MOD 4 começou a ser instalado nos navios classe *Arleigh Burke Block IIA* em construção a partir de 1999, e progressivamente até 2008 nos navios classe *Arleigh Burke Block I e II* e classe *Ticonderoga*.

A solução de curto prazo conta também com desenvolvimento de um novo míssil de ataque a terra com alcance de 150 MN, o LASM (Land Attack Standard Missile), que consiste em uma nova versão do míssil superfície-ar STANDARD SM-2 Block III A, com implementação prevista para 2003.

A solução de médio prazo prevê a incorporação de uma nova classe de navio, o DD-21 *Land-Attack Destroyer* classe *Zumwalt*. É considerado como o primeiro navio projetado após a Guerra Fria em atendimento aos novos conceitos estratégicos, a fim de cumprir missões combinadas com todos requisitos necessários à condução da "Guerra de Litoral". O planejamento prevê a prontificação do protótipo em 2004, com a incorporação das demais unidades a partir de 2009 em uma razão de três por ano, considerando uma encomenda inicial de 32

navios. Representando um salto tecnológico em todos os sistemas de bordo, o DD-21 será dotado com uma nova série de sistemas de armas e sensores.

O DD-21 terá capacidade de prover ApFN com dois canhões 155 mm AGS (Advanced Gun System), cadência de tiro de 12 tiros por minuto por canhão, com alcance de 100 MN através da utilização de nova munição semelhante à EX-171 ERGM, designada como LRLAP (Long Range Land Attack Projectiles). A LRLAP será dotada de sistema de guiagem GPS e navegação inercial com precisão de 10m. Este canhão permitirá que a ForDbq, em determinadas situações, não precise do apoio da artilharia de campanha de maior calibre, diminuindo a estrutura operacional e logística inerente a esta arma de apoio.

Além dos mísseis Tomahawk Tático (TACTOM – alcance até 1.500 MN) e LASM será desenvolvido um novo míssil denominado ALAM (Advanced Land Attack Missile), de alcance até 300 MN. O ALAM terá performance superior aos anteriores, com maior precisão e poder de destruição, possibilitando seu emprego em fogo de destruição contra alvos blindados móveis.

O navio possuirá o Naval Fire Control System (NFCS), um sistema automatizado de processamento, o qual proverá comunicações interligando todos os escalões de comando envolvidos, e utilizando informações oriundas dos sensores disponíveis, de maneira a permitir uma completa compilação do quadro tático, visando atender de forma rápida e precisa às missões de tiro requeridas.

Os fatos anteriormente abordados demonstraram claramente a importância atribuída ao ApFN pela Marinha norte-americana. Algumas considerações podem ser traçadas em relação às demais Marinhas do mundo.

O desenvolvimento dos novos canhões e munição ERGM e LRLAP é baseado na garantia da precisão do tiro por meio de guiagem utilizando o GPS, prevendo a utilização da navegação inercial como recurso adicional, na ocorrência de bloqueio eletrônico. A Marinha norte-americana passará a contar com sistemas de alta precisão e custo reduzido comparativamente aos mísseis existentes, além da facilidade de remuniamento, cujas fainas de reabastecimento dos navios poderão ser realizadas em qualquer situação. O desenvolvimento de sistemas de alcance e precisão semelhantes por outros países esbarra no desenvolvimento de uma tecnologia alternativa ao GPS, de maneira a garantir-se a precisão dos tiros.

Entretanto, o aumento do volume de fogo e alcance pode ser obtido a partir da reconfiguração dos navios. Nas Marinhas que seguirem a tendência norte-americana de concepção estratégica voltada para a "Guerra de Litoral", o retorno de canhões de maior calibre deverá ser uma tendência. A Marinha britânica manifesta a adoção de concepção semelhante e, atualmente, contratou a empresa Vickers para desenvolver um novo canhão de 155 mm.

Em paralelo à melhoria dos sistemas de armas e munições, deve ser buscada maior integração nas comunicações entre os grupos de observação de tiro em terra e os navios, de maneira a permitir designação de alvos e correções das salvas de forma mais rápida e precisa. Sistemas computacionais permitindo detecção, designação e observação já são empregados, como por exemplo o norte-americano TLDHS (Target Location Designation and Handoff System), diminuindo a ocorrência de erro por fator humano, onde a determinação e transmissão das informações do alvo são processadas automaticamente.

Pode-se conjecturar que o século XXI apresentará um cenário promissor para novas evoluções nas concepções dos navios, acarretando o desenvolvimento de novas doutrinas e táticas em atendimento das necessidades de apoio à projeção de poder sobre terra. Ligado a este processo, o sucesso do ApFN estará condicionado ao restabelecimento de sua capacidade de causar a destruição e neutralização de maneira precisa, dentro de alcances cada vez maiores.

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Apoio de fogo naval /; Rev & Rev;

REFERÊNCIA

1. No conceito da "Guerra de Atrição", prevalece a busca do combate frontal, onde o sucesso da operação está diretamente relacionado à obtenção de superioridade numérica de meios que imponha ao inimigo pesadas perdas em batalhas decisivas.
2. No conceito da "Guerra de Manobra", prevalece a busca da derrota do inimigo por meio da neutralização de suas forças. Esta neutralização é obtida por meio da constante iniciativa das ações, executadas em grande velocidade e explorando o melhor posicionamento de maneira a aproveitar ao máximo as suas fraquezas, atingindo o inimigo em pontos críticos, o que retirará sua capacidade e vontade de combater.

O MAR NA MÚSICA DE GIUSEPPE VERDI*

Rivista Marittima (Itália), março/2002, p.89-98

Luigi Romani

Em longo artigo, o autor fala da presença do mar na obra do compositor italiano do século XIX. Embora reconhecendo que Verdi, por suas declarações e atitudes, não era muito ligado ao mar, procura demonstrar que, entretanto, este esteve presente em algumas de suas criações. Assim, analisa as óperas que estiveram ligadas ao elemento marinho, seja "por ambientação ou porque seus personagens eram homens do mar".

O articulista inicia sua análise com *I due tiscari* (*Os dois Foscari*), obra juvenil adaptada de um drama de Byron e de ambientação exclusivamente veneziana, onde o mar surge em contraste com a profunda melancolia de todo o drama, "numa típica canção dos gondoleiros, que, na Praça de São Marcos, é iniciada pelo verso 'cala o vento, acalma a onda', parecendo dar um toque de leveza à triste situação". Outra referência é apontada no trecho em que a mulher de Jacopo, filho do doge¹ Francesco Foscari, revela ao sogro que o rapaz foi morto na galera que o levava ao exílio.

Em 1845, Verdi apresentava, no Teatro São Carlos de Nápoles, *Alzira*, retirada da tragédia homônima de Voltaire. A ação desenvolve-se no Peru, durante a conquista espanhola do século XVI. Ressalta o articulista:

"No que diz respeito ao mar, não há referência direta; todavia, pelo menos duas passagens não podem ser negligenciadas. No prólogo, um nativo, em sua canoa, faz o curso do rio, e o movimento das águas é valorizado pelas cordas e metais da orquestra. Este movimento tipicamente marinho teve sua origem na ópera de Rossini,

Tancredi (ainda Voltaire), e no desembarque do personagem na Sicília. 'Da Gusman, su fragil barca, / io fuggia, dell'onde in grembo...' ('de Gusman, em frágil embarcação eu fugia, pelas ondas adentro'). Para tornar a ação mais envolvente, o movimento musical é a imitação da onda."

Da ópera seguinte, *Atila*, destaca "um aceno ao lamento do mar, ainda agitado após um ruidoso furacão, enquanto a aurora estende sua luz sobre a laguna veneziana, em direção ao final do prólogo: é a lembrança da fundação de Veneza, depois que os refugiados de Aquiléia, destruída pelos invasores, são reunidos na zona do Rialto com os meios náuticos disponíveis". O artigo faz alusão ao fato de que, quando a ópera foi apresentada no La Scala, entre 1846 e 1847, Verdi indignou-se com a péssima encenação. "De uma carta seu pupilo e colaborador Emanuele Muzio, sabe-se, entre outras coisas, 'que o mar, ao invés de ser borrascoso e de tempestade, era plácido e sem uma onda sequer encrespada'."

Em 1848, Verdi volta a Byron, utilizando seu poema *O Corsário*, que se passa no Mar Egeu. "Do coro inicial dos corsários ao suicídio por amor da protagonista (que se lança ao mar de um penhasco), há uma sucessão de cenas e situações, aí condensado também o incêndio da frota inimiga do Pachá Seid."

Luigi Romani mostra que, em óperas posteriores, o mar adquire maior relevo, como em *Les Vêpres siciliennes* (*As Vésperas Sicilianas*), encenada na Ópera de Paris em 1855. Traduzida para o italiano, foi

* Resenha com base em tradução livre de Dorita Dias Couto Ribeiro. O texto completo pode ser encontrado na Biblioteca da Marinha

1 N.R.: Doge – Magistrado supremo das antigas repúblicas de Veneza e Gênova. (*Dicionário Aurélio*)

representada na Itália com os mais variados títulos. “As referências são muitas: a chegada de Giovanni de Prócida, do exílio, acontece em uma pequena baía vizinha a Palermo e, neste porto, um navio enviado pelos aragoneses está para chegar repleto de ouro e armas. A citar também as prostitutas, que, elegantemente vestidas e do interior de uma embarcação com oficiais franceses, cantavam uma típica canção dos gondoleiros, enquanto eram conduzidas a Palermo para um baile do governador. (...) No 1º ato, a duquesa, fingindo dar-se conta dos perigos do mar, acena a um navegante, que, ‘em alto-mar e batido pelos ventos’, está por perder-se entre as ondas...”

A ópera *Simon Boccanegra* – personagem real na história da República de Gênova, então corsário e depois eleito primeiro-doge – também é permeada pelo mar, “nas lembranças, nas cenas, no coro dos marinheiros no início, no prelúdio orquestral que evoca o surgimento do sol no mar e o dantesco ‘tremular marinho’ à luz do dia”. Este elemento aparece também no monólogo do doge, iniciado com o verso “Oh, frescor!... a brisa marinha!”, que “é uma lembrança do mar entre o sopro do vento fresco, o sabor da maresia e a saudade do passado. É uma página musical de sublime envolvimento e de comovente sedução, que leva descrédito à declarada aversão do musicista pelo mar”.

Na ópera seguinte, de *Gustave III ou Le Bal Masqué*, de Scribe, o único episódio de caráter marinho é o 2º quadro do 1º ato. O articulista o descreve assim: “Na proteção do Porto de Boston, desenvolveu-se no ca-

sebre da cartomante Ulrica, onde, entre marinheiros e pescadores, se encontra o governador disfarçado, para conhecer as verdadeiras capacidades da cartomante. O libretista concede a um pescador o diálogo rebuscado (‘Com rotas velas/ E a alma em turbulência/ Os rastros despedaçados/ na onda funesta’), mas a música leva a um movimento de erudição, na evocação do mar, que é mais visível nas notas do que nas palavras.”

Finalmente, é analisada a ópera *Otelo*. “A chegada da galera veneziana com o embaixador no 3º ato é o único sinal tangível de que Chipre, onde tem lugar a ação, é uma possessão veneziana. Mas são o início da ópera e o final do 1º ato as partes que constituem um grande quadro marinho. A ópera tem sua abertura com a fortuita chegada ao porto da embarcação do Mouro (sarraceno), enquanto se enfurecem os elementos, na mais convincente transposição musical de uma tempestade criada por Verdi. É sua maior página neste gênero para a soberba instrumentação e culmina na exuberante saudação de Otelo: ‘Exultem! O orgulho muçulmano/ sepultado está no mar, nossa e do céu é a glória! Pelas armas foi vencida a tormenta.’ No final do ato, a calma do mar está em conjunção com a alma de Otelo, que se exprimem em um dos mais sedutores duetos de amor de toda a produção lírica, iniciada com o verso: ‘Já a noite densa/ extingue-se cada clamor’. É indescritível a beleza do final deste apaixonado e passionante dueto coroado pelo céu estrelado: ‘mesmo a plêiade ardente ao mar deriva/ (...) Vênus brilha’, sublinhado pela música num pianíssimo que se reporta com comoção ao início do colóquio.”

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<PSICOSSOCIAL> / Música /; Vervi, Giuseppe /; Rev & Rev;

LLOYD BRASILEIRO – PARTICIPAÇÃO NA SEGURANÇA NACIONAL – PARTE I

Diário de Bordo (Brasil), fev., mar., abr./2002, p.6-7

Capitão-de-Longo-Curso Jorge Gomes

Estava a nação brasileira na fase inicial de uma radical metamorfose política e social, abandonando o regime monarquista e investindo corajosamente na República. A economia do País estava deteriorada, era a consequência do advento da emancipação da mão-de-obra escrava. O comércio em crise e o transporte marítimo falido. As empresas de navegação da época, tendo à frente a mais importante delas, a Companhia Transatlântica, seguida da Companhia

Nacional de Navegação a Vapor, e algumas outras, todas subvencionadas pelo governo central, estavam atravessando séria crise, levando o Presidente da República, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, a atender o requerido pelos cidadãos Barão de Jaceguai, Dr. Antônio Paulo de Melo Barreto e Comendador Manuel José da Fonseca, agru-

pando várias empresas de navegação subvencionadas, em uma só, que seria denominada Lloyd Brasileiro.

Através do Decreto nº 208, de 19 de fevereiro de 1890, foram autorizados os cidadãos acima mencionados a organizarem o Lloyd Brasileiro. Estava assim nascendo a mais importante empresa de navegação marítima da história brasileira. Surgiram depois grandes empresas de navegação marítima de capital privado e estatais, mas foi o Lloyd a grande pioneira. O Lloyd fez seu nome pela inteligência de seus admi-

nistradores e bravura dos tripulantes de seus navios e jamais fugiu ao chamamento da Pátria. Esteve sempre presente nos momentos difíceis da vida brasileira, tanto nas horas de paz quanto nos dias de beligerância. Foi usando o prestígio do nome do Lloyd que se formaram as parcerias marítimas e as *joint ventures*.

Vale a pena reavivarmos a memória do leitor, transcrevendo trechos da legislação que organizou e deu diretrizes definitivas

ao Lloyd Brasileiro. Em 22 de outubro de 1891, pelo Decreto nº 611, o Lloyd Brasileiro fundiu o seu nome à Empresa de Obras Públicas no Brasil. Em 27 de julho de 1892, através do Decreto nº 956, a Companhia Baiana de Navegação a Vapor foi fundida ao Lloyd Brasileiro. Esta empresa posteriormente passou a pertencer ao governo do Estado da Bahia.

“Decreto nº 1.165, de 9 de dezembro de 1892 – Autoriza a reconstituição do Lloyd Brasileiro.

O Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, à vista do que requereu a Empresa de Obras Públicas no Brasil, de que faz parte o Lloyd Brasileiro, por efeito do Decreto nº 611, de 22 de outubro de 1891, que autorizou a fusão do sítio Lloyd naquela empresa e mandou observar com alterações o Decreto nº 857, de 13 de outubro de 1890, resolve autorizar a reconstituição do Lloyd em Companhia, o

O Lloyd fez seu nome pela inteligência de seus administradores e bravura dos tripulantes de seus navios... Foi usando o prestígio do nome do Lloyd que se formaram as parcerias marítimas e as *joint ventures*

qual será transferido oportunamente o contrato celebrado com o governo da União. O Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas assim o faça executar. Capital Federal, 9 de dezembro de 1892, 4ª da República. Floriano Peixoto. Serzedelo Correia."

Em 6 de janeiro de 1902, pelo Decreto nº 4.311, assinado pelo Presidente Campos Sales, sendo ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas Alfredo Maia, foi autorizada a reorganização dos serviços de navegação que estiveram a cargo da extinta Companhia Lloyd Brasileiro. Findava, dessa forma desastrosa, a primeira etapa da vida do Lloyd.

Nascendo e vivendo em uma nação convulsionada pela crise financeira, o Lloyd não pôde resistir e foi mais uma vez transformado, considerando os prazos contratuais de operação e as subvenções sempre crescentes. O que não se diz é que sempre coube ao Lloyd o ônus do transporte marítimo. O que não se escreve é que o Lloyd sempre foi utilizado pelos maus políticos como cabide de emprego, de negociatas politigueiras. Por mais capazes que fossem seus administradores, o bônus do trabalho obtido era prejudicado pelos interesses da política, que colocavam resultados eleitoreiros acima dos resultados empresariais. **Declaravam que o Lloyd não foi feito para dar lucro, e sim para garantir a balança comercial com o controle de fretes.** Loucura. É princípio elementar em qualquer ramo empresarial e comercial de que a base da prosperidade está na obtenção do lucro.

Foi entregue ao cidadão Antônio Vaz de Carvalho, pela Lei nº 834, de 30 de de-

zembro de 1901, em seu artigo 18 nº VII, o direito de organizar os serviços de navegação que estiveram a cargo da extinta Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Essa organização manteve os termos, com pouca diferença, de quase tudo o que já havia sobre o Lloyd. Na verdade, o governo jamais se desvinculou do Lloyd, colocando no item XIV da regulamentação do Decreto 4.311: "Em qualquer tempo, durante o prazo do contrato, o Governo terá o direito de comprar ou tomar a frete compulsoriamente os paquetes desta empresa, ficando ela obrigada a substituir os que foram comprados, dentro do prazo de 24 meses." Mais adiante, no item XXVIII, declara: "A Companhia é considerada reserva

da Marinha de Guerra, pelo que usará de distintivo nos navios de linha, marcado pelo Ministério da Marinha, e obriga-se a concorrer com os seus dados e observações para o serviço da Carta Marítima e Repartição Meteorológica."

Foi ainda no governo de Campos Sales, em 23 de junho de 1902, pela Lei 4.442, que os serviços outrora pertinentes ao extinto Lloyd foram reorganizados, equiparando-se disposições previstas para a Marinha de Guerra. As subvenções continuaram mantidas para sobrevivência da empresa. Em 23 de fevereiro de 1906, através do Decreto nº 5.903, o Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves concedeu à M. Buarque & Cia. autorização para reorganizar os serviços de navegação que estavam a cargo da Companhia Novo Lloyd Brasileiro. O Decreto nº 6.116, de 21 de agosto de 1906, deu início à linha americana pelos navios do Lloyd, conforme *caput* do decreto: "Concede ao Lloyd Brasileiro, sob a

O que não se escreve é que o Lloyd sempre foi utilizado pelos maus políticos como cabide de emprego, de negociatas politigueiras

firma M. Buarque & Cia., autorização para iniciar a navegação da linha americana."

É interessante reproduzirmos a cláusula nº III do mencionado decreto: "Salvo a hipótese prevista na cláusula XLIV do Decreto 5.903 de 23 de fevereiro do corrente ano, M. Buarque & Cia. obriga-se a mandar construir três vapores de 5 mil toneladas de deslocamento, desenvolvendo 15 milhas de marcha, com capacidade para cem passageiros de 1ª classe, 200 de 2ª classe, frigoríficas para 200 toneladas de frutas, para com eles realizar uma segunda viagem mensal aos Estados Unidos da América. Em tal caso, porém, uma das viagens se destina a New Orleans e fará escalas pelo Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará e em porto das Antilhas que será fixado pelo governo, e a segunda, com novos vapores, se destinará a New York, fazendo escalas pelo Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Barbados" (sic).

No governo do Presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto 7.771, de 30 de dezembro de 1909, o Lloyd Brasileiro voltou a ficar sob a administração direta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ainda na qualidade de sociedade anônima, com um capital social de 28 mil contos de réis, dividido em 140 mil ações de 200 mil réis cada uma (todas nominativas). **O Decreto 7.772, de 30 de dezembro de 1909, deve ser lembrado por um fato importante incluído na cláusula XI criando o Ensino Profissional na Marinha Mercante.** O Decreto 9.969, de 30 de dezembro de 1912, governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, concedeu ao Lloyd uma subvenção anual de 1.100:000\$000, ouro, pelo prazo de 18 anos. Logo a seguir, em 13 de agosto de 1913, o Decreto 10.387 autorizou o Ministério da Fazenda a emitir apólices

até a quantia em papel de 32.000:000\$000, para liquidar as dívidas da Sociedade Anônima Lloyd Brasileiro.

O Lloyd primou pela ordem no preparo da mão-de-obra qualificada. Seguindo seu regulamento, **foram criadas escolas profissionalizantes nas oficinas do Lloyd na Ilha de Mocanguê, preparando inclusive maquinistas. O navio Venceslau Brás passou a funcionar como navio-escola, preparando pilotos (oficiais de Náutica).** Em todos os seus departamentos de ensino, o Lloyd preparava a mente de seus alunos e também o corpo e o amor à Pátria. Eram dadas aulas de ginástica sueca e feitos exercícios militares. Vemos assim que o marítimo brasileiro sempre esteve muito vinculado à vida militar, não só pela disciplina bem severa exercida a bordo dos navios mercantes, como também pela organização militar que envolveu e ainda envolve os homens do mar.

Em 1928, a frota do Lloyd Brasileiro estava composta de 77 navios

A entrada do Brasil na Primeira Grande Guerra Mundial determinou a incorporação do Lloyd Brasileiro ao patrimônio nacional, situação que perdurou até 28 de fevereiro de 1920, quando o Decreto 14.577 determinou a volta do Lloyd a situação de sociedade anônima. Em 1928, a frota do Lloyd Brasileiro estava composta de 77 navios, a saber: *Afonso Pena, Alegrete* (navio-escola), *Almirante Alexandrino, Almirante Jaceguai, Amazonas, Aracaju, Argentina, Aspirante Nascimento, Atalaia, Airuoca, Baependi, Bagé, Barbacena, Bocaina, Borborema, Cabedelo, Cai, Camamu, Campos, Campos Sales, Cantuária Guimarães, Caxambu, Comandante Alcidio, Comandante Alvim, Comandante Capela, Comandante Vasconcelos, Comandante Riper, Comandante Severino, Cubatão, Curitiba, Cuiabá,*

Duque de Caxias, Goiás, Guajará, Guaratuba, Ibiapaba, Iguaçu, Ingá, Jaboatão, Javari, João Alfredo, Juazeiro, Lajes, Macapá, Manaus, Mandu, Mantiqueira, Maranguape, Miranda, Murtinho, Pará, Paraguai, Parnaíba, Pedro I, Pedro II, Poconé, Prudente de Moraes, Purus, Pirineus, Raul Soares, Rio Grande, Rodrigues Alves, Rui Barbosa, Sabará, Santarém, Santos, Sergipe, Tabatinga, Tapajós, Taubaté, Tocantins, Ubá, Uçá, Una, Uno e Uruguai.

O Lloyd Brasileiro, na qualidade de sociedade anônima, voltou a encarar dívidas impagáveis, obrigando o governo à edição do Decreto nº 23.769, de 19 de janeiro de 1934, que concedeu ao Lloyd uma moratória, evitando sua falência. Em 1937, dia 10 de abril, a Lei nº 420 trouxe o Lloyd Brasileiro de novo para o âmbito do patrimônio nacional, absorvendo suas dívidas. O Lloyd permaneceu na posição de patrimônio nacional até 31 de dezembro de 1966, quando foi assinada a Lei nº 67 em 1º

de janeiro de 1967, retornando a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro ao *status* de sociedade anônima, o que perdurou até seus últimos dias.

Todas as situações de insolvência econômica que rondaram o Lloyd em sua trajetória de cem anos de trabalho foram, repetimos, consequência da necessidade de administrar a empresa tendo a constante ingerência de interesses políticos. As Forças Armadas deviam ao Lloyd pelo uso de espaço comercial em seus navios. Os apadrinhados do governo utilizavam o Lloyd na administração e nos navios para facilidade de seus interesses políticos e particulares. Não fazemos referência aos nomes dos homens que administraram o Lloyd nesses seus mais de cem anos de vida, porque teríamos que relacionar uma enorme lista e ainda assim cometeríamos o pecado da injustiça pelo esquecimento de algum nome. (PUBLICAREMOS A PARTE II DESTE ARTIGO NO PRÓXIMO NÚMERO.)

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<PODER MARÍTIMO> / Loide Brasileiro /; Segurança /; Rev & Rev;

NOTICIÁRIO MARÍTIMO

Esta seção destina-se precipuamente a divulgar os eventos importantes da Marinha do Brasil e das Marinhas do exterior, dar aos leitores inativos informações sobre a Marinha da atualidade e permitir aos pesquisadores do futuro visualizar a Marinha de outrora.

Colaborações serão bem-vindas, em forma de notícias sobre eventos ocorridos em suas OM's, como exercícios, operações, formaturas, comemorações, se possível ilustradas com fotografias.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

COMEMORAÇÃO

- 25 anos do Centro de Estudos Supletivo da Casa do Marinheiro (279)
- 60 anos da Força Naval do Nordeste (280)
- 80 anos da Diretoria de Aeronáutica (281)
- 180 anos da Esquadra (282)
- Armistício da Primeira Guerra Mundial (283)
- Dia do Marinheiro (315)

FORMATURA

- Formatura de Guardas-Marinha (317)

HOMENAGEM

- A memória dos Marinheiros Mortos em Guerra (284)

MENSAGEM

- Mensagem do Presidente da República à Marinha (315)

MOSTRA DE DESARMAMENTO

- Corveta *Purus* (285)
- Navio-Transporte de Tropas *Custódio de Mello* (286)

MOSTRA DE DESATIVÇÃO

Secretaria Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia (288)

NOMEAÇÃO

Nomeação de Almirantes (289)

POSSE

Assunção de cargos por Almirantes (290)

PRÊMIO

Prêmio Mestre Antônio da Silva (290)

PROMOÇÃO

Promoções de Almirantes (291)

ATIVIDADES MARINHEIRAS**OCEANOGRAFIA**

Ondógrafo Direcional do IEAPM (291)

CONGRESSOS**ENCONTRO**

Encontro sobre Balística e Mecânica Computacional (292)

Reunião do Comitê de Apoio às Aeronaves Lynx (292)

EXPOSIÇÃO

Ecos da Cultura Italiana (293)

Navegar é descobrir, da APAE (294)

O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca (294)

O Pau-Brasil em nossas raízes (320)

SEMINÁRIO

Acústica submarina (295)

Detecção Oceânica utilizando recursos espaciais (296)

EDUCAÇÃO**CONCURSO**

Concurso da Revista Passadiço (296)

ENSINO A DISTÂNCIA

Educação a distância (296)

ESPORTE

Americas' Sail 2002 (297)

Resultados esportivos (298)

SIMULAÇÃO

Instalação de simulador do AF-1 no CIAAN (300)

FORÇAS ARMADAS**AVIAÇÃO NAVAL**

Apoio a salvamento de plataforma da Petrobras (301)

Oficial da Força Aérea é qualificado no AF-1 – *Skyhawk* (301)

MARINHA DA ARGENTINA

Submarino *Santa Cruz* volta a operar (314)

MARINHA DO BRASIL

Marinha citada em publicação estrangeira (301)

OPERAÇÃO

1ª operação combinada sob a égide do Ministério da Defesa (302)

Operação SUBEX-I (303)

SERVIÇO MILITAR

Serviço Militar Inicial (303)

HISTÓRIA**HISTÓRIA MARÍTIMA**

Escuna do século XIX retorna a Hamburgo (303)

PESSOAL**CORPO FEMININO**

Primeira mulher a assumir cargo de direção na MB (303)

PODER MARÍTIMO**CONSTRUÇÃO NAVAL**

Construção naval no Japão (304)

PORTO

Navio Balizador *Tenente Boanerges* participa de inauguração de porto em Belmonte, Bahia (304)

POLÍTICA**FRANÇA**

Mulher é Ministra da Defesa da França (304)

PSICOSSOCIAL**LITERATURA**

- Lançado livro do Comandante Ney Dantas, sobre Paquetá (305)
- Lançado o livro *Luzes do Novo Mundo*, de Ney Dantas (307)
- Lançado o livro *Pau-Brasil*, de Eduardo Bueno (318)

MÚSICA

- Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais (307)
- Jubileu de Prata da Sociedade Oswaldo Cabral (308)
- Orquestra Sinfônica de Empresa de Navegação (310)

PINTURA

- Salão Semana da Marinha em Natal (311)

TELEVISÃO

- Rede Globo grava programa na BAeNSPA (311)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL**

- Brasil ascende de nível no sistema de catalogação da OTAN (311)

SAÚDE**ASSISTÊNCIA MÉDICA**

- Assistência às populações ribeirinhas na Amazônia (312)

VALORES**CERIMONIAL**

- Novo Pavilhão do Comandante da Marinha (313)

PATRONO

- Patronos na Marinha (315)

VIAGENS**VIAGEM DE CIRCUNAVEGAÇÃO**

- Marinha da China visita Fortaleza (314)

COMEMORAÇÃO DO JUBILEU DE PRATA DO CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVOS DA CASA DO MARINHEIRO

Foi comemorado, em 25 de outubro último, o Jubileu de Prata do Centro de Estudos Supletivos da Casa do Marinheiro (CES-CMN). Na ocasião, o Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) Edgard Cerveira Dias Sobrinho, diretor da Casa do Marinheiro, fez circular a Ordem do Dia que reproduzimos a seguir.

"Em 25 de outubro de 1977, a Marinha do Brasil, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, empreendia um dos projetos sociais e culturais mais significativos de sua história, a criação do CES-CMN, o primeiro do município do Rio de Janeiro.

Coube ao Exmo. Sr. Contra-Almirante Luiz Edmundo Brígido Bittencourt, Diretor do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, e à Exma. Sra. Secretária de Educação e Cultura, Prof^a. Myrthes de Luca Wenzel, darem início a esse projeto por meio da assinatura de convênio, celebrado em 1976. Posteriormente, foi outorgada ao Diretor da Casa do Marinheiro competência para assinatura de termo aditivo que conferia ao CES-CMN a missão de oferecer "curso de suplência de educação geral, em nível fundamental e médio, ao pessoal militar e civil da Marinha, através do estudo por módulos".

Foi então, imbuído desta nobre missão, que o CES-CMN, representado pelo seu corpo docente e por centenas de cabos e marinheiros que almejavam concluir seus cursos através de um estudo inovador, começou a escrever a sua história, história esta coroada de sonhos e de grandes realizações.

Suas atividades educativas tiveram início nas instalações da antiga Diretoria de Engenharia, onde hoje se situa o 1^o Distrito Naval. Posteriormente, foi transferido para a Rua Visconde de Inhaúma; é nesse período que o CES-CMN registra em suas

estatísticas um marco significativo: cerca de 201 atendimentos diários a alunos.

Em 1991, impulsionadas por razões de cunho administrativo e financeiro, as autoridades navais resolveram transferir o CES-CMN para a Avenida Brasil, mais precisamente para a sede da Casa do Marinheiro, onde poderia dispor de recursos físicos e materiais mais significativos para o desenvolvimento das atividades educativas a ele conferidas.

Hoje, os benefícios são extensivos a toda a família naval, incluindo dependentes de militares e servidores civis, que representam cerca de 10% do total dos 790 alunos atualmente matriculados. Parte dessa clientela, na ordem de 244 militares, é procedente do Núcleo de Atendimento Avançado do CES, que funciona em instalações cedidas pelo Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, no complexo da Base Naval do Rio de Janeiro.

Nos dias atuais, os Centros de Estudos Supletivos, por adotarem a metodologia do ensino a distância, vêm sendo considerados, no cenário educacional brasileiro, como "escolas originais e inovadoras", que verdadeiramente se adequam às necessidades e aos anseios de uma parcela considerável de indivíduos que objetivam concluir seus estudos em tempo mais reduzido. Isso, segundo os especialistas em educação, pode ser resumido em "uma proposta educativa eficaz, capaz de romper, decisivamente, com as barreiras do tempo e do espaço e permitir a democratização do ensino em seus vários níveis".

Ao comemorar os 25 anos de existência do CES-CMN, a Casa do Marinheiro está convicta de que o anseio da Marinha em conjugar esforços com a Secretaria de Estado de Educação esteve fundamentado na

necessidade de que era preciso ter em suas fileiras um "profissional qualificado". Um profissional que dispusesse não somente de conteúdos técnicos, mas, principalmente, dos meios necessários à obtenção de uma formação geral, através de uma escolarização continuada, cujos conhecimentos e aptidões adquiridas viessem a se constituir na mola mestra para sua plena realização como indivíduo e qualificação para o trabalho.

Esta tem sido a missão do CES - Casa do Marinheiro, que nesses 25 anos contribuiu para a formação geral de quase 3.000 praças, servidores civis e dependentes, como também para tantos outros que, mesmo não concluindo seus cursos no CES, puderam dispor dos conhecimentos necessários para

prosseguir, com êxito, os seus estudos em outros cursos e exames de escolarização.

Desta forma, ressaltamos, nesta ocasião, as devidas homenagens aos representantes da Secretaria de Estado de Educação, às autoridades navais e a todos os professores e funcionários do CES-CMN que contribuíram, desde a sua criação, para o êxito e reconhecimento deste trabalho até os dias de hoje, possibilitando, apesar dos desafios enfrentados, importantes realizações que, indubitavelmente, concorrem para ações sociais e culturais de extrema relevância para toda a família naval. Parabéns CES - Casa do Marinheiro, pelos seus 25 anos! E que continue a desempenhar, com sucesso, a nobre missão de educar." (Bono Especial nº 642, de 25/10/02).

ANIVERSÁRIO DA FORÇA NAVAL DO NORDESTE

A Força Naval do Nordeste completou, em 5 de outubro de 2002, seu 60º aniversário. Na ocasião, o Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho fez circular a Ordem do Dia que reproduzimos a seguir.

"Há 60 anos, motivado pelos afundamentos de navios mercantes nacionais, o Governo brasileiro rompeu relações com as nações do Eixo e criou a Força Naval do Nordeste.

Integrada, inicialmente, pelos Cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, pelos Navios-Mineiros *Carioca*, *Caravelas*, *Camaquã* e *Cabedelo* e por outras unidades, passou a constituir a Força-Tarefa 46 da Força do Atlântico Sul.

O comando foi entregue ao competente Capitão-de-Mar-e-Guerra Alfredo Carlos Soares Dutra, promovido ao posto de contra-almirante no exercício do cargo. Oficial de larga experiência operativa, participara da Grande Guerra na Divisão Naval em Opera-

ções de Guerra, estivera embarcado no Navio Auxiliar *Belmonte* e no Cruzador *Rio Grande do Sul*, tendo comandado diversos navios ao longo da carreira, além do Comando Naval de Mato Grosso, da Flotilha de Contratorpedeiros e da Divisão de Cruzadores. Sua dedicação e profissionalismo, assim como de seus comandados, contribuíram para que a Marinha do Brasil fosse protagonista de uma das mais significativas páginas da História Naval, ao participar, efetivamente, de 575 comboios, escoltando mais de 3.000 navios, impedindo, dessa forma, inúmeras perdas humanas e materiais.

Entretanto, não deve ser esquecido o sacrifício de muitas vidas perdidas por ocasião do afundamento do Cruzador *Bahia*, da Corveta *Camaquã*, do Navio Auxiliar *Vital de Oliveira* e dos cerca de 30 navios da nossa Marinha Mercante vitimados pela guerra de corso empreendida pelo inimigo.

Esse foi o preço pago pela Marinha na defesa dos valores e da liberdade do povo brasileiro, naquela ocasião. Esquecer essa lição de vida, descurando do preparo profissional e da manutenção de nossos meios, poderá nos impor pesado

tributo, se formos chamados novamente a intervir.

Lembrar desses bravos marinheiros nos induz a dedicar todo o nosso esforço para superar os graves desafios que hoje se apresentam." (Bono nº 574, de 30/09/02)

80º ANIVERSÁRIO DA DIRETORIA DE AERONÁUTICA DA MARINHA

A Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM) comemorou seu 80º aniversário de criação em 18 de novembro último. Na ocasião, o Vice-Almirante Alvaro Luiz Pinto, diretor da DAerM, emitiu a seguinte Ordem do Dia:

"Criada a Aviação Naval, em 1916, a Marinha logo constatou a necessidade de possuir uma estrutura de coordenação e apoio para emprego de seus meios aéreos, que, já naquela época, despontavam como vetores com capacidade de agregar significativo valor militar ao Poder Naval.

A aprovação, em 1921, do estudo do Estado-Maior da Armada denominado Organização Aérea para a Defesa do Litoral Brasileiro teve como consequência a criação da Diretoria de Aeronáutica da Marinha pelo então ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 18 de novembro de 1922, ainda com a denominação de Comando da Defesa Aérea do Litoral. Iniciava a DAerM, naquele ano, uma importante participação na história da Aviação Militar Brasileira e, em particular, da nossa Aviação Naval.

Nessa longa jornada foram vivenciadas fases de glórias e de sacrifícios, representadas pela operação das aeronaves de asa fixa ao longo de todo o litoral e território brasileiro, pela interrupção do funcionamento de suas atividades, pela criação da aviação embarcada, coexistência de aeronaves de asa fixa e asa rotativa, operação

limitada apenas a aeronaves de asa rotativa e, mais recentemente, pelo renascer da aviação de asa fixa, complementando as necessidades de meios para o cumprimento da missão da Marinha.

No decorrer desses 80 anos, esta diretoria teve atuação marcante em todas as fases da Aviação Naval, contribuindo para a consolidação e expansão de nossa aviação, tornando-se uma Organização de capital importância na regulamentação dos serviços de aviação, na obtenção de apoio técnico e logístico de nossos meios aéreos e na formação do pessoal aeronavegante.

Desde que o homem concretizou o sonho de fazer voar o mais pesado que o ar, o constante progresso tecnológico tem tido reflexo direto nos meios aéreos, aperfeiçoando e sofisticando as aeronaves e seus sistemas, tornando-os cada vez mais complexos, tanto para operá-los quanto para mantê-los. Tais fatores, aliados à contínua atualização, à diversidade e à expansão dos meios aéreos da Marinha, têm aumentado as responsabilidades da DAerM, transformando-se em permanentes desafios.

Para fazer frente a tais desafios, a Diretoria de Aeronáutica, ao longo de sua existência, a par de todas as dificuldades vividas pela Marinha brasileira, tem se reestruturado num contínuo processo de adaptação e aperfeiçoamento. Nas últimas décadas, vem agregando valores às suas estruturas organizacional e de pessoal, dentre as quais

destacam-se: a criação do Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos da Marinha, que permitiu um salto qualitativo na prevenção de acidentes aeronáuticos; o aperfeiçoamento do setor técnico com a inclusão de engenheiros especializados em aviação; a ampliação da atuação na formação do pessoal aeronavegante e a participação ativa na homologação de helipontos da Marinha e de plataformas e navios mercantes, que operam na exploração e extração de petróleo nas águas jurisdicionais brasileiras.

Os resultados, gradativamente alcançados por esta diretoria, não foram obra isolada de um homem, de um militar ou de um aviador naval. A DAerM orgulha-se de ser produto de um ideal comum, de vibrantes marinheiros, que traziam em suas mentes e corações o entendimento e o significado da aviação para o nosso Poder Naval, contribuindo para o sempre eficaz cumprimento das tarefas alocadas e o pleno atingimento do propósito desta organização.

Porém, sabemos que uma organização é formada e moldada pelos homens que a integram. A Diretoria de Aeronáutica da Marinha, similarmente ao que acontece ao ser humano, durante seu tempo de existên-

cia, adquiriu virtudes e experiência, assimilou sabedoria e tradições, dentre tantas outras, emprestadas pelo desprendimento dos abnegados que aqui serviram. Portanto, o quadro atual não retrata somente os que presentemente aqui servem, mas toda uma sinergia acumulada pelos profissionais de ontem e pelos que hoje fazem parte de seu efetivo.

Assim, ao comemorarmos o 80º aniversário, é com orgulho que fazemos parte da tripulação de uma diretoria que tem trilhado uma história permeada por grandes acontecimentos, lutas, sonhos, expectativas, vitórias e conquistas, resultado do trabalho daqueles que nos antecederam e forjaram esta organização militar.

Ao finalizar, voltamos nossos olhares aos ex-diretores aqui presentes, a quem agradecemos a presença e prestamos, nesta data tão significativa, esta homenagem, que alcança todos militares e funcionários civis que, com seriedade e dedicação, se superaram, vencendo os desafios, suplantando as adversidades, deixando honroso legado aos presentes e às novas gerações da nossa Aviação Naval. Parabéns, marinheiros de mentes e corações aliados! Feliz aniversário, Diretoria de Aeronáutica da Marinha!"

ANIVERSÁRIO DA ESQUADRA

A Esquadra Brasileira completou 180 anos de existência em 10 de novembro último. Para lembrar da data, o Comandante-em-Chefe da Esquadra, Vice-Almirante Euclides Duncan Janot de Matos, emitiu a Ordem do Dia que transcrevemos a seguir.

"Em 10 de novembro, a Esquadra brasileira completou 180 anos de existência. Foi criada com o propósito de combater as forças navais portuguesas que se opunham a nossa independência nas Províncias da Cisplatina, da Bahia, do Piauí e do

Maranhão, afastando-as, definitivamente, de nossas águas, em memorável perseguição até as portas do Tejo.

Desde aquela data, quando pela primeira vez foi içado o pavilhão nacional a bordo da nau *Pedro I*, então Capitania da Esquadra, até nossos dias a Esquadra brasileira teve uma trajetória de glórias: nos conflitos separatistas, lutou pela integridade de nossa independência; em Riachuelo, travou a batalha decisiva para a vitória da Tríplice Aliança contra o Paraguai; nas

duas guerras mundiais, ao lado dos aliados, combateu no mar para manter o mundo livre, igual e justo.

Hoje, somos o depositário das tradições de bravura e honra de nossos antepassados. Nossa Esquadra, invicta, esteve sempre pronta para defender, com a vida de seus marinheiros, os interesses da nação brasileira, onde quer que estivessem.

É certo que a Marinha, ciosa da sua importância, cuida da Esquadra com esmero, para que a cada dia sejamos mais fortes e mais adestrados, pronto para o cumprimento de nossas gigantescas tarefas. É esse o ponto que quero agora destacar: nesses 180 anos de existência, a Esquadra de hoje foi sempre melhor que a de ontem. É importante sublinharmos que os comandantes-em-chefe que nos antecederam, e hoje temos o grande prazer de reunir um punhado de contemporâneos, cada um deles colocou sua contribuição nessa imensa construção.

Assim, da vela passamos para o vapor, motores e turbinas; do casco de madeira para o de aço; dos canhões para os mísseis, tudo dentro de uma extraordinária evolução tática, para acompanhar o avan-

ço tecnológico dos navios e sistemas de armas. Incorporamos ao nosso inventário e operamos sem dificuldades o submarino e o avião, duas maravilhas do século XX. Se olharmos a Base Naval em Mocanguê, onde estacionam os navios da Esquadra, não podemos esquecer que ela foi criada muito recentemente, e hoje, exuberante e bela, já presta excelentes serviços aos navios e traz extraordinário conforto às nossas tripulações.

E para comemorarmos esses feitos e homenagear antigos chefes é que estamos aqui reunidos. Escolhemos o tema "Marinha não se improvisa... é tradição, é uma sequência de vidas" para expressar a gratidão da Instituição a todos aqueles que, ao longo desses 180 anos, tornaram nossa Esquadra mais forte e mais competente, para resguardar posições soberanas do nosso país.

Marinheiros: Temos o privilégio de pertencer à Esquadra, e um orgulho imenso de nossas tradições, da lealdade e do companheirismo que permeiam nossas relações e, sobretudo, de estarmos todos sempre juntos no mesmo barco." (Do Bono Especial nº 682, de 13/11/02)

ARMISTÍCIO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Foi comemorado, em 11 de novembro, o 84º aniversário do armistício que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Na área do 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro), foi realizada solenidade no Monumento à Divisão Naval de Operações em Guerra (DNOG), com colocação de flores em homenagem aos heróis brasileiros que morreram naquele conflito.

Para lembrar a data também foi emitida Ordem do Dia assinada pelo Comandante de Operações Navais, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, que reproduzimos a seguir:

"Comemoramos na data de hoje os 84 anos da formalização do término do primeiro grande conflito do século XX.

Em 11 de novembro de 1918 foi firmado, na cidade francesa de Rethondes, o armistício que deu fim à 'Grande Guerra'.

Como em todas as outras vezes em que a Nação brasileira necessitou impor sua vontade no mar, a sua Marinha esteve presente, nessa ocasião por meio da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG).

Sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, a Força

Naval, integrada pelos Cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, Torpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte* e *Santa Catarina*, Cruzador Auxiliar *Belmonte* e Rebocador de Esquadra *Laurindo Pitta*, teve como base de operações o porto de Gibraltar, e recebeu como missão dar combate aos submarinos que ameaçavam o tráfego marítimo no estreito entre Dacar e o Arquipélago de Cabo Verde.

Sua primeira ação ocorreu na véspera da chegada a Dacar, quando detectou e atacou um submarino alemão que operava naquela região. A possível confirmação do êxito dessa ação deu-se mais tarde, quando o Almirantado britânico divulgou o desaparecimento de um submarino alemão, naquele período e naquela área.

Posteriormente, já fundeada no porto de Dacar, foi vítima da epidemia conhecida na época como "gripe espanhola", que tirou a vida de mais de uma centena de nossos marinheiros e imobilizou a Força por dois meses naquele porto.

De volta ao mar, ainda com as tripulações reduzidas e fisicamente debilitadas, retomou a sua missão, demonstrando a tempera do marinheiro brasileiro e a determinação do Almirante Frontin no cumprimento do dever.

É à memória desses heróis que dedicamos as homenagens do dia de hoje, exortando as novas gerações a seguir o exemplo de abnegação e amor à Pátria legado por aqueles bravos homens do mar." (Bono nº 677, de 11/11/02)

HOMENAGEM À MEMÓRIA DOS MARINHEIROS MORTOS EM GUERRA

O Comando do 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro) realizou, no último dia 19 de julho, aposição floral no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. A cerimônia, presidida pelo Comandante de Operações Navais, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, teve o objetivo de reverenciar a memória daqueles que pereceram em combate naquele conflito. Ao mesmo tempo, foram lançadas flores ao mar a partir do Rebocador de Alto-Mar *Triunfo*, ao largo da praia de Copacabana, com a presença de ex-combatentes e convidados.

A cerimônia teve a execução do Hino Nacional do Brasil, leitura da ordem do dia alusiva à data e oração solene proferida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra (CN) Levi

Alves de Senna, encarregado do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha.

O Comandante de Operações Navais, acompanhado pelo Almirante Alfredo Karam e pelo vice-presidente do Centro dos



Capitães da Marinha Mercante, Capitão-de-Longo-Curso Fernando Alves Ladeiras, fez aposição de coroas de flores junto ao Túmulo do Soldado Desconhecido.

Simbolizando o reconhecimento eterno da Marinha por todos aqueles que pereceram no mar, prestando serviços à Pátria, a Banda Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais evoluiu ao som de dobrados, formando a palavra PAZ e as iniciais da Marinha de

Guerra e Marinha Mercante. O contingente dos pavilhões históricos desfilou ostentando os estandartes representativos das Forças Navais do Nordeste e do Sul e dos navios que participaram da Segunda Guerra Mundial. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/02)

MOSTRA DE DESARMAMENTO E TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA DA CORVETA *PURUS*

Foi realizada, em 8 de outubro de 2002, a Mostra de Desarmamento e transferência para Reserva da Corveta *Purus*. Na ocasião, o Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo emitiu a seguinte Ordem do Dia:

“A baixa do serviço ativo de um navio é momento sentido por todos os marinheiros e em especial por aqueles que nele ou com ele forjaram grande parte de suas experiências pessoais e profissionais. Attingido pela inexorabilidade do tempo e superado pelo avanço tecnológico, o velho barco deixará nos homens lembranças inesquecíveis e saudosas recordações da parte de suas vidas dedicadas ao navio.

Construída no estaleiro N. V. Scheepswerf & Machinefabriek Debiesboch, na Holanda, com a quilha batida em 20 de novembro de 1953, a *Purus* foi lançada ao mar em 6 de novembro de 1954 e incorporada à Marinha do Brasil em 4 de julho de 1955.

Foi o segundo navio da Marinha a ostentar o nome *Purus*. Em seu brasão, carregado estampado o busto de um índio guerreiro como menção aos silvícolas do Amazonas, habitantes das margens do Rio Purus.

Ao longo de 47 anos de excelentes serviços prestados à Marinha do Brasil, retratados nos 2.902 dias de mar e em 494.318,4 milhas navegadas, a Corveta *Purus* realizou inúmeras fainas de socorro e



salvamento, patrulha costeira e uma diversidade de outras comissões, tais como: reabastecimento de radiofaróis, exercícios de minagem e comissões em águas internacionais dos continentes africano e sul-americano, com importante papel para o estreitamento dos laços de amizade com várias Marinhãs estrangeiras.

Ao arriarmos pela última vez o Pavilhão Nacional na Corveta *Purus*, prestamos homenagens a este valente navio, pelos seus feitos importantes em prol da Marinha e da Pátria nesse quase meio século, e a todos que o tripularam dando o máximo de si.

Corveta Purus: neste momento de despedida, em que passarás a navegar eternamente no mar de lembranças de seus ex-comandantes, tripulantes e de nossa Marinha, a sorte do

destino parece-lhe sorrir novamente e lá no horizonte se esboça uma nova missão, não mais ostentando o pavilhão de *Ordem e Progresso*, mas sim o de um país amigo, cuja Marinha está sendo formada e que de



teus serviços muito necessitará. 'Bravo Zulu', *Purus*! Missão cumprida!' (Do Bono Especial nº 599/2002)

MOSTRA DE DESARMAMENTO DO NAVIO-TRANSPORTE DE TROPAS CUSTÓDIO DE MELLO

Em 8 de outubro de 2002, realizou-se, a Mostra de Desarmamento do Navio-Transporte de Tropas *Custódio de Mello*, na ocasião, o Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo emitiu a seguinte Ordem do Dia:

"O navio é do tipo convés corrido com castelo e tombadilho, superestrutura a meia-nau, proa do tipo lançado e popa do tipo cruzador. Planejado para efetuar o transporte de material, podendo ser facilmente convertido em transporte de tropas em caso de guerra, foi construído pelo estaleiro Second Factory of Ishikawajima Heavy Industries Ltda., em Tóquio, sob a supervisão da comissão fiscal da construção de navios no

Japão. Teve a quilha batida em 13 de dezembro de 1953, sendo madrinha a Sra. Barbosa Carneiro, embaixatriz do Brasil naquele país, em cerimônia onde estiveram presente diversas autoridades brasileiras e nipônicas, entre estas o imperador do Japão.

Lançado ao mar em 10 de junho de 1954, veio para o Brasil tripulado por uma guarnição japonesa e em 7 de janeiro de 1955 teve realizada a Mostra de Armamento.

É o primeiro navio a ostentar esse nome, em homenagem ao Almirante Custódio José de Mello, oficial com conhecimentos profundos do armamento naval, um exímio artilheiro e torpedista, sem rival entre seus pares. Foi ministro da Marinha e, interina-



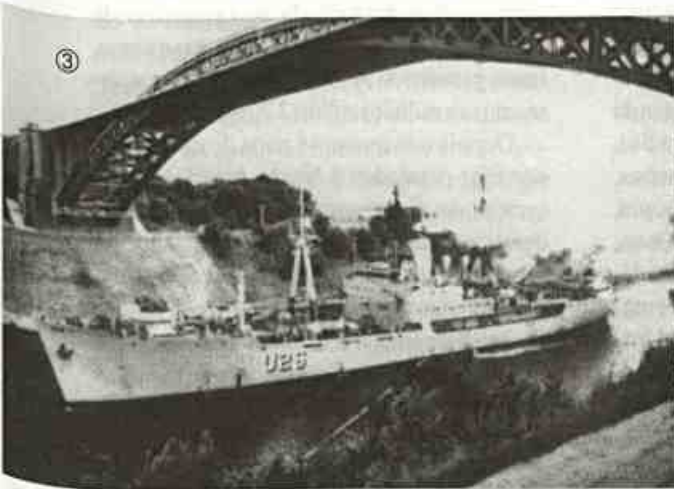
①

CUSTÓDIO DE MELLO EM SUAS DIVERSAS MISSÕES

① - NTr *Custódio de Mello* em experiência de máquinas na Baía de Tóquio, em dezembro de 1954; ② - 23/12/54, despedida do *Custódio de Mello*, no cais Harim; na fileira da frente da esquerda para direita: dois japoneses, CMG Ivano Guimarães (chefe da Comissão Brasileira em Tóquio) e Comte. L. Tanaka (comandante do navio até Belém), CMG Raymundo Figueiredo (primeiro comandante do navio), CMG Sady F^{ma} Fisher, CC Jg. Leivas (chefe de máquinas); ③ - Navio-Escola *Custódio de Mello* atravessando o Canal de Viel; ④ - A acolhida dos familiares na chegada do NE *Custódio de Mello*; ⑤ - NTrT *Custódio de Mello*



②



③



④



⑤

mente, da Guerra e do Exterior. Exerceu também o cargo de representante da Câmara dos Deputados pela Bahia, sua terra natal.

O brasão do navio possui duas espadas de oficial da Armada e um globo terrestre tendo em destaque o mapa do Brasil. As espadas simbolizam o comando e o globo terrestre recorda a viagem de circunavegação do Cruzador *Barroso* em 1888, sob o comando de Custódio de Mello.

Nos primeiros anos após a incorporação, o Navio-Transporte de Tropas (NTrT) *Custódio de Mello* integrou o Serviço de Transporte e Força de Transporte da Marinha. Em 1959, com a viagem de instrução de guardas-marinha em 1961, teve a classificação alterada para navio-escola. Não tendo sido projetado para cumprir missões de ensino, passou por várias modificações visando adaptar-se às exigências da instrução pós-escolar. Mercê da dedicação de suas diversas tripulações, desempenhou de forma brilhante todas as missões que lhe foram confiadas. Em 1983, recebeu a comenda Ordem do Mérito Rio Branco.

Realizou 28 viagens de instrução, tendo visitado os seguintes países: África do Sul, Angola, Argentina, Chipre, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Marrocos, Nigéria, Quênia, Senegal, Gana, Serra Leoa, Tunísia, Bermudas, Canadá, Colômbia, Estados Unidos, México, Panamá, Porto Rico, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela, Filipinas, Israel, Líbano, Turquia, Japão, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Noruega, Portugal e Suécia.

Todos os almirantes e oficiais da turma mais antiga de capitães-de-corveta o tiveram não somente como escola, mas também como casa. Essas gerações constituem a prova viva do cumprimento da missão deste velho barco.

Pela Portaria Ministerial nº 1.056, de 25 de novembro de 1986, o então Navio-Escola *Custódio de Mello* foi designado como navio-transporte de tropas, marcando início de novas atividades de sua história. Como NTrT, participou das seguintes comissões: Dragão, Temperex, Tropical, Gdbex, Apolog Sul, Apolog Norte, Sinal Vermelho, Quebra Sal, Sobex Inf Log, Costeirex-SE, Uanfex, Reboquex Sul, Ribeirex Amazonas e de apoio ao Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade. Em seu último ano de serviço, realizou comissões importantes, como Apolog-Sul 2001 e a Operação Dragão XXXVI.

Em 1989, o navio recebeu a comenda da Ordem do Mérito Naval. O *Custódio* sai do serviço ativo da Armada no centenário de falecimento do Almirante que lhe deu o nome, tendo percorrido 997.834,89 milhas (praticamente um milhão) e feito 3.776 dias de mar.

Depois dos quase 48 anos de excelentes serviços prestados à Nação brasileira e na certeza do dever cumprido, arriamos hoje, definitivamente, o Pavilhão Nacional do Navio-Transporte de Tropas *Custódio de Mello* e aproveitamos este momento para render nossas homenagens a este nobre barco e a todos os ex-comandantes e ex-tripulantes que demonstraram grande profissionalismo e dedicação ao serviço. Bravo Zulu, *Custódio de Mello*! ... Missão cumprida!" (Bono Especial nº 598 de 8/10/02).

MOSTRA DE DESATIVAÇÃO DA SECONCITEM

Foi realizada, em 25 de outubro último, a Mostra de Desativação da Secretaria Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha (Seconcitem). Na ocasião, o Almirante

Marcos Augusto Leal de Azevedo emitiu a Ordem do Dia que transcrevemos a seguir.

"Criada pela Portaria Ministerial nº 201, de 29 de março de 1995, e com o propósito de

apoiar administrativamente os Órgãos Colegiados encarregados de elaborar, acompanhar e supervisionar a execução do plano de desenvolvimento científico e tecnológico da Marinha, a Seconcitem teve sua Mostra de Ativação em 23 de maio de 1995, no 11º andar do Edifício Barão de Ladário, Rio de Janeiro, lá permanecendo até 19 de novembro de 1998.

De 20 de novembro de 1998 até 3 de fevereiro de 1999, a Seconcitem ocupou, provisoriamente, um espaço no 2º andar do Edifício Almirante Tamandaré, onde funcionava o Serviço de Relações Públicas do Complexo do 1º Distrito Naval. Finalmente, em 3 de fevereiro de 1999, a Seconcitem passou a ocupar o espaço atual, no segundo andar do prédio das antigas auditorias de Marinha, no Comando do 1º DN.

Nesses sete anos e cinco meses de existência, a Seconcitem, como parte integrante do Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha (SCTM), esteve presente cumprindo as funções para que foi designada na assessoria ao Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha (Concitem), componente de mais alto nível da estrutura do SCTM, no apoio administrativo em 46 reuniões da Comissão de Ciência e Tecnologia da Marinha (Cecitem) e no acompanhamento sistemático de todos os projetos de ciência e tecnologia desenvolvidos nos institutos e centros de pesquisa da Marinha.

Dentre as atividades exercidas pela Seconcitem destacaram-se: organização e condução da II Conferência Interamericana Especializada de Ciência e Tecnologia, com

sede no Rio de Janeiro, em 1997, evento este que reuniu representantes de diversos países da América; edição de oito números da revista *Pesquisa Naval*, suplemento especial da *Revista Marítima Brasileira*, importante instrumento para divulgação de pesquisas empreendedoras voltadas para as ciências marítimas; patrocínio de diversos simpósios, seminários, *workshops* e encontros dos mais diversos matizes de Ciência e Tecnologia. Foi representante da Marinha do Brasil junto aos demais segmentos de Ciência e Tecnologia extra-Marinha, além de fomentar os intercâmbios com as universidades e empresas.

Heráclito afirmava, 500 anos a.C., “nada é permanente... exceto as mudanças”. Assim, a Marinha uma vez mais promove uma reestruturação organizacional visando à modernização de sua estrutura administrativa, passando as tarefas ora atribuídas à Seconcitem à Subchefia de Logística e Mobilização do Estado-Maior da Armada (M-40).

Finalmente, no momento de sua desativação, gostaria de apresentar a todos os servidores militares e civis que por aqui passaram sinceros agradecimentos pelo profícuo trabalho desenvolvido. Tenham certeza de que, se a Marinha do Brasil desponta na área de Ciência e Tecnologia no âmbito das Forças Armadas, isso, em grande parte, deve-se ao trabalho dedicado daqueles que tiveram a honra de servir na Seconcitem. Bravo Zulu!” (Do Bono Especial nº 641, de 25/10/02).

NOMEAÇÃO DE ALMIRANTES

Foram nomeados, por Decreto Presidencial, os seguintes almirantes, para os cargos discriminados a seguir:

— Contra-Almirante (IM) Carlos Henrique Miranda, diretor do Centro de Controle de Inventário da Marinha; e

— Contra-Almirante Eduardo Monteiro Lopes, assistente do Comando da Escola Superior de Guerra.

ASSUNÇÃO DE CARGOS POR ALMIRANTES

Tomaram posse nas datas e nos cargos mencionados os seguintes almirantes:

– Almirante-de-Esquadra (FN) Marcelo Gaya Cardoso Tosta, de comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em 20/12;

– Vice-Almirante (FN) Paulo Frederico Soriano Dobbin, de comandante do Pessoal de Fuzileiros Navais, em 18/12;

– Vice-Almirante (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro, de comandan-

te da Força de Fuzileiros da Esquadra, em 11/12;

– Contra-Almirante (FN) Marco Antonio Corrêa Guimarães, de comandante do Material de Fuzileiros Navais, em 6/12;

– Contra-Almirante (FN) Carlos Alfredo Vicente Leitão, de diretor do Departamento de Gestão e Apoio de Pessoal da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, em 29/11.

PRÊMIO MESTRE ANTÔNIO DA SILVA – HOMENAGEM AOS SERVIDORES PÚBLICOS

Em comemoração ao Dia do Servidor Público, foi realizada em 28 de novembro, em Brasília, a cerimônia de entrega dos Prêmios Mestre Antônio da Silva, Medalha Prêmio de Ouro e Medalha Mérito Funcional a servidores da Marinha do Brasil. Estiveram presentes à solenidade o comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagastelles, e o diretor do Pessoal Civil da Marinha, Contra-Almirante Newton Cardoso, entre outras autoridades.

O Prêmio Mestre Antônio da Silva, criado em 1980, reverencia a memória do patrono do servidor civil da Marinha e destina-se a distinguir, a juízo de comissão julgadora, os servidores que melhor se destacaram durante o ano em toda a Marinha, pela eficiência, conduta e entusiasmo. A concessão é feita em faixas formadas pelos grupos ocupacionais de artesanato, de nível médio e de nível superior.

Da área do 1º Distrito Naval (Rio de Janeiro) foram agraciados os agentes administrativos **Edmir de Albuquerque Silva**, do Hospital Naval Marcílio Dias, e **Edmar dos Santos**, do Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha, e o artífice de Artes Gráficas **Celso França Antunes**, do Ser-

viço de Documentação da Marinha. Este último trabalha como diagramador da *Revista Marítima Brasileira* desde 1997, tendo, anteriormente, passado pela extinta *Imprensa Naval*, onde atuou na área de **Artes Gráficas durante 19 anos**. Ressalta-se o fato de o servidor civil França ter iniciado sua vida profissional na Marinha, como aluno da Escola Técnica do Arsenal de Marinha (ETAM), há 31 anos.



SC França, juntamente com o Diretor do Pessoal Civil Almirante Newton Cardoso

Receberam também o Prêmio Mestre Antônio da Silva os seguintes servidores: o artifice de Mecânica **José Moraes do Espírito Santo**, do Comando do 4º Distrito Naval; o agente de Atividades Marítimas e



SC França recebendo os cumprimentos do Comandante da Marinha o Almirante-de-Esquadra Sérgio Chagastelles

Fluviais **Antônio José do Nascimento**, da Delegacia da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul; e a agente administrativa **Lenir Teresinha Arrussul Sarmiento**, da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul.

Já a Medalha Prêmio de Ouro foi oferecida como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Marinha do Brasil durante mais de 50 anos de serviço público. Foram agraciados **Odemildes Barroso**, **Israel Bastos Carneiro**, **Raimundo Gonçalves Ferreira**, **Dea Pinheiro**, **Renato Neves Hespanha**, **Aldemiro da Silva**, **Horácio Correia Sebastião** e **Waldir Pereira Cardim**.

Na mesma ocasião, funcionários da área do Comando do 7º Distrito Naval (Brasília) receberam a Medalha Mérito Funcional por completarem 10, 20 e 30 anos de serviço.

PROMOÇÃO DE ALMIRANTES

Foram promovidos, por Decreto Presidencial, contando antigüidade a partir de 25 de novembro de 2002, os seguintes oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais:

– ao posto de Almirante-de-Esquadra (FN), o Vice-Almirante (FN) Marcelo Gaya Cardoso Tosta;

– ao posto de Vice-Almirante (FN), o Contra-Almirante (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro;

– ao posto de Contra-Almirante (FN), o Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Carlos Alfredo Vicente Leitão. (Do Bono Especial nº 708, de 25/11/2002)

ONDÓGRAFO DIRECIONAL DO IEAPM

O Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) disponibilizou na Internet (www.ieapm.mar.mil.br) e na Intranet (ieapm.mb) a página onde apresenta informações sobre os principais parâmetros de ondas oceânicas, coletadas por um ondógrafo direcional (equipamento que permite o acompanhamento do estado do mar).

Essas informações, atualizadas a cada três horas de forma automatizada, são úteis para a previsão de ondas, planejamento de co-

missões e diversas situações onde o conhecimento do estado do mar seja importante. O equipamento está localizado na posição latitude 23° 01.60' S e longitude 041° 59.80' W (a cerca de meia milha ao sul da Ilha de Cabo Frio – Arraial do Cabo), um ponto considerado singular no litoral do Estado do Rio de Janeiro para realização dessas medições, por aferir os parâmetros de ondas provenientes do quadrante Sul e do Nordeste.

Os interessados poderão enviar sugestões através dos e-mails 21@icapm.mar.mil.br

ou 21@icmapm.mb. (Do BONO nº 668, de 6/11/02)

ENCONTRO SOBRE BALÍSTICA E MECÂNICA COMPUTACIONAL

O Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) promoveu, de 4 a 8 de novembro último, o Encontro de Balística e Mecânica Computacional (EBMEC) e o Workshop em Materiais Balísticos (WMB), como parte do Programa de Simpósios de Ciência e Tecnologia para 2002, com o patrocínio da Secretaria Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha.

O EBMEC e o WMB 2002 tiveram o propósito de criar um fórum onde todos os segmentos relacionados à Ciência Balística pudessem apresentar seus trabalhos, experiências, produtos, interesses e necessidades. O EBMEC permitiu a apresentação de novos desenvolvimentos e trabalhos recentes em problemas estruturais, choque causado por explosões, impacto, interação fluido-estrutura, análise e simulação. Já o WMB abriu espaço para que fossem apresentados exemplos de produ-

tos, novos desenvolvimentos e experiências envolvendo materiais especiais empregados em proteções balísticas. Um dos destaques do evento foi a abordagem sobre a capacitação para o processamento de materiais cerâmicos, compósitos reforçados por fibras orgânicas, polímeros de alta densidade e o desenvolvimento e aplicação desses materiais.

O EBMEC foi a primeira conferência internacional bienal em Balística e Mecânica. O evento foi aberto a acadêmicos, pesquisadores, especialistas e alunos em todo o mundo.

Os Comitês Organizadores do WMB e do EBMEC estão em entendimentos com o Wessex Institute of Technology para a impressão dos anais do evento. Em relação ao IBMEC, o Comitê está negociando a publicação de trabalhos selecionados no periódico *Communications in Numerical Methods in Engineering* (Bono nº 581/2002).

REUNIÃO DO COMITÊ DE APOIO MULTILATERAL ÀS AERONAVES LYNX

Foi realizada, no período de 17 a 19 de setembro, a 43ª Reunião do Comitê de Apoio Multilateral às Aeronaves Lynx, em Copenhagem, Dinamarca. Estiveram presentes as delegações dos sete países co-signatários (Inglaterra, França, Dinamarca, Alemanha, Holanda, Noruega e Portugal) e o Brasil como nação convidada.

O propósito do Comitê é o de promover apoio multilateral entre os operadores das aeronaves Lynx para a troca de informações técnicas nas áreas de manutenção e segurança de voo.

Entre os aspectos relevantes tratados na reunião, destacam-se a apresentação de

dados sobre os equipamentos FLIR usados pelos vários operadores, o que propiciou a obtenção de informações operacionais e técnicas que auxiliarão o processo de escolha do modelo a ser instalado nos AH-11A brasileiros; o acesso ao estudo realizado pelo fabricante para o operador norueguês, que possibilitou a extensão da vida da célula das aeronaves daquela Marinha; a coleta de importantes dados para subsidiar a criação do Centro de Análise de Vibração e o conhecimento das causas técnicas dos últimos acidentes ocorridos na frota mundial de Lynx. (De *A Macega* nº 6, set/out 2002)

ECOS DA CULTURA ITALIANA NO MUSEU NAVAL

Mostrar a obra de artistas nacionais de origem italiana, que mescla a semente artística trazida por seus antepassados com a alegria colorida da vida brasileira. Este foi o objetivo da exposição "Ecos da Cultura Italiana: Arte no Rio de Janeiro em 2002", inaugurada em 18 de novembro, no Museu Naval, Rio de Janeiro. Dez artistas, entre jovens talentos e outros já reconhecidos pela crítica especializada, expuseram, cada um deles, cinco trabalhos, num total de 50 obras.

A mostra iniciou reverenciando a contribuição dos renascentistas italianos, como Leonardo da Vinci, Rafael Sanzio e Michelangelo, que deram, ao lado de outros grandes mestres da pintura, novas cores e formas à Europa dos séculos XV e XVI. A seguir, retornou à atualidade com pinturas e esculturas de artistas brasileiros descendentes de italianos.

A exposição, promovida pela Província de Roma e Universidade Gama Filho, também apresentou obras de pintores italianos e de descendentes destes imigrantes, retratando a Marinha do Brasil, e que pertencem ao acervo do Serviço de Documentação da Marinha. Encerrando o circuito expositivo, recebeu destaque a obra "Passagem de Humaitá", de Edoardo de Martino, convidado por D. Pedro II para retratar a Guerra do Paraguai. A mostra encerrou-se em 30 de dezembro, tendo sido prestigiada por um grande número de visitantes, confirmando o efetivo retorno do Museu Naval ao circuito cultural da cidade.

O texto "Italianos na Marinha", do Contra-Almirante Max Justo Guedes, diretor do Patrimônio Histórico da Marinha, impresso em galhardete (reproduzido ao lado) e que faz parte da mostra, expressa de forma clara o propósito da exposição.

Italianos

Italianos

na
Marinha

na

Marinha

A Mostra que a Província de Roma, em tão oportuna hora decidiu patrocinar, ao abrigo do Museu Naval e em pleno Corredor Cultural do Rio de Janeiro, estaria incompleta se com ela não fosse exposta ao público visitante a excepcional contribuição que pintores Italianos ou descendentes de imigrantes deram à memória naval desde a nossa independência. Sabido que os oficiais de marinha, desde que foi iniciada sua formação acadêmica já bem entrado o séc. XX, estavam obrigados a retratar do natural, portos e vistas costeiras, indispensáveis à boa navegação, a exuberância da natureza brasileira e a extraordinária beleza de nossas baías e enseadas sobrenaturalmente atraíram aqueles dotados de maior sensibilidade artística. Graças a muitos marinheiros, é hoje riquíssima a iconografia de todo o imenso litoral do nosso Brasil.

Também aquela sensibilidade e o amor ao mar, tão natural nos Italianos, legou-nos notáveis pinturas, muitas delas hoje no acervo da Marinha, em boa parte preservado no Museu Naval.

Entre os marinheiros de profissão avulsa Edoardo de Martino que, após deixar a Marinha Napolitana, tornou-se o grande pintor oficial da Marinha Imperial. De sua paleta e graças aos profundos conhecimentos dos navios de guerra e sensibilidade em retratá-los navegando, saíram os mais importantes registros históricos dos feitos náuticos da Armada, desde a independência até os trágicos sucessos da Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai): presente no teatro de operações do conflito, cuidadosamente elaborou estudos de vista e legou-nos imorredoura obra sobre nossas passadas glórias.

Outro mestre da pintura de marinhas foi Giovanni Battista Cartagneto, que deixando sua Gênova natal, aportou no Rio de Janeiro com apenas 23 anos e não demorou a receber a medalha de ouro da Exposição Geral de Belas Artes (1884).

Para maior intimidade com o mar, pintava embarcado num bote, o que deu extraordinária qualidade aos seus quadros, a maioria de pequenas dimensões.

Grande lástima é ter falecido em plena maturidade de sua arte (1900, com 49 anos), antes da Marinha receber sua poderosa esquadra de 1910. Se os últimos anos do século XIX permitiram, com o desenvolvimento da fotografia e a invenção do instantâneo magníficos registros - lembremo-nos de Marc Ferrez - dos primórdios da Marinha da República, desde registro não ficaram alheios notáveis artistas de descendência italiana, a começar por Carlos Ballietier (diga-se que sua origem é obscura, desconhecendo-se quem foram seus pais), passando por Rodolfo Bernadelli, que chegou ao Brasil adolescente, em 1886. Em 1885 já lecionava na Academia de Belas Artes e em 1875/76 foi premiado com a medalha de ouro do

Salão Nacional e alcançando, já bem próximo de nós, o extraordinário pintor-marinhista José Pancetti (1902-1958), possivelmente o maior marinista brasileiro. Em 1962, por ocasião da Semana da Marinha, realizou, em companhia de Marc Berkowitz, vasta retrospectiva da obra pancetiana, que ocupou várias salas do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, então dirigido pela grande Carmen Portinho.

Max Justo Guedes
Contra-Almirante

Museu Naval

EXPOSIÇÃO DOS ARTISTAS DA APAE-RIO NO MUSEU NAVAL



"Navegar é descobrir" foi o tema da exposição realizada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-RIO), no Museu Naval e Oceanográfico, Rio de Janeiro, de 27 de setembro a 25 de outubro.

O projeto foi resultado de um processo terapêutico com 40 portadores de deficiência mental, que tiveram a oportunidade de transmitir sentimentos por meio de obras de arte. A exposição foi dividida em cinco módulos: *Embarcações*, *O fundo do mar*, *Conhecendo o Rio de Janeiro*, *Descobrendo outros povos* e *Outras descobertas*.

Os trabalhos foram feitos por adultos, como se podia constatar pelas suas formas temáticas e pela habilidade manual com que foram executados. Mas ao mesmo tempo mostraram um mundo harmonioso, muitas vezes alegre como desenhos de crianças.

As obras expostas foram um convite à reflexão sobre as potencialidades de cada ser humano, as viagens feitas no

dia-a-dia, e acima de tudo um convite à descoberta do que é possível quando se aceita navegar em busca de ideais.

A APAE-RIO, fundada em 1954, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública federal, estadual e municipal, que atende pessoas portadoras de deficiência mental. O objetivo básico é favorecer o desenvolvimento global, propiciando melhores condições de integração e participação social. Atualmente, presta atendimento direto a mais de 700 excepcionais, do bebê até o adulto.



O BARÃO DO RIO BRANCO E A ALMA CARIOCA

Continua em cartaz no Museu Histórico Nacional, no Rio, até 9

de fevereiro, a exposição "O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca".

A mostra, inaugurada em 10 de dezembro, faz parte das comemorações do primeiro centenário da posse do Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, como ministro de Estado das Relações Exteriores.

A exposição foi organizada pelo Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão, Arquivo da Cidade do Rio de



Janeiro e Museu Histórico Nacional, com apoio do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura e Prefeitura da Cidade do Rio Janeiro/Secretaria da Cultura.

Quem quiser conhecer um pouco da história do Barão do Rio Branco pode visitar a mostra de terça a domingo. O Museu Histórico Nacional fica na Praça Marechal Âncora, s/nº, Centro.

II WORKSHOP EM ACÚSTICA SUBMARINA

Foi realizado, nos dias 27 e 28 de novembro, nas dependências do Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), no Rio de Janeiro, o II Workshop em Acústica Submarina – WAS-2002. O evento foi organizado pelo próprio IPqM e patrocinado pela Secretaria Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha, sendo parte do Programa de Simpósios de Ciência e Tecnologia para 2002.

Foram proferidas palestras e discussões sobre os seguintes temas: Processamento de sinais; Reconhecimento de padrões e Sistemas de sonar passivo. O objetivo do WAS-2002 foi discutir técnicas e procedimentos de processamento e apresentação gráfica

para utilização em um sistema de sonar passivo, visando às fases de detecção e classificação de contatos e à visualização de análises que possam auxiliar o operador de sonar em sua tomada de decisão quanto à identificação de um dado contato. Para esse propósito, foi preparado um conjunto de dados contendo o ruído irradiado por diversas embarcações. Esse conjunto de dados foi distribuído para pesquisadores interessados em aplicar técnicas de processamento de seu domínio para obter os resultados desejados. Os trabalhos realizados foram, então, apresentados em forma de artigos no WAS-2002, sendo discutidos com os outros participantes.

DETECÇÃO OCEÂNICA UTILIZANDO RECURSOS ESPECIAIS

O Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira promoveu, de 22 a 24 de outubro último, o 3º Seminário sobre Detecção Oceânica Utilizando Recursos Especiais (III-OCSAT). O evento aconteceu no Hotel Ressurgência, em Arraial do Cabo, RJ.

O propósito foi reunir um grupo de pesquisadores e especialistas em técnicas de detecção e tratamento de dados coletados

por sensores remotos. Esses participantes puderam debater o estado da arte desses assuntos no Brasil, rever os trabalhos que estão sendo realizados e discutir as modernas técnicas e suas possibilidades de aplicação na Marinha do Brasil.

O Seminário foi patrocinado pela Seconcitem – Secretaria Executiva do Conselho de Ciência e Tecnologia da Marinha. (Do Bono nº 606, de 10/11/02)

CONCURSO DA REVISTA PASSADIÇO

“Guerra na Informação” é o título do trabalho vencedor do Concurso Melhor Artigo da *Revista Passadiço*, na categoria geral. O texto é de autoria do Capitão-Tenente Marcelo da Pó Garcez Palha, do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML).

Os concursos da *Revista Passadiço* têm por propósito incentivar militares e civis da Marinha do Brasil a produzirem artigos e fotografias que versem sobre Operações Navais (nos ambientes de superfície, aéreo e submarino), Guerra Eletrônica, Guerra de Minas, Socorro e Salvamento, Controle de Avarias, Inovações Táticas e Tecnológicas,

Fainas Marinheiras, Liderança ou quaisquer outros sobre a condução da guerra no mar.

O 2º lugar geral de Melhor Artigo ficou com o Capitão-de-Corveta Valdir de Castro Santos Filho, do Contratorpedeiro *Pernambuco*, pelo trabalho “Aplicação do laser em defesa contra misseis”. O Suboficial Cláudio Roberto Silveira Santos, da Diretoria de Aeronáutica da Marinha (DAerM), autor do artigo “Precisão na aproximação final”, ganhou o 1º lugar na categoria praça. O vencedor do Concurso de Melhor Fotografia foi o Segundo-Tenente Gil Nunes Coutinho, da Fragata *Rademaker*. (Do Bono nº 600, de 8/10/02)

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) realizou, no período de 16 a 14 de novembro de 2002, o 1º curso na modalidade de educação a distância, em ambiente virtual de aprendizagem.

O Curso Expedito de 5s Pleno (C-EXP-5-SPLENO) esteve sob a responsabilidade da Escola Virtual, implantada no CIAA, e foi desenvolvido com a finalidade de capacitar praças e civis para implementar o Programa 5s em suas Organizações Militares (OM), através de campanhas motivacio-

nais, análise de ações, emissão de relatórios e listas de verificação.

O Programa 5S é constituído por cinco passos básicos, cuja aplicação traz comprovados resultados para a melhoria de qualquer ambiente e, por consequência, para a qualidade de vida. Em síntese, é um instrumento que vai ajudar a resolver, sem grandes dificuldades, problemas arraigados nas OM e que afetam a qualidade de vida no trabalho. Isso inclui seleção, ordenação, limpeza, bem-estar e autodisciplina.

AMERICAS' SAIL 2002

O Navio-Veleiro *Cisne Branco* suspendeu, em 13 de maio último, da Base Naval do Rio de Janeiro para representar o Brasil na Americas' Sail 2002. Trata-se de um evento náutico internacional, que acontece a cada quatro anos e que busca a integração dos povos através do mar e o desenvolvimento da mentalidade marítima. O *Cisne Branco* visitou as cidades de Willemstad (Curaçao), Montego Bay (Jamaica), St. Petersburg, Mobile e Norfolk (Estados Unidos), Fort de France (Martinica), Maceió, Fortaleza e Recife.

Entre os inúmeros eventos da Americas' Sail 2002, foi realizada uma regata, na pernada entre as ilhas de Curaçao e Jamaica. O *Cisne Branco* demonstrou suas excelentes qualidades marinheiras, vencendo a competição, navegando a todo pano, mantendo a expressiva média de 11 nós de velocidade, por 58 horas.

Distinguido para ser o capitânia da flotilha Americas' Sail 2002, o *Cisne Branco* embarcou, a partir de Curaçao, o presidente da Americas' Sail Organization (ASO), o capitão da Flotilha e o diretor cultural da ASO, o que ampliou ainda mais a posição de destaque do navio.

Em todos os portos, o *Cisne Branco* atraiu inúmeros visitantes, sendo bastante elogiado. Durante a comissão, mais de 60 mil pessoas circularam em seus conveses, o que se constituiu em uma oportunidade de mostrar a Bandeira brasileira, atuando como digno representante da diplomacia de seu país.

Foram recepcionadas a bordo diversas autoridades e ilustres personalidades: em Curaçao, o governador-geral das Antilhas Holandesas e a cônsul honorária do Brasil; na Jamaica, o prefeito de Montego Bay e a vice-cônsul do Brasil; em St. Petersburg, o



prefeito da cidade e o adido naval do Brasil nos Estados Unidos e Canadá; em Mobile – onde o navio participou das comemorações do Dia da Independência dos Estados Unidos e do tricentenário de fundação daquela cidade –, o governador do Alabama e o prefeito; em Norfolk –, onde participou da Sail Norfolk – o conselheiro militar da Missão

do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, Almirante-de-Esquadra José Alberto Accioly Fragelli, o chefe da Delegação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, Contra-Almirante Carlos Eduardo Araújo Motta, e o adido naval, Contra-Almirante Celso Guimarães Lapa. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/02)

RESULTADOS ESPORTIVOS

A Marinha do Brasil participou de várias competições esportivas recentemente, em diversas modalidades. A seguir, um resumo desses eventos.

XXVI REGATA A REMO ESCOLA NAVAL

Realizada em 29 de setembro, com a participação de 454 atletas de diversos clubes e Organizações Militares, registrou um público de mais de 2.200 visitantes. Os seguintes resultados foram obtidos nas provas em que a Escola Naval teve representantes:

- Prova Four Skiff, categoria estreante: 1º lugar – Botafogo, 2º lugar – Vasco, 3º lugar – Escola Naval;

- Prova Double-Skiff, categoria estreante: 1º lugar – Botafogo, 2º lugar – Flamengo, 3º lugar – Vasco;

- Prova Escaler, categoria veterano: 1º lugar – Flamengo, 2º lugar – Piraguê, 3º lugar – Corpo de Fuzileiros Navais (CFN);

- Prova Yole a Oito, categoria escola: 1º lugar – Escola Naval, 2º lugar – Flamengo, 3º lugar – Botafogo;

- Prova Escaler, categoria aberto: 1º lugar – Flamengo, 2º lugar – CFN; 3º lugar – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAA);

- Prova Oito, categoria estreante: 1º lugar – Botafogo, 2º lugar – Flamengo, 3º lugar – Vasco.

A premiação Troféu Geral Regata a Remo Escola Naval (todas as provas da Regata, exceto escaleres) ficou assim: Vasco em 1º

lugar, Botafogo em 2º, Flamengo em 3º e Escola Naval em 4º. Já o Troféu Regata a Remo Escola Naval, nas provas que a Escola Naval participa, exceto escaleres, foi dado ao Botafogo (1º lugar), ao Vasco (2º lugar) e à Escola Naval (3º lugar).

XXXIV NAE

A tradicional competição entre o Colégio Naval e as escolas preparatórias de cadetes das demais Forças (Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR e Escola Preparatória de Cadetes do Exército) foi realizada entre 19 e 27 de setembro, na EPCAR, em Barbacena, Minas Gerais. Dentre as diversas modalidades disputadas, destacou-se o aluno Flávio Pereira, do Colégio Naval, pela quebra do recorde na prova de 50 metros nado livre, com a marca de 25,52 segundos.

IV REGATA REMO ESCALER DO II CIRCUITO PODER MARÍTIMO

Realizada em 29 de setembro, no Estádio de Remo da Lagoa, Rio de Janeiro, durante as provas da XXVI Regata a Remo Escola Naval. Participaram várias Organizações Militares e todos os clubes de remo do Rio de Janeiro. Um grande público, formado por civis e militares, compareceu ao evento, prestigiando também as atrações paralelas para as crianças durante a realização das provas de remo olímpico e remo escaler.

O resultado geral da competição de escaler foi o seguinte:

Prova Feminina: 1º lugar – Flamengo, 2º – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), 3º – Botafogo, 4º – CIAGA 5º – Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) e 6º – Diretoria de Engenharia Naval (DEN).

Prova Veteranos: 1º lugar – Flamengo, 2º – Piraquê, 3º – Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), 4º – CIAW, 5º – CIAGA, 6º – Botafogo, 7º – Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), 8º – Escola Naval.

Prova Masculino Aberto: 1º lugar – Flamengo, 2º – CFN, 3º – CIAGA, 4º – CIAW, 5º – CIAA, 6º – Botafogo, 7º – Colégio Naval, 8º – Escola Naval.

I TORNEIO MARINHA BRASILEIRA

Realizado nos dias 16 e 17 de outubro entre aspirantes da Escola Naval e alunos da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha. Na Escola Naval foram disputadas as modalidades de basquetebol e voleibol, e no CIAGA as de futebol de campo e judô.

II REGATA BAÍA DE GUANABARA

Realizada em 20 de julho último, no CIAW, com provas de remo em escalas. As provas aconteceram em raia a nordeste da Ilha das Enxadas, ao som da banda do CIAA, que animou o evento.

Foi o seguinte o resultado geral da competição: Prova Feminina – 1º lugar Flamengo, 2º CIAW, 3º DEN e 4º CIAA; Prova Veteranos – 1º lugar CIAGA, 2º CFN, 3º CIAW, 4º Flamengo, 5º Piraquê, 6º DSAM e 7º Escola Naval; Prova Masculina – 1º Flamengo, 2º CFN, 3º CIAA, 4º DSAM, 5º CIAW, 6º e 7º Colégio Naval, 8º CIAGA, 9º Vasco da Gama e 10º Clube de Regatas Guanabara.

XI CORRIDA RÚSTICA BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

Realizada em Manaus no dia 16 de junho último, marcou o encerramento da semana organizada pelo Comando Naval da Amazônia Ocidental para comemorar os

137 anos da histórica batalha travada no Rio Paraguai.

A corrida faz parte do calendário da Federação Amazonense de Atletismo e foi organizada pelo Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus, cuja denominação passou a ser Batalhão das Operações Ribeirinhas.

O evento contou com a participação de 600 atletas civis e militares das Forças Armadas e auxiliares e teve o apoio da Prefeitura de Manaus e do Governo do Estado do Amazonas e patrocínio de diversas empresas da região.

50º CAMPEONATO MUNDIAL DE PENTATLO MILITAR

Realizado de 31 de julho a 9 de agosto, na cidade de Schaarsbergen, Holanda. O evento contou com a participação de atletas de 27 países.

O principal destaque individual da delegação brasileira foi o Primeiro-Sargento (FN-IF) Carlos Alberto Silva, que obteve a 10ª colocação entre mais de 140 atletas. Na classificação geral por equipe, o Brasil ficou em 3º lugar, sendo superado pela China e Áustria. O Brasil ficou ainda com a 1ª colocação por equipe, nas modalidades de Pista de Pentatlo Militar e Lançamento de Granadas.

VI CIRCUITO AMAZONENSE DE ORIENTAÇÃO

O Batalhão de Operações Ribeirinhas conquistou a 1ª colocação por equipe na categoria Elite da competição, realizada em 10 de novembro. O 2º lugar ficou com o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGA) e o 3º com a Infantaria de Selva (Tefê). Participaram desta categoria 11 equipes. Com o encerramento do Circuito, o BtlOpRib sagrou-se campeão geral, o CIGS ficou como vice e a 16ª Brigada com a 3ª colocação.

III REGATA PODER MARÍTIMO

Válida pelo II Circuito de Remo Escalor do Rio de Janeiro, foi realizada em 23 de

novembro no CIAGA. Além da regata, o público pôde acompanhar a exposição de artes no Salão Náutico e as manobras das embarcações do nautimodelismo ao som da Banda de Música do CIAGA e conhecer as instalações dos simuladores de navegação e manobras de navios.

O Clube de Regatas Flamengo, com um 1º lugar na prova feminina e um 3º na prova masculina, conseguiu o título da temporada nas duas categorias. O Corpo de Fuzileiros Navais tornou-se o campeão do circuito na categoria Veteranos.

XVIII CAMPEONATO SUL AMERICANO DE PENTATLO MILITAR

Realizado de 18 a 22 de novembro, na Argentina. A equipe brasileira, que

sagrou-se Hexacampeã Sulamericana por Equipe, foi formada pelos seguintes atletas: Primeiro-Sargento (FN) Carlos Silva, do Batalhão Naval; Primeiro-Sargento Bandeira, do Exército; Segundo-Sargento Jerfeson, do Comando da Força de Superfície; Cabos Santana, Siqueira e Gilberto, os três do Exército. Na competição individual, o Primeiro-Sargento Carlos Silva sagrou-se campeão individual geral e o Segundo-Sargento Jerfeson, campeão individual na natação utilitária. A classificação final por país foi a seguinte: **1º lugar – Brasil**; 2º – Chile; 3º – Equador; 4º – Argentina; 5º – Colômbia e 6º – Uruguai, com um total de 36 atletas participantes.

INSTALAÇÃO DO SIMULADOR DO AF-1 NO CIAAN

Em 16 de outubro último, encerrou-se o ciclo de instalação do simulador de voo da aeronave TA-4J no Centro de Instrução de Adestramento Aeronaval (CIAAN).

Foram três semanas de trabalhos de montagem, testes e instruções iniciais de operação, conduzidos pela firma Naval Air Systems Command. Esse simulador é dotado de sistemas de movimento e de som, capazes de reproduzir as sensações de voo.

Assim que entrar em operação, certamente se constituirá em importante ferramenta para incrementar a qualificação dos pilotos do Esquadrão VF-

1, proporcionando as seguintes opções: prática de procedimentos de emergências em voo, no solo ou a bordo; cumprimento de procedimentos de pré-partida, partida e decolagem; voo por instrumentos; pouso, corte e procedimentos de pós-partida.

A instalação desse simulador assinala mais uma etapa percorrida com vistas a capacitar a Aviação Naval na operação

segura de aeronaves de asa fixa, além de contribuir para a redução do custo de formação e manutenção das qualificações operativas dos aviadores. (De A Macega nº 6, de setembro/outubro 2002)



AVIAÇÃO NAVAL AUXILIA PLATAFORMA DA PETROBRAS



Helicópteros dos 1º e 2º Esquadrões de Emprego Geral, de São Pedro da Aldeia, prestaram apoio à Plataforma P-34 da Petrobras, que inclinou expressivamente na tarde de 13 de outubro.

Após alguns dias, a plataforma voltou à posição normal.

OFICIAL DA FAB É QUALIFICADO EM AERONAVE AF-1 DA MB

O Major-Aviador Reynaldo Pereira Alfalone Junior, da Força Aérea Brasileira, foi qualificado, em outubro último, na aeronave modelo AF-1 da Marinha do Brasil. Este oficial foi designado para servir no 1º

Esquadrão de Aviação de Interceptação e Ataque, no período de um ano, com a finalidade de preparar os pilotos da AF-1 para exercerem a liderança da esquadrilha. (De *A Macega* nº 6, set/out 2002)

MARINHA NOTICIADA EM REVISTA ARGENTINA

A operação Araex-VI, realizada no mês de maio último pelas Marinhas do Brasil e Argentina, foi noticiada na publicação *Tecnologia Militar* nº 2/2002, do grupo Editorial Mönch, que edita suas revistas em pelo menos três idiomas e tem sucursais em 11 países.

Nesta operação, a Argentina voltou a operar as suas aeronaves a bordo do nosso navio-aeródromo, o *São Paulo*, A-12.

A mesma publicação também mencionou a aquisição de carros de combate SK-105 Kurassier A-2, da Áustria, pelo nosso Corpo de Fuzileiros Navais e a realização da operação Dragão XXXVI, em dezembro de 2001.

PRIMEIRA OPERAÇÃO COMBINADA SOB A ÉGIDE DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Em cumprimento a diretriz específica do Ministério de Defesa, foi realizada na Amazônia Ocidental a Operação Tapuru, envolvendo a Marinha, o Exército e a Força Aérea. Foi uma operação combinada, a primeira sob a égide do Ministério da Defesa, com a participação integrada de efetivos – pessoal e material – das três Forças, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar da Amazônia.

A área de operações, de 252 mil km² (um pouco maior que o Estado de São Paulo), englobou os municípios de Tefé, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. Nessa área foram priorizadas as ações de intensificação de vigilância das fronteiras, o patrulhamento dos rios e a fiscalização do transporte. Além disso, as comunidades carentes da região receberam atendimento médico e odontológico.

O propósito da Operação Tapuru foi o de ampliar a presença do Estado, assim como intensificar a ação das Forças Armadas na região, o que foi plenamente atingido. A operação permitiu, ainda, a validação de procedimentos de comando e controle, apoio logístico e de comunicações, próprios para emprego combinado entre as três Forças. Paralelamente, as ações de vigilância e de natureza humanitária conduzidas por soldados, marinheiros e aviadores se constituíram em reforço da segurança do cidadão e do patrimônio público, em cooperação com outros órgãos dos governos federal, estadual e municipal.

A Marinha participou com cinco navios-patrolha fluvial, lanchas de ação rápida, um navio de assistência hospitalar, quatro aeronaves UH-12 (Esquilo), duas companhias de fuzileiros navais, além de embarcações da Capitania Fluvial da Ama-

zônia Ocidental e de Tabatinga, patrulhando 3.200 km de rios, nas calhas do Solimões, Içá, Japurá, Puruê, Puretê e Negro, tendo vistoriado 343 embarcações.

O Exército, patrulhando e estabelecendo postos de controle ao longo da fronteira e em pontos estratégicos da área de operações, fiscalizou a entrada de cerca de 2.600 pessoas, 700 embarcações e 200 veículos.

A Aeronáutica, realizando 500 horas de voo, reconheceu uma área de 52 mil km², transportou 127.240 kg de carga e mil militares, além de cumprir dez missões de interceptação.

Não foram identificadas novas áreas de garimpo e foi localizada uma pista de pouso clandestina. Juntas, as três Forças prestaram mais de 500 atendimentos médicos e 160 odontológicos às populações da região.

Apesar do encerramento da operação, as Forças Armadas continuam a patrulhar e preservar nossas fronteiras, coletar informações, vasculhar a área e levar a presença do Estado aos recantos mais distantes. Isso atende ao propósito de levantar e atualizar dados específicos da região em que as tropas operam, tais como pistas de pouso clandestinas, aéreas de desmatamento, novos garimpos, condições de navegação dos rios, cadastramento de populações ribeirinhas, entre outros. Normalmente são complementadas por ações de assistência social, com a prestação de serviços médicos, odontológicos e farmacêuticos, além de distribuição de alimentos e fornecimento de documentação pessoal aos habitantes da fronteira norte do País. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/02)

OPERAÇÃO SUBEX-I

O Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal realizou, no período de 20 a 24 de maio, o exercício SUBEX-I, no Campo de Instrução de Miriú, Rio Grande do Norte, a fim de adestrar as pequenas frações, familiarizando-as com os armamentos e os equipamentos do Corpo de Fuzileiros Navais.

Foram realizados vários tipos de adestramento, como condução de patrulha, orientação, pistas de tiro de combate instintivo e de acuidade visual e auditiva, além de tiro com diversas armas. Destacou-se a instrução com gás lacrimogêneo, que permitiu a familiarização dos militares com o uso da máscara contra gases. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/02)

SERVIÇO MILITAR INICIAL

A partir de 2003, o alistamento e a seleção geral para a prestação do Serviço Militar (SM) nas Forças Armadas será unificada pelo Ministério da Defesa.

De acordo com a Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, essa iniciativa foi tomada com o objetivo de modernizar o processo de alistamento e propiciar economia de recursos.

Sendo assim, a Marinha não mais efetuará alistamento de conscritos; esta atividade ficará sob responsabilidade das Jun-

tas do Serviço Militar (JSM), órgãos vinculados às prefeituras de cada município e subordinados tecnicamente às Circunscrições do Serviço Militar (CSM) correspondentes, por intermédio das Delegacias do Serviço Militar (DelSM), unidades estas do Exército Brasileiro (EB). Portanto, a classe convocada deverá comparecer às Juntas de Serviço Militar para fazer seu alistamento, independente da Força em que irá servir. (Bono nº 588 de 3/10/2002)

ESCUNA DO SÉCULO XIX RETORNA A HAMBURGO

A escuna de práctico nº 5 *Elbe*, após um afastamento de 70 anos, retornou ao seu porto base em Hamburgo, na Alemanha, a bordo do Navio Mercante *Rickmers Tianjin*, da Rickmers-Linie, vinda de São Francisco, Estados Unidos.

A *Elbe* foi construída em 1883 pelo estaleiro H.C Stulcken, em casco de carvalho maduro de alta qualidade, com revestimento de folhas de cobre nas obras vivas, comprimento de 25m, boca de 6m e peso de 138 toneladas.

Depois de retirada de serviço ao final da década de 20, a escuna foi transformada em iate e navegou, via Cabo Horn, para São Francisco, onde permaneceu 30 anos como navio-residência. Finalmente foi restaurada pelos velejadores americanos, retornando a sua condição original do século XIX. Fotografias da escuna estão disponíveis no site www.dunelmpr.co.uk. (Nota da Dunelm, de Londres, de 7/10/2002).

PRIMEIRA MULHER A ASSUMIR CARGO DE DIREÇÃO NA MB

A Capitão-de-Fragata (Md) Wilma Tavares Barreto assumiu interinamente o cargo de diretora do Hospital Naval de Recife, tornando-se a primeira mulher a assumir um posto de direção na Marinha do

Brasil. A cerimônia foi realizada em 9 de agosto último, presidida pelo comandante do 3º Distrito Naval, Vice-Almirante Julio Saboya de Araujo Jorge. (Do *Nomar* nº 725, de 30/9/02)

CONSTRUÇÃO NAVAL NO JAPÃO

O *Hatsu Ethic*, o quinto navio da série de cargueiros 6332 TEU E-Type da Hatsu Marine Ltda., do Grupo Evergreen, de Londres, foi lançado no dia 10 de setembro último pela Mitsubishi Heavy Industries, no Japão.

O *Hatsu Ethic* foi o último dos 38 navios-contêineres do estaleiro Mitsubishi construídos para o Grupo Evergreen desde 1992.

“É uma relação sem precedentes entre estaleiro e armador”, disse o presidente do Mitsubishi, Nobuyushi Masuda. Sobre o lançamento, disse o “chairman” do Grupo

Evergreen, Chang Yang-Fa: “Sinto-me orgulhoso por estar envolvido no lançamento de um mercante que levará a Insignia Vermelha. Atualmente temos 4 milhões de toneladas a mais sob esta bandeira do que tínhamos há quatro anos.”

O *Hatsu Ethic* possui comprimento total de 300 metros, largura de 42,8 metros, tonelagem de 76.000 ton. (*deadweight*) e velocidade de 25 nós. Transporta 6.332 TEUs, 17 contêineres posicionados lado a lado no convés e 15 verticalmente. (Do Informativo da Dunelm – Londres – de 10/9/02)

NAVIO BALIZADOR TENENTE BOANERGES PARTICIPA DE INAUGURAÇÃO DE PORTO

O Navio Balizador *Tenente Boanerges* representou a Marinha na cerimônia de inauguração do Terminal Marítimo de Barcaças, em Belmonte, Bahia, em 13 de junho último. Esse terminal pertence à Companhia Veracel S.A. e destina-se ao embarque de toras de eucalipto para produção de celulose.

Estiveram presentes ao evento várias autoridades estaduais e municipais e moradores das cidades próximas. A banda de

música municipal saudou o navio com a canção *Cisne Branco*.

Na mesma comissão, o *Tenente Boanerges* realizou o abastecimento do radiofarol de Abrolhos, onde foram utilizadas, com pleno êxito, barreiras de proteção para prevenir vazamentos de óleo no mar por ocasião do desembarque de combustível na Ilha de Santa Bárbara. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/02)

PODER FEMININO NO MINISTÉRIO DA DEFESA DA FRANÇA

A presença feminina no alto escalão do governo da França vem se mostrando cada vez mais forte. A ministra da Defesa, Michèle Alliot-Marie, teve participação destacada no simpósio “A identidade militar em 2002”, realizado naquele país de 3 a 7 de junho último.

Logo após a abertura do evento, o chefe do Estado-Maior da Marinha francesa mandou ler a mensagem da ministra e anunciou a sua presença na 65ª Conferência da Função Militar na Marinha. (Da *Cols Bleus* nº 2.624, de 6/7/2002, p.11)

NEY DANTAS LANÇA LIVRO SOBRE PRIMÓRDIOS DE PAQUETÁ

Foi lançado no Clube Naval (RJ), em 17 de outubro último, o livro *André Thevet, o capuchinho cartógrafo de Paquetá*, do hidrógrafo Ney Dantas.

A obra é um ensaio biográfico sobre o frei André Thevet, que, como capelão e cronista, embarcou com Villegaignon na expedição de 1555 que descobriu a Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara.

O autor é oficial da reserva da Marinha, força na qual dedicou-se especialmente à Sinalização Náutica, o que lhe conferiu a experiência para escrever três livros sobre o tema: *Sinalização Náutica Visual* (1985), *A história da sinalização náutica brasileira* (2000) e *Luzes do Novo Mundo – história dos faróis brasileiros* (2001).

Morador temporário de Paquetá desde 1967, passou recentemente a pesquisar a participação da Marinha na ilha e escreveu dois artigos publicados na *Revista do Clube Naval*: “A Ilha de Paquetá e a Revolta da Armada” (1997) e “A Festa das Canoas” (1999). Ney Dantas ocupa a cadeira número 1 da Academia de Artes, Ciências e Letras da Ilha de Paquetá, que tem por patrono André Thevet. O livro recém-lançado surge depois de dois anos de pesquisa sobre o tema.

A seguir, transcrevemos o texto de apresentação da obra, assinado pelo padre Eugênio Gonzalez Gil, historiador espanhol

que vive desde 1960 no Brasil, onde atuou como professor universitário e é atualmente missionário do clero secular:

“Fui convidado pelo autor, desde o primeiro encontro, a escrever a introdução de seu livro. Era o homem de mar identificado com o missionário na mesma idéia de divulgar a história da Ilha de Paquetá. Momento para recordar como, no passado, foram elementos inseparáveis da expedição francesa a técnica de navegação e o espírito religioso. Aprendi no seminário que o conhecimento da Teologia é uma inspiração de grande valia para o historiador. Através dela aprende-se a conhecer a profunda individualidade

do Ser e o jogo mútuo entre as instituições e os indivíduos.

No início do século XVI, a idéia de uma França Antártica, ou Nova França, empolgava o patriotismo de homens do mar e de aventureiros franceses. Em meados do mesmo século, Coligny, alimentando vastos planos e ousados projetos, mandou Villegaignon, autorizado pelo Rei Henri II, fundar uma colônia na Baía de Guanabara. Em virtude, porém, das divisões e das lutas religiosas, o empreendimento fracassou. Fazia parte da rotina de navegação ter capelão a bordo. Este pertencia geralmente a uma das grandes ordens religiosas, como a dos Franciscanos. Desta forma, oito



franciscanos chegaram ao Brasil em 1500, na frota de Pedro Álvares Cabral. No período de 1515 a 1538, temos conhecimento de sua presença nas localidades de Porto Seguro e São Vicente. Na qualidade de capelão e cronista, embarca Frei Thevet com Villegaignon em 1555, quando, provavelmente, já conhecia os trabalhos de irmãos da Ordem em Terras de Santa Cruz.

Homem do seu tempo, Thevet encarnou de maneira eficaz as tendências do Renascimento e do Humanismo cristão. Motivado pelo amor à natureza e interessado pelos nossos povos para atraí-los para a fé cristã, se engaja num projeto missionário pessoal. Filho de São Francisco, de quem recebeu o legado espiritual do amor místico à natureza, amor de contemplação que leva ao conhecimento de Deus. Franciscano dos tempos modernos, faz da observação, com olhar pesquisador, a via do conhecimento científico. Observação e experiência são realmente reconhecidas como vias certas que conduzem ao conhecimento etnográfico e geográfico. Perscrutando os sinais do tempo, identifica-se com a sua própria época, que é renovadora e de descobertas. Vive ele uma época de navegações e de preocupação religiosa, que se reflete no ideal missionário e no seu saber cosmográfico. Descobrimientos geográficos, a existência de novas culturas, lhe fazem tomar consciência da unidade geográfica do Globo e ter uma visão global da Terra. Com certeza o projeto da expedição francesa fora elaborado por expertos em Cosmografia e Navegação.

Cronista, Thevet relata fatos e fornece dados para uma etnografia quando descreve a função da mulher índia na aldeia, papel benéfico que se manifesta na educação. A criança indígena teve uma infância feliz, em íntimo contato

com a natureza e cercada de carinho dos que a criavam; a mulher índia sabe muito bem cuidar dos seus filhos. Nas palavras do próprio Thevet, "elas não castigam seus filhos de maneira alguma. A mãe cuida do filho de modo tão constante que nunca lhe falta nada. Dão-lhes todas as espécies de alimentos e nunca os batem, nem os atormentam".

Naturalista e cosmógrafo, aporta informações preciosas e algumas ilustrações sobre a vegetação nativa. Algumas destas plantas são aproveitadas na época pelos colonizadores, como a mandioca, o tabaco e o algodão. Deste último, Thevet relata o seu uso na fabricação de redes com referências a um processo de tecelagem rudimentar.

Concluindo, a empresa marítima de Villegaignon foi expressa em linguagem religiosa; continha explícito um projeto de implantação de uma colônia com regime de liberdade religiosa. Thevet pode ser apresentado à luz do conhecimento histórico, mais como cronista e cosmógrafo do que como missionário.

O livro de Ney Dantas, hidrógrafo da Marinha brasileira, é mais do que uma biografia do franciscano, seu Patrono na Academia, Ciências e Letras da Ilha de Paquetá; é uma proto-história da Ilha de Paquetá. É a conclusão que se tira a partir da leitura da obra. Como o próprio Thevet, o autor é também movido pelo amor ao mar, à natureza, à pequena ilha da Baía de Guanabara e à própria história.

No momento em que se comemora o quinto centenário do descobrimento da Baía de Guanabara, este trabalho estimulará a curiosidade, a pesquisa e novos estudos sobre a Ilha de Paquetá.

O autor, como navegador, nos oferece com esta obra o perfil do franciscano e uma viagem ao interior da Baía de Guanabara no contexto histórico de 1555."

LANÇAMENTO DO LIVRO *LUZES DO NOVO MUNDO*

Em 10 de maio último, foi lançado, na sede da Sociedade dos Amigos da Marinha de Santa Catarina (Soamar-SC), o livro *Luzes do Novo Mundo*, obra sobre faróis com fotos de Ricardo Siqueira e textos do hidrógrafo Ney Dantas. Na ocasião do lançamento, com noite de autógrafos, também foi realizada uma exposição de *slides* sobre faróis.

O informativo *Mar à vista*, da Soamar-SC, publicou o seguinte texto sobre o livro *Luzes do Novo Mundo*:

"Somente os navegadores, os que se acham perdidos na imensidão dos mares, conhecem o real valor de um farol.

A confirmação da nossa posição que permitirá a aterragem ou evitará um encalhe só acontecerá quando o farol boiar no horizonte.

Na maioria das vezes o navegante nem conhece o aspecto daquela mão amiga que o amparou e o colocou no rumo certo.

O artista Ricardo Siqueira nos mostrou, em magistral obra de arte, a fotografia de corpo inteiro desses queridos amigos, e o hidrógrafo Ney Dantas, autor do consagrado livro *A história da sinalização náutica brasileira*, os descreveu carinhosamente para que possamos admirá-los mais intensamente.

Apesar do progresso da ciência, que nos brindou com o GPS, sabemos que ele nunca oferecerá a mesma tranquilidade como da que é proporcionada pela confirmação da nossa posição através da marcação e distância de um farol."

BANDA SINFÔNICA DO CFN NO DIA DA BANDEIRA

Em comemoração ao Dia da Bandeira, foi realizado, em 19 de novembro último, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, concerto com a Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais. Na ocasião, foram prestadas homenagens aos 50 anos do BNDES e aos 57 anos do 1º Distrito Naval e foi lançado o CD *Aqui Estamos - Adsumus*. O público teve expressiva participação cantando o *Hino à Bandeira* e o *Cisne Branco*.

Foi cumprida a seguinte programação: 1ª Ato – *Abertura solene 1812*, de P. I. Tchaikovski; *76 trombones*, de J. P. Souza; *Tangos (Por una Cabeza/ A Media Luz)*, de Carlos Gardel e E. Donato; *Youkali*, de Kurt Weil, com participações especiais da cantora Telma Costa e do coro do CFN; *Carmen (Prelude/ Les Toreadors)*, de G. Bizet; *Granada*, de Agustin Lara, com participações especiais do Terceiro-Sargento

(FN-MU) Roberto Ricardo e do coro do CFN; *Luna*, de G.F Pintos e R. Musumarra, com participações especiais do Cabo (FN-CT) Samuel Alves e coro do CFN; *Bolero* de M. Ravel. 2ª Ato – *Les Miserables (Overture/ I Dreamed a Dream/ Do you hear the people sing)*, de Claude-Michel Schonberg, com participações especiais de Telma Costa, do Terceiro-Sargento Roberto Ricardo, do Cabo Samuel Alves e do coro do CFN; *Melodia para Gaita e Banda*;



Ode à Alegria, de L.V Beethoven; *Vivo per Lei*, de V.Zeli, M. Megali e G. Panceri, com participações especiais de Telma Costa e do Terceiro-Sargento Roberto Ricardo; *A Bela Adormecida*, de P.I. Tchaikovski; *Com te Partirô*, de G.F. Pintus, com participação especial do Cabo Samuel Alves; *Coração Verde-Amarelo*, de Tavito e Aldir Blanc; *La Traviata* (Prelude/Brindisi), de Giuseppe Verdi, com participações especiais de Telma Costa, do 3º Terceiro-Sargento Roberto Ricardo e do Cabo Samuel Alves.

A Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais é composta por cerca de 90 músicos militares de ambos os sexos, nas graduações de suboficial e sargento, com formação e aperfeiçoamento realizados no Centro de Instrução Almirante Sylvio de

Camargo. Atualmente, tem como solistas os tenores Sargento Roberto Ricardo e Cabo Samuel Alves e, há três anos, como convidada especial, a cantora Telma Costa, que vem se apresentando em vários espetáculos por todo Brasil.

Dentre suas apresentações no exterior, podemos destacar a participação no Festival de Modena, na Itália, em 1996, quando foi considerada a melhor banda do festival. A Banda do CFN vem atraindo grande público, devido ao seu repertório eclético. Foi assim no Parque Farroupilha, em Porto Alegre; no Teatro Amazonas; no anfiteatro da praia de Ponta Negra, em Manaus; no Santuário do Terço Bizantino, ao lado do Padre Marcelo Rossi, com transmissão ao vivo para todo o Brasil, e no Americhel Hall, em Brasília.

Anualmente, por ocasião do aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, a Banda Sinfônica se apresenta no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

No último *réveillon*, participou da festa em um dos palcos montados nas areias da praia de Copacabana, contribuindo para o sucesso do evento já consagrado mundialmente e consolidando sua missão de divulgar a Marinha do Brasil.



JUBILEU DE PRATA DA SOCIEDADE OSWALDO CABRAL

A Sociedade Oswaldo Cabral completou 25 anos de existência. Para comemorar o Jubileu de Prata, foi realizado, em 8 de outubro último, concerto sinfônico na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O apresentador do concerto foi o Comandante Gerson Fleischhauer, fundador e presidente da Sociedade. A Banda de Música do Colégio Plínio Leite, tendo como

regente o Maestro Josué Moreira Campos, foi a principal atração da festa, que cumpriu o seguinte programa:

Característica Musical, de Oswaldo Cabral e Olegário Mariano; *O Minas Gerais*, de Eduardo das Neves e José Carlos Ligiero; *Lua Branca*, de Chiquinha Gonzaga e Renato Esteves; *Grandes Momentos do Cinema*, de John Williams e Jay Bocoock; *Na Baixa do Sapateiro*, de Ary Barroso; *Vida Nova*, de

Paulo Masson; *A Festa do Cauim e Marcha Triunfal Primavera*, ambas de Oswaldo Cabral, sendo esta última em homenagem ao Comandante Heraldo Messeder.

A Sociedade Oswaldo Cabral foi criada em 1977. Seu Patrono, que dá nome à entidade, foi regente da Banda do Corpo de Fuzileiros Navais por 37 anos¹.

MÚSICO FAMOSO NA MARINHA RUSSA

São raros os músicos, pelo menos os de renome internacional, que tenham passado também pela carreira naval. Entre as exceções, ressalta com brilho o oficial da Marinha da Rússia Nikolai Andreievitch Rimsky-Korsakov.

Nascido em 1844, na pequena cidade de Tikhvin, ingressou na Academia Naval de São Petersburgo em 1856, concluindo sua formação seis anos depois.

Ainda na Academia Naval, conheceu o compositor Mily Balakirev e juntou-se a um grupo de jovens conhecido como "Grupo dos Cinco" – Balakirev, Cesar Cui, Mussorgsky (oficial da Guarda Imperial), Dargomychky e Borodin (médico militar). Tchaikovski era contrário ao nacionalismo deste grupo, não reconhecendo valor em suas obras.

Rimsky-Korsakov foi autodidata e, segundo o escritor Otto Carpeaux, "foi russo russíssimo, de nacionalismo intransigente, mas sua música é a menos eslava dos compositores russos: está cheia de orientalismos e outros exotismos"². A arte de Korsakov produz sonoridades fascinantes, como se pode ouvir em *Sadko* (1867 – poema sinfônico, e 1896 – ópera), *Sheherezade* (1888), *Galo de Ouro* (1907), *Abertura da Páscoa Russa* (1888) e *Capricho Espanhol* (1887). Ficaram famosos, principalmente, sua "Canção da Índia", da ópera *Sadko*, e seu "Vôo do Zangão", da ópera *Tzar Saltan*.

Em 1862, fez um cruzeiro de três anos em navio da Armada russa, visitando os Estados Unidos, e completou, a bordo, sua primeira sinfonia. Após o regresso a São Petersburgo, em 1865, realizou-se a primeira apresentação. Em 1871, deixou a Marinha e passou a desenvolver seus estudos e a lecionar no Conservatório de Música daquela cidade.

Apesar da pouca base teórica, aplicou-se no estudo do contraponto e da harmonia e se tornou, reconhecidamente, um dos grandes teóricos e excelente professor. Editou e reviu composições, bastante conhecidas e executadas, de seus amigos Alexander Borodin³ e Modest Moussorgsky⁴. Entre seus inúmeros alunos, destacam-se os compositores Sergei Prokofiev – concertos para piano e violino, sinfonias e suite *Alexander Nevsky* (1939) – e Igor Stravinsky – *Sagração da Primavera* (1913), *Pássaro de Fogo*, *Petruska* e *História do Soldado* (1918).

1 Ver "Centenário do Maestro Oswaldo Cabral", *RMB*, 1º trimestre/2000, p.267.

2 Carpeaux, Otto Maria, *História da Música – da Idade Média ao Século XX*. Ediuouro, 2001. Otto Maria Carpeaux, austríaco naturalizado brasileiro, era escritor e jornalista. Faleceu no Rio de Janeiro em 1978.

3 N.R.: Em especial a ópera *Príncipe Igor*.

4 N.R.: Ópera *Boris Godunov*.

ORQUESTRA SINFÔNICA DE EMPRESA DE NAVEGAÇÃO

A Orquestra Sinfônica Evergreen, de Londres, Inglaterra, criada recentemente, fez sua primeira apresentação oficial com dois concertos (para convidados), em 30 de setembro e 1º de outubro últimos. A Orquestra é composta de 50 músicos e convidou o Professor Kek-Tjiang Lim, também conhecido como "o Karajan Oriental", para diretor musical e principal regente.

A Evergreen foi fundada por Chang Yung-Fa, presidente do Grupo Evergreen, com fins de sociedade beneficente e expansão da cultura de Taiwan. Ela visa, criando um estilo próprio, promover a música local de Taiwan e mostrar e tornar clássica a música folclórica asiática.

Como regente principal, o Professor Lim pretende fazer da orquestra uma das melhores do mundo, com o aperfeiçoamento dos padrões musicais e incentivo aos músicos.

A expectativa é que a Orquestra Sinfônica Evergreen faça seu concerto inaugural para o público em 3 de janeiro de 2003, no Nacional Theatre, em Londres.

Chang Yung-Fa fundou o Evergreen Group em 1968. Nascido em Taiwan em 1927, o empresário acompanhou o crescimento do Evergreen desde quando era uma companhia de um único navio até ter se transformado num conglomerado mundial que inclui: **linhas de navegação que controlam cerca de 140 navios de transporte de cargas**; a maior linha aérea de passageiros e carga, a EVA Air, com serviços ligando a Ásia, o Oriente Médio, a Europa e a Améri-

ca do Norte; hotéis internacionais cinco estrelas e muitas outras companhias menores atuantes em negócios associados, como operação de terminal de contêineres e transporte rodoviário. **A companhia atua hoje em cerca de 80 países pelo mundo inteiro.**

O presidente da Evergreen está envolvido com causas educacionais e de proteção ambiental, especialmente aquelas relacionadas com questões marítimas e com a cultura de Taiwan. Também é benfeitor do UK's National Maritime Museum e pretende fundar um museu marítimo em Taiwan.

A Orquestra Sinfônica Evergreen traduz a importância de empresas se integrarem à produção artística de seus países, incentivando e promovendo a cultura. **A propósito e como comparação, não podemos deixar de lembrar, no Brasil, a Orquestra Petrobras Pró-Música, criada há 15 anos pela Petrobras.**

Durante esse tempo, a Orquestra tem se aperfeiçoado, apresentado-se com sucesso pelo País. Neste ano, já foram feitas 40 apresentações e, no ano passado, 30. Para 2003, estão programados 40 concertos.

A Orquestra Petrobras Pró-Música é composta por 71 músicos, sendo seu diretor musical e regente atual o Maestro Roberto Tibiriçá, vindo da Orquestra Sinfônica Nacional. O primeiro regente e fundador da Orquestra foi Armando Prazeres². Atualmente, um de seus filhos, Felipe Prazeres, é o *spala* (1º violinista) da Petrobras Pró-Música.

1 N.R.: Herbert von Karajan, morto em 1989, foi regente permanente da Orquestra de Londres, regente vitalício da Orquestra Filarmônica de Berlim e diretor artístico da Ópera de Viena, tendo sido considerado um dos mais destacados maestros do seu tempo.

2 N.R.: Armando Prazeres morreu tragicamente em 14 de janeiro de 1999, assassinado em um assalto no Rio de Janeiro.

I SALÃO SEMANA DA MARINHA DE NATAL

Como parte das comemorações do Dia do Marinheiro, o Comando do 3º Distrito Naval (Natal) realizou, de 2 a 13 de dezembro, o I Salão Semana da Marinha de Natal, com exposição de pinturas de tema livre. Participaram artistas civis e militares de todo o território nacional.

A cerimônia de abertura e premiação ocorreu no dia 2 de dezembro e a Comissão Julgadora, composta de personalidades ligadas às artes no Estado do Rio Grande do Norte selecionou os três primeiros lugares e duas Menções Honrosas. As obras premiadas foram: "Estaleiro Azul", de João Natal (1º lugar); "Figuras na areia da praia", de Valderedo (2º lugar); "Mumbebo", de

Flávio Freitas (3º lugar); "Helicônias em preto e branco", de Célia Albuquerque (Menção Honrosa) e "Pegadores de rede", de Pedro Alves (Menção Honrosa).

"Veleiro no pôr-do-sol, de Elisbão Filho, mereceu o prêmio Menção Especial. A obra foi selecionada por Comissão Julgadora formada por oficiais do Comando do 3º Distrito Naval.

O 3º DN vem se destacando por incentivar e promover as artes plásticas na área de sua jurisdição. No mesmo estilo e com sucesso, foi realizado em junho, por ocasião das comemorações do 137º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo, o I Salão Natal-Marinhas.

REDE GLOBO GRAVA EPISÓDIO PARA O "BRAVA GENTE" NA BAeNSPA

Na semana de 23 a 27 de outubro, a Rede Globo gravou, na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, um episódio para o programa *Brava Gente*.

O episódio, que recebeu o título *Entre o Céu e o Inferno*, contava a história de um menino de 8 anos, filho de pescador, que sonhava ser Aviador Naval. O programa foi dirigido por Roberto

Farias, que tem em sua carreira sucessos como *O Assalto ao Trem Pagador* e *Pra Frente Brasil*.

O roteiro foi escrito pelo Aviador Naval Capitão-de-Corveta Schiavon, e o elenco contou com a participação de Herson Capri, Kadu Moliterno, Rita Guedes e do ator mirim Pedro Malta. (De *A Macega* nº 6, set/out 2002)

BRASIL ASCENDE DE NÍVEL NO SISTEMA DE CATALOGAÇÃO DA OTAN

Cinco anos após a assinatura de um acordo bilateral com a Agência de Manutenção e Suprimentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, o Brasil conseguiu uma significativa vitória no Sistema de Catalogação daquela organização. O País acaba de ascender ao chamado ní-

vel TIER-2 do referido sistema. Isso significa estar incluído no seletor time de países detentores do direito de ter seu material de defesa incluído no catálogo da OTAN.

Além de ser o primeiro país latino-americano a usufruir dessa prerrogativa, o Brasil é também o terceiro não-membro da

OTAN a ter alcançado esse nível e a possuir seu próprio sistema de catalogação nos moldes exigidos por aquela organização.

Com isso, o Brasil poderá, como qualquer país membro da OTAN, adquirir o direito de votar na preservação dos interesses nacionais concernentes à defesa e matérias de caráter econômico-financeiro.

Uma das conseqüências imediatas a destacar diz respeito à abertura de mercado para as empresas nacionais de modo geral e, em particular, para as de material de defesa. Essas firmas figurarão no catálogo da OTAN, tornando-se potenciais fornecedoras de itens empregados pelos mais de 50 países integrantes do sistema.

A título de exemplo do que esse fato representa, a soma dos materiais existentes nas bases de dados de todos esses países alcança o número de 16 milhões de artigos. Qualquer item brasileiro catalogado nesse sistema receberá um código reconhecido mundialmente com a denominação de NATO Stock Number (NSN).

Mas para alcançar essa vitória, o Brasil teve que passar por vários estágios. Primeiramente, assinou um acordo bilateral com a Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN – NATO Maintenance and Supply Agency (NAMSA), em 1998. Em seguida, criou o Centro de Catalogação das Forças Armadas (Cecafa), localizado nas dependências da Base Naval de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro (BAMRJ). O País encontrava-se na

categoria TIER-I, o que implicava numa participação tímida, podendo apenas ter acesso às publicações e às informações contidas nos bancos de dados dos países membros da OTAN. O Brasil precisava comprovar sua capacidade técnica com relação ao conhecimento das regras que preconizam a troca de dados e sua capacidade de possuir um aplicativo de catalogação capaz de propiciar essa troca. Partiu-se então para uma parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em dez meses, o Ministério da Defesa já possuía o seu Sistema Gerencial de Dados de Catalogação, obtido a um custo infinitamente menor que o de mercado.

De novembro de 2001 a março de 2002, o Brasil foi submetido a uma bateria de testes pela NAMSA. O resultado não poderia ser outro. No último dia 3 de junho, em Budapeste (Hungria), durante a 81ª Reunião do Grupo de Diretores Nacionais de Codificação, o Brasil foi levado à categoria TIER-2, por unanimidade. O esforço, a qualidade do programa e a competência foram citados como pontos fundamentais nessa escolha.

As Forças Armadas brasileiras poderão racionalizar seus sistemas de aquisições, com a conseqüente redução de custos. A catalogação é a ferramenta que permitirá identificar itens comuns às três Forças, podendo ser expandida aos órgãos civis do governo, viabilizando a padronização, nacionalização e centralização das aquisições. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/02)

ASSISTÊNCIA ÀS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA

O Navio de Assistência Hospitalar *Doutor Montenegro* retornou em 10 de maio último, após quatro meses de operação nos longínquos rincões da Amazônia, para Manaus.

O navio assistiu a população de 56 localidades, realizando 25.612 atendimen-

tos médicos, 4.875 odontológicos, 1.374 vacinações, 1.941 exames laboratoriais e três partos. Também foram efetuados procedimentos cirúrgicos, assistências de enfermagem, exames de raios x e eletrocardiogramas.

A população ribeirinha do Juruá assistiu a palestras sobre higiene, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar, entre outros temas.



O governo do Estado do Acre e o 61º Batalhão de Infantaria de Selva prestaram apoio à operação durante a comissão.

O *Doutor Montenegro* foi incorporado à Marinha em 19 de maio de 2000, resultado do convênio de cessão de uso celebrado entre governo do Estado do Acre e a Marinha, tendo como interventor o Ministério da Saúde. Passou por um período de conversão na Base Naval de Valde-Cães, visando a adaptá-lo ao emprego operativo e aos padrões navais. A principal tarefa do navio é prover assistência hospitalar às populações ribeirinhas localizadas nos Pólos de Saúde (conjunto de localidades ribeirinhas existentes em determinados rios da Amazônia). (Do *Nomar* nº 724, de 30/8/2002)

PAVILHÃO DO COMANDANTE DA MARINHA

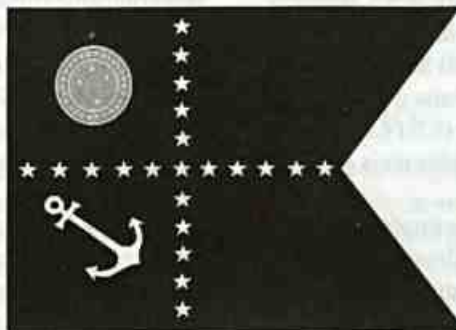
O novo texto do Cerimonial da Marinha do Brasil foi aprovado em 29/10/2002, pelo Decreto nº 4.447 (DOU nº 211, de 30/10/02).

Esta versão do Cerimonial trouxe algumas necessárias alterações no conteúdo, decorrentes da criação do Ministério da Defesa, porém foram mantidos os conceitos gerais existentes no anterior. Em relação às figuras descritivas das bandeiras citadas neste Cerimonial, não incluídas no referido Decreto, permanecem em vigor, até a publicação de documento específico trazendo tais ilustrações, as constantes do Cerimonial aprovado pelo Decreto nº 2.513, de 11 de março de

1998, à exceção do pavilhão do Comandante da Marinha, cuja figura pode ser obtida mediante *download* do arquivo *pavilhão.zip*, disponível na seção *arquivos disponíveis*

da página do Gabinete do Comandante da Marinha, na Intranet (<http://www.gcm.mb>).

Diz o texto do Artigo 14 do Decreto nº 4.447: "Comandante da Marinha – O pavilhão do Comandante da Marinha é da mesma cor, feição e heráldica da Bandeira do Cruzeiro, porém farpado, tendo a meio do quadrilátero superior esquerdo o escudo redondo do Cruzeiro do Sul e a meio do quadrilátero inferior esquerdo uma âncora."



MARINHA DA CHINA VISITA FORTALEZA

O 3º Distrito Naval (Natal) recebeu a visita de um Grupo-Tarefa (GT) da Marinha da República Popular da China, em 23 de julho último. A visita foi de caráter histórico para a Marinha da China, que realizava a sua primeira viagem de circunavegação.

O GT era composto de um moderno contratorpedeiro e um navio de apoio, sendo comandado pelo Vice-Almirante Ding Yiping.

O chefe naval chinês foi recebido em Fortaleza pelo Vice-Almirante Julio Saboya de Araujo Jorge, comandante do 3º DN. Esta foi a única cidade onde o GT chinês esteve durante essa longa viagem a dez

países. A solenidade contou com a presença do embaixador da China, dos cônsules-gerais da China no Rio de Janeiro e em São Paulo e de uma grande comitiva que representou a colônia chinesa no Brasil.

Foram realizadas diversas atividades sociais e esportivas durante a estada dos chineses em Fortaleza, destacando-se a visitação pública aos navios, que receberam mais de 30 mil pessoas; as apresentações da banda de música do GT em praças públicas e as recepções noturnas, que contaram com presenças ilustres, como a do governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati. (Do *Nomar* nº 725, de 30/9/2002)

SUBMARINO ARGENTINO SANTA CRUZ VOLTA A OPERAR

Foi realizada no último dia 10 de julho, em Buenos Aires, a cerimônia de transferência do Submarino *Santa Cruz* para o setor operativo da Armada da República da Argentina (ARA).

O evento contou com a presença do ministro da Defesa da Argentina, Jose Horacio Jaunarena; do chefe do Estado-Maior Geral da Armada da Argentina, Almirante Joaquin Edgardo Stella; do encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil, Ruy Carlos Pereira; do diretor de Engenharia Naval, Vice-Almirante (EN) Lauro Reis Salgado e do diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Contra-Almirante (EN) Cesar Pinto Corrêa e demais autoridades civis e militares de ambos os países.

Em 1999, a Armada da República da Argentina e a Marinha do Brasil assinaram o documento de empreendimento conjunto para a execução do reparo de meia-vida desse submarino, que atracou no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) em 21 de setembro de 1999. Foi docado no Dique Flutuante *Almirante Schieck*, para que fossem iniciados os trabalhos de corte do casco re-

sistente e permitida a retirada dos equipamentos de grande porte da praça de máquinas. A união das seções foi concluída com sucesso, no final de novembro de 2000.

A desdocagem do submarino ocorreu em 20 de fevereiro de 2001, seguida das provas de cais e preliminares de mar, permitindo a conclusão dos reparos em junho daquele mesmo ano. O *Santa Cruz* retornou então para a Argentina, onde realizou a revisão dos equipamentos do seu sistema de armas.

No período de 15 de abril a 15 de maio último, foram realizadas as provas de mar finais em Mar Del Plata, com a participação da equipe de testes do AMRJ, cujos resultados comprovaram a excelência dos serviços realizados.

Em seu discurso, o Almirante Edgardo Stella ressaltou a complexidade logística e a capacidade tecnológica desse empreendimento, que constitui um importante aspecto político na cooperação bilateral existente entre as duas Marinhas.

O Vice-Almirante (EN) Salgado destacou que a Marinha brasileira sentiu-se honrada em participar do retorno do *Santa*

Cruz ao setor operativo e que sua prontidão materializa a conclusão de um trabalho

de mútua confiança e respeito profissional. (Do *Nomar* nº 724, de 30/8)

PATRONOS DA MARINHA

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM) publicou, em 12 de dezembro último, no Bono Especial nº 766, relação dos Patronos Instituídos da Marinha do Brasil. A publicação foi em cumprimento à alínea c do item 3 da Portaria nº 355 de 26 de agosto de 1999, do Chefe do Estado-Maior da Armada, que determina a divulgação dos Patronos em Bono Especial durante a Semana da Marinha. Eis a relação divulgada:

– Patrono da Marinha do Brasil: Almirante Joaquim Marques de Lisboa (Marquês de Tamandaré), por Aviso do Ministro da Marinha nº 3.322, de 4 de setembro de 1925.

– Patrono das Bandas de Música e Marcial da Marinha de Guerra: Maestro Antônio Francisco Braga, pelo Decreto nº 62.683, de 10 de maio de 1968.

– Patrono do Corpo de Saúde da Marinha: Doutor Joaquim Cândido Soares de Meirelles, pelo Decreto nº 63.684, de 25 de novembro de 1968.

– Patrono da Hidrografia da Marinha: Capitão-de-Fragata Manoel Antônio Vital de Oliveira, pelo Decreto nº 77.070, de 21 de janeiro de 1976.

– Patrono do Servidor Civil da Marinha: Mestre Antônio da Silva, pela Portaria Ministerial nº 131, de 18 de janeiro de 1980.

– Patrono dos Artilheiros da Marinha: Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Antônio Baptista, pela Portaria Ministerial nº 1.139, de 31 de dezembro de 1985.

– Patrono dos Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha: Vice-Almirante João do Prado Maia, pela Portaria Ministerial nº 1.037, de 19 de novembro de 1986.

– Patrono dos Maquinistas da Marinha: Vice-Almirante Ary Parreiras, pela Portaria Ministerial nº 1.037, de 19 de novembro de 1986.

– Patrono do Corpo de Intendentes da Marinha: Almirante Gastão Motta.

– Patrono do Quadro de Capelães da Marinha: Capitão-de-Corveta (CN) Rodomark Fernandes de Souza – Dom Carlos O.S.B., pela Portaria Ministerial nº 653, de 27 de julho de 1988.

– Patrono das Mulheres Militares da Marinha: Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, pela Portaria nº 264, de julho de 1999.

DIA DO MARINHEIRO

Pela passagem do Dia do Marinheiro, no dia 13 de dezembro, a Marinha promoveu várias cerimônias de comemoração e recebeu mensagens alusivas à data, dentre as quais destacamos a do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que publicamos a seguir:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA À MARINHA

“Na ocasião em que celebramos o Dia do Marinheiro, apresento meus cumprimentos a

todos os profissionais da Marinha do Brasil que se dedicam incansavelmente ao preparo e ao emprego do poder naval, sempre voltado à defesa de nossos interesses no mar.

Com satisfação, vemos na atualidade uma Força que se destaca pelos avanços científicos e tecnológicos alcançados nas áreas de construção naval, de sistemas de combate e do ciclo de combustível para a propulsão nuclear. Vale destacar os progressos obtidos no plano operativo, entre

os quais destaco a operação de aviões embarcados, que tive a oportunidade de rever pessoalmente quando visitei, há poucas semanas, no mar, o Porta-Aviões *São Paulo*.

Nossa Marinha é hoje um importante fator de dissuasão e, ao mesmo tempo, um instrumento de aproximação e de fomento da confiança mútua com os países amigos com os quais conduzimos operações navais.

Quero aproveitar a ocasião para agradecer a compreensão e o empenho com que a Marinha soube se conduzir para sobrepujar as adversidades conjunturais que atravessamos, adotando sempre uma postura positiva, leal e de confiança no futuro do País.

É com satisfação que, como Comandante Supremo das Forças Armadas, reitero meus cumprimentos aos marinheiros de todo o Brasil pela passagem desta data tão significativa, em que se renovam os ideais de seu patrono, o Almirante Tamandaré. Parabéns à Marinha do Brasil!"

ORDEM DO DIA DO COMANDANTE DA MARINHA

O Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Sergio Chagasteles, emitiu a seguinte Ordem-do-Dia alusiva ao Dia do Marinheiro:

"Ser marinheiro é optar por uma vida de desafios e abnegação, austera em benefícios materiais, mais auspiciosa em oportunidades e realizações. É poder viver e contemplar o mar, e de alguma forma desfrutar sua beleza e liberdade, mas é também conviver com seus humores e perigos ocultos.

Ser marinheiro é personificar tradições e levar nossa Bandeira a lugares e culturas distantes, e senti-la saudosa do lar e da terra amada. É compartilhar os valores de bordo, como o companheirismo, a lealdade, o respeito e a união, acreditando que

da sinergia entre homens e máquinas emana o 'espírito de navio', que ao conjunto fortalece.

Ser marinheiro é honrar a Instituição e zelar conscientemente por seus alicerces, como a hierarquia e a disciplina, orgulhando-se da farda que veste e da continência que presta. Por fim, ser marinheiro é, sobretudo, ser um combatente do mar capaz de, em qualquer tempo, defender a Pátria, se necessário até o sacrifício.

Assim foram os que ajudaram a edificar nossa Instituição e escreveram páginas de glória de nossa história. Assim foi Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, exemplo ilustre de marinheiro e patrono da Marinha do Brasil, a quem hoje rendemos as merecidas homenagens.

Nascido na cidade litorânea do Rio Grande, em 13 de dezembro de 1807, Tamandaré cresceu sob maritimidade de sua terra natal e cedo revelou o pendor para a vida no mar, certamente estimulado pelo pai, patrão-mor do porto. Voluntário, o jovem foi aceito na Marinha, tendo embarcado pela primeira vez na Fragata *Niterói*, onde já aos 15 anos de idade demonstrava a força de sua vocação.

Na brilhante carreira que trilhou, notabilizou-se principalmente pela coragem e pelo patriotismo, que o levaram a estar presente defendendo os interesses do País em praticamente todos os conflitos de seu tempo. Assim foi nas lutas da Independência, nas convulsões regionais internas e, também, nas guerras externas, como as campanhas do Prata e a Guerra da Tríplice Aliança. Foi no combate que Tamandaré se consagrou e granjeou a admiração e o reconhecimento não somente da Marinha, mas de toda a Nação.

Como chefe naval, íntegro e determinado, o Grande Almirante buscou incansavelmente o desenvolvimento de uma Marinha forte, tão necessária ao jovem Estado

que se consolidava. Pelo exemplo de suas ações e pela grandeza de seus feitos em prol da Marinha e do País, nosso patrono conquistou lugar na galeria dos grandes heróis nacionais.

Como herdeiros e guardiães de seu patrimônio moral, seguimos defendendo os ideais de Tamandaré. E sentimos na atualidade a importância crescente de preservarmos os seculares valores de nossa Instituição, seus pilares. Eles nos tornam fortes e nos habilitam a sobrepujar obstáculos e a vencer os desafios de nosso tempo.

Lembremo-nos que a coesão, a determinação e a persistência de todos da Marinha tornaram possível, a despeito de conjuntura orçamentária extremamente adversa, lograr importantes avanços no preparo do poder naval para a defesa dos interesses do Brasil no mar, século XXI. Assim é

que, orgulhosamente, constatamos que as imagens dos pousos e decolagens dos nossos aviões a bordo do Navio-Aeródromo *São Paulo* ganharam o mundo e se estamparam em diversas revistas internacionais especializadas em defesa, como prova de competência e exemplo inequívoco de nossa capacidade.

Meus comandados! No dia dedicado à memória de Tamandaré, renovamos nossa certeza de que a união dos que optamos ser marinheiros e os valores que cultivamos são a nossa maior força, força que assegura a continuidade da exitosa singradura da Marinha através dos tempos, e pela qual, como leais depositários da confiança da sociedade brasileira, haveremos sempre de cuidadosamente zelar.” (Bono Especial nº 762, de 11/12/202, e Bono Especial nº 763, de 11/12/02)

FORMATURA DE GUARDAS-MARINHA

Em solenidade realizada na Escola Naval, na Ilha de Villegagnon, Rio de Janeiro, 177 aspirantes da Turma Almirante Soares Dutra foram declarados guardas-marinha em 14 de dezembro último. Dos 178 formandos, 105 são do Corpo da Armada, 39 Fuzileiros Navais, 33 da Intendência e 1 da Namíbia. O comandante da Escola, Contra-Almirante Marcelio Carmo de Castro Pereira, fez a seguinte exortação:

“Aspirantes da Turma Almirante Soares Dutra!

Dentro de instantes, vocês serão os guardas-marinha da Turma Almirante Soares Dutra; dentro em pouco, ao cantarem *Adeus minha Escola querida*, estarão ativando dentro de vocês a chama do reconhecimento e plantando a semente da saudade.

Ao início, vocês não se darão conta, mas este calor e esta planta crescerão ao longo dos anos; nos primeiros tempos serão um bra-seiro e um arbusto, ambos firmemente susten-

tados pelos conhecimentos e ensinamentos recebidos e momentos vivenciados nesta Escola. No decorrer de suas carreiras, serão alimentados pelas experiências adquiridas, pelas dificuldades superadas e pelas realizações alcançadas para, um dia, de repente, mais cedo ou mais tarde, descobrirem que de há muito, juntamente com o acre-doce fruto das lembranças dos instantes difíceis mesclada as dos momentos felizes, vocês cultivavam o fogo sagrado da carreira naval.

Mais do que antecipar a vocês esta descoberta futura, quero que saibam hoje que, além do conhecimento e do profissionalismo, a Marinha é uma carreira de sentimentos e de valores.

Antes de tudo, precisamos amá-la a ponto de não sentir o peso dos sacrifícios e dos esforços que por ela fizemos, ao limite de a ela devotarmos toda nossa dedicação em sua preservação e engrandecimento, sem interesses e espera de recompensas.

Necessitamos, também, ter fé na nossa instituição, acreditar em seus pilares fundamentais, a hierarquia e a disciplina, e termos força e convicção para nos desincumbirmos de nossas tarefas.

Temos que preservar a lealdade, não só em relação aos nossos chefes, mas também para com nossos subordinados, mantendo sempre a fidelidade às nossas próprias convicções.

Temos que sentir orgulho daqueles que nos antecederam e que contribuíram, inicialmente, para a integridade de nosso país, e ao longo dos tempos para construir a nossa Marinha, sempre em busca da defesa dos interesses da nossa Nação.

Assim sendo, honrem o patrono da turma, tenham o Almirante Soares Dutra como exemplo, tanto pela sua trajetória como líder e homem, como por sua destacada e brilhante atuação como chefe naval no Comando da Força Naval do Nordeste durante a Segunda Guerra Mundial, merecedora não só de condecorações, como, também, do reconhecimento da Marinha e de seus pares. Ao Almirante Soares Dutra rendemos nossas homenagens, registrando a presença de seu filho nesta cerimônia.

Sintam-se, também, orgulhosos da conquista que hoje alcançam, honrada pela esperança e estimulada pela confiança em vocês depositada, que se materializa pelas presenças do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, do Excelentíssimo Senhor Comandante da Marinha, da Alta Administração Naval, dos almirantes e oficiais-generais e das demais autoridades militares às quais se unem representantes das

turmas que, há 50 anos atrás, neste mesmo campo, recebiam as suas espadas.

Este orgulho deve ser compartilhado, também, pelo guarda-marinha da Ala Naval da Namíbia Festus Negumbo, que recebe hoje, juntamente com a Turma Almirante Soares Dutra, suas platinas e espada, como prova de que os oceanos não separam países, muito pelo contrário, servem para unir povos e nações.

Ao orgulho pelas vitórias alcançadas juntem sempre a gratidão àqueles que contribuíram para o seu sucesso. Desta forma, não deixem nunca de se lembrar da importante e valiosa participação de todos aqueles que, como comandantes ou chefes, professores ou instrutores, companheiros de Escola ou de praça-d'armas e subordinados, contribuíram ou venham a contribuir com seus conhecimentos, experiências e exemplos para o desempenho de suas funções e cumprimento de suas tarefas.

Movidos ainda pela gratidão, devemos reconhecer que a conquista hoje alcançada por vocês, além de ser fruto de um esforço pessoal, com toda a certeza contou com o amor e o apoio da família de cada um de vocês. Assim sendo, é momento de juntos comemorarem esta vitória e, unindo-me a este sentimento de júbilo, apresento a todos os familiares os meus cumprimentos, bem como o reconhecimento e agradecimento por suas presenças que prestigiam esta importante cerimônia militar.

Guardas-Marinha da Turma Almirante Soares Dutra! Como diz a canção, este é o momento do adeus, momento de partir para ir à Pátria servir. Que Deus ilumine a carreira de cada um e de todos!"

LANÇADO O LIVRO PAU-BRASIL

O Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro, sediou, em 11 de novembro último, o evento de lançamento do livro *Pau Brasil*, de autoria do jornalista e escritor Eduardo

Bueno, com a colaboração do Contra-Almirante Max Justo Guedes, diretor do Patrimônio Histórico da Marinha, e de Ana Roquero, Fernando Lourenço Fernandes,

Gwilym P. Lewis, Haroldo Cavalcante de Lima, Jean-Marc Montaigne e Nivaldo Monzano.

O livro é o primeiro volume da Coleção 4 Ciclos, da Axis Mundi Editora, que pretende abordar a história dos ciclos da economia brasileira, mostrando a economia "entendida não apenas como jogo de números estatísticos, mas sim – e principalmente – como motor de cultura e como força geradora da identidade nacional", conforme a colocação feita na abertura de *Pau Brasil*, assinada por Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, escritório patrocinador do projeto.

A obra é dividida em nove capítulos, a saber: "Nova viagem à Terra do Brasil", de Eduardo Bueno; "Pau-Brasil: uma biografia", por Haroldo Cavalcante de Lima, G.P. Lewis e Eduardo Bueno; "O enigma do pau-brasil" e "A feitoria da Ilha do Gato", ambos por Fernando Lourenço Fernandes; "*La Terre du Brésil*: contrabando e conquista", pelo Contra-Almirante Max Justo Guedes; "O índio ganha relevo", por Jean-Marc Montaigne; "Moda e tecnologia", por Ana Roquero; "A madeira e as moedas", por Nivaldo Manzano; e "Epílogo: Raízes do futuro", por Eduardo Bueno e Haroldo C. de Lima.

Na apresentação do livro, sob o título "Com quantos paus se faz uma nação", Eduardo Bueno ressalta: "*Pau-Brasil* não é somente um grito de alerta, uma tentativa de resgate histórico, cultural e ecológico ou um testemunho militante. É uma declaração de amor, formal e impositiva, à árvore que nos tornou 'brasileiros'... É uma declaração multidisciplinar: com raízes fincadas na botânica, com a solidez de um lenho na linha da investigação historiográfica, com a disposição de reduzir a pó a árvore e descobrir, afinal, como funcionava o corante que fez a fama, a fortuna e a desgraça do nosso 'pau-de-tinta'. (...) É um marco, que quer reunir o que de

mais sólido e inovador se conhece sobre a árvore... Pretende fazer um elogio que não soe como elegia. Para isso, agrupou algum dos maiores especialistas mundiais no assunto."

A partir daí, ainda na apresentação, o autor passa a falar da contribuição de cada colaborador à obra. Sobre o Almirante Max e a parte que lhe coube no livro, Bueno diz: "Quando o assunto é cartografia, condicionalismos náuticos e viagens exploratórias ao Brasil no século XVI, o Almirante Max Justo Guedes vem pensando antes, melhor e com mais argumentos do que qualquer outro historiador do País. Provavelmente do mundo. (...) para conhecer os primórdios do Brasil é preciso conhecer o trabalho de Max Justo Guedes. O Almirante é uma sumidade. (...) Max é um dos maiores historiadores brasileiros de todos os tempos... (...) comparece com sua erudição e seu brilho para iluminar, entre outros temas, um dos tantos pontos relativos ao pau-de-tinta de que a historiografia clássica se descuidou: a relação entre o pau-brasil e os franceses... (...) nos conduz com a firmeza do timoneiro atento. Não se trata de mera navegação de cabotagem: o Almirante mergulha em profundezas que aos demais historiadores do período são desconhecidas."

Mas *Pau Brasil* não prima somente pelos textos de estilos variados e com abordagens inéditas sobre o tema. De projeto gráfico impecável, o livro é todo feito em papel reciclado e traz inúmeras ilustrações e fotos antigas e atuais – estas de autoria de Fernando Bueno – que complementam seu valor artístico e histórico.

Por ocasião do lançamento, foi inaugurada a exposição "O pau-brasil em nossas raízes", com pinturas, painéis fotográficos, mapas, cartas, maquetes, diorama, corantes naturais caseiros e industriais e exemplares de pau-brasil.

O PAU-BRASIL EM NOSSAS RAÍZES

Ele existia em abundância no recém-des-coberto território, foi alvo da cobiça dos europeus, coloriu de vermelho e púrpura a nobreza e o alto clero. E, há mais de dois séculos, faz música. A ressonância, durabilidade, peso e espessura, além de preciosas qualidades tonais, tornam o arco de violino feito de pau-brasil um produto insubstituível. Para mostrar como tudo isso ocorreu foi inaugurada em 11 de novembro, no Espaço Cultural da Marinha, a exposição "O Pau-Brasil em nossas raízes", que permanecerá aberta à visitação até março. O evento contou com a presença de várias autoridades, entre elas o secretário-geral da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro Magalhães de Souza Pinto, e o diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, Contra-Almirante Max Justo Guedes.

Pinturas, painéis fotográficos, mapas, cartas, maquetes, diorama, corantes naturais caseiros e industriais e, claro, ele próprio — exemplares de pau-brasil —, entre outras atrações, integram a exposição, que mostra a evolução da tinturaria — da antiguidade até os nossos dias, explicando como os tecidos eram tingidos — e a primeira viagem exploradora (1501-1502), comandada por Gonçalo Coelho e da qual participou Américo Vespúcio, que relata em carta ao seu antigo patrão, Lourenço de Medice, haver na nova terra "muitíssimo brasil".

A exposição também conta a história dos primeiros arrendamentos para a exploração do pau-brasil e do comércio da nova terra e evidencia a contribuição do índio nesta atividade. Um dos módulos, "De Santa Cruz a

Brasil", revela a verdadeira origem do nome Brasil. A seguir entram em cena os franceses e o contrabando na "Terre du Brésil". O módulo seguinte aborda as capitânias hereditárias e a continuação do contrabando do pau-brasil.

A etapa seguinte é "Moda e Tecnologia", que mostra como o cerne da árvore foi prontamente aproveitado pela poderosa indústria de tinturaria européia para substituir outros corantes, especialmente orientais, utilizados para dar aos panos as cores vermelha e púrpura, até então de preços elevadíssimos. Pode-se dizer que esta madeira, de certa forma, democratizou a cor vermelha no vestuário. O simbolismo desta cor e o uso dela pela Igreja Católica são alguns dos tópicos abordados neste módulo. O roteiro encerra-se com a bibliografia existente sobre o pau-brasil e enfoca o futuro da árvore: a devastação da Mata Atlântica, a situação de quase extinção do pau-brasil e as reservas ecológicas no País.

Para esta realização associaram-se a Secretaria-Geral da Marinha, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, o Serviço de Documentação da Marinha, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados e a Axis Mundi Editora. Na ocasião também foi lançado o livro *Pau-Brasil*, coordenado pelo jornalista e escritor Eduardo Bueno, com a colaboração do Almirante Max Justo Guedes e de Ana Roquero, Fernando Lourenço Fernandes, Gwilym P. Lewis, Haroldo Cavalcante de Lima, Jean-Marc Montaigne e Nivaldo Monzano.

Na página seguinte, o Pau-Brasil, em flor, no jardim do Serviço de Documentação da Marinha, na Ilha das Cobras.





PÁTIO COMANDANTE CARLOS BORBA
Equipes adestrando-se no combate a incêndio em uma
aeronave de asa fixa e contra tanque de óleo

